O Processo de Transição
para o Multipartidarismo em Angola

O Processo.....3 3 3/31/06 11:35:49 AM

O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola

Nuno Vidal
&
Justino Pinto de Andrade

Firmamento

O Processo.....5 5 3/31/06 11:35:54 AM

EDIÇÃO E ORGANIZAÇÃO:
Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade

PUBLICAÇÃO:
Edições Firmamento

1ª PUBLICAÇÃO, LUANDA E LISBOA, ABRIL DE 2006

PROJECTO GRÁFICO E PAGINAÇÃO:
Ana Virtuoso

© NUNO VIDAL 2006

Depósito Legal: 241125/06
ISBN: 972-99270-4-9
Tiragem: 1.000 exemplares

CONTACTOS PARA ENCOMENDAS DE EXEMPLARES:
livrosencomendas@yahoo.com

EDIÇÕES FIRMAMENTO
Rua da Arriaga 41, 1º
1200-608 Lisboa
Telef.: 21 371 34 86

O Processo.....6 6 3/31/06 11:35:54 AM

Com a colaboração especial de:

Mónica Rafael Simões
(Centro de Estudos Sociais
da Universidade de Coimbra- CES)

&

Aline Afonso Pereira
(Instituto Superior de Ciências
do Trabalho e da Empresa - ISCTE)

ESTE LIVRO É DEDICADO
À MEMÓRIA DE CHRISTINE MESSIANT

Terça-feira, 14.06.2005, 10:12 am, Christine Messiant para Nuno Vidal
Cher Nuno,
(...) Vou fazer tão rápido como possível. (...) Só tenho agora "mais" (...)
[Pouco tempo]. Infelizmente este texto será o meu último. (...)
Devo conseguir. (...) Peço-te "some time".

Sexta-feira, 24.06.05, 6:40 am, Christine Messiant para Nuno Vidal
Cher Nuno,
(...) parece possível para mim, se trabalhar sem parar, acabar a revisão (...).
Vês, Nuno amigo, claro, resisto também eu, isso faz parte – e não é preciso esperanças.
Estamos juntos (sem aspas, ok?)
Christine

Quinta-feira, 15.09.05, 10:54 am, Christine Messiant para Nuno Vidal
Cher Nuno,
Voilà, je crois qu'on a fini notre tâche, et vraiment je te remercie de toute cette attention,
répétée, et toujours justifiée, en plus ! (...)
j'ai pris avec un ami 3 jours à la mer, dans notre Finistère (en Bretagne),
avec des paysages superbes et un grand bol d'air.(...)
Je t'embrasse. Força. Estamos juntos, ok?
Christine

Terça-feira, 3.01.06, 9:00 pm, Christine Messiant est décédée

Quarta-feira, 4.01.06, 11:00 am, Nuno Vidal para Christine Messiant
Querida Christine,
(...) Aquele Kandando de "estaremos sempre juntos".(...)
Descansa em paz.
Nuno

Quinta-feira, 5.01.06, 11:40 am, Justino Pinto de Andrade para Nuno Vidal:

Meu caro amigo Nuno Vidal, é por ti que estou a tomar conhecimento do falecimento da nossa amiga comum, a Christine, que eu conheço há já dezenas de anos. Tenho muito orgulho por ter tido uma amiga da sua dimensão intelectual. Tomámos contacto um com o outro no início das suas pesquisas sobre a nossa luta de libertação, e fui das pessoas que lhe prestou testemunho sobre o que sei e também sobre o que vivi.

Espero ter sido útil nessa sua busca da verdade histórica.

Logo de início, vi que estava perante alguém que amava sobretudo a verdade histórica, e que por isso não se importava nada de sacrificar algum do seu tempo e bem-estar.

A Christine relacionou-se com muitos dos actores do nosso nacionalismo moderno, e por isso elaborou os estudos que todos nós conhecemos.

Nos últimos dias, li o seu contributo no livro sobre o Viriato da Cruz – um livro que esclarece muito sobre o percurso desse nacionalista de um valor incalculável.

A nossa amiga comum agora desaparecida merece figurar com letras bem desenhadas na memória de Angola, que ela também amou como poucos, tenho a certeza.

Nuno, a participação da Christine e de outros intelectuais na Conferência que realizámos aqui em Luanda, na UCAN, foi extraordinária, e creio que eu, tu, e todos quantos a ela estivemos ligados, jamais esqueceremos.

Paz à sua alma e que haja alguém capaz de prosseguir a sua obra, com a sua cientificidade e isenção.

Sei que tínhamos na Chiristine uma amiga.

Justino Pinto de Andrade

Christine Messiant 25/5/1947 - 3/1/2006

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS **XIII**

NOTAS DE ABERTURA **XV**

António Burity da Silva, Ministro da Educação da República de Angola

José Manuel Imbamba, Secretário Geral da Universidade Católica de Angola

José Manuel Pureza, Coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Augusto Rogério Leitão, Coordenador da Licenciatura em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

PREFÁCIO **XXV**

TRANSIÇÕES POLÍTICAS EM ANGOLA: *ET PLURIBUS UNUM*

Patrick Chabal, King's College London

INTRODUÇÃO **1**

Nuno Vidal, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - FEUC

& Justino Pinto de Andrade, Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola - UCAN

CAPÍTULO I

PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA O MULTIPARTIDARISMO EM ANGOLA

MULTIPARTIDARISMO EM ANGOLA **11**

Nuno Vidal, FEUC

ANGOLA E O MULTIPARTIDARISMO **59**

Justino Pinto de Andrade, UCAN

CAPÍTULO II

HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE EM ANGOLA

APRESENTAÇÃO/COMENTÁRIO **71**

Justino Pinto de Andrade, UCAN

AS RAÍZES DO NACIONALISMO ANGOLANO:
PUBLICAÇÕES DE PROTESTO DOS ASSIMILADOS, 1870-1940 **73**

Douglas Wheeler, University of New Hampshire

CONSIDERAÇÕES À VOLTA DA NOÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL ANGOLANA **93**

Almerindo Jaka Jamba, União Nacional para a Independência Total de Angola - UNITA

FIGURAS, FIGURÕES & FIGURANTES NA CENA DEMOCRÁTICA ANGOLANA - PAPÉIS, MARCAÇÕES E DESEMPENHOS... 99
Ruy Duarte de Carvalho, Universidade Agostinho Neto, Angola
IDENTIDADE, LINGUAGEM E MEMÓRIA EM ÁFRICA: ANGOLA ENTRE O PLURALISMO E O UNITARISMO SÓCIO-CULTURAL. 105
João Batista Lukombo Nzatuzola, Universidade Agostinho Neto, Angola
O DISCURSO DA "RAÇA" EM ANGOLA: UM OBSTÁCULO À CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA? 111
Alberto Oliveira Pinto, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

CAPÍTULO III
O PROCESSO DE TRANSIÇÃO POLÍTICA EM ANGOLA

APRESENTAÇÃO/COMENTÁRIO 127
Vicente Pinto de Andrade, UCAN

TRANSIÇÃO PARA O MULTIPARTIDARISMO SEM TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA 131
Christine Messiant, École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris
A PROBLEMÁTICA DO PLURALISMO EM MOÇAMBIQUE, NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA COMPARADA 163
Michel Cahen, Centre d'Étude d'Afrique Noire - Bordeaux
GESTÃO DO PODER E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA 169
Filomeno Vieira Lopes, Frente para a Democracia - FpD, Angola
EXCLUSÃO E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO ESTADO-NAÇÃO: O CASO DAS TRANSIÇÕES POLÍTICAS CONGOLESA E ANGOLANA 175
Jean-Michel Makebo-Tali, Howard University, Washington DC

CAPÍTULO IV
SOCIEDADE CIVIL EM ANGOLA

APRESENTAÇÃO/COMENTÁRIO 209
Benjamim Castello, Jubileu 2000 Angola

SOCIEDADE CIVIL E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA 213
Fernando Pacheco, Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, ADRA-Angola
MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRACIA EM ANGOLA 217
João Paulo N'Ganga, Jornal Folha 8, Angola
A SOCIEDADE CIVIL E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EM ANGOLA 223
Jorge Eurico, Associação Justiça Paz e Democracia - AJPD, Angola
AS DINÂMICAS DA SOCIEDADE CIVIL E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO MULTIPARTIDÁRIA EM ANGOLA 229
Mónica Rafael Simões, Núcleo de Estudos para a Paz/Centro de Estudos Sociais da FEUC

GÉNERO E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA 241
Aline Afonso Pereira, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, Lisboa
O ESPAÇO DE CADA UM E A CIDADE DE TODOS 259
Cristina Salvador, Universidade Técnica de Lisboa
DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR ÀS CLASSES SOCIAIS:
ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL URBANA EM ANGOLA (LUANDA E ONDJIVA) 265
Cristina Rodrigues, Centro de Estudos Africanos - ISCTE, Lisboa

CAPÍTULO V
ANGOLA E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

APRESENTAÇÃO/COMENTÁRIO 289
Gerald J. Bender, University of Southern Califórnia

ANGOLA E A COMUNIDADE INTERNACIONAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO 291
Paulo Jorge, Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA
ANGOLA: UMA ANÁLISE DOS ESFORÇOS GOVERNAMENTAIS
NA ÁREA DA TRANSPARÊNCIA E GESTÃO DAS RECEITAS
DERIVADAS DO PETRÓLEO 295
Arvind Ganesan, Human Rights Watch, Washington DC
A POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA ENTRE 1975 E 2002 301
Manuel Paulo, Middlesex Business School, London

CAPÍTULO VI
CONSTITUIÇÃO, ORDENAMENTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO E FUTURAS ELEIÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO/COMENTÁRIO 309
Carlos Feijó, Universidade Católica de Angola

ELEIÇÕES E ESTABILIDADE 311
Bornito de Sousa, Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA
A RELAÇÃO ENTRE O PROCESSO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL
E A REALIZAÇÃO DAS SEGUNDAS ELEIÇÕES GERAIS EM ANGOLA 321
Abel Chivukuvuku, União Nacional para a Independência Total de Angola - UNITA
A CONSTITUIÇÃO E A LEGITIMIDADE DA SUA REVISÃO 325
Luís do Nascimento, Frente para a Democracia - FpD, Angola
ANGOLA E OS DESAFIOS DA DESCENTRALIZAÇÃO 331
Lindo Bernardo Tito, Partido de Renovação Social - PRS, Angola

O Processo.....13 13 3/31/06 11:35:59 AM

AGRADECIMENTOS

Esta obra resulta de uma auspiciosa combinação de esforços pessoais e institucionais. Gostaríamos de começar por agradecer a todos os co-autores e comentadores que contribuíram com os seus textos e a todos aqueles que participaram na conferência sobre "*O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*", que decorreu em Luanda de 19 a 20 de Agosto de 2004 e que esteve na base da edição deste volume. Tratou-se da primeira conferência internacional realizada em Angola sobre questões políticas contemporâneas, saldando-se por um enorme sucesso que se deveu sobretudo à participação de inúmeros conferencistas angolanos e de muitas outras nacionalidades, assim como à intensa afluência de um vasto e variado público a todos os painéis que compuseram o evento.

Queremos igualmente manifestar a nossa gratidão para com as instituições a que estamos filiados – Universidade Católica de Angola - UCAN e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - FEUC –, que desde a primeira hora se mostraram disponíveis para dar a indispensável cobertura institucional a todo o evento, especialmente na pessoa do Pe. Doutor José Manuel Imbamba (Secretário Geral da UCAN) e do Prof. Doutor José Manuel Pureza (Coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais da FEUC).

Foi absolutamente indispensável o suporte dado pelo Programa Lusitânia que congrega o Instituto Camões, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior do Ministério Português da Ciência e do Ensino Superior.

O nosso apreço vai também para o *Netherlands Institute for Southern Africa- NIZA* pelo apoio dado ao lançamento desta obra em Angola.

Uma palavra final para agradecer às publicações Firmamento nas pessoas da Drª Carlota Mantero, do Dr. José Sousa Machado e do Mestre Duarte Pacheco de Sousa pelo continuado incentivo à publicação da obra.

Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade

Notas de Abertura

António Burity da Silva
José Manuel Imbamba
José Manuel Pureza
Augusto Rogério Leitão

António Burity da Silva
Nota de Abertura do Colóquio por S. Exa. O Ministro da Educação da República de Angola

É sempre um grato prazer estar entre tão ilustres personalidades para dar início a uma actividade tão importante e que tem lugar num momento especialmente crucial para a nossa jovem democracia.

Hesitei entre referir-me exclusivamente à interacção académica entre Angola e Portugal ou fazê-lo deitando de soslaio um olhar discreto sobre a temática deste Colóquio. Entendi que a segunda hipótese era mais aliciante porque mais fascinante em virtude do momento político que caracteriza a nossa vida em sociedade. A minha simpatia por esta alternativa obriga a que a minha consciência só se tranquilize se, pelo meio, deixar clara a minha palavra de gratidão aos organizadores pelo convite que me foi endereçado e, sobretudo, pela realização deste evento que nos dá a todos a possibilidade de auscultar opiniões de entidades profundamente conhecedoras da nossa realidade, sobre temas candentes da nossa actualidade política, tal é a atenção que têm dedicado ao que acontece na nossa terra.

Sou apologista de que a academia deve poder ser avaliada também pela pertinência social das suas realizações, que devem ser inúmeras em quantidade, variadas na sua diversidade e ricas no seu conteúdo. Este Colóquio, que V.Exas. tão gentilmente me concederam o prazer de inaugurar, é particularmente rico no conteúdo que a sua temática encerra.

O País tem, com a comunidade internacional, uma relação de sentimentos ambivalentes e de relativa intermitência.

Temos profunda consciência de que isoladamente, pouco ou nada somos capazes de fazer e alcançar num mundo cada vez mais globalizado e avassaladoramente globalizante, seja porque dele fazemos parte integrante, seja porque os nossos esforços de reconstrução ganham maior significado na relação com os esforços de outras nações e na solidariedade internacional entre todos os povos do mundo. Deste modo, a sensação de que nem sempre parece existir uma compreensão da magnitude do nosso esforço empreendedor e genuinamente desenvolvido para a superação das nossas dificuldades, faz com que alguns de nós sejam levados a reflectir sobre a nossa orfandade.

No entanto, nós somos um país com História, Cultura e Identidade próprias e fomos capazes de, em todos os momentos aparentemente difíceis da nossa existência, encontrar as soluções para as nossas crises internas, sejam elas artificiais ou aquelas decorrentes do processo específico de crescimento da nossa democracia nascente.

As diferentes iniciativas, de que esta é mais uma, são um indicador seguro do dinamismo da nossa sociedade que, em todos os momentos, fornece elementos que nos ajudam a ter um melhor entendimento de nós mesmos e a aproximarmo-nos gradualmente do que é melhor para Angola e para os Angolanos.

Permitam-me que termine reiterando a todos os meus mais sinceros e profundos votos de felicidades, em especial aos organizadores do colóquio, pela oportunidade com que este ocorre e sobretudo pela pertinência, relevância e riqueza, da sua temática.

A expectativa criada a volta deste acontecimento é, pois, justificadamente enorme. Acredito que os conferencistas e os moderadores estarão à altura da encomenda, auguro um bom trabalho e que as conclusões sejam úteis.

A todos o meu muito obrigado.

José Manuel Imbamba
Secretário Geral
da Universidade Católica
de Angola

A sociedade angolana, ao longo da sua história, viveu crises profundas cujos efeitos ainda se fazem sentir nos dias de hoje. Ao longo desses anos vários padrões culturais estranhos foram impostos, cujas consequências não se fizeram rogar: os valores e os ideais mais nobres foram-se desmoronando assustadoramente; os direitos e liberdades fundamentais cederam lugar à intolerância, ao fanatismo e à impunidade; os interesses partidários e ideológicos ganharam primazia sobre os nacionais, em que a política, em vez de estar ao serviço do homem angolano e do bem comum, passou a servir interesses partidários, às vezes pessoais e estranhos à nação; a corrupção estruturada, com todas as suas armaduras, apoderou-se paulatinamente das categorias mentais até do mais pacato cidadão; o sentido da responsabilidade e honestidade foi banido das regras da vida; o respeito pela vida deixou de preocupar as consciências; a escola transformou-se num antro fecundo de vícios; enfim, emergiu um ambiente cultural em que o convívio na unidade e na diversidade se tornou impossível, com a consagração do Estado de Partido único nas vésperas da Independência, instaurando, desta feita, uma era de profunda e perigosa confusão política, social, económica, religiosa e cultural.

Os vários acordos de paz assinados que culminaram com a assinatura do Memorando Complementar ao Acordo de Paz de Lusaka, a 4 de Abril de 2002, em Luanda, vieram repor a verdade dos factos. Com efeito, com este último acordo "*caiu o monstro devorador da guerra e Angola virou uma página da sua história*", fazendo renascer a esperança dum futuro melhor, propenso à paz, justiça e desenvolvimento integral: nasce a,

> "*época de mudanças consequentes à mudança da época; é época do deixar falar as almas em ordem à reconstrução duma Pátria nova: nova na mentalidade, nova no acolhimento mútuo, nova na partilha, nova na justiça e nova na convergência de esforços para uma sociedade verdadeiramente fraterna e solidária*",

dizia D. Gabriel Mbilingi.

Por isso, os temas que este livro congrega são mais do que importantes e oportunos, uma vez que procuram ir ao encontro daquela exigência de renovação profunda, *ad intra*, que a nossa sociedade reclama com muita urgência, com vista a favorecer

a convivência política e social assente nos valores da dignidade da pessoa humana, injectando na sociedade modelos de cultura autêntica, em que a categoria do 'Ser' tenha primazia, uma vez que é a única que privilegia e fomenta o convívio de inteligências e reconhece a dignidade do outro como um "*valor de fim*" e nunca como um "*valor de meio*" ou instrumental.

É nosso augúrio que este valioso instrumento de trabalho contribua para o cultivo duma sociedade angolana mais aberta, dialogante, criativa e livre, e mais propensa ao bem e à verdade. Por isso, fazemos voto que esta colaboração académico-científica entre a Universidade de Coimbra e a Universidade Católica de Angola se mantenha viva, a fim de sermos, para as sociedades que servimos, viveiros de cidadãos de qualidade porque munidos não só de ciência, mas também, de sapiência, não só de racionalidade técnico-científica, mas também de racionalidade humanística, ética e religiosa, não só de meios, mas também de fins, não só de ideias, mas também de ideais.

O Processo.....22 22 3/31/06 11:36:03 AM

José Manuel Pureza
Coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra inclui nas suas orientações estratégicas o prosseguimento e o reforço da sua presença em redes científicas nacionais e internacionais, sendo dada atenção particular à cooperação Norte-Sul e às relações com os países de língua oficial portuguesa. A associação do CES à realização do colóquio "O *processo de transição para o multipartidarismo em Angola*", em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola, é, desde logo, expressão desta aposta fundamental.

O conhecimento exigente e a análise crítica da realidade social dos nossos países constitui um desafio de largo espectro para todos/as quantos/as fazem das ciências sociais uma ferramenta de trabalho. Desvelar as opacidades das nossas sociedades é efectivamente uma tarefa que requer rigor analítico, sem que, no entanto, isso equivalha a confundir objectividade com neutralidade.

No CES, o conhecimento de Portugal sempre partiu da sua contextualização no sistema mundial. Daí que tenhamos, há muito, sublinhado a riqueza analítica do estatuto semi-periférico deste país, a jogar um papel de intermediação entre o centro e a periferia, conjugando ele próprio em si mesmo traços dos dois campos: colonizador ao mesmo tempo que colónia, centro para a periferia ao mesmo tempo que periferia para o centro. Este retrato singular de Portugal teve, pois, desde sempre, no relacionamento com os povos de Angola e das outras ex-colónias portuguesas um campo de incidência fundamental.

Agora é mais que tempo de olhar atentamente para o que tem sido a edificação do Estado pós-colonial nesses países. E de o fazer a partir do olhar e da reflexão dos/as que fizeram e fazem esse itinerário complexo. Fugindo sempre às armadilhas de um pensamento estandardizado que canoniza formas políticas, institucionais ou económicas como se elas fossem universalmente adaptáveis e contrapondo-lhe o imperativo da pluralidade de trajectórias, da diversidade de experiências e da genuinidade de expressões. O debate sobre o Estado e a sociedade pós-coloniais situa-se, portanto, no âmago do que tem sido a centralidade da teoria crítica no trabalho científico do CES. Na pluralidade dos seus registos discursivos, de que este livro dá conta, o colóquio sobre "O *processo de transição para o multipartidarismo em Angola*" só pode ser compreendido precisamente como um contributo para um conhecimento não apologético de

nenhum modelo mas profundamente comprometido com a transformação justa e democrática das relações sociais e políticas.

O espírito de parceria absolutamente igualitária que animou as duas instituições organizadoras materializa uma relação adulta entre as comunidades científicas dos nossos dois países. Mais do que satisfação, o CES sente-se sereno perante esta forma de trabalhar. Porque, seriamente, só pode ser assim.

Augusto Rogério Leitão
Coordenador da Licenciatura em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Ao aceder ao amável convite do Doutor Nuno Vidal, para que escrevesse algumas palavras como nota introdutória deste notável volume, que nos confronta com as grandes questões do processo de transição para o multipartidarismo na República de Angola, senti-me muito honrado.

Em primeiro lugar, porque desde os inícios dos meus estudos na Universidade de Coimbra travei camaradagem e amizade com vários colegas angolanos, alguns, infelizmente, já desaparecidos, reforçadas por uma comum militância antifascista e anticolonialista. Angola acabou, assim, por ocupar um lugar importante no meu coração, tendo eu depois sofrido, ou melhor, partilhado, os sofrimentos dos angolanos, como única forma de solidariedade ao meu alcance.

Mas felizmente, a aurora dos tempos que vivemos é outra. É a aurora da democracia e da paz que os angolanos estão a construir para o seu país e que estes textos do Colóquio, realizado em Agosto de 2004, na Universidade Católica de Angola, espelham de maneira muito significativa.

Foi, pois, uma honra para a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e, em especial, para a coordenação da Licenciatura em Relações Internacionais, que, aliás tem acolhido vários estudantes angolanos, e no âmbito da qual o Doutor Nuno Vidal dirige um Seminário intitulado "Sistemas políticos africanos pós-coloniais", ter colaborado com a Universidade Católica de Angola na realização deste importantíssimo Colóquio.

Naturalmente, a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e a coordenação da Licenciatura em Relações Internacionais estão abertas para outras cooperações, muito especialmente porque é para nós, portugueses, de fundamental importância conhecer e acompanhar a vossa "renovação profunda, *ad intra* (...)", como diz o Pe. Doutor José Manuel Imbamba, para podermos também realizar e concluir o nosso "*back to the future*", de modo a libertarmo-nos, definitivamente, de algumas crostas visíveis (e outras invisíveis) que a pele inerte do colonizador deixou por aqui ainda a arrastarem-se.

E à guisa de conclusão, não posso deixar de exprimir os meus sinceros votos de sucesso para este processo de transição que a República de Angola vive actualmente, com a consciência de que a solidez dos objectivos a alcançar dependem, em muito, da intensidade que os angolanos souberem (e puderem) imprimir à dinâmica da dimensão *desconstruir-construindo*, o que, aliás, muitas das contribuições publicadas neste volume deixam claramente transparecer.

Prefácio

Patrick Chabal

TRANSIÇÕES POLÍTICAS EM ANGOLA: *E PLURIBUS UNUM*

Patrick Chabal
King's College London

A perspectiva de realização de eleições em Angola em 2006/2007 levanta a questão das actuais e futuras transições políticas num país africano que sofreu cerca de quarenta anos de conflito armado, iniciado com a luta anti-colonial e prolongado com a guerra civil que se seguiu à independência.

Após o fim da guerra, com a assinatura do Memorando de Entendimento do Luena entre o MPLA e a UNITA em Abril de 2002, renovou-se a esperança de que uma nação tão rica em recursos naturais desenvolvesse finalmente um sistema político que garantisse um desenvolvimento económico sustentável e um maior bem-estar social para a sua população. De facto, a expectativa de que a paz permitirá um extraordinário nível de investimento (externo e interno) em actividades produtivas, nunca foi tão elevada. Há quem afirme que Angola pode estar à beira de um gigantesco passo em frente, que lançará as bases para a prosperidade económica do país e tornará possível um modelo de desenvolvimento que beneficie todos os seus cidadãos. Mas será este um cenário realista?

Neste caso, a questão que nos ocupa é a da natureza e impacto da transição de Angola para uma 'democracia' multipartidária. Muitos dos capítulos deste volume discutem os detalhes da actual situação política no que concerne à preparação para as eleições e às dinâmicas da mudança constitucional que lhe estão relacionadas. Outros abordam a questão de saber se o próximo pleito eleitoral pode ser comparado com o anterior e até agora único, celebrado há mais de dez anos, em 1992. No entanto, outras contribuições discutem o potencial para a mudança política, num país que sofreu um regime de partido único autoritário desde a sua independência e em que a sociedade civil é simultaneamente pequena e fraca. Eu quero dedicar atenção à questão mais geral da actual e suposta mudança política, económica e social dos próximos anos.

O meu objectivo é analisar as tendências actuais da política angolana dentro do quadro mais amplo da evolução sócio-económica e política dos países da África pós-colonial, com um ênfase especial naqueles que têm recursos petrolíferos. Um dos meus argumentos é o de que a análise de Angola tem sido marcada por uma perspectiva excessivamente lusófona

– ou seja, a perspectiva de que a compreensão deste país se consegue melhor através de um estudo sobre as especificidades do que parece à primeira vista ser um caso muito singular em África. Pelo contrário, tento demonstrar que é mais produtivo considerar o destino de Angola dentro do contexto geral africano, ainda que tenhamos de prestar uma atenção adequada àqueles aspectos da sua história que diferem nitidamente de outros países do continente. De facto, argumento que esta é a única abordagem que torna possível uma avaliação dos efeitos prováveis das actuais transições em Angola.

O prefácio é composto por duas partes. A primeira reexamina as circunstâncias históricas que condicionaram a génese do actual sistema político angolano. A segunda discute a relevância de uma análise comparativa africana para a avaliação do impacto provável das actuais transições.

I.

Aqueles que procuram explicar a situação actual de Angola reforçam três conjuntos de factores. Um deles está relacionado com a configuração do poder pré-colonial e colonial que resultou no que se veio a conhecer como a comunidade crioula de Luanda e o impacto do regime português sobre as relações entre os principais agrupamentos étnicos e sociais. O outro diz respeito às consequências, para a evolução do país, da dinâmica particular da competição nacionalista e anti-colonial que resultou numa guerra civil de 27 anos. O último refere-se aos efeitos da riqueza petrolífera sobre o desenvolvimento sócio-económico, mas particularmente político, do país desde 1975. Todos os três factores são importantes, mas a questão principal é a forma como interagiram com o decorrer do tempo e qual o grau de significado causal que pode ser atribuído a cada um deles. Não tenho pretensões de aqui recapitular a vasta análise académica dedicada a estas questões, nem de entrar no debate sobre a importância relativa dos factores externos e internos para a actual situação do país. Antes, gostaria de revisitar alguns dos argumentos principais dentro de uma perspectiva africana, e não estritamente lusófona. Porém, antes de o fazer, reflicto brevemente sobre os temas dominantes da historiografia angolana tal como são apresentados pelos académicos da África de expressão portuguesa.

A consideração histórica pré-colonial mais relevante tem focado o lugar muito especial ocupado pela comunidade crioula de Luanda. Tem havido muito debate sobre as mudanças que ocorreram a partir de meados do século XIX, e especialmente durante o período colonial. Claramente que não se pode falar simplesmente de uma 'única' comunidade. No entanto, não há grandes dúvidas de que, qualquer que tenha sido a natureza deste agrupamento, presidiu sobre o destino de Luanda, o seu interior e grandes faixas do que eventualmente se tornou Angola, do período pré-colonial até ao presente. Tal supremacia sócio-económica e política, apesar de não completamente única em África, é certamente um aspecto importante da história da colónia. Permanece uma característica central da constituição do país e forma um legado histórico que irá continuar a impor-se no futuro de Angola, independentemente das modalidades que venham a assumir as actuais transições.

Outro aspecto importante é o impacto do regime colonial sobre a Angola portuguesa, com ênfase em três aspectos comummente percebidos como excepcionalmente lusófonos. O primeiro é o facto de Angola se ter tornado uma colónia de colonato mas, ao contrário das colónias inglesas da África Oriental ter introduzido no território portugueses pobres

e com poucas qualificações, muitos deles de origem rural. Isto enviesou o desenvolvimento económico do país e resultou em certas formas de discriminação racial, que tornaram ainda mais complexas as rivalidades étnicas e regionais que estavam já exacerbadas pela natureza da economia colonial. O segundo aspecto é que o regime colonial introduziu em Angola uma forma de burocracia atrasada e singularmente rígida, que veio a ensombrar a administração pós-colonial, tendo-se rapidamente adaptado ao aparelho administrativo do partido de Estado 'socialista' (e alguns afirmariam 'Estalinista') estabelecido pelo MPLA. Por último, a natureza autoritária e não representativa do regime português exigia uma forte repressão, facto que eventualmente conduziu a uma guerra colonial contendo formas violentas de expressão política.

Porém, outra consideração que emerge regularmente é a de que Angola era em alguma medida uma colónia especial – como se fosse a 'jóia da coroa' do império português africano, à qual a metrópole dedicava uma atenção excepcional. Apesar de poder parecer uma questão secundária, ela influenciou de facto e de diversas formas as percepções da realidade. Angola foi frequentemente encarada como sendo mais 'portuguesa' do que, por exemplo, a Guiné-Bissau ou Moçambique – o que quer que seja que isto signifique, transmitiu a ideia de existência de uma forma de política diferente, não inteiramente independente do facto de a comunidade crioula de Luanda (ou algumas partes dela) ter laços históricos com Portugal e o português como língua mãe. Deste modo, muitos em Portugal têm sido relutantes em aceitar que a trajectória pós-colonial do país possa ser semelhante à do resto de África: independentemente do quão culturalmente 'portuguesa' possa parecer ser a elite angolana, a sua política é principalmente condicionada por factores locais e não externos.

Um último aspecto, que passou a assumir grande importância nas habituais explicações da situação actual de Angola, consiste no envolvimento de actores externos, particularmente durante o período da Guerra Fria. Não há obviamente como negar o impacto da interferência externa no país desde 1975 mas, como muita da investigação académica tem demonstrado, ao contrário de as causar, essa intrusão meramente agravou as divisões internas, a violência e a guerra civil. Além disso, é igualmente significativo que os próprios actores internos tenham procurado manter ligações entre a política doméstica e a política internacional, de forma a melhor servir os seus próprios objectivos. A dimensão externa é importante, mas de forma nenhuma única no que diz respeito a Angola.

Volto agora à discussão dos três conjuntos de factores acima mencionados. De todos, o primeiro (o papel da comunidade crioula de Luanda) é sem dúvida singular para Angola e de importância duradoura. Contudo, a forma através da qual continua (e irá continuar) a condicionar a política de Angola não é simples. Tal como anteriormente mencionado, desde o período colonial esta comunidade tem crescido e tem-se diversificado. Inclui agora um grande número de diferentes grupos, conhecidos pelos seus atributos sócio-económicos, de classe, raciais, políticos e outros, e muitas pessoas misturaram-se com outras vindas de diferentes horizontes. Como resultado da guerra civil, Luanda e os seus arredores tornaram-se cenários multi-étnicos e multiraciais. Isto é importante e provavelmente terá um forte peso sobre o futuro da capital e do país como um todo. Por certo, existe uma elite política centrada sobre o Presidente que tem raízes profundas na histórica comunidade crioula de Luanda, ainda que este tipo de atributos de identificação social e histórica já não sejam tão determinantes como ainda por vezes se considera.

A actual configuração do poder gira em torno de uma forma de neopatrimonialismo

que depende de uma astuta cooptação e de um autoritarismo modulado em formas que transcendem o que é frequentemente entendido como domínio crioulo. As mudanças que ocorreram sob a liderança do presidente Eduardo dos Santos são melhor explicadas pela natureza do regime a que preside do que pela necessidade de continuar a favorecer os crioulos. O MPLA tem sido sempre interpretado, e usado, como a fornalha da 'máquina' nacional, supra-étnica e política. E a perspectiva de uma competição política multipartidária trará outra vez à ordem do dia esta reivindicação pan-angolana.

Desta forma e paradoxalmente pode ser que efectivamente a importância do domínio político crioulo se baseie menos na autenticidade da acusação do que numa percepção generalizada, fora da região de Luanda, de que esta acusação tem realmente fundamento. Independentemente da natureza do partido, é de se esperar que a UNITA e outros actores políticos procurem caracterizar o regime do MPLA como o instrumento dos crioulos (ou seja, aos seus olhos, de supremacia 'não-africana'). Assim, de muitas formas, a questão tornou-se um mito – ou seja, relevante na medida em que é crido. Por um lado dá um certo colorido às interpretações históricas, por outro serve, ainda e em pleno, objectivos de manipulação política.

Sem dúvida que existe em Luanda um importante agrupamento, intimamente relacionado com o centro do poder, que relembra as suas raízes crioulas específicas e se considera principalmente uma comunidade de expressão portuguesa. Ao mesmo tempo, as dinâmicas da política pós-colonial, que a transição actual certamente reforçará, produziram um regime em que o Presidente teve de alargar os círculos concêntricos do seu poder clientelista muito para além deste histórico grupo crioulo. Além disso, os critérios que orientam as acções do Presidente são principalmente de natureza instrumental, e não de identidade, baralhando as cartas políticas de forma a manter o domínio de um 'partido' cujos tentáculos alcançam todos os cantos da sociedade. Por esta razão, devemos ser cuidadosos quanto a interpretações simplistas da actual configuração do poder.

O segundo conjunto de factores gira em torno das consequências da competição nacionalista para a Angola de hoje. Também aqui temos de ser analíticamente cautelosos. Apesar de poder parecer que houve uma continuidade entre a rivalidade anti-colonial e a guerra civil que durou até 2002, houve de facto mudanças profundamente claras e dramáticas na natureza do conflito. A competição pelo controlo de uma Angola independente tinha terminado em 1976 – ainda que tenha exigido um envolvimento externo enorme (soviético e cubano) para o MPLA conseguir derrotar os seus rivais. De aí em diante, houve uma luta clara pelo poder que teve pouco a ver com as raízes do antagonismo nacionalista tal como se apresentavam antes da independência. Nenhum dos partidos podia reivindicar uma legitimidade incontestada. Nem podia reivindicar o domínio militar. Para além disso, essa própria luta atravessou diferentes períodos, que transformaram a natureza da competição política ao longo do tempo.

O primeiro desses períodos foi o da Guerra Fria e foi marcado por duas fases distintas: até meados da década de oitenta, com uma dimensão internacional forte; após o acordo da Namíbia e a partida dos cubanos de Angola, tornou-se muito mais centrado na procura de uma vantagem territorial e de recursos. Após o final da Guerra Fria, houve claramente uma tentativa da comunidade internacional em obter a paz. Aqui, o ponto de viragem foi a decisão dos Estados Unidos em reconhecerem o regime do MPLA em 1993 e de se distanciarem da UNITA. De então até 1998, as duas partes combateram uma guerra de atrito, tornada possível pela utilização de vastos recursos minerais por ambos os lados. No entanto,

depois de 1998 o regime do MPLA estava numa posição de procurar a vitória militar, uma política consentida pelo Ocidente.

A questão neste caso é que as implicações políticas da guerra civil variaram durante esses períodos distintos, com vantagens domésticas e internacionais a serem acumuladas por cada um dos lados dependendo de um conjunto de factores, a maioria dos quais teve pouco a ver com a herança 'nacionalista' das duas partes. Apesar de o MPLA ter claramente beneficiado da sua associação com os movimentos anti-coloniais lusófonos vitoriosos, que tinham formado o CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), as suas credenciais nacionalistas dissiparam-se rapidamente após 1977, especialmente no contexto da Guerra Fria. Do outro lado, a UNITA evoluiu de uma organização política, com uma reivindicação legítima de dar voz aos que não se sentiam representados pelo MPLA, para uma máquina de guerra que servia as ambições insaciáveis do seu líder, Jonas Savimbi. Apesar de a UNITA ter conseguido eventualmente ganhar o controlo da maioria dos territórios provinciais de Angola, as ambições megalomaníacas do seu líder conspiraram para alienar aqueles que poderiam ter votado nele e no seu partido em 1992.

O MPLA beneficia hoje das vantagens de ter mantido o poder de forma contínua desde a independência, mais do que de qualquer tipo de legitimidade relacionada com o seu sucesso em ter derrotado os seus rivais anti-coloniais. O legado do nacionalismo já não significa muito – ainda menos que em Moçambique, onde a FRELIMO possuía credenciais nacionalistas incontestáveis na altura da independência – e desta forma a situação em Angola é muito parecida à da maioria dos outros países africanos. A contenda política de hoje não está relacionada com a 'legitimidade histórica', mas antes com quem está no poder. Apesar das importantes diferenças entre as histórias colonial e pós-colonial dos dois países de expressão portuguesa da África Austral, Angola encontra-se politicamente numa situação semelhante à de Moçambique em 1994: o partido no poder desde 1975 enfrenta o desafio do seu antigo inimigo militar. A diferença, e temos ainda que avaliar o quão crucial foi, é que o MPLA derrotou o seu inimigo.

O terceiro conjunto de factores diz respeito ao impacto do dividendo dos recursos minerais (em particular do petróleo) sobre o país. Isto é de facto decisivo, mas a questão é a de saber se estes efeitos são únicos ou se o que aconteceu em Angola apresenta parecenças com outros casos semelhantes. Não temos aqui espaço para discutir a extensa literatura sobre a chamada "maldição do petróleo" ou sobre os efeitos do que é frequentemente chamado de *dutch disease* – muita da qual é absolutamente relevante para Angola. O que eu pretendo realçar é que o futuro político de Angola será provavelmente condicionado pelo facto de o país ser rico em minerais, sendo assim influenciado em moldes que são simultaneamente distintos e semelhantes a outras nações africanas. A dificuldade para a análise é entender de que modo assim é. Aqui, centro-me sobre as especificidades de Angola; na segunda secção discutirei processos mais gerais.

São três os aspectos importantes do caso angolano. O primeiro é que o petróleo é *offshore* e, assim sendo, confinado a um enclave seguro que pode facilmente ser protegido – como o foi evidente durante a guerra. O segundo aspecto é que as receitas do petróleo estão totalmente nas mãos da Sonangol, que é controlada pelo Presidente e, deste modo, em grande parte fora do alcance do governo e de qualquer supervisão administrativa. Em último lugar, o Presidente autorizou contratos de empréstimos garantidos por petróleo que não estão sancionados por legislação internacional ou nacional, que não estão adequadamente

contabilizados no orçamento estatal e que claramente hipotecam o futuro do país em negócios financeiros que estão ligados ao regime, e não ao Estado. Resumindo, apesar de todas as formas de pressão externa, as receitas do petróleo encontram-se todas, em termos práticos, nas mãos do Presidente.

É claro que esta situação não é diferente da que prevalece em outros países africanos produtores de petróleo, mas a combinação destes três factores forneceu ao regime de Angola um instrumento económico extremamente útil. Conferiu-lhe um extraordinário grau de poder, que tem sido ampliado pelo facto de os países ocidentais, de onde são originárias as empresas que extraem o petróleo angolano, estarem excessivamente acomodados a tais práticas. Devido ao desejo norte-americano de aumentar as suas importações de petróleo de África (de forma a diminuir a sua dependência do Médio Oriente) e a uma agressiva procura chinesa por mais petróleo, não é de todo descabido esperar que o regime angolano continue a deter poderosos trunfos nas suas relações com a comunidade internacional.

Isto traduz claramente a importância crítica da detenção do poder em Angola. Com o cargo de presidente vem o controlo das receitas do petróleo, cujos montantes e destino permanecem opacos. Uma vez mais, esta não é uma situação fora do comum em África, mas tanto a dimensão dos dividendos como o grau de controlo patrimonial são maiores do que na maioria dos outros casos. A parada em jogo é proporcionalmente alta, o que significa que a competição pelo poder tornar-se-á provavelmente ainda mais intensa. Na medida em que o Presidente ocupa agora o cargo há mais de 25 anos, o seu controlo sobre o principal recurso angolano é de facto muito firme. Seria necessário um terramoto político para o forçar (ou a quaisquer sucessores designados) a abandonar esse controlo. Este duro facto irá afectar todos os aspectos da transição actual e futura.

II.

Volto agora a uma análise comparativa das actuais transições políticas Angolanas dentro do contexto africano. À superfície, a situação de Angola é suficientemente clara. A guerra terminou, a UNITA completou a sua transição para um partido político consolidado e todos os lados concordam que se devem realizar eleições. De igual modo, a comunidade internacional apoia fortemente o processo de transição, o qual há muito defendia. Os interesses económicos externos estão inclinados a investir num país com um potencial económico promissor. Além disso, há poucas dúvidas quanto à possibilidade de as Nações Unidas e outras organizações internacionais serem capazes de apoiar a preparação e a organização do processo eleitoral. Por fim, o regime parece ter-se comprometido com algumas reivindicações da oposição relativamente ao processo eleitoral e ao início de algumas reformas legislativas.

Antes de discutir a perspectiva de que eleições multipartidárias podem conduzir a uma forma de 'democracia' em Angola, gostaria de abordar brevemente algumas das hipóteses mais comuns sobre as transições políticas em África – hipóteses que os especialistas sobre Angola, ou sobre a África lusófona, raramente discutem. Desde o início da década de noventa, quando o fim da Guerra Fria e a instigação das políticas de condicionalismo para a ajuda coincidiram, os países africanos têm sido 'aconselhados' a distanciarem-se de sistemas de partido único. Isto foi justificado com base em duas razões: em primeiro lugar, a governação de partido único tinha falhado em conseguir o desenvolvimento; em segundo, era mais

provável que o desenvolvimento resultasse do potencial político, mas sobretudo económico, da sociedade (civil) – potencial que tinha sido contido pelo autoritarismo. Fazia também parte da crença dominante a ideia de que existia uma onda mundial de democratização que assinalava a superioridade da democracia liberal e do capitalismo.

Estas teorias conduziram a uma persistente pressão externa sobre os governos africanos para abrirem os seus sistemas políticos e permitirem a competição multipartidária. Tanto a ajuda bilateral como a multilateral tornaram-se condicionadas por essa tal 'democratização'. Devido a razões demasiado complexas para desenvolver aqui, os governos africanos não tiveram outra alternativa que não fosse a de concordar com estas exigências. No entanto, Angola pertence a um grupo muito selecto de países com recursos internos e receitas de exportação suficientes para recusar as condições impostas a África pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM). Apesar de a situação financeira do país se ter deteriorado marcadamente no passado recente, à medida que a dívida externa aumentava rapidamente, a bonança do petróleo e as receitas de exportação continuaram a permitir que o regime implementasse reformas económicas e políticas ao seu próprio ritmo relaxado – e que frequentemente quebrasse políticas previamente acordadas, tais como uma maior divulgação das contas do petróleo.

Já que os constrangimentos internacionais impossibilitaram o Presidente de recusar a reforma política, é útil analisar o alcance e o ritmo da actual transição como os que, dentro das circunstâncias existentes, melhor servem os interesses do regime. O facto de as novas eleições gerais estarem a ser tão atrasadas é uma indicação clara de que o regime procura posicionar-se o mais favoravelmente possível antes do plebiscito ter lugar.

Tendo em conta que a UNITA se saiu relativamente bem em 1992 e que muitos na oposição estão hoje convencidos que o MPLA irá perder a sua maioria geral na Assembleia Nacional, por que razão, desde logo, terá o regime concordado com a realização de eleições? A resposta simples é de que já não as podia adiar mais. Mas este não é um argumento suficientemente convincente. Necessitamos de olhar mais cuidadosamente para as hipóteses colocadas hoje em dia por aqueles que acreditam que a oposição obterá ganhos. Temos, além disso, de procurar entender qual é a estratégia do regime.

A suposição de que o MPLA irá perder a sua maioria eleitoral resulta de duas correntes de pensamento, que não são necessariamente compatíveis. A primeira é a de que, com o final da guerra e uma maior liberdade política, os angolanos não hesitarão em castigar um regime que pouco fez pela imensa maioria da população. Por outras palavras, acredita-se que a maior parte das pessoas quer uma mudança de regime. A segunda é que, como em 1992, existe hoje uma oposição credível capaz de assumir o governo. Mas ambas as hipóteses são questionáveis. Apesar de ser verdade que é difícil prever o resultado de qualquer eleição multipartidária, existem razões para pensar que o actual regime está confiante na vitória das próximas eleições e na consolidação do seu controlo sobre o poder – e isto por razões que estão apenas parcialmente relacionadas com as especificidades do caso angolano.

É por esta razão que eu quero introduzir agora uma interpretação comparativa da actual transição política. O meu argumento tem três partes. Uma tem a ver com a natureza do regime angolano. A outra gira em torno da análise das implicações políticas da economia angolana do petróleo. A última está ligada a uma avaliação da compleição das transições políticas em África desde o início da década de noventa.

(i) A natureza do regime angolano é simultaneamente semelhante e distinta de outros regimes comparáveis em África.

É distinta na combinação de um conjunto de atributos históricos, sociais e económicos que não se encontram frequentemente no continente. Está nas mãos de um Presidente todo-poderoso que reúne o apoio de uma coligação de apoiantes (políticos e militares) pertencentes em grande parte a uma elite social e cultural relativamente homogénea. Essa elite – na sua maioria a comunidade crioula de Luanda, os seus aliados e clientes – tem uma longa história de dominação social, económica e política. Tem também uma experiência de mobilização e dominação política, associada à campanha nacionalista e ao reforço do controlo político autoritário e coercivo que se seguiu à tentativa de golpe de Nito Alves, em 1977. Por último, mas não menos importante, é o facto de o Presidente estar no poder há mais de 25 anos, tendo dessa forma garantido uma hegemonia política e económica quase total. Geração após geração de políticos têm alcançado o topo segundo a vontade do Presidente, que é ainda relativamente novo.

É semelhante, no entanto, no facto de a actual situação política estar longe de ser fora do comum em África. O sistema existente é essencialmente uma variante do neopatrimonialismo presidencial, cujos detalhes são discutidos neste volume. Isto significa que o Presidente conspira a sua permanência no poder através de um cuidadoso equilíbrio de cooptação e repressão. Na medida em que ele tem controlo absoluto sobre as receitas do país, pode usar os fundos patrimoniais para angariar e gerir os apoios. Tem igualmente sob controlo as forças armadas e a polícia, de forma que pode exigir obediência e evitar os perigos de qualquer desafio significativo ao seu regime. Discutirei mais adiante a importância política da riqueza do país. Permitam-me aqui explicar por que razão a história de Angola desde a independência fornece ao Presidente um grau de poder que equivale ao dos líderes autoritários mais 'bem sucedidos' em África.

A força do regime assenta em dois pilares principais. O primeiro está no partido, o MPLA, que tem beneficiado de uma longa experiência de duras batalhas políticas, tanto a nível interno como externo, desde as suas origens em finais dos anos cinquenta e início dos sessenta. Tornou-se ao longo do tempo um instrumento político formidável. É verdade que o sistema presidencial, tal como foi consolidado por Eduardo dos Santos após a morte de Agostinho Neto, não depende do partido já que está nas mãos de um único homem. Ainda assim, o partido está suficientemente organizado e disciplinado para ser usado como um instrumento eficaz sempre que é solicitado. Na medida em que não há uma distinção significativa entre partido e Estado, o MPLA nunca pode carecer de recursos para montar qualquer tipo de campanha (eleitoral ou outra) requerida pelo líder.

O segundo, e de modo nenhum negligenciável pilar do regime é o exército. Também aqui a longa experiência de batalha real produziu uma organização que é militarmente eficaz e politicamente obediente. Na medida em que o exército também está integrado no sistema neopatrimonial existente, encaixa-se bem no edifício político presidido por Eduardo dos Santos. Apesar de a longo prazo a politização das forças armadas e a circulação dos seus comandantes por razões políticas poder reduzir a sua eficácia, o exército angolano permanece a máquina militarmente dominante na região – tal como o tem demonstrado nas suas diversas expedições externas. Agora que a ameaça da guerra interna se dissipou, o exército tornar-se-á sem dúvida cada vez mais politizado e fracturado. Com o advento da paz, o exército envolver-se-á mais na política, uma vez que o topo da hierarquia das

forças armadas estava habituado a utilizar o seu importante posicionamento para controlar recursos; querendo agora manter essa possibilidade terá de se imiscuir na esfera política onde as posições ocupadas continuam a garantir o acesso aos recursos do Estado. Dado que muito provavelmente existirão vencedores e vencidos na competição por recursos que se avizinha através do pleito eleitoral, será expectável que as forças armadas se tornem mais divididas e que alguns dos seus membros queiram ter um papel político mais directo. Mas isso será no futuro. Por agora, são de facto um actor muito poderoso em qualquer transição política.

(ii) As implicações políticas da economia do petróleo são muitas e, uma vez mais, há aqui semelhanças com outros países, tais como a Nigéria ou o Gabão. A característica principal partilhada por todos estes regimes é a sua capacidade para virtualmente disporem das receitas de exportação à sua vontade. Isto confere-lhes um grau de poder extraordinário, na medida em que podem exercer a nível interno um patrimonialismo sem paralelo. Ao mesmo tempo, e porque o petróleo é um bem tão essencial e cujo fornecimento está a diminuir a nível mundial, estes regimes são capazes de extrair grandes concessões a nível internacional, nomeadamente a complacência perante abusos políticos. Apesar das pressões existentes sobre todos estes governos para se democratizarem e promoverem o desenvolvimento, não é de todo crível que exista no conjunto da comunidade internacional uma vontade geral em boicotar a sua preciosa exportação. O petróleo é rei e os líderes que o controlam são poderosos.

As consequências da bonança do petróleo para a governação são complexas, mas podem retirar-se algumas lições principais da experiência dos países africanos produtores de petróleo desde a independência. A indústria petrolífera não beneficia a população local, uma vez que dá pouco emprego à mão-de-obra local e dado que todo o rendimento é acumulado pelo governo. As receitas do petróleo são particularmente opacas e, por isso, fáceis de esconder do escrutínio nacional e internacional; são idealmente 'líquidas' para serem acumuladas ou transferidas discretamente. O dividendo do petróleo não é investido em actividades produtivas, mas antes usado para enriquecimento pessoal e objectivos patrimoniais, em grande parte improdutivos. O montante das receitas de exportação é tal que permite aos governos comprar apoio político ou comprar a solução para a maioria dos seus 'problemas' políticos. Finalmente, o controlo destes recursos é de tal forma vital que eleva fortemente a parada de investimentos na competição política: o vencedor muito ganha; o perdedor com nada fica.

Por esta razão, as recentes tentativas da comunidade internacional em forçar o regime angolano a concordar com um maior grau de transparência e de responsabilidade financeira no que diz respeito às receitas do petróleo têm basicamente fracassado. Também não é claro que os governos ocidentais sejam capazes de forçar as suas próprias empresas petrolíferas a revelar os registos que tornariam possível contabilizar os seus negócios com a Sonangol. Consequentemente, o custo político para o regime angolano de falhar em cumprir com estes *desiderata* externos é baixo, se não mesmo insignificante. Ao mesmo tempo, o custo político de perder o controlo sobre as receitas petrolíferas é muito elevado, na medida em que atacaria o coração do poder patrimonial. Independentemente do que aconteça num futuro próximo, é pouco provável que o processo de transição política transforme a natureza da economia política do país. Os concorrentes de Eduardo dos Santos podem queixar-se sobre o secretismo que envolve os rendimentos do petróleo, mas o mais provável

é que se comportem de forma idêntica caso cheguem ao poder.

Mas talvez o atributo político mais importante de uma economia de petróleo em África seja o grau em que está adequada ao exercício de poder no continente: ou seja, o neopatrimonialismo. Enquanto outras formas de actividade económica, tais como a exportação de produtos agrícolas ou manufacturados, envolvem um significativo número de actores, a indústria do petróleo opera longe de interferências e requer poucos, se algum, intermediários locais entre as empresas estrangeiras e os governantes locais. Adicionalmente, os passos financeiros envolvidos entre a concessão de uma licença para exploração de petróleo e a acumulação de receitas por parte da companhia a quem se concedeu a licença são limitados. Esta realidade facilita fluxos contínuos de rendimento que podem ser controlados por uma mão cheia de 'contabilistas' politicamente confiáveis. O resultado é que os governantes se encontram na posição ideal para exercerem o patrimonialismo a partir de um fundo de receitas acerca do qual os clientes nada sabem.

(iii) A parte final da discussão centra-se numa avaliação da natureza das transições políticas em África desde o início dos anos noventa. Até à data, a maior parte dos países africanos instituiu regimes multipartidários e a maioria deles celebrou eleições multipartidárias com êxito. Estamos, pois, em posição de avaliar o modo como essas eleições foram organizadas, se foram 'livres e justas' e que tipo de mudança política provocaram. É certo que a trajectória pós-colonial de Angola tem sido diferente da maioria dos outros países africanos e é importante ter este facto em consideração. No entanto, e como demonstrou a recente história de Moçambique, uma transição pós-conflito para um sistema político multipartidário favorece, em última análise, um regresso ao tipo de política comum no resto do continente. Comparar os dois países, como o faz um dos textos deste livro, sugere que nem as especificidades da experiência lusófona nem os efeitos de uma guerra civil prolongada no tempo têm como resultado um 'modelo' de transição política que seja consideravelmente diferente do resto de África. No entanto, o que aconteceu em Moçambique é importante para uma apreciação do que poderá ocorrer em Angola.

As lições da transição moçambicana são relativamente claras. Em primeiro lugar, havia grande apoio tanto dentro como fora do país à passagem para um sistema político multipartidário, que era encarado por todos como o meio de estabelecer uma forma pacífica de competição política. Porém, apesar de um surpreendentemente forte apoio à RENAMO, a FRELIMO foi capaz de utilizar as vantagens do poder para garantir a vitória eleitoral. A celebração de eleições revitalizou a legitimidade do regime, deu um novo sopro de vida ao governo e tornou-lhe possível rejeitar os diversos apelos por um governo coligado e de reconciliação. O partido no poder cedeu à oposição o mínimo que podia e trabalhou gradualmente para corroer o apoio político da oposição ao nível local e nacional. As reformas ao nível da descentralização foram adiadas ou neutralizadas. Com o passar do tempo, o domínio do partido ficou mais consolidado. A partir do momento em que o eleitorado se apercebeu que a oposição tinha poucas possibilidades de chegar ao poder, a participação diminuiu drasticamente (como foi óbvio nas últimas eleições). Desta forma, Moçambique é hoje politicamente semelhante à maior parte dos outros países africanos – ou seja, efectivamente, um governo de partido único sancionado por eleições multipartidárias. Os factores que determinarão se a FRELIMO permanece no poder são os mesmos que se impõem a todos os outros regimes africanos.

A situação em Angola não é inteiramente idêntica à de Moçambique, mas as diferenças

dificilmente conduzirão a uma maior liberalização política. Em Angola, o regime ganhou a guerra civil e não teve de entrar em compromissos políticos para alcançar a paz. Nem teve de aceitar modalidades e calendários externos para a transição para um sistema político multipartidário. É, em boa medida, capaz de organizar, preparar e realizar eleições de acordo com as condições que mais lhe convêm – o que significa que pode controlar o grau de abertura política, a facilidade com que a oposição é capaz de se exprimir politicamente, a composição da Comissão Eleitoral, o processo de recenseamento eleitoral e a organização de eleições, tudo isto com uma interferência mínima da comunidade internacional. Finalmente, tem acesso a meios financeiros virtualmente ilimitados para a realização de campanhas, podendo assim 'convencer' os votantes de que os seus interesses são melhor salvaguardados pelo seu governo. Claro que não há uma segurança absoluta de que estes factores garantam a vitória eleitoral, mas representam vantagens imensas, e provavelmente decisivas, para o MPLA – vantagens que a FRELIMO não tinha.

A este respeito, a situação em Angola é mais semelhante à dos países em que o partido único estava há muito estabelecido e o regime controlava recursos imensos que conseguia gerir para garantir o seu domínio. A experiência destes casos torna possível retirar um conjunto de inferências relativamente ao impacto das eleições multipartidárias sobre a mudança política. Em termos positivos, a pressão e acompanhamento internacionais tornaram sem dúvida possível uma maior liberdade de expressão e o surgimento de meios de comunicação mais livres (imprensa, rádio, reuniões, etc.). Também permitiram que a oposição se envolvesse numa crítica sistemática aos regimes no poder e forçasse os governos a debater questões políticas importantes. Por último, expôs os mecanismos de nepotismo, clientelismo e corrupção. Do mesmo modo, foram criadas em grande número as chamadas organizações da sociedade civil, muitas das quais com a perspectiva de dar voz às preocupações de secções marginalizadas da sociedade e de pressionar os governos a levar mais a sério as questões do desenvolvimento e da igualdade. São alcances consideráveis e há todas as possibilidades que sejam duradouros.

Não obstante, o balanço de mais de quinze anos de sistemas políticos multipartidários em África não é muito positivo. Aqui é importante distinguir dois aspectos distintos das transições políticas que ocorreram: um tem a ver com a recorrência de eleições multipartidárias ao longo do tempo; o outro diz respeito à questão da mudança sistémica. Relativamente ao primeiro aspecto, tem havido uma tendência para a continuação de pleitos eleitorais multipartidários, por mais que não seja por ser uma condição *sine qua non* da ajuda externa. Algumas destas eleições tiveram como resultado uma mudança de regime, mas no seu conjunto é claro que os governos africanos se tornaram agora adeptos de procurar os meios que permitam a sua reeleição. Assim, o resultado não tem sido – como foi inicialmente previsto pelo Ocidente – o de disputas eleitorais resultarem no afastamento de governos débeis do poder. A sua remoção ou não do poder tem dependido de factores que têm menos a ver com a sua actuação do que com a capacidade de controlarem o processo eleitoral ou de 'comprarem' apoio. Ao analisar a história de resultados eleitorais em África durante este período, é difícil estabelecer qualquer correlação entre os êxitos de governação (em particular no que diz respeito a promover o desenvolvimento ou a reduzir a pobreza) e a vitória ou a derrota eleitoral.

As razões que justificam esta realidade são complexas, mas parecem resultar de dois conjuntos de factores. O primeiro é que os regimes no poder habitualmente ganham

eleições se a oposição está dividida, o que é frequentemente o caso. Quando a oposição está unida, a competição é mais feroz mas os governos no poder não hesitam nada em viciar as eleições caso receiem a derrota – facto que lhes dá uma vantagem importante. Apesar de uma desaprovação internacional esporádica, geralmente conseguem fazê-lo. Quando os regimes perdem, frequentemente recuperam o controlo na eleição seguinte, pela simples razão de que o novo governo é raramente capaz de fazer melhor e frequentemente não dispõe dos recursos acumulados por quem esteve tanto tempo no poder. Por último, os regimes recém eleitos raramente se comportam na governação de uma forma diferente da dos que depuseram.

Chegamos assim à consideração final que constata o facto de que a mudança de regime em África não trouxe até hoje uma reforma política sistémica. Em boa verdade, a conclusão a retirar dos últimos quinze anos de eleições multipartidárias é a de que não resultaram numa melhoria notável ao nível da governação. Nem os regimes que permaneceram no poder nem aqueles que os substituíram introduziram de forma clara governos mais responsáveis e políticas mais orientadas para o desenvolvimento. Com poucas excepções, tem havido uma continuação da política neopatrimonial, uma forma de governação que é (pelo menos a longo-prazo) simplesmente incompatível com o desenvolvimento económico e social.

Além disso, as eleições multipartidárias têm tido os seus custos. Em muitos casos, a feroz competição que geraram intensificou tensões sociais, regionais ou étnicas que, em algumas situações, conduziram à eclosão da violência ou mesmo à guerra civil. Onde regimes de partido único dependiam de uma combinação de cooptação e autoritarismo, as eleições multipartidárias forçaram políticos rivais a empregar meios agressivos para triunfar sobre os seus opositores. Assim, a experiência leva-nos a questionar se este tipo de competição multipartidária é naturalmente favorável à democratização da sociedade.

****

Não há obviamente forma de prever a evolução futura de Angola. No entanto, um estudo da história do país, uma análise da génese e natureza do regime, bem como uma avaliação da experiência das eleições multipartidárias em África podem fornecer um quadro útil para visualizar um rumo possível para as actuais transições políticas. O destino de Angola reside nas mãos do seu povo, mas não é descabido assumir que num futuro próximo o regime do MPLA continuará a ter os meios políticos, coercivos e financeiros para manter as rédeas do poder.

Introdução

Nuno Vidal
Justino Pinto de Andrade

Nuno Vidal
Faculdade de Economia da Universidade de Coímbra
&
Justino Pinto de Andrade
Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola

A presente obra resulta da conferência internacional, "*O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*", realizada em Luanda a 19 e 20 de Agosto de 2004. A ideia de organizar este evento nasce de um encontro entre Justino Pinto de Andrade e Nuno Vidal em Lisboa tendo ambos pensado a possibilidade de realizar em Luanda uma conferência capaz de discutir alguns dos temas candentes da vida política, social e económica de Angola na era do pós partido único.

Passada mais de uma década sobre o início do processo de transição para o multipartidarismo e depois do fim do conflito armado, o momento era o do começo de preparação das futuras eleições gerais e o indicado para se realizar uma discussão alargada acerca do multipartidarismo em Angola e das novas perspectivas que se abrem em clima de paz. Complementarmente, era também uma óptima oportunidade para estreitar laços de cooperação entre duas das mais reputadas instituições académicas dos dois países e contribuir para a aproximação científica entre Portugal e Angola que se pretende cada vez mais intensa.

Concretizando aqueles objectivos gerais, em primeiro lugar a organização pretendeu realizar um evento de raiz académica, mas que não se restringisse a este âmbito e fosse capaz de envolver personalidades de vários outros campos sócio-profissionais com uma voz activa sobre os temas a serem discutidos. Tratava-se no fundo de aproveitar uma interessante característica da sociedade Angolana do pós-partido único que consiste em ter um espaço político progressiva e regularmente permeado, entre outros, por agentes do mundo académico, jornalístico, artístico e literário, religioso e das Organizações Não Governamentais. É interessante verificar que numa sociedade com uma história de multipartidarismo tão recente como Angola, o espaço político não é de modo algum exclusivo das organizações político-partidárias, que em variadas ocasiões têm sido ombreadas na sua área de intervenção por agentes das outras dimensões da vida em sociedade. Esta característica é inclusive analisada por alguns dos autores que participam nesta obra.

Em segundo lugar, era intenção da organização criar um evento efectivamente multidisciplinar, que trouxesse à discussão várias áreas científicas e quadrantes de pesquisa. O convite à participação estendeu-se muito além de Angola e Portugal e abriu-se a nível internacional, sendo que a resposta superou as melhores expectativas. O critério de selecção dos candidatos

obedeceu aos objectivos gerais da conferência acima expostos, estando presentes participantes de várias regiões do globo na qualidade de palestrantes e convidados.

Os objectivos do evento foram alcançados, sendo que os trabalhos decorreram de forma participativa com debates vivos entre palestrantes e entre estes e a audiência, sempre num clima de tolerância e respeito por opiniões contrárias mesmo quando se tratavam de temas politicamente mais sensíveis, facto que em princípio constitui uma boa referência para uma vivência social que se pretende democrática e sã.[1] A colaboração entre as duas instituições saldou-se de forma extremamente positiva, abrindo um espaço de cooperação que deverá ser aproveitado para desenvolver outros projectos no futuro.

A obra que aqui se apresenta está estruturada em seis capítulos. O primeiro, faz o enquadramento geral do tema da conferência e contém os textos dos dois organizadores – Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade –, sendo que os restantes cinco capítulos correspondem basicamente aos painéis que compuseram o colóquio em Luanda *(II - História, Cultura e Sociedade em Angola; III - O processo de transição política em Angola; IV - Sociedade Civil em Angola; V - Angola e a comunidade internacional; VI - Constituição, ordenamento político-administrativo e futuras eleições gerais)*. Aos textos apresentados pelos diversos autores na conferência de Luanda juntaram-se alguns textos seleccionados de dois painéis que Nuno Vidal organizou sobre Angola, três meses mais tarde, no encontro anual da *African Studies Association – ASA* em New Orleans (11 a 14 de Novembro de 2004) e que foram inseridos nos capítulos desta obra de acordo com a temática neles abordada, estando cada um deles devidamente assinalado como pertencendo ao encontro da ASA.

Fazendo o enquadramento do tema central da obra e da conferência, o **capítulo I** contém os textos de Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade,procurando dar uma perspectiva histórico-analítica do sistema político Angolano após a independência, apresentando as suas principais características e os desafios a que foi sujeito desde o final dos anos oitenta/ princípios dos anos noventa – aquando do início do processo de transição para o multipartidarismo –, passando pelo reatar da guerra civil logo após as eleições e chegando ao período de paz que se vive actualmente. Várias foram as etapas e os respectivos obstáculos que se apresentaram ao sistema político Angolano, vivendo-se agora num período *sui generis*, marcado por uma paz militar efectiva desde a assinatura do memorando do Luena am Abril de 2002. O actual momento representa uma oportunidade de mudança no sentido da plena implementação de uma democracia multipartidária, que poderá dar um passo importante para a sua consolidação com o processo conducente à realização das eleições gerais previstas para 2006/2007, com o respeito pelos resultados eleitorais e a reposição da legitimidade e normalidade democráticas. A expectativa dentro e fora do país é grande. Contudo, vários são os desafios e os obstáculos que se levantam no caminho da efectiva democratização de Angola, tal como analisados detalhadamente neste primeiro capítulo, assim como em vários outros textos deste volume.

O **capítulo II** assume um carácter eminentemente histórico-cultural, sendo apresentado e comentado por **Justino Pinto de Andrade** e contando com as contribuições de Douglas

[1] Ver, por exemplo, o comentário público do representante do Christian Michelsen Institute presente na conferência, in Miranda, Arlindo, *Angola 2003/2004, Waiting for Elections*, a report for the Michelsen Institute, 2004, p.18.

Wheeler, Jaka Jamba, Ruy Duarte de Carvalho, João Batista Lukombo Nzatuzola e Alberto Oliveira Pinto. **Douglas Wheeler** traz à edição Portuguesa um texto revisto, dedicado às origens do nacionalismo em Angola tal como manifestas nos escritos de protesto dos *assimilados* durante o período de 1859 a 1929, notando que da frustração dos *assimilados* nasceu a alienação sócio-política que se iria transformar em nacionalismo. Por seu lado, **Jaka Jamba** desenvolve um tema que tem vindo a trabalhar ao longo dos últimos anos a nível de pesquisa e de acção política, respeitante à questão da identidade cultural Angolana, realçando entre outros factores a necessidade da preservação e dignificação das quatro grandes famílias linguísticas Angolanas (Bantu, Khoisan, Vátua e Portuguesa) enquanto afirmação identitária do rico mosaico cultural Angolano e sua inserção na modernidade. O escritor e ensaísta **Ruy Duarte de Carvalho** discute a relação entre cultura e democracia em Angola, enfatizando a falta de tradição democrática e entre outras questões chamando a atenção para o problema da educação (relacionada com a formação de futuras elites e alteração da cena política Angolana), o problema da identificação entre população e poder, e a necessidade de reintegração geral da sociedade Angolana (desmobilizados, deslocados e desequilíbrios de densidade demográfica entre regiões). **João Batista Lukombo Nzatuzola** fala de exclusão e estratificação social relacionando-as com o fenómeno político, o problema da identidade em Angola e a especificidade da colonização portuguesa. Por fim, a fechar o capítulo temos o texto de **Alberto Oliveira Pinto** que aborda o sensível tema da raça e do racismo em Angola, fazendo uma análise histórica do século XV aos nossos dias e chamando a atenção para as novas formas que o racismo e a raça podem assumir na actualidade, carregando ainda consigo alguns vestígios do passado colonial .

Debatendo a questão d'O *processo de transição política em Angola*, o **capítulo III** é apresentado e comentado por **Vicente Pinto de Andrade** e aberto com o texto de **Christine Messiant**, constituindo uma incisiva análise da economia política do regime angolano desde os anos oitenta – altura em que se terá dado uma acentuada viragem clientelista – até aos dias de hoje, apresentando fundamentadas dúvidas acerca da efectiva democratização, sustentando a hipótese de se estar perante a reconversão de uma dominação hegemónica do período monopartidário para um contexto de multipartidarismo, ou seja, um sistema só formalmente multipartidário, mantendo inalterada a sua lógica interna de funcionamento anterior à transição. Segue-se o texto de **Michel Cahen** que traz à discussão a questão da democracia e do pluralismo em África, comparando os casos de Angola e Moçambique, não nas suas semelhanças ou diferenças conjunturais, mas sobretudo nas suas diferenças históricas e estruturais. Pese embora os obstáculos, as potencialidades não só de pluralismo mas de pluralidade encontraram vias e meios de se exprimirem. De certa forma na linha de Christine Messiant, **Filomeno Vieira Lopes** desenvolve a argumentação de que a consolidação do poder em Angola tem estado na relação inversa do desenvolvimento económico, sendo que uma gestão de tipo neo-patrimonial impede o desenvolvimento e não facilita a transição para o multipartidarismo. Deste modo considera inconsequente o processo de transição em Angola, mantendo-se o mesmo tipo de gestão do poder. A fechar o capítulo, **Jean-Michel Tali** compara analiticamente os processos de transição política de Angola e do Congo-Brazzaville, chamando a atenção para vários factores promotores de exclusão de largos sectores da sociedade em Estados africanos, criando deste modo as bases para recorrentes conflitos sociais armados.

O **capítulo IV** trata da questão da *Sociedade Civil em Angola*. Apresentado e comentado por **Benjamim Castello**, o capítulo inicia com o trabalho de **Fernando Pacheco** que aborda o tema geral da democracia em Angola, referindo o facto de não existir uma cultura democrática num país que viveu todo o século XX sob regimes totalitários, primeiro fascista e depois leninista. Sublinha, no entanto, o recente mas relevante esforço das organizações da sociedade civil Angolana que têm vindo a crescer e a apoiar o processo democrático com várias conquistas. Seguidamente temos o texto de **João Paulo N'Ganga** que discute o papel da comunicação social em Angola desde a independência aos nossos dias, centrando-se particularmente no período posterior às eleições de 1992, caracterizado como ainda dominado pelo partido-Estado. Num tal contexto o autor discute o contributo da comunicação social para o processo democrático, afirmando a necessidade de se realizar uma discussão a nível nacional sobre a comunicação social em Angola e o alargamento da abrangência social e territorial dos meios de comunicação social – que vá além de um público elitista e que atinja todo o território nacional. O texto de **Jorge Eurico** sustenta que a sociedade civil angolana – em interacção com vários partidos políticos – tem contribuído para que se mantenha acesa a chama das aspirações de consolidação do Estado democrático, tendo servido de freio à tendência regressiva e monolítica que se pretendia impor na década de 90, no período de guerra. Contudo, realça que a interacção da sociedade civil com os partidos políticos tem sido maniqueistamente utilizada para tentar desacreditar a sociedade civil, colocando-a ao serviço dos partidos políticos, o que não constitui uma realidade. **Mónica Rafael** argumenta a favor da importância da sociedade civil em processos de pós-guerra, referindo que no caso de Angola existem algumas evoluções positivas na relação entre Estado e sociedade civil, mas tendo esta abertura que ser mais efectiva e institucionalizada sob pena dos processos mais participativos não irem além das aparências, ficando sem impacto real nos processos de decisão. **Aline Afonso Pereira** sustenta que a transição para a economia de mercado nos anos 90 reforçou a desigualdade de género em Angola. Dado o peso da mulher na sociedade angolana, esta desigualdade compromete todo e qualquer processo de desenvolvimento. Deverá caber ao Estado o papel central e primeiro na resolução do problema ainda que coadjuvado por outros actores da sociedade civil e não o contrário, como por vezes se quer fazer crer, desresponsabilizando o Estado em favor das organizações da sociedade civil. **Cristina Salvador** expõe alguns dos principais problemas sociais que presentemente afectam as cidades angolanas, derivados do crescimento urbano explosivo que se seguiu à época colonial. Refere a necessidade de adopção de políticas urbanas que tenham em conta a dimensão e especificidade das zonas de habitação informal das cidades de Angola, reflectindo também sobre a definição de processos participativos nas acções de planeamento e gestão do território e como as políticas territoriais podem fortalecer a construção da cidadania. Por fim – a encerrar o capítulo –, na sequência de recentes pesquisas nas cidades de Luanda e Ondjiva, **Cristina Rodrigues** analisa as redes de solidariedade derivadas de uma estrutura tradicional (identidades e laços familiares) e recreadas no contexto urbano no pós-independência e pós-guerra, argumentando que apesar de as relações rural/urbano serem intensas e a solidariedade da família constituir um factor fundamental, em ambos os centros urbanos as referências urbanas/cosmopolitas tendem a assumir um papel crescente, produzindo novas formas de identidade social.

O **capítulo V** diz respeito à relação de Angola com a comunidade internacional. Apresentado

e comentado por **Gerald Bender**, conta com a participação de Paulo Jorge, Arvind Ganesan e Manuel Paulo. **Paulo Jorge** apresenta as relações entre Angola e a comunidade internacional em três fases distintas: uma primeira de afirmação que se segue à independência, uma segunda, nos anos oitenta, marcada fortemente pelo agudizar do conflito armado num contexto de guerra-fria, e uma terceira caracterizada pelo novo tipo de postura de Angola no concerto das nações, que se inicia com a transição para o multipartidarismo e as eleições de 1992. Segue-se o texto de **Arvind Ganesan** que relaciona a má gestão das receitas petrolíferas angolanas com a pobre *performance* do país ao nível dos direitos humanos, sendo Angola um dos países mais pobres do mundo apesar da sua riqueza petrolífera. Para o autor, o passo provavelmente mais importante e decisivo do processo de transição em Angola é a necessidade da sociedade angolana exercer um escrutínio constante sobre a forma como o governo utiliza os fundos. A encerrar o capítulo está o trabalho de **Manuel Paulo** que analisa as orientações da política externa angolana no pós-independência, argumentando que os objectivos e a consequente estruturação da política externa até 2002 (Memorando do Luena), comprometeram a capacidade do país de mobilizar recursos para a sua reconstrução no pós-guerra – nomeadamente ao nível da conferência internacional de doadores que está por realizar –, sendo agora necessário reestruturar a diplomacia Angolana para a adaptar a um novo contexto nacional e internacional.

O último **capítulo** do livro – **VI** – aborda os temas que actualmente dominam a agenda de todos os partidos políticos em Angola – *a constituição, o ordenamento político-administrativo e as futuras eleições gerais*. Apresentado e comentado pelo professor e jurista Angolano **Carlos Feijó**, o capítulo reúne as contribuições de Bornito de Sousa, Abel Chivukuvuku, Luís do Nascimento e Lindo Bernardo Tito. Pela natureza do tema e pelo percurso sócio-profissional dos vários autores, o capítulo encerra naturalmente perspectivas políticas e académicas, servindo o anteriormente referido objectivo da organização do evento de o enriquecer com contribuições para além do espectro académico. **Bornito de Sousa** faz um enquadramento político, histórico e jurídico da problemática criada em torno da relação entre a aprovação da nova constituição e as futuras eleições, argumentando em favor da definição prévia do quadro legal fundamental antes da realização do pleito eleitoral. No entender do autor, a questão encerra divergências políticas relacionadas, entre outros aspectos, com a definição dos poderes dos diversos órgãos do aparelho de Estado, nomeadamente entre governo e presidência da República, defendendo que se deve evitar a bicefalia do executivo. Por outro lado, **Abel Chivukuvuku** considera igualmente legítimas, tanto as pretensões que vão no sentido de se realizarem as próximas eleições com base no actual texto constitucional, como as que defendem a prévia aprovação de um novo texto constitucional, mas considerando ilegítimo o contínuo protelamento da realização das eleições ou o seu condicionamento à aprovação de um novo quadro jurídico-legal. No entender do autor, tal protelamento redundará num maior desfasamento entre as instituições públicas e os cidadãos, assim como na inconstitucionalidade. Prosseguindo a discussão acerca da nova constituição, **Luís do Nascimento** sustenta juridicamente a posição de que na sua actual composição a Assembleia Nacional é a todos os títulos ilegítima, uma vez que o mandato dos deputados eleitos em 1992 era de quatro anos e, como tal, não podem legitimamente aprovar a nova Constituição. Centrando-se na discussão do futuro ordenamento político-administrativo do país, **Lindo Bernardo Tito** traz à colação a temática

das diferentes perspectivas de descentralização existentes no seio da Comissão Constitucional, sendo que cada uma das três maiores forças parlamentares angolanas – MPLA, UNITA e PRS – lidera um projecto de descentralização. Apresentando e analisando cada um daqueles projectos, o autor sustenta a proposta federalista do PRS que, segundo o próprio, estaria mais adequada à realidade histórica e sociológica do país.

Com esta breve apresentação da estrutura do volume pretendemos dar uma ideia dos temas tratados pelos diferentes autores, devendo no entanto ser aqui realçado que tal apresentação não se trata de um resumo ou sequer uma síntese dos trabalhos mencionados, mas apenas de um pequeno e limitado conjunto de chamadas de atenção para os temas desenvolvidos e que, estamos convencidos, aguçarão a curiosidade e o apetite do leitor.

Uma última nota para referir que os pontos de vista e argumentos apresentados nos textos constantes da presente obra são da inteira responsabilidade dos seus respectivos autores e em momento algum poderão ser imputados às instituições promotoras e organizadoras do evento.

O Processo.....48 48 3/31/06 11:36:20 AM

Capítulo I

PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA O MULTIPARTIDARISMO EM ANGOLA

Textos

Nuno Vidal

Justino Pinto de Andrade

MULTIPARTIDARISMO EM ANGOLA[1]

Nuno Vidal
Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra

Durante a década de 1992-2002 (*i.e.* das primeiras eleições multipartidárias à assinatura do memorando do Luena, que finalmente colocou fim ao conflito), o processo Angolano de transição para o multipartidarismo (iniciado em 1992) foi de certa forma suspenso e mantido refém da guerra civil. Várias restrições a um efectivo funcionamento de um sistema multipartidário permaneceram ao longo dos anos 90, especialmente ao nível dos direitos civis e políticos. Após a morte de Savimbi e o fim da guerra, existiam fortes expectativas em relação a uma rápida abertura de espaço para a actuação da oposição partidária e de uma emergente sociedade civil, que abrisse caminho a uma mudança substancial no seio do sistema político.

Contudo, volvidos quatro anos após o memorando de paz, exceptuando-se a liberdade de circulação por todo o país (que é extremamente importante para a população, mas em si só insuficiente), não existem sinais significativos no sentido de uma efectiva democratização do regime. Construídas ao longo de duas administrações presidenciais, durante o chamado período Socialista (segunda metade dos anos 70 e anos 80), as características estruturantes da lógica interna do sistema político Angolano correm o risco de se perpetuarem na suposta era do multipartidarismo.

Uma das grandes expectativas/esperanças da oposição e de parte

[1] Trabalho realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Ensino Superior – FCT-MCES. Este texto beneficiou da pesquisa de campo que tenho vindo a efectuar ao longo dos últimos anos em algumas províncias de Angola no âmbito do projecto de investigação que desenvolvo na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra dedicado ao estudo do processo de transição para o multipartidarismo em Angola. O projecto iniciado em 2003 terminou em Dezembro de 2005 e ao longo destes três anos compreendeu cerca de 3 a 4 meses por ano de investigação de campo, tendo esporadicamente colaborado com equipas internacionais de investigação a trabalharem sobre diversos aspectos da realidade angolana. Ao longo destes três anos, cerca de trezentas entrevistas foram realizadas com personalidades de um vasto leque sócio-profissional: membros das estruturas locais e nacionais de todos os partidos representados na Assembleia Nacional, assim como representantes de alguns partidos sem assento parlamentar mas que se têm destacado pela sua intervenção; membros das estruturas governamentais nacionais e locais; membros da estrutura presidencial; líderes religiosos Católicos e Protestantes; membros das Forças Armadas; jornalistas da televisão, da imprensa escrita e da rádio, tanto da esfera privada como estatal; académicos; representantes sindicais, gestores e trabalhadores das ONG nacionais e internacionais e autoridades tradicionais, entre muitos outros. Por motivos de falta de espaço a lista de todos os entrevistados não será aqui apresentada, fazendo parte do relatório final de investigação.

da chamada sociedade civil emergente é a de que a paz e as eleições (legislativas, presidenciais e locais) possam iniciar um processo de mudança significativa do sistema político Angolano. Estas expectativas baseiam-se em três argumentos principais: 1) a dinâmica de um processo eleitoral internacionalmente acompanhado abrirá mais espaço para o debate público e para a exigência política; 2) a possibilidade de um parlamento sem a maioria de um único partido é igualmente vista como uma grande oportunidade de institucionalização da negociação política; 3) as eleições locais que se espera venham a ocorrer após as legislativas podem iniciar um processo gradual de desenvolvimento local (para além do sector petrolífero), de inclusão política e de participação, corroendo a actualmente excessiva centralização do poder e da administração que, a par de outras consequências, contribui para a exclusão da maioria da população da política e da vida pública.

O presente texto analisa aquelas expectativas e argumentos (Capítulo 4), tendo em conta o processo político mediante o qual as principais características do sistema político Angolano foram construídas após a independência, essencialmente na segunda metade dos anos 70 e 80 – durante o período Socialista (Cap.1); a forma como estas mesmas características sobreviveram ao longo dos anos noventa, num período de multipartidarismo (Cap.2); os obstáculos, riscos e constrangimentos que tais características ainda representam para uma efectiva democratização depois do fim da guerra e em vista das esperadas eleições (Cap.3).

A análise centra-se no modo como a estrutura política serve a lógica patrimonial/clientelista, independentemente do modelo político formal existente (Socialista mono-partidário ou capitalista multipartidário), permitindo um tipo específico de dominação, combinando distribuição selectiva e co-optação com repressão, fragmentação social e alienação político-económica da maioria da população[2].

1 - A construção do sistema politico angolano após a independência

O sistema político Angolano do pós-independência é claramente caracterizado por uma lógica de funcionamento de tipo patrimonial moderno[3]. Após a conquista do novo Estado independente, as elites no seio do partido no poder criaram um sistema de apropriação e distribuição dos recursos públicos com o objectivo de assegurarem a hegemonia política e económica, gerindo equilíbrios políticos internos e co-optando, sempre que possível, potenciais ou declarados rivais. O partido único foi rapidamente encarado como o instrumento central de gestão de todo o sistema, operado mediante a afectação de cargos na estrutura partidária e governamental.

Uma complexa estrutura institucional de privilégios sociais e materiais inerente aos escalões superiores da estrutura hierárquica Estatal/Partidária/Militar (estas esferas desde cedo

---

[2] Para uma discussão teórica aprofundada sobre esta matéria ver Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism in Africa: the genesis and development of the Angolan political-economic system, 1961-1987* (London: King's College, 2002), a PhD thesis; also Vidal, Nuno, 'Modern and Post-Modern Patrimonialism' in *Community & the State in Lusophone Africa*, edited by Malyn Newitt with Patrick Chabal & Norrie MacQueen (London: King's College London, 2003), pp.1-14.

[3] Para uma caracterização e discussão teórica deste tipo de sistemas patrimoniais modernos em África ver entre outros, Médard, Jean-François, 'The Underdeveloped State in 'Tropical Africa: Political Clientelism or Neo-Patrimonialism?', in Clapham, C., ed., *Private Patronage and Public Power* (London: Frances Pinter, 1982), pp.162-192.; Médard, Jean-François, 'L'État néo-patrimonial en Afrique noire' in Médard, Jean-François (ed.) *États d'Afrique noire (*Paris: Karthala, 1991), pp.323-353; Bayart, Jean-François, *The State in Africa, the politics of the belly* (London: Longman, 1989); Bayart, Jean-François et al., *The Criminalization of the State in Africa* (London: James Currey, 1998); Chabal, Patrick, *Power in Africa* (London: Macmillan Press, 1994); Chabal, Patrick and Daloz, Jean-Pascal, *Africa Works* (London: James Currey, 1999).

que se justapuseram a nível do topo), foi colocada em prática, desde logo esbatendo a distinção entre dimensão pública e privada e impondo uma grande diferenciação social entre as elites no poder e a maioria da população, que ferozmente lutou para estabelecer ligações clientelistas com os escalões superiores da pirâmide patrimonial (usualmente procurando apelar para solidariedades primárias do tipo familiar, regional, etno-linguístico, etc.). A justaposição das estruturas partidárias e Estatais e a centralização política e económica, típicas de um modelo Marxista, serviram na perfeição as necessidades de um funcionamento patrimonial distributivo[4].

Tal como em muitos outros casos em África, o patrimonialismo Angolano do pós-independência começou por ser de natureza partidária (durante a administração de Agostinho Neto), para depressa se tornar presidencial. O patrimonialismo presidencial continuava a significar que o partido era o principal instrumento de distribuição de benefícios e privilégios sociais e materiais, contudo, dadas as receitas decrescentes causadas pelo esforço de guerra e pela ruptura do sector produtivo fora da indústria petrolífera, a distribuição foi-se contraindo e aqueles que se situavam nas margens da pirâmide patrimonial – social e economicamente mais desfavorecidos – perderam uma boa parte do seu "quinhão do bolo". O usual desequilíbrio no acesso aos recursos do Estado entre elites governantes e populações governadas agravou-se e o patrimonialismo tornou-se crescentemente "elitista", ao mesmo tempo que se tornou presidencialista (sobretudo durante a administração do presidente Eduardo dos Santos, ao longo dos anos oitenta).

O sistema distributivo que supostamente deveria relacionar governantes e governados, ligar centros e periferias, áreas rurais e urbanas – *i.e.* integrar e dar coerência ao sistema político –, entrou em colapso. Tornou-se extremamente concentrado no topo, nas mãos de poucos (a presidência e uma *clique*) e praticamente excluiu a maioria da população de qualquer participação política efectiva, no seio de um processo que caracterizei em anteriores trabalhos como de patrimonialismo pós-moderno para o distinguir do patrimonialismo moderno que existiu durante a administração de Agostinho Neto[5].

Na medida em que era o sistema político-partidário e administrativo que permitia aceder a privilégios e benefícios materiais, tal fenómeno de 'elitismo' representou igualmente uma forte restrição no acesso aos canais dos recursos e a negligência política e económica da maioria da população, cada vez mais distante dos escalões cimeiros da pirâmide patrimonial. A natureza de enclave *rentiére* da principal fonte de receitas – o petróleo – facilitou este fenómeno, permitindo que as elites no poder ignorassem práticas de extracção de mais valias do esforço produtivo da generalidade da população.

O fenómeno de acentuada concentração do poder político, centralização administrativa e "elitismo" no acesso aos recursos do Estado, começou com o primeiro presidente - Agostinho Neto -, e foi depois fortemente desenvolvido por Eduardo dos Santos[6].

---

[4] A distribuição centralizada é crucial porque se o sistema distributivo é política e administrativamente disperso, a organização patrimonial corre o risco de ruptura uma vez que os benefícios e privilégios podem ser obtidos sem se depender do Chefe no topo da pirâmide. Como diria Médard, *l'État qu'on cherche à implanter presque partout est un État centralisé de type jacobin, et non un État fédéral ou décentralisé. Le cas du Nigeria est là encore atypique; in* Médard, Jean-François (ed.) *États d'Afrique noire* ...op. cit., p.360.

[5] Para uma discussão mais profunda sobre a natureza do sistema politico Angolano ver Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism in Africa*...op. cit; também Vidal, Nuno, 'Modern and Post-Modern Patrimonialism', op. cit., pp.1-14.

[6] Vidal, Nuno, 'The development of the Angolan political and administrative system from 1975 to the present', in Kyle, Steve (org.) *Intersections between social sciences* (Cornell NY: Institute for African Development of Cornell University, 2004)' pp. 1-16.

1.1 A presidência de Agostinho Neto

O presidente Agostinho Neto começou desde cedo (1976) a absorver progressivamente os poderes do Primeiro-Ministro e a reforçar a sua autoridade sobre os comissários provinciais (actuais governadores provinciais), assumindo o protagonismo no governo – integrando e presidindo o Conselho de Ministros[7] – e mais tarde, em Dezembro de 1978, simplesmente abolindo os cargos de Primeiro-Ministro e Vice Primeiro-Ministro, tornando-se constitucionalmente no Chefe do Governo, para além de Chefe de Estado e Comandante em Chefe das Forças Armadas; todos os cargos derivando do facto de ser Presidente da República que por sua vez decorria de um outro cargo, o de Presidente do MPLA[8].

Ainda que indirectamente, o processo de centralização e elitismo beneficiou fortemente da tentativa de golpe de Estado ocorrida em Maio de 1977, liderada por Nito Alves[9], servindo de argumento à necessidade de terminar com a indisciplina e dispersão interna de poder e justificando várias das medidas tomadas e que começaram a moldar o sistema político angolano, das quais se destacam quatro. A primeira consistiu na concessão de acrescidos poderes presidenciais (conforme referidos acima) por parte do Comité Central em 1977 e 1978[10]; a segunda resultou na emergência de uma temível e aterradora segurança do Estado, que se desenvolve no pós-tentativa de golpe, perpetrando uma sangrenta purga com milhares de mortos e dissuadindo quaisquer possíveis e futuras "contestações"; a terceira, diz respeito à criação de um movimento de rectificação iniciado no seio do partido, tendo reduzido drasticamente o número de membros filiados, favorecendo as camadas urbanas e escolarizadas em detrimento das rurais e iletradas – representando os primeiros sinais de elitismo sócio-político-económico no seio do partido; a quarta, representou a institucionalização de um tenaz controlo politico-militar sobre o sistema judicial, justapondo tribunais civis e militares.

Uma radical campanha para a "limpeza" da sociedade e do aparelho partidário degenerou numa selvática e aterradora caça às bruxas por todo o país, com especial incidência sobre jovens activistas, intelectuais e quadros (normalmente tidos como próximos dos ideais Nitistas), e assim acentuando o deficit de quadros em Angola. A purga e a sua traumática memória tornaram-se num poderoso inibidor do protesto popular organizado contra a liderança do MPLA[11]. De 1977 em diante, aos primeiros sinais de qualquer potencial demonstração de oposição (que permaneceu banida até 1991) bastava à segurança do Estado fazer circular tropas especiais pelas ruas da cidade para dissuadir os mentores de tais projectos.

Em paralelo à purga, foi lançado um movimento de rectificação de forma "*a depurar a*

---

[7] Ver Lei 71/76 in *Diário da República-DR*, I, 266 (11 Novembro 1976) onde os artigos 32, 33, 35, 36, 38, 39, 41, 48 e 50 foram reescritos; ver igualmente Lei 13/77, in *DR*, I, 194 (7 Agosto 1977), que alterou os artigos 32 e 38 da Constituição.

[8] Ver arts. 31 e 32 da Lei Constitucional, *DR*, I, 31 (7 Fevereiro 1978); igualmente Lei 1/79, DR, I, 14 (16 de Janeiro de 1979).

[9] Sobre a estratégia política *Nitista*, a tentativa de golpe e a reacção de Agostinho Neto, ver Vidal, Nuno, Post-modern patrimonialism in Africa:...op. cit. chap.5

[10] As alterações constitucionais acima referidas que alargaram os poderes do presidente, eram todas elas aprovadas em reunião do Comité Central do MPLA: a revisão de 1976 foi aprovada pela reunião do CC de Outubro de 1976; a revisão de 1977 foi aprovada pelo plenário do CC de Agosto de 1977; a revisão de 1978 foi aprovada pelo plenário do CC de Janeiro de 1978.

[11] Vidal, Nuno, Post-modern patrimonialism in Africa:...op. cit. chap.5 e chap.6; também Mabéko-Tali, Jean-Michel, *Dissidences et pouvoir d'etat: le MPLA face a lui-même (1962–1977), Tome I* (Paris: Université Paris VII, 1996) thése de doctorat, p.395.

organização dos elementos nocivos"[12], estabelecendo rígidos processos para a filiação no partido, degenerando nos primeiros sinais de "elitismo" partidário expresso no slogan de então – "*não é do partido quem quer mas quem merece*". O número de membros do partido caiu de 110.000 para 31.000[13]. Numa população estimada em cerca de 9 milhões em 1980, os membros do partido representavam cerca de 0.34% da população, o que era muito pouco considerando que se tratava de um sistema de partido único.

Os critérios de selecção tinham em conta que o partido deveria ser "*constituído pelos elementos mais conscientes das classes e camadas sociais revolucionárias*"[14], sendo na prática tidos como aqueles capazes do estudo e divulgação dos princípios do Socialismo[15]. Tais critérios educacionais acabaram por descriminar os camponeses, dada a sua limitada educação (a maioria eram iletrados[16]). Após a rectificação eles apenas representavam 1.9% dos membros do partido[17]. Nas palavras de Lúcio Lara (secretário do partido para a organização), foi dada prioridade aos operários no processo de selecção, tendo estes que se submeter somente a um ano de observação, enquanto que os camponeses estavam sujeitos a dois anos, antes de se tornarem membros[18]. Tais critérios simplesmente ignoravam o facto de que 60% de toda a força de trabalho exercia a sua actividade laboral na agricultura, a maioria como camponeses, e que 74% da população ainda vivia nas áreas rurais[19]. Os camponeses começavam a ficar distanciados do partido[20]. Tendo em conta que o partido era o principal fornecedor de bens e benefícios e considerando que a produção agrícola decaiu abruptamente devido à guerra e a um ineficaz modelo de organização Socialista excessivamente centralizado (ambos os factores conduzindo ao colapso do sistema produtivo e de comercialização de produtos agrícolas), os camponeses estavam agora nas margens da distribuição patrimonial. O partido apresentava assim os primeiros sinais de "elitismo" político, económico e social.

Tendo em mente os problemas causados logo nos primeiros anos de independência por uma jovem geração intelectual, organizada em comités envolvidos em actividades políticas, resistindo ao domínio centralizador da geração nacionalista (e mais velha) do MPLA e parcialmente aderindo ao "movimento" Nitista[21], um novo controlo sobre a educação foi estabelecido pelo partido. Neste sentido, em despacho presidencial de Fevereiro de 1979, Neto determinou que o Conselho de Bolsas de Estudo para Estágios e Formação de Quadros no Estrangeiro e o Fundo do Bolseiro respondiam agora perante o Departamento

---

[12] *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA, realizado em Luanda de 4 a 11 de Dezembro de 1977* (Luanda: DEPI, 1977), p.19.

[13] In *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso Extraordinário do Partido, realizado em Luanda de 17 a 23 de Dezembro de 1980* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), pp.17–18.

[14] In *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso* ... op. cit. ...1977, p.22.

[15] *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso* ... op. cit. ...1977, pp. 18-19.

[16] Por altura do primeiro congresso em 1977, a taxa de analfabetismo estava em torno dos 80% de toda a população; ver Somerville, Keith, *Angola: Politics, Economics and Society,* (London: Frances Pinter, 1986). p.91; ver também Bhagavan, M R, *Angola's political economy 1975–85* (Motala: Swedish International Development Authority, 1986), p.9.

[17] In *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso Extraordinário*... op. cit...1980, p.18.

[18] Cit. in Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola in the Frontline* (London: Zed Press, 1983) pp.167–168. No mesmo sentido está o *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso Extraordinário*... op. cit...1980, p.35; ver igualmente Vidal, Nuno, "The development of the Angolan political-administrative...op. cit., pp. 1- 16.

[19] Ver, Somerville, Keith, *Angola* ... op. cit. pp.96–97.

[20] Ver, Somerville, Keith, *Angola* ... op. cit. pp 105-106.

[21] Ver, Vidal, Nuno, *Post-modem patrimonialism in Africa*:...op. cit. cap.5, também Mabéko-Tali, Jean-Michel, *Dissidences et pouvoir...op. cit.*, Chap.X

de Quadros do Comité Central, que por sua vez respondia perante o Presidente do Partido[22].

Deste modo, Neto criou um mecanismo de dependência económica e educacional dos estudantes bolseiros em relação aos órgãos de topo do partido – um mecanismo que foi usado (ainda que informalmente) para punir ou recompensar o comportamento político e depressa se tornou parte do mais alargado sistema distributivo de benefícios e privilégios e que foi ao longo dos anos aprofundado e reformulado, como veremos adiante.

A nova política teve os seus resultados; regra geral, a geração que se seguiu à dos comités de jovens do início da independência, compreendeu e respeitou as novas regras no que respeita ao comportamento delas esperado como condição de acesso à educação formal e à ascensão social, tornando-se "bem comportados jovens membros do partido", leais aos seus respectivos protectores e esperando benefícios e retribuições em troca de lealdade e comportamentos "politicamente correctos". Aqueles que se encaixaram nestes parâmetros prosseguiram com os seus estudos e tiveram sucesso; ao longo da primeira metade dos anos oitenta foram chamados para cargos de topo na administração do Estado (tanto no governo quanto nas empresas públicas) e aqueles que faziam parte das FAPLA foram promovidos a patentes mais elevadas. Muitos foram mais tarde recrutados pelo novo presidente, Eduardo dos Santos, para integrarem o poderoso e presidencial governo sombra que se estabeleceu em torno da pessoa e da instituição do presidente.[23]

O último passo deste processo de controlo, centralização e restrição do sistema político consistiu na reestruturação do sistema judicial, começando-se por legitimar a chamada "justiça revolucionária", mediante a aprovação da pena de morte[24] para crimes vagamente definidos como atentando contra a segurança do Estado e colocando em perigo os interesses fundamentais da revolução[25], sendo julgados pelos Tribunais Populares Revolucionários que assumiram novas competências de acordo com uma nova lei então aprovada[26]. A reestruturação prosseguiu com o alargamento das competências dos tribunais militares que passaram em muitos casos a coincidir com as dos tribunais civis, aumentando a inter-penetração entre as áreas civil e militar[27]. Por último, assegurou-se o controlo político dos dois sistemas judiciais (civil e militar) por parte do partido – de acordo com a lei, a legitimidade de ambos dependia da suprema organização do Estado, ou seja, do MPLA[28]. Estes dois sistemas judiciais e os seus respectivos tribunais estavam subordinados ao partido e em última instância ao Presidente da República na medida em que o presidente do tribunal militar e os juízes dos tribunais civis eram todos nomeados e destituídos pela Comissão de Segurança Nacional do Comité Central do MPLA (presidida pelo Presidente do

[22] Despacho Presidencial, *DR*, I, 29 (3 Fevereiro 1979).

[23] See Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism in Africa*:...op. cit., chap.10.

[24] A pena de morte foi introduzida pela lei 3/78, reformulando o nº. 1 do art. 55 do código penal.

[25] Lei 7/78, *DR*, I, 136 (10 Junho 1978).

[26] Lei 8/78, *DR*, I, 137 (26 Maio 1978), insere várias disposições respeitantes à lei dos Tribunais Populares Revolucionários, revoga as leis nºs 7/76 de 1 de Maio e 8/77 de 19 de Abril.

[27] Ver Lei 16/78, *DR*, I, 15 (24 Novembro 1978), Lei de Crimes Militares; Lei 17/78, *DR*, I, 15 (24 Novembro 1978), da justiça penal militar. A Lei sobre a justiça penal militar (Lei nº17/78), começa por atribuir aos Tribunais Militares competência para julgarem os processos criminais em que fossem arguidos militares ("*membros das forças armadas, das forças de segurança, da ordem interna, outras forças para-militares e demais cidadãos sujeitos por lei ao foro militar*"-art.9º), mas acaba por acrescentar que em caso de guerra ou operações militares aqueles tribunais poderiam julgar todos os processos em que fossem arguidos conjuntamente militares e civis, fosse qual fosse a natureza do crime (art.9.º, nº4), sobrepondo-se assim ao artigo 5.º da Lei dos Tribunais Populares Revolucionários (Lei 8/78), que incluía nas suas competências o julgamento de crimes contra a segurança do Estado praticados conjuntamente por civis e militares.

[28] Ver neste sentido o preâmbulo da lei 7/76 que institui os Tribunais Populares Revolucionários, *DR*, I, 102 (1976); ver também o preâmbulo da lei 8/78 in *DR*, I, 137 (26 Maio 1978); ver igualmente o art. 1 da lei 17/78 in *DR*, I, 15 (24 Novembro 1978).

Partido/Presidente da República)[29]. Como veremos adiante, hoje a situação não é substancialmente diferente, com o presidente a manter amplos poderes de nomeação a nível judicial.

1.2 A administração de Eduardo dos Santos durante o período Socialista

Durante a fase Socialista-Marxista da administração de Eduardo dos Santos, que começa em Setembro de 1979 quando assume a presidência e se prolonga até cerca de 1987, todas as anteriores características do sistema foram mantidas – autoritarismo, princípios de rectificação (*i.e.* restrições à filiação partidária), inter-penetração das estruturas estatais e partidárias e controlo político do sistema judicial. O processo de concentração do poder político e centralização da administração na pessoa e na instituição do Presidente da República foi fortemente incrementado, assim como o controlo da esfera militar.

Devido à descriminação partidária (que como vimos havia começado por afectar os camponeses), à concentração e centralização, a par das crescentes despesas públicas com a guerra, os escalões mais baixos do espectro social (tanto camponeses quanto população urbana) foram crescentemente negligenciados pelo sistema distributivo. Este processo acabou também por atingir os membros nas bases da estrutura partidária – as células do partido. Logo no início dos anos 80, tal tipo de filiação na base deixou de dar acesso a privilégios e benefícios especiais em relação a outros trabalhadores que não eram membros[30]. O resultado óbvio foi a paralisia da actividade partidária das células, especialmente ao nível provincial, tal como denunciado em vários encontros partidários ao longo dos anos oitenta[31]. Tentando reverter esta situação, lançou-se uma campanha para recrutamento de novos membros que se iniciou em 1983 com o anunciado objectivo de dobrar o número de membros de 30.000 para 60.000[32], contudo, não se abdicando dos rígidos princípios da rectificação partidária[33], o saldo efectivo da campanha apresentado ao IIº congresso em 1985 apenas contabilizava 3.500 novos membros[34].

Mais uma vez os critérios de selecção continuaram a favorecer as camadas urbanas em detrimento das rurais. Dos 628 delegados ao IIº congresso, apenas 12 eram camponeses[35]. O partido reforçou assim o seu carácter restrito e "elitista" e as bases entraram num

---

[29] Ver neste sentido art. 6 da lei 17/78 in *DR*, I, 15 (24 Novembro 1978); igualmente art. 7, no 1, lei 8/78 in *DR*, I, 137 (26 Maio 1978).

[30] Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola* ... op. cit. p.177.

[31] Ver por exemplo, *Relatório do Comité Central ao Iº Congresso Extraordinário*... op. cit...1980, p.21, igualmente os comentários do plenário do Comité Central de Dezembro de 1982, que referiam que a situação não havia melhorado, tendo o plenário estudado as razões para o pobre funcionamento das estruturas partidárias; in *Rádio Nacional de Angola* (9 Dezembro 1982), cit. in *Survey of World Broadcast - SWB* (13 Dezembro 1982).

[32] Esta decisão foi tomada na reunião do Comité Central de Junho de 1982; in *Radio Nacional de Angola* (29 Junho 1982), cit. in *Africa Contemporary Record-ACR, 15* (1983), p.B597.

[33] Ver "Discurso de Abertura do Presidente ao Congresso" in *Relatório do Comité Central ao Iº Congresso Extraordinário*... op. cit...1980, p.5.

[34] In *Relatório do Comité Central ao IIº Congresso do Partido, realizado em Luanda de 2 a 10 de Dezembro de 1985* (Luanda: Edição do Secretariado do Comité Central, 1985), p.22-23.

[35] Ver, Somerville, Keith, *Angola* ... op. cit. p.105; Numa tentativa administrativa de alargar o número de camponeses na composição social do partido, o relatório do CC ao congresso passou a incluir na rúbrica "camponeses" um vasto número daqueles que haviam sido anteriormente designados como operários agrícolas (a maioria trabalhando em cooperativas agrícolas estatais que viviam basicamente à custa de subsídios), assim "alargando" a percentagem de camponeses de 1.9% no relatório de 1980 para 23% no relatório de 1985; ver *Relatório do Comité Central ao IIº Congresso* ...op. cit...1985, pp.22-23; comparar com os dados fornecidos no *Relatório do Comité Central ao Iº Congresso Extraordinário*... op. cit...1980, p.18.

"*estado pernicioso de apatia*" tal como mais tarde reconhecido pelo presidente[36], que igualmente aceitou que o movimento de rectificação havia terminado o seu mandato sem conseguir a reestruturação do partido no campo, sendo que "*os critérios estabelecidos para a selecção de membros não deram margem para o recrutamento nas áreas rurais*"[37]. Tais critérios foram ao ponto de excluir da categoria de membro vários guerrilheiros do período anticolonial (analfabetos e de origem camponesa)[38]. O partido permaneceu restrito até 1990, com o número de membros a situar-se abaixo dos 0.5% da população.

Prosseguindo com o processo de concentração do poder, o Presidente da República foi constitucionalmente consagrado como presidente da Assembleia do Povo em Agosto de 1980 e foi-lhe concedido o poder de controlo e revogação de todos os actos legislativos e executivos da nova instituição e das suas congéneres a nível provincial[39]. Na prática, a Assembleia do Povo ficou reduzida a uma câmara de ressonância das decisões tomadas ao nível da presidência – situação que não difere muito da actual, como veremos adiante. No que respeita ao partido, em 1980 Eduardo dos Santos começou a isolar na presidência algumas áreas de governação que anteriormente se encontravam sob estreito controlo do partido, nomeadamente ao nível dos negócios com o exterior, tendo criado a 1 de Abril de 1980 um novo órgão subsidiário na dependência directa do Presidente – o Gabinete do Presidente da República[40] – cujas competências, para além das funções mais comuns, incluíam a tarefa de "*estabelecer, manter e desenvolver contactos com entidades estrangeiras, públicas ou privadas quando tal lhe seja solicitado pelo PR*" (art.1.º)[41]. Começou aqui a emergir a intenção da presidência de autonomizar do partido a gestão dos negócios do Estado com entidades estrangeiras, tendo provavelmente sido este o primeiro passo institucional na base de todo um complexo e opaco mecanismo de gestão das mais significativas fontes de receita (*i.e.* receitas petrolíferas – o principal suporte financeiro do sistema patrimonial angolano) e que constitui hoje um dos maiores alvos das críticas de várias organizações internacionais[42].

Um segundo grande passo no processo de concentração e centralização surge em Novembro de 1982, quando Eduardo dos Santos retira uma enorme vantagem política das novas incursões das forças armadas Sul-africanas no Sul de Angola[43], solicitando que o Comité Central lhe concedesse novos e abrangentes "*poderes de emergência*", não só a nível político como também

---

[36] 'Discurso de abertura do Presidente da República à Primeira Conferência Nacional" in *Documentos da Iª Conferência Nacional do MPLA–PT de 14 a 19 de Janeiro* (Luanda: Edição do Secretariado do Comité Central, 1985), p.14.

[37] Ibid. p.15.

[38] In *Documentos da Iª Conferência Nacional* ...op. cit...1985, p.61; in *Relatório do Comité Central ao IIº Congresso* ...op. cit...1985, p.16.

[39] Ver Emendas à Lei Constitucional, *DR*, I, 225 (23 Setembro 1980), especialmente arts. 32, 33, 41, 42, 49, 50, 53 para.d) e j), art.58 para. i) e k) e art. 70.

[40] Ver Decreto Presidencial 25-A/80 de 1 de Abril, *DR*, Iª série nº77, 2º suplemento (cria o Gabinete do Presidente da República).

[41] Decreto Presidencial 25-A/80 de 1 de Abril, *DR*, Iª série nº77, 2º suplemento.

[42] Ver entre outros relatórios, *Angola public expenditure, management and financial accountability*, World Bank report n. 29036-AO, February, 16, 2005; McMillan, John, *The main institution in the country is corruption: creating transparency in Angola* (Stanford: Center on democracy, development and the rule of law, Stanford Institute of International Studies, February, 2005); *A Crude Awakening: the role of the oil and banking industries in Angola's civil war and the plunder of the state assets*, a report by *Global Witness*, December 1999; *All the Presidents' men*, a report by *Global Witness*, March 2002: *A Rough Trade: the role of Companies and Governments in the Angolan Conflict*, a report by *Global Witness*, December 1998. Edições em [www.oneworld.org/globalwitness/].

[43] Ver *Africa Research Bulletin-ARB* (Dezembro 1982), p.6678, b; *Rádio Nacional de Angola* (9 Dezembro 1982), cit. in *SWB* (13 Dezembro 1982); *ACR*, vol.15 (1984), p.B598.

militar, para fazer face à situação. Consequentemente, foi criada em 1983 uma nova estrutura política, militar e administrativa – os Conselhos Militares Regionais – CMR, situados hierarquicamente acima de todas as outras estruturas governativas e administrativas (locais, provinciais e centrais)[44], respondendo a um outro órgão então criado (1984), o Conselho de Defesa e Segurança - CDS, que constituía uma espécie de governo marcial dirigido pelo Presidente no exercício das suas funções de Comandante em Chefe das Forças Armadas[45]. O Conselho era ainda composto por um número restrito de ministros essencialmente das áreas da defesa e da economia, detendo poderes praticamente ilimitados sobre todo o território nacional, incluindo o de "*controlar a execução de todas as operações financeiras a realizar com o exterior*" [46]. Notava-se agora a preocupação de autonomizar do partido e da Assembleia do Povo a fiscalização dos negócios com o exterior.

Ainda no ano de 1984, o Presidente exonera o ministro dos negócios estrangeiros, Paulo Jorge, e assume pessoalmente o cargo até Abril de 1985. O ministério dos negócios estrangeiros ficou sob tutela directa do Presidente e autónomo em relação ao CDS e ao próprio Conselho de Ministros como se pode observar no organigrama da estrutura central do Estado (ver fig. 1).

Mais tarde, em Janeiro de 1986, o Presidente vai dar um terceiro passo no processo de centralização e concentração ao criar um sistema de três Ministros de Estado, por ele nomeados e perante ele responsáveis, com o objectivo de simplificarem a tarefa governativa do Presidente, sendo uma espécie de coordenadores de todos os outros ministérios que ficariam agregados em três grupos sob sua alçada[47].

Em paralelo aos novos poderes de emergência de 1982 e retirando vantagem de uma acirrada luta que então decorria entre personalidades históricas no seio do Bureau Político, do Comité Central e do Governo[48], o então ainda jovem Presidente tornou-se politicamente mais assertivo e de forma gradual retirou poderes executivos efectivos às estruturas governamentais e partidárias, transferindo na prática esses poderes para organizações subsidiárias na dependência directa do Presidente da República, tais como o Secretariado do Conselho de Ministros, o Gabinete do Presidente da República e o Gabinete do Chefe do Governo, este último organismo criado em Agosto de 1987 como forma de apoiar o Presidente nas suas crescentes funções governativas enquanto Chefe do Governo[49]. Estas instituições eram maioritariamente compostas por jovens, em grande parte da geração pós 27 de Maio, com uma boa preparação técnica, saídos das faculdades de Engenharia, Direito e Economia; eram aqueles que haviam passado pelos processos de purga, rectificados pelas anteriores políticas de quadros, tendo-se tornado submissos e subservientes à Presidência e ao seu titular, a quem deviam a sua progressão profissional, social e (acima de tudo) económica. Com o

---

[44] Ver arts. 1., 2., 3., 5 da lei 5/83, *DR*, I, 179 (30 Julho 1983), sobre os CMR.

[45] Ver lei 3/84, da comissão permanente da Assembleia do Povo, criando o CDS, in *DR*, I, 22 (26 Janeiro 1984).

[46] Ver art.4 da lei 3/84, in *DR*, I, 22 (26 Janeiro 1984); ver também Decreto 6/84, *DR*, I, 79 (3 Abril 1984), que aprova o regulamento do CDS.

[47] Ver lei de alteração constitucional 1/86, *DR*, I, 9 (1 Fevereiro 1986), que introduziu o sistema de ministros de Estado.

[48] Este conflito interno é por vezes e de forma simplista designado como "o caso da peça e do quadro", mas foi muito além daqueles dois episódios e encerra uma realidade mais complexa; para uma detalhada descrição desta luta partidária interna no início da presidência de Eduardo dos Santos, ver Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism in Africa*:...op. cit., chap.10.

[49] Decreto Presidencial 15/87 in *DR*, I, 62 (3 Agosto 1987), "cria o Gabinete do Chefe do Governo e aprova o seu estatuto orgânico.

poder concentrado nas instituições circundantes ao Presidente, estes jovens tornaram-se inerentemente poderosos, ainda que privados de outra legitimidade que não a que lhes era concedida pelo próprio Presidente. Na medida em que a gestão, controlo e fiscalização da principal fonte de receitas se encontrava sob alçada directa da presidência, os ocupantes dos órgãos subsidiários encontravam-se nos escalões cimeiros do acesso aos benefícios do sistema patrimonial-distributivo. A sua relativamente jovem idade, preparação essencialmente técnica e fracas convicções ideológicas, tornaram-nos permeáveis a novas ideias político-económicas e, de acordo com documentos oficiais do partido, eles, "*jovens pragmáticos saídos das faculdades de engenharia, direito e economia*", apoiaram a génese do lançamento das reformas políticas e económicas do IIº Congresso (1985), que vieram a materializar-se no Programa de Saneamento Económico e Financeiro de 1987, que por seu turno abriu as portas à economia de mercado (*cf. infra*)[50].

A preocupação de preparar e colocar este tipo de jovens quadros nos cada vez mais importantes órgãos subsidiários e respectivos serviços de apoio ganhou força institucional com a referida lei 3/84, que criou o Conselho de Defesa e Segurança, colocando sob sua competência, por um lado, a tomada de medidas tendentes a aperfeiçoar o funcionamento do aparelho administrativo estatal, por outro lado, a coordenação da execução da política de quadros, sobretudo a relativa à formação[51]. Com as alterações decorrentes da criação dos novos cargos de Ministro de Estado, a competência da política de quadros passou em parte para o Secretariado do Conselho de Ministros (na prática representando outro dos órgãos subsidiários da presidência), cujo estatuto orgânico colocou na sua dependência os dois principais institutos que materializavam aquelas orientações – o Instituto de Organização e Administração do Estado (INORADE)[52] e o Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INABE)[53].

É igualmente importante realçar que na medida em que o acesso ao Presidente se tornou cada vez mais restrito, estes jovens técnicos passaram a representar uma espécie de "guardiães do templo", regularmente utilizados nos dias de hoje por diplomatas ocidentais para transmitirem informação ao Presidente e dali receberem algum *feed-back*, tratando-se de uma espécie de antecâmara da presidência.

Com a criação dos CRM e do CDS, o regime atinge o pico da concentração de poder e da centralização administrativa; regido pelo Presidente Eduardo dos Santos, exercendo em pleno as suas funções de Presidente do Partido, Chefe de Estado, Chefe de Governo e sobretudo, Comandante em Chefe das Forças Armadas no topo desta estrutura eivada de um certo carácter marcial (ver fig. 1 com a estrutura da administração central do Estado no final deste capítulo). O crescente protagonismo do Presidente na esfera militar teve a sua mais elevada consagração quando este resolve criar nas Forças Armadas a patente de Oficial-General atribuída em exclusivo a si próprio[54].

Por esta altura, o Presidente havia alcançado o controlo completo do partido, do aparelho

---

[50] Ver *Biografia Oficial de José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola* (Luanda: np, nd), pp.vi e vii - provavelmente escrito em 1994 após a assinatura do protocolo de Lusaka que é o último evento mencionado.

[51] Art. 4.º, da lei 3/84, *DR*, I, 22 (26 Janeiro 1987), cria o CDS.

[52] Art.3.º, alínea-n do Decreto 26/86, *DR, I*, 95 (29 Novembro1986).

[53] Art.3.º, alínea-n do Decreto 26/86, *DR, I*, 95 (29 Novembro1986).

[54] Todas as outras promoções foram-no para patentes inferiores, de Major-General, Coronel-General, Tenente-General, Major-General; *in* Resolução da Comissão Permanente da Assembleia do Povo nº14/86, *DR, I*, 98 (8 Dezembro 1986), cria a classe de Oficiais-Generais nas FAPLA; ver também Resolução da Comissão Permanente da Assembleia do Povo nº13/86, *DR, I, 101* (20 Dezembro 1986), atribui "*a patente militar de General de Exército ao Comandante-em Chefe das FAPLA, José Eduardo dos Santos*"; promove para outras patentes inferiores vários outros militares.

de Estado e das forças armadas, tendo promovido jovens oficiais e quadros não só ao nível das FAPLA mas também ao nível do governo e do partido, tal como ficou claro desde o congresso de 1985[55]. Para além da presidência, a integração entre o topo das estruturas estatais, partidárias e militares constituía a regra geral[56] impedindo que ao contrário de outros países africanos (*e.g.* Nigéria), os militares se tornassem num poder autónomo[57].

Ao nível do sistema judicial, Eduardo dos Santos aprofundará o processo iniciado pelo seu antecessor, de controlo político e marcialização. Por um lado, o reforço do processo de controlo político processa-se através da aprovação do Regulamento Orgânico da Procuradoria Geral da República (PGR), afirmando a dependência política directa deste importante órgão judicial e do seu responsável máximo (o Procurador Geral da República), em relação ao Presidente da República, considerando a Procuradoria como uma unidade orgânica subordinada ao Presidente (art.1.º) e estatuindo que o Procurador recebe do Presidente da República instruções directas e de cumprimento obrigatório (art.2.º)[58]. Por outro lado, o reforço do processo de marcialização do sistema judicial ocorre mediante a criação dos referidos CMR, alargando-se de forma vasta e praticamente ilimitada o âmbito das competências dos tribunais militares, considerando-os competentes para julgarem os "*crimes contra a segurança do Estado, de sabotagem económica, de especulação e de desobediência às ordens emanadas dos conselhos militares regionais, bem como de todos aqueles que causarem danos ou ponham em perigo os interesses da defesa e segurança colectivas, praticados nas áreas dos* CMR".[59]

Na medida em cabia aos tribunais militares decidir quais as práticas que representavam danos e perigos para os interesses da defesa e segurança colectivas e definir quais é que eram concretamente os interesses da defesa e segurança colectivas, na realidade, os tribunais militares eram competentes para julgar todos e quaisquer crimes desde que assim o entendessem.

Na sequência deste alargamento de competências, a nova regulamentação da actividade dos órgãos de justiça concederá aos Tribunais Militares Regionais a preponderância e primazia judicial dentro das áreas de jurisdição dos respectivos CMR, sobrepondo-os aos tribunais de comarca (civis)[60], e permitindo-lhes julgar em processo normal todos os crimes previstos no

---

[55] Observadores estrangeiros ao congresso notaram a crescente influência política de jovens quadros, tecnicamente mais bem preparados, que rodeavam a presidência desde 1982 (quando o Presidente começou a afirmar o seu poder de forma mais dura) em detrimento de veteranos membros como Lúcio Lara e Iko Carreira entre outros; ver *ACR*, vol. 18 (1987), p.B617; artigo de Michael Holman in *Financial Times* (21 Junho 1982); igualmente mencionando a promoção de jovens quadros no congresso de 1985 temos Hodges, Tony *Angola to the 1990's, the potential for recovery* (London: Economist Intelligence Unit, 1987), special report nº1079, p.14.

[56] Esta integração remonta ao período da luta anti-colonial e visava uma firme direcção política das unidades de guerrilha e da estrutura militar, baseando-se em dois vectores principais: doutrinação política e penetração institucional. A educação política tornou-se parte do treino militar das forças de guerrilha sendo ministrada por comissários políticos que integravam essas unidades de guerrilha para assegurarem o respeito pelas linhas políticas do movimento. A penetração institucional era assegurada por via da ocupação simultânea de posições nas estruturas políticas e militares, sendo comum encontrar dirigentes políticos com posições militares, mesmo nos casos de dirigentes que passavam a maior parte do tempo longe das frentes de combate.

[57] A respeito de casos em África onde os militares se tornaram entidades autónomas ver, Bayart, Jean-François, *The State in Africa* ...op. cit. Esta realidade em Angola está a alterar-se de forma gradual e ligeira depois da paz de 2002, da desmobilização militar, da redução das forças armadas e da integração das estruturas militares da UNITA nas forças armadas nacionais.

[58] Decreto 25/80, *DR*, I, 70 (24 Março 1980), aprova o regulamento orgânico da Procuradoria Geral da República.

[59] Art. 4º da Lei 5/83, *DR*, I, 179 (30 Julho 1983).

[60] Anteriormente, no final da administração de Neto, a primazia dos tribunais militares sobre os civis era de carácter implícito e decorrente da prática, tal como vimos.

referido art.4º (da Lei 5/83), cometidos por militares ou civis[61], e em processo sumário (15 dias), quando os autores fossem apanhados em flagrante delito[62].

O controlo político dos magistrados dos tribunais militares ficaria assegurado na medida em que os Presidentes e juízes profissionais dos Tribunais Militares Regionais seriam nomeados pelo Presidente da República[63].

Não obstante a referida forte concentração do poder e centralização da administração a par do controlo do judicial, será exagerado caracterizar a administração de Eduardo dos Santos neste período como sendo de tipo ditatorial ou absolutista. O presidente, a sua *entourage* e outros líderes do MPLA, tinham de jogar complexos jogos de consenso político, construção de alianças e equilíbrio patrimonial no seio do partido-Estado.

Dentro de um sistema dominado por uma lógica de tipo patrimonial, num contexto de crescente elitismo no acesso aos recursos, de guerra e de forte concentração e centralização político-administrativa, o aparelho do Estado foi ficando cada vez mais ineficiente e ineficaz. A estrutura presidencial, por vezes apoiada pelo topo do partido, tomava as decisões políticas estratégicas, mas não era fácil assegurar a sua execução prática junto das populações. Um pesado, burocrático, complexo e extenso modelo *top-down* Marxista fazia com que mesmo decisões menores necessitassem de aprovação superior. O aparelho administrativo sofria de um crónico deficit de quadros médios[64], estando dominado por uma massa de funcionários pouco qualificados e crescentemente negligenciados pelo sistema distributivo, factos que tornavam todo o modelo de execução ainda mais ineficiente.

Num contexto de autoritarismo, sem liberdade de expressão, oposição legal ou sociedade civil, com uma ineficiente e ineficaz economia de planeamento e gestão centralizada que apenas servia os interesses distributivos do sistema nos escalões cimeiros e negligenciava as bases, a corrupção e o mercado paralelo/informal alastraram por toda a sociedade. De lembrar que a corrupção e o mercado paralelo acompanhavam o sistema político-económico desde a administração de Neto, tal como atestam os documentos oficiais do partido que falam inclusive de corrupção moral e intelectual para além da material, querendo com corrupção moral e intelectual referir-se à desagregação de princípios revolucionários e socialistas de construção da nova sociedade, em função da crescente aceitação e prática de actividades relacionadas com o mercado paralelo e à apropriação ilícita dos bens do Estado que eram comercializados nesses mercados[65]. A diferença na administração de Eduardo dos Santos está no acentuado alastramento destes fenómenos da corrupção e do mercado paralelo, uma diferença quantitativa que significou igualmente uma diferença qualitativa, estruturante ao próprio sistema, sendo estes fenómenos dominados pelo topo das estruturas partidárias-estaduais.

Na primeira metade dos anos oitenta os relatos do alastramento da corrupção e dos desvios

---

[61] Art. 1º da Lei 14/84, *DR*, I, 168 (17 Julho 1984) aprova o regulamento dos órgãos de justiça militar.

[62] Lei 5/83, *DR*, I, 179 (30 Julho 1983).

[63] Art. 7º para 2 da Lei 14/84, *DR*, I, 168 (17 Julho 1984).

[64] A maioria dos quadros era de origem portuguesa e abandonou o país por altura da independência, enquanto muitos outros quadros jovens acabaram mortos após a purga de 1977.

[65] Ver "Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980" in *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social para o período 1981-1985* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), especialmente pp. 10-11.

de bens do sistema oficial para o mercado paralelo eram fornecidos não só por observadores estrangeiros[66], mas também por documentos oficiais do partido que em 1985 faziam o balanço dos primeiros cinco anos da década, referindo-se ao roubo e desvio de mercadorias em larga escala[67], ao "*açambarcamento, corrupção, especulação, suborno, exploração da força de trabalho, roubo dos recursos naturais, e até transacção do património cultural*"[68], à prática de cobrança ilícita de comissões em negócios públicos[69] e ao claro envolvimento de quadros dirigentes[70].

A crescente intensidade da guerra nos anos oitenta reforçou as características de todo o sistema. Serviu de justificação (as mais das vezes desculpa) para a diminuição da redistribuição e para a ruptura do fornecimento de serviços sociais à população; justificou igualmente o forte aparelho de segurança do Estado e o autoritarismo reinante; fundamentou o argumento em favor do controlo político apertado de todas as áreas de organização social e a necessidade de um comando unificado, deste modo apoiando a centralização e concentração do poder, a par do controlo político do judicial; ajudou à ruptura da produção interna, deste modo reforçando a dependência económica em relação ao petróleo; intensificou o espírito de "*cada um safa-se como pode*", de práticas predatórias (*i.e.* apropriação ilícita) de recursos públicos e de corrupção que contribuíram para acentuar a fragmentação do tecido social[71].

O desgaste provocado pela guerra e a crescente preocupação com o desequilíbrio da balança de pagamentos (especialmente acentuado com a queda dos preços do petróleo em 1986) abriram caminho à necessidade de transformações[72]. Estas pressões foram reforçadas pela URSS que se apresentou relutante (e provavelmente incapaz) de continuar a participar no financiamento da guerra angolana. Deste modo, em 1987 começam a surgir progressivamente alterações económicas e políticas que desembocaram na transição para a economia de mercado e para o multipartidarismo[73].

---

[66] Ver por exemplo Bhagavan, M R, *Angola's* ... op. cit. p.41, reportando-se a uma pesquisa de campo que decorreu em 1983 e referindo-se aos roubos e desvios que um pouco por todo o lado aconteciam (nos portos, aeroportos, fábricas, estabelecimentos comerciais etc.) para abastecer o mercado paralelo e mencionando que os actos de corrupção alastravam a todo o espectro social, incluindo o topo, onde existiam fortes suspeitas do envolvimento de ministros e outros altos funcionários do Estado em esquemas de corrupção, tráfico de diamantes, etc.

[67] In *Documentos da 1ª Conferência Nacional* ...op. cit...1985, p.43; também in *Relatório do Comité Central ao IIº Congresso* ...op. cit...1985, p.94.

[68] In *Relatório do Comité Central ao IIº Congresso* ...op. cit...1985, p.68.

[69] In *Documentos da 1ª Conferência Nacional* ...op. cit...1985, pp.76-78.

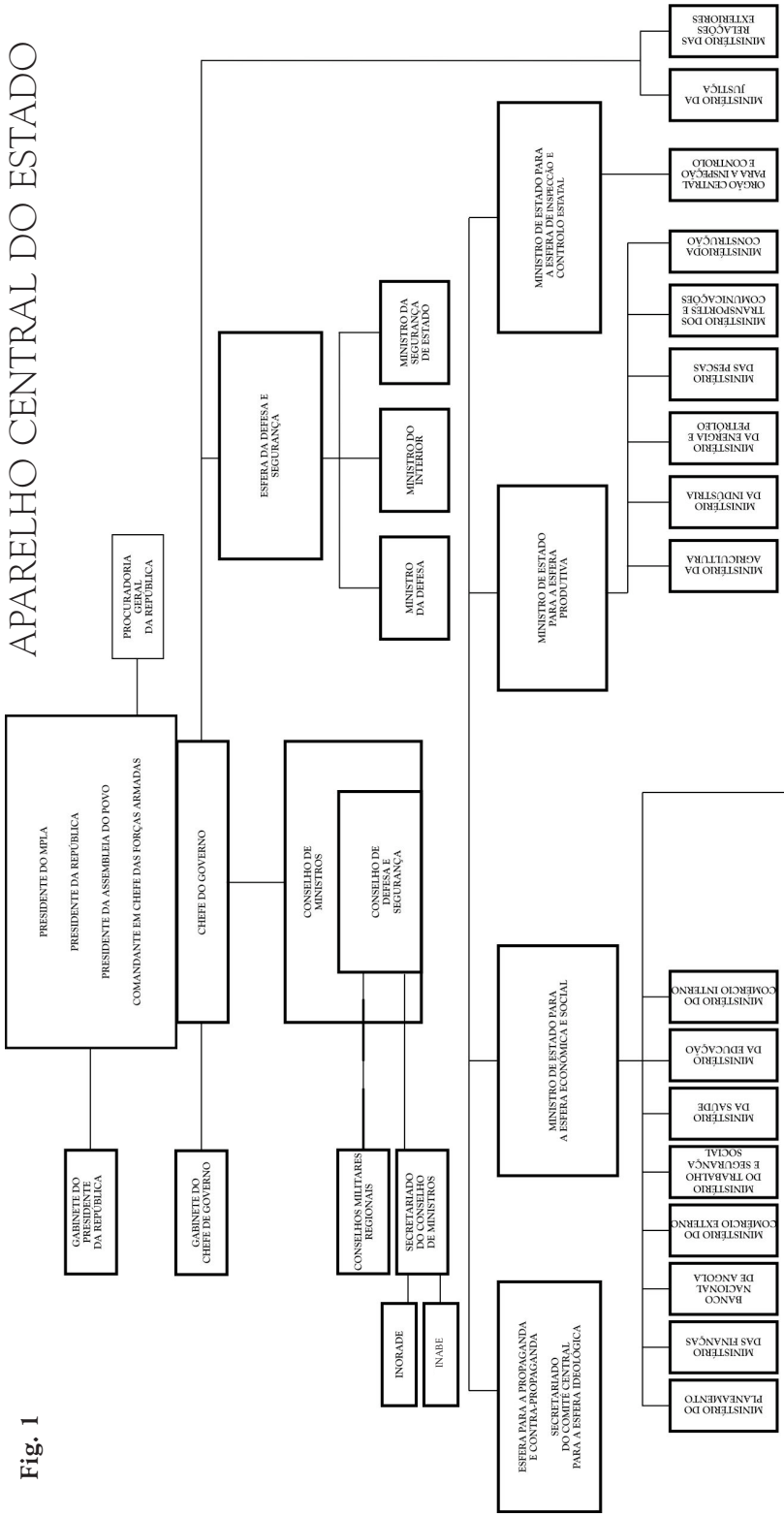
[70] In *Relatório do Comité Central ao IIº Congresso* ...op. cit...1985, p.69; *Documentos da 1ª Conferência Nacional* ...op. cit...1985, pp.76-78.

[71] Vidal, Nuno, 'Modern and Post-Modern ...op. cit., pp.1-14.

[72] A respeito das dificuldades na balança de pagamentos ver *Relatório do Comité Central ao IIº Congresso* ...op. cit...1985, pp.88-89.

[73] Sobre esta matéria ver por exemplo, Ferreira, Manuel Ennes, 'A política de recuperação económica na República Popular de Angola', in *Política International,* 1, I (1990), pp.107–132; também Ferreira, Manuel Ennes, 'La reconversion économique de la nomenklature pétrolière', in *Politique Africaine,* 57 (1995), pp.11–26.

Fig. 1



Elaborado pelo autor com base em várias peças de legislação: Lei 2/86, Diário da República - *DR*, I[a] Série, (1 de Fevereiro de 1966); Decreto Presidencial 25-A/80, *DR*, I, 72 (1 de Abril de 1980); Decreto Presidencial 6/86, *DR*, I, 72 (21 de Abril de 1986); Decreto do Conselho de Defesa e Segurança 26/86, *DR*, I, 95 (29 de Novembro de 1986); Decreto Presidencial 15/87, *DR*, I, 62 (3 de Abril de 1987)

O Processo.....64 64 3/31/06 11:36:43 AM

2 – Transição para um sistema multipartidário

Oficialmente, o modelo Socialista existiu até ao IIIº congresso do MPLA de Dezembro de 1990, mas desde 1987 que o Socialismo entrara em declínio. Por essa altura, o programa de Saneamento Económico e Financeiro – SEF (que introduziu tímidas reformas de mercado[74]) foi adoptado e iniciaram-se negociações com a África do Sul, os EUA e Cuba com vista à retirada das tropas Cubanas de Angola e ligando esta retirada à independência da Namíbia. Tal processo acabou por conduzir aos acordos de Bicesse entre MPLA e UNITA e às eleições de 1992.

Uma nova revisão constitucional em 1991 (lei 12/91), simplesmente aprovou os princípios básicos de uma democracia multipartidária, definindo Angola como um Estado democrático, de Direito, consagrando vários direitos fundamentais e princípios básicos de uma economia de mercado. Legislação complementar foi aprovada, incluindo o direito de manifestação (lei 16/91), de associação (lei 14/91), liberdade de imprensa (lei 25/91), greve (lei 23/91) e radiodifusão independente (lei 16/92). Mais tarde, uma mais abrangente revisão da constituição foi aprovada em vésperas de eleições, enquadrando o novo figurino económico e sócio-político[75].

O novo quadro legal abriu espaço para a emergência de partidos políticos da oposição e para as organizações da chamada sociedade civil – organizações das Igrejas, meios de comunicação social privados, sindicatos profissionais independentes e ONGs. A rádio e a televisão governamentais tornaram-se ligeiramente pluralistas e uma onda de greves emergiu em 1991/92.

Num tal clima, tendo que se preparar para as primeiras eleições da história de Angola, o Presidente percebeu a necessidade de reabilitar a máquina partidária (que tinha vindo a perder protagonismo e influência política, tal como vimos anteriormente), não só em termos de poder efectivo, mas também em termos das suas estruturas de base que haviam sido esquecidas e marginalizadas ao longo dos anos. Muitos dos velhos líderes nacionalistas foram novamente chamados para proeminentes e respeitáveis posições (*e.g.* Lopo do Nascimento e Lúcio Lara). Era agora tempo de "*reunir a grande família do MPLA*" tal como enfatizado pela resolução com o mesmo nome, aprovada pelo IIIº congresso extraordinário de Maio de 1992[76]. Por "*grande família*" entendiam-se todos aqueles que apesar de afastados da militância por razões várias, se consideravam no entanto dentro da área político-sociológica representada pelo MPLA

O partido foi efectivamente revitalizado e as estruturas de base e os mecanismos hierárquicos foram reabilitados mediante um grande movimento de reorganização das células e comités de acção. Deu-se uma expansão da distribuição de benefícios materiais e as autoridades tradicionais foram politicamente recuperadas. O número de membros do partido foi alargado, passando-se dos 65.362 existentes em 1990, para os 544.639 em fins de 1992[77]; quantidades significativas de fundos foram disponibilizadas para actividades partidárias e criou-se uma forte dinâmica eleitoral de vitória, que será em parte ajudada pelo discurso político agressivo, complexado e revanchista da UNITA[78].

---

[74] Reformas estas que já haviam sido permitidas pelo IIº Congresso, ver *Relatório do Comité Central ao IIo Congresso* ...op. cit...1985, p.89.

[75] Revisões constitucionais alterando a constituição com vista a adoptar o novo quadro politico e económico: Lei 12/91, *DR*, I, 19 (6 Maio 1991) e Lei 23/92, *DR*, I, 38 (16 Setembro 1992).

[76] A resolução visava criar uma dinâmica social que recuperasse o apoio de todos aqueles que haviam sido esquecidos pelo partido ao longo dos anos, mas que ainda se consideravam dentro na área político-sociológica representada pelo MPLA.

[77] Ver *Relatório do Comité Central ao IVº Congresso do MPLA – Firme, rumo ao século XXI* (Luanda: Publicações do MPLA, 1998), pp. 5-10.

[78] Sobre a postura da UNITA em relação ao poder do MPLA e a todos aqueles que colaboravam com o MPLA ver Messiant, Christine, 'MPLA et UNITA, processus de paix et logique de guerre', in *Politique Africaine*, 57 (1995) pp.53-54; também Messiant, Christine, 'Angola les voies de l'ethnisation et de la décomposition — II — Transition à la démocratie ou marche à la guerre?

Nas primeiras eleições gerais da história de Angola, a participação de mais de 91% (4.4 milhões) de votantes registrados, deu 49.57% dos votos a Eduardo dos Santos (candidato do MPLA) contra os 40.07 % de Savimbi, sendo que nas legislativas a UNITA obteve 34.10% dos votos contra 53.74% do MPLA. As eleições foram consideradas livres e justas pelas Nações Unidas e outros observadores internacionais e de acordo com a lei deveria seguir-se uma segunda volta para a eleição presidencial, mas a UNITA recusou-se a aceitar os resultados e regressou à guerra civil[79].

A distensão política e civil do período eleitoral (1991-92) foi revertida e o poder foi uma vez mais concentrado e centralizado na presidência, especialmente ao nível dos negócios de armamento envolvendo as receitas petrolíferas. Ainda que um novo primeiro-ministro tenha sido nomeado essencialmente por razões de cosmética política (Marcolino Moco; com o mesmo *background* étnico-linguístico-regional de Savimbi), as principais decisões políticas continuavam a ser tomadas ao nível do Conselho de Ministros, presidido por José Eduardo dos Santos. Uma vez mais, a distribuição voltou a restringir-se fortemente aos escalões do topo ao mesmo tempo que a maioria da população mais directamente afectada pela guerra era deixada aos cuidados das organizações internacionais (governamentais e não governamentais), que começavam a chegar em massa ao país com programas de emergência[80]. Neste contexto, a nível partidário "*o grande activismo e dedicação que caracterizaram a fase da campanha eleitoral, cedeu lugar à passividade e ao relaxamento*" logo após as eleições[81]. É igualmente importante verificar que um partido revitalizado por altura das eleições também não significou a emergência de uma entidade autónoma com um poder reconquistado na plenitude. Como vimos, vários dos jovens quadros que circundavam a presidência ocupavam igualmente posições no topo da estrutura partidária desde o II° congresso de 1985 e nelas permaneceram em "representação" da presidência, impedindo o partido de assumir um protagonismo para além do estritamente necessário para a dinâmica eleitoral e de se tornar num qualquer contra-peso à presidência. Logo no congresso seguinte – IV° congresso de 1998 (quando a guerra foi reiniciada e o poder concentrado uma vez mais) – os velhos líderes partidários foram novamente rebaixados em favor dos quadros mais jovens (*e.g.* Lopo do Nascimento cedeu o seu lugar de Secretário Geral do partido a João Lourenço e Lúcio Lara deixou o seu lugar no Comité Central).

Por altura do retomar da guerra civil levantaram-se fortes críticas contra a comunidade internacional por não ter apoiado suficientemente a implementação dos acordos de Bicesse. Perante o retumbante avanço militar da UNITA (tomando controlo de mais de dois terços do território e isolando vários centros urbanos) tornou-se claro que as forças de Savimbi nunca haviam efectivamente desarmado como supostamente o deveriam ter feito sob supervisão da ONU. As críticas levantadas tinham por base não só a escassez de meios (financeiros e humanos) disponibilizados para o processo, mas também as fracas reacções da comunidade internacional em geral (e do Ocidente em particular) após as eleições e perante a ilegalidade das alegações políticas da UNITA. Para vários observadores

L'épanouissement des deux 'partis armés' (Mai 1991–Septembre 1992)' in *Lusotopie*, 3 (1995) pp. 181–221.

[79] Sobre os resultados eleitorais ver Marques, Sofia, *Angola: Da Guerra à Democracia* (Luanda: Edipress, 1993), pp. 42-43, pp. 66-71.

[80] Ver "Country profile Angola" in *An Assessment of Human Rights Defender initiatives in Southern Africa*, a report of the Netherlands Institute of Southern Africa – NiZA by Ahmed Motala, Nuno Vidal, Piers Pigou and Venitia Govender (Amsterdam: NiZA, June 2005), pp.47-62; ver igualmente trabalho que será publicado em meados de 2006, Vidal, Nuno, *Social sectors in Angola: from the regime´s neglect to the involvement of transnational networks and the emergence of civil society organizations.*

[81] Ver *Relatório do Comité Central ao IV° Congresso ...op. cit.*, p.8.

dentro e fora de Angola, a postura da comunidade internacional foi tida como decepcionante[82].

Apesar de se encontrar inicialmente em desvantagem militar, dado que havia desarmado a um nível mais elevado do que a UNITA, o governo foi-se rearmando, tendo progressivamente revertido a situação a seu favor. À medida que se começava a tornar claro que a UNITA era incapaz de atingir uma vitória militar, os EUA acabaram por conceder o reconhecimento diplomático ao governo angolano em Maio de 1993, abrindo uma nova fase na relação entre os dois estados, deixando para trás as disputas ideológicas da "guerra fria" para assumirem um carácter mais pragmático, baseado nos interesses económicos. Nessa altura uma crescente pressão dos EUA parece ter impedido uma mais feroz perseguição militar à UNITA por parte do governo, tendo resultado no acordo de paz de Lusaka de Novembro de 1994 visando restaurar Bicesse, naquela que viria a ser a última oportunidade para Savimbi integrar o sistema político-partidário de forma pacífica.

Em decorrência do protocolo de Lusaka segue-se um novo período de abertura política e social. Algumas forças militares da UNITA começaram a ser integradas nas forças armadas nacionais (FAA) sob supervisão das Nações Unidas e, em 1997, os deputados da UNITA assumiram os seus lugares no parlamento, ao mesmo tempo que se constituía o chamado Governo de Unidade e Reconciliação Nacional – GURN, integrando membros de vários partidos da oposição. Ainda que num contexto de alguma tensão, com vários incidentes militares de pequena escala, o protocolo foi parcialmente implementado até 1998, altura em que o governo decidiu suspendê-lo devido ao insistente incumprimento da UNITA em relação a vários dos pontos acordados, nomeadamente no que respeita à extensão da administração territorial do Estado aos municípios controlados pela organização de Savimbi (especialmente o Andulo e o Bailundo). A suspensão estava igualmente relacionada com o facto de se saber que mais uma vez e a exemplo do que sucedera anteriormente, Savimbi se estava a aproveitar do período de paz para secretamente rearmar as suas forças de forma intensa, recorrendo às receitas provenientes dos diamantes explorados nas áreas sob seu domínio. Fruto deste rearmamento e tão logo se reatou o conflito, os rebeldes foram novamente capazes de infligir duros golpes às forças governamentais, isolando centros urbanos e controlando vastas porções de território, incluindo zonas diamantíferas cuja produção permitia ajudar a manter o esforço de guerra.

Com o retomar do conflito, o espaço político e cívico contraiu-se uma vez mais e a solução foi, como habitualmente, a concentração do poder, o controlo político e o autoritarismo. Em Janeiro de 1999 o Presidente reassumiu o cargo de chefe de governo e aboliu o posto de primeiro-ministro (então ocupado por França Van Dunem). A pressão política sobre os *media* privados aumentou, resultando em várias acções da segurança do Estado, na prisão de alguns jornalistas e em vários processos judiciais (*cf. infra*)[83]. Em muitos dos partidos da oposição surgiram facções internas – o chamado "*fenómeno das renovadas*" – que todos os líderes dos partidos afectados acusam ser da responsabilidade do partido no governo, dividindo-os e enfraquecendo-os, atingindo desde a

[82] Ver para além dos dois artigos anteriormente citados desta autora, Messiant, Christine, 'Angola: le retour à la guerre ou l'inavouable faillite d'une intervention internationale' in *L'Afrique Politique*, (1994) pp. 201–229.

[83] Ver *Angola, freedom of expression under threat,* Amnesty International Index AFR 12/016/1999 (1 November 1999); também Amnesty International, *Angola: unfair trial of Rafael Marques* (AI: March 31, 2000); URL: http://web.amnesty.org/library/index/ENGAFRI120161999

FNLA ao Partido de Renovação Social - PRS, passando por outros de menor dimensão e tendo o seu maior impacto ao nível da UNITA. Os deputados da UNITA em Luanda ficaram divididos entre os que apoiavam Savimbi e os que se lhe opunham; entre estes últimos formou-se um grupo de dissidentes claramente protegido pelo governo – a *UNITA Renovada* –, que assumiu os lugares do parlamento reservados ao partido de Savimbi, ainda que sem grande credibilidade.

Do lado do MPLA a decisão ficou clara, desta vez não se fariam mais concessões a pressões internas ou externas e seria efectivamente perseguida uma solução militar final. Esse objectivo foi alcançado com a progressiva ruptura das forças militares da UNITA, culminando na morte de Savimbi em Fevereiro de 2002.

Apesar de várias tentativas da comunidade internacional e de alguns movimentos sociais angolanos em favor da paz (*e.g.* movimento *Pro Pace*), o cessar-fogo e o memorando do Luena (de Abril de 2002) que colocaram fim ao conflito, foram assinados sem qualquer participação interna ou externa para além do vitorioso MPLA e da derrotada UNITA, balizando o desequilibrado quadro de relação de forças que passaria a partir daí a caracterizar o sistema multipartidário em Angola.

3 — Constrangimentos a um sistema multipartidário efectivo

Após o cessar-fogo negociado no Luena em Abril de 2002 e a retomada do protocolo de Lusaka, muitos esperavam uma rápida e definitiva abertura do espaço de actuação para a oposição político-partidária e para a sociedade civil, tendo por base a experiência do que ocorreu no período que mediou os acordos de Bicesse de 1991 e as eleições de 1992, e também durante a primeira fase de implementação do protocolo de Lusaka entre 1994 e 1998. Contudo, quatro anos após o memorando do Luena, não existem sinais de uma efectiva democratização do regime. A presidência e os escalões cimeiros do MPLA mantêm um apertado controlo sobre o Estado, as suas instituições e recursos, usando-os para manter a sua hegemonia política e económica, restringindo significativamente o espaço civil e político (3.1). Os partidos da oposição e as Organizações da Sociedade Civil – OSC, enfrentam graves constrangimentos à sua afirmação, encontram-se fragilizados e dependentes (3.2 e 3.3).

3.1 — O MPLA: preparando as eleições e procurando assegurar a manutenção da hegemonia política e económica

Ao longo da década compreendida entre 1992 e 2002, a transição para um sistema multipartidário foi mais ou menos suspensa em função da guerra, sendo a credibilidade da Assembleia Nacional afectada pela não renovação dos mandatos desde 1992. Com a assinatura do memorando do Luena em Abril de 2002, retomou-se a implementação do protocolo de Lusaka, esperando-se que novas eleições legislativas e presidenciais tivessem lugar. A primeira data veiculada para a realização de eleições começou por ser 2004, depois 2005, seguiu-se 2006 e por agora fala-se na possibilidade de 2007.[84]

Contrariamente à oposição, o MPLA encontra-se muito avançado na sua preparação para as eleições, com directivas claras estabelecidas no seu Vº congresso em 2003. Parcialmente repetindo a estratégia utilizada em 1992 (IIIº congresso extraordinário), o Vº congresso ape-

[84] Dirigindo-se ao Comité Central na reunião de 27 de Janeiro de 2006, o Presidente Eduardo dos Santos referiu que a rede viária e ferroviária do Sul de Angola teria de ser melhorada até 2007 para maximizar a participação nas futuras eleições, deixando implícita a mensagem de que as eleições seriam adiadas pelo menos até 2007, In *Jornal de Angola* (28 Jáneiro 2006); também in *BBC* (28 Janeiro 2006).

lou à militância e mobilização das estruturas partidárias, reconhecendo e reafirmando a importância das autoridades tradicionais e a necessidade de dedicar uma atenção especial às zonas rurais e às suas populações[85], a par da já usual (em períodos eleitorais) recuperação de membros históricos, como Lúcio Lara, novamente reeleito para o Comité Central.

Várias das "habituais" medidas foram colocadas em prática para reestruturar o partido e controlar o maior número possível de variáveis, tirando constantemente vantagem do domínio exercido sobre o Estado e as suas estruturas – o executivo, o legislativo e o judicial.

Revitalização-reestruturação do partido

Uma das primeiras medidas consistiu no aumento do número de membros do partido, que rapidamente ascendeu a cerca de 2.000.000 (número de membros actual), quando em 1992 se cifrava em 544.639, em 1998 em 998.199 e em finais de 2003 em 1.862.409[86]. Depois do fim da guerra, a filiação no MPLA cresceu fortemente no planalto central (tradicionalmente visto como reduto da UNITA). No Bié o MPLA tem actualmente cerca de 300.000 membros, enquanto as províncias do Huambo e da Huíla não lhe estão muito atrás e mesmo o escassamente povoado Cuando Cubango (onde se encontrava localizado o quartel general da UNITA – Jamba) conta já com 100.000 membros. Em Luanda o número de membros também subiu vertiginosamente, passando de 80.000 para cerca de 1 milhão actualmente.

Seguiu-se um processo de revitalização e reestruturação das bases partidárias, adaptando-as e preparando-as para as eleições que se aproximam tendo em conta "novas regras democráticas". Criaram-se mecanismos mais transparentes para a eleição de membros a todos os níveis da hierarquia, desde as células ao Comité Central, sendo exigido mais do que um candidato para cada cargo, contudo, o cargo de Presidente foi por agora mantido como excepção a esta regra. No mesmo sentido, o partido começou a transferir as suas células dos locais de trabalho para os bairros, onde serão integradas nas previamente existentes redes de células de bairro, coordenadas por Comités de Acção (um por bairro)[87]. Novas eleições para estes comités deverão ocorrer para legitimar esta reestruturação e, uma vez eleitos os novos membros, este processo de transferência estará concluído. O processo teve início em Fevereiro de 2004, mas a oposição continua a acusar o partido no poder de não desmantelar efectivamente as células dos locais de trabalho, estando pelo contrário a estendê-las para os bairros e deste modo apertando ainda mais o controlo e enquadramento político-partidário da população.

Construção de infra-estruturas

Tal como usual neste tipo de regimes patrimoniais de poder personalizado (sem uma clara distinção entre a esfera pública e a privada), o empenho em fornecer serviços do Estado à população por parte de quem ocupa cargos públicos depende muito da sua personalidade, voluntarismo e disponibilidade de recursos (disponibilidade esta que por sua vez varia em função do grau de influência e proximidade do detentor do cargo em relação ao centro do poder – a presidência).

[85] Ver *Relatório do Comité Central ao Vº Congresso Ordinário do MPLA* (Luanda: Publicações do MPLA, 2003); ver igualmente o discurso de abertura de Eduardo dos Santos: *Discurso pronunciado pelo camarada José Eduardo dos Santos, Presidente do MPLA, na abertura do Vº congresso ordinário do partido* (Luanda: Publicações do MPLA, Dezembro de 2003).

[86] Ver *Relatório do Comité Central ao Vº Congresso Ordinário...op. cit.*, p.6.

[87] Acima do comité de acção de bairro está o comité provincial do partido que por sua vez se submete ao Comité Central.

Períodos eleitorais parecem ser a excepção a esta regra. Em tais ocasiões, o fornecimento de serviços torna-se uma exigência dos escalões de topo do poder – presidencial e partidário. Isso aconteceu em 1992 e parece estar a acontecer agora, especialmente depois do Vº congresso de 2003.

O partido concebeu novos planos de desenvolvimento económico com a reabilitação e construção de infra-estruturas a tornarem-se o objectivo central. Recorrendo a novos e mais favoráveis empréstimos assegurados pela produção de petróleo, tal como o empréstimo conseguido na China (num montante de 2 biliões de dólares em condições comparáveis ao crédito mais favorável concedido por instituições financeiras internacionais[88]) ao mesmo tempo que as receitas de petróleo em 2005 se situaram em torno de 6.88 biliões com os preços internacionais a atingirem recordes de alta[89], o partido concebeu planos de desenvolvimento que vão até 2025, com uma estratégia que pode ser descrita como de crescimento económico acelerado, com forte investimento em infra-estruturas e transferência de tecnologia. De acordo com esta perspectiva, o Estado e o partido encontram-se no centro do planeamento e gestão dos investimentos, centralizando o seu controlo pelo menos nas fases iniciais. Existem vários planos de apoio a uma variedade de sectores económicos e pólos de desenvolvimento (*e.g.* grandes projectos agrícolas em várias regiões, com especial ênfase no planalto central; uma nova refinaria de petróleo no Lobito; três novas linhas de caminho de ferro que se estendem da costa para o leste do país, saindo de Luanda, Lobito e Namibe, e que serão cruzadas por outras três linhas norte-sul, na costa, centro e leste de Angola; um novo aeroporto internacional em Luanda e possivelmente um outro na província do Kuando Kubango para servir de placa giratória e entreposto para o tráfego aéreo entre a Ásia e as Américas e ainda uma fábrica de gás natural no Soyo que permita a exportação para a Namíbia e a África do Sul).

Em parte retomando projectos e perspectivas de desenvolvimento do período final do colonialismo aliados a um modelo de decisão político-partidária centralizada, esta estratégia volta a ter o Estado e o partido como os seus principais agentes e promotores, tendo sido exclusivamente planeada, debatida e desenvolvida no seio do MPLA.

Prestação de serviços

Procurando melhorar a prestação de serviços públicos, em paralelo ao investimento na reabilitação ou construção de infra-estruturas, multiplicam-se os apelos ao contributo voluntário dos membros e militantes para participarem na prestação de serviços às suas respectivas comunidades, como por exemplo na limpeza dos bairros para ajudar a resolver o problema do lixo e nos trabalhos de recuperação de escolas e centros de saúde degradados. Esta prática remonta aos primeiros anos de independência e às campanhas comunitárias que naquela altura tiveram algum sucesso e que continuaram a ocorrer ao longo dos anos, especialmente fora de Luanda (nas províncias), em épocas festivas de carácter político, social ou cultural, ainda que com um sucesso muito limitado quando comparado com os primeiros anos de independência.

---

[88] Ver a caracterização oficial destes empréstimos por parte do ministro das finanças, disponível em [www.minfin.gv.ao/]; sobre estes empréstimos ver também Miranda, Arlindo, *Angola 2003/2004*, ...op. cit., p.18.

[89] Ver Global Witness Press Release: *Western banks to give huge new loan to Angola in further blow to transparency* (23 Setembro, 2005).

Recuperação política das autoridades tradicionais

Tal como acontecera em 1992, a presidência e o partido empenham-se em "cortejar" as autoridades tradicionais um pouco por todo o país, com ofertas regulares de bens em visitas oficiais e uma certa reverência, numa manobra claramente percebida como de pré-campanha eleitoral[90].

Adaptação do quadro legal

Mais uma vez a exemplo do período que antecedeu as eleições de 1992, retirando vantagens do domínio do poder legislativo o partido no poder tenta desde logo salvaguardar os interesses do regime e dos seus principais beneficiários, procurando a contento e na medida do possível, alterar o quadro legal antes das eleições (*e.g.* a lei de terras, a lei de organização territorial e urbanismo, a lei dos petróleos, a lei das associações, lei de imprensa e sobretudo e se possível a Constituição)[91]. Procura igualmente assegurar uma maioria esmagadora de membros nos novos órgãos eleitorais, como a Comissão Nacional Eleitoral (instituição responsável pela direcção e supervisão de todo o processo eleitoral), as comissões eleitorais provinciais e os gabinetes eleitorais municipais e comunais[92]. Complementarmente, tenta ilicitamente regular o registo eleitoral através do Conselho de Ministros, "criando" novos órgãos eleitorais tais como as "comissões executivas" (com membros exclusivamente nomeados pelo partido maioritário) que supostamente devem assumir responsabilidades inicialmente atribuídas à Comissão Nacional Eleitoral, deste modo contornando a lei eleitoral e assegurando ao partido do governo o controlo de todo o processo[93].

Confusão Partido-Estado e controlo dos "media"

Beneficiando do domínio sobre o executivo, o partido tem regularmente os seus ministros, governadores provinciais e administradores (que em vários casos são também membros de topo da estrutura partidária a nível nacional e regional) a inaugurar obras públicas ou de reabilitação de infra-estruturas financiadas pelo orçamento do Estado (por vezes até realizadas/comparticipadas pela comunidade doadora internacional), em cerimónias onde deliberada e propositadamente se confundem os cargos e os símbolos do partido e da República. A cobertura de carácter propagandístico-partidário dada pelos *media* do Estado a tais eventos visa objectivamente retirar o máximo de proveito político possível para o MPLA. Este exemplo

---

[90] Ver as referências feitas a tais campanhas de sedução das autoridades tradicionais por parte das estruturas governamentais e presidenciais e a sua comparação com o mesmo tipo de práticas em 1992 *in* "seduções pré-campanha" Jornal *Agora* (10 Dezembro, 2005), pp.8-9; ver igualmente o livro que resulta do encontro nacional sobre a autoridade tradicional, realizado em Luanda de 20 a 22 de Março de 2002, *1º Encontro Nacional Sobre a Autoridade Tradicional em Angola* (Luanda: Ministério da Administração do Território-MAT, 2004).

[91] A constituição foi revista duas vezes antes das eleições de 1992, ver Lei nº 12/91, *DR, I*, 19 (6 Maio, 1991) e Lei nº 23/92, *DR, I*, 38 (16 Setembro 1992); para já a oposição parece ter bloqueado a aprovação de uma nova constituição antes das próximas eleições tal como fervorosamente desejava a presidência e o MPLA (*cf. infra*).

[92] Directa e indirectamente o partido maioritário e o presidente nomearam 8 dos 11 membros do Comissão Nacional Eleitoral, igualmente assegurando a maioria nas comissões eleitorais provinciais, municipais e comunais; ver Lei eleitoral 6/05, *DR, I*, 95 (10 Agosto , 2005), título IX.

[93] Compare a lei eleitoral aprovada pela Assembleia Nacional, Lei 6/05, *DR, I*, 95 (Agosto 10, 2005), com o Decreto do Conselho de Ministros 63/05, *DR, I*, 111 (16 Setembro, 2005) e o Decreto do Conselho de Ministros 62/05, *DR, I*, 107 (7 Setembro, 2005).

conduz-nos ao ainda existente controlo exercido pelo partido (sobretudo através do executivo – *i.e.* ministro da comunicação social e ministro do interior) sobre os *media* estatais e aos constrangimentos impostos aos *media* privados. A televisão permanece um monopólio do Estado, tal como a emissão nacional de rádio[94]. O governo tem sido até agora capaz de bloquear a emissão fora de Luanda da única estação radiofónica relativamente independente do poder político – Rádio Eclésia – e continua a intimidar jornalistas para a prática da auto-censura ao mesmo tempo que tenta co-optar alguns para os *media* estatais[95].

Controlo do poder judicial

O domínio político sobre o poder judicial permanece tão forte como antes da transição e representa claramente uma vantagem para o partido e o seu regime. O Presidente da República (e presidente do MPLA) mantém significativos poderes de nomeação ao nível judicial, incluindo o poder de nomear juízes do Tribunal Supremo (faculdade que lhe é conferida pela lei constitucional e pelo estatuto dos magistrados judiciais e do ministério público) sem necessidade de confirmação pela Assembleia Nacional. Existem vários relatos de casos onde a influência política da presidência condicionou o curso de processos judiciais e um dos mais recentes e esclarecedores exemplos é a decisão do Tribunal Supremo de 22 de Julho de 2005, não considerando a administração presidencial de Eduardo dos Santos desde 1992 até ao presente como mandatos presidenciais, contornando deste modo a disposição constitucional que limita os mandatos presidenciais a três de cinco anos cada. Caso a administração do Presidente desde 1992 tivesse sido considerada (1992-2007) impedi-lo-ia de se candidatar novamente.

Controlo da economia

Provavelmente representando um dos mais importantes pilares do regime, o controlo central sobre o sector público e privado da economia é extremamente apertado. O domínio político sobre o sector público é tão antigo quanto o regime e foi estendido ao sector privado logo que se iniciou a transição para a economia de mercado. Os processos de privatização que decorreram nos anos noventa foram feitos em favor das elites no poder e hoje os mais lucrativos e politicamente cruciais ramos do sector privado assumem um carácter de oligopólio (*e.g.* bancos, comunicações, diamantes, seguros, transportes) geridos no âmbito da lógica geral, patrimonial-clientelista. Directa ou indirectamente, o Presidente e o partido controlam todos e cada um dos negócios com receitas minimamente significativas, sejam públicos ou privados. Não é simplesmente possível para qualquer negócio de porte médio ou elevado operar sem o "consentimento" do topo do regime.[96]

---

[94] A Lei de imprensa aprovada recentemente (3 Fevereiro, 2006) aboliu o monopólio do Estado sobre a televisão, mas a exemplo do que aconteceu com as rádios privadas em 1992 (todas sem excepção dominadas pelo partido no poder) não é de prever que surjam canais politicamente independentes do regime.

[95] Acerca desta matéria ver o relatório da Human Rights Watch, *Unfinished democracy: media and political freedoms in Angola* (July 14, 2004); igualmente o *press release*, "Director of Government News Agency threatens to shoot journalist" in MISA – Media Institute of Southern Africa (23 Fevereiro, 2005); igualmente *Human Rights Watch World Report 2006* (New York: HRW & Seven stories press, 2006), pp.74-79.

[96] Ver Ferreira, Manuel Ennes, 'La reconversion ...op. cit... pp.11-26; Aguilar, Renato, "Angola's private sector : rents distribution and oligarchy", in Karl Wohlmuth, Achim Gutowski, Tobias Knedlick, Mareike Meyn & Sunita Pitamber, *African Development Perspectives* (Germany: Lit

Apesar de um óbvio excesso de funcionários públicos pouco qualificados, que sobrelotam a administração estatal desde o período Socialista e que resistiram a todas as tentativas de redimensionamento (redução) da administração pública propostas pelo FMI e do Banco Mundial nos finais dos anos oitenta e ao longo dos anos noventa, foi recentemente anunciado que seriam abertas mais 5000 novas vagas na administração pública[97].

Sistema de gestão

O Presidente e o MPLA encontram-se hoje mais fortes que nunca, mantendo o controlo das estruturas do Estado e dos seus principais recursos (a renda derivada do petróleo e dos diamantes[98]) e assegurando a hegemonia política e económica. O poder permanece concentrado e centralizado ao nível da presidência e continua a ser gerido de acordo com uma lógica patrimonial-clientelista, no seio de um mecanismo de favorecimento selectivo mediante a rotação e co-optação de figuras chave para posições nas estruturas do aparelho de Estado e do partido, que continuam a permitir o acesso mais ou menos indirecto aos recursos públicos. Cargos nas estruturas subsidiárias da presidência (no topo das quais se encontram agora a casa militar e a casa civil da presidência), no governo central (ministros e vice-ministros), no governo provincial (governador provincial) e no corpo diplomático (embaixador) são dos mais valorizados na estrutura patrimonial distributiva. O acesso ao Presidente permanece fortemente restrito e as decisões políticas chave são partilhadas por assessores e conselheiros presidenciais (a maioria tecnocratas). O cargo de primeiro-ministro foi reactivado em Dezembro de 2002, com a nomeação de Fernando Dias da Piedade "Nandó", juntamente com a indigitação de uma equipa económica reformista, no entanto, o cargo de primeiro-ministro permanece fraco e o presidente Eduardo dos Santos continua a chefiar o poderoso Conselho de Ministros, facto que o mantém como chefe de governo efectivo e lhe dá o controlo sobre a gestão dos assuntos governamentais[99].

Em suma, o Presidente e o partido no poder têm vindo incessantemente a reforçar o seu controlo sobre o aparelho de Estado, preparando cuidadosamente as futuras eleições.

3.2 - A oposição partidária

Ainda que existam cerca de 125 partidos políticos registados em Angola, são menos de um quarto aqueles que estão operacionais. O MPLA detém 129 dos 220 assentos parlamentares na Assembleia Nacional enquanto que a UNITA detém 70, sendo os restantes ocupados por partidos de menor dimensão[100]. Os partidos da oposição na sua generalidade encontram-se política e

---

Verlag, 2003); Aguilar, Renato, *Angola: getting off the hook*, a report for Sida (Gothenburg: Gothenburg University, 2005), especially pp. 13-18.

[97] Ver *Jornal de Angola* (19 Janeiro, 2006); sobre as políticas relacionadas com a administração pública no período pós-colonial até ao ano 2000 ver Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism in Africa*:..op. cit.

[98] Ver por exemplo, *Some transparency, no accountability, the use of oil revenue in Angola and its impact on Human Rights*, a report from Human Rights Watch, January 2004, vol. 16, no. 1; entre outros factos, este relatório expõe as discrepâncias nas contas do petróleo, entre receitas e gastos. Ver igualmente McMillan, John, *The main institution in the country* ...op. cit.; *Angola public expenditure*, ...op. cit., referindo o problema da existência de dois sistemas paralelos de execução de despesas, o "convencional" e o "não convencional"; *Time for transparency, coming clean on oil, mining and gas revenues*, a report from Global Witness, March 2004

[99] Ver no mesmo sentido Miranda, Arlindo, *Angola 2003/2004, Waiting for Elections,..op. cit.* p.26.

[100] PRS - Partido da Renovação Social, 6 deputados; FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola, 5 deputados; PLD - Partido

institucionalmente fragilizados, enfrentando fortes constrangimentos ao seu trabalho e afirmação.

Estes constrangimentos resultam genericamente da manipulação das estruturas, instituições e recursos do Estado feita pelo partido no poder, limitando o espaço da oposição, impedindo o seu normal funcionamento e desenvolvimento, assim como o do sistema multipartidário.

As dificuldades financeiras encontram-se no topo dos problemas enfrentados pela oposição. Contrariamente às organizações da sociedade civil, os partidos da oposição dificilmente acedem a fundos externos e as quotizações dos seus membros são meramente simbólicas (o equivalente a cerca de um dólar por mês) e ainda assim a maioria dos membros não paga. Os partidos representados no parlamento sobrevivem essencialmente com fundos constitucionalmente consagrados, provenientes do orçamento de Estado (cerca de dez dólares por voto obtido nas eleições de 1992), o que representa uma verba anual de cerca de 14 milhões de dólares para o maior partido da oposição - a UNITA - e de verbas que variam entre pouco mais de 100.000 dólares e os 900.000 dólares para os restantes partidos (a esmagadora maioria situando-se entre os 100.000 e os 200.000 dólares)[101]. Sem excepção, os partidos da oposição queixam-se de que as verbas provenientes do orçamento ficam muito aquém das suas neces-sidades e são irregularmente pagas (por vezes temporariamente suspensas) como forma de o governo desestabilizar o normal funcionamento da oposição, boicotar o seu planeamento de actividades e pressionar politicamente em momentos chave (tal como terá acontecido durante o recente impasse constitucional; *cf. infra*).

Perante tais dificuldades financeiras é extremamente difícil para a oposição expandir as suas actividades fora das cidades capitais de província, sendo a UNITA o único partido da oposição com uma presença efectiva por todo o território nacional, muito além das cidades. Para se perceber a real situação dos restantes partidos poder-se-á a título de exemplo sublinhar que alguns deles ainda se encontram na fase de reivindicação das devidas instalações próprias na capital do país (*e.g.* PDP-ANA e PAJOCA) e a situação é muito pior para os partidos sem representação parlamentar e sem acesso aos fundos do orçamento do Estado[102]. Em total contraste com este cenário está o MPLA, com um impressionante património imobiliário espalhado por todo o país, sem qualquer tipo de dificuldades financeiras, não tanto pelo subsídio orçamental que recebe (cerca de 21.5 milhões de dólares), mas sobretudo pelo controlo directo ou indirecto que exerce sobre várias empresas privadas e estatais, conforme referido. Tem ainda a vantagem de ter em muitos casos (algumas empresas estatais) as quotizações dos membros retidas na fonte.

Para a oposição, a confusão ente partido e Estado característica do período Socialista permanece hoje, tanto a nível formal como substancial.

Na forma, a confusão começa pela própria simbologia, sendo que os símbolos partidários se encontram um pouco por todo o lado nas instituições do Estado (*e.g.* as bandeiras do MPLA são muito semelhantes à bandeira da República e estão abundantemente espalhadas

---

Liberal Democrata, 3 deputados; PRD - Partido Renovador Democrático, 1 deputado; PAJOCA - Partido da Juventude Operários e Camponeses de Angola, 1 deputado; PDP-ANA - Partido Democrático para o Progresso da Aliança Nacional, 1 deputado; PNDA - Partido Nacional Democrático de Angola, 1 deputado; FDA - Fórum Democrático Angolano, 1 deputado; AD - Coligação, Aliança Democrática - Coligação, 1 deputado; PSD - Partido Social Democrata, 1 deputado.

[101] O número exacto de votos obtidos por cada um dos partidos da oposição nas eleições legislativas pode ser consultado em Marques, Sofia, *Angola....* op. cit., p. 43.

[102] Uma excepção poderá ser encontrada ao nível do PADEPA – Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola -, partido que apesar de não estar representado no parlamento tem-se mostrado bastante mais activo e interventivo do que muitos partidos com representação parlamentar.

pelas províncias, podendo ainda ser encontradas em alguns edifícios da função pública, por vezes em escolas, em casas de sobas e administradores comunais; em muitas áreas rurais é mais fácil encontrar uma bandeira do MPLA do que uma bandeira da República).

Na substância, a confusão encontra-se desde logo nos titulares de cargos públicos, muitos deles exercendo funções simultaneamente nas estruturas partidárias, a começar por muitos ministros que são igualmente membros do Comité Central e vários governadores provinciais que ao mesmo tempo exercem o cargo de primeiros secretários provinciais do partido, sendo por vezes difícil distinguir entre as suas actividades partidárias e estatais na medida em que os eventos partidários mobilizam a logística do Estado e vice-versa. O mesmo se passa com os administradores municipais e comunais; todos retirando claros e significativos dividendos politico-partidários do exercício de cargos públicos.

Tal como previamente referido, o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional criado em 1997 inclui no seu seio membros da oposição, mas vários dos líderes destes partidos acusam o partido maioritário de na prática esvaziar as competências minimamente significativas dos cargos por eles ocupados naquele governo. De acordo com estas acusações, quaisquer que sejam os cargos ocupados pela oposição nos diferentes níveis da administração (ministro ou vice-ministro, governador ou vice-governador provincial, administrador ou vice-administrador municipal ou comunal), as competências que podem ter algum impacto político-social de relevo são na prática transferidas para o parceiro de governo mais próximo, mas representante do MPLA (*e.g.* se o administrador é da UNITA, na pratica o poder de decisão é transferido para o vice-administrador do MPLA que terá acesso, por exemplo, à gestão dos fundos ou dos pelouros politicamente mais sensíveis ou pelo menos terá a capacidade de bloquear a iniciativa do seu colega da oposição, o mesmo se passando no seio dos ministérios).

Perante esta situação, levanta-se a questão óbvia de saber porque motivo a oposição não abandona o governo? As respostas dadas a esta questão são variadas, mas prendem-se em geral com a dificuldade de se obter um consenso intra e inter-partidário nesse sentido, seja pelas divisões que enfrentam, seja pelas críticas que tal atitude poderia levantar a nível interno e externo acusada de radical, anti-reconciliação e anti-instituições, seja pelas retaliações que podem gerar em termos de suspensão de subsídios do Orçamento Geral do Estado (*cf. supra*) ou, em alguns casos, pela perda de recursos extra de que eventualmente podem beneficiar por via dos cargos governamentais ocupados pelos seus membros. Ainda que sem o sucesso desejado, o novo líder eleito da UNITA, Isaías Samakuva, tem-se esforçado por substituir alguns elementos que no governo representam o seu partido e que ocupam aqueles cargos desde a época da "UNITA-*Renovada*" mas que se recusam a abandonar as posições, o mesmo se passando com vários dos seus deputados[103].

Alguns representantes dos partidos da oposição, de algumas organizações da sociedade civil e intelectuais, criticam a perspectiva de desenvolvimento da presidência e do MPLA como sendo de tipo *top-down*, demasiado centrada em aspectos físicos como infra-estruturas e incapaz de encarar outros problemas mais imediatos como a extrema pobreza que afecta a maioria da população, não se devemdo ignorar a ruptura dos sistemas de saúde, educação e segurança social e os fracos resultados em termos de desenvolvimento humano, que colocam o país na

[103] Ver a este respeito, "Substituição de parlamentares aquece debate na Assembleia Nacional" *in Jornal de Angola* (1 Fevereiro, 2006), "Sem consenso" *in Jornal de Angola (*1 Fevereiro, 2006).

posição 160 de um total de 177 países classificados pelo Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas e como um dos países mais pobres do mundo[104]. Para estes críticos a estratégia deveria ser mais realista e centrada nas necessidades das camadas mais pobres (a maioria da população) e como tal em políticas sociais. Existe igualmente a preocupação de que tal estratégia de desenvolvimento possa resultar na reciclagem e reorientação dos mecanismos de apropriação ilícita dos recursos do Estado, criados durante o período de guerra e agora voltados para os fundos internos e externos afectos à reconstrução do país[105].

As críticas de boa parte da oposição estendem-se também à chamada "comunidade internacional", em relação à qual expressam alguma decepção por ter relaxado a pressão que vinha exercendo sobre o governo no sentido de maior transparência nas contas públicas e respeito pelos direitos humanos. Com os preços do petróleo a atingirem recordes de alta, com a crescente procura a nível mundial, a perspectiva de Angola se tornar no maior produtor Africano e os novos parceiros asiáticos do governo Angolano (China, Índia e possivelmente a Coreia do Norte; pouco interessados em questões de direitos humanos e boa governação em países terceiros), o FMI, o Banco Mundial e as democracias Ocidentais gradualmente relaxaram a sua atitude em relação a Angola[106]. O chamado caso Angola-gate/Falcone de Setembro/Outubro de 2004 é igualmente referido como exemplificativo do poder que o governo de Angola detém sobre potências Ocidentais com fortes interesses económicos no país[107].

Essencialmente ao nível das províncias, são ainda dirigidas críticas ao modo como o governo/partido/Estado capitaliza a ajuda da comunidade internacional em benefício político-partidário próprio, tentando aparecer aos olhos da população como o principal responsável (ou pelo menos co-responsável) pela reabilitação de infra-estruturas realizada por ONGs nacionais e internacionais com fundos externos.

Fruto de uma pesada herança que vem do período socialista *(cf. supra)*, o sistema judicial angolano sofre de falta de meios, de experiência, de preparação[108] e de suporte institucional

---

[104] See *Human Development Report* (New York: United Nations Development Programme, 2005), p.125, p.222.

[105] Ver por exemplo *Time for transparency*, ...op. cit., p.35. De lembrar que o FMI revelou que entre 1997 e 2001, $8.45 biliões de fundos públicos desapareceram das contas do Estado (representando em média 23% do PIB), Ibid. Do mesmo modo, será importante lembrar que Angola foi classificada pela *Transparency International* na posição 133 no conjunto dos 145 países mais corruptos (sendo o 145 o mais corrupto), *in* [www.transparencyinternational.com].

[106] Ver *More than humanitarianism: a strategic US approach toward Africa;* a report of an independent task force sponsored by the Council on Foreign Relations (New York: Council on Foreign Relations, 2005), especialmente pp. 32-33, 49-50; igualmente *Human Rights Watch World Report 2006* ...op. cit., pp.74-79; Aguilar, Renato, *Angola: getting off* ...op. cit., especialmente pp. 2, 13-18; também Reed, John, "Angola o capitalismo dos petrodiamantes" in *Courrier Internacional* (25 Novembro, 2005), n.34, pp. 22-23.

[107] Pierre Falcone (negociante de armas) foi nomeado embaixador de Angola junto da UNESCO para obter a imunidade diplomática que lhe permitisse viajar livremente pela Europa e deste modo escapar à justiça Francesa, nomeadamente aos processos judiciais relacionados com corrupção e vendas ilegais de armas, alegadamente envolvendo membros do topo da hierarquia governamental angolana e francesa. As autoridades francesas estavam aparentemente dispostas a não reconhecer tal imunidade diplomática e a interrogar Falcone. Contudo, tão logo o Estado Angolano retaliou com o congelamento da acreditação do embaixador francês em Angola – Guy Azais - e com a não renovação do contrato de exploração petrolífera do bloco 3/80 da Total-Fina-Elf, o estado francês recuou e aceitou reconhecer a imunidade diplomática de Pierre Falcone num humilhante *volte-face* que basicamente pôs fim ao processo judicial uma vez que Falcone seria uma peça essencial na investigação. Sobre este caso ver por exemplo, *Financial Times London* (6 Agosto, 2004); *World Markets Analysis* (Setembro 8, 2004); *International Oil Daily* (26 Outubro, 2004); *Voice Of America-VOA* (1 Novembro, 2004); *ANGOP* (2 Novembro, 2004).

[108] A respeito das inúmeras deficiências e insuficiências do sistema judicial Angolano, especialmente ao nível das províncias ver

para afirmar a sua independência em relação à presidência e ao MPLA. Vários líderes da oposição acusam o partido no poder e a presidência de influenciar processos que envolvem facções da oposição, normalmente resultando na suspensão temporária do subsídio estatal e servindo o propósito geral de dividir e enfraquecer a oposição. Inclusive o anterior bastonário da ordem dos advogados, Raul Araújo (próximo do MPLA), declarou publicamente que os juízes deveriam começar a ser responsabilizados e exonerados em consequência dos erros que cometem, devendo igualmente ser reformados quando atingem uma determinada idade e não serem mantidos nos seus cargos de forma vitalícia como ainda acontece[109], implicitamente reconhecendo que a sua manutenção no cargo não está só relacionada com critérios de meritocracia.

Do mesmo modo, apesar de se terem efectuado alguns esforços no sentido da unificação do sistema judicial, continua a existir em Angola uma dualidade e inter-penetrabilidade de sistemas judiciais – do foro civil e do foro militar, com todas as incongruências e ineficiências que esta dualidade pode gerar na administração da justiça, especialmente depois do fim da guerra[110]. Esta situação contribui também para o ainda temido carácter da justiça em assuntos politicamente sensíveis (ajudando a manter viva a memória da purga do pós 27 de Maio).

Uma outra característica do regime, que a oposição acusa de sobreviver ao período Socialista, é o autoritarismo. Apesar da intimidação directa dos membros da oposição não ser comum em Luanda, ocorre com mais frequência nas províncias[111], onde a abertura e a tolerância política depende muito da personalidade e empenho dos respectivos governadores provinciais, administradores municipais e comunais. Talvez seja por este motivo que apesar de decrescentes ainda subsistem relatos de intolerância política nas províncias, tais como espancamentos, ameaças, incêndios de delegações dos partidos da oposição nas zonas rurais (*e.g.* Luwemba em Julho de 2004; Mavinga em Março de 2005). O MPLA mantém activa uma milícia paramilitar nos bairros (Organização de Defesa Civil) financiada pelo orçamento geral do Estado, e ainda sob investigação está a morte do líder do PDP-ANA, um dos partidos da oposição – M'Fulupinga Landu Victor, assassinado a 2 de Julho de 2004 – e que poderá ter sido apenas um crime comum, mas que efectivamente lançou o medo entre a oposição e a sociedade civil. Diga-se ainda que os membros deste partido se sentem fortemente perseguidos nas zonas Norte e Leste do país, pejorativamente designados de "Zairenses", sendo Bakongos regressados do ex-Zaire e cuja "angolanidade" é fortemente contestada fora das províncias Angolanas do Zaire e Uíge[112], queixando-se de vários abusos cometidos pelas forças da autoridade, como detenções arbitrárias, espancamentos, chantagens, extorsão, confisco de documentos, impedimento do exercício dos seus direitos políticos e civis.[113].

---

relatório, *Some transparency, no accountability*...op. cit., pp.60-64

[109] *In Jornal de Angola* (28 Setembro, 2004).

[110] Ver a este respeito, Marques, Luís Paulo Monteiro, *Labirinto do sistema judicial angolano, notas para a sua compreensão* (Luanda: edição do autor, 2004), especialmente parte II.

[111] A respeito das dificuldades enfrentadas pela oposição e por organizações da sociedade civil ver relatório *Unfinished democracy*:...op. cit..., ch. 6 e 7.

[112] Sobre a questão dos "Bakongos regressados" ver Mabeko-Tali, Jean-Michel, *Les Bakongo et la Transition Démocratique en Angola: Démocratie ou Représentation Ethnico-Regionale?*' (Paris: Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS, 1993), Rapport Scientifique de la Mission à Luanda; Groupe de Recherches 846 'Afrique Australe'; também Mabeko-Tali, Jean-Michel, 'La 'chasse aux Zairois' à Luanda', in *Politique Africaine*, 57 (1995) pp. 71–84.

[113] Queixas apresentadas pela direcção provincial do PDP-ANA em Malange, onde o próprio delegado provincial foi submetido a este tipo de abusos e foi capaz de apresentar inúmeros documentos comprovativos da sua detenção e do processo a que foi

Alguns partidos da oposição e organizações da sociedade civil consideram difícil aceder aos *media* do Estado (rádio, televisão e jornal diário) e sentem-se igualmente sujeitos a uma certa forma de censura devido à manipulação política das reportagens jornalísticas, onde o alinhamento editorial feito pelos meios de comunicação estatais enfatiza até à exaustão (tipo propaganda) as acções do governo e do partido no poder (mesmo as mais irrelevantes) e secundariza (quando não ignora totalmente) as actividades da oposição. Alguns membros da oposição chegaram a relatar casos em que se vêm na necessidade de comprar tempo comercial na rádio estatal e no jornal diário para conseguirem divulgar as suas actividades e eventos, o que nem sempre é possível devido às dificuldades financeiras que enfrentam (*cf. supra*). São igualmente afectados pelas pressões impostas pelo regime aos jornalistas e pelo limitado alcance dos meios de comunicação social privados; jornais privados têm tiragens de poucos milhares e a sua circulação está praticamente circunscrita a Luanda o mesmo acontecendo com a rádio Eclésia, tal como anteriormente referido[114].

Para além de todos aqueles constrangimentos, o maior partido da oposição considera ainda que o processo eleitoral recentemente iniciado está à partida viciado nas estruturas criadas, apontando como exemplos: a desequilibrada composição da Comissão Nacional Eleitoral; a criação das comissões eleitorais executivas (criadas pelo Conselho de Ministros sob orientação do Presidente da República) e que ao arrepio da Lei Eleitoral passam a assumir as principais tarefas do processo eleitoral; a aprovação indevida, pelo Conselho de Ministros, do programa de registo eleitoral, violando não só a Lei Eleitoral como também a Lei do Registo Eleitoral[115]. Mantendo-se estes procedimentos a UNITA considera que as eleições não podem ser internacionalmente consideradas democráticas, livres e justas[116], facto que desde já começa a ensombrar as futuras eleições.

De acordo com vários líderes e membros da oposição, a exemplo do que acontecia no período Socialista, o Estado é claramente usado como um mecanismo de patrimonialismo, alimentando clientelas políticas e procurando co-optar potenciais oponentes. A título de exemplo referem que o acesso a posições na administração pública ou nas empresas públicas, assim como a promoção para níveis superiores dentro das suas estruturas hierárquicas, está fortemente condicionado à filiação ou simpatia para com o partido no poder. Este procedimento teria sido recentemente estendido aos ex-combatentes da UNITA que, segundo os meios de comunicação social estatais, se juntaram ao MPLA em número de 12.000 desde Janeiro de 2004[117] e que, segundo vários membros da oposição (da UNITA e fora dela), tem por base o condicionamento de filiação partidária que é implicitamente imposto pelo partido no poder para que estes ex-combatentes consigam aceder aos mecanismos estatais de apoio à sua integração na vida civil. O mesmo tipo de crítica é dirigido ao grosso do sector privado, esmagadoramente

sujeito juntamente com vários outros membros do partido.

[114] Ver também neste sentido *Unfinished democracy op. cit.* ch.5.

[115] Referindo-se às incongruências entre a Lei 6/05, *DR, I*, 95 (10 Agosto, 2005), o Decreto do Conselho de Ministros 63/05, *DR, I*, 111 (16 Setembro, 2005) e o Decreto do Conselho de Ministros 62/05, *DR, I*, 107 (7 Setembro, 2005).

[116] Declarações proferidas pelo Secretário da UNITA para a informação, em conferência de imprensa entitulada *Alerta sobre os perigos e a legitimidade do processo eleitoral* (Luanda: Hotel Trópico, 7 Dezembro, 2005).

[117] In *Jornal de Angola* (28 Setembro, 2004).

dominado por empresários afectos ao poder e que beneficiam de uma posição de privilégio em relação a todos os outros e que nos seus métodos de gestão replicam a lógica clientelista de retribuição/punição política dominante no aparelho partido/Estado.

Um dos mais esclarecedores e ilustrativos exemplos do nível de enraizamento do patrimonialismo nas estruturas do partido-Estado pode ser encontrado na entrevista concedida pelo embaixador de Angola no Brasil, Alberto Correia Neto,

> *Boa parte do dinheiro angolano vem do petróleo, mas não passa pelo sistema financeiro angolano (...) o dinheiro do Estado angolano não está nos bancos em Angola. As petrolíferas, quando pagam impostos, pagam em bancos americanos, franceses, etc. Quem ordena a movimentação desse dinheiro são as pessoas jurídicas representadas pelo governador do banco e outras pessoas.*
>
> *(...) O capitalismo engendra a corrupção. Por que tem gente que luta para ser ministro, deputado, senador? Por que gosta do país? Para salvar a população? Não. Por causa da bufunfa, do dinheiro.*
>
> [Pergunta do jornalista: Um assessor de Pedro Morais (Ministro das Finanças) disse que quem ajuda a fechar um negócio, não importa se da iniciativa privada ou do serviço público, tem comissão de 15%. Existe mesmo?]
>
> [Resposta do embaixador]: *Tem que existir. É um problema do comércio internacional. O erro que cometemos é que, ao invés de tornarmos a comissão oficial, transformamos em tabu. (...) Qualquer negócio no mundo tem comissão. Se tem um negócio no Ministério das Finanças, vai dar comissão. Ele (negociador) é obrigado a declarar. Um bocadinho vai para ele, é um prémio. (...) É perfeitamente natural. O contrário faz aparecer os mensalões* [alegado esquema Brasileiro de corrupção de deputados da oposição por parte do partido no poder] *(...) Minha opinião sobre o mensalão é a seguinte: (...) Se você é de um partido oposto ao meu, vou lutar para você vir para o meu. Vou usar todas as armas. Primeiro ideologicamente. Quando perceber que não estou conseguindo do ponto de vista ideológico, vou fazer mobilização material. Agora você usar dinheiro público nesta operação é crime. Se é uso de dinheiro pessoal, qual o crime? Todo homem tem um preço. O que interessa saber é quanto*[118].

Nas palavras de um dos membros do Comissão Nacional Eleitoral,

> *Temos de ser realistas e dizer que o que nós temos em Angola é um Estado patrimonial e não um Estado democrático (...) temos um país onde os fundos públicos não são controlados*[119].

Toldada pelo emaranhado destas limitações (em todo ou em parte), a oposição encontra-se regra geral demasiado centrada sobre os seus próprios problemas internos ou mergulhada em

---

[118] In *O Globo* (21 Novembro, 2005).

[119] Declarações de Claúdio Silva, membro da Comissão Nacional Eleitoral (proposto pela UNITA), à *Voz da América* e à BBC a 12 de Outubro de 2005, no decurso de uma visita a Washington.

disputas burocrático-legalistas com o partido no poder, mas mostrando-se pouco apta para a relação directa com o eleitorado e para a sua mobilização com programas políticos que reflictam as reais preocupações e anseios da população. Nas disputas legalistas com o MPLA a oposição sai obviamente a perder, não só porque o MPLA detém a maioria dos assentos parlamentares na Assembleia Nacional como também porque se encontra muito melhor estruturado e capacitado em termos de recursos financeiros e de quadros.

Por outro lado, provocada ou não, a questão das dissenções, divisões e/ou contestações internas, reemerge periodicamente em vários dos partidos da oposição com disputas pelo poder e pelos magros recursos partidários, absorvendo energias e fundos que poderiam ser mais eficazmente utilizados nos objectivos da mobilização política e na capacitação e fortalecimento das estruturas partidárias. Em inúmeras ocasiões, especialmente nos partidos com menor expressão política (os menos votados), constatam-se posturas que numa escala micro replicam a mesma lógica patrimonial e clientelista que domina o centro do poder político, com favorecimento pessoal baseado em solidariedades primárias, confusão entre personalidades e cargos, recursos partidários e pessoais.[120]

Neste contexto, não é difícil compreender que a Assembleia Nacional dominada por uma maioria absoluta de deputados do MPLA continue relegada a um papel secundário quanto à iniciativa legislativa, permanecendo, como no passado, uma câmara de ressonância das decisões tomadas ao nível da presidência e das altas esferas partidárias[121].

3.3 – A sociedade civil emergente[122]

Desde o período colonial até ao presente os angolanos têm vivido quase que permanentemente sob regimes autoritários. A falta de tradição democrática impediu a emergência de organizações da sociedade civil que somente surgem no início dos anos 90 com a transição para o multipartidarismo.

As referidas reformas legais de 1991-1992 e o processo eleitoral abriram espaço para a sociedade civil – organizações religiosas, Igrejas, *media* privados, sindicatos independentes e ONGs. O regime impôs vários constrangimentos ao funcionamento deste espaço ao longo dos anos, tentando controlá-lo tanto quanto possível. Contudo, apesar dos obstáculos criados, as organizações da sociedade civil têm desenvolvido um trabalho importante na área dos direitos humanos, civis, políticos e económicos, apoiando e defendendo os mais desfavorecidos e pressionando para a paz e a reconciliação. Não sendo possível desenvolver aqui uma abordagem extensa da sociedade civil em Angola, limitar-me-ei a referir alguns exemplos demonstrativos do trabalho desenvolvido por algumas organizações da sociedade civil que actuam em áreas diversas, realçando sobretudo os constrangimentos que enfrentam.

Logo que as organizações da sociedade civil – OSC – começaram a surgir, o regime tentou exercer sobre elas algum tipo de controlo, seja ao nível das ONGs (*e.g.* AAD), seja ao nível dos *media* privados (especialmente as novas rádios privadas, que começaram a emitir em 1992,

---

[120] A este respeito ver Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism in Africa*:...op. cit., especialmente a conclusão.

[121] Neste sentido ver igualmente relatório *Some transparency, no accountability*,...op. cit. ..., pp. 76-77; no mesmo sentido ver relatório, Miranda, Arlindo, *Angola 2003/2004, ...op.cit...*, pp.25-26.

[122] Um estudo mais detalhado pode ser encontrado em "Country profile Angola" ...op. cit., pp. 47-62; em publicação, Vidal, Nuno, *Social sectors in Angola:...op. cit.*; ver igualmente o texto de Christine Messiant neste volume e o capítulo dedicado à sociedade civil; igualmente Comerford, Michael, G., *O Rosto Pacífico de Angola* (Luanda: edição do autor, 2005).

estando todas elas sob controlo directo ou indirecto do partido no poder[123]). Com o retomar da guerra logo após as eleições, o espaço da sociedade civil contraiu-se, mas não se fechou completamente e voltou a expandir-se com o protocolo de Lusaka. Deu-se um *boom* nos jornais privados (*e.g.* "*Folha 8*", "*Actual Fax*", "*Agora*", "*Comércio & Actualidade*", "O *Independente*" e "*Angolense*", que se juntaram ao "*Imparcial Fax*", que existia desde 1991). Surgiu uma nova federação sindical em 1996 (CGSILA), acabando com o monopólio da federação do MPLA (UNTA) e permitindo a representação de outros sindicatos (*e.g.* dos professores – SINPROF, dos jornalistas – SJA). A rádio Católica Eclésia foi reaberta em Luanda em 1997 (havia sido fechada em 1977). O número de ONGs nacionais e internacionais cresceu acentuadamente tendo sido necessária a sua organização em fórum – FONGA para as ONGs nacionais, CONGA para as internacionais.

Os novos *media* privados começaram a veicular um forte criticismo em relação ao governo/partido que por vezes reagiu violentamente, com actos de intimidação e a detenção de jornalistas, tendo em 1996 sido criada uma extensão dos serviços da segurança de Estado para a área da informação - SINFO. Em circunstâncias suspeitas as redacções de alguns jornais foram incendiadas ou pilhadas (*e.g.* "*Agora*" e "*Comércio & Actualidade*" em 1998) e jornalistas assassinados – Ricardo de Mello em 1995 (que trabalhava para o *Imparcial Fax* e desenvolvia na altura uma pesquisa sobre corrupção no topo da hierarquia estatal) e António Casimiro em 1996 (repórter da televisão e correspondente em Cabinda).

Contudo, começaram a emergir Organizações da Sociedade Civil "politicamente correctas", financiadas por bónus sociais do petróleo e privilegiadas no relacionamento com as estruturas estatais e governamentais; um processo que se iniciou em 1996 com a "Fundação Eduardo dos Santos – FESA", seguida pelo "Fundo Lwini de Solidariedade Social", da primeira-dama Ana Paula dos Santos, e por várias outras organizações dentro da mesma lógica, criadas por membros do topo do regime ou co-optadas ao longo dos anos (*e.g.* AJAPRZ[124], "*Criança Futuro*", "*Acção Solidária*", "*Amigos do Rangel*")[125].

Com a suspensão do protocolo de Lusaka e o reinício da guerra em 1998, o governo procurou novamente restringir o espaço da sociedade civil, mas desta vez encontrou uma reacção mais forte. Limitações à cobertura jornalística da guerra impostas pelo governo encontraram uma forte resistência de algumas OSC como o Sindicato dos Jornalistas, o Comité Internacional para a Protecção dos Jornalistas, o "*Centro Cultural Mosaico*", a "Associação *Mãos Livres*" e a delegação local da *Open Society* (cujo representante era ele próprio jornalista, anteriormente preso por apelidar o Presidente de ditador num jornal privado)[126]. Com o fim da guerra em 2002, a perseguição dos *media* privados acalmou mas a liberdade de expressão está ainda longe de ser alcançada[127].

Associações de advocacia dos direitos humanos tal como a mencionada "Associa*ção Mãos Livres*" e a "*Associação Justiça Paz e Democracia*-AJPD" (ambas apoiadas por parceiros

---

[123] LAC-Luanda, Rádio 2000-Lubango, Rádio Morena-Benguela e Rádio Comercial-Cabinda.

[124] ONG de Jovens angolanos refugiados regressados da Zâmbia: Associ*ção* dos Jovens Provenientes da Zâmbia.

[125] Ver "Country profile Angola" ...op. cit., pp.47-62; igualmente o texto de Christine Messiant neste mesmo volume. Acerca da FESA e do investimento do regime numa sociedade civil paralela ver Messiant, Christine, 'La Fondation Eduardo dos Santos (FESA): autour de l'investissement de la société civile par le pouvoir angolais', in *Politique Africaine,* 73, (1999), pp.82–101.

[126] Ver Amnesty International, *Angola: Freedom of expression under threat* (AI: November 1, 1999); Amnesty International, *Angola: unfair trial of Rafael Marques (*AI: March 31, 2000).

[127] Ver a este respeito o relatório da Human Rights Watch, *Unfinished democracy...op. cit.*; igualmente o *press release*, "Director of Government News Agency threatens to shoot journalist" in MISA – Media Institute of Southern Africa (23 Fevereiro, 2005); igualmente *Human Rights Watch World Report 2006* (New York: HRW & Seven stories press, 2006), pp.74-79.

externos[128]) têm sido particularmente activas na denúncia e combate ao autoritarismo e arbitrariedade na aplicação da justiça, pressionando em favor da reforma constitucional, legislação sobre o HIV-SIDA e a melhoria do sistema penal. O trabalho da "*Mãos Livres*" tem-se estendido às províncias, onde é mais necessário, dado o enorme deficit de advogados em todo o país mas especialmente fora de Luanda (*e.g.* em toda a província de Malange existe apenas um advogado); as administrações provinciais são particularmente conhecidas pelo autoritarismo e arbitrariedade, com governadores provinciais todo-poderosos e forças policiais que não raras vezes são acusadas de impunemente perpetrarem abusos de autoridade e atropelos graves aos direitos humanos[129].

Juntamente com a representação local da *Open Society* e o presidente da Frente para a Democracia (FpD - partido da oposição parlamentar, membro da AD-Coligação), a "Associação *Mãos Livres*" desempenhou um papel igualmente relevante no primeiro grande caso de expulsão violenta de comunidades - bairro da Boavista em 2001 -, feita pelo governo provincial para prosseguir projectos de urbanização em Luanda. As pressões combinadas destas organizações levaram o governo provincial a prometer compensações e realojamento aos moradores expulsos dos seus lares. Casos similares de expulsões violentas de moradores de bairros periféricos continuaram a ocorrer nos anos seguintes[130] e a associação levou alguns deles a tribunal. Uma nova associação surgiu em 2002 no bairro do Benfica para lidar especificamente com estas situações - "*SOS Habitat*" – juntando algumas organizações comunitárias de base.

Todas estas organizações têm enfrentado sérios constrangimentos por parte do governo, seja em Luanda ou nas províncias. O registro legal da *AJPD* continua a ser negado pelas autoridades competentes[131]; ainda que a Constituição consagre o direito de associação, legislação complementar permite ao governo negar o registo de associações com base em motivos de segurança (sem os especificar) e os diversos apelos da associação aos tribunais não têm surtido qualquer efeito.

A "*SOS Habitat*" é provavelmente aquela que mais dificuldades enfrenta na medida em que tem desafiado importantes interesses imobiliários em Luanda. O seu líder – Luís Araújo – e vários outros membros da associação, foram recentemente agredidos e presos por se oporem a mais uma acção de expulsão violenta[132]. Para além destes problemas têm ainda uma acrescida dificuldade de acesso aos doadores e organizações internacionais financiadoras, que não raras vezes evitam financiar a associação para não ferir susceptibilidades no governo[133].

A inexistência de OSC independentes durante o período Socialista fez das Igrejas as vozes isoladas na defesa dos direitos humanos e da paz durante aquele período. Na última fase da guerra civil (1998-2002), as Igrejas foram ajudadas nas suas iniciativas por outras OSC num

[128] A "*Mãos Livres*" apoiada pelo Departamento de Direitos Humanos da ONU e a AJPD apoiada pela *Open Society*.

[129] Ver *Angola. Country Reports on Human Rights Practices - 2002* (Released by the Bureau of Democracy, Human Rights, and Labour, March 31, 2003)

[130] Ver Amnesty International, *Mass Forced Evictions in Luanda – A Call for a Human Rights-Based Housing Policy* (2003).

[131] A "*Mãos Livres*" conseguiu o registo provavelmente devido às melhores relações que o seu dirigente – Davide Mendes - mantém com a estrutura governamental/estatal, tendo sido vice-ministro das relações exteriores.

[132] Estes eventos ocorreram na comunidade de Kilamba Kiaxi I e II em Dezembro de 2005, deixando 628 famílias desalojadas, Ver Amnesty International, *Angola: Forced evictions/use of excessive force*, AI reference: AFR 12/001/2006 (25 Janeiro, 2006), AFR 12/005/2005 (2 Dezembro, 2005); URL: http://web.amnesty.org

[133] A partir de entrevistas com vários dos membros dirigentes da associação.

claro sinal de que estas organizações haviam-se desenvolvido nos períodos de abertura pós 1991.[134] Essencialmente de 1999 em diante, várias foram as iniciativas das Igrejas, das ONGs e de personalidades isoladas em favor da paz e do respeito pelos direitos humanos, começando pelo Grupo Angolano de Reflexão para a Paz – GARP, cujo manifesto pugnava pela necessidade de uma paz sustentada, o direito à cidadania, à boa governação e à justiça social, sendo apoiado por um vasto leque de personalidades, dos *media*, das ONGs, dos partidos da oposição e das Igrejas. Mais tarde nesse ano, a Igreja Católica lançou o movimento *Pro Pace*, apelando à mobilização das Igrejas e das OSC em favor da paz. Seguiu-se em 2000 a criação do Comité Inter Eclesial para a Paz em Angola – COIEPA, juntando Igreja Católica e Igrejas Protestantes[135] e tendo resultado num grande congresso *Pro Pace* em Julho desse ano, reunindo várias Igrejas, ONGs, membros da comunidade doadora, partidos políticos e mesmo alguns membros do governo. Os esforços para a paz prosseguiram em 2000, com o programa da Construção da Paz – PCP, resultando de uma iniciativa da Development Workshop – DW, com várias igrejas, ONGs e de um projecto do COIEPA que juntava ainda autoridades tradicionais[136].

A falta de uma estrutura unificada para estabelecer uma estratégia comum a todas estas iniciativas e programas e o facto de estarem essencialmente limitadas a Luanda, revela um dos principais problemas das OSC em Angola – o deficit na sua capacidade de articulação continuada e cumulativa, agravado pela reacção do governo, que do final dos anos 90 em diante começou a conceder o reconhecimento a um número elevadíssimo de Igrejas protestantes, provavelmente na tentativa de fragmentar e enfraquecer o movimento ecuménico.

Apesar dos esforços das OSC em favor da paz negociada, o governo prosseguiu firme no seu objectivo de alcançar uma solução militar conforme anunciado pelo Presidente em 1998. Tal solução foi alcançada a 22 de Fevereiro de 2002 com a morte de Savimbi. A exemplo do que havia acontecido com os acordos de Bicesse e o protocolo de Lusaka, as Igrejas, as ONGs e partidos da oposição foram excluídos do Memorando do Luena, facto que em nada contribuiu para o fortalecimento das OSC e das dinâmicas que vinham criando. Saindo vitorioso do conflito, o governo sentiu-se confortável para impor mais alguns constrangimentos à sociedade civil, não só mantendo a já referida proibição à extensão da emissão da rádio Católica às províncias, mas também obstando ao envolvimento articulado das Igrejas e das outras OSC em assuntos politicamente sensíveis tais como Cabinda.[137] Para tal, o governo aprovou em 2002 uma nova lei para regular a actividade das ONGs proibindo-as de quaisquer actividades político-partidárias (Art. 21 b). Ficando ao critério das autoridades governamentais e do sistema judicial avaliar a natureza das actividades das ONGs. Esta atitude representou um duro golpe para o desenvolvimento de alianças entre ONGs, Igrejas e partidos da oposição.

---

[134] Sobre o papel da Igrejas na última fase da Guerra em Angola ver, Messiant, Christine, 'Les églises et la derniére guerre en Angola (198-2002). Les voies dificiles de l'engagement pour un pays juste', in *Le fait Missionaire - War, peace and religion*, nº13, Outubro 2003, pp.75-117.

[135] O COIEPA constituía uma aliança da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé – CEAST (Católica), do Conselho das Igrejas Cristãs em Angola – CICA (Protestante) e da Aliança Evangélica de Angola – AEA (Protestante).

[136] Ver especialmente Comerford, Michael, G., *O Rosto Pacífico*...op. cit..

[137] O papel da Igreja Católica juntamente com a *Open Society* foi extremamente importante para denunciar e travar sérios abusos dos direitos humanos que vinham ocorrendo em Cabinda nos anos de 2002 e 2003 em consequência de grandes operações militares contra a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda – FLEC (FLEC-FAC); ver relatórios sobre a situação dos direitos humanos em M'Palabanda - Associação Cívica, 1º.relatório, *Terror em Cabinda* (2002); 2º relatório, *Cabinda um ano de dor* (2003); 3º relatório, *Cabinda o reino da impunidade* (2004); também Amnesty International, *Arbitrary detention/Fear for safety/Fear of torture/Incommunicado detention* (AI, 133 December 2002).

Para além dos referidos constrangimentos domésticos, as OSC enfrentam ainda outras dificuldades: nascidas de uma estreita relação com organizações internacionais ocidentais, cedo se tornaram dependentes de parceiros externos, dos seus financiamentos e das suas agendas de acção, que variavam de acordo com os interesses estratégicos dos doadores e ao sabor das correntes internacionais dominantes do pensamento desenvolvimentista[138]. A inexistência de fontes alternativas de financiamento, seja a nível do Estado (que passou a encarar as OSC que não lhe eram favoráveis como uma ameaça, privilegiando as organizações pró-regime), seja a nível do tecido empresarial privado (que como vimos permaneceu estreitamente ligado ao partido no poder, replicando os critérios de punição-retribuição política), agravou aquela situação de dependência. Cedo se impôs uma competição interna entre organizações nacionais pelo acesso a estes recursos, competição esta que em nada contribuiu para uma melhor articulação das OSC.

Neste contexto, torna-se compreensível o tardio aparecimento da primeira rede nacional eleitoral liderada por ONGs Angolanas (PLATA), que surge somente em Novembro de 2005, numa altura em que o MPLA já havia nomeado mais de mil membros para integrar as referidas comissões executivas eleitorais, encarregues de assumir o registo eleitoral em todo o território[139]. O principal objectivo é o de coordenar, revitalizar e/ou criar redes provinciais eleitorais para promover a participação da sociedade civil no processo eleitoral, mas a tarefa é obviamente difícil tendo que acompanhar um processo já em andamento e controlado pelo MPLA no chamado Grupo Informal para as Eleições, subordinado ao Ministro da Administração do Território.

Conforme referido por um dos líderes do PLATA ao autor, sabendo-se da importância das Igrejas em Angola, o projecto poderia beneficiar grandemente do apoio, experiência e estruturas nacionais do COIEPA. Contudo, e uma vez mais provando a dificuldade de se desenvolverem de forma sustentada redes de colaboração entre OSC, as três congregações eclesiásticas na base do COIEPA não chegaram a acordo para um projecto comum em relação ao processo eleitoral e cada uma delas terá a sua agenda e parceiros próprios.

Em suma, a análise desenvolvida ao longo deste capítulo 3 revela bem a tarefa Dantesca que se depara a todos aqueles empenhados na mudança do sistema político Angolano, tendo que competir contra um tão apertado domínio do aparelho estatal e controlo das diferentes áreas da vida em sociedade – política, civil e económica. A dimensão do desafio está perfeitamente ilustrada e a todos relembrada numa frase de Agostinho Neto que data de 1977 mas que ainda hoje se encontra inscrita e exibida num grande *placard* em frente ao comité provincial do MPLA no Huambo – "*O MPLA é uma barreira intransponível*".

Contudo, do lado de vários partidos da oposição e algumas organizações da sociedade civil, existe a expectativa de que o futuro processo eleitoral encerra um potencial de mudança. O próximo capítulo discute e testa os argumentos na base desta expectativa.

4-Poderão as esperadas eleições de 2006/2007 transformar o sistema político angolano?

A maioria dos partidos da oposição e várias das organizações da sociedade civil esperam que a dinâmica criada pela paz e pelo processo eleitoral abra o caminho para uma democratização

[138] A este respeito um trabalho extenso será publicado em 2006, Vidal, Nuno, *Social sectors in Angola...op. cit.*.

[139] Ainda a dar os primeiros passos a rede procura assumir anteriores projectos e experiências dispersas de redes eleitorais provinciais que haviam sido financeiramente apoiadas pelo *National Democratic Institute* – NDI e tecnicamente assistidas pelo *Electoral Institute of Southern Africa* – EISA.

efectiva do sistema político Angolano. Tal expectativa é baseada em três argumentos principais.

O primeiro argumento sustenta que o MPLA necessita de se re-legitimar através do processo eleitoral e para o conseguir terá não só de ganhar as eleições, mas também de conseguir que elas sejam consideradas livres e justas de acordo com critérios internacionais e isso implica alguma abertura efectiva (não apenas cosmética) à crítica política e ao debate público (*e.g.* um maior acesso dos partidos da oposição e dos grupos da sociedade civil aos meios de comunicação social estatais, redução dos constrangimentos impostos aos meios de comunicação social privados e aos comícios e manifestações por todo o país, uma possível autorização para a expansão da emissão da Rádio Eclésia a todo o território nacional, etc.).

Um segundo argumento baseia-se na possibilidade de o MPLA perder a sua maioria parlamentar nas eleições de 2006, o que a acontecer levaria o partido no governo a "institucionalizar" a prática da negociação política com a oposição e, igualmente, a tornar-se mais receptivo às pressões da sociedade civil.

Por último, parte da oposição e das organizações da sociedade civil nutrem a expectativa de que a descentralização – que se espera venha a ocorrer através do processo iniciado com as eleições locais directas após as legislativas –, promova o desenvolvimento para além do sector petrolífero e permita a inclusão e a participação política, corroendo a extrema dependência económica em relação ao petróleo, assim como a excessiva concentração do poder e centralização da administração (*cf. supra*).

Cada um destes argumentos será aqui analisado em detalhe.

4.1 A dinâmica eleitoral abrirá espaço para o debate, crítica e reivindicação política !?

A expectativa de que a dinâmica eleitoral poderá abrir espaço cívico e político baseia-se na experiência de 1992. Por essa altura, sob forte pressão internacional e doméstica, o MPLA fez várias concessões. Apesar de manter inabalado o controlo de todo o aparelho de Estado, a reacção do partido no poder ao novo contexto e às exigências que diariamente emergiam nem sempre foi a mais eficaz e tornou-se claro que mesmo que existisse uma intenção assumida para manipular todo o processo, não era possível controlar a totalidade das variáveis envolvidas. Deste modo, um crescente número de concessões foram feitas à oposição e às organizações da emergente sociedade civil. À medida que a dinâmica do processo eleitoral prosseguiu, o regime abriu muito mais espaço político do que aquele que era inicialmente esperado e possivelmente previsto dentro do próprio regime. Apesar desse espaço se ter contraído com o reinício da guerra logo após as eleições, não foi possível regressar à situação original.

Tal experiência é ainda hoje lembrada pelos principais actores envolvidos – partidos políticos da oposição e algumas organizações da sociedade civil – e tal como em 1992, depositam agora grandes esperanças no processo eleitoral como um novo e importante passo na abertura e democratização do regime.

Ainda que se possa facilmente concordar que a dinâmica de um processo eleitoral seja difícil de controlar e como tal abre mais espaço para o debate e para a exigência política, a experiência e lições aprendidas em 1992 devem igualmente ter em conta que o actual contexto doméstico e internacional é muito diferente do de 1992. Naquela época, o MPLA estava numa posição difícil para gerir a sua imagem, os seus antigos aliados e o modelo socialista estavam em declínio no

mundo, expostos como um fracasso económico e político, retardadores do desenvolvimento e opressores das populações. Por outro lado, o seu principal oponente – a UNITA – havia alcançado uma considerável ascendência a nível interno, tendo saído da guerra civil controlando parte do território nacional, fortemente apoiada pelos EUA e por vários países ocidentais (política e financeiramente) e com uma imagem de movimento angolano em luta pela democracia ocidental e pelo mercado liberal; uma imagem que apesar de estar muito longe da realidade, foi largamente difundida pelos meios de comunicação social ocidentais e habilmente aproveitada pelo movimento de Savimbi, alargando-lhe extraordinariamente o leque de apoios externos. Ao MPLA escasseava o tempo para proceder à sua reestruturação, além de que tal processo era difícil, tal como se veio a provar pelos seus três congressos consecutivos, que visaram facilitar a sua adaptação ao novo quadro multipartidário e à economia de mercado ainda antes das eleições.[140]

Hoje, a situação interna e externa é muitíssimo mais favorável ao MPLA: o partido reforçou o seu domínio do Estado e a sua experiência governativa sob o novo quadro de multipartidarismo; controla os *media* estatais e limita a eficácia dos *media* privados[141]; detém o domínio completo da "nova economia de mercado"; mantém boas relações políticas e económicas com os EUA e os países ocidentais em geral, que estão agora fortemente empenhados em agradar o poder estabelecido; derrotou militarmente a UNITA, que já não conta com o apoio internacional que detinha em 1992, está politicamente debilitada e economicamente dependente, assim como a restante oposição.

O argumento de que a dinâmica eleitoral abrirá espaço para o debate e a exigência política deve ser contrabalançado com este novo contexto interno e externo. Vários dos entrevistados em recentes pesquisas de campo parecem reconhecer este facto e como forma de o ultrapassar realçam a necessidade de uma efectiva articulação entre os esforços de agentes internos e externos partilhando os mesmos princípios e valores de respeito pelos direitos humanos e democratização dos sistemas políticos. Contudo, fazem questão de realçar que os agentes externos só poderão ser organizações da sociedade civil internacional. Parecem não restar ilusões quanto à capacidade de pressão que eventualmente possa ser exercida sobre o governo Angolano por parte de Organizações Internacionais Governamentais ou a comunidade doadora, em face de recentes exemplos como o referido episódio Falcone e o Angola-gate a par do relaxamento de atitude do Banco Mundial, FMI e mesmo União Europeia perante a concorrência asiática (*cf. supra*).

4.2 A perda da maioria parlamentar por parte do MPLA irá institucionalizar a negociação política !?

A maioria absoluta do MPLA no parlamento permite-lhe aprovar quase todas as leis sem alterações, excepto no que se refere à Constituição, cuja alteração implica uma maioria de dois terços. De acordo com vários líderes da oposição e alguns activistas da sociedade civil, uma eventual perda da maioria parlamentar por parte do MPLA institucionalizaria a negociação política e a prática regular de cedências por parte do partido no poder. Esta expectativa baseia-se na experiência de discussão constitucional iniciada após o protocolo de Lusaka em 1994. A actual Constituição foi aprovada em 1991 e revista em 1992, tendo-se então assumido que uma nova Constituição seria negociada após as eleições, facto que não veio a acontecer devido ao retomar da guerra. Após a assinatura do protocolo de Lusaka em 1994 reiniciaram-se as discussões.

---

[140] III° congresso em 1990; II° Congresso Extraordinário em 1991; III° Congresso Extraordinário em Maio de 1992.

[141] Ver "Country profile Angola" in *An Assessment of Human Rights*...op. cit., pp.47-62.

Durante o período de 1997-1998, em conformidade com o acordo de Lusaka, os deputados da UNITA assumiram os seus lugares e pela primeira vez na história de Angola começaram a emergir os primeiros sinais de um efectivo funcionamento político multipartidário. Em 1997 e 1998, a Assembleia Nacional fervilhava de actividade política, transmitida em directo pela rádio e pela televisão nacionais. As negociações e alianças entre partidos dominavam a agenda política tendo a revisão constitucional como preocupação central; a UNITA, a FNLA e o PRS já haviam concordado em aliar os seus votos (alcançando 1/3 do total) para obrigar o MPLA a negociar. Em grande medida fruto da difusão massiva de informação sobre a actividade parlamentar, a discussão acerca do tipo de modelo político e administrativo que deveria vigorar em Angola ocupava a imaginação de um cada vez maior número de angolanos, enchia páginas nos jornais privados, dominava as discussões políticas diárias extra-parlamento, em conferências, etc.[142].

Dois modelos principais emergiram deste debate associado aos partidos políticos. Por um lado, o projecto do MPLA, defendendo a existência de uma única câmara, semi-presidencial, com o papel central reservado ao Presidente da República e um Primeiro-Ministro com um papel secundário, prevendo-se igualmente alguma autonomia provincial com eleições directas para as estruturas regionais da administração do Estado, excepto para o cargo de governador provincial; por outro lado, o projecto FNLA/UNITA/PRS – defendendo uma substancial e significativa autonomia provincial com descentralização e desconcentração efectiva, incluindo a gestão provincial dos recursos locais, um modelo que se situaria a meio termo entre o regionalismo e o federalismo, com todas as posições eleitas de forma directa (incluindo a de governador provincial). A intenção era obviamente a de alargar a autonomia destes partidos nas "suas" regiões chave (*i.e.* nas regiões onde detêm maior número de apoiantes e de votantes conforme os resultados de 1992 – FNLA no Norte, UNITA no planalto central e PRS no Nordeste)[143].

Por altura deste debate o segundo projecto parecia ganhar vantagem dentro e fora do parlamento, dando a sensação de estar gradualmente a emergir a seu favor um largo consenso entre os partidos da oposição, *media* privados, ONGs nacionais. Uma boa parte dos argumentos veiculados sustentavam que a descentralização presente no segundo projecto poderia promover o desenvolvimento económico para além do sector do petróleo, permitir a participação política alargada e esvaziar a causa do secessionismo em províncias como Cabinda e as Lundas. O MPLA parecia disposto a fazer concessões. Por essa altura Savimbi ainda estava vivo e controlava vastas áreas do território, detendo algum poder negocial efectivo.

A suspensão do protocolo de Lusaka nos finais de 1998, seguida do abandono do parlamento pelos deputados da UNITA e o reinício do conflito armado, colocou um fim a todo este processo que se vinha desenvolvendo em torno da Constituição. Após a morte de Jonas Savimbi em Fevereiro de 2002, retomou-se a discussão sobre o novo projecto constitucional, mas desta vez num contexto bipolarizado, ficando as negociações limitadas ao MPLA e à UNITA (sob liderança do General Gato) e tendo resultado num projecto aprovado em Janeiro de 2003 – o "acordo do Alvalade". Foi apresentado como um novo projecto, mas na realidade consagrava o projecto original do MPLA (o vencedor da guerra civil). Deste modo e segundo o acordo, o Presidente gozaria de poderes discricionários para nomear e destituir o Primeiro-Ministro; uma lista de nomes recomendados para governador provincial seria apresentada

---

[142] O autor encontrava-se nessa época em Angola a realizar a pesquisa de campo para a tese de doutoramento.

[143] Para o número exacto de votos de cada partido por província ver, Marques, Sofia, *Angola: Da Guerra*...op. cit. pp. 42-43

pelo partido mais votado na respectiva província, mas a sua escolha e nomeação efectiva caberia ao Presidente da República que igualmente mantinha o poder da sua destituição e o de dissolução da Assembleia Nacional.

Contudo, pouco tempo depois, o novo líder da UNITA, Isaías Samakuva, que havia substituído o General Gato após votação em congresso partidário de Junho de 2003, expressou a sua insatisfação com o acordo e tentou adiar a aprovação constitucional para a legislatura seguinte, tendo para o efeito aliado a UNITA a uma coligação de outros partidos da oposição. Estes partidos eram igualmente contra o acordo de Alvalade porque não só consagrava um modelo ao qual se opunham, mas também e sobretudo, porque havia sido negociado sem a sua participação. Em Maio de 2004 todos os partidos da oposição se retiraram da comissão constitucional (responsável pela redacção final da proposta de lei a ser apresentada à Assembleia Nacional), acusando o MPLA de manipular a comissão e de manter as eleições reféns de uma prévia aprovação da Constituição. Para além de tudo o mais, esta atitude resultava igualmente e em parte da expectativa da oposição em relação a uma possível alteração significativa da correlação de forças parlamentares em decorrência das eleições, que implicasse uma perda de mandatos do MPLA e o consequente decréscimo do seu poder negocial.

Neste confronto com o partido no poder, a oposição apresentou várias exigências, entre elas a indicação de uma data por parte do Presidente para a realização das eleições legislativas e presidenciais, após consulta com os membros da sociedade civil e com os líderes políticos da oposição; a apresentação de um calendário com todos os passos para preparar o processo eleitoral (*e.g.* composição do Comissão Nacional Eleitoral, registo eleitoral, estruturas de observação, etc.); e sobretudo, a quebra de qualquer condicionalismo entre as eleições e a aprovação de uma nova Constituição.

Este conflito coincidiu com a visita do Presidente José Eduardo dos Santos aos EUA, onde o Presidente George W. Bush o questionou acerca das eleições, facto que parece ter tido algum impacto ao nível do MPLA e da presidência. Ao regressar a Angola, Eduardo dos Santos chamou alguns membros da sociedade civil para encontros bilaterais, tendo reunido com o COIEPA, a ADRA e a AJAPRAZ (dia 28 de Julho de 2004)[144]. Quatro dias mais tarde o Presidente reuniu o Conselho da República (órgão consultivo) e escutou a opinião dos partidos da oposição aí representados. Em ambos os encontros emergiu um consenso em favor da realização do escrutínio em 2006 e a 30 de Julho o Bureau Político do MPLA emitiu um comunicado afirmando que as eleições deveriam ter lugar antes de Setembro de 2006, abandonando o *linkage* que até então defendera entre eleições e Constituição.

Tal episódio sustenta o argumento de que as próximas eleições podem abrir caminho a um funcionamento mais eficaz do sistema multipartidário, caso não exista uma maioria no parlamento. O partido no poder teria de negociar regularmente com a oposição assim se incrementando a prática do diálogo democrático. Mesmo considerando a possibilidade de uma coligação governamental entre partidos tal implicaria ainda assim um acréscimo de discussão, diversidade e *political bargaining* dentro do governo.

Contudo, não é de forma alguma líquido que a maioria parlamentar do MPLA esteja em risco. Contrariamente à oposição, o MPLA está bastante adiantado na sua preparação para as eleições e o contexto interno e externo parece ser-lhe agora muito mais favorável do que em 1992, aquando da sua primeira vitória eleitoral. Para além do mais, contrariamente às suspeitas

[144] ADRA – Acção para o Desnvolvimento Rural e Ambiente (a maior ONG Angolana).

da oposição e de alguns sectores da sociedade civil[145], o contínuo adiamento das eleições por parte da presidência e do MPLA desde 2004, poderá não estar em nada relacionado com o receio de perder a sua maioria parlamentar, mas antes com uma estratégia político-partidária delineada no sentido de ter mais tempo para preparar eficazmente toda a máquina partidária-estadual com vista ao objectivo de uma vitória esmagadora que atinja os dois terços.

No seio de vários sectores de topo do partido e da presidência existe uma forte convicção de que é possível acontecer em Angola o que aconteceu com a FRELIMO em Moçambique e com o ANC na África do Sul nas segundas eleições legislativas – uma vitória de dois terços no parlamento. O MPLA teria então o controlo absoluto sobre o poder legislativo, especialmente no que toca à tão desejada aprovação da nova Constituição. Como vimos, depois de uma dura luta com a oposição, o Presidente e o MPLA desistiram do objectivo de alterar a Constituição antes das eleições, mas temos de ter em conta que ambos parecem ter encontrado uma compensação na possibilidade de as eleições legislativas serem separadas das presidenciais, antecedendo-as em cerca de 12 meses. Deste modo, a nova Constituição seria elaborada antes das presidenciais, mantendo-se assim intactas as pretensões do Presidente em ir a eleições com um quadro claramente definido da relação de poderes entre os diferentes órgãos de soberania, que de preferência lhe continue a assegurar a primazia do poder político sobre os restantes órgãos[146]. Visto sob este prisma, a desistência do *linkage* entre as eleições e a aprovação da Constituição poderá não significar uma vitória da oposição.

Na realidade, mais tempo de preparação para as eleições só poderá significar mais votos para o partido no poder se nesse entretanto se apresentarem provas efectivas de melhor governação, tanto ao nível da recuperação de infra-estruturas como da prestação de serviços. Dentro de uma tal lógica, faz todo o sentido a procura de linhas de crédito na China afectas à recuperação de infra-estruturas, mas a cargo de empresas chinesas que, além de mais baratas, poderiam eventualmente evitar que os novos créditos fossem em grande parte engolidos pelos esquemas cristalizados de corrupção e comissões que prejudicariam o objectivo de apresentar obra feita[147].

Equacionada nestes termos a estratégia faz todo o sentido e é coerente, resta saber até que ponto será eficaz. A aposta é elevada e sobretudo arriscada porque acredita que poderá suspender a lógica predadora de recursos públicos pelo menos até às eleições. Os indicadores que para já se podem retirar da prática não são muito animadores para o plano em curso, sabendo-se que muitas das empresas chinesas tiveram de se aliar em *joint ventures* com parceiros nacionais, menos eficientes e com os vícios do sistema (*e.g.* sobrefacturamentos, comissões, etc.) e que vários outros imponderáveis poderão comprometer o programa inauguracionista do governo; além do mais, a qualidade da prestação de serviços públicos (passados quatro anos do fim da guerra) continua em geral paupérrima, seja ao nível de serviços básicos, como o fornecimento de água, electricidade e saneamento básico, seja ao nível da educação, saúde ou administração pública, ao mesmo tempo que os programas de reordenamento urbanístico têm regularmente procedido a expulsões massivas e violentas de populações das suas áreas de residência, provocando o descontentamento e a contestação (*cf. supra*).

[145] Ver por exemplo a entrevista do conhecido activista dos Direitos Humanos, Rafael Marques *in Diário de Notícias* (12 Janeiro, 2006).

[146] A intenção de separar aquelas duas eleições foi publicamente expressa pelo Presidente, ver *Agence France Press* (11 e 12 Novembro, 2004).

[147] A respeito da cristalização da corrupção e da institucionalização das comissões e açambarcamento privado de verbas em contratos do Estado, ver a supra citada entrevista do embaixador de Angola no Brasil, Alberto Correia Neto, afirmando claramente que é natural administradores públicos receberem comissões de 15% por negócios públicos que ajudam a concretizar, *in* O *Globo* (21 Novembro, 2005).

O Processo.....89 89 3/31/06 11:37:08 AM

As mais recentes declarações do Presidente parecem sustentar o argumento da necessidade da presidência e do partido em ganharem mais tempo para concluírem algumas obras de reabilitação de infra-estruturas antes das eleições,

> *(...) o Partido deve encorajar igualmente o Governo a concluir como prevê a execução do seu Programa de reabilitação da rede fundamental de estradas e dos caminhos-de-ferro de Malanje, Benguela e Moçâmedes (Namibe) em 2007, para que a participação dos cidadãos nas próximas eleições seja massiva.*[148]

4.3 A descentralização trará a participação, a inclusão e o desenvolvimento para além do sector do petróleo !?

Este argumento baseia-se na ideia de que a extrema centralização que actualmente caracteriza o sistema político e administrativo angolano constitui um grande obstáculo à participação e inclusão política e ao desenvolvimento para além do sector petrolífero. Até agora, o processo de descentralização apresenta-se muito tímido e numa fase inicial. Envolve quatro actores principais: o governo, o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento - PNUD, o partido e a presidência.

Ao nível do governo existem três ministérios envolvidos: o Ministério da Administração do Território (MAT), relacionado com a pesquisa, a formação de quadros e a coordenação (esta última função em co-operação com o PNUD); o Ministério das Finanças, lidando com aspectos técnicos relacionados com a fiscalidade provincial e municipal e autonomia financeira (um processo ainda a dar os primeiros passos); o Ministério do Planeamento, indirectamente relacionado com a descentralização através de dois projectos – o FAS (Fundo de Apoio Social) e o PAR (Programa de Apoio à Reabilitação).

Para além do apoio técnico aos ministérios envolvidos, o PNUD procura igualmente facilitar a coordenação entre projectos em implementação, pugnando por medidas políticas e legislativas mais arrojadas tendentes a acelerar a descentralização. O partido e a presidência têm estado envolvidos na monitorização e controlo de todo o processo, assim como ao nível da pesquisa e da análise de casos semelhantes noutros países (*e.g.* Moçambique) e procurando adaptar o processo à estratégia política global, tendo em mente processos paralelos como a aprovação de um novo conjunto de leis directamente relacionadas com a descentralização, tal como a futura Constituição, a Lei de Terras e a Lei de Urbanismo e Organização do Território, assim como várias outras peças legislativas e respectivas regulamentações.

Se as razões na base do envolvimento do PNUD são claras (a sua crença no facto de a descentralização poder contribuir para o desenvolvimento e a democratização por via da participação política alargada), as razões do envolvimento do governo não o são totalmente. Alguns argumentam que o governo encara a descentralização como um mecanismo que poderia ajudar a resolver os problemas de eficácia da administração local e de fornecimento de serviços públicos e, assim, esvaziar de conteúdo os sentimentos secessionistas em províncias como Cabinda e as Lundas; outros sustentam que complementarmente àqueles motivos, a descentralização poderia satisfazer a necessidade de expandir a administração do Estado a todo o território e deste modo contribuir para um mais apertado controlo político.

[148] Discurso de abertura da reunião do Comité Central do dia 27 de Janeiro de 2006, proferido pelo Presidente José Eduardo dos Santos, in *Angop-Angola press* (27 Janeiro, 2006); ver igualmente *BBC* (28 Janeiro, 2006).

Apesar de nesta fase o processo se encontrar na sua fase inicial, algumas conclusões esclarecedoras podem ser retiradas da análise dos argumentos na base dos planos/estratégias do partido e da presidência sobre a descentralização (4.3.1) e das experiências que vão ocorrendo no terreno através do PAR e do FAS (4.3.2).

4.3.1 As visões estratégicas do partido/presidência/governo acerca da descentralização

No discurso de abertura do primeiro encontro nacional sobre administração local (30 de Agosto de 2004) o Presidente Eduardo dos Santos afirmou que o governo planeou um programa de duas fases para o governo local. A primeira fase reformará a administração do Estado, enquanto que a segunda criará as condições para a institucionalização de estruturas de poder local autárquico após as eleições. O processo deverá ser gradual e lento porque, tal como fica claro do discurso presidencial, cerca de 50% da capacidade administrativa do Estado está concentrada em apenas três das dezoito províncias de Angola: Luanda, Benguela e Huíla e, deste total, 79% dos recursos humanos estão concentrados ao nível da capital de província, 19% a nível dos municípios e somente 1% a nível das comunas. Além do mais, apenas 3% dos administradores têm educação superior e, destes, 97% estão concentrados ao nível da capital de província.

De acordo com alguns assessores presidenciais ligados às estruturas responsáveis por este dossier e entrevistados no decurso das várias pesquisas de campo deste projecto, antes da implementação das autarquias (o último passo no processo de descentralização, que ainda está longínquo), é necessário consolidar o Estado ao nível local. A desconcentração de competências e responsabilidades implica dois princípios basilares: o gradualismo e a transitoriedade. Angola tem dezoito províncias, 163 municípios e 532 comunas, num território povoado de forma dispersa, o que significa que a descentralização tem de progredir devagar. O sistema autárquico começará com projectos-piloto que se irão expandir gradualmente de acordo com as necessidades e exigências específicas. Moçambique é um modelo a ter em conta ressalvadas as devidas especificidades de Angola. Áreas piloto deverão ser implementadas em Luanda, Cabinda, Huambo e Lundas. O sistema de autarquias será implementado em paralelo com o actual sistema de províncias, municípios e comunas; as competências serão transferidas de forma lenta e gradual para as autarquias até ao ponto em que as velhas estruturas se tornem desprovidas de poder e inúteis, sendo então extintas. Contrariamente ao actual sistema administrativo, o novo sistema não será hierarquicamente rígido, *i.e.* todas elas se situarão num plano paralelo e igualitário dentro da província, com autonomia umas em relação às outras e em relação ao centro.

Na opinião dos entrevistados, as autarquias poderão resolver dois tipos de problemas: por um lado, tendências secessionistas como as de Cabinda, por outro lado, parte da luta política no centro relacionada com a gestão de recursos. De acordo com o plano de descentralização, as autarquias terão acesso à gestão de importantes recursos, lidando directamente com investidores para o desenvolvimento local de projectos, podendo reter impostos locais e gerir fundos directamente afectados pelo Orçamento Geral do Estado. A expansão de actividades económicas significaria o alargamento da actividade tributável e, como tal, o aumento das receitas fiscais da autarquia. Deste modo, logo que as autarquias comecem a gerir receitas crescentes, começarão a absorver uma boa parte da luta política do centro relacionada com a gestão de recursos.

De acordo com estes argumentos, a descentralização é essencialmente necessária para diluir os sentimentos secessionistas e refrear a disputa política pela possibilidade de gestão de recursos. Coincidentemente ou não, se atentarmos para as áreas-piloto escolhidas para iniciar o processo de descentralização (Luanda, Huambo, Cabinda e Lundas), torna-se claro que são as áreas potencialmente mais problemáticas do ponto de vista eleitoral para o partido no poder: Cabinda e as Lundas, conhecidas pela sua rejeição do poder central e daquilo que acusam de ser a usurpação das suas riquezas naturais – petróleo e diamantes, respectivamente; Huambo, conhecido historicamente como um bastião político da UNITA; Luanda, onde existe uma grande insatisfação da massa popular, especialmente nos muceques devido às péssimas condições de vida, decorridos que estão quase quatro anos depois do fim da guerra (milhões de pessoas a viverem em condições miseráveis de falta de água, luz, saneamento básico, saúde, educação, assistência social; juntando desempregados, pequenos comerciantes do mercado informal, deslocados e refugiados de guerra, estropiados, desmobilizados, populações brutalmente expulsas de alguns bairros residenciais em função dos planos de urbanização da capital, etc., etc.)

Tais argumentos em favor da descentralização são claramente de natureza patrimonial e clientelista, e estando formulados neste tipo de lógica não garantem de modo algum que um tal processo (com ou sem eleições) traga a inclusão e participação política e o desenvolvimento para além do sector do petróleo. Em muitos outros casos de patrimonialismo pós-colonial em África, este estilo de descentralização meramente replicou o sistema patrimonial a nível regional, por vezes degenerando em fenómenos de tipo *Warlordism* logo que começam a emergir ambiciosos senhores locais tentando apropriar-se dos recursos das "suas" regiões e contestando o domínio do centro[149].

Um processo gradual (*i.e.* muito lento) tal como pretende o governo, poderá ajudar a evitar este problema, permitindo-lhe gerir a transição de forma cuidadosa, avaliando os resultados dos projectos-piloto à medida que forem avançando. Contudo, e tal como foi lembrado por muitos dos entrevistados, a implementação efectiva de um tal processo está dependente da aprovação de uma nova Constituição, que supostamente deverá enquadrar o programa de descentralização. Inicialmente esperava-se que as eleições locais tivessem lugar um ano após as eleições legislativas, mas perante as recentemente expressas intenções de realizar eleições presidenciais um ano após as legislativas ninguém sabe para quando esperar as eleições locais.

4.3.2 – As experiências de descentralização tal como têm evoluído no terreno – PAR e FAS

Dois projectos ligados ao Ministério do Planeamento têm lidado com a questão da descentralização em termos bastante práticos. Ainda que estes programas estejam essencialmente focados na construção e reabilitação de infra-estruturas económicas e sociais, acabaram indirectamente relacionados com a problemática da descentralização devido às estruturas operativas que colocaram em campo. Estas experiências têm sido habitualmente utilizadas pela argumentação em favor da descentralização e vistas como um bom exemplo de que a descentralização poderá trazer alguma mudança.

O Programa de Apoio à Reabilitação - PAR (actualmente em fase terminal) contou com o

[149] Reno, William, *Warlord Politics and African States* (London: Lynne Rienner, 1998).

financiamento da União Europeia e abrangeu trinta e um municípios em quatro províncias (Huambo, Huíla, Benguela e Bié). Em cada província, a implementação municipal foi confiada a ONGs nacionais e internacionais, que actuam como Operadores de Referência Municipal – ORM. Contratos com ORM especificam quatro fases principais: 1 – diagnóstico do município (2002-2003); 2 – elaboração de um programa para a reabilitação do município (PRM - Programa de Rehabilitação Municipal, 2003-2004); 3- implementação do programa elaborado (2005).

Da perspectiva da descentralização, o principal interesse do PAR reside na sua estrutura operativa, com três órgãos, dos quais o terceiro representa uma completa inovação em termos de estruturas administrativas em Angola. O principal órgão de decisão do PAR é o comité provincial, presidido pelo governador provincial e incluindo todos os ORM, tendo como função supervisionar a implementação do programa em toda a província; um segundo órgão consiste no comité municipal (com capacidade de decisão em problemas específicos do município), presidido pelo administrador municipal e incluindo os ORM e os restantes membros da administração municipal; para assistir a administração local e os ORM e alargar a participação na implementação dos projectos, deveria existir um terceiro órgão de carácter consultivo em cada uma das províncias e municípios-alvo do programa – Quadro de Concertação Provincial/QCP e Quadro de Concertação Municipal/QCM. Estes fóruns consultivos deveriam ser presididos pelo governador provincial a nível da província e pelo administrador municipal a nível municipal. Deveriam igualmente incluir outros membros da administração, os ORM, as ONGs internacionais e nacionais a actuar na respectiva área, empresários, partidos políticos e representantes da comunidade.

Ainda que o PAR seja essencialmente um programa de reabilitação, a dinâmica impressa pela sua estrutura inovadora ao nível dos fóruns consultivos implicou o fortalecimento das capacidades institucionais e pressionou efectivamente para a descentralização e a democratização da política local. As ONGs nacionais e internacionais directamente envolvidas nos ORM constituíram uma fonte acrescida de pressão para a descentralização; estes actores tinham uma preocupação mais aguda com a necessidade de transparência e *accountability* do processo de decisão ao nível local.

A dinâmica criada pelo PAR parece apoiar a causa da descentralização. Contudo, o financiamento da terceira fase do programa (*i.e.* implementação efectiva dos programas de reabilitação) foi suspenso pela União Europeia. Esta abrupta e prematura suspensão do financiamento frustrou as expectativas criadas em relação aos projectos de reabilitação e desperdiçou recursos e esforços gastos na elaboração dos estudos de diagnóstico e do programa. Todo o projecto só faria sentido com a implementação da terceira fase e os fóruns consultivos irão provavelmente desaparecer juntamente com o projecto.

É importante notar que os fóruns consultivos não existem nas quatro províncias (a província do Huambo não possui tal fórum, ainda que ele exista no seu município do Bailundo). O fórum existe na província da Huíla e em Benguela, mas não no Bié. A existência ou não dos fóruns depende em muito da atitude do governador provincial e dos administradores municipais em relação ao programa e às suas estruturas uma vez que do ponto de vista legal este tipo de estruturas não tem qualquer enquadramento na legislação existente, sendo esta uma das suas principais debilidades[150].

O Fundo de Apoio Social (FAS) é um programa autónomo do ministério do planeamento,

---

[150] Ver o Decreto-Lei nº 27/00, *DR*, I, 20 (19 Maio 2000).

financiado pelo Banco Mundial e a operar directamente nos municípios. O programa está na terceira fase (FAS III) e tem duas componentes principais, que não diferem muito do PAR –, por um lado, uma componente de desenvolvimento comunitário que visa restaurar e construir a infra-estrutura económica e social; por outro lado, a componente de desenvolvimento municipal, que pretende assistir os governos municipais, ajudando-os com recursos financeiros e desenvolvendo capacidades para o fornecimento de serviços de carácter económico e social às comunidades. Tal como no PAR, existe um fórum consultivo para a administração municipal, designado de Conselho de Concertação, que inclui representantes das comunidades e da sociedade civil.

Uma vez mais a exemplo do PAR, a dinâmica impressa pelo FAS e especialmente pelo Conselho de Concertação, parece ter reforçado a exigência por uma efectiva descentralização na medida em que desenvolve capacidades e mecanismos de boa governação e *accountability* no governo local, nas comunidades e na sociedade civil. Ainda que, ao contrário do PAR, não exista aqui um problema de financiamento, o próprio programa reconhece os limites do impacto dos fundos sociais no processo de descentralização. De acordo com o Documento de Avaliação de Projecto FAS III, sem a devolução de autoridade e recursos para os níveis locais, os esforços do FAS não serão sustentáveis a longo prazo. Em algum ponto, o governo local teria que assumir o controlo do processo.[151] Uma vez mais se coloca o problema de não existir enquadramento legal para tais fóruns, sendo actualmente esta uma das principais batalhas do FAS junto das estruturas governamentais centrais e no âmbito do chamado "Grupo Informal de Descentralização", que sob coordenação do Ministério da Administração do Território, reúne diversos actores envolvidos na questão da descentralização, como o Ministério do Planeamento, PNUD, União Europeia, USAID, GTZ (*i.e.* cooperação técnica alemã) e FAS, entre outros.

Levando em conta ambos os programas – PAR e FAS – necessitamos de ser realistas e não excessivamente optimistas em relação a esta abordagem "indirecta" da descentralização. Em suma, estas experiências estão ainda muito dependentes de financiamento externo e da aprovação de um programa governamental nacional de descentralização que assegure os mecanismos para uma efectiva transferência do poder de decisão e a autonomia financeira para as estruturas locais.

Tendo por base tanto a análise da perspectiva governamental acerca da descentralização, como os programas em curso no terreno, não se pode de maneira alguma assumir que a descentralização por si só traga a inclusão e a participação política e o desenvolvimento para além do sector do petróleo. Levando em conta outras experiências africanas sobre a descentralização a conclusão não andará muito distante desta[152].

A exemplo do que se passou noutros países africanos, existem em Angola fortes indícios

---

[151] World Bank, *Project Appraisal Document on a Proposed Credit for the Third Social Action Fund Project (FAS III)*; (World Bank report nº25671-ANG, June 27, 2003), pp.10-20; para caracterização do FAS ver também, *Avaliação Participativa de Beneficiários* (Luanda: FAS, Novembro2003); *Relatório Anual de Actividades* (Luanda: FAS, 2004); *Relatório Final de Actividades FAS III* (Luanda: FAS, 2004).

[152] Ver entre outras avaliações dos programas de descentralização muito em voga nos anos oitenta, Wunsch, J., "Institutional analysis and decentralization: developing an analytical framework for effective Third World administrative reform", in *Public Administration and Development*, 11, 1991, p.433.; Rondinelli, D. & Schema, S., *Decentralization in developing countries: a review of recent experience*, (Washington DC: The World Bank, 1984).

de estarmos em presença de pelo menos duas perspectivas distintas de descentralização: de um lado, uma posição reformista (comunidade doadora, ONGs nacionais e internacionais), que encara o processo como uma dinâmica estimuladora de iniciativas criativas e de participação económica, social, política e cívica dos cidadãos nas tomadas de decisão que afectam directamente as suas vidas; por outro lado, uma posição conservadora (presidencial/partidária/governamental), que encara a descentralização como uma estratégia que serve os interesses político-económicos do poder central, fazendo parte de um programa nacional de descentralização e respondendo a perspectivas do centro, quaisquer que elas sejam (*i.e.* uma abordagem centralizada da descentralização)[153]. As mais recentes declarações do Presidente da República acerca da descentralização parecem apoiar esta leitura, uma vez mais confundindo estruturas e funções partidárias e estatais,

> *(...) o MPLA precisa em todos os escalões de uma direcção esclarecida e dinâmica, que se dedique com espírito militante e de missão à resolução dos problemas, à educação política e cívica dos cidadãos e à organização da vida das comunidades. Desde a proclamação da Independência Nacional temos organizado o sistema de direcção, quer no partido quer no Estado, de cima para baixo. A guerra não permitiu, entretanto, que organizássemos convenientemente as nossas estruturas na base, isto é, nas povoações, nos kimbos, nas comunas, bairros e municípios rurais e urbanos.Temos assim duas direcções de trabalho. A primeira é continuar os estudos e reflexões em curso, no âmbito da desconcentração e descentralização administrativa, sobre o modelo de organização e funcionamento da administração nos municípios e comunas nas áreas rurais e urbanas. A segunda é harmonizar e actualizar a cadeia de Direcção do Partido do topo à base, realizando a renovação dos órgãos dirigentes a nível da comuna e do município, nos termos dos Estatutos. Nesta perspectiva, os militantes a escolher ou a eleger devem ter boa formação política e técnica. Estabelecida essa cadeia de direcção, deveremos aperfeiçoar o nosso sistema de informação, análise e tratamento de dados sobre a realidade das províncias e dos respectivos municípios, por forma a melhorar a nossa capacidade de previsão e resposta.*[154]

Conclusão

Apesar do novo enquadramento multipartidário, o sistema político angolano mantém as suas características básicas tais como construídas após a independência e ao longo dos anos oitenta. O presidente e o MPLA detêm o controlo do Estado e dos seus recursos, que continuam a servir o objectivo da hegemonia política e económica das elites no poder (essencialmente urbanas) dentro de uma lógica patrimonial e clientelista de funcionamento. A justaposição das estruturas partidárias, governamentais e presidenciais permanece, assim como a não diferenciação entre as dimensões pública e privada. O poder político continua concentrado e o sistema administrativo centralizado, com uma pesada e densa burocracia herdada do período colonial e reforçada pelo modelo Socialista de organização do Estado

[153] Para uma discussão teórica sobre diferentes perspectivas de descentralização ver entre outros, Ayee, J. "The measurement of decentralization: the Ghanian experience, 1988-92", in *African Affairs*, 95, 1996, pp. 31-50; Rahman, A. *People's self-development* (London: Zed Books, 1993).

[154] Discurso de abertura da reunião do Comité Central do dia 27 de Janeiro de 2006, proferido pelo Presidente José Eduardo dos Santos, in *Angop-Angola press* (27 Janeiro, 2006); ver igualmente *BBC* (28 Janeiro, 2006).

(então chamado centralismo democrático). Ainda existe uma profunda inter-penetração entre os sistemas judicial, legislativo e executivo, com um apertado controlo do judicial pelo político. O aparelho de segurança do Estado permanece eficaz, temido e sob direcção partidária e presidencial. Mantém-se ainda um forte deficit de participação política das camadas sociais mais pobres (*i.e.* a esmagadora maioria da população) com uma significativa distância entre elites no poder e restante popula*ção*, não sendo por isso de estranhar as recentes pesquisas sobre tendências de voto que apontam para um aumento da abstenção e do sentimento de que as eleições não trarão mudanças[155].

Os partidos políticos da oposição encontram-se fragilizados e enfrentam fortes constrangimentos – falta de fundos, quadros e capacidade organizacional –, incapazes de mobilizar o eleitorado e representar as suas necessidades. Juntamente com as organizações da sociedade civil a oposição sofre de uma ainda presente cultura de medo e intimidação. Os *media* estatais são sujeitos a uma apertada manipulação e controlo político e existem sérias restrições directas e indirectas ao funcionamento dos *media* privados. Apesar de importantes sucessos na defesa dos direitos humanos, cívicos, políticos e económicos (muitas das vezes alcançando resultados mais significativos do que a maioria dos partidos políticos da oposição), as organizações da sociedade civil em geral permanecem frágeis e fortemente dependentes do exterior, não só em relação aos financiamentos mas sobretudo às agendas dos parceiros externos. Têm ainda de lutar contra um contexto doméstico adverso, sendo encaradas como uma ameaça por parte do regime.

Embora conscientes das dificuldades e constrangimentos que enfrentam, vários partidos da oposição e grupos da sociedade civil consideram que as futuras eleições encerram algum potencial de mudança. Esperam que as dinâmicas criadas pelo processo eleitoral abram mais espaço para a exigência política em favor da democratização e respeito pelos direitos humanos, especialmente se as organizações da sociedade civil internacional se articularem com as suas congéneres Angolanas nesse sentido. Parecem não existir muitas ilusões quanto à efectiva capacidade da comunidade doadora e das organizações internacionais governamentais em pressionarem o governo Angolano, uma vez que se tornou claro que as *démarches* daqueles actores em favor da transparência, boa governação e direitos humanos recuaram logo que os interesses económicos internacionais (ocidentais) se sentiram ameaçados face à concorrência asiática.

Contudo, não é de todo líquido que tais expectativas se venham a realizar. Perante o constante adiamento das eleições e algumas irregularidades graves que têm vindo a ocorrer no processo eleitoral (claramente dominado e controlado pelo partido no poder) as organizações da sociedade civil internacional dentro e fora de Angola permanecem relativamente silenciosas, não se observando atitudes firmes e minimamente significativas de denúncia e oposição a esta situação. Tal facto parece revelador de que os interesses económicos internacionais em Angola constituem um sério limite não só à capacidade de pressão da comunidade doadora e das organizações internacionais governamentais, como também de todos aqueles que por esta via são directa ou indirectamente financiados – as organizações da sociedade civil internacional. O enorme contingente de chamados "activistas internacionais" do desenvolvimento, da sociedade civil, dos direitos humanos, etc. parece pouco propenso a arriscar a sua situação em Angola.

[155] Ver relatório *Resultados do Inquérito de Opinião, "Percepções dos Angolanos em relação às próximas eleições"* (Luanda: International Republican Institute, 2003).

Assim sendo, a pressão essencial para a mudança teria de vir de dentro, mas como afirmam alguns sectores minoritários da sociedade civil angolana, os partidos da oposição e as organizações da sociedade civil, não só em Angola mas também noutros países da região, têm uma tendência para menosprezarem o descontentamento interno das populações como a principal força para a mudança social e política, optando antes por olhar para fora, sobrevalorizando o papel da comunidade internacional e a realização regular de eleições. Aconteceu desse modo em Angola após a morte de Savimbi em 2002 e no Zimbabwe depois da fraude eleitoral de 2001, com as organizações da sociedade civil e a oposição essencialmente à espera que a comunidade internacional liderasse um corpo de intervenção e reivindicação em favor da democratização e do respeito pelos direitos humanos, civis e políticos[156].

Por último, é importante lembrar que a existência legal de vários partidos (multipartidarismo), associada a outras liberdades, como a de expressão e manifestação, juntamente com a realização periódica de eleições, não significa necessária nem automaticamente democratização, e noutros contextos – como a América Latina, Ásia e Sul da Europa –, mesmo com eleições multipartidárias, os sistemas políticos que emergiram de alguma forma de patrimonialismo e clientelismo mostraram que a participação por parte da população permanecia fragmentada, personalizada e tendendo à manutenção do *status quo*. Em tais contextos argumentou-se que a lógica do patrimonialismo tinha um efeito inibidor na emergência de procedimentos e sistemas democráticos.[157]

---

[156] Marques, Rafael, "Os povos da linha da frente", in semanário *A capital* (16 Julho, 2005).

[157] Para uma mais completa discussão sobre esta matéria ver Roniger, Luis & Gunes-Ayata, Ayse *Democracy, Clientelism and Civil Society* (London: Lynne Rienner Publishers, 1994), chapter 2; ver também Chubb, Judith, *Patronage, Power and Poverty in Southern Italy* (Cambridge, CUP, 1982); igualmente Vidal, Nuno, 'Modern and Post-Modern Patrimonialism', ...op. cit., pp. 1-14.

ANGOLA E O MULTIPARTIDARISMO

Justino Pinto de Andrade
Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola

Mais do que uma exaustiva exposição académica, o presente texto tem por intenção apresentar alguns pontos de reflexão no que concerne ao sistema de pluralismo partidário em Angola e que em meu entender constituem problemas práticos e concretos do processo de transformação do sistema político Angolano. Deste modo, o texto encontra-se estruturado em cinco partes correspondendo cada uma delas a um tema de análise e reflexão: 1º) uma breve resenha da evolução do sistema político Angolano e a abordagem da sua actual situação; 2º) as inferências a reter da análise do mapa eleitoral de 1992; 3º) a posibilidade de emergência de algumas formas de participação na vida pública, complementares/alternativas aos partidos políticos; 4º) a génese do movimento cívico Angolano; 5º) a situação da mulher no processo político angolano.

1 - Breve resenha da evolução do sistema político angolano

Desde os Acordos de Alvor, em 25 de Janeiro de 1975, que foram assinados pelos três Movimentos de Libertação Nacional - FNLA, MPLA e UNITA - e as novas autoridades portuguesas, saídas da Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, que o processo político angolano conheceu uma muito profunda e conturbada evolução.

Os Acordos do Alvor assumiram como princípio fundamental o reconhecimento explícito do direito do Povo Angolano à autodeterminação e à independência, num quadro de unidade e de indivisibilidade do território angolano.

A ascensão de Angola à independência foi marcada por uma guerra praticamente generalizada, com diversas intervenções estrangeiras. Em resultado, o MPLA emergiu como um partido único, como "*a força dirigente e motora para a construção de um Estado de Democracia Popular*", num projecto inspirado nas chamadas Democracias Populares.

O projecto político instalado em Angola, inspirado nos cânones acima citados, assumiu o monolitismo político como a forma ideal para a libertação política, social, cultural e económica.

Pelo menos na sua letra, o projecto político do MPLA admitia uma coexistência de diferentes tipos de actividade económica e

de propriedade. Privilegiava-se, todavia, a propriedade estatal sobre os meios de produção, subordinando «*as razões da existência de actividades e de propriedades privadas à sua utilidade para a economia angolana e os superiores interesses do Povo Angolano*" (artigos 9º e 10º da Lei Constitucional de 1975).

Estávamos, pois, face a um Estado moldado nas concepções Marxistas-Leninistas do Partido/Estado/Sociedade-Nação.

Com o decorrer do tempo, o processo político angolano foi-se radicalizando, à medida que se concentrava o poder do Estado nas mãos do Presidente da República. Extinguiu-se o cargo de Primeiro-Ministro e criaram-se, a todos os níveis do país, os chamados órgãos do Poder Popular, na Assembleia do Povo - o órgão supremo do Poder de Estado -, e nas Assembleias Populares Locais. Isso visou lançar as bases da organização de um poder de Estado Democrático e Popular, com vista à construção de uma sociedade Socialista.

Chegada a década de noventa, iniciou-se um processo de transformação do sistema até então vigente. A Lei n.º 12/91, de 6 de Março, introduziu mudanças muito profundas no quadro constitucional angolano, quer no plano político quer no económico.

O objectivo fundamental das alterações introduzidas pela Lei n.º 12/91 foi o da "*criação das premissas constitucionais necessárias à implementação da democracia pluri-partidária, à ampliação do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, assim como à consagração constitucional dos princípios basilares da economia de mercado*".

Formalmente, esse texto legislativo deu curso ao actual pluralismo partidário e à economia de mercado, subvertendo, nos seus fundamentos essenciais, a ordem jurídica e constitucional do chamado período revolucionário.

A Lei n.º 12/91 precedeu a assinatura dos Acordos de Paz para Angola, com os quais se postulou a realização de eleições gerais multi-partidárias assentes no sufrágio directo, secreto e universal, quer para a escolha do Presidente da República quer dos Deputados à Assembleia Nacional.

A Lei n.º 23/92, de 16 de Setembro, introduziu mais alterações no sistema político angolano, nomeadamente:

- Alterou a designação do Estado para República de Angola, modificando igualmente a designação do órgão legislativo, passando de Assembleia do Povo para Assembleia Nacional e retirou ainda a designação Popular da denominação dos Tribunais;
- Reforçou o reconhecimento das garantias dos direitos e liberdades fundamentais com base nos principais tratados internacionais sobre os direitos humanos a que Angola aderiu;
- Clarificou a definição de Angola como um Estado de Direito Democrático, assente num modelo de organização do Estado baseado na separação de funções e na interdependência dos órgãos de soberania, bem como num sistema político semi-presidencialista que reserva ao Presidente da República um papel activo e actuante;
- Introduziu alterações substanciais no que respeita à administração da justiça, à organização judiciária e definiu os contornos essenciais do estatuto constitucional dos magistrados judiciais e do Ministério Público;
- Definiu o papel fiscalizador da Constituição pelo Tribunal Constitucional, estando no entanto esse papel acometido até hoje ao Tribunal Supremo, por inexistência do outro órgão.

Não obstante a adopção do sistema político multi-partidário e as alterações que se processaram, do ponto de vista da organização e funcionamento do poder político e até mesmo dos objectivos perseguidos, o actual sistema político-partidário angolano ainda está muito marcado pelo sistema político estruturado no regime de partido único que assentava em bases Marxistas-Leninistas. Em todas as esferas sociais continua a assistir-se, até hoje, a uma verdadeira invasão do Estado e é importante interogarmo-nos sobre o motivo desta situação e sobre a necessidade de participação cívica e de inclusão sócio-política de todas as camadas sociais.

2 — Algumas inferências da observação do mapa eleitoral de 1992

Se nos ativermos aos resultados eleitorais do pleito que teve lugar em 1992, certamente constatamos que o mapa eleitoral dele saído merece alguma reflexão. Houve uma concentração do voto em determinados partidos políticos que resultou de, pelo menos, duas razões: primeiro, o forte carisma de certos líderes; segundo, uma identificação primária entre a maioria dos eleitores e determinadas formações político-partidárias.

Em democracia os pleitos eleitorais visam, pelo menos, três objectivos: 1) escrutinar a vontade popular; 2) mobilizar os cidadãos em torno de projectos e de ideários políticos; 3) mobilizar as elites para ajudar a despontar novas figuras políticas para futuras tarefas.

Hoje, já quase ninguém tem dúvidas sobre a existência de uma estreita relação entre os sistemas eleitorais e os sistemas de partidos políticos. Estando Angola a sair de uma fase muito conturbada, como poderemos nós articular estas três componentes políticas, com vista a garantir a estabilidade, a paz social e o desenvolvimento? Ou posto de outra forma, que sistema eleitoral mais nos convém, neste momento? O sistema maioritário com uma volta? O sistema maioritário com duas voltas? O sistema de representação proporcional?

Vejamos, em resumo, as suas incidências.

Os sistemas eleitorais de representação maioritária com uma volta favorecerem o surgimento de sistemas políticos bi-partidários perfeitos, mas coloco aqui a questão de saber até que ponto o modelo bi-partidário será o mais adequado ao nosso país, face ao mapa eleitoral que se desenhou nas primeiras eleições, com evidentes agregações regionais e étnicas.

Os sistemas eleitorais de representação maioritária com duas voltas favorecem a formação de sistemas multi-partidários, de partidos independentes, flexíveis para alianças na segunda volta.

Os sistemas eleitorais de representação proporcional favorecem, igualmente, o surgimento de sistemas multi-partidários, com numerosos partidos independentes entre si e rígidos na sua política de alianças. Este sistema eleitoral estimula, inclusive, as cisões partidárias, a não ser que se imponham outros limites jurídico-constitucionais como, por exemplo, percentagens mínimas para se aceder ao Parlamento.

O sistema de representação proporcional é o que está consagrado na nossa legislação. Ele tem a vantagem de permitir a representação de um grande número de forças políticas, e por isso uma maior representatividade mas pode, contudo, gerar alguma ingovernabilidade, quando não se consegue distinguir uma força política dominante. Importa no presente momento questionarmo-nos acerca do sistema que mais nos convém. O que será mais vantajoso?, a presença de muitos partidos, com o inconveniente de se dificultar a constituição de governos, ou a concentração política em poucos partidos, com o consequente déficit de representatividade? Estas questões merecem uma reflexão e discussão aprofundadas por parte da sociedade.

3 - Formas de participação na vida pública complementares/alternativas aos partidos políticos

Ainda que os Partidos Políticos constituam um instrumento privilegiado de participação política, existem vários outros mecanismos de participação na vida pública e que têm naturalmente um impacto político, como sejam as organizações políticas não-partidárias, as associações de interesses de ordem profissional, os sindicatos e as organizações comunitárias, entre mutias outras. Contudo, devemos referir alguns factores inibidores deste tipo de envolvimento sócio-político em Angola como sejam: o medo de represálias, fruto ainda presente da cultura e do passado mono-partidário; a falta de meios para financiar o funcionamento e o desenvolvimento das organizações comunitárias; a falta de experiência organizativa.

À medida que nos vamos afastando de Luanda esta situação vai-se agravando dado que muitas autoridades locais funcionam como autênticos autocratas, sem qualquer tipo de controlo. Em certas regiões do interior do país desenvolveu-se um clima de medo, de desconfiança e de intimidação sem paralelo.

Para ajudar a levantar todas essas barreiras à participação, deve ser estimulada a prática dos debates públicos sobre temas políticos e sobre outros temas de real interesse público junto das populações.

Devemos realçar, ainda, que uma boa parte dos obstáculos à emergência de formas alternativas de participação na vida pública por parte dos cidadãos está relacionada com a história ainda muito recente do associativismo independente em Angola, sendo importante apresentar aqui um breve resumo desse processo.

4 - Breve historial do processo associativo angolano e a génese do movimento cívico

A evolução histórica das associações em Angola conheceu contornos distintos daqueles que tiveram lugar em muitos países democráticos. Os primeiros anos de Angola independente foram dominados por um regime político de Partido Único que não admitia a existência de Associações Cívicas. Foi graças à determinação de alguns cidadãos angolanos que o *ancient regime* se viu forçado a aceitar, em 1990, a legalização da primeira Associação Cívica - a Associação Cívica Angolana - ACA. O regime reagiu muito mal ao surgimento da ACA, protelando ao extremo a sua legalização com base em argumentos caricatos como o de se sustentar que o surgimento da ACA constituia "*uma traição ao esforço daqueles que, de armas na mão, combatiam para retirar do mapa político e físico aqueles que negavam a pátria e o socialismo...*", e ainda de que a ACA encobria a gestação de um forte partido político de oposição, pois que no seu núcleo fundador havia conhecidos actores políticos provenientes de sectores contestatários...

Face ao impacto que o aparecimento da ACA produziu sobre a sociedade, e para o seu enquadramento e de outras associações, foi promulgada, em 11 de Maio de 1991, a Lei n.º 14/91, denominada Lei das Associações. Este facto é contemporâneo da aceitação formal do sistema político multi-partidário.

A ACA e outros Movimentos Cívicos que se lhe seguiram, juntamente com a pressão desenvolvida pela Rebelião Armada protagonizada pela UNITA, bem como o peso das mudanças internacionais que foram tendo lugar um pouco por todo o mundo, obrigaram

o regime de partido único a aceitar a diferença organizada, que se veio a materializar no surgimento e na legalização de inúmeros partidos políticos em Angola. Não se pode, também, menosprezar o papel da pressão exercida a partir de dentro do próprio regime.

O processo de organização e implantação das Associações Cívicas sofreu alguma estagnação e até mesmo um acentuado recuo logo após o início da constituição e da legalização dos partidos políticos em Angola. Uma das razões desta estagnação - e recuo - poderá dever-se ao facto de os principais animadores das Associações Cívicas se sentirem momentaneamente mais preocupados com a luta político-partidária, talvez por acharem que o processo de abertura democrática deveria ser reforçado com o desenvolvimento dos partidos políticos, sacrificando, assim, a sua vocação cívica.

Hoje, nas novas circunstâncias, já ninguém pode pôr em causa o papel e a importância do Movimento Cívico nacional, que se vem transformando num verdadeiro *pivot* do processo de consciencialização dos cidadãos para a causa da paz e da reconciliação nacional.

Com a abertura política, os partidos políticos emergentes e aqueles que surgiram pelo desenvolvimento dos antigos Movimentos de Libertação foram ocupando o seu espaço. Os dois partidos políticos que se transformaram nos principais protagonistas do drama angolano na última metade do século XX, o MPLA e a UNITA, pelo facto de estarem já implantados em praticamente todo o território nacional, ajudados pelo carisma de alguns dos seus dirigentes, pela solidez da sua organização, pela experiência que possuíam na mobilização das populações, pelos recursos materiais e financeiros tidos à sua disposição, e pelos apoios internacionais que foram granjeando, monopolizaram praticamente o entusiasmo e o voto popular no escrutínio que teve lugar em 1992.

5 – A mulher no processo político angolano

Dentro do espectro social, de entre as categorias mais fragilizadas quanto à participação política está a mulher, isto em virtude de factores tradicionais e outros que é necessário ultrapassar. Na sociedade tradicional africana nem sempre a mulher participa da tomada de decisões. Em Angola, embora de forma bastante lenta, a tendência para a exclusão da mulher dos processos de decisão vai-se reduzindo, vivendo-se nos dias que correm uma gradual emancipação. Todavia, e reportando-nos em especial ao campo, não se pode de modo algum falar legitimamente de uma igualdade efectiva entre o homem e a mulher.

Em 1989/90, as mulheres constituíam apenas 15% do número dos representantes nos órgãos mais elevados do poder do Estado Angolano - Assembleia do Povo e Assembleias Provinciais. Nessa mesma altura, a participação das mulheres na Sede Nacional do MPLA era de 22 %.

Em 1985, 45% dos trabalhadores na área dos serviços e na administração eram mulheres. Não obstante, as mulheres ocupavam apenas 3% a 8% dos lugares principais nos órgãos de decisão do governo em geral e 19% dos lugares nos departamentos responsáveis pela economia, (*i.e.* Ministério do Plano, Ministério das Finanças e Bancos nacionalizados). No mesmo ano, as mulheres constituíam 11% dos trabalhadores não qualificados e 32% dos técnicos no sector formal da economia.

Estes dados reflectem, embora que indirectamente, o baixo nível de educação formal das mulheres e a sua relativamente fraca capacidade de influência nos centros de decisão.

Para a compreensão deste fenómeno deveremos ir um pouco mais longe na pesquisa e devo aqui mencionar os resultados de um estudo que efectuei há alguns anos com o Prof.

Carlinhos Zassala junto de 29 partidos políticos e que revelaram algumas pistas interessantes e que valem a pena aqui retratar, nomeadamente no que concerne: 1) à selecção de membros dentro dos partidos políticos; 2) ao número de membros dos partidos políticos, por género; 3) às áreas de envolvimento das mulheres no presente processo político.

TABELA N.º 1: Como os partidos políticos procedem à selecção dos seus militantes?

Selecção dos militantes por género	**N.º**	**%**
Sem qualquer discriminação	25	86,2
Preocupam-se com o número de mulheres (quotas)	3	10,4
Não deram resposta	1	3,4
TOTAL	29	100

A partir dos dados da tabela nº1 podemos construir o seguinte gráfico:

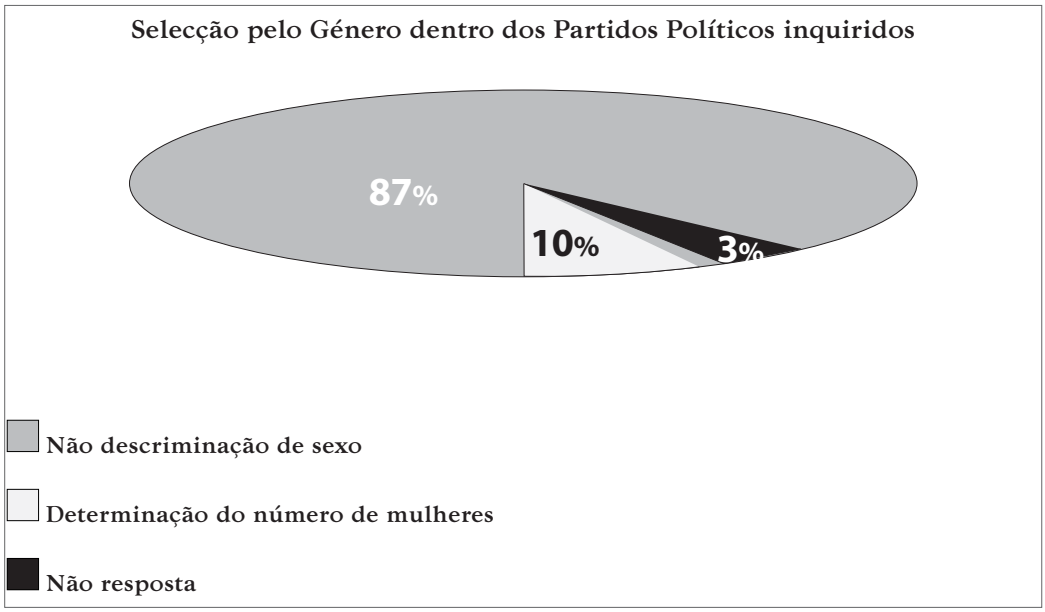


TABELA N.º 2: Número de membros dos partidos políticos por género segundo as diferentes províncias.

PROVÍNCIA	MEMBROS SEGUNDO O GÉNERO	
	Masculino	**Feminino**
Cabinda	29.890	7.513
Uige	117.703	31.519
Zaire	35.704	8.480
Kuanza Norte	50.393	6.914
Kuanza Sul	32.041	5693
Malange	122.899	16.125
Benguela	75.544	28.899
Bengo	38.005	11.265
Moxico	152.033	11.449
Lunda Norte	272.864	17.697
Lunda Sul	270.767	16.534
Kuando Kubango	46.962	5.711
Huila	90.199	20.458
Huambo	56.706	20.018
Bié	83.013	31.885
Luanda	269.031	319.022
Cunene	14.531	2.229
Namibe	16.772	2.958
TOTAL	**1.775.057**	**564.359**

O Processo.....105 105 3/31/06 11:37:21 AM

A análise dos dados contidos na Tabela n.º 2 demonstra que os homens predominam sobre as mulheres em termos de participação na vida político-partidária, sendo que constituem 75,9% contra 24,1% de membros femininos. Estranhamente, e para esta amostra, na província de Luanda, os dados indicam o contrário do cenário político nacional. Em Luanda, os membros masculinos representam apenas 45,7%, enquanto que os membros femininos são 54,3%. Penso que estes resultados merecem um posterior aprofundamento, pois indiciam um desequilíbrio não perfeitamente explicado.

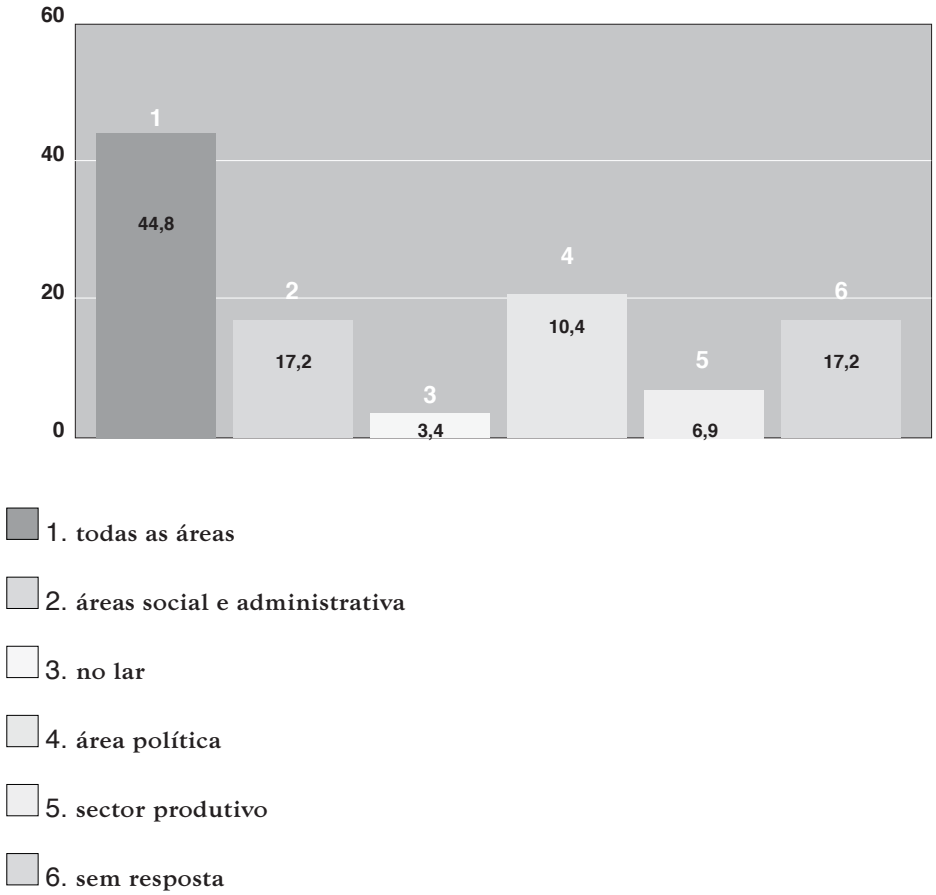
TABELA N.º 3: Áreas de envolvimento das mulheres no seio dos partidos políticos.

Áreas de envolvimento das mulheres no presente processo politico	**Partidos Políticos**	
	Nº	**%**
1. Todas as áreas	13	44,8
2. Áreas social e administrativa	5	17,2
3. No lar (doméstica)	1	3,4
4. Área política	3	10,4
5. Sector produtivo	2	6,9
6. Sem Resposta	5	17,2
TOTAL	**29**	**100**

Os dados contidos na Tabela n.º3 indicam que 44,8% das mulheres estão envolvidas em todas as áreas; nas áreas social e administrativa encontram-se 17,2% das mulheres; os partidos que não responderam representam 17,2%; 10,4% das mulheres estão envolvidas na área política; 6,9% dedicam-se ao sector produtivo do partido; 3,4% estão na área doméstica.

A partir destes dados podemos construir o seguinte gráfico:

Áreas de envolvimento preferencial das mulheres no presente processo político em percentagem



As diferenças no envolvimento de mulheres e homens no processo político estão relacionadas com as disparidades no acesso aos serviços sociais, aos recursos produtivos e à desigual distribuição na despesa pública.

Em conclusão, podemos dizer que muito caminho está por percorrer na persecução do objectivo da transformação do sistema político Angolano rumo à democratização, sendo extremamente importante a inclusão participativa da maioria da população neste processo seja através do mecanismo dos partidos políticos ou das associações de cariz cívico, tendo em especial atenção algumas camadas especialmente alheadas e negligenciadas da participação política como sejam as mulheres.

Capítulo II

HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE EM ANGOLA

Apresentação/Comentário

Justino Pinto de Andrade

Textos

Douglas Wheeler
Almerindo Jaka Jamba
Ruy Duarte de Carvalho
João Batista Lukombo Nzatuzola
Alberto Oliveira Pinto

APRESENTAÇÃO/COMENTÁRIO

Justino Pinto de Andrade
Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola

Angola é efectivamente um Estado multi-étnico e multi-cultural. De um ponto de vista étnico e sócio-cultural nenhum grupo poderá chamar a si primazias históricas para apelar a legitimidades hegemónicas. Somos, também, sujeito e objecto do actual processo de globalização. Somos palco de migrações regionais (para dentro e para fora do território) e dos mais diversos fluxos de informação. Daí que se tornará uma verdadeira utopia pretendermos, por exemplo, definir uma Identidade Nacional única e perfeita, quer a partir das afiliações identitárias tradicionais (baseadas numa «memória» social), quer como resultado da rejeição ou assimilação de elementos alienígenas.

A Nação Angolana que se pretende construir deverá partir da constatação e da aceitação da realidade histórica e bastante complexa que possuímos, adoptando, por isso, políticas de identidade para a promoção da diversidade étnica, cultural, religiosa e racial que somos.

O desenvolvimento económico e social será um dos pilares mais importantes para a criação do Estado-Nação, esbatendo paulatinamente as enormes diferenças a que hoje assistimos e que podem colocar em risco esse grande objectivo. Além do mais, as grandes desigualdades sociais e regionais que se verificam, constituem o principal alimento de sentimentos de rejeição, que por seu lado contribuem para a emergência de nacionalismos ideológicos, de consequências imprevisíveis.

Proponho, pois, que a abordagem das identidades se faça com o socorro de múltiplas disciplinas sociais, como a história, a etnologia, a antropologia, sem descurar também o carácter estruturante que pode ter a ciência política. Afinal, trata-se de um debate muito estimulante, que envolve matéria de identidade, mas também, e de certo modo, de sobrevivência de um Estado como Angola que busca a Nação.

Os textos que neste capítulo se apresentam constituem um importante contributo para a discussão das relações entre a história a cultura e a sociedade em Angola e enriquecem o tema geral do presente livro.

AS RAÍZES DO NACIONALISMO ANGOLANO: PUBLICAÇÕES DE PROTESTO DOS ASSIMILADOS, 1870-1940[1]

Douglas Wheeler
University of New Hampshire

Resumo

Este estudo de caso respeita a uma faceta da resistência Angolana inicial, tal como manifesta nos escritos de protesto dos *assimilados*. Ainda que no passado a resistência Africana se tenha manifestado através do conflito armado, nos finais do século XIX o protesto foi incorporado na argumentação jornalística. O autor nota que da frustração dos *assimilados* cresceu a alienação sociológica que se iria transformar no nacionalismo Angolano. O conteúdo do nacionalismo *assimilado* é examinado através de quatro exemplos de protesto ao longo de duas gerações: o jornalismo de José de Fontes Pereira (1823-1891); um livro, *Voz de Angola clamando no deserto*, publicado em Lisboa em 1901; os volumes de protesto de António de Assis júnior, 1917-1918; e os artigos da imprensa nacional e colonial dos anos vinte do século XX. Uma conclusão maior é a de que muitas das assumpções fundamentais do nacionalismo Angolano *assimilado* eram de carácter português e não africano e a lealdade a Portugal era um aspecto da auto-afirmação e do nacionalismo. Esta tradição de protesto foi retomada por uma elite rebelde no período pós 1948, que absorveu influências ideológicas externas que não estiveram presentes em gerações prévias e isto levou a uma eventual ruptura dos intelectuais *assimilados* com Portugal.

Introdução

A questão das raízes do nacionalismo africano em Angola permanece um tópico fascinante e que representa um desafio, mais de trinta anos depois do meu trabalho sobre publicações de protesto dos *assimilados*, em 1972.[2]

É fascinante porque nas importantes publicações de protesto dos *assimilados* até ao ano do Acto Colonial de 1930, peça mestre da política e sistema colonial do Estado Novo, encontram-se as raízes do novo nacionalismo que ajudou a definir as actividades

[1] Traduzido do Inglês por Mónica Rafael.

[2] Ronald H. Chilcote (ed.), *Protest And Resistance In Angola And Brazil. Comparative Studies* (Berkeley, Los Angeles, London: Univ. of California Press, 1972).

nacionalistas angolanas entre as décadas de 40 e de 70. A qualidade deste material também advém do facto de que apenas alguns destes artigos de jornal foram escritos por indivíduos que enfrentaram heroicamente situações e condições desencorajantes e que deixaram registado um legado histórico vital. O tema representa igualmente um desafio na medida em que estas fontes publicadas são hoje raras e disponíveis apenas em algumas livrarias ou arquivos; mais ainda, algumas das fontes, ou seja, os participantes e testemunhos humanos desta longa luta pela libertação de Angola e dos angolanos, tornaram-se espécies em vias de extinção. Com a inexorável passagem do tempo, muitos, se não a totalidade, estão agora mortos. Por exemplo, se um historiador do nacionalismo angolano quisesse hoje entrevistar um escritor nacionalista, activo antes da Segunda Guerra Mundial, descobriria que todos faleceram. O reconhecimento simbólico para o público de que estes escritores chegaram a existir é frequentemente reduzido à obscuridade do que está registado nas suas pedras lapidares em cemitérios de Luanda, Lisboa e algumas outras cidades.

Depois deste trabalho de 1972, poucas foram as análises importantes que surgiram sobre os inícios do nacionalismo angolano. A investigação mais exaustiva que surgiu nas últimas décadas dedica-se ao nacionalismo africano em Moçambique e na Guiné-Bissau. A que se deve este facto? Não cabendo nesta introdução uma discussão profunda do problema, podemos no entanto apontar três razões básicas para esta ausência de análise sobre a história do nacionalismo angolano. Em primeiro lugar, os académicos têm dedicado mais atenção a outros tópicos, incluindo as origens históricas e sociais das elites angolanas, a Igreja, as missões e os missionários, as causas e o curso da longa guerra civil e vários tópicos de carácter económico. Depois, porque uma maior atenção pública foi conferida a problemas actuais e não a tópicos históricos, devido à crise contínua durante a guerra civil e ao seu impacto sobre a política e a sociedade. Finalmente, o acesso de académicos a Angola foi demasiadas vezes gravemente limitado pelas várias consequências da guerra, incluindo a falta de segurança e as deficientes condições para pesquisar. Durante quase três décadas, de 1975 a 2002, uma trágica guerra civil, longa e desperdiçadora de recursos, absorveu o país. Após o final desta guerra em 2002, condições de pesquisa melhoradas dentro do contexto de uma paz recém estabelecida forneceram uma atmosfera mais esperançosa para uma renovação dos estudos académicos sobre a história de Angola.

Houve, no entanto, três aspectos da história do nacionalismo angolano que receberam atenção e que esta introdução discutirá de forma breve. Em primeiro, a investigação pioneira da académica francesa, a socióloga e historiadora social Christine Messiant. Uma selecção de algumas das suas principais publicações encontra-se na bibliografia em anexo. A Professora Messiant analisou a história das elites angolanas, bem como as origens sociais dos desafios de liderança entre grupos dessas elites angolanas. Dois historiadores deram também a sua contribuição: Mário Pinto de Andrade, o reconhecido nacionalista e activista angolano e a historiadora afro-americana Linda Heywood.

A contribuição de Mário Pinto de Andrade surge na forma de um livro póstumo, baseado num manuscrito incompleto, publicado em 1997. Um dos líderes e fundadores do partido nacionalista angolano, o MPLA, Mário Pinto de Andrade morreu em 1990, antes de poder completar o seu manuscrito. O título pesado[3] do livro é enganador. A sua referência ao período de 1911 a 1961 não descreve de forma exacta o conteúdo do livro. De facto, o

[3] Mário Pinto de Andrade, *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta Contra a Dominação Colonial Portuguesa: 1911-1961*(Lisboa: Publ. Dom Quixote, 1997).

texto trata apenas o período de 1911 a 1930, seguido de uma breve discussão sobre o crescimento do alfabetismo entre as elites africanas e a forma como estas elites evoluíram nas várias colónias lusófonas africanas de Portugal até 1911. Não existe virtualmente nenhuma discussão sobre o desenvolvimento do nacionalismo africano durante o período de 1930 a 1961. O autor pretendia analisar este último período, mas foi incapaz de completar o trabalho antes da sua morte.

O trabalho de Pinto de Andrade discute não só o que ele descreve como "proto-nacionalismo" em Angola, mas também nas colónias de Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. Inclui uma análise do início do Pan-Negroismo e do Pan-africanismo no período de finais da década de 20 nas Índias Ocidentais e Inglaterra, entre outros. Apesar de ele analisar as publicações destes nacionalistas africanos, a maioria dos quais era *assimilado*, o seu enfoque principal é no período de 1911 a 1927. Nos apêndices o autor apresenta breves biografias de um conjunto de proto-nacionalistas de todas as colónias africanas lusófonas, que incluem a de certos angolanos que sobreviveram até aos anos 50 e 60. Há ainda um capítulo de biografia do nacionalista moçambicano Kamba Simango (1890-1967).

Apesar de a teoria e terminologia sociológica francesa bem como as ideologias marxistas--leninistas permearem o texto do autor, a discussão histórica sobre o proto-nacionalismo angolano, de 1911 a 1927, utilizando muitos jornais singulares e obscuros deste período, é uma contribuição importante para a questão.

As contribuições da historiadora afro-americana Linda Heywood para o estudo da história do nacionalismo angolano são bastante diferentes dos dois autores acima mencionados em termos de abordagem, enfoque, cronologia, fontes e conclusões. A professora Heywood, que agora lecciona na Universidade de Boston, centra-se largamente num grupo étnico, Ovimbundu. Ela analisa as raízes do nacionalismo étnico Ovimbundu no centro-sul de Angola.[4] Apesar de constituírem o maior e um dos mais importantes grupos étnicos africanos em Angola, os Ovimbundu foram os que mais tardiamente desenvolveram a sua própria variação do nacionalismo angolano no século XX. O principal partido nacionalista, UNITA, com uma grande base, se não exclusiva, Ovimbundu, foi fundado apenas em 1966, enquanto os outros dois principais partidos nacionalistas, MPLA e FNLA, tiveram as suas origens em meados dos anos 50. Heywood fornece dados detalhados das principais mudanças sociais, culturais e económicas entre os Ovimbundu no centro de Angola, especialmente depois de 1926, quando a recém estabelecida ditadura portuguesa instituiu uma política e sistema colonial mais activo e intervencionista que o seu predecessor, a primeira República. A autora demonstra o papel central do protestantismo e das suas elites e organizações no desenvolvimento da identidade e, mais tarde, no desenvolvimento do nacionalismo Ovimbundu. Apesar de a maior parte do livro de Heywood se centrar na história nacionalista Ovimbundu pós-1961, os capítulos iniciais discutem as mudanças ocorridas no seio deste povo entre as décadas de 20 e de 50. O capítulo 6 ("*The Anti-colonial Struggle and the Roots of Ovimbundu Nationalism*, 1961-1974," pp. 151-181) favorece o ultimo período. Há ainda um breve tratamento dos protestos e do nacionalismo Ovimbundu entre 1902 e 1961 (pp. 154-156). Este livro é caracterizado por uma documentação meticulosa e por vários artigos importantes sobre o assunto. Esta documentação varia entre publicações, incluindo literatura secundária, registos de arquivos metropolitanos e coloniais, jornais, publicações governamentais e entrevistas pessoais.

---

[4] Linda Heywood, *Contested Power In Angola 1840s to the Present* (Rochester,NY:Univ.of Rochester Press, 2000).

Em conclusão, apesar de ainda estar por fazer muita análise sobre as raízes históricas do nacionalismo angolano (o mais antigo nacionalismo africano na África central-ocidental em termos da literatura publicada em jornais), os três autores aqui mencionados deram contribuições indicativas para este campo formidável, mas ainda negligenciado.

O problema do nacionalismo em Angola

Apesar de terem existido alguns movimentos de autonomia e independência europeia em Angola antes dos meados do século XIX[5], não podemos falar até então da existência de um verdadeiro "nacionalismo" entre angolanos nativos. No contexto das condições locais em Angola, "nacionalismo" pode ser definido como uma expressão *moderna* (usando técnicas europeias) de um "ressentimento colectivo contra os estrangeiros".[6] A forma tradicional da resistência e protesto africanos contra o regime português em Angola era a violência armada, repetida vezes sem conta durante um período de trezentos anos ou mais. Este padrão de "resistência tradicional", ou "resistência primária",[7] não constituía "nacionalismo" como tal, mas sim uma reacção tribal às condições numa localidade. De acordo com a tese de Minogue relativa ao nacionalismo angolano, não devemos assumir que "qualquer forma de consciência política de grupo que assuma uma forma violenta" seja nacionalismo.[8] A expressão do nacionalismo deve ser *tanto* agressiva como *moderna*. Assim, em Angola o nacionalismo começa a desenvolver-se quando os angolanos exprimem os seus protestos e resistência através do uso de técnicas europeias e da crença de que os "angolanos" ou os "filhos do país" têm problemas colectivos, ressentimentos e uma 'nacionalidade' que transcende as identidades locais.

É verdade que existiu uma espécie de "micronacionalismo" no reino do Kongo anterior ao início do nacionalismo angolano. Cartas de protesto contra os comerciantes de escravos portugueses de São Tomé, escritas por vários reis do Congo no início do século XVII, podem bem representar um tipo de expressão "nacional". Mas encontramos melhores exemplos do micronacionalismo do Congo em meados do século XIX, nas actividades de dois príncipes do Congo ocidentalizados, Aleixo e Nicolau de Água Rosada e Sardónia.[9]

O príncipe Aleixo era um irmão do Rei Henrique II do Congo (1842-1857) e era, de facto, um *assimilado*. Tornou-se um "rebelde" não no próprio reino do Congo, mas no território dos Dembos quando, em 1841, encorajou um importante chefe a recusar-se a pagar um novo imposto português. Aleixo foi capturado pelas autoridades portuguesas ficando preso de 1842 a 1856. O viajante alemão, Georg Tams, visitou Aleixo na prisão em 1845 e, nas suas palavras, foi-lhe dito em bom português:

---

[5] Houve vários movimentos e conspirações europeias em Luanda e Benguela nas décadas 20 e 30 do século XIX, incluindo a 'Confederação Brazilica' de 1822-23, que propunha que Angola se juntasse ao recém independente Brasil numa união, ou que Angola cortasse laços com Portugal devido à questão da abolição do comércio de escravos. Ver Carlos Selvagem e Henrique Galvão, *O império ultramarino português* (3 vols.; Lisboa, 1953), III, 95.

[6] K. R. Minogue, *Nationalism* (New York: Basic Books, 1967), p. 29.

[7] Termo de Terence Ranger, utilizado na sua obra "Dr. Rotberg's Africa", *Journal of African History*, VIII, nº1 (1967), 170. O leitor deverá ver o trabalho de Ranger "Relações entre movimentos de 'resistência primária' e Nacionalismo de massas moderno na África Central e Oriental" in *Journal of African History*, Part I in IX, no. 3 [1968], 631-641).

[8] Minogue, *op. cit.*, p. 153.

[9] Ver Douglas Wheeler, "A Nineteenth Century African Protest in Angola: Prince Nicolas of Kongo", *African Historical Studies*, 1, nº 1 (1968), 40-59.

> *A rainha de Portugal [Maria II, 1834-1853] não era a sua rainha legítima...; que esta já não tinha um direito directo para governar o seu país... na medida em que esta prerrogativa lhe pertencia a ele e ao seu irmão, o Rei do Congo.*[10]

Um outro parente mais jovem e seu companheiro "rebelde" era o príncipe Nicolau, um filho do Rei Henrique II. Nicolau era um *assimilado* que tinha sido educado em Lisboa e Luanda e que tinha ingressado no serviço civil em Angola. Reagindo contra tentativas portuguesas de subjugar o reino do Congo, Nicolau escreveu três cartas de protesto, incluindo cartas dirigidas ao Rei de Portugal e ao Imperador do Brasil. Numa das cartas, publicada por um diário português em 1859, Nicolau afirmava que o reino do Congo tinha um estatuto totalmente independente face à Angola portuguesa e que ele, como um membro educado da realeza, era responsável pela protecção do reino contra abusos portugueses.[11]

Deste modo, e em alguma medida, tanto Aleixo como Nicolau se desviaram de formas anteriores de protesto de nativos angolanos. No entanto, eles eram essencialmente líderes tradicionais, *assimilados*, que aplicaram o seu conhecimento para ajudar apenas o reino do Congo, na altura ainda não integrado ou absorvido em Angola. A resistência de líderes Bakongo continuou de acordo com formas tradicionais, mas as actividades dos príncipes "rebeldes" parecem ter tido pouco impacto nas mentes dos emergentes nacionalistas angolanos em Luanda. Apesar de Nicolau ter sido de algum modo influenciado por um movimento para a independência por volta de 1860, o seu exemplo não estava directamente relacionado com posteriores actividades de protesto em Angola.[12]

Ainda que Aleixo e Nicolau tenham sido meramente percursores de nacionalistas posteriores, com a excepção talvez da impressionante carta de protesto de Nicolau publicada em 1859, as suas circunstâncias eram semelhantes às dos seus sucessores que surgiram entre a população *assimilada*. O *assimilado* foi o primeiro nacionalista de Angola, na medida em que foi o primeiro angolano nativo a conceber Angola como uma "nação" e a pedir reformas usando as ideologias e tecnologias da civilização ocidental.

A primeira fase do nacionalismo angolano, 1860-1930

Um estudo da história angolana sugere três grandes fases do nacionalismo angolano: "estímulo", 1860-1930; "luta em Angola", 1930-1961; "luta a partir do exílio e insurgência", 1961 até 1974/75. Segue-se uma breve análise da primeira fase do nacionalismo angolano, 1860-1930, como cenário para um estudo de apenas uma das actividades desta fase: publicações de protesto.

Devemos, à partida, discutir várias noções erradas sobre a primeira fase do nacionalismo angolano. Material encontrado recentemente em documentos não publicados e em jornais e revistas angolanos anteriores a 1930 revela actividade nacionalista bem anterior a 1923, a primeira data geralmente mencionada e relacionada com o Congresso Pan-Africano em Lisboa e com a Liga Africana.[13] Adicionalmente, é demasiadas vezes assumido que o

---

[10] Georg Tams, *Visita às possessões portuguesas na costa ocidental d' África* (2 vols.; Porto, 1850), II, 17-19.

[11] A carta foi publicada a 1 de Dezembro de 1859, no diário lisboeta '*Jornal do Comércio*'.

[12] Alfredo de Sarmento, *Os sertões d'África* (Lisboa, 1880), pp. 66-68.

[13] Ver James Duffy, *Portuguese Africa* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1959), pp. 305 e 374; e Patrícia M. Pinheiro, "Politics of a Revolt", in *Angola: A Symposium; Views of a Revolt*, coord. por Philip Mason (New York: Oxford University Press, 1962), pp. 106-107.

nacionalismo angolano foi unido e homogéneo nas suas fases iniciais e que apenas se fragmentou depois da década de 50. Os novos materiais também sugerem alguma revisão do conceito de que "*o nacionalismo emergente [é] uma extensão de uma resistência tribal prévia ao regime português*".[14] Há, além disso, indícios crescentes que sugerem que o nacionalismo angolano teve o seu início mais como um movimento *assimilado* do que como um movimento africano.

Apesar da existência de um movimento obscuro e imperfeito de portugueses liberais, brasileiros expatriados e *assimilados* em várias cidades angolanas, em 1859-1860, que propunha que Angola fosse declarada uma república independente sob o Brasil ou os Estados Unidos,[15] a parte mais séria desta primeira fase do período de "estímulo" foi o protesto feito por um conjunto de *mestiços* educados e *assimilados* africanos na imprensa de Luanda, na década de 70 do século XIX. Um académico português defende que o "movimento intelectual" em Angola teve as suas origens no jornalismo de Luanda do século XIX;[16] o mesmo pode ser dito acerca do nacionalismo angolano. Nas palavras deste mesmo perito, a era da "imprensa livre", 1867-1922, foi marcada por uma política oficial portuguesa de uma censura efémera e por uma abordagem mais flexível ao protesto.[17] No entanto, sob a chamada monarquia liberal durante os reinados de Luís I e de Carlos I e sob a primeira República (1910-1926), as autoridades silenciaram ocasionalmente a imprensa angolana, prenderam editores e deportaram jornalistas. Mas, se comparada com a política pós-1926, a era de 1867-1922 foi de facto uma fase de "imprensa livre", quando foram inicialmente publicados os protestos dos *assimilados* angolanos e lidos pelo público.

Quem eram os homens da primeira fase do nacionalismo angolano e quais eram as suas origens? Alguns eram africanos, sem antepassados portugueses, mas a maior parte deles na fase inicial eram provavelmente *mestiços*, muitos com pais portugueses e mães africanas. A maioria nasceu em Luanda ou em cidades como Ambaca, Massangano, Iccolo e Bengo, e Malange. É claro que apesar de o estímulo europeu ter ajudado nos inícios do movimento, as ideias dos *assimilados* nascidos em Angola constituíram a parte crucial do movimento.

As ocupações dos primeiros nacionalistas eram variadas. A maior parte deles esteve provavelmente empregada, numa ou noutra altura, na administração pública colonial, como administrativos, auxiliares, assistentes e advogados. Muitos deles completaram no mínimo vários anos de ensino primário em Angola, e alguns tiveram a possibilidade de continuar a sua educação em Lisboa. A grande maioria, no entanto, era constituída em geral por autodidactas, mestres nas técnicas de ler e escrever português e que aprenderam muito com residentes europeus, alguns dos quais eram exilados políticos de Portugal. Luanda (e, em menor medida, Benguela) foi o ponto fulcral do nacionalismo angolano, já que era onde se encontravam as principais escolas, igrejas e grupos sociais que produziam actividades políticas. Até ao momento em que as comunicações melhoraram e os missionários estrangeiros se estabeleceram no interior depois de 1880, Luanda monopolizava estas actividades.[18]

---

[14] Ronald H. Chilcote, *Portuguese Africa* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1967), p. 127; ver também pp. 74-76 e 125.

[15] Ver Sarmento, op. cit., p. 67, e Documento do Governador-Geral Coêlho do Amaral para Lisboa, 9 Março 1860, Códice A-15-3 (Angola), Arquivo Histórico de Angola (Luanda).

[16] Júlio de Castro Lopo, "Subsídios para a história do jornalismo de Angola", Arquivos de Angola (Luanda: Edições do Museu de Angola, 1952).

[17] Júlio de Castro Lopo, *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua história* (Luanda, 1964), p. 19.

[18] Existia há muito uma rivalidade entre a capital, Luanda, e a cidade de Benguela, mais a sul. Tal como a rivalidade e inimizade

Houve uma certa interdependência entre movimentos europeus para a autonomia e independência de Angola face a Portugal e os inícios do nacionalismo africano. Os europeus deram início à imprensa angolana em termos privados nos finais de 1860, disponibilizando deste modo um fórum aos ressentimentos africanos. As reivindicações europeias por reforma e autonomia inspiraram certamente os nacionalistas angolanos na sua causa, mas não é ainda claro o quão dependentes eram os *assimilados* da agitação europeia. De todas as formas, o protesto *assimilado* era, em grande medida, devedor dos apoiantes europeus, que financiaram a sua imprensa e os seus jornais e que deram os primeiros passos na luta pela autonomia angolana. A ideologia europeia do republicanismo emprestou um veículo útil a angolanos descontentes, que procuravam a reforma de uma monarquia decadente. Muitos *assimilados* e os seus amigos europeus ficaram entusiasmados quando a República foi declarada em Lisboa em 1910; Luanda celebrou as notícias porque pensava-se que uma República significaria a autonomia do território.[19] Parecia que uma consequência lógica seria a existência de mais direitos para os angolanos nativos.

Na fase inicial, reforma e autonomia eram exigências mais comuns dos *assimilados* angolanos do que a independência completa de Portugal. A ideia da independência foi muito discutida em diversas ocasiões, mas foram raras as vezes que conseguiu o apoio de mais do que uma mão cheia de europeus e *assimilados* radicais. Inicialmente, a reformulação de ressentimentos era uma forma mais comum de protesto. De facto, os líderes destes vários movimentos de protesto eram caracterizados por um amplo humanitarismo.

O humanitarismo subjacente às ideias de reforma era, de certo modo, inspirado pela religião. Vários dos primeiros nacionalistas angolanos eram padres liberais, formados em Portugal ou em Luanda. Alguns eram padres africanos formados no Seminário Católico de Luanda, fundado em 1861.[20] Um traço específico da fase inicial do nacionalismo angolano foi o de este ter um carácter muito mais católico do que nas fases posteriores. Deste modo, a chegada de missões protestantes estrangeiras não significou o início de um sentimento de humanitarismo de inspiração religiosa entre os angolanos: esse sentimento existia antes da fundação da primeira missão protestante em 1878. Mas a chegada da missão protestante a Angola significou um aumento do protesto humanitário e do conflito político que em breve desempenhariam os seus papéis no nacionalismo angolano. Vários protestantes angolanos publicaram de imediato os seus sentimentos de admiração pelo novo trabalho estrangeiro protestante. Pela sua parte, os portugueses tinham perfeita consciência da natureza 'potencialmente' subversiva dos novos missionários, e exprimiram as suas dúvidas desde o início.[21]

Havia três modos gerais de protesto e resistência modernos na primeira fase do nacionalismo: jornalismo, associações e governo. O jornalismo estava inicialmente confinado à imprensa de Luanda, mas depois de 1880 foram estabelecidos outros jornais noutras cidades.

---

sentida entre Lisboa e Porto em Portugal, esta versão angolana alimentou-se na disparidade dos recursos entre as duas cidades e nos sentimentos dos habitantes da cidade mais pequena de que Luanda negligenciava os interesses de Benguela. Como resultado, desenvolveram-se sentimentos separatistas.

[19] Ver o semanário de Luanda, *Voz de Angola*, de 8 de Outubro de 1910. O titular que anunciava esta notícia era provavelmente o maior até então visto na imprensa angolana; 2.54 cm (*one inch*) de altura e pelo menos 33 cm de largura (*13 inches*).

[20] Manuel Alves da Cunha, *Missões Católicas de Angola* (Luanda, 1935), pp. 7-10.

[21] Ver o artigo sobre missionários de J. Fontes Pereira, in O *Futuro d'Angola* (Luanda), 13 de Maio de 1882; e a *Gazeta de Angola*, 25 de Outubro de 1881.

O primeiro jornal *anti status quo* foi o semanário pró-republicano, O *Cruzeiro do Sul de Luanda*, que começou as suas publicações em 1873. Deu início a uma tradição radical, dissidente na era da imprensa livre, e combateu os jornais mais conservadores de orientação europeia apoiados por colonizadores europeus. O Cruzeiro foi sucedido por um conjunto de páginas/folhas controversas e de curta duração, algumas delas empregando escritores africanos. Apesar de a era da imprensa livre ser dominada pelos jornais controlados pelos europeus, uma pequena e persistente imprensa Africana, ou nativa, iniciou a sua publicação em 1881, com O *Eco de Angola* e continuou até 1920.[22]

Um outro fórum para os ressentimentos angolanos era constituído pelas associações. Uma vez mais, os percursores europeus foram importantes catalizadores. As primeiras associações de natureza privada eram grupos comerciais, tais como a *Associação Comercial de Luanda*, fundada em 1863,[23] ou a representação em Luanda, de inspiração comercial e científica, da *Sociedade de Geografia de Lisboa* (1881). Apesar de no início estes grupos serem quase exclusivamente portugueses, mais tarde alguns africanos juntaram-se a eles. Outras associações importantes eram os clubes sociais europeus, e mais tarde *mestiços* e africanos, estabelecidos em Luanda nos inícios de 1870.[24] Uma das primeiras organizações com membros africanos foi a *Filarmónica Africana*, uma sociedade musical com vozes africanas e instrumentos europeus, fundada em 1889 em Luanda.[25]

Até ao século XX, não se estabeleceu nenhuma organização ou associação de angolanos nativos com interesses políticos. O advogado e escritor Fontes Pereira propôs a criação de uma associação de "filhos do país" para discutir a "nacionalidade" e os ressentimentos angolanos em 1882.[26] Um colega, Carlos da Silva, outro *mestiço*, propôs uma associação ou liga semelhante em 1889 para proteger os interesses angolanos.[27] Mas nada do género se materializou até à primeira associação africana, a *Liga Ultramarina*, ser fundada em Lisboa, em 1910.[28] No ano seguinte surgiu a *Liga Colonial*,[29] e em 1912, a primeira associação angolana, a *Liga Angolana*, foi fundada em Luanda por *mestiços assimilados*.[30] As associações lisboetas de africanos residentes em Portugal eram na sua essência moderadas, grupos africanos pan-portugueses lutando por uma maior autonomia colonial e pelo fim da luta racial. Estabeleceram núcleos das suas organizações em Angola e em vários outros territórios.

Talvez tenham sido estabelecidos uma dúzia de partidos e agrupamentos políticos com membros angolanos entre 1910 e 1922, ano em que várias associações angolanas, incluindo a *Liga Angolana* original, foram proibidas pelo Alto Comissário Norton de Matos. Estes grupos, juntamente com os seus parceiros em Lisboa e Luanda, conseguiram funcionar em relativa liberdade durante a Iª República, até 1926, apesar de essa liberdade estar também dependente da política do respectivo governador-geral e da lei portuguesa.[31]

Um dos mais importantes dos primeiros partidos africanos foi o *Partido Nacional*

---

[22] Castro Lopo, *op. cit.*, p. 75.

[23] Sobre a fundação da Associação Comercial de Luanda, ver O *Commercio de Louanda* (Luanda), 18 de Setembro de 1867.

[24] Sobre os primeiros clubes sociais, ver Óscar Ribas, *Izomba* (Luanda, 1965), pp. 27-39; e Manuel da Costa Lobo, *Subsídios para a história de Luanda* (Lisboa, Edição do Autor, 1967), pp. 198-199.

[25] O *Mercantil* (Luanda), 1 de Setembro de 1889.

[26] O *Futuro de Angola*, 13 de Maio de 1882.

[27] O *Arauto Africano* (Luanda), 17 de Março de 1889.

[28] *A Reforma* (Luanda), 10 de Junho de 1911.

[29] *A Reforma*, 25 de Março de 1911.

[30] *Boletim Oficial* (Luanda), 8 de Março de 1913; *Independente* (Luanda), 30 de Junho de 1919; e informação obtida através de entrevistas realizadas pelo autor com vários membros das associações de *assimilados*, em Novembro de 1966.

[31] Uma lei de 1895 ordenou que todas as associações se registassem junto do governo de Angola.

Africano (PNA), fundado em Lisboa em 1921 e activo até 1931. Influenciado pela *Sociedade das Nações*, bem como pelo Pan-africanismo, o grupo apresentou petições sobre assuntos importantes, tais como a questão do trabalho em São Tomé.[32] Tal como muitos outros grupos neste período, o PNA tinha uma postura moderada, reformista e assimilada. Procurava uma acomodação racial e cultural com Portugal, e não a independência dos territórios africanos. Em conjunto com as associações baseadas em Angola fundadas após 1910, o PNA criticava os abusos da escravatura, a continuação do trabalho forçado, as pobres condições económicas e a falta de oportunidades educacionais no território. Apesar de estes assuntos serem tópicos comuns para queixas e agitação através de petição, as questões profundas continuavam a ser a discriminação racial na administração pública e nos empregos, o ódio racial e o carácter da colonização portuguesa. Enquanto a *Liga Angolana* se proclamava a "representante dos povos nativos" de Angola, o PNA era representativo dos africanos por toda a África portuguesa.[33]

As associações enquanto um fórum para o nacionalismo tornaram-se menos eficazes à medida que o governo começou a restringir as suas actividades e os seus líderes. Entre 1922 e 1930, dá-se um momento decisivo na história destas associações emergentes: o governo baniu-as, encerrou a imprensa africana e prendeu e deportou muitos líderes *assimilados*. Primeiro, Norton de Matos em 1922, e depois o regime do Estado Novo de 1926, reagiram contra o que consideravam ser uma ameaça do "movimento dos nativos" de Angola,[34] e a tradição de duas gerações de dissidentes angolanos foi enfraquecida. Emergiram vários grupos destes dissidentes, renomearam as suas organizações e continuaram a funcionar, mas sob um maior controlo e escrutínio governamental. A *Liga Angolana*, que passou a *Liga Nacional Africana* em 1929 mas que apenas foi oficialmente aprovada pelo Governador-geral em 1930,[35] resistiu como um grupo menos militante, de *mestiços* moderados e de africanos, com objectivos sociais e educacionais. A identificação destes grupos com os interesses de Angola e dos angolanos em termos políticos tinha sido eficazmente limitada pelas pressões oficiais.[36]

O terceiro fórum do nacionalismo angolano inicial foi o governo. Um conjunto de *assimilados* proeminentes desempenhou papéis importantes no ramo judicial do governo em Angola e julgou casos que envolviam assuntos políticos e raciais.[37] Outros tornaram-se candidatos a Deputado de Angola às Cortes Nacionais e participaram em eleições. Alguns *mestiços* angolanos foram nomeados e eleitos para posições secundárias importantes, incluindo o gabinete do secretário-geral no governo provincial. Alguns tornaram-se oficiais do exército e outros foram eleitos como presidentes da Câmara Municipal.[38] No entanto, em geral, este fórum era muito menos eficaz do que o jornalismo ou mesmo as associações,

---

[32] "A nossa orientação", *A Voz de África* (edição de Lisboa), 8 de Julho de 1929, declarou que o PNA enviou delegados à Organização Internacional de Trabalho da Sociedade das Nações.

[33] *A Voz de África* (edição do Porto), 18 de Outubro de 1928.

[34] *Ibid.* Ver o artigo parcialmente censurado "Instrução! Instrução!"

[35] *Boletim Oficial* (Luanda), série 2, nº 29, 19 de Julho de 1930.

[36] É verdade, no entanto, que a LNA continuou a pressionar Portugal em alguma medida por reformas.

[37] Para além de Fontes Pereira e Assis Júnior, ambos advogados, estava Eusébio de Lemos Pinheiro Falcão (1818-1851), advogado nascido em Luanda e mestiço abolicionista. Ver o livro anónimo, *Voz de Angola clamando no deserto: oferecida aos amigos de verdade pelos naturaes* (Lisboa, 1901), p. 191.

[38] Para uma relação dos nomes e posições de africanos na administração angolana entre 1880 e 1900, ver *ibid.*, pp. 55-56.

na medida em que os lugares de mais alta responsabilidade eram ocupados por europeus. Além disso, as eleições para as Cortes eram frequentemente manipuladas e o governo representante tinha uma reputação odiável. Em termos gerais, os nacionalistas angolanos preferiam a imprensa como um instrumento de reforma e tendiam a exagerar os seus poderes enquanto elemento "civilizador" na sociedade.

Apesar de algumas associações e jornais africanos terem prosseguido com muitas dificuldades depois de 1930 – e a *Liga Nacional Africana* alcançou algumas reformas menores através do *lobbying* em Angola[39] – o nacionalismo angolano sofreu uma mudança em termos de pessoal, técnicas e objectivos. A repressão governamental oficial conseguiu efectivamente influenciar o curso do nacionalismo. Foi perdida uma oportunidade para uma liberdade de expressão significativa pelos africanos ocidentalizados depois de 1922. A actividade política legítima era muito mais difícil e consequentemente tornou-se comum a organização clandestina (organizações clandestinas com imprensas secretas tornaram-se norma após a Segunda Guerra Mundial). Um golpe final foi a onda de deportações que ocorreu entre 1928 e 1930. Foi nestes anos que Angola perdeu a maior parte dos seus líderes políticos pela sua deportação para outros territórios portugueses, incluindo o distante Timor.

Talvez o mais próximo que a sociedade angolana esteve da revolução em termos de mudança política e social foi entre 1900 e 1922, quando pairava no ar a "autonomia", quando existia uma imprensa africana e quando os *assimilados* constituíam uma muito maior percentagem da população urbana de Angola do que aconteceria nos anos seguintes. Depois de 1880, a emigração portuguesa para Angola começou a aumentar de forma significativa, e o *assimilado* sentiu esse impacto mais do que qualquer outro grupo nativo. Uma regeneração da expansão e colonização portuguesa, especialmente nas cidades, trouxe novas pressões ao que era ainda uma sociedade africanizada.[40] Uma parte do ímpeto subjacente à primeira fase de nacionalismo angolano foi, assim, o ressentimento e medo produzidos pela nova concorrência europeia e usurpação de posições nas cidades. De facto, alguma da agitação da década de vinte surgiu da resistência assimilada à destruição dos direitos e autonomia que já tinham alcançado.

Publicações de Protesto Seleccionadas, 1873-1929

Foram seleccionados quatro exemplos de publicações de protesto, que serão apresentadas por ordem cronológica. Apesar de os estilos variarem, os ressentimentos e temas apresentados em duas gerações de publicações de protesto são impressionantemente parecidas.

O jornalismo de José de Fontes Pereira (1823-1891)

Fontes Pereira era advogado, *mestiço assimilado*, que se destacou como um jornalista radical entre 1873 e 1890. Católico romano devoto e republicano, Fontes Pereira começou a sua carreira em 1873 com o *Cruzeiro do Sul* em Luanda e cedo ganhou a reputação de

[39]. A Liga Nacional Africana afirma ter melhorado a posição dos africanos no serviço público, no exército e na educação em Angola. Ver "Figuras Angolanas: Francisco Alves Fernandes", *Angola*, nº 166 (Janeiro-Junho 1963), p. 6.

[40]. Sobre queixas de que os africanos ocupavam mais empregos especializados nos inícios do século XIX em Angola, ver *O Futuro d'Angola*, 13 de Maio de 1882.

enfant terrible da imprensa. Durante a sua carreira escreveu artigos para, pelo menos, oito semanários em Luanda e talvez quatro jornais em Lisboa.[41] Devido aos seus ataques espirituosos aos governadores-gerais e ao carácter e políticas portuguesas, sofreu o ostracismo social, ataques na imprensa local, perda da sua posição na administração pública em duas ocasiões, e ameaças contra a sua vida.[42] Os seus artigos cobriam muitos assuntos, incluindo a história política de Angola, o criticismo humanitário social, o reformismo político e a afirmação dos direitos africanos. Atacou as práticas generalizadas de trabalho forçado, escravatura, o envio coercivo de trabalhadores africanos para a ilha de São Tomé, o baixo estatuto dos cidadãos angolanos de todas as cores em concorrência com os mais privilegiados portugueses da metrópole, a falta de escolas, as condições miseráveis das prisões locais, e muitos outros problemas.

Todos os temas principais das publicações de Fontes Pereira foram repetidos e desenvolvidos em publicações angolanas posteriores. Um tema principal era o de que a falta de educação em Angola era propositada e não apenas resultado da pobreza e fraqueza portuguesas. Este era um caso de "falsa civilização", um conceito desenvolvido por escritores africanos numa publicação de 1901, que é discutida mais adiante. Os portugueses – escreveu Fontes Pereira, em 1886 – não encorajaram a educação porque "*entendiam que o filho de Angola que aprenda a sua civilização brutal será capaz de proclamar a independência do seu país.*"[43]

Mestre nas técnicas do sarcasmo e da sugestão, este escritor *mestiço* atacou a corrupção, ineficiência e artifícios que se observavam no sistema colonial Angolano. Apesar da sua indignação face a uma sociedade afligida pelo que um governador-geral pertinentemente designou como "o défice moral", Fontes Pereira era um português em termos de cultura. Em algumas das suas actividades políticas, especialmente na fase inicial da sua carreira, defendeu a expansão portuguesa e a pacificação do território de Angola. No mesmo artigo, ele podia elogiar a eficiência de Henry Morton Stanley e dos missionários franceses e simultaneamente lamentar o facto de Portugal ter falhado em estender o seu regime sobre a costa do Congo ou em pacificar o incontrolável território dos Dembos.[44] Apesar de ter atacado o regime português durante a década de 1870 e nos inícios de 1880, permaneceu essencialmente leal como assimilado, até cerca de 1882 ou 1883, quando deixou de ver Portugal enquanto meio provável para a reforma "civilizadora" e para a eventual independência dos angolanos nativos. Nesta altura, começou a defender a independência de Angola em relação a Portugal. Em 1890, estava de tal forma amargurado e desesperado que estava disposto a trocar de senhores coloniais e a substituir Portugal pelo Reino Unido.

Fontes Pereira estava convencido que os angolanos tinham perdido a sua "nacionalidade" pelas pressões do regime português. Numa dada ocasião questionou o facto de os angolanos terem de celebrar o aniversário da libertação de Portugal de Espanha em 1640, quando os angolanos tinham perdido as suas terras e a sua independência um século antes.[45]

Frustrado em termos profissionais, insultado por europeus com melhor educação e preconceituosos, e perseguido como um radical, ele incrementou a sua campanha pessoal

[41]. Ver O *Futuro de Angola*, 16 de Maio de 1891, sobre o seu obituário. Outros obituários apareceram em O *Mercantil*, 7 de Maio de 1891, e O *Desastre*, 30 de Maio de 1891.

[42]. O *Cruzeiro do Sul*, 27 de Agosto, 27 de Setembro, 30 de Dezembro de 1875; 26 de Fevereiro de 1876.

[43]. O *Futuro d'Angola*, 10 de Novembro de 1886.

[44]. O *Futuro d'Angola*, 15 de Abril de 1882.

[45]. O *Arauto Africano*, 6 de Janeiro de 1890.

contra o regime português. Em artigos escritos nos inícios de 1890, defendia abertamente o apoio de Angola a Inglaterra na sua disputa colonial por territórios africanos e sugeria que os ingleses deviam tomar Angola. Estes artigos controversos despertaram um "ninho de vespas" em Luanda. Fontes Pereira foi perseguido pelo governo, perdeu o seu emprego, e provavelmente não voltou a escrever após este incidente. Morreu seis meses depois da publicação destes curiosos artigos. O seu editorial mais inflamado – considerado traidor pelos portugueses – merece ser citado em alguma extensão:

> *Não se pense que estrangeiros, entendendo tudo isto [fraquezas portuguesas] tentariam conquistar as terras portuguesas que ainda estão preservadas num estado de natureza, ou que tirariam vantagem da sua riqueza potencial para as explorar e civilizar os nativos, tornando-os cidadãos úteis para eles e para o resto da humanidade. Pela nossa parte, aconselharíamos estes estrangeiros a não perder tempo a discutir assuntos europeus que os beneficiariam em África; apenas lhes é necessário dirigirem-se aos habitantes africanos, os senhores naturais das suas próprias terras, e com eles assinar todos os tratados necessários de comércio e de protecção recíproca. Se o fizerem, serão recebidos de braços abertos, já que está provado que nada temos a esperar de Portugal, excepto os enganos e correntes da escravatura, o único meio que tem para melhor brutalizar e subjugar os nativos! E com esta conclusão declaramos que não confiamos nem na boa fé nem na sinceridade do Partido Colonial Português, cujos membros são apenas crocodilos que derramam lágrimas para atrair as suas vítimas. Conhecemo-los muito bem. Fora com eles!*[46]

Fontes Pereira era o mais radical dos primeiros nacionalistas angolanos e o seu espírito e criticismo traduziam que estava à frente do seu tempo. Dentro do seu próprio círculo de *assimilados*, enquanto alguém que rejeitava o regime português, ele era uma minoria, mas inspirou *assimilados* mais moderados na sua campanha pelos direitos de Angola e dos angolanos. O seu nome e reputação perduraram.[47]

Voz de Angola Clamando no Deserto

Num livro publicado em Lisboa onze anos antes do editorial final de Fontes Pereira, emergiu outra amarga reacção assimilada aos problemas raciais em Angola. O livro (*Voz de Angola clamando no deserto* [Lisboa, 1901]) era constituído por vários artigos publicados na imprensa de Luanda entre 1889 e 1901. Os autores eram na sua maioria *assimilados* (como o escritor mestiço A. J. do Nascimento), mas também incluía o editor europeu liberal, Francisco Pinheiro Bayão.[48] Os artigos reflectiam a preocupação do autor com o crescente racismo em Angola; atacavam particularmente as agressões verbais ao carácter e direitos africanos que apareceram no jornal dirigido por europeus, *Gazeta de Louanda*.

---

[46]. Excerto de *O Arauto Africano*, 20 de Janeiro de 1890.

[47] Foi feita referência à memória de Fontes Pereira como defensor dos direitos dos angolanos na *Voz de Angola*, e foi celebrado com a atribuição do seu nome a um clube social de *mestiços* em Luanda, na década de 20, *Voz de Angola clamando no deserto*, p. 77. Ver Ribas, *op. cit.*, pp. 38-39.

[48] O líder nacionalista angolano Mário de Andrade evocou um "Nascimento" como "colaborador polémico e notável" na *Voz de Angola*, quando submeteu uma lista de assuntos biográficos à *Encyclopaedia Africana* (Accra, Ghana). Ver *Information Report Nº 12*, Setembro de 1965, p. 5.

Este panfleto amargo desenvolveu o conceito de "falsos civilizadores", especialmente aqueles colonos portugueses com pouca educação e movidos por motivos económicos. Os autores concordavam que o "progresso social" tinha sido travado por ódios e discriminações raciais na última década. Enquanto o governo, pelo menos em teoria, proclamava igualdade para todas as raças, "algo diferente" acontecia nos clubes sociais de Luanda, onde os *assimilados* eram rejeitados e proibidos.[49] Esta discriminação racial destruía todas as "máximas cristãs e a lei fundamental do estado"[50], afirmavam os autores.

O próprio título provocador, *A Voz de Angola Clamando no Deserto*, sugere um isolamento do *assimilado*, bem como a coragem da dissidência angolana numa comunidade sensível. Os autores procuraram reformas na educação como uma chave para o progresso, reflectindo um padrão nas publicações dos *assimilados*: educação significava "civilização" e "civilização" era um valor com o qual eles se identificavam. No entanto, como os autores *assimilados* observaram em Angola, a "civilização" portuguesa não correspondia aos muito proclamados princípios que os portugueses afirmavam serem típicos do seu trabalho em África. *A Voz de Angola* descreve não uma civilização, mas uma sociedade de "exploração" – talvez a primeira publicação angolana a empregar esta palavra tão frequentemente.[51]

A seguinte passagem fornece uma interpretação económica do regime português em Angola:

> *Quem não sabe que o preto, até o mais incivilizado, é um elemento indispensável e é insubstituível em certos locais onde a fixação europeia é impossível? Quem pode ignorar o facto de que sem o trabalho do preto nenhum navio sairia do porto sem a sua carga?... Se o preto carece ainda de educação... é porque ele é um instrumento adquirido para trabalho bárbaro.*[52]

O tom geral de raiva defensiva apenas ocasionalmente se transformava em retaliação. Quando isso acontecia, os autores exprimiam o sentimento que Angola era uma unidade colectiva. Escreviam que Angola era "a terra do homem preto", não dos portugueses, e que "a emancipação" de Angola era "inevitável" apesar da política portuguesa.[53]

Continuando a tradição de escritores como Fontes Pereira, os autores deste livro demonstraram quão descrentes se sentiam face à possibilidade de melhoria da governação portuguesa. O controlo português era lamentável, não por os portugueses estarem a disseminar a civilização, mas precisamente porque não praticavam o que defendiam:

> *Portugal, tendo conquistado esta colónia há mais de 400 anos, não fez nada pelo progresso do país, nem em questões materiais, nem literárias ou morais. As pessoas são brutalizadas como no seu anterior estado primitivo... Este é um crime de ofensa contra a civilização, deixando estagnada esta muito rica colónia.... Apenas a negligência dos seus governantes explica esta situação...*[54]

---

[49] *Voz de Angola*, p. 23.

[50] *Ibid.*, pp. 24-25.

[51] *Ibid.*, pp. 5-6, 90, 197, 174-175, *et passim*.

[52]. *Ibid.*, p. 29.

[53]. *Ibid.*, p. 68.

[54]. *Ibid.*, p. 88.

Esta passagem, que ilustra um tema encontrado recorrentemente nas publicações de Fontes Pereira, demonstra o modo como os sentimentos amargurados dos autores os levaram a exagerar as condições e a simplificar demasiado as causas. No entanto, este exagero é bastante típico da imprensa angolana dos trópicos: os escritores *assimilados* exibiam as mesmas fraquezas que os seus professores europeus. Apesar de estes *assimilados* costumarem aceitar teorias europeias sobre Angola (tal como a riqueza imaginária do país), produziam uma definição africana daquilo que significava "civilização". De facto, um escritor definiu civilização como sendo sinónimo de "roubar, devastar, vender, torturar, matar..."[55] Este mesmo escritor continuou a criticar aquilo que os africanos tinham aprendido da civilização portuguesa e apontou o facto de o africano ser criado numa "forma de vida autoritária e violenta."[56]

Nesta amarga polémica e neste clássico da literatura angolana de protesto existe uma tendência definitiva para o escritor assimilado simpatizar e identificar-se com os africanos tribais em Angola. Mais do que nas publicações de Fontes Pereira, o "preto boçal" é elogiado como uma espécie de "nobre selvagem". Enquanto o português é "cruel, criminoso e sangrento", o preto é a incarnação da "simplicidade, submissão e tranquilidade".[57] Esta imagem idealizada, porém, não encaixa com a descrição de um autor, que afirmava que alguns africanos preferiam a prisão ao trabalho forçado em Angola, "para a preservação da sua personalidade".[58]

Tudo considerado, a *Voz de Angola* é um testamento notável da auto-afirmação angolana. O *assimilado* suficientemente corajoso para escrever o protesto aludiu naturalmente à memória dos *assimilados* dissidentes das décadas prévias; mesmo o estadista liberal português e defensor dos direitos dos africanos, o Marquês Sá da Bandeira, foi citado neste livro pela sua defesa do carácter Negro. De acordo com um autor, o Marquês iria "erguer-se do seu túmulo"[59] para atacar os "brancos da pior espécie" que tinham enfurecido os *assimilados* angolanos de tal forma que estes produziram este livro de protesto cooperativo, seguramente uma das mais desesperadas obras da literatura anti-europeia e pró-africana em arquivos nacionalistas.

Os volumes de protesto de António de Assís Júnior, 1917-1918

Os dois volumes de Assís Juníor, *Relato dos acontecimentos de Dala, Tande e Lucala*,[60] são mais do que a reacção de um *assimilado* à repressão do governo a uma comentada "conspiração de nativos" em 1917. É também uma afirmação defensiva e amarga da dignidade e dos direitos africanos. O contexto desta repressão era uma continuada resistência tradicional, tribal, de populações em várias regiões de Angola. Para os governantes portugueses, os anos da Primeira Guerra Mundial foram particularmente turbulentos e marcados pelo medo. Existiram notáveis revoltas no Congo, 1913-1915; Cuanhama (no extremo sul de Angola), 1914-1916; Dembos, 1816-1917; em Amboim e Seles, em 1917; e em outras áreas. Para além de enviar reforços da Europa e expedições para o interior para pacificar as tribos, os portugueses prenderam um grupo de *assimilados*, sobre quem corriam rumores de es-

55. *Ibid.*, p. 90.

56. *Ibid.*, pp. 97-98.

57. *Ibid.*, p. 40.

58. *Ibid.*, p. 20.

59. *Ibid.*, p. 41-42. Durante a sua carreira pública como estadista, Sá da Bandeira foi instrumental na introdução do comércio anti-escravo e de legislação anti-escravatura nas Cortes portuguesas, especialmente entre 1836 e 1858.

60. António de Assís Júnior, *Relato dos acontecimentos de Dala, Tande e Lucala* (2 vols.; Luanda: Tipografia Mamã Titã, 1917-1918).

tarem a conspirar uma revolta geral para acabar com o regime português. Vários tipos de informação, alguns dos quais rumores, foram recebidos pelas autoridades de Luanda: a marcha de cerca de quarenta repatriados de São Tomé, armados com catanas, que ameaçaram um agricultor europeu em N'Dala-Tando (no distrito de Cuanza Norte); o assassinato de um administrativo europeu por africanos; a descoberta de armas e dinamite escondidas; e os rumores sobre as actividades da *Liga Angolana* (denominada "Associação de Mata-branco", em dialecto local).[61] No que Assís Júnior pertinentemente descreveu como uma "comédia-trágica ignóbil", as autoridades portuguesas confundiram rumor com factos, e em Julho e Agosto de 1917 prenderam dúzias de *assimilados* e atiraram-nos para as prisões de Luanda sem julgamento. Alguns estiveram presos durante cinco meses e mais. Rumores do mesmo tipo geraram revoltas em Malange, Benguela e Lucala, à medida que o medo se espalhava por pequenas comunidades de colonos. Em retaliação, foram queimadas mais algumas aldeias africanas. A onda oficial de detenções envolveu Assís Júnior, que, como ele próprio escreveu, compôs as suas palavras enquanto esteve na prisão.[62]

António de Assís Júnior (1878-1960) era um africano, talvez com algum antepassado europeu. Numa fase inicial, entrou na competitiva administração pública em Luanda e subiu para posições mais elevadas. Formado em direito, era também jornalista e escritor. A sua contribuição mais importante para a tradição dissidente do nacionalismo angolano não foi a sua obra sobre a vida Angolana, mas os seus dois pequenos volumes publicados em 1917 e 1918 em Luanda por uma imprensa obscura.[63] A sua análise da questão "estritamente repugnante" de 1917-1918 é inteligente e coerente. Tal como os escritores *assimilados* da selecção supra citada, Assís Júnior notou um "desejo sanguinário" entre os colonos portugueses que era expelido periodicamente sobre os *assimilados* e os africanos a cada descoberta de "conspiração". A suposta conspiração de 1917 foi apenas uma de uma série de incidentes do género que sugeriram ao autor uma análise da natureza da sociedade europeia, composta como era por condenados, desertores do exército, degredados e exilados.

> *Ainda composta por homens que não sabem de onde vêm nem para onde caminham, homens motivados simplesmente pelo desejo de obter tudo o que podem, de adquirir e aproveitar, a nossa sociedade está extremamente doente... Na sua própria terra, o nativo não é mais que do que um judeu [sic] e nisso, um judeu [sic] como era tratado no tempo do fanatismo religioso.*[64]

Os volumes deste astuto *assimilado* são especialmente valiosos para o historiador, na medida em que retratam os constrangimentos e tensões de ser um *assimilado*, um "homem marginal". Como outros *assimilados*, Assís Júnior aspirava a uma posição mais elevada na sociedade portuguesa em Angola, mas encontrou essa ascensão bloqueada.

E abaixo dele, os africanos não educados obstruíam a unidade racial, rejeitando o africano "civilizado", que "assim se encontra preso entre dois fogos".[65]

---

[61] *Ibid.*, II, 29n.

[62] *Ibid.*, I, 1-2.

[63] Assís Júnior publicou um romance descrevendo a vida em Angola. *O segredo da morta* (Luanda: 1934).

[64] Assís Júnior, *Relato, II*, 55.

[65] *Ibid.*, pp. 55-56.

Apesar destes obstáculos à unidade e harmonia racial em Angola, Assís Júnior tinha esperança num entendimento futuro. Acreditava que, pelo menos neste momento, os africanos podiam ser simultaneamente "angolanos e portugueses"[66], um conceito que atraiu muito debate na altura em que o escreveu e depois disso. Ele esperava ser capaz de trabalhar pela unidade e pelo fim do que observava à sua volta em Angola: "perseguições lamentáveis e violências cobardes dos fortes contra os fracos".[67] A sua crítica da natureza da repressão portuguesa da afirmação africana – uma repressão representada na literatura africana colonial portuguesa como a verdadeira função de panteões comemorativos de "Heróis de África", fornece uma perspectiva africana sobre a pacificação europeia em muita da África tropical. Os seus dois volumes estão salpicados com aforismos gritantes, tais como "Os pretos nunca podem ter razão"[68], ou "Para ter heróis, é necessário ter vítimas..."[69]

Este notável escritor terminou os seus dias longe da sua Angola nativa. Algum tempo depois de 1920, foi para Lisboa, onde ensinou a língua Kimbundu em várias escolas.[70] Os seus dias de protesto activo tinham chegado ao fim. Tenha ou não passado completamente para o inimigo nos seus últimos anos, pelo menos desempenhou o papel de um *assimilado* profissional nominalmente leal a Portugal numa altura em que a repressão sistemática do nacionalismo angolano estava bem enraizada. Morreu em 1960.

Artigos da imprensa colonial e nacionalista, década de 20

Em 1921, um conjunto de *assimilados* de várias partes do império africano português formaram o Partido Nacional Africano (PNA). O percursor deste partido era a conhecida *Liga Africana*, fundada em 1919 como uma federação de partidos africanos portugueses.[71] O PNA foi criado em parte como uma organização rival; enquanto a *Liga Africana* apoiava o Pan-africanismo de W. E. B. DuBois, o PNA tendia a apoiar as ideias de Marcus Garvey. O conflito entre as duas organizações só terminou em 1931, quando uma organização abrangente, o *Movimento Nacionalista Africano*, foi fundada. A *Liga Africana* desempenhou um papel chave ao acolher a sessão de Lisboa do Congresso Pan-Africano de 1923, e é claro que em termos gerais os seus objectivos eram semelhantes aos do PNA. Ambas as organizações eram dominadas por uma elite de *assimilados* com tendências moderadas e reformistas.[72]

Em 1925, o PNA começou um jornal africano (que tinha sido fundado e refundado em 1911 e 1913 sob outro financiamento). Desde cedo que o PNA começou a discutir a identificação com as massas africanas e a ideia de uma sociedade sem classes e sem raças em que os africanos poderiam desempenhar um papel vital. Também actuou como grupo de pressão, apresentando petições à *Sociedade das Nações* em 1925. A questão ao redor da qual todos estes primeiros partidos nacionalistas podiam concordar e unificar-se temporariamente com grupos liberais europeus era a questão controversa do trabalho forçado e a exportação de mão-de-obra de

[66] *Ibid.*, p. 65.

[67] *Ibid.*, p. 57.

[68] *Ibid.*, p. 36.

[69] *Ibid.*

[70] Assís Júnior publicou um dicionário Kimbundu-Português em Luanda, na década de 40.

[71] Para material sobre a rivalidade entre organizações, ver Eduardo dos Santos, *Ideologias políticas africanas* (Lisboa, 1967), pp. 61-70.

[72] "A nossa orientação", *A Voz d'África* (Lisboa), 8 de Julho de 1929. Este era o jornal do PNA.

Angola para as ilhas de São Tomé e Príncipe.[73] Grande parte do debate na imprensa angolana entre 1900 e 1920 centrava-se nesta questão, já que representava ressentimentos contínuos em Angola e já que o debate com os colonos e as autoridades envolvia um desacordo sobre a natureza do carácter africano. Um tema constante na década de 20 foi, portanto, a defesa do PNA do africano como indivíduo trabalhador, explorado.[74]

Como Assís Júnior e os outros da *Voz de Angola* antes dele, os líderes do PNA esperavam alcançar o compromisso e a acomodação com Portugal. Ainda que os membros mais periféricos deste partido possam ter tido objectivos revolucionários, a maioria da liderança advogava uma mudança e evolução pacíficas. Condenavam a violência em Portugal como em Angola, já que acreditavam que toda a anarquia e violência iam contra a acomodação com a República e os seus representantes em Angola. Exigindo "justiça dentro da democracia"[75], estes escritores lutavam por harmonia racial, ao mesmo tempo que defendiam uma identidade especial enquanto africanos.

> *Não somos apenas portugueses. Antes de sermos portugueses, somos africanos. Somos portugueses da raça negra [sic]. Temos orgulho na nossa dupla qualidade. Mas possuímos, acima de tudo, o orgulho racial... Temos orgulho em ser pretos...*
> *Devemos cooperar com os brancos.*[76]

O rumo de acomodação reformista da primeira fase do nacionalismo angolano é ainda ilustrado por uma entrevista publicada em 1924 na *Província de Angola*, um importante jornal de Luanda de postura pró colono europeu. O entrevistado africano, Afonso Baptista Franque, um *assimilado*, era descrito pelo jornalista como "um evangelista da raça negra"[77] e membro do Conselho Supremo do PNA. Franque afirmou que os africanos em Angola estavam numa má posição para futuras responsabilidades porque "*o governo português tentou sempre manter os africanos fora dos altos postos de governo e longe da gestão dos interesses da sua própria terra*".[78] Continuou afirmando:

> *O que queremos é que os nossos direitos sejam respeitados, ou seja, que os nossos jornais, agora reprimidos, possam continuar a publicar; que aos nossos jornalistas perseguidos lhes seja permitido, com todas as garantias, exercer a sua nobre missão; que as nossas associações, como a Liga Africana, que foram encerradas arbitrariamente, sejam reabertas e os direitos dos seus líderes respeitados; que os funcionários públicos africanos agora privados injustamente da sua posição possam reocupá-la....*[79]

Na base da maior parte destas publicações estava a esperança de que os argumentos dos africanos educados pudessem levar as autoridades portuguesas a compreender a posição

---

[73] *A Voz d'África*, 8 de Julho de 1929; e A Reforma, 25 de Março de 1911.

[74] *A Voz d'África*, 18 de Outubro de 1928.

[75] *A Voz d'África*, 8 de Julho de 1929.

[76] *Ibid.*

[77] "Aspirações africanas", in *Província de Angola* (Luanda), 25 de Outubro de 1924.

[78] *Ibid.*

[79] *Ibid.*

africana, a possibilidade de que repressões passadas pudessem ser revertidas a favor da auto-afirmação africana e de um entendimento inter-racial. Havia também a tendência para acreditar que o governo de Lisboa podia agir como um mediador entre *assimilados* e a comunidade colonizadora europeia em África. As publicações de protesto da década de 20 observam crescentes conflitos raciais em Angola e condenam as novas leis e práticas de repressão da liberdade africana.

Apesar da tradicional esperança africana em relação à Primeira República (1910-1926), os escritores *assimilados* comentam mudanças perturbadoras na política portuguesa durante a primeira década da República. Afirmavam que a política tinha sido alterada de antigas tradições multiraciais para uma nova política que podia ser "desastrosa". Em 1920, um editorial importante num jornal africano em Luanda sugeria então que a questão racial se estava a tornar predominante e que a separação racial era crescente em Angola.[80] O autor esperava que os africanos *assimilados* fossem intermediários úteis para alcançar relações harmoniosas entre raças. A persistência desta esperança do *assimilado* é uma característica principal da primeira fase do nacionalismo angolano; mesmo na era do Estado Novo, o *assimilado* continuou a esperar poder liderar um movimento multiracial, apesar das crescentes demonstrações de aumentos da repressão oficial e da intransigência e medo dos colonos.

Conclusões

As publicações de protesto de *mestiços* educados e africanos foram mais do que um simples episódio da primeira expressão moderna do nacionalismo angolano: provaram a continuidade desse movimento. A sua publicação em língua portuguesa – apesar de poder ser ridicularizada por muitos gramáticos portugueses patrióticos – foi o primeiro exemplo da utilização de técnicas da civilização europeia no século XIX por angolanos para alcançarem objectivos políticos e sociais. Estas publicações de protesto, mais do que conspirações secretas para a independência e autonomia, deixaram provas legíveis para gerações vindouras de que existia uma unidade fundamental nas circunstâncias do nacionalismo angolano passado e presente. Deixaram um legado de provas de que os ressentimentos de 1890 eram largamente os de 1930 e não diferentes dos de 1961; de que os programas e objectivos das associações e partidos africanos fundados depois de 1910 estavam pressagiados nos sonhos de *assimilados* como Fontes Pereira e Assís Júnior; e que, de facto, algumas das ideias fundamentais sobre raça, repressão, exploração económica e cultura portuguesa presentes no debate de 1961 eram há muito discutidas por angolanos educados. Uma vez mais emerge a unidade básica da história da Angola colonial.[81]

Na sua primeira fase, o nacionalismo angolano era especialmente de carácter português. Muitos dos princípios fundamentais na base das publicações de protesto eram de facto citados de publicações portuguesas. Os *assimilados* angolanos aplicavam os conceitos portugueses de democracia racial e política comuns na altura, alguns dos quais eram formas iniciais da "mística lusotropicalista",[82] e descobriram que em Angola a prática não encaixava com a teoria. Apesar de o *assimilado* estar disposto a ser um intermediário racial

[80] "Brancos e pretos", *Independente* (Luanda), 29 de Abril de 1920.

[81] Ver Douglas L. Wheeler, "Towards a History of Angola", in *Boston University Studies in African History*, Vol. III, ed. por Daniel F. McCall (New York: Praeger, 1969), pp. 45-68.

[82] Ver a discussão em lusotropicalismo em Chilcote, *Portuguese Africa*, pp. 47-49, 51.

na sociedade angolana e a promover a assimilação social de não-africanos sem formação escolar e de africanos, não estava disposto a permanecer em silêncio após repetidos casos de repressão.[83]

Os *assimilados* entenderam que eram mais do que simplesmente portugueses. Nas palavras de Assís Júnior, eles eram homens "presos entre dois fogos", o fogo do nacionalismo português e o fogo da hostilidade africana tradicional.[84] As publicações de protesto analisadas indicam a natureza basicamente insegura e frustrada dos advogados, funcionários públicos, jornalistas ou escritores *assimilados* que pareciam estrangeiros na terra do homem preto. No período inicial desta fase do nacionalismo, havia mais oportunidades para a mobilidade social e política dos africanos educados. No entanto, até esta leve oportunidade forneceu alguns patriotas africanos a Portugal: a ideia de que apenas na África portuguesa podia "um preto elevar-se a uma tal posição" (como a de um *assimilado* na administração pública colonial em Angola) foi veiculada por um escritor africano preto, um funcionário dos correios, que atacou a escrita de protesto radical de Fontes Pereira em 1890.[85] Assim sendo, a publicação da deslealdade de Fontes Pereira a Portugal recebeu um contra protesto de *assimilados* que se sentiam dependentes do patronato português.

A questão da lealdade a Portugal permaneceu um aspecto importante da auto-afirmação e do nacionalismo angolano. Qualquer publicação de protesto seria provavelmente considerada traidora pela maior parte da administração colonial portuguesa, excepto para os mais liberais. Mas mesmo nos casos de liberalismo nem sempre o fogo do patriotismo foi extinto. De facto, um estudo da história do nacionalismo na população assimilada de Angola sugere que desde o início esta comunidade de elite estava dividida sobre a questão da lealdade a Portugal e que esta questão da lealdade tendia a separar o *mestiço* de Luanda do africano do interior. Por exemplo, a *Liga Angolana* tentou desesperadamente demonstrar a sua lealdade à autoridade portuguesa durante o caos provocado pelas frequentes revoltas africanas entre 1914 e 1917. Ao fazê-lo, a associação tal como o *assimilado*, foi apanhada entre as duas forças do nacionalismo português e do tradicionalismo angolano. Então, o nacionalista dos primeiros tempos, por muito que simpatizasse com os insurgentes africanos, descobriu, para sua tristeza, que não podia haver uma posição intermédia sobre a questão da lealdade a Portugal numa crise pública.[86] Se a *Liga Angolana* e várias outras associações e a sua polémica imprensa desejassem "progresso" de direitos políticos para os *assimilados*, teriam de cooperar com as autoridades ao criticarem as rebeliões africanas.

De 1928 a 1930 assistiu-se a um importante ponto de viragem na auto-afirmação angolana. Nesta altura, a repressão política tinha aumentado, seguindo os padrões das duas décadas anteriores. Houve um lapso na literatura angolana, tanto em termos de protesto como de criatividade intelectual.[87] O conjunto impressionante, ainda que efémero, da literatura de

---

[83] Para dois exemplos de pensamentos de *assimilados* sobre a "assimilação" de outros grupos, ver *União Africa-Portugueza* (Luanda), 2 de Dezembro de 1882, em relação à comunidade Cabinda em Luanda, e o editorial de Carlos da Silva, O *Arauto Africano*, 17 de Março de 1889, relativamente à pequena comunidade indiana (de Goa), na capital.

[84] Assís Júnior, *Relato, II*, 55.

[85] "Partido Colonial", O *Mercantil*, 30 de Janeiro de 1890.

[86] Sobre a consternação dos *assimilados* moderados na Liga Angolana face às repercussões políticas da rebelião tribal de 1914-1917, ver Assís Júnior, *Relato, II*, 29n. Ver *A Província* (Luanda), 30 de Outubro de 1914, sobre a reacção adversa dos líderes da Liga de Angola à "agitação revolucionária" relatada sobre a rebelião do Congo, 1913-14.

[87] A literatura angolana sofreu um retrocesso na década de 30; apenas dois nativos angolanos conseguiram alcançar estatuto literário nesta era interina, Francisco Castelbranco e Alberto de Lemos, ambos historiadores mestiços. Ver Mário António, "Literatura Angolana", *Ultramar* (Lisboa), nº 15, (1964), p. 88.

protesto – incluindo cerca de vinte jornais africanos e vários livros produzidos entre 1881 e 1930 – retrocedeu para o passado, apenas para ser redescoberta por uma nova geração. Talvez melhor educada, mas com uma maior inclinação para a rebeldia, a elite de pós-1948 absorveu influências ideológicas externas que não estavam presentes nas anteriores gerações. Estas influências construídas sobre os ressentimentos angolanos foram acumuladas durante séculos e articuladas especialmente depois de 1860. Após 1948, portanto, a questão da lealdade a Portugal estava enublada por novos meios, mais radicais, de alcançar a mudança e a reforma. Estes novos meios incluíam invariavelmente uma ruptura final com Portugal, quebrando assim um elo final entre as esperanças dos fervorosos *assimilados* republicanos da era da Liga Angolana e as esperanças das novas gerações por uma solução essencialmente não portuguesa para o problema do nacionalismo angolano.[88] A tentativa dos *assimilados* moderados de conseguir a mudança através de protestos razoáveis, pró-portugueses, parecia estar finalmente falida.

Bibliografia recente sobre a história do nacionalismo Angolano

AMARAL, Ilidio do. *Em Torno dos Nacionalismos Africanos. Memorias e reflexes em homenagem a Mário Pinto de Andrade (1928-1990)*. (Lisbon: Granito, 2001).

BIRMINGHAM, David. *Frontline Nationalism in Angola & Mozambique*. (London: James Currey, 1992).

CARREIRA, Iko. *O Pensamento Politico de Agostinho Neto*. (Lisbon: Pub.D. Quixote, 1996).

DASKALOS, Socrates. *Um Testemunho para a Historia de Angola do huambo ao huambo*. (Lisbon: Vega, 2000).

HENDERSON, Lawrence W. Angola. *Five Centuries of Conflict*. (Ithaca,NY: Cornell University Press, 1979).

HENDERSON, Lawrence W. *A Igreja Em Angola. Um Rio com Várias Correntes*. (Lisbon: Ed. Além-Mar, 1990).

HEYWOOD, Linda. *Contested Power in Angola: 1840s to the Present*. (Rochester,NY: University of Rochester Press, 2000).

HEYWOOD, Linda. "UNITA and Ethnic Nationalism in Angola," *Journal of Modern African Studies* (vol. 27, no.1, 1989).

HEYWOOD, Linda. "Towards an Understanding of Modern Political Ideology in Africa: The Case of the Ovimbundu of Angola," *Journal of Modern African Studies* (vol. 36, no.1, 1998)

MESSIANT, Christine. "*L'Angola colonial, Histoire et Societé, les premises du movement Nationaliste*." These Doctorate [Doctoral dissertation], HESS, XIV, 3d cycle, Paris, 1983: Directeur: G. Balandier.

MESSIANT, Christine. "Luanda, 1945-1961, Colonisés, sociéte colonial et engagement nationaliste," in Michel Cahen(ed.), *Bourgs et Villes En Afrique Lusophone* (Paris: L' Harmattan, 1989), pp. 125-199.

NEWITT, Malyn. *Portugal In Africa*. The Last Hundred Years. (London: Longman, 1981).

PINTO DE ANDRADE, Mario. *Origens Do Nacionalismo Africano. Continuidade E Ruptura Nos Movimentos Unitários Emergentes Da Luta Contra A Dominação Colonial Portuguesa: 1911-1961*. (Lisbon: Pub. D. Quixote, 1997)

ROCHA, Edmundo. Angola. *Contribuição ao estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano* (período de 1950-1964). Testemunho e estudo documental. (Lisbon and Luanda: Edit. Kilombelombe, 2003).

ROCHA, Edmundo. "A CEI [Casa dos Estudantes do Imperio, Lisbon] nos Anos do Fogo," in *Mensagem* (1997), pp. 130-214.

ROCHA, Edmundo, "A Casa dos Estudantes do Imperio Nos Anos do Fogo." (Lisboa, 1995).

[88] Para provas de que os assimilados estavam uma vez mais marcados para perseguição em 1961, ver R. Davezies, *Les Angolais* (Paris, 1965), pp. 33-35; Thomas M. Okuma, *Angola in Ferment* (Boston, 1962), pp. 25, 82-89; James Duffy, *Portugal in Africa* (Cambridge, 1962), pp. 215-221; e Chilcote, *Portuguese Africa*, pp. 74-81.

CONSIDERAÇÕES À VOLTA DA NOÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL ANGOLANA

Almerindo Jaka Jamba
União Nacional para a Independência Total de Angola -UNITA

A abordagem da identidade cultural angolana leva-nos à necessidade de uma clarificação de três conceitos cardeais, nomeadamente a noção identidade, de cultura e de povo, considerado na sua dupla dimensão geográfica e histórica

Na asserção feliz do professor José Manuel Imbamba no seu projecto filosófico para Angola do 3º milénio na obra *Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos*, "*Todo o homem é filho do seu tempo, da sociedade que o alberga e da cultura que o nutre*".

A identidade segundo o étimo Latino, é o conjunto de características próprias de alguma coisa, que permitem não a confundir com outra.

Há identidades simples e complexas. Por exemplo, naquilo que se convencionou chamar de "bilhetes de identidade", encontra-se o nome, o apelido, a data e o local de nascimento, a fotografia, a assinatura, por vezes a impressão digital. Todos estes indicadores pretendem demonstrar, sem confusão possível, que o portador do documento é Francisco e que não existe entre milhares de outros seres humanos uma única pessoa com a qual se possa confundir, mesmo que seja sósia ou seu irmão gémeo.

A minha identidade é o que faz que eu não seja idêntico a uma outra pessoa.

A identidade diz, assim, respeito à especificidade, à singularidade. Sobre cultura existem de facto várias definições. Embora estejamos longe de consagrar unanimidades, uma das definições não menos pertinentes da cultura é a que foi proposta pela UNESCO, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais realizada no México em 1982 e que reza o seguinte:

> "*A cultura é o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valor, as tradições e as crenças*".

A cultura é uma das expressões mais altas da vida de um povo e não é estática. Cada cultura identificável está enraizada na história e evolui no tempo. As culturas são submetidas a flutuações movidas por forças tanto interiores como exteriores,

que podem ser harmoniosas e livremente consentidas ou impostas pela violência, a dominação ou o poder. Uma cultura dá provas de vitalidade particular se é capaz de preservar a sua própria identidade integrando a mudança, tal como o ser humano muda com o tempo conservando a sua própria identidade.

A noção de povo tal como a de cultura varia segundo os contextos. Há povos que pela sua história mantêm uma certa unicidade e a sua expressão cultural é a ilustração desta unidade. Contudo, há povos que são múltiplos por causa do seu contexto histórico, político, social, cuja unidade se constrói a partir da sua diversidade.

Parafraseando as conclusões da Conferência Inter-governamental sobre Políticas Culturais em África (Africacult) realizada em Accra em 1975,

> *"A diversidade cultural representa em África uma realidade viva. Longe de ser um elemento de divisão, a diversidade deve ser entendida como um factor de equilíbrio e de unidade. A instalação de um diálogo fecundo entre as diferentes culturas e a participação activa das diversas comunidades na vida cultural da nação favorecem a integração e a unidade nacionais".*

Parafraseando Cornélio Caley nas suas considerações sobre identidade nacional,

> *"para que a identidade nacional seja realidade singular e autêntica dentro da comunidade internacional, será necessário perceber que a sua consolidação passa necessariamente pela busca do seu fio condutor, a partir das suas raízes mais profundas que quase sempre remontam aos 'passados étnicos comuns' à volta dos quais as identidades mais recentes se constroem".*

A identidade cultural Angolana é a especificidade própria do génio criador dos povos de Angola em todas as expressões da sua criatividade, afirmando-se e firmando-se na coexistência e intercâmbio entre as diversas culturas específicas que enriquecem a comunidade no seu todo.

Caracterização das Concepções do Mundo Estruturantes das Afirmações Identitárias da Cultura Angolana

É a admiração e a inquietação do homem diante do "cosmos", do universo ordenado, que o leva a indagar sobre a razão de ser das coisas, da sua condição e do seu destino. O homem em todas as latitudes buscou e busca explicar a realidade que o circunda.

Três concepções do mundo convergem para a afirmação identitária da cultura angolana. Em primeiro lugar, cabe-nos referir a concepção africano-tradicional, em segundo, a concepção do mundo ocidental, em terceiro, a concepção cristã.

Em relação à concepção do mundo africano-tradicional duas grandes questões se têm levantado:

1- Será que a concepção do mundo tradicional ainda existe?
2- Podemos falar de uma única concepção africana de mundo?

A resposta à primeira questão, dada pelos próprios especialistas africanos, é a de que apesar de certas adaptações e modificações que resultaram em aculturações e inculturações

pela ocidentalização cristã ou islamização, esta mundividência sobreviveu e ainda está viva.

Quanto à segunda questão, apesar da grande variedade local, cerca de dois mil diferentes grupos étnico-linguísticos, a África ao Sul do Sahara apresenta um número notável de características culturais comuns.

Para uma melhor abordagem das concepções do mundo estruturantes da cultura angolana, apresentamos aqui um quadro comparativo tendo em conta seis componentes fundamentais que julgamos pertinentes para o efeito.

Essas componentes são as seguintes:

a) O conceito de Deus / deus
b) Normas ou valores específicos
c) Uma ideia de homem
d) Uma noção de vida ideal da comunidade
e) Uma ideia sobre a natureza
f) Uma ideia do tempo e da história

O estudo comparativo das três visões do mundo leva-nos a concluir que o africano mesmo antes de entrar em contacto com outras culturas já teria dado respostas concretas e *sui-generis* às questões fundamentais que se levantam ao homem.

COMPONENTES	AFRICANA	OCIDENTAL	CRISTÃ
DEUS	Criador distante não exigindo responsabilidade, substituído pelo imprevisível espírito do mundo	Um secular materialista Deus do mundo	O Deus pessoal da Bíblia, o Criador e a mais Alta Autoridade
NORMAS	Autonomia Comunitária: a relação familiar do grupo e a lei-interesse do grupo, egoísmo do grupo	Autonomia individual, subjetivismo, interesse próprio, egoísmo individual	A vontade de Deus revelada nos mandamentos a ser positivada em normas
O HOMEM	Um reducionismo antropológico no qual prevalece o comunitarismo	Um reducionismo antropológico caracterizado pelo individualismo	Uma antropologia multidimensional onde os diferentes aspectos do ser humano devem ser contra-balançados
COMUNIDADE	Comunitarismo orgânico: primeiro a igualdade comunitária e os deveres comunitários	Atomismo liberal: liberdade individual e em primeiro lugar os direitos individuais	Individualidade e comunitarismo complementares

NATUREZA	Vista organicamente: o homem é parte da natureza; a mesma deve ser encarada com muito respeito e não se deve interferir nela	Vista antropocentricamente, separada do homem; para ser usada e explorada para a riqueza	Vista biblicamente: o homem é distinto da natureza mas não separado dela
TEMPO E HISTÓRIA	Algo que deve ser partilhado e desfrutado com os outros. Voltada para o passado	Algo que deve ser medido e usado para benefício próprio do Homem. Orientado para o futuro (o progresso)	Garantido por Deus para ser utilizado e desfrutado de uma maneira responsável. O passado, o presente e o futuro são igualmente importantes.

Certamente, nas afirmações identitárias da cultura angolana convergem três concepções do mundo com propostas diferentes face aos problemas fundamentais que se levantam ao homem.

É nosso entendimento que para uma abordagem que permita uma preservação das afirmações da identidade cultural angolana teremos de identificar de uma forma selectiva os valores positivos e mais nobres das visões do mundo em causa.

Neste empreendimento exaltante não seremos prudentes se nos enclausurarmos na adopção exclusiva da herança africana tradicional, nem seremos consequentes se cairmos numa atitude de rejeição pura e simples dos valores culturais e linguísticos africanos. A contribuição cristã será obviamente uma referência incontornável a ser também tida em conta.

Inquietações e Desafios que se Levantam à Identidade Cultural Angolana

Angola, país pluri-étnico e multicultural, apresenta uma grande diversidade cultural, étnica, linguística, racial e religiosa.

Esta diversidade, longe de constituir um obstáculo à construção da Nação Angolana e à afirmação da identidade, é uma herança valiosa que deve ser preservada e dignificada.

No capítulo da identidade cultural, um dos grandes problemas que se tem levantado ao longo da História de Angola é o da formulação de políticas culturais e linguísticas apropriadas para a preservação das afirmações identitárias do mosaico cultural e linguístico e para a sua inserção na modernidade.

Todas as culturas têm como suporte uma língua. As línguas constituem uma herança preciosa do património cultural da humanidade porque representam uma maneira única de conceber a experiência humana e o mundo.

Em Angola, país multilingue, coabitam quatro grandes famílias linguísticas:

a) Línguas de origem Bantu
b) Línguas Khoisan
c) Línguas Vátuas que se definem como de elemento Bantu
d) Língua portuguesa, "a chamada flôr do lácio, de origem latina"

No âmbito do discurso que se tem vindo a desenrolar quanto à politica linguística ideal para Angola, considero que, paralelamente à utilização da língua portuguesa que é a língua oficial fazendo assim parte integrante do património linguístico nacional, uma atenção especial deve ser dada à promoção de outras famílias linguísticas de origem africana, porque como observa o linguista Congolês Ngalasso, as línguas europeias não são nem mais claras nem mais lógicas do que as línguas africanas. De facto elas tornam-se mais práticas porque ao longo dos séculos foram objecto de trabalho aturado de gramáticos, de lexicógrafos etc. Para a promoção das línguas africanas é preciso um trabalho prévio de modernização, é preciso dotá-las de todos os instrumentos que lhes permitam uma adaptação necessária e contínua às exigências de um mundo em perpétua mutação. O factor linguístico é um denominador de identidade cultural por excelência. Não nos esqueçamos da célebre asserção de Montesquieu quando escrevia: "*enquanto um povo vencido não perder a sua língua, ele pode manter a esperança*".

Urge, pois, compreendermos Angola para a reconstruirmos melhor.

Como reza um provérbio angolano em Língua Nacional Umbundu "Nda wa pumba onjevo okateye ohonji, Kalunga hati Kalale". Tradução: Se fores à caça e não tiveres sucesso, não partas a tua azagaia. O Destino/Deus recomenda que repouses para retomar no dia seguinte.

A História é feita pelas mulheres e pelos homens, sempre os homens e mulheres nos seus esforços admiráveis.

Bibliografia Seleccionada

African Renaissance Conference, Conferência realizada na África do Sul (Cape Town: Tafelberg publishers, 1999)

Angola: Etnias e Nação, Colóquio realizado em Moscovo (Moscovo: 2003)

IMBAMBA, José Manuel, *Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos* (Luanda: Edições de Angola, 2003)

UNESCO *Notre Diversité Créatrice* (Paris: Éditions UNESCO, 1996)

UNESCO *Pour ou contre lês droiits culturels* (Paris: Éditions Unesco, 1998)

VAN DER WALT, BJ. *Undertanding and Rebuilding Africa* (np: np, 2003)

FIGURAS, FIGURÕES & FIGURANTES NA CENA DEMOCRÁTICA ANGOLANA - PAPÉIS, MARCAÇÕES E DESEMPENHOS...

Ruy Duarte de Carvalho
Universidade Agostinho Neto, Angola

Vivemos num contexto que não é exclusivo nosso, antes se verifica por todo o mundo onde as condições são mais ou menos as nossas, e em que tudo tende a assumir um carácter imediatamente político, até mesmo a veleidade de franquear os terrenos da ironia. Sabemos todos que a ironia corre muitas vezes o risco de ver-se convertida em agravo. Mas ninguém pensará, espero, que venha aqui para nomear as figuras e os figurões a que faço alusão no título que propus para esta intervenção. É evidente que se não fosse cidadão angolano a residir aqui ao lado, na Maianga, não me atreveria a conceber tal enunciado. É aliás nessa condição de cidadão angolano inserido nas condições locais que agradeço o convite que me chegou de fora para intervir cá dentro.

Quando aludo a papéis, marcações e desempenhos, e a figuras e figurantes, estou óbvia e deliberadamente a produzir metáforas que remetem à arte e à cultura de modalidades de espectáculo. Não se trata de recorrer à ideia de sociedade do espectáculo, insuficiente e alheia à compreensão do que se passa com a maior parte da sociedade angolana. Mas também ninguém negará que na cena angolana e no tempo, nas situações e nos actos em que participamos e a que assistimos, há necessariamente estrelas, figuras principais, secundárias e simples figurantes, e papéis e partes, marcações de cena, movimentações e desempenhos, como no teatro, no cinema e nas novelas da televisão.

É por isso também que não me proponho falar aqui para especialistas mas antes para cidadãos, figuras, a quem cabe um papel na cena política deste momento, no acto cénico em curso.

Nunca me propus fazer análise política que não decorresse do uso das minhas ferramentas profissionais de antropólogo e que não se reportasse a problemas de sociedade e de cultura a que a antropologia possa acrescentar algum esclarecimento. E no entanto, ou por isso mesmo, os anos que tenho passado a observar e a analisar as práticas, os comportamentos e as dinâmicas de resposta às incidências envolventes por parte dos pescadores da costa luandense, de outros sectores das populações da capital, de populações rurais do planalto central e de pastores e agro-pastores do nosso sudoeste, têm-me permitido apreender

de alguma forma a maneira como esses sectores da sociedade angolana são situados e se situam em relação ao nosso processo político.

É isso que me tem conduzido a tratar, a produzir e a divulgar, de há mais de vinte anos a esta parte, questões que agora, finalmente, são reconhecidas como pertinentes. É o caso da questão das expressões colectivas, quer dizer, das identidades culturais parcelares que participam e intervêm na nossa cena política. Nunca deixei de desenvolver e de propor para debate, sempre que a oportunidade o facultava e permitia, questões ligadas a conceitos, como o de nação, que finalmente parece oportuno e até rentável tratar entre nós. E isso desde uma altura em que a componente étnica do problema angolano, por exemplo, estava completamente arredada, para não dizer banida, das ideologias, dos discursos, das acções e das atitudes em presença e em disputa.

Também é isso que me permite pretender intervir agora sem me atribuir nem querer ver-me atribuído qualquer desempenho político que não seja o que resulta implícito ao meu lugar cívico de profissional da análise social, e adoptar, embora os tempos sejam de alguma forma outros, uma posição idêntica à que sempre assumi. Proponho-me aflorar apenas, até porque o tempo não dá para mais, alguns problemas de cultura que em meu entender se põem à questão da democracia entre nós.

Se de facto falar de multipartidarismo é falar de democracia, e se democracia pode ser definida, no presente, como uma forma de governo segundo a qual o povo passa a ter autoridade efectiva... quer dizer, se democracia corresponde a um conjunto de procedimentos políticos em que os detentores do poder são responsáveis perante os eleitores quer directamente, porque foram eleitos, quer indirectamente, porque foram indicados para ser eleitos... ou então se democracia pressupõe participação efectiva, consciente e lúcida de quem vota para escolher quem vai colocar no mando para decidir em seu nome - caso contrário não há democracia nenhuma ...

...então talvez tenhamos de reconhecer que, tanto a democracia de uma maneira geral, como o acto de votar em particular, são de facto actos de cultura. E admitir que no caso angolano temos na realidade muito serviço pela frente. E que temos de levar muito a sério, se quisermos ser minimamente honestos e eficientes, a cultura e a tradição de relação com o poder da maioria das populações angolanas - quer enquanto pessoas, quer enquanto membros de comunidades muito particulares - , e a articulação entre figuras e figurantes no quadro do nosso processo político de democratização. Caso contrário corremos o risco de nos contentarmos com qualquer arremedo ou caricatura de democracia, que pode até confundir-se com algumas das modalidades de governo que ao longo da história foram dando por esse nome, mas não têm de facto muito a ver com aquilo que é efectivamente tido hoje como democracia. E talvez nenhum angolano vá querer, ou vá gostar que lhe digam, que a sua democracia é mais ou menos uma figura arcaica e defeituosa de democracia.

Ninguém de facto duvidará, penso, que o próprio mecanismo formal de votar, e mais ainda a noção fundamental de que o conteúdo do voto é que confere valor ao acto de votar, são aspectos que da parte de uma população com as características da nossa carecem de uma aprendizagem que nem sempre se revela presente ou de fácil apreensão. Para a grande maioria da nossa população essa não será de facto uma operação fácil perante as tradições e as memórias de poder que estão inscritas na cultura de quem é chamado, e instado, e conduzido, a votar. Mesmo numa situação virtual em que não houvesse nenhum tipo de pressão, nem de tradições de identificação com frentes há muito implicadas na

preservação ou na luta pelo poder, nem de inevitabilidades históricas, locais e regionais de opção política no presente, nem da incidência directa de certas figuras, ainda assim as particularidades da nossa tradição e da nossa cultura de relação com o poder terão de ser tidas em conta se queremos avançar para alguma forma de democracia. E falo tanto das tradições que advêm de culturas remotas como daquelas que se referem a uma memória recente. Certos discursos falam de liberdade democrática como se se tratasse de devolver ao povo uma liberdade perdida. Creio que não perderíamos nada em admitir, para nosso próprio bem, que essa liberdade democrática invocada hoje como uma meta a alcançar, nunca existiu antes no seio das sociedades a partir das quais se constituiu a sociedade angolana, nem aliás poderia jamais ter existido dentro dos termos, precisamente, das culturas endógenas que se invocam. E quanto à memória recente, àquela que decorre das experiências vividas pelas gerações em presença, o que temos vivido é antes uma cultura de guerra, de violência e de sobrevivência. E não há nenhuma razão, creio, para que entre nós essa configuração não tenha produzido os mesmos efeitos que se revelam noutros lugares do mundo sujeitos e essas mesmas condições. Estaremos assim situados, em pleno, num quadro em que são muito evidentes vários abismos, nomeadamente aquele que existe entre as formulações teóricas e as efectivas práticas políticas, por um lado, e, por outro, entre os objectivos politicamente proclamados e as rentabilizações grupais e pessoais a que as retóricas usadas pretendem dar cobertura.

Pelo que, ou é para ficar tudo na mesma e se trata apenas de dar um jeito para perpetuar a ficção política nacional e renovar legitimidades, ou então, para não ser assim, se é mesmo para mudar alguma coisa e queremos mesmo sair da situação em que estamos, o que talvez tenhamos de fazer, depressa e bem, é ver se conseguimos arranjar coragem de encarar de frente a situação em que estamos e de nos assumirmos dentro dela tal como a nossa realidade se revela a todos. Isto é: identificar sem ambiguidades nem eufemismos os nossos problemas e os nossos défices efectivos de maneira a podermos estabelecer linhas de acção e programas; considerar como absolutamente prioritário a resolução daquilo que importaria resolver fosse qual fosse o modelo político em presença. Ainda há em Angola gente a sobreviver, ou não, em muito más condições e abundam os terrenos em que a mais desmunida argúcia política reconhecerá alguns dos nossos maiores défices: Estado, administração, fome, pobreza, saúde, cultura, educação.

Tratar-se-ia pois de nos virarmos para o que efectivamente nos aflige e entrava, incluindo o que nos caracteriza como pessoas inscritas numa realidade social viciada, tal como a nossa pode sem hesitações ser caracterizada, em vez de nos investirmos sobretudo na sua escamoteação, como é muito comum. De uma acção verdadeiramente política investida nesse sentido, talvez pudessem resultar então os contornos de programas políticos reflectidos, propostos, projectados e eventualmente adoptados em função dos nossos próprios problemas. E seria precisamente isso, quanto a mim, que competiria aos partidos no quadro do multipartidarismo. Porque ou eu estou completamente errado ou sem qualquer programa desta ordem, ou mesmo sem programa nenhum - só com passados e muitas vezes mesmo sem isso -, também não descortino qualquer pertinência na discussão de partidos e de multipartidarismo, que é o tópico geral desta conferência.

Gostaria de poder enunciar aqui, de forma mais detalhada, alguns desses défices e problemas que mais imediatamente nos condicionam, bem assim como alguns dos procedimentos imediatos e menos imediatos, mais pragmáticos ou mais programáticos, que me pareceriam

adequados à nossa situação. Mas nem disponho de tempo para isso nem sou político, e grande parte do que aliás poderia ter para dizer a esse respeito já o disse, escrevi e publiquei noutras oportunidades e não há afinal tanto tempo assim. Os tempos que estamos a viver nesta fase do nosso processo serão em muitos aspectos e de alguma forma diferentes daqueles a que ao longo de décadas nos fomos acomodando porque nem as conjunturas externas nem as internas nos apontavam saídas. Mas muitos dos problemas com que hoje nos continuamos a debater talvez não sejam assim tão outros. Tanto as situações que vivemos antes como muitas das que continuamos a viver agora, fazem parte de um processo que estamos ainda a ver se conseguimos ultrapassar.

Deve estar a fazer dez anos, creio, produzi aqui em Luanda uma palestra a que dei o título *Em quem pensam os políticos ?...* Colocava aí então, por um lado, algumas das questões que hão-de obrigatoriamente emergir sempre que se afirma a intenção de instaurar um poder que possa adjectivar-se de democrático, com tudo o que isso implica, nomeadamente o exercício da delegação de poderes e logo assim o problema da representatividade. Pelo outro, interrogava-me acerca do conhecimento que quem se vê mandatado para tal detém acerca de sociedades e de comunidades em nome das quais se propõe decidir. Passaram-se dez anos. Mas talvez nada se tenha alterado quanto à efectiva necessidade política de conhecer alguma coisa sobre certas configurações estruturais e conjunturais que são as que assistem entre nós a grupos e a sociedades que têm sabido resolver sozinhas, e de maneira muito particular, localizada e distante dos contextos em que as instituições de topo se manifestam, as suas questões básicas de sociabilidade e de sobrevivência física e social.

Mesmo sem entender que me possa competir falar aqui no nome seja de quem for, para isso mais valia ser político, talvez o trabalho em que fui ao longo destes anos conseguindo aplicar as minhas qualificações me permita ainda assim dispor de alguma noção fundamentada sobre aquilo que as pessoas, os figurantes que constituem a entidade abstracta e vaga de populações ou de povo, identificam como questões de interesse comum. Quer dizer, daquilo que segundo a perspectiva da maioria dos Angolanos, afinal, lhes interessa ou as lesa e que também não é sempre, posso afirmá-lo sem qualquer hesitação, o que por exemplo as chamadas autoridades tradicionais dizem e veiculam para as esferas de poder onde afinal andam também a ver se reencontram e se asseguram o seu lugar de figuras políticas.

Poderíamos até tentar ver se do lado dos sistemas políticos endógenos, que aliás nalguns casos e nalgumas situações se mantêm entre nós muito actuantes, não haveria aspectos que pudessem ser adaptados e transportados para um programa de criatividade democrática que fosse além do lugar quase sempre caricatural e politicamente muito cínico que se confere e atribui e essas mesmas autoridades tradicionais. Tentar assim, fazer intervir as experiências locais e não apenas os ditames globais, para conjecturar futuros mais favoráveis ao interesse comum de todos e não apenas, ou sobretudo, para justificar certos presentes e interesses privados e de elites. Garantir a abertura para a contribuição de outras culturas, que não somente a ocidental, na programação do nosso presente com vista ao nosso futuro e não só em termos de adequação económica mas também de adequações ao modelo democrático e de direitos do homem, das sociedades e das minorias. Tratar-se-ia de reconhecer também a evidente inadequação de certas modalidades impostas pelo modelo estritamente ocidental a conjunturas como as nossas. As instituições democráticas que somos levados a adoptar também elas tiveram que ser inventadas, a democratização não pode deixar de ser uma combinação ajustada de instituições e de práticas, e a democracia, se o quer ser

de facto, jamais poderá impor-se ou manter-se como estrutura estática, ela terá de ser um objectivo móvel que se nega a si mesmo caso instaure a impossibilidade de inovar-se.

Custa-me deixar de assinalar, nesta oportunidade, mais alguns aspectos que sem duvida estarão destinados a imprimir a sua carga ao futuro que nos espera e que talvez não se tenham imposto ainda completamente à nossa situação. Seria tempo, quanto a mim, de os introduzir como pistas ou terreno de análise.

É o caso, por exemplo, do défice reconhecido entre nós e que diz respeito à educação, matéria que cabe perfeitamente no âmbito e no contexto em que está a desenrolar-se esta conferência. Remete ao problema da formação das elites futuras e de alterações que começam a revelar-se de forma muito explícita no quadro actual da cena política angolana. Está de facto em curso, por força da marcha do tempo, uma rendição, uma substituição, dos elencos políticos nacionais em que o factor dinamizador de acesso às arenas do poder vai deixando de decorrer prioritariamente, ou de ser quase inteiramente tributário, de currículos de participação na luta de libertação nacional – mata, cadeia, clandestinidade, exílio. Esse quadro vai desaparecendo ou tende a desaparecer segundo a ordem natural das coisas - é uma questão de tempo cronológico, de gerações, de idade. Os lugares passam a ser pretendidos e estão em vias de vir a ser ocupados por sujeitos dotados de outra ordem de currículos, em que o que conta é outra ordem de valorizações, títulos académicos, nomeadamente. Por outro lado, sinal também dos tempos, a conjuntura nacional, académica neste caso, tende a privilegiar e aliás muito pragmaticamente segundo a ordem de lógicas que vigora, as zonas de formação que mais imediatamente apetrecham para desempenhos dentro da cena e dos corredores do protagonismo tanto político como social e económico. Daí talvez que a produção nacional de licenciados e de pós-graduados esteja também a privilegiar habilitações e qualificações que contemplam menos o sector produtivo, que é a prioridade das prioridades entre nós, do que as actividades que se situam a jusante da produção de riqueza, e a consomem. Esta é sem dúvida uma questão que há-de vir a pôr-se à política nacional de educação quando chegar o tempo de haver alguma.

Outro aspecto que me parece ser tempo de encarar, refere-se a questões de identificação entre populações e poder. Durante os primeiros anos que se seguiram à independência teve que haver, não podia deixar de haver, uma identificação emotiva entre as populações e o poder, ou os poderes, que passaram a ser o "nosso" poder, o nosso primeiro poder, aquele que tinha substituído o poder do "outro", do colono. Vencido o poder do outro cada um sente-se historicamente vencedor, identificado com o poder de quem venceu. A noção de que este poder pode ser também entendido como um corpo estranho ao interesse comum, e de todos, só ocorre mais tarde. E talvez o próprio curso do tempo não possa deixar de nos encaminhar, também, para percepções ou para problemas dessa ordem.

Outro aspecto ainda apenas a título de exemplo, ou outro problema que em meu entender nos convém encarar segundo uma perspectiva diferente e que tenha em conta a história e a cultura que nos assistem, dirá respeito à reintegração geral da sociedade angolana. A percepção do tão mencionado problema dos desmobilizados, dos deslocados e das sobrecargas urbanas, não estará a ser visto de uma forma adequada, quanto a mim, enquanto não for encarada a evidência de que há populações e regiões com sobrecargas demográficas que há séculos, desde que a história sabe, tiveram que encontrar solução para isso. Primeiro foi o processo do tráfico, e depois foram as caravanas de carregadores, e depois os contratados e depois os exércitos e os grupos armados, até agora. Com o fim das guerras

há muitos contingentes populacionais que a política interna vai ter de ocupar e de integrar. E do lado de fora, ultrapassado ou em vias de ultrapassar-se, parece, o tempo do negócio de armas e de explosivos, talvez tenha chegado o tempo de certos poderes e de certos interesses começarem a pensar em dar aproveitamento a uma mão-de-obra muito abundante e barata na origem. Na terra deles já encheu de emigrantes. Talvez não seja preciso ser profeta para poder a partir daqui conjecturar de que forma a nossa realidade tende a alterar-se num futuro que não é de todo imediato mas que talvez também não tarde assim tanto.

De qualquer maneira o que eu verdadeiramente desejo neste momento, como cidadão angolano, é que as eleições que aí hão-de estar a vir cheguem a ser bem disputadas e que entretanto as partes envolvidas vão planeando alguma forma de concerto que possa ser encarada e posta em acto após a revelação dos resultados eleitorais. Concerto não apenas entre figurões, figuras e partidos mas também entre esses e os figurantes em cena, entre o poder e as populações, minoritárias ou não, que todas afinal o são. Um concerto que contemplasse também a relação entre as pessoas, democraticamente entendidas como tal, e as elites que supostamente as devem representar e por elas decidir, quer dentro das comunidades quer nos terreiros do poder central. Um concerto que tivesse em conta os termos efectivos de um interesse comum. Caso contrário tudo fica difícil de conceber, até a própria ideia de nação. A existência de uma nação, que é ainda entre nós um objectivo e de que tanto necessitamos para sobreviver, e até para nos podermos pensar, pressupõe da parte dos governos a percepção de denominadores e de plataformas de interesse comum que conjuguem, articulem, aproveitem e gratifiquem quantas expressões de sociabilidade, de cultura e de culturas tiverem para governar. Caso contrário, permitam-me que insista para finalizar, continuo a não ver muito bem qual é entre nós o espaço e o lugar dos partidos e do multipartidarismo no concerto das culturas em presença.

Há dez anos também, publiquei um artigo chamado O *direito à exigência...* Pretendi aí dirigir-me às nossas elites de uma maneira geral. Invocava nele a necessidade vital para o nosso presente e para o nosso futuro, em meu entender, de nos respeitarmos e de nos aferirmos não pelas pastas, pelas cadeiras ou pelos cargos que ocupamos, nem nas qualificações que nos atribuímos ou nos títulos académicos que conseguimos e exibimos, mas pela maneira como executamos as funções inerentes aos lugares que ocupamos e que a sociedade, a nação e o interesse colectivo têm o direito de exigir de nós. Preencher um lugar talvez seja uma operação fácil, mas isso por si só não garante o desempenho adequado da função que justifica esse lugar. E depois há o desvio das funções. E depois há, por razões políticas e outras, um desperdício enorme de competências. Temos portanto, para além do problema imediato da fome, dos deslocados, dos desmobilizados, da sobrepopulação urbana, das estradas e dos transportes, da saúde, da educação, da administração, do Estado, um problema de elites, porquê, e a favor de quê e de quem, passar-lhe ao lado, como quase sempre acontece? Julgo que esta é uma questão que se mantém pertinente entre nós. E ela é sem dúvida uma questão de cultura.

IDENTIDADE, LINGUAGEM E MEMÓRIA EM ÁFRICA: ANGOLA ENTRE O PLURALISMO E O UNITARISMO SÓCIO-CULTURAL[1]

João Batista Lukombo Nzatuzola
Universidade Agostinho Neto, Angola

O actual território angolano é resultante de várias convenções internacionais entre potências coloniais. Esta partilha desmembrou diversas entidades sócio-linguisticas hoje espalhadas por diversos Estados soberanos. Contudo, ainda que os critérios deste desmembramento fossem em detrimento dos interesses dos povos assim desmembrados, essa divisão não quebrou os laços seculares tradicionais existentes entre estes grupos. A colonização, pelo bem e pelo mal, tentou introduzir elementos da sua influência e que marcaram até à actualidade o comportamento de alguns membros da sociedade, contudo não se pode dizer que tenha apagado a memória colectiva e os laços de identidade seculares tradicionais. A luta de libertação em Angola foi levada a cabo por três movimentos com bases sócio-culturais diferentes e que em parte reflectem esses laços de solidariedade, ainda que no discurso empregassem motes integracionistas e unitários da nação Angolana. No pós-independência, o regime de partido único saído das cinzas do confronto militar entre movimentos nacionalistas adoptou oficialmente uma política unificadora e redutora da identidade nacional, não tolerando as diferenças sócio-culturais - *De Cabinda ao Cunene um só Povo uma só Nação*. Com a transição para o multipartidarismo a partir de 1991, procurou-se abrir espaço à diferença e à pluralidade, não só política mas também sócio-cultural, contudo e uma vez mais, a prática divergiu do modelo oficial. Este texto aborda a evolução destas realidades.

A colonização portuguesa e a memória do *"Kongo dia Ntotila"*

No caso especifico de Angola, com a colonização implantou-se uma política de assimilação que estratificou a sociedade em diferentes categorias sociais, marginalizando a grande maioria constituída por negros indígenas. A própria luta de libertação contra o sistema implantado pelos portugueses visava acabar com

[1] Comunicação apresentada no âmbito dos paineis 'The Complexities of Power and Identity in Contemporary Angola' e 'Multiple Expressions of Power and Identity in Angola' organizados por Nuno Vidal no encontro anual da African Studies Association – *The Power of Expression: language, memory and identity in Africa and the diaspora*, New Orleans, November 11-14, 2004.

esta estratificação. Os três principais movimentos de libertação foram formados com base nesta realidade sócio-cultural. O MPLA, partido no poder, é oriundo dos meios intelectuais urbanos assimilados e de mestiços, com incidência da área Kimbundu, ou seja, do eixo Luanda-Malanje-Kwanza Norte. A FNLA, herdeira da antiga UPA, foi fundada e influenciada ao longo do seu percurso pelo grupo Bakongo do noroeste de Angola, ocupando uma região limítrofe com os dois Congos. A UNITA, formada por Jonas Savimbi, dissidente da UPA, teve a sua praça-forte na área do planalto central com uma forte aderência do grupo Ovimbundo; embora posteriormente com a resistência armada ao MPLA estendesse a sua influência às outras partes do país.

Destes grupos, o único que ocupava uma área que se estendia para além dos limites daquilo que veio a ser definido como o Estado Angolano foi o Bakongo. Como é do conhecimento geral, em consequência da divisão colonial arbitrária, efectuada na histórica conferência de Berlim, a entidade histórica do Reino do Congo e as suas populações encontram-se hoje desmembradas entre quatro países que são os dois Congos (Brazaville e República Democrática do Congo), Gabão, e Angola. Esta entidade e a população Bakongo que lhe está na base poderão ser utilizadas como um exemplo de que a memória colectiva e os laços de solidariedade pré-colonial não se apagaram com a colonização.

Com o levantamento da baixa de Kassange em 1961 e a retaliação colonial, uma grande parte dos angolanos emigraram para os dois Congos (Brazzaville e Kinshasa). Estes angolanos eram originários do antigo reino do Kongo e ao longo da sua permanência naqueles dois territórios, em diversas ocasiões, a memória colectiva do grupo lhes era manifesta com a afirmação de todos serem descendentes de *Kongo dia Ntotela*. Muitos consideravam Mbanza Kongo como sendo uma "*terra prometida*", aliás uma localidade que qualquer "*mukongo*" deveria visitar antes de morrer, prática só comparável à peregrinação dos muçulmanos a Meca, embora evidentemente não seja um ritual totalmente similar.

Sendo refugiados e exilados, um dos conselhos dados aos jovens da nova geração nascida naqueles dois países era o de voltarem um dia a trabalhar na terra dos seus antepassados: *Mbote o konda se ye ngudi kansi kukondi nsi ko (*vale mais ser órfão de pai e mãe do que ser um homem sem terra*) ou Eto na fuididi vava eno luenda tunga e nsi eto. Luenda guana e mavia meto, ma sole meto e nkoko mieto, ye nfinda zeto* (se nós falecermos, vós tendes o dever de voltar a construir a nossa terra, reencontrar as nossas lavras, savanas, rios e florestas). São estes conselhos que ouvíamos dos nossos pais refugiados na diáspora.

Estas palavras constituem verdadeiro pacto de aliança entre o indivíduo, a sociedade e a terra. Um cordão umbilical à terra e verdadeira referência em memória da pertença ao grupo. Entre as comunidades Kongo fugidas à colonização portuguesa, estas palavras são ainda hoje lembradas em diversas ocasiões, facto que prova que a fuga e a distância não quebraram estes laços nem apagaram a memória colectiva[2].

---

[2] Para uma discussão mais abrangente e actual sobre a questão da identidade em Angola ver entre outros: Caley, Cornélio, "Identidade nacional: uma perspectiva histórica", in *Caderno de Estudos Sociais - Democracia e identidades nacionais*, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp. 23-28; Cipriano, Sony Kambol, "Algumas considerações sobre as identidades nacionais e regionais" in *Caderno de Estudos Sociais - Democracia e identidades nacionais*, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp. 45-54; Nzatuzola, João Batista Lukombo, "Cultura, identidade e a problemática das línguas nacionais em Angola: alguns aspectos, in *Caderno de Estudos Sociais - Democracia e identidades nacionais*, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp. 35-43; Tali, Jean-Michel, "Cidadania, nacionalidade e democracia", in *Caderno de Estudos Sociais - Democracia e identidades nacionais*, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp.17-21; Tali, Jean-Michel, "Introdução à temática: democracia e identidades nacionais", in *Caderno de Estudos Sociais - Democracia e identidades nacionais*, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp. 11-16; Tamo, Kiamvu, "As outras dimensões da identidade nacional: A memória e o suor", in *Caderno de Estudos Sociais - Democracia e identidades nacionais*, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp. 29-33.

A luta anti-colonial e a linguagem nacional unitária do sistema do partido único

Durante a luta anti-colonial, as organizações nacionalistas angolanas principalmente o MPLA e a FNLA estavam sedeadas nos dois Congos. O MPLA estava em Brazzaville, após ter sido expulso de Leopoldville; a FNLA estava em Leopoldville, cidade onde permaneceu até ao fim da luta anti-colonial. Nos respectivos países de acolhimento, as duas organizações conviviam com sistemas de partido único, nomeadamente com o MPR de Mobutu Sese Seko em Kinshasa e o PCT de Marien Ngouabi em Brazzaville. Estes partidos tinham uma visão integradora e unitária da nação que se traduzia no mote orientador da política nacional. Para o MPR de Mobutu, o partido era uma família de que qualquer zairense era parte integrante desde o nascimento, sendo que o PCT de Ngouabi não andava muito longe daquela postura, adoptando o slogan *vaincre ou mourrir, un seul parti* (vencer ou morrer, um só partido).

Esta postura foi igualmente assumida tanto pela FNLA como pelo MPLA. O mote da FNLA dizia na altura em Kikongo, *etu kulu muna FNLA wa zola wa lembi zola* (nós somos todos da FNLA, quer queiramos, quer não; com ou sem vontade és da FNLA). Para o MPLA vigorava o famoso slogan *De Cabinda ao Cunene um só povo e uma só nação*, frase amplamente difundida depois deste partido chegar ao poder em Angola. Na prática, esta postura defraudou as expectativas de reconhecimento das diferenças étnicas ou raciais existentes e pensamos residir aqui uma das causas de indefinição do conceito de identidade em Angola.

Transição política e democracia

A transição política em Angola deve ser abordada levando em consideração o seu contexto regional e internacional. Se tivermos em conta os acordos de Bicesse de 1991 como ponto de partida para a transição política em Angola, devemos reconhecer a sincronia desse acontecimento com a queda do muro de Berlim, o fim das ideologias marxistas no leste europeu e o fim do *apartheid* na África do Sul.

Tal contexto parecia jogar essencialmente a favor da UNITA, que apregoadamente combatia o comunismo e no entender do seu líder – Jonas Savimbi – beneficiava de uma vantagem conjuntural em relação ao seu principal rival – o MPLA. Na realidade, as derrotas eleitorais dos presidentes vizinhos tidos como amigos do MPLA, Sasu Nguesso em Brazzaville e Kaunda na Zâmbia, pareciam confirmar as expectativas da UNITA.

O sistema de partido único de raiz Socialista – Marxista parecia definitivamente condenado, aproximando-se um novo tempo de abertura e transformação social que traria uma mudança de mentalidade rumo à cidadania e à participação da sociedade civil. Contudo, o processo que se inicia com Bicesse acabou por ser apenas uma forma de se obter nas urnas a vitória que não se conseguiu por via militar. Tratou-se de um embate pela hegemonia que mais uma vez não contemplava a pluralidade, a aceitação do outro e a diferença. Nenhum dos anteriores beligerantes estava preparado para digerir uma derrota e antecipadamente cantavam vitória: *o MPLA já ganhou; a UNITA já ganhou*. Neste confronto, as outras organizações não militarizadas só foram convidadas a participar num papel secundário.

É neste contexto e com este tipo de postura que uma vez anunciados os resultados eleitorais se renova a guerra civil como manifestação clara de intolerância. A guerra pós eleitoral impediu a conclusão das tarefas preconizadas pelos acordos de Bicesse. Tal situação permitiu ao MPLA exercer *ipso facto* o papel do partido vencedor (musculado) das eleições legislativas e

ao seu presidente assumir-se como Presidente da República, sem para tal ter sido submetido ao sufrágio do voto eleitoral previsto para a segunda volta.

A democracia em Angola está consignada na constituição e formalmente existem vários partidos políticos, associações e organizações não governamentais, assim como colectividades profissionais de diferentes categorias e um tipo de economia que se rege teoricamente pelas leis do mercado e da concorrência. Contudo, a realidade não é exactamente um modelo de democracia, tanto ao nível político-partidário, como da sociedade civil, da economia ou mesmo das identidades sócio-culturais.

Ao nível da vida político-partidária, soma e segue a lógica de partidarizacão das instituições do Estado por parte do MPLA, igual senão pior do que aquilo que foi na era do monopartidarismo. A recente disputa entre o partido no poder e a oposição no que diz respeito à saída desta última (oposição) da comissão constitucional foi uma ilustrativa oportunidade de constatar como o jogo democrático é entendido em Angola. O partido no poder imediatamente apelidou a atitude da oposição de insensata e de uma espécie de golpe de Estado, facto que claramente denota a falta de tolerância e a permanência de uma certa tendência ditatorial.

Por parte da oposição, é paradoxal, por um lado, ouvir todos os partidos falarem de eleições, transparência, tolerância, respeito pela diferença, prestação de contas, alternância, debate, resolução de conflitos, luta contra a corrupção, participação e cidadania, e por outro lado, testemunhar a falta de abertura interna e de espírito crítico em todos eles (excepção feita à UNITA, onde a alternância nos órgãos internos se fez com três candidaturas). Em todos os partidos instalou-se o culto da personalidade aos seus respectivos presidentes, o nepotismo e a oligarquia. Há neles um discurso de democracia esvaziado pela prática de bajulação e *partidocracia* em detrimento da *meritocracia*.

Ao nível da sociedade civil, temos igualmente sérios problemas. Angola como país nasceu torto, das cinzas dos conflitos entre os movimentos nacionalistas de onde emergiu um vencedor pela via militar. Esta situação criou desde o início uma exclusão de outros grupos, chamados de canibais (FNLA) e fantoches (UNITA). A chacina de 27 de Maio de 1977 e o confronto pós-eleitoral de 1992 deixaram marcas trágicas que amedrontaram muitos quadros e intelectuais que preferem abster-se de um papel mais interventivo a nível político--social. Desta forma, a cidadania não é percebida como uma faculdade ou um direito e um papel que se devem exercer por quem no país habita e para ele contribui.

Contudo, o facto de a paz em Angola ter resultado de uma correlação militar de forças entre beligerantes e não de um processo de evolução social suficientemente preparada, não deve retirar ao cidadão o direito de questionar a maneira como se gere o erário público e de exigir a prestação de contas. A paz não pode ser um maná envenenado que reproduz opulência ao lado da miséria, assistindo-se a um *luxo no lixo*, num pais com vários rios e terras aráveis. Situações como aquelas a que assistimos de manter a população civil armada (a chamada Organização de Defesa Civil) acabam por perpetuar a desconfiança.

A nível económico, a partidarização das instituições do Estado e do sistema económico levam os agentes económicos à necessidade de bajulação do poder para poderem actuar no mercado com o mínimo de sucesso. Esta bajulação é necessária para a partir daí se usufruir de vantagens substanciais, mas que em princípio e por norma deveriam ser concedidas por direito e merecimento. A título de exemplo, fomentar associações profissionais do partido é reproduzir a partidarização a todos os níveis.

Ao nível sócio-cultural, com o advento do sistema dito "democrático", mantendo-se o

mesmo partido no poder, tardam em surgir mudanças substanciais na política de identidade nacional. Na ausência de um debate aberto, plural e alargado sobre esta matéria, Angola navega num mar de incerteza na definição dos seus padrões de identidade nacional. Uma das provas desta incerteza é a incongruência entre os discursos oficiais que defendem a introdução do ensino de línguas nacionais no sistema de ensino geral e a prática política que tarda em efectivar esses discursos de intenções. Outra prova são os preconceitos mantidos em relação aos compatriotas nascidos fora de Angola e que viveram sob influência de outras línguas que não a Portuguesa.

Em conclusão, assistimos a uma sociedade caracterizada por uma verdadeira inversão de valores democráticos.

Bibliografia Seleccionada

BENDER, Gerald, *Angola sob o domínio português: Mito e realidade* (Luanda: Ed. Nzila, 2004).

CALEY, Cornélio, "Identidade nacional: uma perspectiva histórica", in *Caderno de Estudos Sociais - Democracia e Identidades Nacionais*, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp. 23-28.

CIPRIANO, Sony Kambol, "Algumas considerações sobre as identidades nacionais e regionais" in Caderno de Estudos Sociais - *Democracia e Identidades Nacionais*, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp. 45-54.

Les ONGs en Lusophone: Terrains et débats, LUSOTOPIE 2002.

MESSIANT, Christine, 'La Fondation Eduardo dos Santos (FESA): autour de l'investissement de la société civile par le pouvoir angolais', in *Politique Africaine*, 73, (1999), pp.82–101.

NZATUZOLA, João Batista Lukombo, "Cultura, identidade e a problemática das línguas nacionais em Angola: alguns aspectos, in Caderno de Estudos Sociais - Democracia e Identidades Nacionais, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp. 35-43.

TALI, Jean-Michel, "Cidadania, nacionalidade e democracia", in Caderno de Estudos Sociais - Democracia e Identidades Nacionais, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp.17-21.

TALI, Jean-Michel, "Introdução à temática: democracia e identidades nacionais", in *Caderno de Estudos Sociais - Democracia e Identidades Nacionais*, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp. 11-16.

TAMO, Kiamvu, "As outras dimensões da identidade nacional: A memória e o suor", in *Caderno de Estudos Sociais - Democracia e identidades nacionais*, n. 00, Julho de 2004 (Luanda: Centro de Estudos Sociais), pp. 29-33.

O DISCURSO DA "RAÇA" EM ANGOLA: UM OBSTÁCULO À CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA?[1]

Alberto Oliveira Pinto
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Introdução

Este texto, inserido no âmbito do debate sobre história, cultura e sociedade em Angola, resulta da emergência que cada vez mais se faz sentir de procurar desmistificar construções problemáticas inerentes ao colonialismo português e que, infelizmente, estes trinta anos de independência não foram suficientes para resolver na sociedade angolana.

O problema de que nos ocuparemos - entregando-nos a uma tarefa quiçá utópica, uma vez que se trata de penetrar nas mentalidades e bulir com convicções arreigadas em todos nós ao longo de gerações - é o da *raça*, entendida esta enquanto critério biológico de organização social assente na distinção dos indivíduos em função de um conjunto de caracteres físicos hereditários, e do *racismo*, crença na desigualdade das "raças" humanas, justificando o predomínio político, económico, social e cultural de umas em relação a outras[2]. Estas realidades não são, evidentemente, exclusivas de Angola, e as manifestações preocupantes a que por vezes assistimos encontram paralelo em todos os países que emergiram de situações coloniais. Não nos referimos apenas às antigas colónias, mas também às antigas metrópoles. O facto de Angola ter sido colonizada por Portugal e não por outra potência muito terá contribuído, sem dúvida, para que a questão do racismo tenha sido institucionalmente silenciada antes e depois da independência, uma vez que se banalizou a ideia de que o colonizador português, ao contrário de outros, se misturaria espontaneamente com o colonizado gerando seres miscigenados que, sendo no tempo colonial considerados o produto da "acção civilizadora" portuguesa, tornar-se-iam após as independências cidadãos privilegiados da chamada "lusofonia". Se, para legitimar a sua colonização, Portugal se proclamava "multiracial", o mesmo adjectivo não pôde deixar de ser usado frequentemente no discurso nacionalista angolano antes e depois da independência. A expressão "multiracial",

[1] Comunicação inscrita na conferência, mas que por impossibilidade do autor não pôde ser apresentada no decurso dos trabalhos em Luanda.

[2] Cf. Michel Panoff e Michel Perrin, *Dicionário de Etnologia*, pp. 149-150.

porém, é enganosa, pois pretendendo ocultar o racismo, denuncia já por si que quem a profere acredita na existência de várias "raças".

Não será a "raça" uma invenção do ser humano, criada com o propósito de dar consistência científica ao "racismo", servindo assim o projecto colonial de dominação de uns povos por outros? Reconhecemos que a ideia de "raça" se tornou um conceito universal, tendo consagração constitucional mesmo nas ordens jurídicas democráticas contemporâneas. Em nome da democracia, dos direitos fundamentais e do princípio da igualdade dos cidadãos, Constituições como a portuguesa (artigo 13º) e a angolana (artigo 18º) condenam a descriminação em razão da "raça". Ainda assim, propomo-nos questionar a própria essência do conceito de "raça", pois parece-nos ser o único caminho a seguir para tentar – a muito custo, é certo – contribuir para resolver gravíssimos problemas que neste momento afligem a sociedade angolana.

O enselvajamento do africano como fundamento do tráfico de escravos

Se o etnocentrismo, atitude dos membros de uma comunidade que tende a reduzir todos os fenómenos sociais e culturais àqueles que lhe são próprios[3], é um fenómeno universal em todos os tempos e lugares, os sentimentos de "raça" e de "racismo" surgem apenas com a "expansão" do capitalismo mercantilista europeu iniciada pelos portugueses e pelos espanhóis em meados do século XV. Só seriam baptizados no século XIX mas correspondem a ideias e sentimentos muito anteriores que remontam, numa acepção moderna, às primeiras razias na costa africana, perpetradas pelos navegadores portugueses que, ao abrigo do *direito do padroado* concedido por Roma, pretendiam capturar escravos para o comércio interno europeu com fundamento na conversão dos "infiéis" à fé de Cristo. O infante D. Henrique, grão- mestre da Ordem de Cristo, terá sido o grande precursor e incentivador desta prática, patrocinando as viagens daqueles que desembarcavam no porto de Lagos, no sul de Portugal, as caravelas carregadas de cativos. No relato de um destes desembarques realizado em 1453, o cronista coevo Gomes Eanes de Zurara estabelece uma classificação dos tipos humanos dos prisioneiros africanos estratificada em função dos caracteres somáticos: "*entre eles havia alguns de* ***razoada brancura****, fremosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar* ***pardos****; outros tão* ***negros como etíopes***"[4].

Os primeiros indicados são os *azenegues*, bereberes da África do Norte, e correspondem a uma categoria de "quase brancos"; vêm em seguida os "pardos", que mais tarde seriam conhecidos por *mulatos*; finalmente, no último grau da escala, figuram aqueles que são "negros como etíopes"[5], isto é, os africanos subsarianos. Acima destas três categorias encontram-se os brancos portugueses, que não podem confundir-se com os "quase-brancos" magrebinos[6].

Inicia-se então uma operação de enselvajamento em relação a todos os que não são brancos,

---

[3] *Id., Ibid*, p.67.

[4] Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, (c.1453), Porto, Livraria Civilização Editora, Capítulo XXV, p.122.

[5] Esta designação, *etíopes*, deve-se à convicção errónea, generalizada no tempo do infante D. Henrique e de Zurara e só desfeita depois das viagens de Diogo Cão já na última década do século XV, de que a Etiópia Ocidental era banhada pelo Atlântico, pelo que terá surgido por esta altura a esperança de encontrar príncipes cristãos nas costas ocidentais do continente africano (V. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, Capítulo VII, pp. 43-47).

[6] Cf. Isabel Castro Henriques, "Construção da História, Sedimentação das Culturas Coloniais" in *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África Séculos XV-XX*, pp. 15-30.

um discurso reducionista iniciado por Gomes Eanes de Zurara e que se prolongará até à actualidade, permanentemente revitalizado através de uma pluralidade de expressões, a que o curso da história foi consecutivamente atribuindo (ou retirando) dignidade científica, tais como *bárbaro, cafre (infiel), selvagem, primitivo, não civilizado* ou, hodiernamente, *subdesenvolvido.*

O objectivo do enselvajamento do Outro era justificar o tráfico de escravos, que se intensificou a partir de 1532 para as plantações do Brasil, depois de uma primeira fase para o arquipélago de São Tomé[7]. A submissão das populações africanas à escravatura foi sempre encarada em Portugal como um fenómeno natural, sem que nunca a sociedade portuguesa se tenha visto na necessidade de reflectir sobre a legitimidade deste empreendimento[8].

As teorizações do "hibridismo" das "raças" e as suas repercussões no processo de transformação do escravo em indígena ao longo dos séculos XIX e XX

A dicotomia entre o *poligenismo*, corrente que via a humanidade constituída por diversas *espécies*, por contraposição ao *monogenismo*, que de acordo com a Bíblia sustentava que os homens provinham todos do mesmo ramo, desenvolvida durante as discussões acerca do abolicionismo[9], marcou no século XIX a investigação científica europeia que, inaugurada por Buffon em França e por John Hunter na Grã-Bretanha, procurava classificar as "raças humanas". As "raças humanas" poderiam, pois, corresponder a diferentes *espécies*, pelo que o cruzamento de dois indivíduos de "raças" diversas geraria um ser híbrido. As concepções evolucionistas vão sustentar a operação de transfiguração do *escravo* em *indígena*, processada ao longo da segunda metade do século XIX em consequência das transformações políticas e legislativas da Europa em relação à exploração e à partilha da África que, vindas da Convenção de Viena de 1815, terão consagração definitiva na Conferência de Berlim de 1884/85. A necessidade sentida pelos portugueses, ditada por imperativos internacionais de mercado de procurar no continente africano novas fontes de matérias-primas, levou à substituição das lavras tradicionais africanas por grandes unidades produtivas agrícolas e acelerou o processo de expropriação e ocupação de terras que pertenciam a agricultores locais, os quais vieram a engrossar o número de indigentes nas grandes cidades. Em concomitância, a criação dessas grandes unidades agrícolas exigia mão-de-obra barata, o que explica a substituição abrupta da extinta escravatura pelo trabalho

[7] V., a este respeito, Isabel Castro Henriques, *São Tomé e Príncipe. A Invenção de Uma Sociedade*, Lisboa, Vega, 2000, 151 páginas e "Ser escravo em São Tomé no século XVI", in *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África Séculos XV-XX*, pp. 247-258.

[8] Em Portugal não se procedeu a qualquer debate teológico a este respeito, como aconteceu em Castela com a Controvérsia de Valladolid, em 1550, que opôs os missionários que defendiam a escravatura dos índios a outros que se lhe opunham, sendo a questão de fundo a de saber se os mesmos americanos tinham ou não *alma*. É preciso não esquecer, no entanto, que esta discussão tinha por objecto os *índios* – considerados "pardos", grau intermédio na grelha classificativa dos não brancos - e não os *negros*. De resto o aparente triunfo das concepções do bispo Bartolomé De Las Casas, que daí resultou, se eliminou a escravatura índia, serviu para apressar e incentivar a escravatura negra, que se intensificou logo a seguir em grande parte devido à perseverança dos portugueses (Vejam-se, a este respeito, Alfredo Margarido, "Posfácio" a Mário Moutinho, *O Indígena no Pensamento Colonial Português* p.237, Isabel Castro Henriques, "A (falsa) passagem do escravo a indígena", in *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*, pp.285-297 e João Medina, "África Cativa. A escravidão vista e julgada pelos Europeus, nomeadamente pelos Portugueses (sécs. XV a XIX)", Preâmbulo a João Medina e Isabel Castro Henriques, *A Rota dos Escravos. Angola e a Rede do Comércio Negreiro*, Lisboa, Cegia, 1996, pp. 17-79).

[9] Noutro lugar mostrámos como o abolicionismo começou a impor-se nas duas últimas décadas do século XVIII, através da difusão de uma campanha que coincidiu cronologicamente com a independência dos Estados Unidos da América em 1782, com a Revolução Francesa em 1789 e com os primeiros sinais, na Inglaterra, do que viria a ser a Revolução Industrial, e que não é alheio a estes factos históricos (Cf. Alberto Oliveira Pinto, *Cabinda e as Construções da sua história (1783-1887)*, pp. 128-129).

forçado, conhecido por *contrato*[10]. Teórica e juridicamente já não há escravos, todos são homens livres. No entanto há necessidade de mão-de-obra, no arrolamento da qual vem a pesar a distinção entre *indígenas* e *assimilados*[11]. Se os primeiros, a grande maioria, por não disporem de escolaridade, se encontram "ainda" num estádio "primitivo" e, enquanto tal, são susceptíveis de engrossar o número dos recrutados para o trabalho forçado, os últimos, sabendo falar português, havendo frequentado a escola – a partir de 1954 o exame da quarta classe é mesmo obrigatório para a aquisição do estatuto de *assimilado* – e abdicando dos hábitos culturais africanos tradicionais para aderir aos europeus, são considerados "civilizados" e teoricamente equiparados aos colonos. Na prática, porém, estes vão sempre subalternizá-los na hierarquização da sociedade colonial, o que se reflectirá em vários domínios, nomeadamente na atribuição de postos de trabalho e na distribuição dos espaços habitacionais nas grandes cidades. Os brancos vindos da metrópole, na maioria das vezes com grau de escolaridade inferior aos *assimilados*, serão preferidos, relegando-os para empregos subalternos e para a periferia dos centros urbanos[12]. Acentuam-se as diferenças, cada vez mais marcantes, entre a "cidade branca" e a "cidade negra" dos musseques, separadas por aquilo a que Luandino Vieira chamaria, na década de 1950, a "*fronteira do asfalto*".

O discurso colonial português do século XX, quer o da Primeira República, quer o do Estado Novo, além de impregnado da ideia da superioridade da "raça" branca, emparceira paradoxalmente o perseverante argumento da *assimilação* com um declarado desígnio de combate à *mestiçagem*. O paradoxo é apenas aparente, pois o que se pretende é legitimar a cada vez maior injecção de famílias metropolitanas em território angolano. Nos seus dois mandatos (1912/15 e 1921/24), Norton de Matos persegue todos os antigos degredados portugueses que se unam a mulheres africanas, classificados depreciativamente pelo adjectivo *cafrealizado(s)*, extraditando-os para a metrópole, e Vicente Ferreira, alto-comissário entre 1926 e 1928, preconiza um povoamento segregacionista das Terras Altas da Huíla[13], propósitos políticos em que o espírito do Acto Colonial de 1930, ao abolir a pena de degredo e ao institucionalizar a carta de chamada, visa prosseguir[14].

Só depois de 1951, a ditadura de Salazar, reagindo à conjuntura mundial saída da Segunda

---

[10] Cf. Isabel Castro Henriques, *Percursos da Modernidade em Angola*, pp. 123-133 e "A (falsa) passagem do escravo a indígena", *6 e 7 de Dezembro de 2001*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 81-97. Para uma abordagem destas questões de um posto de vista socio-económico, em particular sobre as expropriações levadas a cabo pelo Banco Ultramarino em Angola nos finais do século XIX e início do século XX e a transição da legislação sobre o trabalho escravo para o "trabalho livre", veja-se Adelino Torres, *O Império Português entre o real e o imaginário*, pp.33-199.

[11] O primeiro *Código de Trabalho Indígena* relativo às colónias portuguesas data de 1875, portanto de três anos antes da data do fim oficial da escravatura, e será substituído em 1878 pelo "regulamento de serviçais e colonos nas províncias da África Portuguesa". O decreto de 1894 e o Código de Trabalho de 1899, destinados, respectivamente, a condenar a trabalhos públicos os africanos que sofram penas de delito comum e a instituir o "trabalho compelido", são fortemante influenciados pelo Relatório de António Ennes, publicado em 1893. As expressões "indígena" e "contratado" substituem a de "escravo" nestes diplomas legais e nos que se lhes seguirão: o decreto de Maio de 1911, o Código de Trabalho nas Colónias de 1914, na vigência da IªRepública; o Código de Trabalho Indígena de 1928; o decreto-lei nº 3966, de 20 de Maio de 1954, que institui o estatuto do indigenato, introduzindo o conceito de assimilado. Estes diplomas só virão a ser revogados em 1961 (Cf. Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, pp. 163-175).

[12] Adelino Torres conseguiu prová-lo no seu estudo "Les Processus d'urbanisation de l'Angola pendant la période coloniale (années 1940-1970)", *Lusotopie*, "Engeux contemporains dans les espaces lusophones", Nºs 1-2, Paris, l'Harmatan, 1994, pp. 98-117.

[13] Cf. J. R. Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, Ldª, 4 vols., 1944 e António Vicente Ferreira, *Estudos Ultramarinos*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 4 Volumes, 1953/1955.

[14] V., por exemplo, Armindo Monteiro, *O pensamento do Ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro* (excertos de discursos), Lisboa, Edições SPN, 1934 e Fernando Rosas, Júlia Leitão de Barros e Pedro Oliveira, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política 1926-1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

O Processo.....154 154 3/31/06 11:38:02 AM

Guerra Mundial (1939-1945) favorecedora das independências africanas e asiáticas[15], começa a ser corrente em Portugal e em Angola a mesma teoria que, noutro contexto, já fora banalizada no Brasil: a de que os portugueses, ao contrário dos outros europeus, se misturariam com outras "raças" com enorme facilidade, adaptando-se espontânea e voluptuosamente à vida nos trópicos (o lusotropicalismo de Gilbert Freyre). Assim, ao mesmo tempo que nas cidades angolanas prolifera desmesuradamente, até 1975, a divisão entre brancos e não brancos marcada pela "*fronteira do asfalto*" – agudizada sobremaneira depois do eclodir da Guerra da Independência em 1961, não obstante a supressão jurídica dos estatutos de *assimilado* e *indígena*, que daí decorreu – o discurso oficial persiste na tónica da protecção aos "menos civilizados" e elege como representantes de uma pretensa cultura portuguesa nos trópicos os indivíduos fisicamente identificados com a tipologia somática inventada pelo colonialismo esclavagista: os *cabritos*, os *mulatos* e os *cafuzos*. O mesmo acontece, aliás, com as categorias sociais (e raciais) que emergiram na sociedade colonial após o abolicionismo e a Conferência de Berlim – os *assimilados*, os *mestiços* e os *cafrealizados*.

O desenselvajamento do homem negro e as respostas angolanas ao racismo colonial

Se a "raça" e o "racismo" são invenções do colonialismo – evidenciadas, quer na sua primeira fase de tráfico esclavagista para o continente americano, quer na segunda, posterior à Conferência de Berlim, de exploração dos recursos através do trabalho forçado do *contratado* –, é natural que as respostas que mereceram por parte dos africanos sejam inerentes a todos os movimentos de resistência (pacíficos ou bélicos) por estes perpetrados em relação à dominação do colonizador. Todas se socorrem, curiosamente, das coordenadas do discurso da *raça* e do "hibridismo" criado pelo ocidente, pois todas elas partem da hierarquização dos tipos somáticos que coloca o indivíduo de pele negra no grau mais ínfimo. Agora, porém, o que está em causa é uma operação mais de transformação do que de negação, ou seja, há que desenselvajar o homem *negro* procurando argumentos que lhe legitimem o desempenho de um papel de relevo no âmbito das relações internacionais – constituindo novas "nações negras" que podem provir ou não de antigas sociedades coloniais – e que ao mesmo tempo lhe permitam recuperar ou reinventar uma cultura de que o colonialismo esclavagista o desproveu.

Na atitude de mimetismo cultural do colonizado em relação ao colonizador – ou, se preferirmos, no uso das "máscaras de Fanon"[16] –, que serve de contraponto à *assimilação*, subjaz uma preocupação de reproduzir valores europeus que integram, não apenas o vestuário, a alimentação, a língua, a instrução escolar, a memória, mas também a cor da pele ou, melhor dizendo, a *raça*. A fim de se desenselvajar, o angolano vai tentar "apurar a raça". Esta expressão eugenista era popularmente empregue em Angola – e, segundo o que pudemos verificar, ainda o é – por famílias mestiças e negras. Um excelente testemunho desta realidade é a autobiografia de Óscar Ribas, *Tudo isto aconteceu*, onde o autor, nascido em Luanda em 1909, filho de pai português e mãe angolana, relata a preocupação da mãe, uma quitandeira "de panos", em casar os filhos com raparigas brancas ou "claras" precisamente

[15] Cf. João Medina, "Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo", *Revista USP*, São Paulo, nº45, Março/Maio de 2000, pp.48-61.

[16] Releia-se Frantz Fanon, *Peau noire, masques blancs*, Paris, Éditions du Seuil, 1952, 188 páginas.

com esse objectivo[17].

O desenselvajamento implica uma operação de resgate do homem *negro* em relação à sua condição de "raça escrava". O pan-africanismo, movimento político-ideológico anti-colonial instituído com a Conferência de Chicaco de 1893 e divulgado na Europa a partir do Congresso de Paris de 1919 mas com antecedentes ideológicos muito anteriores que remontam, pelo menos, a meados do século XIX e ao pensamento do antilhano Edward William Blyden (1832-1912), é uma resposta às correntes ocidentais que proliferam depois da Revolução Americana e da Revolução Francesa. À concepção hegeliana do "não-ser", o pan-africanismo replica com a proposta da reabilitação e exaltação do "ser negro". Mas "ser negro" significa ser descendente daqueles que foram submetidos ao processo de desculturação, que tanto afectou os que, tornados escravos, foram transportados para o continente americano e nele se vêem prejudicados nos seus direitos de cidadãos mesmo após a alforria e a abolição da escravatura, como os outros que, em África, mercê da desintegração das estruturas das suas sociedades tradicionais por acção do colonialismo, se vão delas afastando para afluírem às cidades onde, servindo o dominador branco, cujos valores culturais assimilam, originam novas burguesias urbanas. Há que inventar, portanto, uma *cultura* para os *desculturados*. Se um dos corolários do "não ser" hegeliano é a ausência de cultura, a primeira exigência da condição do "ser negro" vai ser precisamente a criação de uma "cultura negra".

Do mesmo modo que os pensadores europeus oitocentistas (Hegel, Arnold, Prichard, Herder, Tylor) associam *cultura* a *raça* e a *civilização*[18], os pan-africanistas partem em busca de uma *civilização* da *raça negra* que tenha sido determinante na história do mundo, fundamentando-a na anterioridade cronológica do Egipto faraónico em relação às *civilizações brancas* – veja-se a teorização de Blyden, mais tarde desenvolvida por Cheick Anta Diop –, e preconizam, além do regresso dos negros da diáspora ao continente africano, uma unificação política da África Ocidental por uma *nação negra* sobre a qual, à semelhança das *brancas*, também impende uma "missão civilizadora": a de difundir uma *slave culture* adquirida no continente americano, que urgia preservar (vejam-se as posições defendidas por Du Bois e Marcus Garvey)[19]. Esta idealização, se bem que constitua uma refutação da ideia eurocêntrica de que a África é um espaço sem nações, sem fronteiras, sem organização política e, consequentemente, sem Estado, não deixa de reflectir uma apropriação das construções que os referidos autores europeus, com o fito de fazer corresponder a nação ao Estado e edificar o Estado-nação, elaboraram com a argamassa da equiparação da *nação* (do latim *natus*, nascido, etimologicamente sinónimo de *comunidade* ou *povo*) a *raça*, relegando os povos considerados incapazes de se organizar em Estados para um conceito então introduzido, o de *etnia*, que em bom rigor provém de *ethnos*, vocábulo do grego antigo que significava... nem mais nem menos do que *nação* ou *povo*[20]. À antropofagização pelo pan-africanismo da argumentação nacionalista e colonialista ocidental não escaparam sequer o "Bom

---

[17] Cf. Óscar Ribas, *Tudo isto aconteceu*, pp-221-240.

[18] V. Robert J. C. Young, *Colonial Desire. Hybridity in Theory, Culture and Race*, pp. 29-50.

[19] Cf. Mário Pinto de Andrade, *Origens do Nacionalismo Africano*, pp. 57-73 e pp. 161-186.

[20] O termo *etnia* (do grego *ethnos*: "povo", "nação"), foi utilizado pela primeira vez em 1896 por Georges Vacher de Lapouge na sua obra *Les selections raciales, Cour libre des sciences politiques, professé à l'Université de Monpellier en 1888-1889*, onde este autor se recusou a aplicar os conceitos de *povo, nação* ou *Estado* às chamadas "raças primitivas" (Cf. Isabel Castro Henriques, *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, p.78, nota nº83 e p.176, nota nº29 e Alfredo Margarido, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, p. 58).

Selvagem" nem o conceito do "hibridismno" degenerativo, encontrando-se o primeiro bem presente quando autores como Blyden ou Garvey sustentam que os africanos têm qualidades mais conformes com a "natureza humana", tais como a alegria, a simpatia, a predisposição para servir, a simplicidade, a pureza e a espiritualidade, e o segundo quando os mesmos autores entendem que os *mulatos* constituem um entrave ao desenvolvimento da "civilização negra"[21].

Como se operam em Angola as transformações do discurso da *raça*?

Muito anteriores ao século XIX são as representações de arte sacra e as práticas religiosas que atribuem a *raça negra* a vários santos do Cristianismo – e mesmo ao próprio Jesus Cristo –, nomeadamente as que dimanam das congregações religiosas cristãs constituídas por escravos ou antigos escravos (*os forros*), como a Confraria do Rosário dos Pretos, ou dos movimentos sincréticos messiânicos do Kongo, que viriam a ter continuidade em projectos religiosos e políticos muito mais recentes, como o Kibanguismo e o Tokoísmo[22]. O ideal de ressuscitar o antigo reino do Kongo, remontando pelo menos ao Antonionismo do início do século XVIII, seria seguido durante as décadas de 50 e 60 do século XX pela ABAKO ("Alliance des Bakongo"), um dos principais partidos congoleses à data da independência do Congo-Kinshasa, em 1960, e numa primeira fase perfilhado pela UPNA (União das Populações do Norte de Angola), criada em 1957 por Barros Nekaka e transformada por Holden Roberto em UPA (União das Populações de Angola) em 1958 e em FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) em 1963. Tratava-se, sem dúvida, de um projecto nacionalista – ainda que não angolano e sim bakongo, e sendo, por isso, frequentemente designado pelo termo reducionista *étnico* ou mesmo pela expressão evangélica *tribal*[23] –, mas o mais importante a sublinhar parece-nos ser a confusão estabelecida pelos seus defensores, à semelhança, aliás, do que aconteceu na Europa, entre *nacionalidade* (ou *etnia* ou *etnicidade*, para o efeito é indiferente) com *raça*, como o veio a demonstrar o segregacionismo da UPA em relação aos mestiços e aos negros "assimilados", considerado por alguns como uma das eventuais causas do fracasso deste movimento enquanto projecto independentista angolano[24].

Como temos vindo a ver, a sociedade colonial em Angola caracterizou-se sempre por uma fragmentação entre tipos sócio-raciais de indivíduos. Esta realidade não podia deixar de se reflectir nas associações de africanos legalizadas na década de 30 pelo Estado Novo e que vieram a substituir outras que Norton de Matos suprimiu no início da década anterior. Reportamo-nos concretamente à Liga Nacional Africana (LNA), cujo promotor, Gervásio Ferreira Viana, perfilhou inicialmente a pretensão utópica de reunir os africanos do Cabo ao Cairo, e à Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA, sigla igualmente evocativa

---

[21] Cf. Mário Pinto de Andrade, *Op. Cit.*

[22] Noutro lugar procurámos analisar estes movimentos no quadro da resistência à colonização portuguesa em Angola (Cf. Alberto Oliveira Pinto, "A Formação do Anticolonialismo em Angola", *Liberdade. Revista de Cultura e Contracultura. Anais Científicos da Universidade Independente*, Nova Série, Nº 7, Lisboa, Estúdios Cor, 2004, pp.31-60).

[23] *Tribo*, termo banalizado nos continentes americano e africano por acção dos missionários cristãos, corresponde ao vocábulo que, na *Bíblia*, designa as alianças de parentesco entre linhagens patrilineares hebraicas. Ignoramos o termo hebraico que constava das versões originais do Antigo e do Novo Testamento e que os tradutores latinos substituiriam por *tribo*, que mais não era do que o designativo das circunscrições administrativas do direito romano presididas por três entidades políticas (os *tribunos*) e cujo órgão deliberativo e judicial era o *tribunal*.

[24] Cf. Edmundo Rocha, *Contribuição ao estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*, pp.139-152.

da expressão kimbundu *ana a Ngola*, isto é, *filhos de Angola*), sendo a primeira tendencialmente frequentada por indivíduos que se consideravam *negros* ou *fulos*, ainda que "assimilados" – ou, na expressão de Mário Pinto de Andrade, "*lumpen-aristocracia*" de Luanda[25] – e intervindo na segunda, além destes, também mestiços e brancos[26].

É no seio da ANANGOLA que é publicada, nos anos de 1951 e 1953, a revista *Mensagem*, onde começa por manifestar-se o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, cujo lema, "Vamos descobrir Angola", dá início a uma etapa moderna do projecto político independentista angolano. A corrente cultural seguida por este movimento, prolongado em Lisboa e em Coimbra pela acção da Casa dos Estudantes do Império, é marcada ao longo da década de 50 pela *Negritude*, expressão literária e poética do sentimento do "ser negro", enunciada desde os anos 30 pelos poetas francófonos Léopold Sédar Senghor (senegalês), Aimé Césaire (martinicano) e Léon Damas (franco-guianês), de que em língua portuguesa, e versando sobre o caso angolano, se evidenciam poemas escritos nessa época por Agostinho Neto (particularmente "A renúncia impossível – negação", datado de 1949), Viriato da Cruz, António Jacinto e Mário Pinto de Andrade[27]. Esta *Negritude*, contudo, procura concentrar-se nas realidades específicas dos espaços e das sociedades de onde provêm os poetas, procurando uma visão *nacional* – angolana, no caso presente – do homem negro, colonizado e desculturado pelo homem branco, mas que busca "conhecer Angola", o país da sua identidade, e afasta-se progressivamente da visão universalista do "ser negro" vinda do pan-africanismo. Essa ideia de particularização da *Negritude* no sentido de servir um ideal *nacionalista angolano* decorre, aliás, de dois textos do final da década, da autoria de Mário Pinto de Andrade e de Agostinho Neto[28] e virá a repercutir-se na sua poesia dos anos que se seguiram. O *negro* é o homem angolano, o colonizado que aspira à independência e à identidade nacional, e esse homem angolano inclui os *mestiços* e os *brancos*[29]. Já não estamos perante a "negação da negação" ou do "racismo anti-racista" de que falava Jean-Paul Sartre e sim do processo, que ao tempo Alfredo Margarido compreendeu melhor do que ninguém, de conversão da *Negritude em humanismo*[30].

O discurso da "raça" durante a guerra de libertação e após a independência

Tem-se polemizado sobre a questão de saber se as clivagens e descriminações raciais que se verificaram no interior do MPLA durante a guerra de libertação, ou mesmo já depois de conquistada a independência, se devem exclusivamente a uma resposta ao discurso da UPA/FNLA ou se não correspondem antes à continuidade da estrutura social, assente nas

[25] Cf. Michel Laban, *Mário Pinto de Andrade. Uma entrevista*, Passim.

[26] Cf. Edmundo Rocha, *Op. Cit.*, pp.69-77.

[27] Cf. Pires Laranjeira, "A Negritude", Introdução a Pires Laranjeira (org.), *Negritude Africana de Língua Portuguesa. Textos de Apoio* (1947-1963), pp. VII-XXI).

[28] Cf. Mário Pinto de Andrade, *Cultura negro-africana e assimilação in Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Paris, Pierre Jean Oswald, 1958, pp.VII-XVI e Agostinho Neto, *Introdução a um Colóquio sobre poesia angolana*, in *Mensagem*, ano III, nº5-6 (1959), Lisboa, CEI, pp. 45-51) (Palestra proferida em 18 de Novembro de 1959, na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa), apud Pires Laranjeira, Op. Cit., pp. 41-55.

[29] Como já o frisou Pires Laranjeira, a *Negritude* de língua portuguesa apresenta a particularidade de contar brancos entre os seus poetas, de que podemos evidenciar António Jacinto com *Monangambé*.

[30] Cf. Alfredo Margarido, "Negritude e Humanismo", in Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, pp.157-187.

"raças", imposta pelo sistema colonial português e dele herdada. Não nos restam dúvidas de que a resposta ao problema de fundo se encontra no segundo termo da questão.

É certo que se a UPA, já na década de 50, época em que contava com muitos simpatizantes em Luanda, fazia críticas acérrimas à ANANGOLA considerando-a uma associação de brancos hostis aos negros e de mestiços que se envergonhavam da "mãe negra"[31], a FNLA virá a colocar grandes entraves à chegada da direcção do MPLA a Léopoldville em Setembro de 1961, acusando-o de ser um movimento de "filhos de portugueses" e de privilegiados[32]. Mas só um preconceito vindo do colonialismo poderia justificar, ainda que tendo em conta imperativos de política internacional e necessidades de ordem estratégica, a atitude dos dirigentes mestiços, começando pelo próprio secretário-geral Viriato da Cruz, ao proporem o seu próprio afastamento das estruturas da direcção política, deixando-a aos dirigentes negros e passando a ocupar apenas lugares de sombra no seio do partido[33]. Do mesmo modo que só o complexo de colonizado poderia levar a que a questão racial viesse a levantar-se na Conferência Interregional de Militantes do MPLA, em 1974, no que dizia respeito à atribuição da nacionalidade angolana a brancos nascidos em Angola, mesmo àqueles que participaram no movimento independentista. A solução de compromisso a que se chegou de conceder a nacionalidade angolana a "estrangeiros" em certas condições não foi suficiente para apagar o mal-estar que se gerou entre brancos e mestiços, que a partir de então sentiram a sua participação na luta de libertação nacional como uma forma de "pagar" ou "mendigar" uma nacionalidade que era inerente a todos os naturais de Angola[34].

O processo de democratização da sociedade angolana iniciado em 1992 teve, pelo menos, o mérito de trazer ao debate estes problemas artificialmente adormecidos e silenciados. Uma nova geração de angolanos, constituída por aqueles que eram adolescentes, crianças ou nascituros em 1975, manifesta a sua indignação perante o facto de os *brancos* e os *mestiços* continuarem a predominar nos lugares de destaque no plano dos poderes político, económico e cultural. As polémicas (ou *makas*) a este respeito foram-se inflamando a um ritmo alucinante nos últimos anos, atingindo este primeiro lustre do século XXI. A discussão é sempre louvável, mesmo quando leva a situações desconcertantes, cujo exemplo mais gritante data de finais da década de 90 e consiste na obrigação que desde então impende sobre os cidadãos angolanos de declararem a sua "raça" – a *negra*, a *branca*... e a *mista* (!) – no bilhete de identidade. Torna-se desnecessário, cremos, invocar a inconstitucionalidade material desta cominação, à luz do princípio da igualdade dos cidadãos, uma vez que o problema com que nos deparamos é, como vimos, de carácter muito mais profundo.

As réplicas daqueles que se sentem atingidos – os que se vêem a si próprios enquanto *brancos* e *mestiços* – nem sempre têm primado pelo brilhantismo e mostram-se frequentemente pusilânimes e pouco construtivas. Não falta mesmo quem afirme que no tempo colonial havia "menos racismo" em Angola do que actualmente. Julgamos ter deixado bem claro que o racismo, manifestação activa do etnocentrimo, sentimento latente em todos os povos e épocas, é um modo de legitimação da dominação de uns sobre outros criado e desenvolvido pelo colonialismo europeu, embora tenha deixado marcas nos antigos países

[31] Cf. Edmundo Rocha, *Op. Cit.*, pp 75-76.

[32] Cf. Jean-Michel Mabeko Tali, *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977)* – Ensaio de História Política – (1ºVol. 1962-1974), pp. 76-78.

[33] Cf. Jean-Michel Mabeko Tali, *Op. Cit.*, pp. 78-81.

[34] Cf. Jean-Michel Mabeko Tali, *Op. Cit.*, pp. 225-230.

colonizadores e colonizados. Enquanto tal é, evidentemente, insusceptível de mesurar ou de contabilizar.

É certo que tem havido uma ou outra intervenção mais lúcida, como é o caso da que procura diferenciar claramente os conceitos de *raça* (ou *identidade* racial) e *etnia* (ou *identidade* étnica)[35] ou daquela que, apelando para a unidade nacional, recusa com veemência a ideia de que *mulatos* ou *brancos* tenham que se assumir na sociedade angolana como minorias[36]. Ainda assim, estas mesmas posições não deixam em certos momentos de incorrer em tergiversações, que surgem, por exemplo, quando se trata de responder à pergunta fatídica de saber a quem é que se atribuiria determinado lugar público caso a ele concorressem um branco, um mulato e um negro com as mesmas habilitações. O interpelado *mulato* ou *branco*, normalmente apanhado desprevenido, acaba quase sempre por declarar que a preferência vai necessariamente para o negro em atenção ao facto de Angola ser um país de "maioria negra"[37]. Independentemente de procurarmos saber em que consiste essa ideia de "maioria negra", não podemos deixar de nos interrogar sobre o que estará por detrás da fatalidade desta opção. Resquícios do complexo de colonizador? Por outras palavras, até quando estarão os *mulatos* e os *brancos* angolanos condenados à necessidade de se redimirem dos pecados dos seus antepassados europeus? No tempo colonial, perante uma pergunta idêntica à que apontámos acima, a escolha recairia inevitavelmente sobre o candidato branco e o único fundamento eventualmente usado seria o da pretensamente indefectível "superioridade civilizacional do homem branco". Num caso e noutro, os critérios de decisão são os da cor da pele ou da "raça".

Mas as posições que nos parecem mais preocupantes a este respeito são aquelas que, assumidas no intuito, aparentemente legítimo, de procurar expurgar da mentalidade dos cidadãos angolanos o complexo de colonizado, se socorrem de argumentações reducionistas desastrosas que em pouco ou nada se afastam das outrora usadas no discurso colonial português. Requerem, por isso, uma análise minimamente cuidadosa.

Destaque-se, desde já, o argumento linguístico, usado por um determinado sector da intelectualidade angolana para excluir um outro que se reclama de ser "mais escuro". O facto invocado é o de esta nova geração de angolanos, por motivos atribuídos às deficiências do ensino devidas à instabilidade do país durante três décadas, falar e escrever "mal" o português. Partindo da premissa de que as línguas são vivas e pertencem a quem as fala, importa salientar a este respeito que se tornam cada vez mais urgentes os estudos e as teorizações acerca do português falado e escrito em Angola e das suas especificidades advenientes, por exemplo, das interferências das línguas bantu, que ocorrem mesmo entre as gerações que já as esqueceram. Quando conseguirmos perceber e interiorizar definitivamente que o português de Angola corresponde, à semelhança de tantos outros, a uma variante legítima da língua portuguesa e não a uma corrupção dos padrões impostos por Lisboa, a inversão dos critérios utilizados para definir o que é falar (ou escrever) "bem" ou "mal" o português

---

[35] Vejam-se, por exemplo, as declarações a este respeito do sociólogo Paulo de Carvalho ao *Semanário Angolense*, Luanda, nº 88, Ano 2, 20 a 27 de Novembro de 2004, p.8.

[36] Veja-se a entrevista concedida pelo escritor Jacques Arlindo dos Santos ao mesmo *Semanário Angolense*, Luanda, nº 88, Ano 2, 20 a 27 de Novembro de 2004, pp. 2-4.

[37] Na entrevista acima referida, a mesma onde recusa que os mestiços se assumam como categoria social diferenciada dos demais angolanos e onde declara que os critérios de avaliação dos cidadãos, qualquer que seja a circunstância em que estejam em causa, devem ser os da competência, Jacques Arlindo dos Santos não conseguiu evitar cair nesta armadilha.

tornará, indubitavelmente, sem sentido esta discussão.

Um outro argumento, em nosso entender ainda mais perverso, é o daqueles que procuram furtar-se a encarar a questão da diversidade das "raças"com fundamento em que ela é efémera, uma vez que os *mulatos* e os *brancos* de Angola estariam condenados a desaparecer diluídos na massa maioritária dos *negros*[38]. Nada mais perigoso e inquietante do que aderir a esta posição, impregnada como está de reminiscências da mais hipócrita e subversiva das teorias racistas do colonialismo português, o eugenismo lusotropicalista: "apurar a raça" seria agora sinónimo, não de "embranquecimento" como antigamente, e sim de "enegrecimento".

Conclusão

Os *mestiços* (*mulatos*, *cabritos*, *cafusos* ou o que quisermos chamar-lhes), que mais não são do que indivíduos cujos progenitores apresentam cores de pele diferenciadas entre si, tendem hoje em dia a multiplicar-se, atendendo à intensificação das migrações intercontinentais no mundo cada vez mais globalizante em que vivemos. A questão de fundo, no entanto, parece-nos ser outra. É que a grande diferença, em Angola, entre a *mestiçagem* anterior à independência e a que lhe é posterior prende-se com o facto colonial. Antes da independência, a esmagadora maioria dos progenitores brancos era do sexo masculino e de nacionalidade portuguesa, detentores de todos os privilégios que a sociedade colonial por inerência lhes conferia em relação aos negros. Ser *mulato* – e mesmo, em muitos casos, ser *branco* nascido em Angola – significava oscilar entre o colonizador e o colonizado, num grau social hierarquicamente intermédio entre um e outro, produto de uma relação de dominação que não era apenas política, económica, social e cultural, mas também – é preciso sublinhá-lo – sexual. Ao mesmo tempo, a categorização de um indivíduo enquanto *branco*, *mestiço* ou *negro* era própria, insista-se, de um discurso colonial, pelo que persistir nela não pode deixar de denunciar um problema de história de mentalidades que urge resolver.

O pano de fundo actual parece-nos ser bem diferente, pelo menos no que diz respeito às origens dos angolanos cujo aspecto somático os identifica com o que se convencionou chamar brancos ou mestiços. De par com os cidadãos angolanos vulgarmente designados por negros ou pretos, oriundos dos antigos Estados bantus pré-coloniais que integravam o actual território de Angola, os quais constituem, sem dúvida, a maioria da população, coexistem outros cidadãos angolanos de outras origens. Depois de 1975, nasceram e cresceram em Angola, não apenas descendentes de portugueses, mas também de americanos (veja-se o caso dos cubanos), asiáticos (destaquem-se os indianos e os coreanos) e eslavos (nomeadamente ucranianos e servo-croatas que protagonizam um surto migratório ainda em curso). Vale a pena notar a este respeito que, presentemente, os progenitores não africanos de cidadãos angolanos são de ambos os sexos, sendo considerável o número de mulheres ditas *brancas* a terem filhos de indivíduos ditos *negros*. As misturas entre pessoas de *cores* diferentes – por cores entenda-se aqui, não apenas a da pele, mas também e sobretudo a das heranças culturais ancestrais – são inevitáveis e fazem parte da construção de uma identidade nacional, seja ela qual for.

Entendemos, pois, que só uma discussão persistente em torno da ideia de "raça" (e de

[38] Esta posição é igualmente assumida em Moçambique por uma certa intelectualidade branca. Recorde-se que há poucos anos, a propósito da mesma polémica, o escritor moçambicano Mia Couto, a fim de tranquilizar a população negra, chegou a afirmar publicamente – no que, aliás, foi muito aplaudido em Portugal – que os filhos dos moçambicanos brancos não se casariam uns com os outros.

muitos dos seus derivados, tais como *racismo* ou *multirracialidade*) de modo a desmistificá-la permitirá aos angolanos ultrapassar os preconceitos que dela advêm de modo a tornar possível a supressão das descriminações e desavenças generalizadas e a permitir a construção da Angola livre e democrática que todos nós desejamos.

Bibliografia

ANDRADE, Mário Pinto de – *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997, 228 páginas.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (5ª Edição Revista), Coimbra, *Coimbra Editora* (Edição organizada por J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, 1998, 277 páginas

FANNON, Frantz – *Peau noire, masques blancs*, Paris, Éditions du Seuil, 1952, 188 páginas.

FREYRE, Gilberto – *O Mundo que o Português Criou. Uma cultura ameaçada: a Luso-Brasileira* (Prefácio de António Sérgio), Lisboa, Livros do Brasil, s.d. (1940), 221 páginas.

FREYRE, Gilberto – *Interpretação do Brasil* (Prefácio de José Osório de Oliveira), Lisboa, Livros do Brasil, s.d. (1946), 210 páginas.

FREYRE, Gilberto – *Casa Grande e Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d. (1957), 525 páginas.

FREYRE, Gilberto – *O Luso e o Trópico*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, 312 páginas.

GALISSOT, René - "Le Racisme n'est pas chez l'autre", *L'Homme et la Societé, Revue Internationale de recherches et de synthèses sociologiques*, s.l., Nºs 77-78, Julho-Dezembro de 1985, pp. 7-20.

HENRIQUES, Isabel Castro - "A Rota dos Escravos. Angola e a rede do comércio negreiro (Sécs. XV a XIX)", in João Medina e Isabel Castro Henriques, *A Rota dos Escravos. Angola e a Rede do Comércio Negreiro*, Lisboa, Cegia, 1996, pp. 81-203.

HENRIQUES, Isabel Castro – *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, 836 páginas.

HENRIQUES, Isabel Castro – *São Tomé e Príncipe. A Invenção de Uma Sociedade*, Lisboa, Vega, 2000, 151 páginas.

HENRIQUES, Isabel Castro - *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África Séculos XV-XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, 572 páginas.

KANDJIMBO, Luís – *Apologia de Kalitangi. Ensaio e Crítica*, Luanda, INALD, 1887, 245 páginas.

LABAN, Michel – *Mário Pinto de Andrade. Uma entrevista*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997, 207 páginas.

LARANJEIRA, Pires – *Negritude Africana de Língua Portuguesa. Textos de Apoio (1947-1963)*, Braga, Angelus Novus Editora, 2000, 129 páginas.

LEI CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA, Lei Eleitoral e Legislação Complementar, M.A.I./STAPE/Edições 70, Volume I do I Encontro dos Ministros Responsáveis pela Administração Eleitoral dos Países Africanos de Expressão Portuguesa e de Portugal – Julho de 1994, 209 páginas.

MARGARIDO, Alfredo – *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, 559 páginas.

MARGARIDO, Alfredo - "O Testamento Histórico-Político de Mário António Fernandes de Oliveira", *Finisterra* (Revista de Reflexão e Crítica), Lisboa, nº9, 1992, p. 163.

MARGARIDO, Alfredo - *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000, 88 páginas.

MARGARIDO, Alfredo – "Posfácio" a Mário Moutinho, *O Indígena no Pensamento Colonial Português*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000, pp.237-254.

MEDINA, João e Castro Henriques, Isabel – *A Rota dos Escravos. Angola e a Rede do Comércio Negreiro*, Lisboa, Cegia, 1996, 255 páginas.

MEDINA, João – "África Cativa. A escravidão vista e julgada pelos Europeus, nomeadamente pelos Portugueses

(sécs. XV a XIX)", Preâmbulo a João Medina e Isabel Castro Henriques, *A Rota dos Escravos. Angola e a Rede do Comércio Negreiro*, Lisboa, Cegia, 1996, pp. 17-79.

MEDINA, João - "Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo", Revista USP, São Paulo, nº45, Março/Maio de 2000, pp.48-61.

MEILLASOUX, Claude – *Anthropologie de l'Esclavage*, Paris, PUF (1re Édition "Quadrigue"), 1998, 375 páginas.

MEMMI, Albert – *Le racisme. Description, définition, traitement*, Paris, Gallimart, 1982.

MEMMI, Albert – *Portrait du Colonisé, Précédé du Portrait du Colonisateur*, Paris, Gallimard (Pref. de Jean-Paul Sartre), 1985 (1ª edição de 1957), 164 páginas.

MONTEIRO, Armindo - *O pensamento do Ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro* (excertos de discursos), Lisboa, Edições SPN, 1934, 31 páginas.

MOUTINHO, Mário – *O Indígena no Pensamento Colonial Português* (Prefácio de Luís Cabral e Posfácio de Alfredo Margarido), Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000, 259 páginas.

NORTON de Matos, J.R. – *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, Ldª, 4 vols., 1944, 280, 312, 368 e 308 páginas.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de - *Luanda, "Ilha" Crioula*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968, 163 páginas.

PANNOF, Michel e Perrin, Michel - *Dicionário de Etnologia*, Lisboa, Edições 70, s.d. (Edição francesa de 1973), 195 páginas.

PARREIA, Adriano – *"A Máquina de Dúvidas". O Conceito de Negro na Literatura de Viagens sobre Angola. Séculos XV-XVII*, Luanda, INALD, 1998, 122 páginas.

PARREIRA, Adriano – *Dicionário Glossográfico e Toponímico da Documentação sobre Angola. Séculos XV-XVI*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990, 248 páginas.

PINTO, Alberto Oliveira – *Cabinda e as construções da sua história (1783-1887)* (Tese de Mestrado), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, 202 páginas.

PINTO, Alberto Oliveira – "A Formação do Anticolonialismo em Angola", *Liberdade. Revista de Cultura e Contracultura. Anais Científicos da Universidade Independente*, Nova Série, Nº 7, Lisboa, Estúdios Cor, 2004, pp.31-60.

RIBAS, Óscar – *Tudo Isto Aconteceu. Romance Autobiográfico*, Luanda, 1975, 641 páginas.

RIBAS, Óscar - *Dicionário de Regionalismos Angolanos*, Matosinhos, Contemporânea Editora, 1998, 314 páginas.

ROCHA, Edmundo – *Contribuição ao estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*, Luanda, Kilombelombe, 2003, 366 páginas.

ROSAS, Fernando; Leitão de Baros; Oliveira, Júlia e Pedro, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política 1926-1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, 482 páginas.

SEMANÁRIO ANGOLENSE, Luanda, nº 88, Ano 2, 20 a 27 de Novembro de 2004.

SPURR, David – *The Rhetoric of Empire. Colonial Discurse in Journalism, Travel Writing and Imperial Administration*, Durban & London, Duke University Press, 1993, 208 páginas.

TALI, Jean-Michel Mabeko – *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977)*, Volumes I e II, Luanda, Editorial Nzila, 2001, 473 e 334 páginas.

TORRES, Adelino – *O Império Português entre o real e o imaginário* (Prefácio de Alfredo Margarido), Lisboa, Escher, 1991, 355 páginas.

TORRES, Adelino – "Les Processus d'urbanisation de l'Angola pendant la période coloniale (années 1940-1970)", *Lusotopie*, "Engeux contemporains dans les espaces lusophones", Nºs 1-2, Paris, l'Harmatan, 1994, pp. 98-117.

VICENTE FERREIRA, António – *Estudos Ultramarinos*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 4 Volumes, 1953/1955, 334, 305, 301 e 315 páginas.

YOUNG, Robert J. C. – *Colonial Desire. Hybridity in Theory, Culture and Race*, London and New York, Routledge, 1995, 236 páginas.

ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica de Guiné*, (c.1453), Porto, Livraria Civilização Editora, 438 páginas.

Capítulo III

O PROCESSO DE TRANSIÇÃO POLÍTICA EM ANGOLA

Apresentação/Comentário

Vicente Pinto de Andrade

Textos

Christine Messiant
Michel Cahen
Filomeno Vieira Lopes
Jean-Michel Makebo-Tali

APRESENTAÇÃO/COMENTÁRIO

Vicente Pinto de Andrade
Universidade Católica de Angola

O presente capítulo sobre *O Processo de Transição Política em Angola* integra contribuições extremamente interessantes para a discussão do tema. Christine Messiant, conhecedora profunda da realidade política angolana, concentra-se no tema "Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia", analisa as diversas incongruências entre um sistema formalmente multipartidário mas não democrático. Michel Cahen, investigador do *Centre d'Études de l'Afrique Noir/CEAN Bordeaux*, numa comunicação sobre "A problemática do pluralismo em Moçambique, numa perspectiva histórica comparada" procura identificar as semelhanças e diferenças entre Angola e Moçambique, não só no que toca à natureza das forças políticas governantes - MPLA e FRELIMO -, mas também no que respeita ao seu quadro sociológico. Filomeno Vieira Lopes, economista e um dos principais dirigentes da FpD, aborda a questão da "Gestão do desenvolvimento e poder em Angola", tratando da interligação entre as relações de poder e o desenvolvimento. Jean-Michel Makebo-Tali, professor da Howard University apresenta um estudo comparado das "Transições políticas congolesa e angolana", discutindo noções de "cidadania", "nacionalidade" e a relação "cidadão-estado".

Em Angola, a passagem do regime de partido único para o sistema multipartidário foi estabelecida na IX Sessão da Assembleia do Povo (parlamento monopartidário angolano), que introduziu profundas alterações à Lei Constitucional de 1975, destinadas "à criação das premissas constitucionais necessárias à implantação da democracia pluripartidária, à ampliação do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, assim como à consagração constitucional dos princípios bailares da economia de mercado"[1].

O actual sistema político-partidário angolano é tributário do sistema político estruturado no regime de partido único, assente em bases marxistas-leninistas, quer no plano dos objectivos, quer no plano da organização e funcionamento do poder político, o qual apelava explicitamente, na própria Lei Fundamental, para o monopólio do MPLA e a sua liderança institucional,

[1] Ver Lei 12/91, *Diário da República*, I série, n.19, de 6 de Maio de 1991.

bem como para a organização do Estado na base do princípio da "unidade do poder" e do "centralismo democrático", à maneira da organização interna do próprio Partido.

O MPLA definia as orientações do Estado e dirigia directamente todas as suas instituições. O presidente do MPLA era, por inerência, o Presidente da República, acumulando com a chefia do Governo e com o cargo de presidente da própria Assembleia do Povo. A própria revisão constitucional constituía uma reserva do partido único. Em todas as esferas sociais (desde a economia à informação), assistíamos a uma invasão do Estado, o qual se apropriava de todas as instituições públicas, de acordo com as regras da centralização e da concentração típicas do modelo totalitário. O Estado-Partido tendeu para se transformar, também, em Sociedade-Partido.

Impulsionados pela pressão conjugada dos ventos soprados do Leste Europeu (que permitiu o desanuviamento entre o Leste e o Oeste) e da dinâmica interna das respectivas sociedades, os regimes africanos de partido único, instalados pouco depois das independências, têm-se aberto, uns após outros. É assim que o MPLA empreendeu aceleradas reformas estruturais, não se confinando ao seu aparelho político-partidário e introduzindo alterações significativas no quadro jurídico-constitucional.

Com os Acordos de Bicesse (Estoril), assinados em 31 de Maio de 1991, a UNITA adquiriu o direito de ser um partido político legal, livre de realizar e participar em actividades políticas, no respeito da constituição revista e das leis relevantes para a criação de uma democracia multipartidária. Hoje, o multipartidarismo é já uma realidade em Angola. Prova disso é o amplo movimento de formação de partidos políticos. Para além dos três movimentos que lutaram pela independência e subscreveram os Acordos de Alvor - MPLA, UNITA e FNLA -, mais de uma centena de formações políticas reclamam espaço de intervenção em Angola, embora com resultados extremamente desiguais.

A consagração da passagem ao multipartidarismo, com a consequente criação de um Estado de Direito democrático, plasmado na Lei Constitucional de 1992, constituiu sem dúvida a grande viragem cujos reflexos positivos, apesar das constantes entorses ao processo democrático, se têm feito sentir no quotidiano angolano. Foi, numa palavra, o fim do sistema de partido único.

Ao longo de alguns anos foi inegável a ligação das bases do MPLA aos seus órgãos de liderança. A forte estrutura orgânica desse partido, implantada ainda durante a luta de libertação nacional e reforçada no regime de partido único, permitiu-lhe resistir aos momentos mais difíceis da sua vida, na medida em que na maior parte das vezes os abalos que sofreu repercutiram-se quase que unicamente a nível da sua elite. Nunca atingiu profundamente as bases sociais de apoio, de modo a reduzir o seu peso político na sociedade angolana. Hoje, com a implantação da democracia e do sistema multipartidário, a situação está a alterar-se passo a passo. Apesar do mercado político ainda se manifestar com uma grande rigidez, parece que a sobrevivência dos partidos políticos históricos irá depender da sua flexibilidade e capacidade de adaptação aos novos desafios do século XXI e, em particular, à reconfiguração da economia e da sociedade dos nossos dias.

A Lei Constitucional revista, a Lei dos Partidos Políticos e a Lei Eleitoral, aprovadas em Angola em 1992, ainda no regime de partido único, estabeleceram o necessário quadro institucional para o aparecimento, organização, funcionamento e livre actividade das diferentes forças políticas, o qual desembocou na realização de eleições multipartidárias em Setembro/Outubro desse mesmo ano, assinalando o começo de uma transição democrática, que foi de imediato ensombrada pelo reinício de mais uma guerra, a qual só veio a terminar,

oficialmente, em dezassete das dezoito províncias do nosso País, no dia 4 de Abril de 2002.

Nas eleições legislativas de 1992, dezoito partidos políticos mereceram os votos do eleitorado angolano, mas dois deles, o MPLA e a UNITA, totalizaram 87.84 por cento dos votos válidos. O ambiente em que essas eleições se realizaram ainda foi de grande tensão política e militar. O PRD, o PAJOCA, a FNLA, o PDP-ANA, o PNDA, o FDA, a AD-COLIGAÇÃO, o PRS, o PSD e o PLD conseguiram eleger deputados para o Parlamento. No total, vinte e um deputados, correspondendo a 9,5 por cento dos assentos parlamentares. Para as eleições presidenciais, concorreram onze candidatos, José Eduardo Santos conquistou 49.57 por cento dos votos e Jonas Malheiro Savimbi obteve 40.07 por cento. António Alberto Neto conseguiu 2.16 por cento, seguido por Holden Roberto com 2.11 por cento. Esses resultados obrigavam a realização de uma segunda volta, uma vez que nenhum dos candidatos conseguiu mais de 50 por cento dos votos. O regresso da guerra civil inviabilizou a realização da segunda volta. Todo esse processo culminou com o falecimento, em combate, do segundo candidato mais votado, Jonas Malheiro Savimbi e a declaração do primeiro classificado, José Eduardo dos Santos, de que não seria candidato às próximas eleições presidenciais.

As mudanças demográficas no nosso País, quer em número, quer em distribuição espacial, são mais do que evidentes e terão nos próximos anos acentuadas implicações de natureza política, social, económica e cultural. De acordo com estimativas oficiais, calcula-se que a população angolana tenha passado de cerca de 9.7 milhões em 1992 para 13.2 milhões em 2002, e venha a aproximar-se dos 19.3 milhões de habitantes em 2015. Em 2006 calculo que estaremos muito próximos dos 15 milhões. Até ao ano de 2015, deverá registar-se uma taxa média anual de crescimento demográfico de 2.9 por cento.

Os cidadãos angolanos com capacidade eleitoral activa registados em 1992 atingiram os 4.8 milhões e o total de votantes chegou aos 4.4 milhões. A percentagem de abstenção para as eleições presidenciais foi de 8.85 por cento e para as eleições legislativas atingiu os 8.65 por cento.

Estima-se que em 2006 a população votante seja de pouco mais de 7 milhões e que os níveis de abstenção se tornem mais significativos. A explicação de um eventual aumento dos níveis de abstenção em 2006 poderá residir quer em causas sociológicas (abstenção devida a um isolamento geográfico e social), quer em determinantes relacionadas com simples atitude ou postura (abstenção por falta de interesse pela política). Isto é, poderemos registar uma "abstenção passiva ou sociológica", consubstanciada na falta de comparência dos angolanos na escolha dos seus representantes através do voto. A desintegração social das famílias camponesas angolanas e a ausência de respostas adequadas aos problemas imensos das populações poderão provocar a abstenção passiva.

Se é certo que hoje não existem dúvidas de que o multipartidarismo é um instrumento fundamental da democracia, não é menos certo que relativamente às regras do edifício democrático ainda há muito a fazer, esperando-se que as próximas eleições autárquicas, legislativas e presidenciais venham a criar as bases necessárias a uma democracia sustentável.

TRANSIÇÃO PARA O MULTIPARTIDARISMO SEM TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

A economia política de Angola – sistema político formal e sistema político real, 1980s-2004: a reconversão duma dominação hegemónica

Christine Messiant
École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris

Pode e costuma dizer-se que a partir das mudanças político-institucionais iniciadas sob pressão pelo governo do MPLA-PT para que se chegasse aos acordos de paz (em Abril de 1991, em Bicesse), Angola iniciou uma tripla transição: da guerra à paz; de um Estado ditatorial de tipo marxista-leninista a um Estado democrático multipartidário; e de uma economia «socialista» administrada a uma economia liberal de mercado. E, de facto, em Angola podem notar-se traços, mudanças e problemas que, em geral, dizem respeito a países em que se operaram esses tipos de transições ou – o que é ainda mais interessante – a países em que dois ou três tipos dessas transições se produziram simultaneamente.

Mas essa *démarche* tipológica é, no mínimo, insuficiente, e até, na maioria dos casos, leva a uma visão falsa, dada a sua tendência quase inerente em procurar, para cada «caso» nacional analisado, as características e os atributos de que são dotados os «tipos» de transição já definidos. Assim, os resultados acabam por ser mais deduções da própria tipologia do que produtos duma análise de situações singulares forjadas por histórias singulares. Ora, é claro que os conflitos não são todos iguais nem têm o mesmo significado ou impacto para o sistema político e social, sendo também esse o caso dos chamados «conflitos regionais», mesmo que todos possam ser inseridos no contexto da guerra fria. Nem todas as pazes «valem» o mesmo e representam o mesmo para todos (*e.g.* Tchétchénia, Burundi, Cabinda). Nem todas as ditaduras – sejam só as de cariz comunista ou mesmo as enquadradas por alguns autores no sub-tipo de «afro-comunismos» – são parecidas. Tão-pouco o são as várias economias planificadas socialistas (*e.g.* Alemanha do Leste, Hungria) ou as economias ditas liberais. Nem as democracias, nem os sistemas multipartidários. Sobretudo, «democracia» e «multipartidarismo» não podem *a priori* ser considerados como equivalentes. A *démarche* tipológica, sendo assim de um interesse heurístico duvidoso, pode até constituir um obstáculo à análise de situações concretas feita a partir de conceitos de análise social.

Ora, se queremos perceber as aventuras e os diferentes fracassos da transição para a democracia em Angola desde 1991, a análise tem que ter em conta a história singular do país (de longa ou pelo menos de média duração), o modo como acedeu à independência, as configurações mundiais nas quais teve que se inserir e as cruciais intervenções de actores internacionais, os seus recursos, modos de integração na região e no mundo, o estado das forças políticas, militares e sociais, etc., e nomeadamente a natureza e evolução da força que desde a independência (há 30 anos) está à cabeça do Estado – até 1991 como «Partido do Trabalho» (único) e mais tarde como governo[1] dum Estado multipartidário – e que imprimiu a sua marca a esses sucessivos sistemas políticos formais.

Tudo isto deve ser considerado numa abordagem histórica e, julgo, pode ser melhor analisado em termos de economia política, no sentido sociológico do termo, aquele que lhe confere Max Weber, isto é, como sistema particular de dominação e de desigualdades realizando certos tipos de apropriação e de redistribuição da riqueza nacional e caracterizando-se pelas suas formas de governação, assentando portanto numa combinação particular de dispositivos e meios de reprodução, de legitimação e de coerção[2]. Esta abordagem sociológica e histórica não se limita aos «regimes políticos» ou aos «modelos económicos», mas pretende, pelo contrário, pôr em evidência a combinação de dimensões económicas, políticas, sociais e simbólicas num sistema, e compreender, pela análise desta articulação singular, a natureza e as evoluções das economias políticas. Do mesmo modo que a economia real é feita de economia formal e informal e que o lugar de ambas assim como a sua importância respectiva, e sobretudo o tipo de articulações que as ligam, são o que configura a especificidade da economia de um país, o sistema político real não pode ser apreendido apenas através das instituições e das normas jurídicas e legais, mas há que ter igualmente em conta a sua prática, o seu uso, e analisar o papel deste sistema formal numa economia política tal como foi acima definida.

É também graças a estes instrumentos que podemos, creio, tentar compreender de maneira desapaixonada e não ideológica o estado da democracia hoje em Angola, tendo em conta tanto a história recente do sistema político angolano – que se cristalizou, em conjunturas e configurações internacionais precisas, em redor de confrontos a diferentes níveis –, como a realidade dos seus actores internos e externos, e sobretudo daqueles que Michel de Certeau designa por «actores estratégicos». Uma história que resulta, portanto, ao mesmo tempo de factores estruturais e de tendências pesadas, e também da conjunção destas com eventos e políticas que poderiam não ter acontecido, uma história que produziu pois resultados não determinados, por vezes paradoxais; uma história que, em Angola, foi colocada sob a dupla marca da guerra e, em parte a ela ligado, do contexto internacional – um internacional que deve ser também encarado sob os seus dois aspectos, de «comunidade internacional» oficial e real, e que em Angola tomou a forma de intervenção de actores muito poderosos com as suas perspectivas e os seus interesses.

Não posso, num espaço limitado, apresentar uma demonstração muito profunda, mas apenas expor, de maneira esquemática, as análises que tenho vindo a desenvolver sobre

[1] Falarei preferencialmente de «regime» ao referir-me a quem dirige efectivamente os destinos do país e detém o poder, ou ainda de «poder» (para «detentores do poder»); só em contextos específicos ou por facilidade falarei de «governo»: a palavra «governo» aparece de facto particularmente desajustada, tanto sob o marxismo-leninismo onde é a direcção do partido que detém este poder, como depois (e ainda mais com o GURN), onde as «orientações superiores» provêm da presidência, sendo que o Presidente é o chefe do MPLA e do governo.

[2] Além dos escritos de Max Weber sobre os modos de dominação, ver também, particularmente, as diferentes análises de Michel Foucault sobre o poder.

a economia política e sobre as formas de governação, abordando vários aspectos e períodos que explicitam e fundamentam esta minha intervenção, reportando-me a vários outros textos meus[3]. Concentrar-me-ei apenas no Estado, deixando de lado a rebelião armada, em função do tema que escolhi. É óbvio que a evolução do poder de Estado angolano só pode ser considerada de um ponto de vista analítico na sua inter-relação com a existência do poder armado da UNITA; no entanto e ainda que esta organização se tenha por vezes pretendido apresentar como um Estado paralelo, só existiu desde 1975 um Estado em Angola. Além disso, não houve ruptura no que diz respeito a quem ocupou esse Estado, o que constitui um elemento importante para a evolução da economia política.

Para compreender o actual sistema político real em Angola e a sua relação com o sistema político formal sem entrar em grandes pormenores, é útil situar a «transição» angolana no quadro daquelas que se verificaram na mesma época num grande número de países africanos[4], mas é importante voltarmos àquilo a que chamei «viragem clientelista»[5], o segundo período do MPLA-PT sob o marxismo-leninismo, que começa a cristalizar-se a partir de meados dos anos 80 e que – *embora não tenha implicado mudanças institucionais* de vulto, mantendo-se a mesma Constituição, o mesmo Partido do Trabalho e as formas de relação ditatorial entre o Estado e a sociedade – *modificou qualitativamente a economia política*, isto é, os modos de apropriação, acumulação, redistribuição, o funcionamento real interno do próprio bloco de poder[6], o lugar e uso feito do quadro institucional e legal, as relações e as legitimidades reais.

Este segundo período é desde logo importante para a problemática aqui abordada porque mostra de que maneira uma modificação qualitativa da forma de dominação e de governação pode produzir-se dentro do mesmo quadro institucional e legal – e pode, portanto, esclarecer o que se passa hoje; é igualmente importante porque a economia política desse período (à qual se vai enxertar uma «transição» particular), passa a constituir a matriz para a instauração do sistema político actual, adaptado às necessidades do multipartidarismo mas que, devido à situação excepcional da guerra pós-eleitoral e de uma nova configuração internacional, vai poder consolidar-se como um sistema de dominação hegemónica extremamente desigual, assente na predação, no arbitrário, na confiscação e deturpação das instituições da democracia, numa lógica que continua clientelista.

I
A viragem clientelista no tempo do partido único

Por volta de 1985, devido à convergência de vários factores, deu-se com efeito em Angola a passagem a uma economia política diferente da que vigorava até então e que, embora com características próprias, podia ser considerada como socialista «clássica»[7] – sendo a lei do país a do partido único (isto é, o seu Bureau político), no qual a adesão e promoção são controladas de acordo com critérios políticos de fidelidade; com o acesso às responsabilidades

[3] Ver no fim do texto uma lista destas publicações, onde se encontrarão referências às fontes e a outros autores. Estas minhas publicações são referidas nas notas da seguinte forma: CM 1988a, CM 1999, etc.

[4] *Cf infra* e sobretudo CM 1999b.

[5] Ver CM 1994b.

[6] Retomo esta noção de Poulantzas.

[7] Elaborei esta analise mais pormenorizadamente in CM 1998, mas encontra-se também exposta em CM 1993, 1994b.

no Estado dependendo do facto de se pertencer ao partido e obedecendo aos mesmos critérios; com as organizações de massas a funcionarem como correias de transmissão, e a ilegalização de qualquer forma de organização autónoma (a não ser a das igrejas); com o papel dos aparelhos de coerção, a fazerem respeitar esta ordem partidária; com a instauração, nestes moldes, dum sistema de dupla injustiça e discriminação: entre os que fazem parte do MPLA (e secundariamente dos seus apêndices sociais) e os que, como se dizia então, não «o merecem» – *de jure* (religiosos e empresários, excluídos estatutariamente) ou *de facto* (*i.e.* todos aqueles excluídos em função de desconfianças ligadas ao passado sob pretextos diversos); e entre os que são somente «povo» (isto é, que só têm o «cartão do povo») e os da *nomenklatura*, com acesso legal discriminatório às divisas e aos bens. Classicamente ainda, em Angola, este conjunto de factores estruturantes leva a um fortalecimento das posições da *nomenklatura* enquanto as dificuldades e penúrias aumentam e a corrupção ganha, a vários níveis, um número crescente de responsáveis e indivíduos no partido e no Estado uma vez que gozam de impunidade; e também leva a evoluções na sociedade, com «resistências passivas» às dificuldades e desigualdades; com o aproveitamento das oportunidades (desvios, roubos, candonga); e com os sentimentos e práticas que daí resultam, assim como duma repressão selectiva: silêncio, medo, desobediência à lei e/ou submissão. Com o tempo, e de forma também clássica, tal situação deu lugar a um alargamento do partido-Estado num movimento vindo tanto de baixo (o MPLA sendo a única via de promoção, mesmo ao nível escolar para a juventude, para aceder a melhor situação, segurança, protecção, para deixar de ser estigmatizado enquanto dissidente ou fraccionista) como de cima (para implantar um partido «de vanguarda» demasiado apartado da sociedade)[8].

Existiram desde o início características específicas do «socialismo angolano», ligadas essencialmente à importância do petróleo e à existência, dentro e à volta do país, duma guerra civil e internacional de grande dimensão. Foram essenciais para conferir ao regime do MPLA, dum lado, uma adesão forte duma grande parte da população, e, do outro, um carácter particularmente exclusivista e repressivo, não só contra os seus inimigos político-militares, excluídos do povo e da nação como fantoches [9], mas também, depois do golpe de 1977 e com a sua exorbitante repressão, contra os golpistas e de maneira mais ampla contra os «simples» fraccionistas, tratados como traidores e inimigos (internos), sem contar com os grupos ou indivíduos que exprimiam opiniões independentes – todos estes contestatários –, sendo excluídos do único «povo» reconhecido pelo regime. Quanto ao povo real, sofreu um abandono particularmente rápido e drástico: primeiro o do campo (devido à guerra e à possibilidade que o petróleo dava ao governo de viver à base de importações, sem a sua produção agrícola) e, mais tarde, até o das cidades (ao qual chegam cada vez menos importações através das paupérrimas lojas do povo), isso com consequências negativas para a popularidade do partido-Estado.

Contudo, dada a extrema polarização, por altura da independência e depois desta, entre dois poderes armados tendo cada um à sua volta um «campo» civil, estas consequências

[8] O MPLA enquanto partido sofreu muitas transformações ao longo da sua história: nas razões que levaram os militantes a nele se inscreverem, na sua composição ideológica, social e regional, nos números abrangidos, nas promoções a responsabilidades, nas componentes e nas relações de força estabelecidas no seio do bloco de poder. Estas transformações têm consequências importantes no modo de governação, mas a sua análise não pode ser aqui desenvolvida.

[9] Este exclusivismo estava particularmente exacerbado devido à força do confronto ideológico ligado à guerra fria e à hostilidade contra Angola do regime do *apartheid*,dando grande apoio à rebelião.

negativas são, também e ao mesmo tempo, mitigadas na medida em que as injustiças, repressões e miséria vividas pelas populações ao longo da guerra empurram, até as que não estavam inicialmente alinhadas, para o alinhamento com um dos campos, ainda que fosse só para se protegerem do outro – minimizando assim (para os dois poderes) os riscos associados à iniquidade e opressão da sua dominação. É esta realidade estruturante do conflito armado angolano que explica como, contrariamente às situações onde não existe um tal confronto, o descontentamento e o desafecto do povo em relação ao poder não se traduzem pela passagem de um lado ao outro ou pelo enveredar por uma oposição ao poder dominante que fosse independente dos dois lados. [10]

A combinação de várias características, especificidades e circunstâncias, vai levar a evoluções singulares: a própria dinâmica da ditadura de partido único, a envergadura da corrupção e da extensão do mercado informal com a massa de dólares ligada ao petróleo, a fixação pelo governo duma taxa de câmbio que faz com que, para uma *nomenklatura* dominando os cargos estratégicos e podendo agir fora da lei, as vantagens sejam cada vez maiores e a impunidade mais valiosa, em relação aos chamados «candonguistas» exteriores a essa mesma *nomenklatura*. Pode dizer-se que se muda de sistema político não simplesmente como resultado deste desenrolar cumulativo, mas pelas *escolhas feitas* face a estas evoluções. Embora não tenha passado por uma decisão estratégica, mas por vários movimentos, e tenha acontecido no contexto de lutas surdas e duma evolução das relações de força dentro do regime, pode afirmar-se que, por volta de 1985, a direcção do partido-Estado, ao mesmo tempo que prioriza de forma mais nítida os interesses legais da *nomenklatura* em relação às necessidades do povo (cujo abandono se torna mais drástico), «decide» também investir no tal mercado informal[11]. Entra-se assim num outro período, caracterizado pela combinação da ditadura do Partido único, da «dolarização» da economia real – isto é, do «ilegalismo» económico do próprio poder –, e passa-se a uma economia política de tipo clientelista[12], contornando a lei vigente: neste «socialismo selvagem», a selvajaria reside na enormidade do enriquecimento e na ilegalidade, equivalendo o «socialismo» a um controlo ditatorial, à arbitrariedade e à impunidade. A base económico-política de sustento da direcção do regime continua a ser a opacidade de uma cada vez maior apropriação directa da principal fonte de receitas, numa configuração já modificada a favor do poder do Presidente, senhor dos rendimentos petrolíferos e dos aparelhos de coerção, iniciando este uma estratégia de *by-pass*, contornando a direcção do partido, promovendo homens da sua confiança a posições de responsabilidade governamental e partidária, visando o reforço da sua posição autónoma em relação ao Bureau Político. Mas o novo «liberalismo»[13] prático, graças ao qual a *nomenklatura* pode cada vez mais investir de forma massiva as suas posições e os seus privilégios legais no mercado «ilícito», faz deste mercado *para ela principalmente* um enorme multiplicador de rendimentos. É neste período que começa a emergir, graças à ditadura «socialista», uma nova classe, ainda não constituída enquanto tal, uma vez que o

---

[10] Será esta mesma realidade que a mais longo prazo irá «preparar» a fraqueza da «sociedade civil» no momento dos acordos.

[11] Informal não é o termo adequado, sabemo-lo: esse mercado é, desde logo, estritamente ilegal; além disso, é cada vez menos exterior à economia legal, que o alimenta, e aos actores legais desta – a nomenklatura do regime, que é inclusive o seu principal beneficiário.

[12] Prefiro usar esta qualificação para não entrar nos debates académicos sobre a designação de «neo-patrimonialismo» que, numa linha de análise weberiana, se pode aplicar aos mesmos fenómenos, mas que tem sido igualmente retomada por economistas e políticos liberais com outra acepção.

[13] No sentido que a palavra tinha em Angola no tempo «clássico» das «campanhas contra o liberalismo e a desorganização».

Estado onde ela se forma (que a autoriza, a promove e a protege) é ainda o proprietário dos meios de produção e enriquecimento e até de acumulação que ela procura, ainda de forma escondida.

A dominação do partido único é absolutamente necessária a esta acumulação, tanto para reprimir «legalmente» os concorrentes independentes, como para impedir possíveis contestações populares, visto que esta formação de classes produz desigualdades extremas – já não há qualquer relação entre os níveis de vida legal e real da *nomenklatura*, e sobretudo entre os níveis de vida da *nomenklatura* e os do povo, que, por seu lado, entrou em força no mercado informal como meio indispensável de sobrevivência (ainda que uma ínfima minoria possa eventualmente enriquecer). A corrupção, anteriormente endémica, passa neste segundo período a ser também sistémica, constituindo o modo de acumulação de riquezas pela *nomenklatura*, fora da lei, na impunidade, e constituindo o lubrificante que faz funcionar esta nova economia política e modo de governação. Agora, embora não se tenha mudado nada de substancial nas leis, é um outro «compromisso social» que na realidade vigora, de natureza clientelista, onde um sistema de direito – mesmo fundamentalmente não igualitário como o «socialista» – é substituído por um outro onde a «resolução dos problemas do povo» passa, na ilegalidade e corrupção, pelo favoritismo, ligado à posição ou às relações com o poder e protegido pela impunidade.

É com tal «compromisso» que (graças à guerra, à repressão latente e ao nível de miséria geral) o regime tenta reter uma ancoragem social nas «massas», nos técnicos e quadros que desertaram em número assustador para empresas estrangeiras ou para fora do país. Claro que uma tal ilegalidade fundadora da economia política é acompanhada de um afrouxamento da repressão da actividade ilegal (candongueiros) e comporta forças centrífugas, mas o partido único permite limitar os perigos duma tal situação: num contexto onde «o Partido» só pode permitir a ascensão de poucos indivíduos e uma sobrevivência melhorada para as «bases», e onde perde continuamente legitimidade até nas suas próprias fileiras, as portas não só das organizações de massas mas do próprio MPLA estão agora mais abertas – se isso for conveniente –, sem que se tenha que «merecer». Um outro aspecto desta nova economia política é o esvaziamento do discurso do poder: com efeito, já não existe discurso legitimador (a não ser esta suposta «abertura liberal»). Numa altura em que, de facto, se selam alianças ocultas entre certos «candongueiros» e nomenklaturistas para juntar as suas «competências», por um lado, deixa de se exigir a adesão ao marxismo-leninismo oficial e a fidelidade aos ideais ainda vigentes (mas já não proclamados) do regime para entrar no partido, enquanto por outro lado, cresce a possibilidade de beneficiar de favores e vantagens, e até de ascender a cargos importantes no Estado, sem ter responsabilidades estatutárias no MPLA, nem mesmo ser membro do partido ou sequer dizer-se «socialista».

Isso acontece quando o problema estratégico se torna premente, com a intensificação do conflito militar e à medida que se constrói internacionalmente o fim da guerra fria através do desmoronamento do campo internacional do MPLA – se bem que com alguns desenvolvimentos regionais importantes aos quais Angola deu um contributo positivo, tal como o fim do *apartheid* na África do Sul e a independência da Namíbia –, o que se traduz por uma cada vez maior fraqueza militar e diplomática de Angola. Ora o regime não pode abrir o jogo político em relação à sociedade que ele controla, nem mesmo fazer reformas económicas um tanto liberais, não só pelas razões «internas» que indiquei, mas também por causa da própria ameaça político-militar. Enquanto é iniciada a resolução do «conflito regional»

na África austral (com os Estados Unidos sendo ao mesmo tempo grande jogador e grande árbitro), o governo, obrigado a escolher entre o risco duma derrota e a necessidade de «tratar com o inimigo», vai tentar encontrar *vias de saída que não sejam nem o reconhecimento da UNITA, nem a abertura democrática*, uma vez que vê na permanência do partido único a condição da sua sobrevivência. Confrontado com a ameaça urgente e principal, a da UNITA e dos seus aliados, e consciente das suas necessidades, o regime angolano vai agir segundo o que se pode chamar de «espírito de Gbadolite», que é o que corresponde à sua «natureza adquirida»: vai preferir a negociação com o inimigo à abertura democrática, negociar com ele *sem* o reconhecer na sua realidade independente, mas cooptando-o para o neutralizar; vai querer cooptá-lo não na base de direitos – funcionamento democrático no partido agregado –, mas de uma associação desigual no acesso ao poder e aos seus benefícios. Dadas as relações de forças esse «espírito» foi varrido com o fracasso de Gbadolite, mas será a linha mestra seguida até 1990 (com o projecto de teses do MPLA sobre a «ampliação da democracia») na busca de uma solução destinada a manter a todo o custo o partido único, incorporando nele o maior número possível de forças autónomas[14].

II
Da «transição democrática» à instauração, sob o signo da guerra, da economia política reconvertida - 1991-2002

Não é possível seguir aqui em pormenor o processo pelo qual nestes anos de grandes mudanças se chegou a resultados que estão longe de terem sido determinados. Para uma mais extensa e necessária análise das configurações nacionais e internacionais e da evolução no campo político-militar, remeterei ao longo do texto para outros trabalhos meus. Exporei aqui apenas, e de maneira muito sucinta, o que representaram certos momentos para a instauração e consolidação da economia política e do modo de governação actuais. Fá-lo-ei tal como o fiz até aqui, focando a questão do poder do Estado, lembrando somente que a política e a evolução deste poder não podem ser encaradas fora da sua relação com o poder político-militar da UNITA até 2002, nem, até hoje, fora do peso das interferências internacionais; e insistindo no facto de que não se pode analiticamente dissociar a sua política «estratégica» (levada a cabo face à rebelião) do conjunto da sua economia política e nomeadamente da sua política «interior» (em relação à sociedade onde tem o «monopólio efectivo da violência legítima»).

Devemos pôr em evidência quatro momentos.

1. Questões cruciais, paradoxos e resultados da transição

O primeiro momento é o da transição, que vai dos acordos de paz ao seu termo previsto: as eleições[15]. Se esta apresenta certos traços em comum com outras transições africanas da mesma época, distingue-se delas, no entanto, por outros traços[16]. Apesar das receitas do petróleo, esta transição faz-se no contexto duma crise económica, dum fracasso social e

[14] Ver CM 1993, 1994. A política de «grande família do MPLA» também se insere nesta lógica de cooptação.

[15] Para a análise de vários aspectos deste período, ver CM 1993, 1995, 1999b, e, mais centrada sobre a dimensão e a política internacional nesta transição, CM 1994a, 2004.

[16] Desenvolvi esta análise geral e comparativa das transições africanas em CM 1999b.

dum descrédito popular muito graves, numa crise global mais forte e diferente da maioria das outras. A dominação do regime é contestada pelas armas e sobre uma larga parte do território e é afectada pela perda de legitimidade do campo socialista. Apesar disso e devido à guerra (que, embora tenha provocado grandes destruições, também construiu os dois poderes ditatoriais), a configuração do campo político é nitidamente bipolar e existe uma «lógica de campos» que beneficia a ambos, tendo esta bipolaridade resultado na fraqueza singular duma sociedade civil longamente reprimida por ambos os poderes. Também é singular o peso internacional nesta transição: de facto, não foi por imposição da sociedade angolana que o governo teve que ceder; além disso, impostas pelo exterior e pela força, a democratização institucional e as eleições são, neste contexto, menos *objectivos procurados por si próprios* do que meios para atingir a pacificação; e a transição fica presa no colete de forças dos dispositivos adoptados em Bicesse, sendo o processo assegurado pela comunidade internacional oficial – no seio da qual pesam obviamente os interesses e as correlações de forças dos actores internacionais do fim da guerra fria.

Enquanto a comunidade internacional no processo de paz (ONU e *troika*) é dominada pelos Estados Unidos, os maiores aliados da UNITA, e é sobretudo concebida como um acompanhamento da rebelião até à sua esperada vitória eleitoral, o resultado paradoxal desta transição será uma vitória do MPLA avalizada pela ONU (ainda que o processo não tenha chegado à segunda volta das eleições presidenciais); o seu resultado trágico será o regresso à guerra, o que não foi paradoxal, uma vez que a bipolarização instaurada nos acordos, excluindo qualquer actor não armado de qualquer lugar ou até olhar na transição até às eleições, equivalia ao confisco (em benefício das duas «partes») deste início crucial do multipartidarismo, e além disso deixou os dois parceiros nas suas tradicionais posições: dum lado, de poder de Estado, e do outro, de poder armado. Mais: o acordo não se preocupou minimamente com o pós-eleições e consagrou, ao invés, o «*winner takes all*». A ONU e a *troika* mostraram, além disso, uma tolerância criminosa face à quase não desmilitarização da UNITA e nem se preocuparam com o que implicava (para os direitos dos cidadãos e para a imparcialidade das condições do escrutínio) o facto de o MPLA – um partido-Estado ainda ontem único e que deixara de o ser por imposição – se manter sozinho na direcção do Estado durante esse período. Perante tal falta de atenção por parte da comunidade internacional, a UNITA pôde conservar as suas forças armadas e o MPLA utilizar à vontade o Estado, o seu grande trunfo, abandonando a atitude de relativa abertura política inicialmente julgada indispensável para evitar uma derrota, e concentrando-se no seu confronto dual com a UNITA.

É evidente que a permanência do MPLA sozinho à cabeça do Estado foi decisiva, tanto para a sua vitória eleitoral, como para a sua capacidade de testar as oportunidades e as exigências do multipartidarismo. Com o objectivo de não perder tudo em caso de derrota eleitoral, o MPLA cedo iniciara uma política de privatizações legais, arbitrárias e *pro domo*. Pôde utilizar todos os recursos do Estado (os legais, os económicos, a sua dominação da administração, os seus transmissores sociais, os *media* públicos, etc.) para alargar conjunturalmente a redistribuição clientelista[17] às populações e, particularmente, a certos sectores e a líderes de opinião, «distribuindo» também, tanto a promessa de regresso ao «MPLA do antigamente», como um discurso de paz, no intuito de reformar o campo contra o inimigo – uma UNITA militarizada e triunfalista, em flagrante desajustamento com o desejo de

[17] Ver nomeadamente 1994b.

paz da população. Assim, sob observação internacional, esta conseguiu manter um potencial militar considerável, e do outro lado, o MPLA pôde utilizar a sua continuidade como poder hegemónico sobre o Estado para ganhar as eleições, enquanto reconstituía forças para-militares e policiais fora do exército. Em suma, o MPLA pôde funcionar sem que as novas instituições democráticas fossem um problema e implicassem uma mudança nas suas relações com os cidadãos.

Depois de as eleições se terem realizado sem as necessárias condições políticas nem militares, o resultado foi julgado pela ONU (ainda que sem verificações credíveis), «em geral justo e livre» – como era necessário, quanto mais não fosse para não pôr em causa a desastrosa intervenção internacional. Pode-se, claro, especular sobre o que teria significado a ascensão ao governo duma UNITA totalitária, militarista e revanchista que esperava através do sufrágio obter um poder total. Mas foi também imediatamente claro que o governo só aceitava, na base da sua vitória, ter «todo o poder». Daí o fracasso das tentativas da ONU para assegurar minimamente as condições da segunda volta: enquanto a organização de Savimbi ameaçava e preparava a guerra, o governo, denunciando uma tentativa de golpe da UNITA em Luanda e justificando a sua própria operação qualificando-a de «preventiva», escolheu dar uma «ajuda» paramilitar preliminar à afirmação da sua nova legitimidade e da sua «soberania», expulsando a UNITA da capital e das grandes cidades, provocando milhares de mortos militares e civis.

E de facto, com este primeiro embora inacabado voto, tudo mudou. Tanto a comunidade internacional oficial (na lógica do reconhecimento dos resultados do sufrágio) como (numa altura de crescente interesse pelas riquezas petrolíferas e enquanto a UNITA em vez de aceitar a derrota eleitoral escolhia a guerra), os países e as multinacionais (que até então tinham considerado o governo do MPLA como um inimigo a eliminar, mas ao mesmo tempo seu parceiro económico de longa data), realinharam-se, levando a uma reconfiguração quase unânime das forças internacionais em benefício do governo.

Há que notar que, na medida em que não houve suspensão do poder do MPLA sobre o Estado, em que não houve portanto desmantelamento do partido-Estado, a transição aparece como tendo sido, para o regime, o período de rodagem dos novos modos de governação hegemónica «com democracia», e de rodagem também em relação ao nível de tolerância da comunidade internacional face a esta situação.

2. A guerra pós-eleitoral: surto da predação e da impunidade, reforço de um partido-Estado coercivo

A guerra pós-eleitoral, perpetrada sem piedade pelos dois lados contra civis tornados inimigos por terem «votado mal», assumindo acrescidos contornos de crueldade e implicando do lado do governo uma militarização miliciana do «seu» povo, provoca enormes destruições num extenso território, desfaz e atomiza a sociedade. Já que a ONU não apresentou a uma UNITA deslegitimada pelo voto uma proposta que esta considerasse aceitável, a rebelião, na sua lógica de poder armado, vai querer desfazer a derrota eleitoral pelo recurso à força, levando a comunidade internacional a pôr-se mais do lado do governo, não só através do voto de sanções e do apoio diplomático, mas também de ajudas não unicamente políticas, nem abertas, por parte de vários indivíduos e países.

Para o que aqui nos interessa, esses dois anos de guerra total vão favorecer um extremo

esvaziamento da nova «democracia», um enorme desenvolvimento da predação e da coerção, e com elas da miséria e da impunidade, e o desenvolvimento brutal dum estado militaro-policial. A predação continua nas mesmas bases de apropriação opaca dominada pelo Presidente (e agora com mais proveito próprio para o Estado Maior e os serviços de segurança), pela licença concedida à coerção, ao desvio e ao tráfico ilícito do topo à base do Estado, pela «privatização» (na prática) do património público por parte dos gestores do Estado, por mais privatizações legais arbitrárias em benefício do topo do regime, pela criação de empresas privadas em sectores favorecidos pela guerra (segurança, aviação, importação, etc.) por parte de homens ligados ao poder político e militaro-policial. O povo, quando não é directamente vítima da guerra ou alvo dos inúmeros crimes e violações dos dois exércitos e dos seus milicianos, volta a ser ainda mais abandonado: o fim da necessidade de «prendas eleitorais» e a importância do conflito e da coerção, limitam grandemente para o governo a necessidade da redistribuição para que haja consentimento à dominação.

Esta remilitarização e o reforço do carácter policial do regime, paralelamente à alargada apropriação ilegal dos recursos do país, fazem-se sem que a nova legalidade constitua um escolho; com a maioria absoluta do MPLA no Parlamento, a inexistência da justiça e o controlo reforçado sobre todos os meios do Estado, esta legalidade até pode ser um instrumento do açambarcamento do bem público (por legalização de posses, voto pela Assembleia Nacional de privilégios exorbitantes para a «*nomenklatura* democrática» – ministros, deputados, homens da Presidência, altas patentes e altos magistrados) e um garante da impunidade. Ainda que o MPLA, enquanto partido, já não tenha lugar nesta *nomenklatura* reconvertida, é ele quem, por ocupar quase todos os cargos, se aproveita massivamente destes e de todos os outros benefícios legais. A re-partidarização do Estado é uma política levada a cabo com particular insistência, nomeadamente em relação a todos os que, quadros no Estado e no sector público, se tinham «emancipado» desta tutela na esperança duma liberalização pré e pós-eleitoral e que agora vêem quanto é desvantajoso (quando não perigoso) não pertencer ao partido ou não alinhar com ele. A hostilização do regime não diz somente respeito aos que votaram a favor da UNITA: quem não se junta ao MPLA nesta hostilização, na afirmação de que decididamente «o MPLA é o povo» (a legitimidade democrática sendo aliás utilizada como «prova» da sua legitimidade histórica), é tratado também como «aliado» da subversão e do inimigo. Esse retomar de controlo cerrado não impede que o governo inclua, pela primeira vez, outras forças políticas para além do MPLA: estas, que se aliaram com ele antes das eleições, não têm o menor papel na governação mas, escapando à ostracização e recolhendo benesses, dão à imagem do regime, a troco de um custo insignificante, um retoque de abertura e democraticidade. Sob a direcção do Presidente, que dirige a mobilização geral, o partido (do qual o próprio Presidente pretendera distanciar-se na previsão das eleições) torna-se outra vez um instrumento essencial para a dominação do regime e para o próprio poder do Presidente.

O regime está engajado neste tipo de dinâmica quando, graças ao seu rearmamento massivo e ao aval dado pela comunidade internacional através do voto de sanções contra a UNITA, consegue reverter a situação militar e levar a rebelião a aceitar finalmente (Novembro de 1994) os termos de acordo que recusara em 1993.

3. «Nem guerra, nem paz»: acomodação às novas exigências e estratégias para consolidar a dominação

O acordo de Lusaka é pois assinado sob ameaça militar e pressão internacional, motivada pelo desejo de «concluir o processo de paz» e de obter uma estabilização do conjunto do país que permitisse um desenvolvimento menos inseguro e mais vasto da economia e dos negócios. A solução encontrada é a formação de um «Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional» (GURN) – que o governo tinha recusado depois da primeira volta das eleições, mas que correspondia às lições retiradas do processo de paz e consagrava a ilegitimidade da guerra conduzida pela UNITA, consagração essa manifestada na assimetria das obrigações essenciais atribuídas a cada uma das partes: contrariamente a Bicesse, a UNITA deve previamente desmobilizar-se e desmilitarizar-se como condição de acesso ao GURN, o exército nacional mantém-se intacto e o governo só tem obrigações militares e paramilitares menores.

Lusaka encontra-se, no entanto, num impasse quase estrutural[18]: o acordo é assinado numa base de desconfiança absoluta dos seus signatários e da sua determinação em não aplicar as medidas essenciais – a UNITA em não se desmilitarizar antes de conseguir que o seu acesso ao poder seja real, o governo em não partilhar o poder e em reduzir o GURN a um simulacro. Por outro lado, o acordo é desequilibrado: as sanções, que se destinavam a pressionar a UNITA a negociar, permanecem em vigor, o que faz com que as violações do acordo por uma das partes, e não pela outra parte, sejam passíveis de medidas coercivas. A dilação foi para a UNITA a principal estratégia para tentar renegociar o acordo ao longo da sua aplicação – o atraso geral daí resultante significando que o país continuou dividido em duas partes e que a guerra não desapareceu do horizonte –, e as duas «partes» vão prosseguir na sua estratégia de violação dos acordos, «a UNITA durante o dia e o governo durante a noite» (como disse Issa Diallo, enviado fugaz do SG da ONU), mas a «responsabilidade principal» pelo impasse do processo cabendo sempre à UNITA, por esta não se desarmar. Depois da formação do GURN em Abril de 1997, apesar da não desmilitarização notória da rebelião, a pressão do regime para que a ONU votasse novas sanções torna-se mais forte, ao mesmo tempo que se dá uma remilitarização do processo também por parte do governo, nomeadamente no exterior do país (intervenções nos dois Congos), que a comunidade internacional deixa fazer, dando assim sinais ao governo de que o recurso a uma iniciativa militar poderá ser tolerado.

«Interiormente», durante estes anos pós-Lusaka, o regime vai capitalizar o reforço geral da sua dominação adquirido durante a guerra, não permitindo que a UNITA encontre um lugar na política e na sociedade que seja perigoso, e vai pôr em prática meios, antigos e novos, para impedir que a legalidade, agora em condições de relativa paz, signifique uma autonomização mais geral, não só das forças políticas, mas também sociais e cívicas, susceptíveis de contestar, com possível eco internacional, a predação, a injustiça, a miséria e a impunidade reinantes[19].

A situação de «nem paz nem guerra» vai permitir-lhe alargar e consolidar o açambarcamento económico e manter a sua hegemonia política: do lado económico. Aos antigos meios de predação e à privatização vem juntar-se, dada a ânsia de países e empresas internacionais

[18] Ver CM 2001, 2003a, e particularmente 2004.

[19] Ver particularmente, para este período, CM 1996, 1998.

em tirar proveito das riquezas e do mercado angolano, a constituição de *joint ventures* com homens da confiança do Presidente (*cf. Infra*). Mesmo com a formação do GURN, onde os ministros da UNITA só podem executar as decisões «do governo» (tomadas pelo MPLA na Comissão Permanente do Conselho de Ministros sob orientação do Presidente-chefe do governo), e apesar da entrada no Parlamento dos deputados da UNITA – insignificante nos seus resultados políticos, graças à maioria absoluta do MPLA, e cedo limitada na sua capacidade de expressão (fim da retransmissão das sessões parlamentares na televisão, não abertura de uma rádio comercial pela UNITA) –, a confusão partido-Estado fica intacta do topo até à base, o regime reforça o seu carácter policial com uma ascensão, dentro e fora do Estado, dos homens e órgãos da segurança, enquanto usa os *media* públicos para dar publicidade à sua imagem democrática, ocultar ou estigmatizar os movimentos sociais e denunciar o belicismo da UNITA.

No que toca ao próprio poder, o Presidente empenha-se também em não deixar que o descontentamento expresso no partido através de votos contra escolhas suas ponha em causa o seu próprio poder pessoal, e acelera a colocação de homens da sua confiança em cargos de responsabilidade, ao mesmo tempo que reforça os serviços e os meios da Presidência da República. Em relação a uma sociedade onde certos sectores (imprensa, igrejas, ONGs) tentam aproveitar a paz-com-democracia para não só ajudar um povo deixado pelo Estado na miséria, mas também para contestar políticas e actos do governo, são usadas a ameaça da repressão e a repressão efectiva – activada logo após a assinatura dos acordos de 1994 pelo assassinato dum jornalista que investigava a corrupção de altos responsáveis – contra os poucos que ousam exercer os direitos consagrados na lei. E enquanto a distribuição oculta de prebendas a opositores ou possíveis simpatizantes destes serve para enfraquecer e dividir a contestação, o regime, mais precisamente o Presidente, empreende com meios potentes uma estratégia muito mais ambiciosa para neutralizar os novos riscos ligados à necessária autonomia da sociedade civil, começando a constituir em moldes clientelistas a sua própria «sociedade civil», criando para o efeito uma fundação com o seu nome[20].

O crescente antagonismo entre os parceiros no GURN e o facto de os interesses estrangeiros estarem cada vez mais estreitamente ligados aos do regime, favoreceram o desinteresse da comunidade internacional em relação à democracia em Angola. Assim, apesar de alguns empecilhos, mesmo se o regime não conseguiu ganhar a adesão da sociedade, conseguiu manter a submissão da massa dos desfavorecidos e seguir os caminhos que lhe pareciam mais favoráveis para atingir os seus objectivos.

4. Regresso à guerra: derrotar militarmente a UNITA para neutralizar o campo político

Na lógica do impasse estrutural de Lusaka o regresso à guerra vai tomar um trilho permitido pela política de uma comunidade internacional que, não tendo ainda o objectivo prioritário de fazer prevalecer os interesses dos angolanos, é impotente para obter a desmilitarização da UNITA e autoriza o governo a remilitarizar-se. O voto da ONU a favor de novas sanções contra o tráfico de diamantes da UNITA vai trazer ao governo uma legitimidade julgada suficiente para optar pela guerra e para desenvolver a sua estratégia, excluindo quaisquer renegociações. Apresentada como visando a «neutralização» da ameaça militar constituída

[20] Cf. 1996 e *infra*.

pela UNITA – um objectivo correspondendo sem dúvida às necessidades e aos anseios da nação e do povo –, na realidade visava objectivos muito mais ambiciosos (e partidários), alguns dos quais, no que respeita à UNITA, foram até inicialmente proclamados pelo próprio Presidente: a neutralização pretendida era não só militar mas também política – tendo esta já sido iniciada pelo governo com a eliminação unilateral da UNITA (a dos acordos) em favor duma outra, «renovada», criada pouco antes e reconhecida como único parceiro, feita nova beneficiária dos ministérios, bens e subvenções da UNITA, e à qual, através de pressões incluindo homicídios, os deputados da UNITA reticentes são pressionados a juntar-se (ainda que sem muito sucesso). Esta escolha de actuação permitia ao regime proclamar junto da comunidade internacional a sua vontade de respeitar, até face a um inimigo apresentado como predador e terrorista, o «Estado democrático de direito» e de não se emancipar dos acordos. Mas os objectivos pretendidos e que necessitam do recurso à «solução militar» são mais vastos: visam também, depois da vitória ou da redução à insignificância de uma rebelião residual, *a neutralização de todo o campo político* e das contestações sociais e cívicas, levando o regime a uma posição que lhe permita dominar a vida política e controlar um processo eleitoral não indefinidamente adiável.

O desencadear duma guerra destruidora contra uma UNITA bem armada (graças ao tráfico de diamantes, e que vai mais além do que aguentar as primeiras ofensivas), levará a comunidade internacional a intervir mais activamente ao lado do governo, efectivando sanções que vão enfraquecer a capacidade militar da rebelião, e indo até mais longe: violando o seu próprio direito humanitário ao auxiliar exclusivamente as populações que estão do lado do governo. Com mais ajudas ao esforço de guerra por parte de países amigos, as FAA vão poder retomar a vantagem no terreno e prosseguir até onde o governo pretendia, sem recuar diante de pressões e contestações. Pela primeira vez verificaram-se contestações internas (ainda mais notáveis por ocorrerem em tempo de guerra), em relação à constituição e em redor das grandes Igrejas, ineditamente unidas num movimento pela paz (o COIEPA), denunciando uma guerra julgada criminosa dos dois lados e preconizando a negociação com a UNITA e a instauração de um diálogo nacional[21]. Isto representava uma contestação perigosa para o regime e constrangedora para a comunidade internacional, que só podia reconhecer nas soluções do conflito avançadas por este movimento as que ela própria era suposta enunciar e defender. Assim, a comunidade internacional adiou o mais que pode as declarações naquele sentido – somente o fez após meses de intensa destruição e de uma verdadeira política de terra queimada por parte das FAA – e quase não exerceu pressões que de alguma forma efectivassem tais declarações. Deste modo, a guerra pôde ser conduzida até à morte de Jonas Savimbi e à derrota militar da UNITA, condições julgadas necessárias pelo regime para que a paz lhe trouxesse o mínimo de escolho.

Entretanto, o regresso à guerra vai desenvolver os seus efeitos durante mais alguns anos: com crimes perpetrados pelos dois exércitos; com uma brutalização geral das relações de ambos os exércitos e do governo com as populações; com um reforço do controlo do regime sobre todos os meios do Estado; com a utilização arbitrária e discriminatória (para fins políticos) dos subsídios e subvenções legais do Estado a partidos, organizações ou indivíduos ocupando determinados cargos; com uma estigmatização extrema do movimento pela paz do COIEPA, apelidado de quinta coluna do inimigo; com uma repressão acrescida que in-

[21] Ver especificamente CM 2003c.

cluiu limitações à liberdade de imprensa e, inclusive, condenações de jornalistas à prisão – ignorando as pressões da comunidade internacional, para quem a liberdade de imprensa constitui um critério fulcral da democracia e que não podia ficar simplesmente calada perante as violações que ocorriam debaixo do seu olhar na capital[22].

III
Consolidação de um poder hegemónico ao abrigo das exigências e riscos da democracia: 2002-2004

O desenlace da guerra sob a forma de uma vitória militar fez com que o país chegasse à situação em que se encontra hoje, a essa «*paz que estamos com ela*» que os angolanos esperavam ansiosamente após 30 anos de dilaceração, mas que é também para eles – constituindo aliás a «prova do pudim»[23] sobre os reais fins da guerra – uma paz que tudo encerra e que afasta os horizontes da esperança. De facto, o governo sai do conflito nas condições que procurou ao optar por esta via: graças precisamente à tolerância e ao apoio internacional que recebeu na guerra, pode doravante marginalizar quase totalmente uma comunidade internacional que, depois de ter prestado os seus serviços, se torna incómoda enquanto presumível garante do «processo de paz» e supervisora de uma transição política ou de um «diálogo nacional» que a vitória visava precisamente excluir. Com efeito, a vitória permitiu ao governo evitar processos formais de negociação, enveredando por uma negociação bilateral opaca com uma UNITA derrotada. O sucesso político é considerável: o poder mantém-se sozinho nos comandos do Estado e está quase livre quanto à desmobilização e pacificação, encontrando-se, por falta de transição formal, em posição de marginalizar as forças políticas ou civis que se poderiam inscrever nessa transição, e em posição de aplicar quase sem controlo as «cláusulas pendentes» do acordo de Lusaka – de neutralizar, assim, não só a UNITA, mas o conjunto do campo político. A paz pode ser sistematicamente orientada para a consolidação e legalização do seu domínio e para o objectivo de alcançar uma vitória eleitoral bastante ampla que permita consolidar ainda mais e de modo duradouro a sua hegemonia.

Houve, sim – excepto em Cabinda, onde a política de neutralização militar destinada à supressão política é levada a cabo no silêncio internacional –, progressos essenciais para as populações, ligados ao simples facto da paz e ao decréscimo da arbitrariedade massiva e da sujeição à morte e à fome, dando finalmente, pelo menos, uma possibilidade de reconstituir condições mínimas de vida. E houve, claro, mudanças: no discurso do regime, nalguns meios de actuação e em certas práticas – as obrigatórias ou oportunas, agora que pela primeira vez a guerra (efectiva ou iminente) desapareceu como recurso de dominação, o que até então sempre tinha sido. O poder tem agora que deixar mais margens reais e simbólicas a «outros», já não podendo dar a imagem dum partido-Estado todo-poderoso. Tem interesse em conciliar o apoio da comunidade internacional (que na nova conjuntura insiste na exigência de uma boa governação – e este interesse é ainda mais evidente se se considera que Angola pretende capitalizar a sua «experiência na resolução de conflitos», baseando-se na extensão do seu poderio militar e petrolífero) e a imagem do seu Presidente como «arquitecto da paz». O discurso desejável, destinado a esta comunidade internacional

[22] Para o período da guerra, sobre esta e os seus desenvolvimentos internos, ver CM 2001, 2002, 2003a e 2003c.

[23] Segundo a frase de Marx : «a prova do pudim é que se come».

(sobre a firme vontade do governo em «aprofundar» o conceito de um Estado de direito apresentado como já efectivado, assim como uma reconciliação apresentada como a base da sua política) é abundantemente fornecido.

Mas estes constrangimentos e mudanças não vão impedir que a democracia continue ausente enquanto se prolonga a captação massiva de recursos nacionais por uma pequena minoria à cabeça do país; tão-pouco vão impedir que seja reforçado o domínio do poder partidário sobre o Estado e sobre a sociedade, que a política governamental continue a escapar à *accountability*, que se obstrua a legalidade democrática e os direitos dos cidadãos. A economia política não vai sofrer mudanças essenciais, nem nas bases de apropriação da riqueza nacional, nem nos seus modos de redistribuição, nem tão-pouco na prática do regime e na utilização que é feita das instituições democráticas.

1. Predação e afectação dos recursos económicos nacionais

Na medida do possível, a predação continua a ser tenazmente praticada, especialmente através da apropriação opaca e em larga escala dos rendimentos do petróleo, isto apesar dos poucos «gestos de boa vontade» feitos em resposta às exigências do FMI – um ou outro diagnóstico das receitas do petróleo, a publicação de certas contas, etc., mas fornecidos com o maior atraso e sem que permitam uma fiscalização ou expliquem a disparidade entre as várias contas e o destino das enormes somas por detrás destas discrepâncias[24]. Ainda que existam também alguns problemas técnicos, o certo é que uma verdadeira política de obstrução à transparência é prosseguida: retenção de dados; falta de resposta às questões essenciais do FMI no que diz respeito às receitas da Sonangol e à passagem obrigatória dos rendimentos do petróleo através do BNA; negociação de acordos confidenciais com as multinacionais; continuação do recurso a empréstimos em troca de petróleo, junto de bancos ou de países indiferentes à boa governação em Angola, em montantes cada vez mais avultados; renegociação bilateral das dívidas do país fora do Clube de Paris...

Dada a sua natureza, os diamantes são menos fáceis de controlar pelo poder central, mas conseguem sê-lo agora na paz através de grandes manobras de reestruturação feitas no sector legal, constituindo a segunda grande fonte de receitas para as altas esferas do poder. Dado que o Parlamento não fiscaliza contas e despesas, o sector económico e financeiro público continua a ser um centro de desvios, impunes e por vezes massivos, em proveito de ministros, directores e outros predilectos do Presidente. E verifica-se, sobretudo, uma aceleração da transferência legal do património nacional para o privado, através da privatização em benefício de homens do topo do poder ou ligados a este, nos sectores mais estratégicos para a nação e nos mais rentáveis (diamantes e, recentemente, até petróleo, além dos sectores dos portos, aviação, importação, telecomunicações, bancos, pesca, imobiliário e latifundiário...), e da criação por esses mesmos homens, nos mesmos sectores estratégicos e particularmente rentáveis, de novas empresas privadas, em processos sem transparência sobre a proveniência dos fundos investidos, muitas vezes sem concurso público e, em casos considerados

[24] Só para dar uma indicação da ordem de grandeza dos montantes possivelmente envolvidos na predação e susceptíveis de servir interesses próprios ou a política clientelista (a não oficial) do regime, o FMI reclama ao governo informações sobre os quase 600 milhões de dólares suplementares de receitas em 2004 que a forte subida dos preços do petróleo trouxe ao país. Entretanto, empréstimos de mais de 2 biliões de dólares cada um, conseguidos junto de bancos ocidentais e mais recentemente da China, dão margem ao governo para não «se submeter» às exigências (de transparência) do FMI.

«importantes», atropelando claramente as leis e regulamentos estabelecidos pelo próprio poder.

O modo preferencial desta apropriação no topo do poder é o da constituição de parcerias entre grandes empresas públicas e companhias privadas nacionais e internacionais. As privadas nacionais, ao nível dos grandes negócios, estão próximas da presidência ou têm o seu aval, as estrangeiras trazem capitais e *know how*. Grandes países e multinacionais, empresas e bancos interessados em Angola, estão hoje envolvidos numa competição severa pelo petróleo – cada vez mais procurado a nível mundial –, pelos diamantes e por outros sectores em desenvolvimento acelerado, e agora pelo considerável mercado da reconstrução de infra-estruturas. Neste contexto, as pressões internacionais para uma boa governação, em vez de serem maiores com o advento da paz, são muito limitadas, e o governo está em posição de diversificar os seus parceiros segundo os seus interesses económicos e políticos, e até de fazer entrar nos consórcios parceiros estreitamente ligados à pessoa do Presidente[25].

Aquilo a que se assiste desde há três anos é, pois, uma passagem em grande escala do património público para este sector privado específico e uma apropriação da economia do país pelos detentores do poder e por aqueles que lhes estão directamente ligados, e a sua distribuição, num processo de alocação clientelista, a quem interessa dar de acordo com a importância e interesse que representa para a facção dominante: sinecuras públicas (empresas, ministérios, províncias) e para-públicas; atribuição de lugares de administradores nas filiais privatizadas de empresas públicas; outorga de créditos bancários e de licenças de importação; cedências de participações em negócios; concessão de terras; aceitação como parceiro em negócios do poder, etc. Tal distribuição é o mecanismo central de cooptação dentro da estrutura económica oligopolista que o poder constrói à sua volta, e também de cooptação e de recompensa dentro da estrutura política, mais restrita, do poder. Feita sob a orientação e sob o domínio de quem controla a renda petrolífera e o poder de Estado – o presidente da República –, contempla o partido enquanto tal (através das *holdings* da sua direcção), mas privilegia também este ou aquele indivíduo, independentemente da sua posição protocolar no partido (ou no Estado), em função dos seus laços de proximidade e da sua fidelidade pessoal em relação ao Presidente. Esta distribuição faz-se também, de forma mais ou menos aberta, em benefício do Presidente (embora este não seja oficialmente empresário): através de membros da sua família (isso é, com uma patrimonialização-familiarização crescente das suas redes de acumulação) e através dos homens mais ligados à preservação da sua posição, tanto nas diversas instituições (presidência, segurança, *entourage*) como a título pessoal.

Esta captação de recursos consideráveis do país e a sua alocação oculta, legalização ou branqueamento por processos não controláveis ou não controlados pelos órgãos democráticos, permitiram que se formasse uma oligarquia poderosa, caracterizada pela ocupação generalizada e simultânea das posições de poder e das posições de acumulação, e pela sua dependência em relação à cúpula do poder para as suas possibilidades de desenvolvimento. Esta economia real continua a ser (mesmo depois da supressão da dupla taxa de câmbio) um poderoso factor de polarização económica e social, criador de desigualdades extremas, e replicando-se da cúpula à base da sociedade, com a sua lógica de inclusão e exclusão. Quando não são dados os meios públicos para que centenas de milhares de deslocados, refugiados e

[25] A nova estrutura que domina no sector de diamantes é bem emblemática dessas parcerias e do seu cunho específico: empresa pública e sócios privados nacionais e estrangeiros, entre os quais uma filha do Presidente e o israelita Leviev (ao qual esteve associado Arkady Gaydamak, um dos vendedores de armas e intermediários para a dívida angolana, tornados «mandatários» do Presidente).

desmobilizados encontrem um lugar decente na região para onde regressam; quando os sectores públicos da educação e da saúde ficam devastados e continuam a ser os «parentes pobres» dos orçamentos e ainda mais da sua execução; quando os salários da massa dos trabalhadores são mantidos a níveis incompatíveis com as necessidades familiares básicas; quando os membros das camadas médias se encontram em posições e trajectórias divergentes consoante sejam ou não «distinguidos» pelo regime – sendo a massa puxada para baixo, enquanto que os quadros, técnicos, juristas e outros peritos necessários ou úteis à actividade dos governantes, à actividade de outros servidores do Estado ou à preservação do regime, são associados a certos benefícios da redistribuição –, o que se impõe na prática como modo de acesso aos bens e serviços é pois o modo clientelista e não a reivindicação de direitos própria a uma democracia.

2. Controlo sobre o Estado, as suas leis, os seus meios

Por si só, uma tal ocupação do espaço económico e os critérios de inclusão, marginalização ou exclusão económica constituem um meio poderoso de dominação, mas não são suficientes. Para poder manter a ausência de prestação de contas requerida por este tipo de apropriação, a própria legalidade deve, num Estado de direito, ser controlada: para poder legalizar «democraticamente» as decisões do partido no poder pela via parlamentar e, também, mais amplamente, para poder contornar – e até violar – a lei, o que implica que se ocupem todos os lugares do aparelho do Estado (facto que confere um papel absolutamente central ao partido). Realizadas estas condições, os meios políticos e económicos reforçam-se mutuamente.

Ora acontece que desde há 13 anos (e sem que de então para cá tenha havido outras eleições), o MPLA goza no Parlamento duma maioria absoluta. Esta maioria é essencial ao poder. Permite-lhe, quaisquer que sejam os debates e oposições levantadas nas discussões, que a Assembleia Nacional não desempenhe o papel que lhe incumbe numa democracia – e que é crucial para esta. Exceptuando algumas medidas destinadas a «dar sinais positivos» à comunidade internacional, a Assembleia não tem, não pede ou assume os meios para um exame sério das contas do Estado, nem dos orçamentos que vota, nem da sua execução efectiva. Não tem papel real de fiscalização do executivo, nem de iniciativa legislativa. Deixa que o governo – isto é, o «partido no poder»[26] – tome um número considerável de medidas decisivas (decretos, despachos, regulamentos, etc.) que escapam ao legislativo. E é constantemente utilizada para somente legalizar decisões já tomadas sob «orientação superior» e que visam reforçar a economia política do poder: vota orçamentos que correspondem aos interesses deste e não da nação (canalizando, apesar da paz, enormes quantias para a defesa e a segurança e muito pouco para as despesas sociais básicas); vota leis favorecendo interesses ligados ao poder ou restringido liberdades e direitos. Embora possa nem sempre resultar (como foi o caso do projecto de lei de imprensa em 1999, que o governo acabou por retirar), tenta-se de forma sistemática utilizar a lei para restringir os direitos e pôr em causa a igualdade dos cidadãos, e na maior parte dos casos resulta: foi assim com o voto da nova lei de terras, que dá azo à passagem de terras comunitárias não delimitadas para as mãos de empresários supostamente «capazes de as desenvolver» e também facilitando nas zonas

[26] Esta expressão não vale só como constatação duma realidade, mas constitui a mais adequada definição da *natureza* do MPLA – isto significando que uma perca do poder de Estado pode ter consequências enormes para sua coesão.

urbanas uma «modernização» e um «reordenamento» que significam expropriações e deslocações forçadas e massivas e igualmente «negócios da China» para empresas e pessoas bem colocadas; foi assim também com a «lei reguladora das actividades petrolíferas», que impede «legalmente» que as partes ou terceiros publiquem certos termos dos acordos de partilha de produção – vindo assim a reforçar as já referidas «simples» resistências à transparência das contas. E a maioria absoluta pode ainda à vontade bloquear ou enterrar qualquer proposta da oposição ou qualquer pedido de inquérito parlamentar.

Tanto esta passividade como esta actividade do Parlamento são essenciais, mas ainda assim não suficientes para proteger os interesses do poder, exigindo-se a máxima ocupação das instituições e do aparelho do Estado.

É decisivo o controlo da justiça, encarregue de fazer respeitar a lei e os direitos dos cidadãos, de processar e sancionar os violadores. Obviamente, a justiça em Angola é fraca e pobre (com orçamentos, meios e salários irrisórios, o que a torna vulnerável à corrupção e ao suborno), exceptuando-se o seu topo, onde beneficia de prebendas legais e outras, às vezes exorbitantes mas à medida da sua importância crucial para a impunidade do regime e para a avalização da legalidade do exercício do seu poder face às «exigências» do exterior. Apesar de publicitados há largos anos, órgãos especialmente destinados a verificar os actos do Estado, a assegurar os direitos dos cidadãos ou a lutar contra a corrupção, ainda não existem; e o que foi finalmente criado, o Tribunal de Contas, foi-o com fortíssimas intervenções políticas (com irregularidades e até ilegalidades para a escolha do seu presidente) de modo a assegurar o controlo mais eficaz possível. A Procuradoria continua sob tutela do Ministério do Interior e muito raramente se abrem inquéritos sobre presumíveis delitos ou crimes de responsáveis do Estado (e, regra geral, quando se abrem são inconclusivos), enquanto que, por outro lado, aqueles que revelam esses crimes e escândalos (imprensa privada, ONGs) arriscam-se a serem processados como caluniadores. Muito raramente a Justiça faz respeitar os direitos dos cidadãos não afectos ao regime, nem chega a punir os dirigentes e agentes do Estado responsáveis por mortes de simples cidadãos (*e.g.* nas mortes ocorridas na Boavista e no Cafunfo). Globalmente, o exercício da Justiça constitui, salvo raríssimas excepções, uma «negação de justiça». Um indicador claro da *autoridade real* que é atribuída ao judicial no sistema de dominação existente, é dado pelos casos de corrupção «excessiva» de altos dirigentes (isto é, os que podem embaraçar o topo do poder), nos quais é a intervenção do Presidente da República (feita se este a julgar oportuna) que se substitui à intervenção do sistema judicial. Tal procedimento, por si só, desacredita a justiça angolana. Mesmo quando em casos excepcionais chega à exoneração de governantes importantes, regra geral não passa por inquérito nem julgamento, deixando antes os prevaricadores na impunidade.

Quanto às forças da ordem, continuam a ser forças do poder mais do que da nação, apesar da integração desde 1991 de dirigentes e homens do exército da UNITA nas fileiras das FAA, tendo esta integração significado (dado o antagonismo político-militar) o seu alinhamento forçado ou espontâneo no «campo» do MPLA. A vitória militar de 2002 veio, por outro lado, permitir que o governo integrasse apenas uma ínfima fracção das forças da rebelião em 2002, de tal modo que o exército e as polícias ficaram altamente politizadas, enquanto o peso das forças ligadas à Presidência continuou a aumentar. Sem contar com as empresas de segurança privada, muitas delas dirigidas por ex-comandantes militares e

tendo ex-soldados como empregados. Não pode em nada ser considerado anódina a não dissolução duma Defesa Civil totalmente partidária e cujo orçamento oficial foi aprovado pelo Parlamento *depois* do fim do conflito. E só pode ser inquietante que, na base da eliminação dum verdadeiro processo de paz, o governo também tenha conseguido que não se faça um desarmamento organizado e fiscalizado dos civis, o que lhe permite efectuar tal desarmamento só na e à medida dos seus interesses. Todas essas forças de coerção, mantidas em estado de prontidão combativa, ficam assim nas mãos do «partido no poder» mais do que da nação. Elas também beneficiam da «insuficiência» da justiça, tanto para o serviço requerido pelos seus superiores como para as suas próprias exacções e abusos, salvo excepções efectivamente sancionadas.

Além do mais, o MPLA ocupa (desde 1975) quase todos os lugares de chefia na administração do país, a todos os níveis e em todos os sectores, beneficiando da sua longa e total dominação. Já em 1992 tinha tido, depois das eleições, uma política de repartidarização extrema, só matizada pela necessidade inócua de cooptar membros de partidos amigos ou, desde 1997, associados no GURN em número reduzido. Somente depois de 2002 é que o problema de uma certa limitação se pôs, com o acesso previsto (e agora a ser efectuado) da UNITA, não só a lugares de ministros e vice-ministros, mas a uma lista de cargos na administração territorial. Num quadro em que o nível regional e local da administração ganha uma importância inédita no que toca à economia – com a corrida aos negócios da reconstrução, com as já antigas (e que podem agora e finalmente ser rentáveis) ou novas privatizações de terras –, os governadores tornam-se uma peça importante para permitir ou activar a captação de recursos públicos (vindos do governo central ou dependendo dos orçamentos regionais), em beneficio do regime ou deles pessoalmente e dos empresários seus amigos. A actividade dos governadores, ainda com todos os poderes na sua jurisdição, é mantida imune à fiscalização democrática (não houve eleições regionais e municipais), apenas prestando contas aos seus superiores hierárquicos, e directamente ao Presidente. São, no novo contexto, uma peça política essencial. Daí a insistência do poder para conseguir que não haja órgãos regionais eleitos (assembleias) que possam mitigar democraticamente o poder dos governadores e para, quanto antes (desde o chamado «Acordo do Alvalade» em 2002), obter da UNITA derrotada que eles continuem a ser nomeados. São os seus serviços administrativos, juntamente com a totalidade dos outros meios do Estado, que fazem reinar a ordem e asseguram que esta ordem seja a do partido no poder; isso com uma latitude muito maior nas províncias do que na capital, mas também é nítido que se procedeu desde 2002 a um reforço notável do enquadramento partidário, policial e da segurança nos bairros e muceques, nomeadamente com a política de recuperação-privatização do centro urbano e os graves danos que isso acarretou para as condições de vida das populações, dando lugar tanto a expulsões massivas e muito violentas (até com mortos) como a outras injustiças prejudicando os trabalhadores (*Angonave*) e populações tradicionalmente favoráveis ao MPLA.

Os obstáculos colocados ao trabalho de quadros da UNITA, nomeados a vários níveis, a não nomeação de outros até para cargos legalmente previstos (quando considerados demasiadamente «sensíveis» do ponto de vista estratégico), a quase completa partidarização dos lugares da administração provincial e local, permitem a utilização, para fins para-policiais, do aparelho do partido e das organizações a ele ligadas, e do aparelho do Estado para fins partidários (principalmente nas províncias, mas não só). Salvo raras excepções, a ajuda dos agentes do Estado às actividades do MPLA (ou a ele afectas) contrasta com a intolerância

muito geralmente praticada em relação às actividades normais e legais de outros partidos ou de organizações cívicas independentes. Esta identificação do partido e da administração é quase «natural» (ao ponto de populares se dirigirem indiferentemente ao partido ou ao Estado para «tratar de assuntos» ou reclamar) – esta «naturalidade» resultando no entanto da prática em vigor há décadas e que continua agora a ser uma política seguida no dia-a--dia nomeadamente nas províncias. Esta realidade da confusão sistemática entre partido e Estado dá ao regime meios incomparáveis de dominação. Torna-se ainda mais decisiva na situação actual, quando não podendo escapar eternamente às eleições o regime optou por atrasá-las o mais que puder, preparando-se para as ganhar com maioria suficiente para assim reforçar a sua dominação.

Quanto aos *media*, os órgãos públicos são reforçados nos seus meios materiais, na sua abrangência territorial dentro do país e na actualização da formação e sofisticação da linguagem dos seus jornalistas. Mas são igualmente, e cada vez mais, controlados pelo partido e em beneficio do regime, dando uma informação altamente desequilibrada em termos quantitativos a favor deste, e de uma parcialidade flagrante no conteúdo, até quando entreabrem o seu espaço a outros que não o regime e seus apoiantes. A televisão fica reservada ao Estado e tudo é feito para que a Rádio pública continue a ser a única com extensão nacional[27], enquanto entraves dificultam a vários níveis os *media* privados: são de destacar os obstáculos constantemente levantados à Rádio Eclésia da Igreja católica na sua tentativa de extensão para fora da capital, e os colocados no dia-a-dia ao trabalho dos jornalistas independentes, sobretudo nas províncias, ou os resultantes de condenações, da falta de publicidade ou da inexistência duma tipografia independente, dificultando deste modo a sua sobrevivência financeira.

O resultado combinado da ocupação do Estado, do controlo da legitimidade e destes dispositivos e políticas (cruciais para assegurar a hegemonia), é a impunidade da predação e da corrupção e a máxima obstrução possível ao exercício de liberdades e de direitos ainda assim consagrados: é o caso daqueles direitos que dizem respeito aos movimentos de contestação social ou cívica e de oposição, sistematicamente desrespeitados nas províncias e difíceis de exercer na capital, onde a polícia intervém a pedido das autoridades (ainda que a despeito das leis) para impedir manifestações; é o caso da liberdade de imprensa. Mas assiste-se ainda à obstrução dos direitos fundamentais dos simples cidadãos, não apenas em Cabinda, onde reina um verdadeiro estado de guerra, mas de forma massiva nas províncias onde os procedimentos do regime e dos seus agentes, oficiais ou não, não têm observadores externos como em Luanda e onde existem poucos observadores independentes (igrejas e algumas ONGs) com meios para contradizer a «verdade» difundida pelo regime. Nestas situações, a obstrução de direitos pode assumir formas de repressão mortais contra populares (como no Cafunfo), sem quaisquer consequências para os seus responsáveis, e pode mesmo descambar em violações massivas desses direitos, tal como sucedeu durante a «Operação Brilhante» nas Lundas e outras províncias a coberto da luta contra os «garimpeiros estrangeiros». A impunidade é também assegurada, com ou sem inquéritos, por injustiças e uso da violência, chegando mesmo a provocar mortes nas cidades do país, incluindo Luanda, se isso for

[27] A política de controle conheceu recentemente uma aceleração com a eleição dos directores dos grandes *medias* ao comité central do MPLA, e a ascenção, neste como noutros sectores, de homens ligados à segurança do Estado.

económica ou politicamente desejável (como contra vendedores de rua, ou como aconteceu com a expulsão dos moradores do bairro da Boavista e outros casos), reinando em contra-partida a impunidade para delitos e crimes de dirigentes ou dos seus próximos – incluindo o assassínio comprovado e a sangue frio dum jovem por membros da guarda presidencial.

3. O «problema» da sociedade civil e da sua autonomia

O último grande «braço» da construção de uma dominação hegemónica diz respeito à autonomia da sociedade. De acordo com os requisitos de um Estado de direito e dado que a comunidade internacional insiste no desenvolvimento duma «sociedade civil vibrante» e faz da relação dos governantes com esta uma pedra de toque do seu carácter democrático (enquanto continua, como vimos, a ser necessário ou desejável abarcar dentro do partido, ou sob a sua alçada política, tanto grandes massas de gente em geral, como certos sectores e indivíduos em especial), é imprescindível também não deixar de fora as forças sociais, civis e económicas – a tal sociedade civil. Já depois da «paz de Lusaka», o regime desenvolvera uma estratégia para que esta necessidade não fosse um escolho para a sua hegemonia; retoma-a após os acordos de Luena.

Por um lado, o MPLA continua a apertar o seu controlo sobre as organizações de massas do ex-Partido do Trabalho que tinham sido algo autonomizadas aquando do início do multipartidarismo; assim acontece com a Organização da Mulher Angolana (OMA) e sobretudo com a Juventude (JMPLA), força activa do partido e viveiro de «novos dirigentes» que o Presidente selecciona e promove. A estas vieram juntar-se novas organizações, conduzidas por este tipo de dirigentes partidários, mas sendo menos directamente políticas e apoiando sobretudo o Presidente e não tanto o partido: elas têm uma postura muito activista e enérgica neste apoio, principalmente o dito «Movimento Espontâneo» – já com as suas filiais jovens no estrangeiro.

Por outro lado, e de acordo com a lógica profunda da dominação clientelista, o MPLA pretende neutralizar a autonomia civil e social. Não se podem eliminar as ONGs independentes, nacionais ou internacionais, as associações ligadas a Igrejas – que em todo o caso prestam o serviço (e sem custo para o governo) de minorar as dificuldades de muitas populações e mitigar potenciais riscos políticos ligados à gravidade da crise social –, mas é possível limitar os riscos da sua autonomia: criando pura e simplesmente outras ONGs; tendo para com muitas delas, sem credibilidade nem meios, uma política de compra e satelização; tentando neutralizar relativamente (através de subvenções oficiais por «utilidade pública» e outras «atenções» individualizadas para organizações ou dirigentes) as mais credíveis dentre as angolanas, que o regime considera não hostis – isso com maior ou menor sucesso; tendo ainda, uma política modulada em relação às reivindicações de várias igrejas.

Em relação às ONGs internacionais (impedidas como todas, durante o conflito, de levar ajuda às populações do lado da rebelião) e perante a atitude de independência manifestada por algumas delas desde o fim do conflito[28], o governo já anunciou que vai rever as condições que permitem a sua actuação, não as deixando intervir independentemente dos planos governamentais. No actual contexto, e embora a coordenação do trabalho humanitário seja concerteza desejável, é grande o risco de que os planos de ajuda humanitária, de

[28] Ver CM 2003b.

reinserção ou de desenvolvimento do governo, sejam os que mais convêm ao regime neste período pré-eleitoral.

É também possível neutralizar suficientemente outras personalidades sociais ou profissionais, possíveis líderes de opinião e quadros individuais, utilizando entre outros meios a multiplicidade de organismos e institutos de consulta, conselho e coordenação, criados há anos e que só às vezes são úteis ao país, mas sendo-o geralmente ao poder, constituindo sinecuras e prebendas para quem os dirige e assegurando a limitação da sua autonomia. Esta situação de dependência faz de vários «peritos» e «analistas», verdadeiros «intelectuais orgânicos» do poder, declarados ou mascarados; e não impede (antes visa credibilizar) a sua intervenção dita «independente» para reforçar as posições do regime. Além disso, é notável o recente acentuar do controlo sobre as organizações profissionais politicamente sensíveis (como os advogados e os jornalistas), através da promoção para as suas direcções de indivíduos mais próximos do regime.

Mas, como já referi, a política de neutralização da sociedade civil foi concebida com uma dimensão muito superior à de outros países, tendo-se o Presidente lançado (já depois de Lusaka), numa estratégia de maior alcance e benefício: a constituição da sua própria «sociedade civil», muito mais potente e rica do que a restante sociedade civil pela magnitude dos contributos que tanto as multinacionais do petróleo como as grandes empresas públicas são «incitadas» a dar à Fundação Eduardo dos Santos (FESA) e à galáxia de outras fundações e organizações dirigidas por próximos (familiares ou membros eminentes da oligarquia). Com dinheiro vindo também e em parte dos rendimentos do Estado, estas fundações e associações fornecem ao povo abandonado por esse mesmo Estado, ajudas e ofertas em nome do Presidente, tornado benfeitor e cada vez mais ruidosamente celebrado – imagem perfeita e cúmulo do poder clientelista[29].

Esta política é acompanhada da criação de associações activistas e de ONGs agindo mais perto do terreno e deste modo mais susceptíveis de orientarem as populações. Com todo o dinheiro que vem do petróleo, das empresas públicas e privadas (amigas), das subvenções do Estado ao abrigo do estatuto de «utilidade publica», de fundos vindos não se sabe bem de onde (ver por exemplo o caso da AJAPRAZ), e contando inclusive com o contributo de cooperações estrangeiras (às quais as ONG's amigas são, central ou regionalmente, «indicadas» pelo governo), e enquanto o Estado não cumpre as suas tarefas sociais mínimas, as populações tornam-se dependentes desta beneficência, ostensivamente oriunda «dos do poder». A constituição duma rede de «GONG» («governamentais organizações não governamentais») particularmente bem financiadas e com forte pendor presidencial é central para assegurar a eficácia da dominação clientelista, e é também útil para assegurar um nível de envolvimento de interesses privados e governamentais internacionais nesta «privatização» da sociedade civil. Prolonga-se com uma política de agremiação pontual ou formalizada com organizações várias (de base local ou temática, como a Famul ou os comités de bairro em Luanda, ou no seio do Conselho da Juventude e outras estruturas) que permita alargar a mobilização «civil» em proveito de posições nitidamente favoráveis ao governo, sempre e quando é julgado necessário. Esta constituição pelo regime dos seus «independentes» não se limita às ONGs: formam-se várias agremiações – de «autoridades tradicionais», de partidos, etc. – ditas independentes mas de estrita obediência ao regime, quando se torna útil para contrapôr às coligações que se formam fora do seu alcance.

---

[29] Ver CM 1996 sobre a FESA e o seu lugar na economia política.

Aos efeitos da obstrução dos direitos dos cidadãos, aos efeitos da arbitrariedade impune do poder (parecida com aquilo a que os argelinos chamam de *hogra*, mistura de iniquidade e de desprezo), vem juntar-se a situação miserável da massa de assalariados, camponeses e negociantes e trabalhadores do sector informal, sendo que, mais de dois anos depois de Luena, Angola continua a ocupar lugares quase tão baixos na classificação do PNUD como os que ocupava durante a guerra, com níveis indecentemente reduzidos no que concerne aos rendimentos, ao acesso à água, à educação, à saúde, isto num país com tantos recursos e com dirigentes tão ricos.

Esta situação não é só o resultado das destruições da guerra e da imensidão das tarefas de reconstrução. É também o produto de uma *política* do governo – através da corrupção sistémica; da sub-orçamentação dos sectores sociais; da existência de um salário mínimo irrisório; da ausência (que conseguiu graças à sua vitória militar) dum processo prioritário, calendarizado e nacional de desmobilização e reinserção dos soldados, de reassentamento dos deslocados e refugiados (um processo que deveria ter sido fiscalizado interna e internacionalmente e realizado em condições minimamente dignas); da sua recusa em apresentar à comunidade internacional os actos mínimos de transparência (cuja inexistência impede a realização de uma conferência de doadores que possa trazer ao país avultadas somas para a sua reconstrução).

O conjunto dos meios de que dispõe o Estado-partido e as pressões exercidas, tanto pela situação objectiva (que como vimos é também produzida por acção e inacção), como pelos dispositivos e práticas do poder, têm uma dinâmica cumulativa: a de um reforço da dominação clientelista, assegurando o seu sucesso parcial, apesar do pouco que o regime dá à massa dos cidadãos (ou até do seu abandono). O exercício do poder pelo uso ou a ameaça da força não está fora de questão, nomeadamente se for julgado necessário ou útil para amedrontar as populações e subtraí-las à influência daqueles que podem ser considerados como defensores dos seus interesses (Igrejas ou ONGs viradas para a defesa dos direitos) ou nos quais se reconhecem politicamente (UNITA, independentistas cabindeses, ou outro dos partidos da oposição) e dos quais são assim incitadas a desertar. Contudo, o uso da força em muitos casos nem sequer chega a ser necessário: a discriminação nas ajudas, na distribuição de bens e serviços essenciais, na mera possibilidade dos indivíduos fazerem valer a sua cidadania (e direito ao voto) através da posse de bilhetes de identidade e de outros documentos e a evidência de que o Estado está estritamente nas mãos do poder, são em muitos casos suficientes para obter o consentimento à dominação de populações sem esperança de mudança, sem ter que recorrer a uma política de repressão massiva como aquela que tem sido, por exemplo, utilizada desde 2000 no Zimbabwe.

4. Dominação política

É nas mesmas bases de sustentação, e seguindo a mesma lógica de neutralização e esvaziamento da democracia pelo recurso à cooptação ou marginalização, que se desenvolve a acção propriamente política do regime, uma acção que visa assegurar a sua dominação política pela exclusão de todos os «outros» da condução dos destinos do país e, através do controlo do calendário e da organização das eleições, fazer com que esta hegemonia seja mantida e, se possível, reforçada pela vitória eleitoral, esta trazendo mais meios de dominar a legalidade e proteger o arbitrário. Tanto ou mais do que nas áreas até aqui examinadas, esta

parte política da economia política é desde há muito planeada e gerida pelo próprio presidente da República e utilizada para o reforço não só do regime como também do seu poder pessoal.

Sendo a existência prática de um partido-Estado o modo mais fácil e eficaz de exercer uma dominação predadora e impune sob o multipartidarismo, o MPLA é um instrumento essencial na ocupação do Estado (e um grande beneficiário da afectação clientelista das posições de poder que quase monopoliza, e das de acumulação). Mas a preservação deste tipo de dominação exige também que seja um partido «disciplinado», nem que seja para, a bem do regime, assegurar a unidade de voto contra «os outros» na Assembleia democratizada. Isso significa, estruturalmente, que hoje em Angola o partido não pode ser governado democraticamente. E chega para explicar porque, desde a democratização institucional, a política partidária interna do MPLA se caracterizou por procedimentos internos anti-democráticos; explica também porque em cada novo congresso se verificaram – depois de repetidos e insistentemente propalados discursos de mudança, viragem, nova geração, etc., – restrições cada vez maiores das margens permitidas à expressão e decisão dos membros, uma marginalização dos poucos dirigentes mais críticos e um reforço do domínio do Presidente sobre a preparação e as orientações do congresso, sobre as modalidades de eleição – que no caso do Presidente se fazem ainda de mão levantada. Explica porque o «direito a tendências», outrora anunciado e tão propalado, foi reduzido ao direito a «correntes de pensamento» e porque tais correntes nunca apareceram. Explica também, porque o partido se apresenta para fora como um grupo monolítico – onde ninguém sustenta posições que possam minimamente divergir das «orientações superiores» sobre pontos que não sejam marginais. Com efeito – e isso enquanto a UNITA tem, pelo seu lado, dado passos reais na transparência, algo que não deixa de ser inesperado tendo em conta o seu passado totalitário e a sua extrema fraqueza –, o MPLA aparece desde 1991 como *cada vez mais* refractário à democracia interna, como o demonstrou o seu último congresso, onde nada se arriscou no que toca à abertura dos trabalhos de preparação e aos procedimentos internos.

A submissão cada vez maior do partido ao seu Presidente resulta da necessidade de assegurar o bem colectivo de um regime no qual, ao longo de muitos anos e por meio de uma estratégia tenaz e multifacetada, o Presidente se tornou a trave mestra do sistema. Não quer isto dizer que não existam divergências políticas ou conflitos (e, ainda mais, humilhações, se considerarmos a política de insegurança e tensão que o Presidente fomenta até entre os seus mais próximos fiéis), mas enquanto o Presidente não puser em causa os interesses colectivos – tendo-se, pelo contrário, tornado quase o seu único garante possível –, cada vez menos haverá no partido quem ouse divergir dele, e cada vez mais sairá reforçada a sua posição de dominação estatutária e real. Tal situação faz com que, invalidando as propaladas «convicções» de muitos intelectuais angolanos e estrangeiros (e de muitos analistas e diplomatas) segundo as quais só o MPLA pode levar Angola a mudanças democráticas, por ser o único a ter «experiência» de Estado, a possuir a maioria dos quadros, etc. –, não se possa, na base da análise, esperar que seja o MPLA *motu próprio* a mudar o modo de governação que lhe é intrínseco e vital.

Com este aparelho e funcionamento do MPLA, o regime tem a possibilidade de votar as leis que quer, apesar da sua iniquidade e da oposição de todos os outros partidos. Mas pretende ainda mais. Para se manter como único actor estratégico, opera neste domínio segundo a sua linha mestra e lógica «preferida» – a de uma cooptação-neutralização, contornando o funcionamento democrático, a que se pode chamar de «espírito de Gbadolite»

(conforme anteriormente referido) – e que continua viva e largamente eficaz na actual configuração angolana.

Assim, o GURN pôde ser facilmente utilizado nesta lógica, uma vez que tal denominação encobre e mascara a ausência de partilha do poder de decisão – e ainda mais após a derrota da UNITA em 2002, que permitiu ao regime (desligado das obrigações inerentes a um processo de transição que foi evitado) retomar o que julga ser a sua «soberania». A fórmula do GURN constitui, de facto, um modo de governação ideal para o MPLA, não só em relação aos pequenos partidos, que aproveitam as suas menores (ainda que para eles preciosas) benesses, mas também e sobretudo em relação à UNITA, na medida em que o governo pôde em 2002 remeter todas as «questões pendentes» do «processo de paz» para um «mecanismo bilateral» com a UNITA – um mecanismo mal definido e a que o governo só recorre quando acha oportuno. O GURN é assim politicamente para a UNITA uma quase necessidade: por um lado, é (como o Parlamento) uma fonte legal de fundos essenciais (através de salários e outras vantagens legais essenciais) para a sua sobrevivência enquanto partido, uma vez que o terreno económico está fechado e controlado; por outro lado, o seu lugar no GURN representa e simboliza o reconhecimento oficial de que o partido tem um lugar político especial. Contudo, o reverso desta medalha é que o GURN é também para a UNITA um logro: os seus ministros não têm nenhum poder e só executam o que o governo (isto é, o regime) decide; e a sua participação no governo nem sequer serve à UNITA para assegurar minimamente a aplicação do pouco que havia sido «negociado» em 2002 no Luena ou em Alvalade no que se refere tanto aos desmobilizados como aos cargos de administração – os governadores provinciais ou embaixadores da UNITA são facilmente abafados politicamente, tanto pelos seus vices ou subordinados (pertencentes ao MPLA) como pelo peso de todo o restante aparelho de Estado e da administração. O «governo», por sua parte, toma a liberdade de não conceder ou atrasar aquilo que foi decidido (substituição dos ministros da UNITA no GURN, nomeação do vice-governador em Luanda, etc.) – podendo inclusive utilizar estes atrasos ou não cumprimentos como meio de chantagem e pressão sobre a UNITA para que esta aceite posições que servem interesses importantes do regime (como efectivamente fez no que se refere à nomeação dos governadores provinciais).

Essa ampla margem de arbitrariedade e de chantagem que o regime usa, ostentando o seu poder, tem objectivos variados e importantes para a consolidação do seu domínio. De um lado, visa impedir que a UNITA se autonomize ou faça alianças com outras forças da oposição que venham a dificultar (senão mesmo a pôr em causa) a política seguida, e pressionando-a a dar *já* ao regime a maioria de dois terços que lhe faz falta para mudar pontos da Constituição. Por outro lado, visa também – conjuntamente com a afectação de prebendas pessoais e ocultas a dirigentes da UNITA e com a busca tenaz, nela e nos partidos que interessam, de novos «renovadores» – intervir para enfraquecer a UNITA (e a oposição em geral) para facilitar uma vitória nas urnas. Nesta perspectiva, cria divisões na direcção da UNITA, suscitando o desafecto das suas bases mediante a difusão da ideia de que enquanto estas são deixadas ao abandono pelo governo e muitas vezes discriminadas, sobretudo no interior, «os dirigentes vivem regaladamente em Luanda». Depois da morte de Savimbi e apesar da derrota militar, a UNITA manifestou a sua capacidade de sobreviver como organização política, tendo sido capaz de resistir à forte pressão exercida pelo regime sobre a sua direcção no Luena e no período posterior, e optou no seu Congresso por não aceitar (para se poder reconstruir), a bipolarização subalterna que o regime lhe propunha,

mas sim escolher o jogo democrático. No entanto, o facto de se manter no GURN aparece como uma limitação à sua autonomia e também à sua capacidade de unidade com outros partidos ou com actores independentes; além disso, dá azo à política de subalternização praticada pelo regime: que não tendo desvantagens para este, é para a UNITA um factor potencialmente destruidor.

Mas não é só através do GURN que o regime leva por diante a sua verdadeira concepção da política, contornando as regras da democracia sob a superfície da política formal. Assim, quando as instituições democráticas não dão os resultados esperados, o regime passa por cima delas. Recorre largamente à «consulta» ("da sociedade", de partidos, de peritos, etc.) quando e onde quer e de forma selectiva, através de organismos, institutos, conselhos, etc., suficientemente controlados para avalizarem decisões já tomadas ou contraporem-se a posições incómodas de opositores, ou conjunturalmente para «fazer passar» leis e medidas que visam restringir direitos e liberdades importantes (*e.g.* o projecto de lei sobre a imprensa e a lei de terras), avalizadas e legitimadas por este meio como tendo sido democraticamente elaboradas (cumprindo aparentemente o requisito democrático de «ouvir as diversas forças vivas da sociedade»), ainda que não tenham efectivamente em conta as opiniões que não convêm ao regime.

Este recurso ao *by-pass* das instituições idóneas e à pseudo abertura das consultas é igualmente utilizado em casos da maior importância para a estratégia política do regime, tal como aconteceu com o recente problema da marcação da data das eleições. Logo após o fim da guerra, a oposição defendeu a possibilidade e o desejo de um escrutínio em 2004 ou 2005, assumindo progressivamente, e à medida que o tempo passava sem que nada fosse feito ou decidido para que este tivesse lugar, uma postura de maior exigência e união em torno do objectivo de levar o Presidente a marcar finalmente, e como lhe incumbia, o período para a realização dessas eleições: em Maio de 2004 a oposição decidiu sair da Comissão Constitucional até que o Presidente se pronunciasse, atitude esta que foi imediatamente estigmatizada de forma ruidosa pelo regime. Contudo, face ao insucesso destas denúncias em fazer ceder a oposição e face a pressões do meio diplomático (que dificilmente podia conservar o silêncio sobre este ponto), o Presidente teve dificuldade em continuar evasivo. Decidiu pôr fim ao debate deslocando-o do Parlamento e reunindo o seu órgão consultivo, o Conselho da República: este «aconselhou-o» a realizar o escrutínio antes do fim de 2006. Com esta reunião o Presidente considerou-se desde logo dispensado de se pronunciar oficial e pessoalmente, acto que no entanto é obrigatório para se poder iniciar uma série de tarefas indispensáveis para que as eleições sejam realmente possíveis nesse ano ainda longínquo e vagamente encarado – e que se mantém até agora como uma data apenas «admitida».

E quando recentemente um outro «impasse» para a estratégia do regime resultou da unidade mantida pela oposição no Parlamento contra uma outra posição crucial para o regime – que o voto da nova Constituição seja anterior às eleições, ou seja, efectuado pelo actual Parlamento (eleito em 1992) onde o partido no poder tem maioria absoluta e onde espera obter o acordo de um número suficiente de parlamentares, incluindo alguns da UNITA, para alcançar a necessária maioria de dois terços exigida para quaisquer alterações à Constituição –, o MPLA desencadeou uma campanha de propaganda e denúncia veementes, contra uma oposição dita «obstrutora do processo democrático», levada a cabo não só pelos dirigentes do partido, mas também por peritos e catedráticos nacionais e estrangeiros (como vimos nesta conferência), sustentando de forma imparável toda uma fundamentação

legal duma posição que, no entanto, é altamente política – e que significa que no dia em que os eleitores forem finalmente chamados a escolher os seus deputados e o seu Presidente, já estará fora do seu alcance influir através do voto sobre a sua lei magna que é a Constituiçao. Este tipo de movimentações e atitudes por parte do regime constitui um prenúncio claro de que não está disposto a procurar uma solução de conciliação no seio dos órgãos democráticos[30].

A deslocação do debate e da decisão para fora do Parlamento (quando este não dá os resultados esperados pelo regime devido ao simples facto de a oposição exercer os seus direitos), manifesta o desprezo essencial do regime pelos outros e pela democracia. Este desprezo não é só um dado adquirido ao longo de anos de dominação impune, e ainda menos um vestígio de tempos antigos. É um instrumento do regime na sua mais recente e grande estratégia (levada a cabo, economico-político-diplomatico-militarmente, pelo menos desde 1998) para assegurar, apesar da paz e do multipartismo, a preservação do seu poder.

Com o adiamento do acto eleitoral, e enquanto evitou qualquer organização, observação ou fiscalização oficial (nacional ou internacional) da preparação e realização das eleições, o poder ficou livre de organizar o terreno para a preparação do escrutínio com todos os meios de que dispõe a fim de dominar o processo eleitoral. Só muito tardiamente a administração começou a implementar as tarefas que incontestavelmente lhe incumbem (*e.g.* preparação das condições do recenseamento e a elaboração das listas eleitorais), isto sem ter realizado um reassentamento das populações em condições minimamente aceitáveis – facto que poderá vir a constituir um novo motivo para o adiamento das eleições (se se vier a considerar oportuno). O regime recusa as propostas de medidas susceptíveis de evitar o seu domínio sobre o processo, nomeadamente no que respeita à formação dum Conselho Nacional de Eleições que não seja só formalmente independente e que possa ter funções de efectiva fiscalização sobre o processo de preparação das eleições e sobre as listas eleitorais; recusa também aceitar uma observação nacional e internacional capaz, abrangente e independente (e que não seja massivamente composta por civis, amigos ou complacentes com o poder governamental) e cujo trabalho não se limite ao dia do sufrágio mas abranja as fases anterior e posterior, onde as grandes fraudes sempre acontecem. Em suma, o regime recusa as condições propícias a assegurar a efectiva liberdade de escolha das populações e a transparência do escrutínio.

Além disso, quem já prepara o terreno eleitoral em todo o território é o «partido no poder», aproveitando nomeadamente a escolha necessária (ainda que tardia) que fez de abandonar as células dos locais de trabalho (provindo do tempo do partido único) para pôr em marcha uma grande campanha para a sua implantação nos locais de residência, nas comunas e bairros, «de Cabinda ao Cunene», visando um enquadramento mais estreito das populações – um movimento acompanhado duma política de recrutamento massivo. Deste modo, o MPLA, antes do governo e muito antes da abertura oficial do período

[30] *Nota complementar* (Novembro de 2004): Não tendo isso chegado para dividir e fazer ceder a oposição, não foi, uma vez mais, no seio do órgão democrático máximo, o Parlamento, que se buscou um acordo. O Presidente decidiu ocupar-se pessoalmente da questão, mudando totalmente a linha de actuação: declarou «ter pensado» que era sim possível fazer as eleições legislativas antes da adopção da Constituição, mas não a eleição presidencial, que só se poderia realizar depois. Assim, além de destruir toda a pertinência do esforço gigantesco de legitimação feito pelos seus fiéis no Parlamento, nos *medias* e em vários fórums, a sua posição iria reforçar ainda mais a sua margem de manobra em relação aos acontecimentos dado que, por enquanto, isso ficou só um «pensamento» do Presidente (sem que se tenha ainda pronunciado sobre o período para a realização das eleições) – deixando aberta a porta a todo e qualquer *volte-face*.

eleitoral (ainda indefinido), começou a campanha em favor do regime. O que está em jogo em todos estes dispositivos e na actuação do partido no poder é considerável: pretende-se não só ganhar o escrutínio com maioria absoluta, mas também atingir a maioria de dois terços que permita alterar à vontade a Constituição (uma vez que passaria a depender exclusivamente dos votos próprios), podendo deste modo consolidar «democraticamente» a sua dominação e assegurar a sua futura imunidade e impunidade. Tendo em conta os meios que o regime detém e o uso que de há longa data sabe fazer da dialéctica clientelista de cooptação-neutralização, não se pode de modo algum excluir a possibilidade de ganhar uma maioria de eleitores no seio de populações derelictas.

Por fim, no âmbito de uma análise da economia política, há que notar a extrema discrepância entre a legitimidade reivindicada pelo regime – democrática – e a que funciona na realidade, a todos os níveis e em todos os sectores (até no seio do partido no poder) e que assegura a adesão, o consentimento, a resignação ou a submissão de que ele pode beneficiar: não é de facto a legitimidade dada por cidadãos à *autoridade dum Estado* que, assegurando-lhes liberdades «reais» (sócio-económicas) e formais (direitos, igualdade, justiça), é por eles respeitado enquanto seu representante; é, sim, essa legitimidade – clientelista – de *sujeitos a um poder* do arbítrio e à potência de quem se depende para gozar de direitos substituídos por privilégios e favores, para poderem realizar a sua vida em condições minimamente aceitáveis, aceder a bens e serviços essenciais, para terem a protecção e a segurança que a lei e o Estado não lhes asseguram.

É igualmente de notar que não há ideologia da parte do regime que possa credivelmente unir e mobilizar a nação. Certamente não pode ser a afirmação de que a «burguesia nacional» que ele representaria é portadora a termo, «como sempre assim foi na história», do progresso económico, social e democrático[31]. Não só esta tese carece de sinais anunciadores (e até atesta, implicitamente, que tais indícios não existem, visando minimizar a sua ausência), mas resiste mal à realidade da dita «burguesia» «nacional» angolana, que não passa de uma oligarquia cujo topo está intimamente ligado ao grande capital estrangeiro, que é promovida pelo poder político e que está hoje demasiadamente dependente da preservação dum regime que não tenha que dar conta da sua governação.

Este vazio ideológico é preenchido pela afirmação vocal duma «soberania» reencontrada. Esta é largamente utilizada contra as «ingerências» e as «exigências indevidas» (as da transparência) de uma comunidade internacional que, depois de ter fortemente contribuído, desde 1993, para assegurar não só a posição do governo face à rebelião, mas também a dominação do poder sobre a sociedade, está hoje intimamente associada aos interesses do regime e é preciosa para o desenvolvimento económico das bases dessa dominação. Mas a soberania é também reivindicada como a do próprio governo sobre os destinos do país: contra quem contesta as suas decisões e a sua actuação, contra quaisquer fiscalizações e contra todos os eventuais contra-poderes – *fundamentalmente contra a autonomia* e o direito do povo a pedir contas aos seus representantes .

A ideologia que faz falta é também substituída pelo recurso a um discurso sobre a unidade e a reconciliação nacionais. Este pode ser visto, no melhor dos casos e na ausência de uma política ou prática efectivas de unidade e de reconciliação da parte do poder, como oco,

[31] Como foi, por exemplo, expresso pelo economista que participou na mesa redonda que encerrou esta conferência.

ou como uma mera manobra de diversão. Mas o apelo à reconciliação e união é essencialmente destinado aos outros e constitui, além duma retórica inócua, uma pressão sobre eles para que colaborem e não contestem o governo, dito representante dos interesses nacionais. Quando cerca de 15 anos depois da institucionalização do multipartidarismo o hino nacional, a bandeira, a história, as suas datas, os seus heróis célebres e os seus monumentos ainda são os do tempo do partido único, tal discurso, pressionando para que todos se submetam a uma nação assim tão partidarizada, constitui um instrumento suplementar de dominação. Além disso, pode notar-se que com a insistência sobre este tema da reconciliação o governo ilude a questão da democracia, dos direitos dos cidadãos enquanto campanha e *tarefa* do próprio governo. E não é anódino que estas questões sejam antes confiadas ao próprio partido, que se encarrega de levar por diante uma grande campanha nacional «para o civismo», sob a égide de um «Gabinete da Cidadania e da Sociedade Civil» cujo título indica o seu campo de acção e ambição[32]. Este dispositivo não vem apenas reforçar ainda mais a sistemática confusão partido-Estado, mas inclusivamente promove o *partido*, e não o governo (embora utilize todos os meios do Estado de que pode dispor...) à condição de arauto e melhor representante desse civismo e dos direitos dos cidadãos, posição que se pretende retirar das mãos independentes (religiosas ou laicas) cuja autonomia, em antagonismo com o modo de governação do regime, é combatida[33].

Nestas condições, num contexto onde a impunidade do poder, a partidarização do Estado e a política de limitação da autonomia dos movimentos sociais ou dos partidos são a regra, tanto a afirmação da soberania do Estado, como o apelo ao civismo feito pelo partido no poder e o discurso de reconciliação nacional do governo, visam impor na prática e nas mentes a ideia de que partido e Estado são sinónimos, confiscando a nação em proveito do partido-Estado. Fica bastante claro que ao nível simbólico esta política consiste em tentar recriar, sob a forma modificada imposta pelo multipartidarismo, a antiga equação «MPLA = povo» – isto é, em construir uma nova exclusão ideológica (fora do povo) dos «dissidentes» e opositores ao partido, o que constitui um grave recuo, ainda mais quando se põe em marcha a máquina pré-eleitoral do regime e quando a sua campanha visa marginalizá-los. Assim, a transformação dos angolanos não alinhados em «inimigos do povo e da nação» é um desvio que o regime não faz questão de pôr de lado, uma vez que, como vimos em vários aspectos da sua actuação, está a construir as suas possíveis bases.

---

[32] O «Gabinete de cidadania» foi confiado a pessoas de trato aberto e vistas como «moderadas» – dando seguimento a um procedimento desde há muito empregue pelo Presidente, que visa utilizar competências e cultivar uma imagem de promotor das forças jovens, modernas e abertas, enquanto assegura a disciplina sobre o essencial. Este procedimento relembra o que se passou no fim dos anos 80 com a elaboração de um plano de reformas modernizadoras (o SEF): foi confiado a economistas liberais que fossem empenhados e credíveis, mas a reforma ficou rapidamente abortada em tudo aquilo que implicava de ruptura com o sistema.

[33] Essa autonomia já tinha sido combatida durante a última guerra, não apenas pelos seus objectivos precisos quanto à paz, mas também enquanto tal. O regime considerava que essa autonomia levava à incursão no terreno «político» – ainda que na realidade se situasse plenamente no campo cívico –, um terreno de que pretendia conservar o domínio.

Conclusão

Uma análise em termos de economia política – isto é, tendo em conta o conjunto dos modos de apropriação e de redistribuição dos meios, dispositivos e práticas do sistema político em que esta se baseia – é indispensável para definir a natureza de cada «transição democrática» (em África ou na Europa do Leste, por exemplo). Pode haver divergências sobre a interpretação dos dados, mas em todo o caso não é possível efectuar um exame baseado apenas no sistema político formal (e, claro, no discurso) para tirar conclusões sobre a sua natureza, sob pena de nos mantermos no dogma a que pode ser reduzida essa noção de transição democrática – a equação: democratização = desregulação económica + liberalização política institucional.

Nesta linha de análise, não é possível concluir dizendo que o sistema político angolano é democrático e contentarmo-nos, face aos desmentidos e às contradições flagrantes que a realidade social e política fornece, com o argumento de que esta democracia é «ainda jovem». O exame aqui feito em termos demasiado rápidos mostra antes que o que aconteceu realmente em Angola foi a reconversão de um poder ditatorial de partido único em poder hegemónico autoritário adaptado ao multipartidarismo, mas onde a democracia e a legalidade são ao mesmo tempo utilizadas e ignoradas, contornadas e violadas *num e por um sistema político real*, uma economia política que comportando vários outros meios assegura o domínio de uma oligarquia ligada pelo cordão umbilical a um poder arbitrário e predador, cuja legitimidade – ao mesmo tempo real e deliberadamente planeada e construída – é de natureza clientelista, não democrática. O novo capitalismo angolano não é liberal, caracterizando-se antes pelo contrário, pela extrema interferência do poder político na afectação das posições de acumulação e na possibilidade real, para os vários cidadãos, de desenvolver as suas riquezas – a exemplo de muitas outras pretensas «democracias», mas em Angola com um cunho particular, dada a amplitude da apropriação possível e do controlo dos meios de dominação por parte do Presidente.

Também não podemos falar hoje de «democracia emergente» em Angola, como se estivéssemos no início de um processo bem encaminhado apesar da inevitável lentidão e das dificuldades inerentes aos desgastes provocados pelas guerras, ainda que estas dificuldades sejam inegavelmente enormes. Infelizmente, a análise demonstra talvez o inverso: no sistema político real e apesar de contradições secundárias, tanto a (des)governação como a denegação de justiça, os atentados aos direitos dos cidadãos, a miséria massiva, a corrupção sistemática no Estado e na sociedade e os «excessos» das forças de ordem, não constituem regra geral «insuficiências» inevitáveis ou «desvios» meramente imputáveis a certos indivíduos. Longe de serem obstáculos ao funcionamento da economia política angolana, são-lhe estruturais e funcionais desde que não ultrapassem certos limites (e, dada a magnitude do seu poderio clientelista, o regime dispõe dos meios necessários para que tais limites não sejam ultrapassados), ao mesmo tempo que através da sua prática da «democracia» mostra claramente ao povo que, haja o que houver, faça-se o que se fizer, «manda como quer». Esta demonstração e o sentimento de impotência que gera na grande massa dos angolanos vem reforçar ainda mais a capacidade de dominação não democrática do poder.

Lista de publicações minhas de interesse para o tema e onde se encontrarão referências a outros autores*

1993 «Social and political background to the 'democratization' and the peace process in Angola», in *Democratization in Angola*, Leiden, African Studies Centre, pp. 13-42.

1994a «Angola : le retour à la guerre ou l'inavouable faillite d'une intervention internationale», *L'Afrique politique 1994* (Paris, Karthala / Bordeaux, CEAN), pp. 199-229.

1994b «Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition. I. De la guerre à la paix (1975-1991): le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais», *Lusotopie* (Paris, L'Harmattan/ Bordeaux, Maison des Pays ibériques), 1-2, 1994, pp. 155-210.

1995 «Angola. Les voies de l'ethnisation et de la décomposition. II Transition à la démocratie ou marche à la guerre? L'épanouissement des deux 'partis armés' (mai 1991-septembre 1992», *Lusotopie*, 3 (Paris, Karthala), pp. 181-212.

1998 *Une capitale dans la guerre : ordre politique et violences à Luanda* [dir. Centre d'études et de recherches internationales – Direction des affaires stratégiques], Projet de recherches sur les « villes en guerre », multigr.

1999a «La Fondation Eduardo dos Santos (FESA) : à propos de l'»investissement» de la société civile par le pouvoir angolais», *Politique africaine*, n° 73, mars 1999, pp. 82-102.

2001 « The Eduardo dos Santos Foundation : Or, How Angola's Regime is Taking over Civil Society », *African Affairs*, 100 , March 2001, pp. 287-309. (P)

1999b « A propos des "transitions démocratiques". Notes comparatives et préalables à l'analyse du cas angolais », *Africana Studia* (Porto), 2, 1999, pp. 61-95.

2001« Une «petite guerre» dans «l'endroit le plus excitant au monde». Angola : une «victoire» sans fin ? », *Politique africaine*, 80, mars 2001,

2002 « Fin de la guerre, enfin, en Angola. Vers quelle paix ?, *Politique africaine*, 86, juin, pp. 83-195.

2002 « Angola. A Caminho de que Paz ? », *História* (Lisboa), 51, novembre , pp. 26-32

2003a « Des alliances de la guerre froide à la juridisation du conflit », *in* P. Hassner & R. Marchal, eds., *Guerres et sociétés. Etat et violence après la Guerre froide*, Paris, Karthala, 2003, pp. 491-519.

2003b « Angola. 'Malheur aux vaincus !'. Les coûts d'une 'guerre pour la paix ' », in MSF,: *A l'ombre des guerres justes*, Paris, Flamarion, pp. 119-143.

2003c « Les Églises et la dernière guerre en Angola (1998-2002). Les voies difficiles de l'engagement pour une paix juste», in « Religion, guerre et paix / Religion, War and Peace », *Le Fait missionnaire. Missions et Sciences Sociales*, n°13, octobre 2003, pp. 75-117.

2004 « Why did Bicesse and Lusaka fail? A Critical analysis » *in* G. Meier, ed., *From military peace to social justice. The Angolan Peace Process*, Londres, Conciliation Resources [français, anglais, portugais]

*Também se pode seguir numa forma abreviada o desenvolver da situação angolana ano a ano nos meus artigos no anuário *L'état du monde*, Paris, La Découverte, e encontrar uma síntese mais histórica dos desenvolvimentos angolanos, em inglês, em CM 1997, «Angola, The Challenge of Statehood», in David Birmingham & Phillis Martin, eds, *History of Central Africa*. Vol. III: *The Contemporary Years*, London, Longman, pp. 131-165

A PROBLEMÁTICA DO PLURALISMO EM MOÇAMBIQUE, NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA COMPARADA

Michel Cahen
Centre d'Étude d'Afrique Noire – Bordeaux.

Há duas questões que não serão discutidas neste texto, porque considero que já está adquirido que a resposta tem que ser «sim» a ambas :

– precisa África de democracia?

– precisa a democracia de pluralismo?

As sociedades africanas como quaisquer outras são historicamente plurais e as pessoas precisam de poder discutir e decidir do seu futuro. Isto não implica em nada um mimetismo para com a Europa, mas implica que *a problemática democrática é, a longo prazo, uma questão central para as sociedades africanas*. É no quadro desta perspectiva que me vou debruçar.

Moçambique e Angola têm alguns pontos comuns e muitas diferenças. Os pontos comuns são o de serem países de antiga colonização portuguesa, de terem experimentado uma independência conquistada pela força das armas, umas primeiras Repúblicas sob a forma de partidos únicos, reivindicando-se, a partir de 1977, de «marxistas-leninistas»; ponto comum também é o de terem vivido cruéis guerras civis, com guerrilhas apoiadas pela África do Sul do *apartheid*, tendo acabado por se abrir ao pluralismo na década de noventa. Podem ainda encontrar-se outros pontos comuns, mas as diferenças são inúmeras. Não vou debruçar-me essencialmente sobre as diferenças conjunturais ou cronológicas – a primeira das quais teria sido a guerra civil acabar em Moçambique logo em 1992, e em Angola só dez anos mais tarde. Vou debruçar-me sobre *diferenças históricas e estruturais*.

Dois partidos únicos em dois mundos diferentes

MPLA e Frelimo foram dois partidos únicos, dois partidos-Estado e dois partidos-nações. Mas a comparação fica por aqui. Com efeito, para ser partido único, o MPLA teve que fazer uma guerra contra duas outras componentes importantes do nacionalismo angolano – a FNLA e a UNITA – e proibir mais algumas pequenas correntes civis, associativas ou até partidárias (OCA, CAC, etc.). Teve que fazer o 27 de Maio de 1977. A Frelimo nunca teve que fazer isto. Significa isto que a Frelimo conseguiu, mais do que o MPLA, ser um «amplo movimento», uma «família alargada», conseguiu *unificar* as componentes do nacionalismo moçambicano? Para responder a essa pergunta, temos que voltar à história.

A história geopolítica de Moçambique é muito diferente da de Angola. Em Angola como em Moçambique, a passagem do mercantilismo escravocrato-colonial para o capitalismo colonial foi um período de mudanças internas importantíssimas. Mas, pelo menos em Angola, isto não revolucionou a geopolítica interna do país. Luanda ficou a cidade capital, o que significa que o *capitalismo colonial teve o seu centro no mesmo lugar que tinha produzido a elite crioula da época anterior.*

Em Moçambique, a situação foi completamente diferente. O coração do «velho Moçambique» mercantilista e esclavagista estava situado na zona dos prazos, isto é a sul e norte do Zambeze e na Zambézia, e também nas terras firmes do Mossuril e ilhas de Moçambique e Ibo. A implantação do capitalismo colonial precisou de guerras duras contra os senhorios dos prazos e contra os achikundas[1]. Mas além disto, a implantação do capitalismo colonial levou Portugal a uma decisão de longo alcance, isto é, a mudança de capital de Moçambique (a Ilha) para Lourenço Marques, para «ligar» a economia incipiente de Moçambique no capitalismo do *Rand* e do *Transvaal*.

Ora, é importante ver que, até essa altura, Lourenço Marques – isto é, para o ingleses, a *Delagoa Bay* – quase não era Moçambique, era uma peça muito secundária e muito austral da fraca presença portuguesa na costa do Índico. Quero com isto dizer: a passagem do colonialismo mercantilista e esclavagista para o capitalismo colonial não foi só uma tremenda mudança económica e social, *mas também uma mudança espacial e geopolítica.* Toda a «velha crioulidade» do Índico, da Ilha do Ibo, da Ilha de Moçambique, de Quelimane, Chinde, Tete – luso-suíle, luso-bantu, luso-indiana, mas também crioulidade socio-cultural muitas vezes completamente negra – foi social, económica, política e culturalmente marginalizada e nunca conseguiu recuperar: parte dela migrou para a Beira ou mesmo Lourenço Marques, mas essas duas cidades eram antes de tudo criação *ex-nihilo* do capitalismo colonial do fim do século xix e princípios do século xx. Sobretudo em Lourenço Marques, isto quer dizer que na nova e pequeníssima elite africana quase não há continuidade com antigos núcleos de elite, quer tradicional quer de antiga crioulidade. Alias, o número global de «assimilados» em Moçambique foi sempre muito mais reduzido do que em Angola (cerca de cinco vezes menos para uma população duas vezes maior). A nova elite do extremo Sul, incipiente, foi inteiramente uma produção do colonialismo português contemporâneo, com pequenos empregos de escritório, enfermeiros auxiliares, monitores escolares, camionistas, e muito poucos empresários, artesãos, etc., ou seja, não só essa elite era socialmente exterior à esfera da produção de bens e quase integralmente posicionada na esfera dos serviços, como também não tinha antecedentes em grandes famílias da época anterior e era ainda exterior às principais etnicidades do país.

Já aqui podemos ver que houve um «desequilíbrio fundador» na nova geração de elites africanas em Moçambique, entre o Centro-Norte e Norte (social e economicamente marginalizados), e o Centro-Sul e Sul (logo integrados na nova fase do colonialismo português).

Mas depois houve outra agravante regional, relativa especificamente ao Centro-Sul. No protonacionalismo moçambicano dos anos trinta e cinquenta, havia associações «africanas» legais (isto é «mestiças») e algumas negras. Mas em Lourenço Marques, aquele associativismo nunca chegou a organizar manifestações e motins. Não foi o caso do Centro-Sul do país. Nesta zona, houve um muito precoce protonacionalismo gerado à volta da Igreja Congregacional (ligada ao *American Board for Foreign Missions*). Pela primeira vez em 1932, houve uma forte manifestação

[1] Os *achikundas* eram os soldados-escravos dos prazos, que, mesmo depois da derrota destes, continuaram a resistir, não querendo tornar-se os indígenas dos portugueses.

de Africanos contra o aumento dos impostos numa altura em que a recessão mundial provocava um desemprego massivo[2]. Mas isto foi no tempo da companhia magestática, a Companhia de Moçambique, à qual Portugal tinha contratado o Território de Manica e Sofala em 1891. Quer dizer, a manifestação dos Africanos em 1932 não pôs em causa directamente a administração portuguesa, uma vez que o aumento dos impostos fora decidido pela administração da Companhia. Aliás, a administração portuguesa até apoiou a formação do Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala, porque essa associação, embora gerida pelo congregacionismo americano, era de facto uma cisão local do congregacionismo. Isto é, paradoxalmente, a administração portuguesa facilitou a africanização do congregacionismo, afastando os padres americanos e suiços, porque africanizando, pensava moçambicanizar, isto é... portugalizar o congregacionismo. Neste período, isto é fins dos anos 1930 e 1940, o inimigo principal não era o «nativismo» mas sim a influência estrangeira – a inglesa (da Companhia) e a americana (da igreja congregacional).

O resultado deste contexto particular foi que o Núcleo Negrófilo surge, no início dos anos cinquenta, como uma potente organização, meia civil meia religiosa, nitidamente *Ndau*[3], isto é, a etnia maioritária na faixa que vai do Zimbabwe até ao Índico, uma organização completamente moderna na cidade da Beira, mas com bases camponesas (na região do vale do rio Save), e operárias (na emigração na República da África do Sul). E, por duas vezes, há motins, em 1953 e 1954. Não é aqui o local para entrar em detalhes mas, resumindo muito, direi que eram manifestações camponesas contra maus tratamentos da administração portuguesa. Houve forte repressão policial, desterros para São Tomé e Príncipe e Norte de Moçambique, e proibição definitiva do Núcleo em 1956.

1956: isto quer dizer, precisamente quando –em meados da década de 50– a jovem elite anticolonialista de Lourenço Marques, na capital, no extremo Sul, está aos poucos a «cristalizar-se», enquanto a elite moderna mas bem ligada a meios camponeses, da Beira, está reprimida e dispersa. Isto explica em grande parte o porquê de serem tão poucos os anticolonialistas do Centro de Moçambique a participarem na fundação da Frelimo em 1962.

Temos pois um dado histórico estrutural – a fraqueza e a marginalização das elites velhas do Centro-Norte e Norte do país– que se combina com um dado político contextual –a repressão precoce do anticolonialismo no Centro-Sul, para explicar a incipiente participação de pessoas do Centro-Sul, Centro-Norte e Norte –aquele enorme «ventre» de Moçambique– na criação e desenvolvimento da Frelimo. A Frelimo surge, basicamente, como uma organização de direcção moderna e sulista, com uma base guerrilheira na etnia *maconde* no extremo Norte. A base social da elite africana do Sul é muito pequena, *mas é a única capaz de criar e exprimir um anticolonialismo modernista.*

A história oficial da Frelimo, sempre repetida até hoje, diz que a Frelimo é o produto de três grupos etno-regionais anteriores, é o produto de uma fusão de várias vertentes protonacionalistas. Não há espaço aqui para entrar em detalhes, mas esta versão funcional da história não corresponde à verdade dos factos. A Frelimo não surge como fusão de partidos regionais, mas como nova organização criada sob forte pressão tanzaniana.

Vamos, pois, ao ponto fulcral para a nossa análise aqui: em Angola, não houve fusão

---

[2] Contra a queda dos seus benefícios por causa da recessão mundial, a Companhia de Moçambique não encontrara melhor ideia de que pressionar ainda mais os africanos «indígenas», aumentando os impostos enquanto os rendimentos deles tinham caído muito em razão dessa mesma recessão.

[3] Os *Ndaus* são uma etnia da grande família dos povos *chonas*.

das várias vertentes do anticolonialismo, com a manutenção de três componentes históricas (MPLA, UPA-FNLA, UNITA) e mais algumas mais pequenas. E em Moçambique, há uma «aparência de fusão» visto ser a Frelimo a única frente a surgir para levar a cabo a luta armada. Só que, pelas razões históricas já apontadas, a *unicidade* da Frelimo não está em nada no produto de uma fusão, de uma unidade. Ao contrário, *a unicidade da Frelimo exprime a incapacidade das outras trajectórias anticolonialistas moçambicanas de conseguirem expressões políticas próprias*, que poderiam manter-se separadamente ou decidirem unificar-se verdadeiramente com a componente do extremo Sul.

Os poucos quadros do Centro, da Zambézia ou do Norte, a entrar na Frelimo, sentiram-se sempre marginalizados dentro da Frelimo, sentiram-se objecto de rancores e foram até violentamente reprimidos. Obviamente, isto foi etnicamente «lido» como expressão do «tribalismo» das pessoas que não eram do Sul. Mas, sem ignorar as etnicidades, *tratava-se muito mais de trajectórias sociais diferentes*, pessoas que tiveram vidas completamente diferentes, nunca se encontrando: o Sul tinha mais relações com a África do Sul do que com o resto de Moçambique, o Centro com a Rodésia do Sul (hoje Zimbabué), o Norte com a Niassalândia (Maláui) ou o Índico, o extremo Norte com a Tanganica (Tanzânia), Zanzibar e Quénia. Esferas diferentes, etnias e línguas diferentes, vidas sociais diferentes, religiões diferentes, etc. O processo de marginalização dentro da Frelimo agravou-se com a morte de Eduardo Mondlane em 1969. As lutas internas foram expressas como lutas entre linhas políticas diferentes (os «político-militares marxistas» contra os «nacionalistas puros»), *só que esses alinhamentos políticos vieram depois, foram o produto das trajectórias sociais da heterogeneidade moçambicana* e não a causa da existência dessas trajectórias.

Isto tudo não é «culpa da Frelimo», visto ser o produto da vida social sob o domínio colonial português. Em contrapartida, o que é «culpa» da Frelimo é a recusa sistemática de encarar essas assimetrias herdadas do colonialismo e, sob um discurso nacionalista radical de unidade nacional, ter encoberto o conservadorismo da dominação sulista dentro do partido (e depois da República). Isto é, *a Frelimo não criou as assimetrias, mas integrou-se nelas, conservando-as e agudizando-as.*

A independência ou o poder do partido-nação

O que aconteceu entre 25 de Abril e 7 de Setembro de 1974 mostra um bocadinho as fraquezas apontadas, com o surgimento de novos pequenos partidos. A Frelimo, durante o decorrer da luta armada, tinha obviamente alargado a sua base camponesa guerrilheira, mas não abriu política, social e etnicamente a sua direcção. As pequenas dissidências, não só tinham sido aproveitadas pelos Portugueses, como ficaram muito fracas. E nos poucos meses entre o 25 de Abril e a formação do governo provisório, nenhum desses pequenos partidos conseguiu adquirir alguma importância.

Isto *não quer dizer* que a Frelimo estivesse certa em impor o partido único, mas sim que *foi fácil* para a Frelimo impô-lo, com o apoio de Portugal. Com efeito, muito embora a base social do pluralismo fosse «objectivamente» fraca, só o pluralismo permitia combater a confusão entre o partido e o Estado, e transitar da legitimidade das armas à legitimidade dos cidadãos. Verificou-se essa confusão «por causa do marxismo»? Não, de absoluto: para perceber as trajectórias, *é preciso inverter a pergunta: é para exprimir o seu desejo de confusão entre o partido e o Estado que a Frelimo precisará de um certo marxismo.*

No centro da problemática *está a questão da nação*: o que é uma constante na história da Frelimo pré-marxista, marxista e pós-marxista, é a questão da «produção da nação», isto é, *um paradigma de modernização autoritária* negando as identidades vividas para criar uma nação como simples dilatação do *habitus* da pequena elite da capital. A Frelimo foi um partido único, foi um partido-Estado, mas, *antes de tudo, foi um partido-nação*. Nessa mente, a Frelimo é o povo organizado, a Frelimo é o vector da nação e *é a nação ela própria*. Quem não está dentro da Frelimo não faz parte nem do povo nem da nação[4]. Isto implica que as dissidências não são divergências políticas mas só podem ser produto de «influências estrangeiras» (ao povo, à nação), ou manifestações de «banditismo», ou uma combinação dos dois.

Aliás, dentro do vocabulário político das bases da Frelimo, é muito nítido que o «povo» não é a população, mas a população integrada no partido, a «população política». A fórmula popular para designar quem *não* faz parte do povo é: «elementos da população». São só «elementos», *não são sociedades* africanas com a sua história, as suas estruturas. Para dizer que não fazem parte da Frelimo, as pessoas dizem: «Eu sou um elemento da população», ou ainda mais simplesmente «sou população», isto é «não sou povo, não sou da Frelimo». Para designar uma pessoa importante que vem da capital para visitar uma vila ou aldeia longínqua, dizem: «Aquele camarada que vem da Nação», isto é, de Maputo, do governo, ou mesmo se for uma camarada que vem de Inhambane, duma aldeia da província de Inhambane: «Aquele camarada que vem da Nação de Inhambane», isto é, do governo provincial.

A Frelimo, sem dúvida, *conseguiu «encher» completamente o imaginário político dos moçambicanos*, não deixando possibilidade para outros imaginários políticos, outros projectos ou expressões da nação.

Nisso a situação é completamente diferente da de Angola. Com efeito, pode dizer-se que em certa medida o imaginário político do MPLA é quase semelhante ao que acabo de descrever relativamente à Frelimo. *Só que o MPLA não conseguiu «encher» completamente o imaginário político dos Angolanos*, e não conseguiu porque a sociedade angolana era historicamente diferente. Em Moçambique só havia um vector de produção do imaginário político, a Frelimo, isto é a *nação proclamada*: não havia concorrência, só marginalidades incapazes de produzir por sí só um outro imaginário político[5].

Em Angola, em 1975 –e também hoje–, *havia pelo menos três grandes trajectórias políticas capazes de reivindicar para si a totalidade da nação imaginada e ninguém contestava que o centro da nação era Luanda*. Por essa razão, pelo facto de existirem essas trajectórias sociais e imaginárias, parece óbvio que a base «objectiva» para o pluralismo estava muito melhor em Angola do que em Moçambique. *Foi para impedir que essa base «objectiva» favorável ao pluralismo se traduza, que houve muito mais violência em Angola*: a guerra civil logo em 1975, o 27 de Maio de 1977, uma guerra civil dez anos mais longa do que em Moçambique e, ainda hoje (mesmo depois da derrota militar da Unita), um enquadramento das populações nos bairros suburbanos muito mais apertado (e, se for preciso, violento[6]) do que em Moçambique.

[4] Nota-se uma grande continuidade neste nível; ainda hoje, a mensagem polÍtica da Frelimo está fundamentada na tese de ela própria constituir a unidade nacional.

[5] Em outro artigo mostrei como durante a guerra civil e depois dela, para a Renamo (Resitência Nacional de Moçambique), o inimigo era o modelo, ou seja, assumia o modelo da Frelimo, não sendo capaz de produzir um outro modelo de nação e de Estado. M. Cahen, «Entrons dans la nation». Notes pour une étude du discours politique de la marginalité. Le cas de la Renamo du Mozambique», *Politique africaine* (Paris, Karthala), Outubro 1997, 67: 70-88.

[6] Pode-se perguntar, por exemplo, porque é que as milícias do MPLA, que ficaram sem base legal durante a guerra civil, foram legalizadas, continuando a sua existência precisamente agora que a guerra acabou...?

Em Moçambique, incluindo a *psicologia da guerra*, foi diferente: a Renamo nunca produziu um discurso político alternativo ao da Frelimo. Obviamente o seu discurso era primariamente anticomunista, mas nunca houve tentativa de definir positivamente outros imaginários nacionais: por exemplo, a Renamo nunca teorizou sobre «genuinidade», «autenticidade», nem mesmo usou essas palavras. No seu discurso, copia até de forma caricata o modelo da Frelimo, chamando-se não só «Renamo», mas «o Partido Renamo» à semelhança de «o Partido Frelimo», falando de «elementos do inímigo» da mesma maneira que a Frelimo fala de «elementos da população», etc. *E a Renamo nunca quis suprimir a Frelimo*: a Renamo quis entrar na cidade, *entrar na nação*, exprimiu uma psicologia de marginalidades que querem ser integradas, que querem vingar-se da sua marginalização mas não querem para sí a totalidade da nação.

No momento da fase final das negociações em Moçambique (1992), pode-se pois dizer que o contexto para o pluralismo estava melhor em Moçambique do que em Angola, porque é mais fácil negociar com um partido que não quer a totalidade para si. Mas, por outro lado, quer isto dizer que estamos perante um *pluralismo sem pluralidade*: estamos perante a possibilidade de várias correntes exprimirem o mesmo projecto de nação!

É com efeito espantoso reparar que a Renamo, que exprime politicamente largos sectores sociais que sofreram a marginalização da época colonial e depois a marginalização da Frelimo, não parece ser capaz de conceber propostas que alterem essa situação, como por exemplo a mudança de capital (em Moçambique é um problema gravíssimo), a alfabetização em línguas bantus, esquemas de melhor representação das etnicidades do país, um caminho-de-ferro Norte-Sul, etc. Sobre os chefes tradicionais, não propôs mais do que a Frelimo. Sobre a corrupção (uma temática que podia ser muito popular), não faz qualquer proposta[7].

Pluralismo sem pluralidade parece, pois, ser uma herança sólida produzida pela Frelimo e capaz de sobreviver até a uma derrota eleitoral desta[8]. Obviamente, outros factores poderão entrar em jogo, mas *essa dificuldade em sair do imaginário político do ex-partido único parece mentalmente muito mais forte em Moçambique do que em Angola.*

Em Angola, se a violência enfraqueceu (mais ainda do que em Moçambique) a expressão da pluralidade, os *factores históricos e de longo prazo* apontam para mais potencialidades de expressão pluralista. Por exemplo, em Moçambique, não há nenhuma possibilidade de uma terceira força entre Frelimo e Renamo[9], enquanto que em Angola toda a gente parece apontar para a existência de pelo menos um espaço modesto (mas que pode ser chave) para uma terceira força entre MPLA e UNITA.

Dizer que factores de longo prazo apontam para maiores *potencialidades* de pluralidade em Angola do que em Moçambique não significa, obviamente, que tal vai acontecer a curto prazo. Precisamente porque há este «perigo» de verdadeira democratização, pode haver potentes factores e actores em sentido contrário. Mas significa que, mais cedo mais tarde, essas potencialidades não só de pluralismo mas também de pluralidade, encontrarão vias e meios de se exprimirem.

---

[7] Sobre o imaginário político em Moçambique, ver M. Cahen, «Mozambique: une impossible alternative dans la culture politique?», Março de 2003, 14 p. multigr., in R. Otayek & F. *Iniesta, Identités, représentations et démocratie politique en Afrique et dans l'émigration*. a sair, Paris, Karthala.

[8] É de lembrar que este artigo foi escrito antes das eleições Moçambicanas de Dezembro de 2004 que viram a Frelimo ganhar uma vez mais as eleições.

[9] As últimas eleições vieram demonstrar claramente isto.

O Processo.....208 208 3/31/06 11:38:48 AM

GESTÃO DO PODER E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA

Filomeno Vieira Lopes
Frente para a Democracia
FpD, Angola

No seguimento do trabalho que tenho vindo a desenvolver, abordo aqui a temática da "gestão do poder e desenvolvimento em Angola". Começo com a frase com que concluí a minha apresentação em Maio em Portugal na Fundação Mário Soares, no colóquio subordinado ao tema "Angola na Encruzilhada do Futuro", afirmando que: "Sem sombra de dúvida, a consolidação do poder em Angola tem estado na relação inversa do desenvolvimento económico, sendo o não desenvolvimento o resultado final da gestão do poder"

Quero com isto dizer que a gestão do poder conduziu a uma ausência de desenvolvimento económico.

A questão central que levanto neste texto é a de saber, por um lado, qual a relação que efectivamente se estabelece entre a gestão do poder e o desenvolvimento em Angola, e por outro lado, o impacto do processo de transição para o multipartidarismo naquela relação.

Os antecedentes

A ascensão de Angola à independência foi encarada numa óptica ideologicamente optimista de emergência de uma sociedade voltada para o desenvolvimento, em crítica aberta com a sociedade colonial (politicamente discriminatória, socialmente rácio-classista e economicamente incapaz de fruir de todas as potencialidades naturais do território, refugiando-se na monocultura do café e na exportação de matérias primas).

A emancipação política incorporava, no processo social, extensas camadas antes oprimidas e idealizava-se portadora de soluções de equidade, capazes de despoletar o desenvolvimento económico e social, a par do desenvolvimento político assumido como tendo já sido alcançado com a independência.

Contudo, nas entranhas do movimento libertador grassava o verme exclusivista, a prática da violência pelo poder, a ausência de sentido nacional-estratégico, privilegiando-se em contrapartida a aliança de cada grupo com as grandes potências. Tais factores associados a fraquezas estruturais da sociedade angolana, não só não permitiram o desenvolvimento político, como a ausência deste criou as condições para que nenhuma outra dimensão do desenvolvimento fosse alcançada.

Tendo por base a herança sócio-política e económica do sistema colonial, perante o emergir da promissora indústria petrolífera geradora de divisas e abraçando-se um sistema dito Socialista, dois aspectos essenciais dominaram a economia política do poder, num contexto marcado pela exclusão política:

a) a estatização da economia como medida administrativa de acesso ao poder sem preocupação com critérios de eficiência (padrões tecnológicos e de gestão adequados) e eficácia (níveis de rentabilidade como barómetro das empresas)[1].

b) a tendência exacerbadamente consumista/despesista, assente num modelo burocrático--administrativo de distribuição do Rendimento Interno Bruto - o sistema de cartões de abastecimento, o acesso às divisas do sistema bancário, etc.;

Tais características patentearam uma gestão fundamentalmente ao serviço da criação de *mecanismos de concentração de riqueza* para o grupo dirigente e a criação de condições estruturais do controlo da economia através do modelo concentracionista. A guerra ao longo da primeira República, inspiradora do sistema de controlo único, consolidou a concentração da economia até a exaustão, em paralelo com a centralização do poder no regime de partido único, modelo que em 1991 entrou em contradição com a depressão da economia e a extenuação da política económica, situação que foi agravada pela crise da dívida externa e da ruptura da bipolarização político-estratégica mundial (fim do bloco de Leste). Tais factores justificaram a emergência de uma transição que supostamente pretendia a emergência do desenvolvimento multifacetado. Que transformações é que efectivamente ocorreram em resposta àquela aspiração (por sua vez inerente à caducidade do modelo anterior)?

1. A transição económica *versus* transição política e a questão do poder

Face à complexidade da situação até 1991 e à natureza das aspirações populares acima referidas, o país preparava-se para enfrentar, pelo menos teórica e simultaneamente, três tipos de transições: 1) a da *guerra para a paz*; 2) a de uma *economia centralizada (com apropriação do produto excedente por processos políticos-burocráticos) para uma economia descentralizada com maior justiça social*; 3) a da *ditadura do partido único para uma democracia multipartidária.*

Perante a sua herança passada, a Nação não produziu um pensamento consensual (os Acordos de Bicesse, peça redutora da transição, conjugaram os interesses externos com os de dois partidos nacionais) e nem sequer produziu um pensamento capaz de articular todas estas transições de forma a harmonizá-las (dado que também se assume alguma interdependência entre elas).

Na realidade, democracia e paz estão interligadas e as duas não se realizam sem justiça económica, daí que a transição da guerra para a paz tenha resultado em mais duas guerras antes da paz militar de 2002, e esta, por sua vez, ainda não se articulou com a reivindicação democrática (cristalizada em movimentos de massas em favor da "paz pela via do diálogo") de forma a impôr-se, no pós-conflito, à lógica que desde então predomina – a da paz pela vitória militar, que reifica episódios de guerra. A Lei de Terras recentemente aprovada é a expressão jurídica dessa lógica dominante, onde as novas relações sociais são ainda claramente marcadas pela violência, permitindo-se que o poder político-económico se aproprie

[1] Os programas quinquenais não tinham qualquer base científica. O desperdício deste tipo de programas foi claro, tornado-os óbviamente ineficazes.

da terra (por vezes de forma violenta) sem ter em conta outro tipo de vínculos sociais, históricos e tradicionais, e sem que se passe por um processo de entendimento social, ou qualquer espécie de contrato social, numa questão tão importante como é a da terra em Angola.

A transição económica, aparentemente iniciada em 1987 com o programa de Saneamento Económico e Financeiro, não logrou o seu aprofundamento por razões políticas, dado que isto implicaria a revisão da Constituição no sentido da incorporação da noção de partilha política e económica. Contudo, quando na decorrência dos Acordos de Bicesse se teve que incorporar esta noção na Constituição então revista, a prática da liberalização económica rapidamente se saldou na privatização da propriedade estatizada em favor do grupo dominante, fazendo-se essencialmente através do ajuste ou afectação directa. Obviamente, tal processo não satisfaz o requisito de maior equidade na partilha da riqueza.

Um pouco a exemplo do que ocorreu com a transição económica, a prática da transição política não passou do formal e inconclusivo. Formal e inconclusivo porque boa parte da Constituição não se encontra legislada e a maioria das Leis não está regulamentada. Na prática, Constituição e Leis são sub-valorizadas e relegadas a um estatuto secundário face aos **despachos** dos governantes e ao exercício executivo do poder - prática que em boa medida encontra as suas raízes e fundamentação na "força do costume", ou seja, na *praxis* do anterior partido único. A partidarização do Estado e das instituições permaneceu, tendo o Estado e as suas instituições passado na última década (1991-2002) por um processo acelerado de adaptação ao novo quadro formal do multipartidarismo, sem no entanto alterarem de forma substancial o seu modo de funcionamento e a sua relação com o partido (um fenómeno que pode ser considerado uma espécie de plasmódio). Tal facto estigmatizou a noção de Constituição, desprezando e ignorando quer a independência dos poderes, quer as relações cidadão-Estado, ao ponto de os órgãos de soberania que tratariam da garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos - como o Provedor da Justiça e o Tribunal Constitucional - não terem sido implementados, passados que estão quase 15 anos após a sua criação formal.

Resulta, assim, que a única preocupação real da transição foi acautelar os mecanismos de manutenção do poder para o grupo dominante, co-optando opositores para posições secundárias de fruição dos benefícios do Estado (com o intuito de domesticação da oposição à moda de Carlos Magno[2]), mas obviamente subalternas no que concerne à capacidade de influência da decisão política - basta ver como efectivamente se estrutura o poder no actual executivo ou chamado Governo de Unidade e Reconciliação Nacional-GURN, onde a oposição foi integrada no intuito de a tornar "co-responsável pelas acções de direcção[3]" do governo (enquanto grupo), ainda que nessas acções não tenha qualquer influência significativa.

Assim, se, como vimos, por um lado a transição política se ficou pelo informal e inconclusivo, por outro, a transição económica tem significado a transferência da propriedade estatal para o grupo dominante, alterando apenas a forma de apropriação da riqueza nacional, que passou do usufruto (no anterior modelo de partido único) para a propriedade privada efectiva do grupo no poder (no actual modelo de multipartidarismo).

---

[2] Ver Michels, Robert, *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna* (Antígona, 2001), pp. 233-234.

[3] Ibid. p. 234.

2. A dimensão política da gestão do desenvolvimento; suas exigências

Com efeito, o desenvolvimento na era moderna - entendido não como mero crescimento económico ou formalidade de textos constitucionais ou mera ausência da guerra, mas como crescimento alicerçado em padrões elevados de qualidade de vida e capacidade de formular consensos e potencial permanente de resolução de conflitos -, implica, a meu ver, o desenvolvimento do pluralismo, o desenvolvimento do capital humano e o desenvolvimento do capital social. Tudo isso cristalizando um modelo de democracia inclusiva, logo participativa, e a adopção de uma estratégia com pontos de referência consensuais, conjugando economicamente a estabilização com a reconstrução e o desenvolvimento, e identificando as variáveis-piloto decisivas desse processo e que passarão necessariamente pelos cidadãos, considerados de forma equitativa nas suas relações com o Estado que os representa.

Num plano concreto, da realidade prática, a análise crítica dessas exigências em Angola, mostra o seu déficit, senão mesmo a sua inexistência, resultante de estrangulamentos (bloqueios) fundamentalmente políticos, ligados muito claramente à natureza dos interesses do grupo dominante, que mantém um comportamento de partido-Estado, ajudado pela circunstância de que as instituições não deram "o salto" da transição para uma relação cidadão-Estado. Toda a concepção de debate e formulação política está subordinada à ideia da existência de uma "maioria" saída do pleito de 1992.

Travada, assim, a possibilidade de um debate *plural* nas instituições políticas, restam os meios de comunicação social. Contudo, nos meios de grande difusão cumpre-se uma estratégia desenvolvida pelo regime e que consiste na difusão da informação favorável ao partido no poder.

Por outro lado, todo este quadro inibidor de uma efectiva transição política e económica é agravado pela manifesta insuficiência do investimento em capital humano e social. Basta ver, no primeiro caso, as quantias ridículas afectas pelo Orçamento Geral do Estado-OGE para a educação, a saúde, a investigação e o desenvolvimento. Relativamente ao capital social é conhecida a hostilidade do poder em relação às organizações sociais "não alinhadas" e a ausência de fundos no OGE para o seu apoio, fundos que, no entanto, podem surgir discricionária e selectivamente em função de um comportamento "politicamente correcto" (*i.e.* quando essas organizações assumem atitudes favoráveis ao partido no poder).

Perante a situação descrita e que caracteriza o efectivo funcionamento do sistema político-económico Angolano, não se vislumbra qualquer visão estratégica nacional que minimamente inclua de forma participativa a maioria da população, política e economicamente excluída. Sabe-se que o partido no poder anuncia a existência de um plano de desenvolvimento que, um pouco a exemplo do passado, está desenhado para abarcar os próximos vinte anos (até 2025), sendo que esse plano tem sido divulgado no estrangeiro mas não aqui, entre nós, facto que mais uma vez prova a atitude exclusivista e marginalizadora do poder. Por agora, e dado como certo, temos um conjunto de decisões que apesar de mexerem com variáveis estratégicas importantes e que afectam a vida da sociedade como um todo, foram uma vez mais e como já vai sendo hábito, assumidas exclusivamente pela oligarquia no poder, a saber: os compromissos assumidos com companhias petrolíferas para os próximos trinta anos (ao abrigo da Lei de Petróleos) e a nova política de propriedade da terra (ao abrigo da Lei de Terras).

3. O poder angolano e o desenvolvimento

Bem entendido, o regime actual não se assume como um poder de transição, antes se assume como detentor e responsável pelas tarefas da transição, funções encaradas como inerentes à sua própria natureza de poder. Por outro lado, esse mesmo poder está modelado no domínio das empresas públicas (na indústria extractiva em particular), no domínio do capital financeiro, no domínio dos meios de comunicação social, na militarização da sociedade; a sua natureza é do tipo neo-patrimonial, assentando essencialmente na utilização da renda da indústria extractiva (essencialmente petrolífera) e não numa economia produtiva. A fundamentação do poder no usufruto da renda petrolífera criou, depois de tantos anos, problemas estruturais que dificultam uma visão desenvolvimentista e o arranque estruturado de um processo de efectiva transição politico-económica, que seja mais do que meramente formal.

A renda petrolífera financiou: a) o surgimento e o crescimento de uma classe consumista e despesista[4]; b) a compra de armamento e, em vários aspectos, a militarização do regime; c) o crescimento de depósitos em "petrodólares" em bancos europeus e americanos (que, em parte, regressam sob a forma de dívida externa); d) o desestímulo à vontade de desenvolvimento e os consequentes impactos negativos no resto da economia, como sejam a clara desindustrialização, o colapso da agricultura e a fraca estruturação do sector dos serviços.

Actualmente, a natureza do Estado Angolano encaixa bem na definição de um Estado neo-patrimonial, designação que obviamente provém do sistema político patrimonial onde predominavam regras individuais marcadas pelo prestígio e poder pessoais, em que quem distribui os privilégios a título pessoal é o detentor do poder, ao mesmo tempo que assegura estabilidade política. Nesse sistema, configurado por Max Weber, a separação entre espaço público e privado e a institucionalização do Estado é praticamente inexistente. Na era moderna, existem Estados híbridos, combinando regras que se subordinam ao poder pessoal com a existência de instituições formais. No entanto, e tal como acontecia com o patrimonialismo clássico, o direito de estabelecer as regras nos regimes neo-patrimoniais é conferido a pessoas específicas, ao invés do aparelho burocrático-administrativo e das instituições (isto apesar da existência oficial de uma Constituição que define toda uma estrutura e hierarquia político-administrativa). Várias vezes, um presidente domina o aparelho do Estado e posiciona-se acima das leis. Relações de lealdade e dependência trespassam pelo sistema político formal e administrativo, sendo que o estatuto profissional e a possibilidade de acumulação de bens e riqueza não apresenta qualquer relação directa com o mérito ou o desempenho profissional, sendo antes concedida a título pessoal, a partir do topo.

Ao utilizar o aparelho administrativo como apoio sistemático a práticas clientelistas (que por sua vez servem de meio para se conseguir a ordem política), o Chefe do Executivo/Chefe de Estado e o seu círculo minam a todos os níveis a eficiência da administração do Estado moderno. Assim sendo, não é de estranhar que a maioria dos funcionários do Estado, para além do salário oficial, aceda igualmente a várias formas de rendimentos ilícitos, ofertas e trivial corrupção, facto que se transforma numa das características centrais da administração pública. Por outro lado, estruturas paralelas, secundárias e por vezes não oficiais, ocupadas por personalidades próximas do topo, podem deter mais poder e autoridade que a administração formal e a hierarquia oficial (exceptuando-se naturalmente o cargo

[4] A exemplo do que aconteceu noutros locais, atente-se por exemplo à construção da Persópolis no Iraque.

cimeiro da administração do Estado – o Presidente – que em qualquer circunstância encarna o topo do poder oficial e não oficial). Os modos efectivos e centrais de funcionamento de um Estado neo-patrimonial são o presidencialismo, o clientelismo e o uso pessoal dos recursos do Estado.

Em síntese, e de acordo com Michael Bratton e Nicolas Van de Walle,

> *[...], o traço característico do neopatrimonialismo é a incorporação da lógica patrimonialista nas instituições burocráticas"*[5].

Estes autores caracterizam Angola como um país no qual,

> *Foram lançadas reformas políticas mas nunca realizadas (...) porque quem detém o poder fez as reformas de forma não sincera e como concessão táctica para ganhar tempo para evitar o colapso da autoridade, sem intenção de realizar eleições ou fazer concessões de poder".*[6]

A experiência de muitos países africanos diz-nos que um poder assente no neo-patrimonialismo é incapaz de promover o desenvolvimento de acordo com a dimensão que lhe atribuímos no sentido moderno do termo. Tal cenário explica, pois, a inconsequência do processo de transição político-económica que se pretende realizar em Angola depois do fim do sistema de partido único. Mais ainda, dentro de uma tal lógica o sentido do debate político aberto e o própio desafio eleitoral (únicos garantes do pluralismo) estão à partida desvirtuados no seu espírito; o seu objectivo deixa de ser o de alterar a natureza do poder, mas antes legitimá-lo na posse dos seus habituais detentores.

A liberalização política e económica tem sido em Angola totalmente desvirtuada, isto se considerarmos os objectivos de um processo de liberalização como aqueles que, por exemplo, Francis Akindés sintetiza no que seria uma espécie de contrato social, a saber: a) o respeito pelas diferenças, especialmente as diferenças de ideias, de opção económica, social e política; b) a interdição do monopólio do direito à reflexão; c) a aceitação de conflitos de opiniões, apoiados numa ética de debate; d) o reconhecimento do "outro" enquanto "outro", numa lógica igualitária, onde o indivíduo-outro é um ser independente, autónomo e moral; e) o direito ao benefício de uma oportunidade individual de se realizar[7].

Pelo contrário, em Angola, a liberalização política e económica tem-se traduzido na afectação dos recursos públicos e da riqueza do país para benefício pessoal e de manutenção do poder por parte de uma bem identificada camada da sociedade, recorrendo-se à utilização de mecanismos neo-patrimonialistas e clientelistas sustentados em práticas de predação dos bens públicos.

Termino, pois, como começei, re-afirmando que, "Sem sombra de dúvida, a consolidação do poder em Angola tem estado na relação inversa do desenvolvimento económico, sendo o não desenvolvimento o resultado final da gestão do poder". Devo ainda acrescentar que se torna igualmente claro que no seio de uma lógica neo-patrimonial, um quadro formal de multipartidarismo, ao invés de servir para alterar a natureza do poder, serve antes e essencialmente para legitimá-lo na posse dos seus habituais detentores.

---

[5]Bratton, Michael and Nicolas van de Walle, *Democratic Experiments in Africa* (New York: Cambridge University Press, 1997) p.62.

[6] Ibid. p. 120.

[7] Akindés, Francis, *Les mirages de la démocratie en Afrique subsaharienne francophone* (CODESRIA: Dakar, 1996).

EXCLUSÃO E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO ESTADO-NAÇÃO: O CASO DAS TRANSIÇÕES POLÍTICAS CONGOLESA E ANGOLANA[1]

Jean-Michel Mabeko-Tali
Howard University, Washington DC

Resumo

O artigo que se segue dedica-se a uma análise das transições políticas em dois países africanos, ligados pelo seu passado mais recente em termos de sistemas políticos e opções ideológicas pós-coloniais semelhantes nas suas linhas mestras: o Congo-Brazzaville e Angola, antigos países de regime "socialista", "marxista-leninista" na sub-região ocidental da África Central[2]. Trata-se de um estudo comparativo, no qual procuro abordar algumas das questões fundamentais que têm estado, desde as independências, na base das crises e guerras civis que caracterizaram ainda recentemente os processos de transição política nesses dois países, assim como no resto do continente. Em particular, e utilizando como casos de estudo os dois países supracitados, procuro por um lado discutir as noções de "cidadania" e "nacionalidade", e a relação "cidadão-Estado", face às realidades sociais e sociológicas dos Estado-nação africanos e, por outro lado, analisar alguns factores, do meu ponto de vista fundamentais, que promovem diversas formas de exclusão, no seio desses Estados-nação, de largos sectores da sociedade, criando assim bases para conflitos sociais e armados recorrentes.

A propósito da cidadania e da democracia

Gerações de estudantes de escolas e liceus africanos e de outros lugares – entre as quais a minha própria escola –, aprenderam nos manuais escolares que a Grécia (nomeadamente Atenas) era a «mãe da democracia». Como qualquer teoria histórica, esta tem, evidentemente, o seu lado controverso e discutível,

---

[1] Comunicação apresentada no âmbito dos paineis 'The Complexities of Power and Identity in Contemporary Angola' e 'Multiple Expressions of Power and Identity in Angola' organizados por Nuno Vidal no encontro anual da African Studies Association – *The Power of Expression: language, memory and identity in Africa and the diaspora*, New Orleans, November 11-14, 2004. Texto traduzido do francês por Alberto Oliveira Pinto.

[2] Este artigo consta de uma mais larga reflexão sobre os processos de transição política em África, e que culminou com um ensaio publicado em França: Mabeko-Tali, Jean-Michel: *Barbares et Citoyens: l' Identité nationale à l'épreuve des Transitions africaines – Congo-Brazzaville, Angola*. Paris : L' Harmattan, 2005, 344 pages.

começando pelo eterno eurocentrismo, que predominou nas ciências humanas anos a fio. Não se pretende aqui, no entanto, negar que a história grega tenha visto afirmar-se, no processo de organização da Cidade enquanto estrutura física e agregado humano organizado, social e geograficamente estruturado, um Direito no qual se desenhou e se afirmou a cidadania. Em certa medida, os gregos antigos terão sido pioneiros na invenção da ideia de cidadão, *que não se confunde com o indivíduo em concreto ou, por outras palavras, com a ideia de um domínio político distinto da sociedade formada pelos homens em concreto*[3]. É evidente, contudo, que essa cidadania não era democrática no sentido em que se entende actualmente, se pensarmos que não era extensível a todos os habitantes da Cidade-Estado ateniense: era selectiva, uma vez que as mulheres, os metecos e, evidentemente, os escravos, se encontravam excluídos[4]. Uma selectividade assente numa base social, de sexo e de classe.

Aristóteles já chamava a atenção para as ambiguidades inatas da questão, e na realidade apontava os limites da democaria grega :

> *A noção de cidadão presta-se frequentemente a controvérsias, pois não se está de acordo em considerar como cidadãos os mesmos indivíduos: quem é cidadão numa democracia, muitas vezes não o é numa oligarquia. [...] O cidadão não é cidadão apenas pelo facto de residir em qualquer parte (o meteco e o escravo têm, como ele, o direito de residir [...])*[5].

Mas demos aos teóricos pioneiros da democracia ateniense o benefício da dúvida temporal e histórica. Num processo em elaboração, começa-se por admitir que existam todo o tipo de ambiguidades, reflexo de indagações iniciais. Mas, afinal, nos tempos que correm, quais as realidades que dizem respeito ao conceito em debate? O que é ser cidadão nos dias de hoje e quais são os critérios que presidem à elevação a esse título de «nobreza» no seio da *polis*?

De facto, o mundo moderno e contemporâneo, mesmo nas democracias ocidentais avançadas, poucas lições teria a dar aos antigos Atenienses em matéria de exclusões socio-políticas da cidadania.

A Revolução Francesa, por exemplo, que nos legou tantas conquistas do espírito humano, e do pensamento político em particular, viveu de maneira dramática o debate sobre a cidadania democrática. Também nela houve exclusões. Exclusões onde predominavam o político e a luta de classes, onde a ideologia tinha tomado a primazia sobre as questões essenciais, e tanto assim foi que o debate sobre esta questão acabou por ser uma das chaves que selaram o processo revolucionário – começando pelo problema da sua defesa. Sendo uma revolução burguesa, não pôde, desde logo, contar (pelo menos numa primeira fase) senão com as milícias do Terceiro Estado para a sua defesa: por um lado, contra o exército real e a nobreza, e tudo o que se aliava contra ela, Revolução, em toda a Europa; por outro lado, teve de voltar as suas armas contra o povo da rua e o campesinato cujas insurreições estalavam então nos meios rurais. Só podiam ser armados aqueles que fossem reconhecidos como pertencendo à categoria de cidadãos, de outro modo as armas encontrar-se-iam nas mãos dos inimigos da classe.

---

[3] Schnapper, Dominique, com a colaboração de Christian Bachelier: *Qu'est-ce que la citoyenneté?* Paris, Gallimard, 2000, p. 13.

[4] Cf. Schnapper, D *id.*, pp. 9-17.

[5] Aristóteles: *Politicae*, livro III, capítulo I. Citado por Schnapper, D, Ibid., p. 18.

Assim sendo, a noção de «cidadão activo», segundo o Cidadão Camille Desmoulins (citado por Schama) era restrita a uma categoria de pessoas:

> *Aqueles que tomaram a Bastilha, aqueles que trabalham nos campos; enquanto que os parasitas da corte e do clero, apesar da imensidão dos seus domínios são meros vegetais*[6].

Quem tomou a Bastilha, no meio dessa desordem global, nesse dia 14 de Julho de 1789? Essa 'Primeira Revolução' (Schama, 1999, passim) era, repita-se, uma revolução burguesa – uma burguesia 'activa', não há que duvidar; mas o assalto à Bastilha e a sua sequência revolucionária não foram apenas obra da burguesia, das suas milícias, e dos intelectuais das diferentes facções (Girondinos, Montagnards, Jacobinos, Thermidorianos) autores das diferentes ideologias que se confrontaram com ferocidade. Foram também a obra da multidão, do povo das ruas, do sub-proletariado parisiense: do Quarto Estado, que veio acudir um sonho de uma vida melhor, que iria reforçar as fileiras do exército revolucionário, e cujas carências de justiça social irão ajudar à radicalização revolucionária na fase jacobina do processo.

Segundo Eli Sagan, o Terceiro-Estado tiunfante tinha reduzido a cidadania ao campo político, que incluía os Revolucionários (todas as facções confundidas) e a «oposição leal». A introdução da noção de «oposição leal» pressupunha, portanto, a noção de «oposição desleal»; os componentes desta última (a nobreza, o clero e aqueles que tinham fugido para os estrangeiro – os «emigrados») foram excluídos da cidadania nacional e classificados na categoria de «traidores» à Pátria:

> *Tornou-se imediatamente perceptível, nos primeiros meses da Convenção quando os Girondinos e os Montagnards se começaram a castigar e a lacerar uns aos outros, que os Franceses não compreendiam a natureza de uma oposição democrática leal, não compreendiam que a sociedade democrática só era possível se cada um concedesse credibilidade ao seu opositor político. Se todos os opositores políticos fossem traidores, a democracia não era possível*[7].

A restrição da qualidade de cidadão no campo político abria, portanto, as portas à intolerância sociopolítica global, na qual soçobrou a Revolução Francesa; a radicalização desta deu-se à custa de implacáveis exclusões políticas recíprocas entre as facções, mas também de exclusões assentes em bases sociológicas e racistas, tendo como pano de fundo a guerra civil generalizada no interior do país (sublevações de camponeses – marcadas nomeadamente pela Guerra de Vendée –, conspirações dos «emigrados» e da nobreza, etc). É o que Simon Schama resume no seu ensaio sobre a Revolução Francesa:

> *Não só a Constituinte não estava obviamente preparada para contemplar as mulheres como parte do processo politico activo, mas também rejeitava outros que suplicavam pela cidadania. Deputados das Antilhas francesas, que livremente aceitaram os principios dos direitos do Homem no que concerne à sua própria libertação das regras do comércio colonial negavam ferozmente a aplicação desses mesmos direitos aos escravos negros. (...) Tendo*

[6] Schama, Simon, Citizens – *A chronicle of the French Revolution*. New York: Vintage Books, 1990, p. 498.

[7] .Sagan, Eli: Citizens & Cannibals – *The French Revolution, The struggle for Modernity, and The Origins of ideological terror*. Lanham/Boulder/New York/Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2001, pp. 91-92.

criado um conceito abrangente de cidadania na Declaração de Direitos do Homem, os deputados decidiram subsequentemente que alguns eram mais iguais do que outros. Só os franceses homens com mais de 25 anos, com um domicílio estabelecido há mais de 1 ano, que não eram servos domésticos ou dependentes e que pagavam o equivalente em impostos, estavam autorizados a votar em assembleias eleitorais primárias[8].

Assim, só os Franceses do sexo masculino e com idade superior a vinte e cinco anos, encontrando-se domiciliados há mais de um ano, economicamente independentes e pagando impostos, podiam adquirir o direito de voto nas assembleias eleitorais.

Os Judeus também não escaparam a estas exclusões, e houve quem lhes recusasse à partida os Direitos do Homem e do Cidadão argumentando que eles se encontravam «marcados por uma maldição política e religiosa» (Schama, 1990: 498). Acrescente-se, em comentário, que estamos perante um quadro no qual um bom número de dirigentes africanos se poderiam rever actualmente como num espelho político e moral:

A história revolucionária francesa de Setembro de 1792 em diante é a história da completa incapacidade de ir além da posição paranóica e criar a cidadania democrática[9].

No mesmo sentido, os Estados europeus nascidos entre as duas Guerras mundiais (Jugoslávia, Polónia e as Províncias Bálticas), assim como outros mais antigos, vão institucionalizar a questão das «minorias» baseando os fundamentos do Estado-nação numa única nacionalidade étnica – maioritária –, designando por «minorias» as outras nações étnicas. Os indivíduos pertencentes a essas minorias eram então automaticamente excluídos da moldura da cidadania e ficavam de fora do campo de protecção legal que abrangia os únicos cidadãos reconhecidos enquanto tal[10]. Agindo desta maneira, estes Estados criavam uma dinâmica de exclusão imparável, na medida em que toda a recusa a pertencer à cidadania nacional abria grandes portas às formas mais radicais de exclusão. Aliás foi o que aconteceu numa grande parte da Europa, tanto ocidental, como central e oriental:

Os Estados-nação, que não reconheciam a igualdade jurídica a todos os seus habitantes, negavam assim um dos princípios essenciais da democracia e não tardariam a adoptar medidas não só humanamente prejudiciais, mas profundamente antidemocráticas. Entre as duas guerras, os governos invocavam diferentes razões para desnaturalizar os indivíduos considerados como indesejáveis[11].

Assim aconteceu em Portugal (onde uma lei foi promulgada em 1916, desnaturalizando todos os portugueses nascidos de pais alemães), na Rússia bolchevique, passando pela Áustria, pela Itália fascista, pela Alemanha nazi, pela França vichysta, e pelos Estados Unidos da América (onde os americanos de origem alemã foram perseguidos durante a Primeira

---

[8] Schama, S., *ibid.*, p. 98.

[9] *Ibid*, p. 101.

[10] Cedronio, Marina: *Hanna Arendt: Politique et Histoire – La démocratie en danger.* (Traduit de l'italien par Marilène Raiola). Paris, L'Harmattan, 1994, p. 35.

[11] *Id*, p. 36.

Guerra mundial, e os de origem japonesa internados em campos de concentração durante o conflito seguinte), etc: os homens e as mulheres que tivessem, como se diz na minha aldeia, o seu *ekundu* (plasma) enterrado na terra dos seus antepassados, ou simplesmente do seu nascimento[12], viram-se excluídos e tornaram-se apátridas (Cedronio, 1994: 36). A nacionalidade e a cidadania tornavam-se assim, definitivamente, uma questão política, e já não do simples domínio do *jus solis* nem do *jus sanguinis*. Tornavam-se mesmo uma questão ideológica, tanto para os antifascistas italianos como para os antibolcheviques russos, desnaturalizados e tornados apátridas por decreto, pelos regimes então em vigor nos seus países nesses anos de 1920.

Mais perto de nós, a questão dos Banyamulenge, prenúncio do reatiçar da guerra civil na ex-República do Zaire, é um exemplo típico da reinvenção da cidadania política e da exclusão desta das minorias ou dos opositores ou conconcorrentes políticos. Mahmood Mandani mostra como é que se instalou este mecanismo de exclusão da nacionalidade cívica:

> *Foi só a partir das eleições de 1977 que a maioria «indígena» desenvolveu uma estratégia idêntica, a fim de contrariar a estratégia de infiltração da minoria no aparelho de segurança e do partido-estado mobutista [...] A maioria «indígena» seguiu uma única linha de orientação: nenhum Tutsi deveria ser eleito caso se quisesse contrabalançar a sua influência. Se, por acaso, algum fosse eleito, [...] o contra-ataque da maioria local seria acusá-lo de ter manipulado a eleição. Foi portanto sem surpresa que o parlamento saído das eleições de 1977 se dispôs a votar uma nova lei sobre a cidadania, hostil à minoria de língua kynyarwanda. [...] A lei de 1981 teria sido votada sob forte pressão dos homens políticos Nande e Hunde: ela estipulava que só as pessoas que pudessem provar os seus laços ancestrais com as populações que habitavam o território do Congo em 1885, no momento da sua delimitação [colonial] sob esta denominação, se podiam fazer valer da cidadania congolesa*[13]

Perdoar-me-ão a extensão desta citação – assim como das precedentes: ela remete-nos para a questão das fronteiras coloniais e para a questão da manipulação das identidades étnicas. Considerar 1885 (Conferência de Berlim e consagração internacional do «Estado Livre do Congo» de Leopoldo II da Bélgica) como marca da cidadania cívica zairense/congolesa, é criar indubitavelmente uma base para pôr permanentemente em causa a pertença ao Estado-nação de todas as minorias, não importa em que Estado-nação africano for. Se tal acontecesse em Angola, seria uma desarticulação do país, nomeadamente na base racial, mas também no que diz respeito às etnias fronteiriças «problemáticas« (Bakongo, Lunda-Tchokwe e Kwanyama em particular). Se os Congoleses da margem direita do Rio Congo decidissem o mesmo, o Kouilou desmembrar-se-ia, repartido como está entre o Congo, Angola (Cabinda) e o Gabão. As regiões congolesas de Cuvette e de Sangha perderiam

---

[12] A tradição dos povos de Enyellé e das regiões circunvizinhas exige que o plasma, de onde sai a criança que nasce, assim como o cordão umbilical que a ligava à mãe, sejam enterrados num determinado local. Portanto, nesta tradição, o primeiro lugar na invocação da pertença a uma terra não cabe aos mortos e sim ao lugar onde foram enterrados a bolsa de sangue e de água (*ekundu*) que nos abrigou no ventre materno, assim como o tecido cartilaginoso que nos ligava (*lintoli*). Podemos, pois, dizer «a terra onde está enterrado o meu ekundu»; mesmo que a noção *nseng'hé ya ban koto* (a terra dos nossos antepassados) se mantenha presente e seja invocada regularmente, a sua força simbólica torna-se no entanto menos acutilante do que a primeira expressão. De resto, nas nossas crenças, é suposto os antepassados reencarnarem no ventre de quaquer mulher fecundada e, portanto, nunca morrerem completamente.

[13] Mamdani, Mahmood : *When victims become killers – Colonialism, Nativism, and the enocide in Rwanda*. Princeton & Oxford. Princeton University Press, 2000, p. 244.

uma parte dos seus territórios em proveito do Gabão e dos Camarões. Na região da Likouala, esse extraordinário mosaico de populações vindas do Médio e sobretudo do Baixo Oubangui, assim como o Alto e Médio Congo geográficos, como do Chari, para lá das fronteiras de 1885, e onde as elites intelectuais e políticas não hesitam em invocar a independência territorial, em resposta à pouca atenção que, do seu ponto de vista, o poder central dá à sua região desde a independência, dar-se-ia seguramente uma secessão[14]...

As consequências da terrível invenção que foi a *marfinensidade (ivoirité)* – e aquilo em que a Costa do Marfim se tornou depois – nunca chamarão suficientemente a atenção das elites do poder em África quanto aos perigos de tais manipulações das identidades nacionais e étnicas.

Não se trata de defender teimosamente as fronteiras saídas da Conferência de Berlim de 1885. De resto, elas foram refeitas em várias ocasiões depois daquela data, ao arbítrio de convénios e de guerras entre as potências coloniais, e em alguns casos já depois das independências. Pelo contrário, defendo que é preciso ultrapassá-las, no quadro das uniões regionais e do seu alargamento progressivo até uma União Africana real – cujas formas sejam em função do êxito global que o continente daí poderia retirar face ao resto do mundo.

Nos estudos de caso que aqui nos interessam, a questão das exclusões do campo socio-político não assumem, é certo, as mesmas dimensões que nas revoluções francesa e bolchevique – nem, naturalmente, os mesmos parâmetros históricos e sociológicos, seja entre as «transições democráticas» no Congo e em Angola, ou entre estas e as Revoluções francesa e bolchevique. Elas não foram menos dramáticas. As Revoluções francesa e bolchevique marcaram a passagem de um modo de produção para outro, com o que tudo isso implica de violências (físicas, morais, culturais, mas também, verdade seja dita, semânticas e simbólicas[15]) e de complexidade de lutas sociais e de classe.

O meu interesse incide, de facto e essencialmente, nos mecanismos do processo de gestação, do surgimento das exclusões e nas respostas socio-políticas que lhes foram dadas pelos detentores dos poderes públicos nos dois países depois das independências. As «transições democráticas» representam, quanto a isso, um momento particular na observação desses fenómenos: para além das considerações críticas e da dúvida que se pode formular sobre aquilo a que Christine Messiant chama «'le label homologué' das transições democráticas»[16], é um momento crucial da história africana que ocorre depois de quase três décadas de sistema de partido único quase geral no conjunto do continente, de Norte a Sul, com algumas raras e problemáticas excepções (como é o caso da «democracia racial» sob o *apartheid*, na África do Sul). É um momento de ruptura e não apenas pelo facto de o multiparidarismo ser doravante um dado generalizado, ainda que não totalmente (sabe-se que só por si não resolve o essencial do debate democrático). É sobretudo porque a coragem de exigir mais liberdades políticas e cívicas, mais justiça e respeito pelos direitos dos homens

---

[14] Cf. Gnessahou, Mbondo: *Pour le développement de la Région de la Likouala*. Pointe-Noire, Edition de l'auteur, Imprimérie Multipress-Congo, 2000, 80 p.

[15] Veja-se, por exemplo, no notável estudo de Lynn Hunt sobre a retórica da Revolução Francesa, o debate sobre os símbolos (no qual se distinguiu o Abade Grégoire, que pode a justo título ser condiderado um dos pais-fundadores dos símbolos republicanos franceses), assim como sobre o choque das imagens de propaganda na radicalização dessa Revolução de 1789, em: *Politics, Culture, and Class in the French Revolution*. Berkeley, University of California Press, édition de 1997, pp.19-122.

[16] Veja-se Messiant, Christine: « À propos des 'transitions démocratiques' . Notes comparatives et préalables à l'analyse du cas angolais », dans *Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos*, Centro de estudos Africanos, Universidade do Porto, No. 2 – 1999, pp. 62-95.

e das minorias, se antepôs ao medo sob o qual haviam soçobrado as sociedades africanas, apesar das revoltas periódicas que, como vulcões mal activados, explodiam aqui e ali, ao longo destas quase três décadas.

Antes de os abordar e analisar de maneira concisa no âmbito deste artigo, importa resumir as questões relativas a cada um dos casos.

O caso congolês

As mudanças no Congo e em Angola ocorreram, em primeiro lugar, na sequência de situações de descolonização. No caso do Congo, tratou-se de uma descolonização negociada em bases manifestamente neocoloniais, seguida de uma revolta social que os intelectuais voluntaristas vão tentar transformar em revolução política, «socialista», mas dentro de ambiguidades ideológicas, inclusive na definição do modo de produção e na assunção prática daquele, de fazer Lénine dar voltas no seu túmulo. Os marxistas-leninistas congoleses não instalaram no país um modo de produção socialista absoluto, à maneira soviética, e a economia de mercado continuou a prosperar sem grandes problemas. Podem testemunhá-lo empresas e homens de negócios franceses, portugueses, oeste-africanos, libaneses e alguns raros «capitalistas» congoleses que tiveram nome na praça em Brazzaville ou em Ponta Negra, mesmo no momento culminante da «radicalização» revolucionária congolesa (mais verbal do que prática) dos anos de 1970.

A vida política congolesa contemporânea nasceu na base de uma visão paranóica e maniqueísta em tudo que diga respeito à oposição politica pela oposição política (Obenga, 1997: *passim*). Este facto é ilustrado por diversos episódios violentos, que se verifcaram constantemente na relação entre governantes e governados, os detentores do poder e aqueles que dele não faziam parte. A primeira guerra civil congolesa, em 1959, tinha sido, é verdade, de curta duração («apenas» alguns dias de violência, de mortes e de destruições), mas permitiu instalar uma mentalidade de exclusão que se viria a tornar, a longo prazo, parte integrante da cultura política congolesa.

Essa exclusão tinha tomado, logo à partida, contornos identitários étnico-regionais: o Norte contra o Sul, os «Bangala» contra os «Bakongo»[17]. E quando o poder youlista[18] caiu como consequência de uma insurreição popular (a 13, 14 e 15 de Agosto de 1963), a idealização dessa «revolução» (por aqueles que tomarão a seu cargo essa dinâmica) tratará de apagar do discurso político essas oposições, pondo no centro do poder uma noção mais ideológica do que sociológica: o Povo, do qual serão excluídos todos os que recusarem comungar das ideias revolucionárias. Afinal, não foram elementos do povo anónimo que, vindos de todos os cantos do país recentemente independente (15 de Agosto de 1960), colocaram durante algum tempo entre parêntesis as oposições de identidades políticas de 1959, para derrubar, quatro anos depois, um regime corrupto e neocolonial confesso? Vão ser então rebaptizados sob este vocábulo certos símbolos do poder do Estado: o palácio presidencial tornar-se-á «Palácio do Povo». Vão ser criados «tribunais populares revolucionários» para julgar os depostos do antigo regime. Novos vocábulos vão aparecer: alguns serão vocábulos de inclusão, outros de exclusão. Dos primeiros serão excluídos os inimigos políticos,

[17] Para um estudo mais aprofundado sobre este processo, remeto para a importante obra de Bazenguissa-Ganga, émy: *Les voies du politique au Congo – Essai de sociologie historique.* Paris, Karthala, 1997. p.459.

[18] Do Abade Fulbert Youlou, prmeiro presidente do Congo.

reais ou supostos da Revolução: os companheiros políticos chamar-se-ão «irmãos» entre si e os excluídos serão designados por «reaccionários» e «agentes do imperialismo internacional». Houve inimigos, sem dúvida. Alguns foram imaginários, e na sua condição humana vítimas de pequenos e grandes ajustes de contas, que de resto foram denunciados durante a Conferência Nacional Soberana de 1991.

Neste processo revolucionário, a acção política já não será tanto uma questão de vontade pessoal, de adesão livremente consentida pelo cidadão livre de escolher, mas uma obrigação: não «militar,» não aderir e não participar na «vigilância» revolucionaria da milícia política, ou então não participar no trabalho voluntário, no «arregaçar das mangas» (o equivalente às «jornadas vermelhas», na revolução bolchevique) e em outras actividades de carácter político consideradas providenciais para o «bem estar de todos», equivalia a manifestar a sua oposição política. Não se aceitava a neutralidade no novo jogo político. Nada de realmente novo em tudo isto, é evidente, uma vez que esta bisneta tardia da Revolução Francesa e neta da Revolução Russa de 1917, acabava de realizar o que as suas duas avós tinham realizado, ainda que em contextos históricos diferentes: derrubar por uma revolução popular um regime corrupto em nome do bem de todos, mas sobretudo da maioria excluída dos benefícios da independência. E tal como as suas antepassadas, criou um novo discurso, uma linguagem apropriada, um vocábulo para cada circunstância provindo da saga *logomachique* legada por essas mesmas antecessoras[19]. Nada de novo, excepto que aqui não só não se pode falar da passagem de um modo de produção a outro, como também intervêm factores socio-políticos específicos de um território saído de um processo colonial; um território no seio do qual as agremiações humanas deviam antes de mais identificar-se umas com as outras sob uma identidade comum, como Estado, e como nação. E em 1963 estávamos bem longe desse resultado!

A Conferência Nacional Soberana – que marcou o iniciou da transição política no Congo (Mabeko-Tali, 2005: *pass.*) – vai portanto sustentar a sua legitimidade em todos estes passivos políticos. Era suposto o processo remeter o país para a via de um sistema multipartidário que ele só conheceu durante pouco mais de três anos (se exceptuarmos os anos de transição de 1958 a 1959, ainda sob o guarda-chuva colonial, mas dentro de uma autonomia limitada). Contudo, o que aconteceu foi uma espécie de marcha atrás para o horror.

O caso angolano

Antes de 11 de Novembro de 1975, a descolonização angolana encontrava-se já hipotecada por divisões muito profundas no seio do movimento nacionalista angolano. As opções políticas que se seguiram à tomada do poder pelo MPLA levaram, é certo, a um caminho mais radical do que no Congo, dentro de um modelo soviético que naufragou após dramáticas travessias, mas a transição democrática teve que decorrer aqui sob a supervisão internacional directa. Podemos mesmo afirmar que, salvaguardando todas as proporções e conjunturas históricas, reencontrámos em 1992 o fenómeno descriminante de 1974-75.

Ainda que na realidade tenham aparecido dezenas de partidos políticos (havia 111 registados

[19] Lynn Hunt (*op. cit.*, pp.128-129) proporciona-nos na sua obra interessantes passagens sobre o incremento do vocabulário político na Revolução francesa; no caso, mostra-nos as características do que Mirabeau chamava «a geografia da Assembleia», cuja herança mais duradoira é a da divisão da classe política em «esquerda» e «direita» - que se tornou, é certo, universal, mas continua a ser acima de tudo uma espécie de «marque déposée» da história política francesa.

no Supremo Tribunal em Luanda, entre 1990 e 1992), o essencial das negociações com vista a uma mudança foi feito entre dois dos três protagonistas de 1975: o MPLA, agora partido-Estado, e a UNITA, poderoso aparelho militaro-político[20]. Esta última não tinha, é certo, o estatuto de um Estado tal como é definido pelo direito internacional; no entanto, durante largos anos, agiu como um Estado virtual e paralelo, controlando e gerindo, num sistema assumidamente ditatorial, uma vasta e rica parte do território angolano; para este fim, dispunha de um exército que, para além de bem experimentado na guerra de guerilha (a mais rica e a mais bem equipada do mundo nos anos de 1980), também dispunha dos meios necessários para uma guerra convencional (se exceptuarmos a aviação). Para além disso, essa rebelião dispunha de uma diplomacia eficaz, dinâmica, que muitas vezes provocou graves estragos à diplomacia governemental angolana, aproveitando-se das áreas onde o regime do MPLA primava pela prática da cadeira vazia ou por dissenções com certos regimes africanos ou extra-africanos[21].

Na realidade foram dois sistemas monopartidários que se defrontaram em 1991-92, um dos quais com predominância da estrutura militar. De um lado, o Partido-Estado MPLA, na defensiva, doravante sem o guarda-chuva protector do grande irmão soviético nem a presença dissuasora e eficaz das «Tropas Internacionalistas» cubanas, repatriadas desde 1989, na sequência dos acordos de Nova Yorque de Dezembro de 1988. Do outro lado, o movimento rebelde UNITA: triunfante, na convicção (e nisso ajudado e encorajado pelos ocidentais, entre os quais o aliado americano) de que o jogo estava definido e de que o poder estava pronto para cair nas suas mãos.

O MPLA pusera-se em bicos de pés e tentara malabarismos contra a nova conjuntura internacional para não proceder a uma abertura total do sistema político que tinha criado em 1975 a favor quer da guerra-fria, quer dos sistemas monopartidários então em vigor em quase todos os países africanos independentes em 1974-75 (Mabeko-Tali, 2001, pass.).

A UNITA, movimento rebelde, triunfante, parecia a contragosto encarar esse multipartidarismo que a conjuntura internacional impunha. Na impossibilidade de instaurar o mesmo sistema monopartidário (o mundo tinha mudado desde 1975, e os seus aliados não o teriam, decerto, encorajado nesse sentido, pois aquele sistema já estava fora de moda !), ter-se-ia talvez contentado com o modelo americano[22].

Em todo o caso, a bipolarização, tão desacreditada pelos outros partidos políticos angolanos

[20] Importa deixar bem sublinhada a expressão «militaro-político», pois há que lembrar que o antigo movimento rebelde criado e dirigido por Jonas Savimbi até à sua morte, em Fevereiro de 2002, era acima de tudo uma estrutura militar, mais do que uma simples organização política, mesmo armada. Assis Malaquias, antigo quadro desta organização (que deixou em finais dos anos 80), sublinha a sua natureza intrínseca: *In fact, military structures dominated the organisation in the sens that no civilians were allowed to hold leadership positions [...] Savimbi has successfully transformed UNITA into a powerful army under the cover of political party* [De facto, as estruturas militares dominavam a organização no sentido de que os civis não eram autorizados a ocupar posições de liderança (...) Savimbi transformou com suceso a UNITA num poderoso exército sob capa de partido politico]. Malaquias, Assis: "Ethnicity and Conflicts in Angola: prospects for reconciliation", in Cilliers, J., et Dietrich, C. (éd.): *Angola's war Economy – The role of oil and diamonds*. Institute for Security Studies, Pretoria, 2000, pp. 95-113.

[21] Por exemplo, Savimbi soube explorar notavelmente as más relações que sobrevieram entre o regime do presidente José Eduardo dos Santos e o ANC, já no poder na África do Sul. Depois de ter colaborado com o regime de Botha, Savimbi soube proceder rapidamente a uma reconversão que o aproximou de Tabo Mbeki e conseguiu ser recebido por Nelson Mandela, ao grande arrepio de Luanda, que falou de ingratidão dos antigos exilados sul-africanos, tendo em consideração o elevado preço pago pelo regime do MPLA na luta contra o *apartheid*. As relações entre os dois antigos aliados (MPLA e ANC) adquiriram então uma frieza que, aliás, persiste, apesar dos esforços reais de reaproximação destes últimos anos.

[22] É preciso lembrar que no mesmo dia em que foi assinado o Acordo de Paz de Bicesse (Portugal) entre o governo angolano e a UNITA, a 31 de Maio de 1991, Jonas Savimbi declarava nas antenas da *Radio France Internacional* que não toleraria a existência de pequenos partidos políticos, excepto para permitir que os intelectuais seus promotores discutissem política nos «salões de de café». Para mostrar o seu desprezo em relação a essas pequenas formações, usará – ou inventará mesmo – para as designar o neologismo em língua portuguesa *partidecos*.

foi um facto comprovado; a transição angolana teve dois protagonistas mais um: o Partido-Estado MPLA, o movimento rebelde UNITA e uma comunidade internacional dividida, é certo, mas apesar de tudo representada pela ONU, através das suas diferentes missões (UNAVEM I e II, e MONUA). E na retaguarda, uma oposição impotente, de que uma parte foi arbitrariamente manipulada pelos dois «gigantes» políticos, contribuindo assim para a extrema fragilização da transição política angolana.

Nessa conjuntura, a acumulação de elementos de exclusão foi a nota dominante. Por um lado traduzia a desorganização completa de um poder que tinha perdido o controlo de uma parte do seu sistema de dominação – nomeadamente os vários guarda-chuvas das suas alianças internacionais – e de legitimação política e histórica (uma luta de libertação prolongada por uma guerra civil mas também por invasões e ingerências estrangeiras, que tinham sido um excelente bode expiatório durante mais de duas décadas); por outro lado, o fim do monopólio da violência, já antiga[23], agravava-se agora com a perda do controlo hegemónico do espaço e do jogo políticos. Mas tratou-se sobretudo da entrada em cena de dois sistemas de intolerância, na base de estatutos sem dúvida diferentes: um como Estado, com o que isso implica em termos de responsabilidades nacionais e internacionais; o outro sendo aquilo a que Christine Messiant chama «uma ordem armada» e portanto incontrolável em termos de direito internacional. Estávamos, em suma, perante duas ordens agindo na base de reivindicações legitimistas antagónicas, evidentemente, mas ambas armadas e disputando o monopólio da violência; e neste quadro, dispunham de uma capacidade quase equilibrada de repressão da diferença (particulamente em 1991-92); duas ordens que tinham uma gestão idêntica da alteridade, edificada sobre o mesmo modelo maniqueísta de raciocínio: «quem não está comigo está contra mim».

O caso angolano é, portanto, não há que duvidar, de uma complexidade de longe muito maior do que o precedente: aqui, a transição democrática não significava apenas sair de um sistema de partido único «marxista-leninista» para um sistema multipartidário e gerir as oposições entre elites etnoregionais e racialmente diferenciadas. Talvez ainda mais dramaticamente, significava saldar as contas de outra transição, totalmente fracassada: a de 1974-75, com os seus prolongamentos político-militares marcados por uma longa guerra civil agravada pela guerra das invasões e ingerências militares estrangeiras directas[24], que tinham feito de Angola uma terra de predilecção para a *proxy war* a que se tinham entregue sem quartel os dois blocos antagónicos da Guerra Fria. Essa primeira transição foi aquela que pôs em prática as exclusões contidas na própria génese do movimento nacionalista angolano[25].

Angola, como Estado-nação, nasceu efectivamente sob o signo da exclusão: quando, na noite de 11 de Novembro de 1975, Agostinho Neto proclama a independência do país, fá-lo «em nome do Comité Central do MPLA» e «do povo angolano». O discurso de Holden ou de Savimbi (que proclamam no mesmo 11 de Novembro uma efémera «República Democrática de Angola» - que vai sossobrar em poucas semanas na sequência dos desentendimentos, já antigos, entre os presidentes destes dois movimentos) não seria outro se os seus respectivos movimentos de libertação tivessem ganho a decisiva batalha de Luanda em Julho de 1975. Esta última, recordo-o, marcou uma viragem nessa corrida para o poder, e

---

[23] Remeto para a análise que sobre o assunto faz Christine Messiant, no seu artigo já citado, pp. 61-95.

[24] *Ibid.*

[25] Cf. Mabeko-Tali, J.-M., *Dissidências...*, *op. cit.*, *passim.*

permitiu ao movimento de Agostinho Neto monopolizar o processo de descolonização e proclamar unilateralmente a independência alguns meses depois[26]. O ponto de partida desta exclusão tinha a particularidade de provir de um processo de luta armada de libertação nacional. Ora, no seio desta, as oposições entre elites nacionalistas não foram apenas verbais: as armas que supostamente não deveriam ser usadas senão contra as tropas de ocupação colonial, também serviram para se organizar emboscadas uns contra os outros e para que os combatentes anticoloniais se matassem entre si. Qualquer processo de unificação dos dois mais antigos movimentos (MPLA e FNLA) tornou-se impossível por dois motivos. Por um lado, havia incompatibilicades ideológicas e sociológicas entre as elites dirigentes; por outro lado, foi evidente a traição e a colaboração dos governos africanos dos países vizinhos, que subordinaram a resolução da independência angolana, tanto aos seus interesses particulares, como às lutas hegemónicas entre Estados no quadro da diplomacia continental[27].

Mesmo antes da independência, portanto, já havia uma guerra civil dentro da guerra de libertação. Mais ainda, já se verificava a exclusão no plano da nacionalidade e da cidadania no seio dos movimentos de libertação: a UPA-FNLA negava aos mestiços do MPLA – e à sociedade crioula angolana –, considerados «filhos de Portugueses» qualquer pertença ao tecido social angolano. No MPLA, não só os angolanos da diáspora em terras congolesas tinham sido classificados e denominados sob o neologismo pejorativo de *Congangolanos*, mas mais do que isso, a pertença à nacionalidade e à cidadania angolanas pós-coloniais não eram entendidas como natural e previamente adquiridas para os mestiços e para os brancos, nem sequer os que se inseriam no quadro de militantes, de guerrilheiros, de activistas clandestinos ou nas prisões coloniais[28]. Mostro no meu trabalho sobre o MPLA como essa legitimidade foi constantemente posta em causa por um sector do movimento de libertação, nomeadamente pelos quadros negros, e como se tergiversou literalmente para se conseguir encontrar soluções de compromisso para este problema em plena Conferência dos Militantes, em Setembro de 1974; mostro igualmente como é que os quadros, os militantes e os guerrilheiros brancos e mestiços viveram permanentemente sob um estatuto frágil, na maior parte dos casos negociado à custa de vassalagens políticas – as quais justificavam essa espécie de solenidade que marcava muitas vezes as suas relações com Agostinho Neto. Este último, um declarado defensor do anti-rracismo, do anti-tribalismo e do anti-regionalismo, foi de resto constantemente acusado de ser «o protector dos mestiços e dos brancos» no seio

---

[26] Para desenvolvimento e argumentação desta análise, remeto para Mabeko Tali, *Dissidências..., op. cit., passim.*

[27] Existe uma bibliografia já bastante abundante sobre este assunto. Mas os testemunhos de certos actores ocidentais dos serviços de inteligência e diplomáticos que participaram nesta vasta conjuração contra o movimento nacionalista angolano parecem-me mais enriquecedores ao trazerem-nos elementos em primeira mão, guardadas, evidentemente, todas as reservas metodológicas e epistemológicas em relação aos seus conteúdos. Citarei aqui, portanto, dois desses testemunhos directos, publicados em momentos diferentes da questão angolana. Para os Estados-Unidos, veja-se por exemplo o relato de John Stockwell (antigo oficial e chefe de antena da CIA em Angola, em 1974-75): *In Search of Enemies*. New York, Norton, 1978. Para Portugal, aconselho em particular a leitura (todavia vigilante e crítica, tendo em conta as inúmeras subjectividades de pontos de vista expressas neste texto denso por um antigo membro do sistema salazarista) as memórias do antigo embaixador português Luiz Gonzaga Ferreira: *Quadros de Viagem de um Diplomata - Africa: Congo/Zaire – Angola*. Lisbonne: Vega, 1999. Este livro mostra, por exemplo, como é que o presidente Mobutu teve que gerir as suas relações com a FNLA e a questão angolana em geral desde a sua chegada ao poder.

[28] Remeto para o romance *Mayombe*, do escritor angolano Pepetela (nome de guerra e literário de Artur Mauricio Pestana, sociólogo, de raça branca, antigo *maquisard* do MPLA durante a luta armada anticolonial), que resume as oposições etnoregionais, «tribais» e raciais no seio de Movimento de Libertação de então.

do movimento de libertação tornado Partido-Estado (Mabeko-Tali, 2001, vol. I et II, *passim*).

Na primeira transição, em 1974-75, nos diferentes acordos assinados em Nakuru e em Mombasa (Kenya), e no Alvor em Portugal (Janeiro de 1975), que estabeleceram as bases de um entendimento entre elites nacionalistas angolanas, há dois aspectos que importa sublinhar acima de tudo. Em primeiro lugar, foram assinados por aqueles que tinham pegado em armas contra o colonialismo português e que, por este facto, reivindicavam uma «legitimidade revolucionária» (Mabeko-Tali, 2001, vol. II:101). Em segundo lugar, essa reivindicação, apresentada de forma unânime pelos três movimentos armados aos seus interlocutores portugueses como condição *sine qua non* para qualquer acordo sobre a descolonização, excluía do campo político e sem remissão, todas as formações políticas «pacíficas» - segundo a sua autodenominação na época – que tinham surgido logo a seguir à queda do regime salazarista em Portugal. Quando muito eram convidadas a diluir-se nas estruturas dos três movimentos armados.

No período pós-colonial deu-se um alargamento da área de exclusões, com o problema dos regressados, os tais ex-*Congangolanos*. A sua proscrição da cidadania e da *angolanidade* – portanto, da nacionalidade – por parte de sectores do Estado-nação complica ainda mais a análise do caso angolano[29].

Os factores de exclusão no seio do Estado-nação

Na realidade, os problemas da cidadania são próprios, tanto do desenvolvimento da organização citadina, como do desenvolvimento de um processo histórico que vai desembocar na formação da nação, numa relação dialética e estruturante que conduz a dois polos num mesmo conjunto: de um lado, enquanto primeiro polo, a cidadania como atributo daquele que pertence à Cidade desde o tempo dos Gregos; do outro, e como segundo polo, a nação como resultado da pertença e da identificação com uma mesma comunidade alargada e com uma mesma entidade política ampliada cujos membros se concedem mutuamente reconhecimento, legitimidade e uma identidade global - a nacionalidade[30] - que disso é corolário, que despreza diferenças de diversas ordens, relegadas agora para um campo secundário. Uma tal pertença e uma tal elevação acima das diferenças (culturais, etno-regionais, raciais, sociais, etc.) fazem, portanto, da nação uma construção acima de tudo política e eminentemente voluntarista.

Doutra parte, a nação «una e indivisível» como entidade de referência tal como saiu da Revolução Francesa estabelece um campo político aberto que, em princípio, requer a ampla participação de todos aqueles que se reconhecem nela: os povos e os cidadãos[31]. No contexto dos Estados-nação, os povos e os cidadãos constituem uma espécie de garantia, de caução moral do processo de participação na vida política.

Tal como a história Ocidental nos mostra, os Estados-nação só podem construir-se e consolidar-se autenticamente nesta relação de interdependência entre cidadania e nacionalidade, entre cidadania e direitos políticos dos nacionais. Pode acontecer, entretanto, que os direitos

---

[29] Para o desenvolvimento dessa mateira, ver Mabeko-Tali, J.-M. *Barbares et citoyens...op.cit.., pass..*

[30] Cf. Colas, Dominique: *Citoyenneté et nationalité*. Paris, Gallimard, segunda edição, 2004, p. 11.

[31] Cf. Rémond, René: *Introduction à l'histoire de notre temps I. L'Ancien Régime et la Révolution 1750-1815*. Paris, Editions du Seuil, 1974, pp. 169-171.

políticos em vigor no território nacional não sejam encarados como sendo os direitos políticos de todos e, evidentemente, privando-se deles sobretudo os estrangeiros que vivem nesse território nacional, ou mesmo os cidadãos nacionais descendentes de familias imigrantes, mesmo ao fim de várias gerações. A crise político-militar da Costa do Marfim, provocada pela exclusão política, por dúvidas acerca das «origens nacionais» - por falta de *marfinidade* «de cepa» - de uma figura política de primeiro plano, o antigo primeiro-ministro Alassane Ouatara, com todas as consequências que se conhecem, mostra que é aqui que reside um factor sempre presente de fractura social e política, mesmo territorial, do Estado-nação.

Outro exemplo do mesmo género é o do antigo presidente zambiano, Kenneth Kaunda, pai incontestável da independência da Zâmbia – país que dirigiu durante vinte e cinco anos –, que se viu subitamente excluído pelo seu sucessor, Frederick Chiluba, do contexto da cidadania/nacionalidade zambiana «de cepa», a pretexto de ser descendente de imigrantes malawitas chegados à então Rodésia do Norte no início do século XX !

Mais recentemente ainda, na Guiné-Bissau, o General Assumane Mané, um herói da luta de libertação nacional deste país, foi subitamente declarado «estrangeiro» pelo novo Chefe de Estado, Kumba Yalá (ele próprio deposto logo a seguir pelo exército em Setembro de 2003), a pretexto de ser de origem gambiana. A verdade é que Assumane Mané pagava dessa maneira – e também com a sua morte, dita «em combate» às tropas fiéis ao Chefe do Estado – as suas relações difíceis com o regime de Kumba Yalá.

O que interessa sublinhar é, mais uma vez, o oportunismo com que em todos estes pseudo-conflitos identitários (fomentados e dirigidos pelos políticos e seus partidários), da Costa do Marfim à Guiné-Bissau, passando pela Zâmbia, é levantada a questão da identidade nacional de cada vez que está em jogo a luta pelos lugares e pelo poder. Mesmo depois da morte do presidente Mobutu, alguns órgãos de propaganda do regime de Kabila pai (ao tempo o *web site* «Digital Congo») «descobriram» que o falecido Marechal-presidente era de origem centroafricana...

Bater num morto, mesmo odioso como o foi em vida o antigo ditador zairense, não é um acto muito glorioso. Sobretudo quando a questão ultrapassa o âmbito do indivíduo para atingir e ferir a identidade de uma parte da população do território nacional – neste caso os Ngbandi, grupo etnolinguístico do ex-presidente do Zaire –, que para mais é de uma região, o Equador, então em guerra e sob ocupação ugandesa. E como moeda de troca, as origens do filho e sucessor do *Mzee* Laurent-Désiré Kabila foram imediatamente postas em causa por uma parte da oposição anti-Kabila: segundo esta, o jovem Joseph Kabila seria de origem tutsi rwandesa, e um «simples» filho adoptivo do seu falecido pai...

A atitude cíclica de pôr em causa a legitimidade da cidadania cívica «nacional» – e a exclusão que ela automaticamente implica – de Luanda a Kinshasa, de Brazzaville a Bissau, de Abidjan a Lusaka, etc., tem os seus antecedentes históricos no Ocidente. Parece dispor de uma dinâmica quase inelutável em qualquer processo de perturbação sócio-política. A única variante, contudo, reside, creio, nas formas que um tal processo pode assumir: na base de reivindicações puramente ideológicas e de lutas de classes claramente expressas e de maneira nenhuma oblíquas em certos casos, ou, dito de outro modo, na base do recurso ao escudo etno-regional, como expressão destorcida das lutas de classes. Mas neste último caso, veremos mais adiante, a única explicação de escudo de lutas sociais elitistas não bastaria para dar conta da complexidade do fenómeno étnico[32].

---

[32] Veja-se o debate introduzido por Michel Cahen, em: *Ethnicité politique - Pour une lecture réaliste de l'identité.* Paris, L'Harmattan, 1994.

Mais uma vez a Revolução Francesa – mãe de muitos dos nossos sonhos actuais de derrubar todos os regimes considerados sem resposta para os anseios da maioria anónima – fornece-nos exemplos evidentes da visão parcelar e restritiva da cidadania. No amplo sonho histórico de vingança que moveu a multidão dos *Sans-Culottes* nas ruas de Paris durante essa reviravolta social (iniciada na noite de 4 de Agosto de 1789), temos, de facto, inimigos reais. Estes ameaçam a Pátria e a Nação – essas noções que a *intelligentsia* revolucionária vai cultivar e lançar como novas armas de luta à matilha desenfreada, feliz por obter a sua vingança e por ocupar o lugar que lhe negaram desde a noite dos tempos, e de que a sociedade desejosa de mudanças fará aquilo que Schama designa por «*that enlarged political family*[33]» (essa família política alargada). Mas, em nome dessa Pátria e dessa Nação – esses dois «mitos unificadores» (*unifying myths*), segundo Schama, (1990: 497) – vão surgir igualmente outros inimigos, mais fictícios do que reais, na lógica maniqueísta de qualquer processo revolucionário:

> *A devoção à Pátria era tal que eclipsava todas as outras formas de vassalidade – à ordem corporativa, à província, à ordem social ou confessional – numa nova família infinitamente alargada. Mas esta inclusão militante requeria por definição contributos externos, com vista a definir os seus próprios limites e a dar sentido à própria associação dos elementos internos. Assim, todas as imagens de incorporações pressupunham contra-imagens de denegação: os anti-cidadãos obstinados que se recusassem a diluir as suas diferenças na comunidade revolucionária deviam ser excluídos*[34].

A herança da Revolução Francesa vai, aliás, perpetuar-se a todos os níveis, tanto no império colonial (sendo os colonizados as principais vítimas, com algumas raríssimas excepções), como no que diz respeito à própria França metropolitana (na qual, nomeadamente, a exclusão das mulheres do direito de votar foi durante muito tempo a mais flagrante):

> *A história da democracia em França, observa Dominique Colas, ficou marcada por dois tipos particulares de exclusão da cidadania política, a qual, mais do que a cidadania económica (o direito de propriedade) ou a cidadania social (o direito aos cuidados médicos), define a cidadania*[35].

Os exemplos africanos acima citados mostram que existe uma dicotomia entre, por um lado, a introdução da noção de cidadania no plano político e, por outro lado, a definição da noção de nacionalidade. Mostram sobretudo que essa relação cidadania-nacionalidade permanece problemática e em crise, mesmo se quiséssemos limitar essa crise unicamente

---

[33] *The rhetoric of revolutionary leadership had encouraged this process. It had spoken in indefinitely inclusive terms – of the Nation, of the patrie, of citizenship – as if any French man and woman had a direct stake in that enlarged political family [...] Popular expectation, then, were of multiple utopia springing up in city and countryside: farms without rents; churches without bishop and monks; and army without recruiting officers; a state without taxes* [A retórica de liderança revolucionária encorajou este processo. Falou em termos infinitamente inclusivos – da nação, da pátria, da cidadania – como se qualquer homem e mulher franceses tivessem parte directa nessa alargada família política (...). As expectativas populares então eram de múltiplas utopias desabrochando na cidade e no campo: fazendas sem rendas; igrejas sem bispos e monges; um exército sem oficiais recrutadores; um Estado sem impostos]. Schama, Simon: *Citizen and Cannibals..., op. cit.*, p.497.

[34] in Schama, S.: *Idem*, p. 492.

[35] Colas, Dominique, *op. cit.*, p. 16.

aos países em vias de desenvolvimento. Mas nos casos acima citados, em particular na crise marfinense, o problema ultrapassa largamente a personalidade principal posta em causa (Alassane Ouatara) e o quadro do seu partido (o *Rassemblement Démocratique Républicain* - RDR) para assentar na questão dos ajuntamentos «nacionais» e regionais dos Estados-nação, saídos da colonização.

É certo que a questão da cidadania começa a assumir novos contornos (sendo a cidadania europeia uma realidade já com concretização prática), que talvez já constituam um novo desafio à construção dos Estados-nação. Mas nunca poderiam ser encarados com um optimismo excessivo, como se os antagonismos de várias ordens (conflitos de classes, choques de interesses económicos e políticos locais, ou de interesses de Estados nacionais, etc.) devessem automaticamente fazer tábua rasa do passado. Assim, por exemplo, como viver a «europeianidade» sem que ela seja manchada pelo «*chauvinisme petit-français*»? Como é que os sul-africanos, amanhã cidadãos da SADC, vão viver a realidade da abertura das suas fronteiras a todos os outros futuros cidadãos da SADC, sem ao mesmo tempo os verem como invasores e ladrões de *jobs*, etc. ? Ora esta última questão está já na ordem do dia dos debates internos sul-africanos quanto à utilidade da integração deste país na SADC. Ao mesmo tempo, assiste-se a restrições às licenças de trabalho neste país, com uma preocupação proteccionista, aliás problemática: a falta crescente de mão-de-obra negra qualificada em muitos dos sectores chave da economia do país, quando a tendência para a fuga de «cérebros» brancos tem sido uma realidade incontestável nos últimos anos. Mas a vinda ao de cima dos conflitos identitários e as manifestações de um nacionalismo particularmente retrógrado, ilustradas pelos casos referidos, mostram no entanto como ainda é longo o caminho que falta percorrer para a afirmação total de uma identidade supranacional, na base de projectos de integração regional, à maneira da CEDEAO na África ocidental, da CEMAC na África central, ou da SADC na África austral.

A crise recente no seio da União Europeia por ocasião da questão iraquiana demonstrou igualmente que, mesmo este processo – que no entanto se manifesta como um paradigma da integração regional e continental neste início do século XXI – ainda está bem longe de acabar com a nação (naquilo em que ela é uma realidade) como construção identitária[36]. Jean Daniel, por seu lado, considera a este respeito que «ainda não chegou a hora do desaparecimento das nações[37]».

No entanto, a questão está em saber se este processo, tal como é sugerido por Jean Daniel, vale tanto para os poderosos Estados-nação do Norte como para os do Sul. Em primeiro lugar porque a própria existência do Estado enquanto estrutura moderna, livre de qualquer personalização e «emancipada» de qualquer patrimonialização[38], não é uma evidência e está sujeita a caução, para não dizer que a instituição estadual continua a ser hipotética em muitos países aficanos sub-saarianos[39]. Por outro lado, mesmo para muitos

---

[36] V. Colas, D., *idem*, pp. 11-16.

[37] *«Plus je réfléchis, plus j'observe, plus je commente et mieux j'observe que l'heure de la disparition des nations n'est pas encore arrivée»*[Quanto mais eu reflito, mais observo, mais eu comento e melhor eu observo que a hora do desaparecimento das nações anda não chegou], escreve Jean Daniel. In *Affirmation nationale et village planétaire*. Montréal: Editions FIDES, 1998, p. 41.

[38] Cf. Chabal, Patrick, et Dalloz, Jean-Pascal: *African Works – Desorder as Political Instrument*. Oxford & Bloomington,1999, pass.

[39] Segundo Ernest Gellner: *Culture and social organization are universal and perennial. States and nationalisms are not. [...] Nations and nationalist sentiments are not found universally, whereas culture and organization are.*[A cultura e a organização social são perenes. Os estados e os nacionalismos não o são (...) Nações e sentimentos nacionalistas não são encontrados universalmente,

países em desenvolvimento, onde tal emancipação da instituição estadual é incontestável, a existência da nação tal como é definida desde Renan não parece estar forçosamente adquirida, o que faz com que o Estado tome, portanto, o lugar da nação. Mesmo no caso em que esta construção nacional fosse comprovada, encontrar-se-ia contudo subdeterminada e enviesada por interferências de um mundo cada vez mais globalizado, que lhe dá cada vez menos possibilidades de enveredar por um processo *sui generis* de um Estado nacional tal como é construído e consolidado no Ocidente.

O Cidadão e o Estado: entre a ficção identitária e a 'conjura elitista'

Sujeitos às pressões da economia de mercado, a programas de reestruturação económica de altos riscos políticos e sociais, com a agravante de terem de se conformar com um modelo político de pensamento único – o do Norte rico, desenvolvido e conquistador –, os Estados-nação do Sul têm que traçar permanentemente estratégias de sobrevivência, começando pela sobrevivência da elite no poder. Ora essas estratégias vão da instauração daquilo a que Lecerf e Parker chamaram «a ditadura dos *Effendias*[40]» (salvaguardadas as devidas proporções comparativas, evidentemente, com os casos francês e egípcio, analisados por estes autores), ao desvio de funções do Estado pelas elites que se sucedem no poder, de que resulta um desvio de baixo grau, ainda mais pernicioso para os direitos do cidadão.

É deste último desvio que provém o fenómeno bem conhecido na maior parte das administrações africanas, em particular a Sul do Sahara: o cidadão é a presa escolhida para o assédio do funcionário no fim do mês ou do agente de polícia. Frequentemente mal pago ou pago irregularmente (com salários em atraso, que em certos momentos atingiram recordes, como por exemplo no regime de Pascal Lissouba), este último vinga-se no cidadão cobrando qualquer serviço, fazendo a sua própria interpretação das leis, ou pura e simplesmente reinventando, para cúmulo, regras administrativas só por ele conhecidas e aplicadas. Chabal e Dalloz (1999) citam o caso da Nigéria, que está longe de ser único:

Na Nigéria, por exemplo, às vezes parece haver tantas regras como funcionários[41].

Qualquer pessoa do povo anónimo de Luanda a Brazzaville, ou a Kinshasa e outras cidades africanas dos Estados em crise – ou em falência –, poderia reconhecer sem dificuldade a cruz do seu próprio calvário administrativo nesta afirmação dos dois autores.

De facto, perante as realidades quotidianas, a mulher ou o homem vítima destas práticas não é cidadão absolutamente de nada: em vez de um Estado de dificil configuração, de que contudo presume ser cidadão (com tudo o que isso implica de encargos, de exigências e de aplicação autoritária da legalidade pela instituição estatal, assim como responsabilidades e obrigações mútuas), defronta no quotididano um inimigo fluído, organizado em eficazes redes de gatunagem. Em bom rigor, esse inimigo é personificado pelo funcionário medíocre que o saqueia, extorquindo os seus magros recursos pecuniários ao mínimo serviço público requerido, numa prática que é frequente designar por *madesu ya bana* [os feijões para as crianças] em Kinshasa, *petit déjeuner (pequeno almoço)* em Brazzaville, e *gasosa* em Luanda. Entre ele(a) e esse inimigo sem rosto específico, falar de «cidadania nacional» parece por vezes *non-sens* ou ficção.

---

enquanto que cultura e organização são]. In: *Nationalism*. New York, New York University Press, 1997, p. 5.

[40] Cf. Lecerf, Yves, et Parker, Edouard: *Les dictatures d'intelligentsias*. Paris, Presses Univeritaires de France, 1987. Prefácio de Alain Peyrefitte.

[41] Op. cit., p. 7.

A verdade é que a relação entre o indivíduo e o Estado tropeça com um antecedente histórico ainda não resolvido na maior parte dos casos africanos: com efeito a própria nação, em muitos casos, é ainda um projecto elitista, em busca das suas marcas como referência maior – pura e simplesmente como nação global, na qual a instituição estadual seria emancipada de qualquer dominação patrimonial das elites no poder e instauraria com sucesso uma cidadania cívica, sem exclusivo. Ora na medida em que isso ainda não teve lugar, na medida em que o Estado-nação é aquilo que cada elite no poder entende que deve ser e não uma referência comum adquirida, a identidade étnica continua a ser o refúgio mais seguro em relação àquilo em que a cidadania cívica ainda é, na prática, problemática.

Assim sendo, um suposto cidadão de um Estado de configuração problemática (baseado fundamentalmente em práticas patrimonais), ou mesmo inexistente[42], ou, em bom rigor, em crise global, e de uma nação que em muitos casos não passa de um projecto, acaba por eleger o fatalismo[43] como forma de sobrevivência psíquica. É certo que isso não resolve os seus problemas, mas permite-lhe ter meios de sobrevivência psíquica perante esse inferno burocrático de uma tirania muitas vezes arbitrariamente desordenada, por vezes deliberadamente caótica, e em muitos casos desenvolvendo-se num arcaísmo mortal. Quem quer que seja que entre hoje num gabinete dos vários sectores da administração congolesa (nomeadamente aqueles que gerem os sectores financeiros e sociais) pode testemunhá-lo: arquivos espalhados pelo chão ou sobre prateleiras poeirentas, sobrecarregadas e desordenadas, de onde os documentos desaparecem com uma facilidade evidente; a tudo isso é preciso acrescentar a humilhação que nos espera face à reacção de arrogância dos funcionários a quem as nossas diligências parecem incomodar.

Qualquer beneficiário de uma decisão administrativa no Congo (uma nomeação para um posto administrativo, uma promoção estatutária, um avanço financeiro, uma bolsa de estudos, um fundo de maneio para qualquer funcionário creditado numa representação diplomática, etc.) sabe desde há vários anos que tudo isso será letra morta se ficar à espera que a administração siga o seu «curso normal». Sabe, por exemplo, que não tocará nos fundos que lhe são atribuídos se ele próprio não passar longos meses (ou mais), de documentos na mão e dinheiro no bolso, a correr de gabinete em gabinete, de departamento em departamento, a negociar com o «chefe disto» ou com o «chefe daquilo». Sabe, por fim, que deve assediar e meter conversa com a secretária do senhor fulano de tal ou da senhora fulana de tal (com o pretexto de lhe dar, para o «pequeno-almoço», uma nota, nem sempre disponível quando estamos nós próprios necessitados), para que finalmente seja posta em prática a dita decisão administrativa, mesmo que seja tomada pelas «altas esferas». Desta maneira, a administração pública, cronicamente pletórica, apesar das muitas «restrições» empreendidas desde há anos (geralmente sob a pressão das instituições financeiras internacionais), surge de facto como uma espécie de máquina permanentemente conspiratória contra o cidadão[44].

Nestas condições, e perante a insegurança que provoca uma tal relação com esse Estado problemático e que vai cada vez menos constituindo uma referência de segurança material e

---

[42] Veja-se o caso da Somália pós-Siad Barre, em: Little, Peter D.: *Somalia: Economy without State*, Indianapolis, Indianapolis University Press, 2003, p. 1-19. É verdade que este caso é um perfeito exemplo ilustrativo; no entanto encontra-se demasiado prisioneiro de uma contingência específica para que sirva de modelo de referência ideal.

[43] Chabal e Dalloz (1999: 7) falam de «resignação fatalista».

[44] Remeto aqui para a noção de «complot des *effendias*» que domina as administrações (nomeadamente nos casos dos Estados francês e egípcio), tal como é definido por Lecerf et Parker *(op. cit., passim)*.

social, mesmo para os seus próprios «filhos» (os funcionários da administração pública), o refúgio mais seguro[45] que resta ao «cidadão» é a etnia, a aldeia – o «recanto» (*coin*)[46]. Refúgio tão identitário como social: a sua identidade étnica. Por um lado, porque ele encontra aí as únicas referências culturais e morais de onde, a *priori*, não será excluído, a não ser por uma «traição» política – e ainda assim... Por outro lado, porque, no plano social, é o único meio que lhe garante encontrar uma solidariedade humana, material, alimentar, mesmo financeira, que lhe permitirá aguentar em caso de crise. Estas solidariedades podem manifestar-se, por exemplo, através de práticas de *likelemba* (tontinas), ou através das caixas de entreajuda que as associações dos originários de cada região, distrito ou aldeia normalmente organizam nas cidades congolesas. Não foi por acaso que estas associações, que floresceram no Congo, foram objecto de lutas de influência, mesmo manipulações políticas (tanto no Congo como em Angola[47]).

O longo período de crise (económica e político-militar) que marcou o fim do monopartidarismo no Congo, assim como o mandato do presidente Pascal Lissouba, foi a este respeito um momento crucial e comprovativo da importância psicológica, política e identitária do recurso ao guarda-chuva étnico. Pode agora imaginar-se a sorte daqueles que, tendo-se aliado ao regime UPADS, ou havendo combatido por opção[48] nas fileiras das tropas governamentais, se vão encontrar no campo dos vencidos, depois da vitória do general Denis Sassou-Nguesso e das FDU (Forces Démocratiques Unies[49])! Apanhados pela proclamação geral da causa «nortista», e particularmente marginalizados pelos seus próprios irmãos étnicos, viram-se perdidos sob o ponto de vista identitário e socio-económico. Deste modo, o sujeito histórico que devia sair do processo de independência e encarnar a fusão nacional[50], e por conseguinte a criação de uma identidade cívica assumida por todos, voltou àquela outra identidade, negativa no seu aspecto

---

[45] «O mais seguro», pois há outros, tais como o recurso às seitas religiosas enquanto forma de compensação psicológica, mas também como substituto identitário. Mas as igrejas ou seitas religiosas não são um substituto da relação de identidade cívica ao mesmo título que a identidade etno-regional, em todo o caso não da mesma ordem, pois não participam da mesma ordem de referências. De resto um não impede de maneira nenhuma o outro, e ambos podem perfeitamente coabitar, ou mesmo entrosar-se e entreajudar-se na busca de uma outra identidade que não a cívica.

[46] Em francês "le coin" (nota do tradutor).

[47] O caso angolano foi mais flagrante no que diz respeito ao facto de, muito rapidamente, essas *Associações dos Naturais* (por exemplo de Malanje, do Bié, do Moxico, etc.), se terem tornado o objecto de dois tipos de disputa. Por um lado, foram atingidas pela manipulação política, no âmbito da competição consecutiva para a instauração do multipartidarismo; por outro lado, foram palco de jogo de lutas de negócios e de influências, que acabaram por invalidar o carácter meramente associativo que parecia, originariamente, orientá-las. Algumas não sobreviveram a esta situação, ainda que continuem a existir no papel. Como resultado, acabaram por não desempenhar o papel que delas se esperava enquanto elementos constitutivos de solidariedade e de ligação entre as elites urbanas e o país profundo. É claro que há que acrescentar que o caso angolano padecia igualmente de questões sociológicas verificadas no seio das elites urbanas, nomeadamente, e em função das trajectórias sociais e das origens somáticas de uns e de outros: as filosofias destas associações tinham frequentemente a ver com as diferentes perspectivas dos associados acerca do país e com a sua relação com o país profundo, nomeadamente entre uma elite *crioula* e uma outra facção ligada à província de origem por laços mais viscerais, concretos, e não apenas idealizados de longe, a partir da capital do país.

[48] Em todo o caso, os ódios etno-regionais, elevados subitamente á categoria de práticas «democráticas», fizeram com que os mais vulneráveis dos militares nortistas das fileiras governamentais preferissem desertar e juntar-se às fileiras dos seus irmãos ou refugiar-se nos seus «recantos», por simples medida de segurança pessoal.

[49] Criadas a 11 de Setembro de 1994, as FDU eram constituídas de início pelos seguintes partidos: o PCT (Parti Congolais du Travail, de D. Sassou-Nguesso), a URN (Union pour le Rassemblement National, de Gabriel Bokilo); a UPRN (Union Patriotique pour le Renouveau National, de Mathias Ndzon); a UNDP (Union National pour le Développement et le Progrès, de Pierre Nzé); o PL (Parti Libéral, de Nicéphore Fila), e a CAD (Convention pour l'Alternative Démocratique, d'Alfred Opimba). Note-se que estes partidos são todos formados por gente do Norte do Congo (*cf.* Gabou, 1999: 202).

[50] Cf. Yengo, Patrice (s/dir.): *Identités et démocratie - en Afrique et ailleurs....* Paris, L'Harmattan, 1997, p. 6.

ideológico assumido: a etnia, ou aquilo a que Joshua Forrest chama *an ascriptive identity*[51].

Face à rejeição, repete-se o mesmo mecanismo de reagrupamento, que motivara os antigos excluídos, doravante vencedores do conflito civil: traduzir-se-á então numa mobilização política que vai relançar e reagrupar as identidades esparsas de uma região geográfica numa espécie de «sub-nacionalismo» (Forrest, 2004: pass.) que encontrará os seus traços essenciais nas organizações associativas de indivíduos pertencentes a esta ou àquela região, distrito, aldeia, etc[52]. Notar-se-á, entretanto, que tal como os antigos excluídos (e doravante novos vencedores), os novos «condenados do Estado-nação» terão a particularidade de falar em nome de todos os condenados, como forma de mascarar as suas próprias descriminações.

Assim, portanto, o neo-nacionalismo das elites políticas veste-se com estranhos andrajos: por um lado, no seu discurso para exportação, estas elites adornam-se com as vestes dos defensores dos «interesses superiores» do Estado-nação, em nome do povo e do país no seu conjunto, e, sobretudo, da «democracia»; por outro lado, e acima de tudo, a mobilização política no campo da luta contra a exclusão social veste-se com um discurso baseado num martirológio que se torna subitamente cego para os problemas das outras etnias: dele são excluídos, alternativamente, o Norte e o Sul, consoante quem está no poder. Deste modo, sob estas construções discursivas pavimentadas de antigos e novos mártires, o camponês ou o desempregado desencantado, originário do «Nibolek»[53], aparecerá aos olhos do seu congénere da mesma condição social da região da Cuvette ou simplesmemte do «Norte», como membro comprovado e consciente, e parte integrante da «*boukoutage*[54]» em que a sua etnia – então no poder – é suposto integrar-se. De resto, este discurso só funciona por ser globalizante diante de outros e simplificado ao extremo, sem qualquer espécie de matiz. Além disso, a construção da identidade étnica que ele pretende visar não conseguirira ter sucesso enquanto ideologia política. Como sublinha J.B. Forrest:

> *Essa questão da identidade étnica pode revelar-se importante, pois, para que um movimento regional possa vingar politicamente, é preciso que traduza o sistema de crenças geral da sociedade na qual opera*[55].

Rémy Bazenguissa-Ganga mostra, do seu ponto de vista, o poder exercido por essa identificação étnica na psicologia colectiva do grupo, falando da sua experiência pessoal enquanto membro da etnia kongo:

---

[51] Forrest, Joshua B.: *Subnationalism in Africa – Ethnicity, Alliances, and Politics*, Boulder, London, Lynne Rienner Publishers, 2004, pp. 8-9.

[52] Veja-se, por exemplo, Gnessahou, Mbondo *(op. cit., pass.)*, a propósito dos reagrupamentos associativos dos likoualianos, que atingiram uma amplitude incomparável sob o regime de Pascal Lissouba.

[53] Este neologismo serve para designar das regiões do Niari, Bouenza e Lekoumou, no sudoeste e sudeste do Congo, entendidas aqui como focos identitários de populações supostamente aparentadas. O nome, que surge no contexto congolês conturbado de 1992-1997, serviu como bandeira de unidade às elites políricas oriundas dessas três regiões. Mas a realidade política mostrou a fragilidade dessa nova identidade (Mabeko-Tali, 2005: pass.).

[54] Deve-se ao jornal brazzavillense *La Rue meurt* a popularização deste «congolismo», que deriva do verbo kongo *ku bukuta*,«comer o capim, alimentar-se», entendido aqui: no sentido de roubar à fonte , apropriar-se, desviar para fins pessoais os fundos públicos do Estado (Obenga, 1998 : 289) para designar a fraude e a corrupção no seio da classe política congolesa, no tempo de Pascal Lissouba.

[55] *"This identity issue can prove important because for regional movement to gain political momentum, it needs to reflect the general belief system of host society in which it operates"* [Esta questão da identidade pode revelar-se importante porque para que o movimento regional ganhe momentum politico precisa de reflector o sistema de crenças geral da sociedade de acolhimento na qual opera] . Forrest, J.B. *Id.*.

Lembro-me, durante a minha adolescência nesse país tão politizado onde qualquer estudante era um pioneiro da revolução, da catástrofe que representou para o Kongo onde eu me incluia, a tomada do poder por Ngouabi, a quem era atribuída a identidade Mbochi. Nessa altura vivi com intensidade algumas tranformações das identidades políticas, onde as categorias étnicas Kongo e Mbochi foram substituídas pelas categorias regionalistas: Nortistas e Sulistas. [...] A partir daqui, compreendi o político de uma maneira aberta e incerta, isto é, pela maneira como ele se produzia através das lutas dos actores[56].

De facto, o regime de Massamba-Débat era uma vasta aliança política incluindo quadros do Sul e do Norte (que este autor explica e analisa magistralmente na sua obra). Originário do Pool, e portanto Mukongo, Alphonse Massamba-Débat não tinha governado apenas com «sulistas», mesmo tendo ele, como de resto o mostra bem este autor, manipulado e refeito as estruturas do Partido-Estado MNR (Mouvement National de la Révolution) e do governo, jogando constantemente com a geopolítica a favor da sua região. Dito isto, resta-nos compreender, através desta experiência pessoal do autor acima citado, que a representação conta mais do que a realidade dos factos na ideologia identitária.

Na representação ideológica da identidade política, o que importa em primeiro lugar, num caso semelhante, é menos o facto de uma coligação elitista no poder (incluindo «nortistas» e «sulistas») do que a representação simbólica do poder supremo que encarna o Chefe do Estado: ele é o detentor do ceptro do comando supremo, e portanto do poder máximo para colocar os seus co-regionais e co-étnicos em postos chave do sistema, e de, usando-se das suas prerrogativas, redistribuir as prebendas, de ter a última palavra na gestão dos recursos do país. Ele é o suposto detentor da chave da ascensão social de todos. O Estado e o Tesouro Público estão à sua mercê. Ele pode mandar retirar somas importantes no Banco nacional, e muito corajoso será o ministro das Finanças ou o governador do Banco Nacional que ousar tergiversar por muito tempo (porque há quem resista, é preciso sublinhá-lo[57]), aos *desiderata* do chefe. E depois há, evidentemete, o prestígio e as honras que a condição de comandar homens a partir do mais alto topo confere. Este prestígio

[56] Bazenguissa-Ganga, Rémy: *Les voies du politique au Congo...*, op. cit., p.5.

[57] Tanto mais interessante se torna sublinhar este facto se nos lembrarmos que, pela primeira vez na história do Congo-Brazzaville, houve sob Sassou III um ministro das finanças que adquiriu subitamnente uma imensa popularidade junto dos cidadãos congoleses, nomeadamente do baixo povo: Rigobert Andelly, antigo alto funcionário do Banco Mundial, que se tornou ministro das finanças do primeiro Gabinete saído das eleições gerais de 2002, recebeu nos primeiros tempos do seu mandato o sobrenome de «Bic-Rouge» [literalmente: esferográfica vermelha»], devido à sua reputação de pôr um drástico refreio e opôr parecer desfavoráveis aos hábitos corruptos tornados parte da cultura da gestão da coisa pública pelas elites nacionais depois da independência. Segundo a lenda construída em torno deste homem pela 'radio-trottoir' (ou seja os rumores veíiculados no seio da opinião pública), ele defrontava os desideratas financeiros de todos os «usufrutuários» dos corpos do Estado, incluindo a entourage presidencial e atingindo o próprio Chefe de Estado e a sua esposa. A boa reputação (merecida ou não) deste alto funcionário internacional foi tão grande, mesmo nos pontos mais recuados do país – como pude verificar durante a minha pesquisa –, que a opinião congolesa se pôs de repente a murmurar histórias de conspirações e de tentativas de assassínios supostamente urdidos contra ele, mesmo no seio da elite dos seus próprios irmãos étnicos (os Mbochi). Verdadeiras ou falsas, estas histórias têm o mérito de constituir um elemento sociológico de grande interesse para a análise das representações simbólicas da identidade política, além de mostrarem que existe, no seio das populações, a sede de ver uma boa governação. Um ministro subitamente elevado à categoria de uma espécie de herói do povo (com opiniões favoráveis mesmo em certos meios das etnias «opostas» aos Mbochi, nomeadamente os Kongo), é demasiado raro para que não se assinale, ainda que as coisas tenham acabado por «entrar nas normas» logo a seguir. «Bic-Rouge» não podia brincar ao Robin dos Bosques dos Trópicos durante muito mais tempo a não ser «como deve ser», num enquadramente institucional globalmente renitente a mudanças positivas de práticas governativas. Ele teve, portanto, que renunciar às suas tentativas de rigorosidade de gestão financeira do estado, indo incluir-se portanto na lista dos "vilões" vilipendiados pela 'radio-trottoir' brazzavillense...

parece irradiar e recair sobre qualquer etnia, sobre qualquer região – sobre a geografia a que se pertence. Não é raro, portanto, que novos parentescos se manifestem, que «sobrinhos» ou «sobrinhas», primos ou primas, até então pouco prováveis, mesmo desconhecidos, se afirmem, e que alguns oportunistas venham a usar-se dessa condição como capital-prestígio, ou pior do que isso, como um espantalho, como longos anos de experiência nos mostraram no Congo. Os filhos do «recanto», mesmo os que se situam no grau mais baixo da escala social, retirarão sempre proveito desse facto. Esse sentimento de pertença colectiva ao poder pode justificar a adesão ao sentimento dramático de perda deste – de orfandade política – que toca aos filhos do «recanto» no momento da queda do regime «deles». Foi este sentimento que o adolescente Bazenguissa-Ganga deve ter experimentado, antes de o analisar, anos mais tarde, com a distância e a lucidez de sociólogo. Mas, logo a seguir, esse sentimento dramático pode justificar a resposta positiva e activa à militarização do campo político pelos líderes das elites políticas. Foi o que alimentou as milícias das guerras civis congolesas.

Para os governantes, para a própria elite no poder, as coisas passam-se evidentemente de outra maneira: colocados numa lógica de lutas pelo controlo da distribuição de prebendas, não são guiados por simples questões de símbolos, mas sim por articulações a centros de interesses materiais, nacionais e internacionais, e de tomadas de posição de classe bem claras. Isto não quer dizer que a consciência de classe só se manifeste nos altos escalões. Isto quer apenas dizer que na representação ideológica da identidade política, as representações simbólicas e desviadas do poder político, têm mais impacto sobre a massa de pessoas empobrecidas e derrotadas pelas «conjunturas» económicas e sociais, agravadas pelas crises político-militares. Numa tal conjuntura, é fácil para a elite do poder brandir a ameaça de exclusão que pesaria sobre a etnia ou sobre a região, para mobilizar aquilo a que Darbon (1990) chama «a subjectividade étnica». Bastou, por exemplo, que os responsáveis do Governo de Transição congolês emitissem opiniões imprudentes sobre uma pretensa insignificância de votos na região de Likouala, aquando das eleições de 1992, para que os pertencentes a esta calassem por um momento as suas divergências políticas e se mobilizassem numa movimentação que desembocou numa assembleia fervilhante, a 2 de Maio de 1992. Ao longo desta, as ideias secessionistas vieram em força, preconizando «a constituição de um Estado likoualiano autogerido, no qual as relações com o Congo [seriam] redefinidas» (Gnessahou, 2000: 8).

Os depoimentos desencantados que ouvi da boca de muitos jovens, antigos milicianos e «combatentes das frentes» durante a guerra civil de 1997 no Congo, convenceram-me de que as representações ideológicas de identidade política funcionam como primeira etapa de tomada de consciência, antes que as condições sociais concretas intervenham para reorientar a consciência étnica para uma consciência de classe. Os jovens milicianos «nortistas» que aderiram com entusiasmo à ideia de resisitir e expulsar do poder Pascal Lissouba fizeram-no imbuídos de uma consciência étnica muito acentuada. No fim do conflito, a realidade social evidenciou-se com muito mais força do que antes: um país devastado, uma pauperização geral da população, o ambiente de insegurança ameaçando todos na sua integridade física e na sua actividade económica ou de sobrevivência material quotidiana: enfim, uma violência global que ia crescendo com a questão do desemprego e promessas de emprego não cumpridas.

Perante uma consciência social adquirida em tais condições de violência, o desencanto tornou-se então um perigo para a identidade étnica, mesmo que não implicasse forçosamente uma ruptura identitária em benefício de uma identidade cívica única. As duas deram-se bem, cada qual intervindo em função da existência ou não de um perigo potencial para a

identidade étnica em particular. Mas, em todo o caso, o caminho estava então aberto por uma fissura no seio desta última. As dissensões no seio das diferentes identidades étnicas foram uma das manifestações a este respeito.

Mas é aqui, precisamente, que intervém o caracter dinâmico da identidade étnica e a maleabilidade conjuntural que ela pode apresentar, nomeadamente na sublimação dos conflitos e na instrumentalização política, neste caso face ao perigo.

Com efeito, os presumíveis «traidores» da oposição dos «nortistas» ao poder do presidente Lissouba, perdidos nesse país esquartejado e na Brazzaville caótica do pós-guerra (que viu as suas casas queimadas pelos vencedores ou pilhadas pelas hordas das milícias que aí puseram e dispuseram a seu bel-prazer), eram de duas categorias: de um lado havia «tubarões», políticos e militares, e do outro os «caçulas sociais» (*cadets sociaux*) – civis e militares (oficiais subalternos, sub-oficiais ou simples tropas). Os primeiros eram presas comprovadas da astúcia e do pragmatismo político do presidente Sassou, em virtude da sua capacidade de «repescagem», no quadro da política de reconciliação nacional. Isto permitiu-lhes, salvo excepções, e pondo de parte aqueles que preferiram ficar definitivamente no exílio, recuperar muito do que perderam, sendo-lhes atribuídos postos de responsabilidade, mesmo criando-os onde antes não existiam, nomeadamente no âmbito do processo de negociação e de passagem à prática do processo de paz. Quanto aos «caçulas sociais», civis e militares, tiveram que se fazer perdoar pelos seus próprios irmãos de «recanto». Já não tinham possibilidade de escolha, como acima foi explicado, além de que não podiam ser postos em pé de igualdade com os actores políticos de alto escalão.

Nesta situação, os dias que se seguiram a um conflito que arruinou praticamente todos os cidadãos, chegando até a destruir o embrião de classe média que emergia, tanto nas fileiras dos corpos do Estado, como no privado – ao ponto de mesmo o estatuto de funcionário mais não ser do que uma concha vazia –, a etnia, a aldeia – o «recanto» - tornaram-se mais do que nunca referências preciosas. Mas, sobretudo, um refúgio, ao abrigo das lutas internas, de facções, em torno de interesses de grupos e de classes.

O regresso à aldeia e o seu significado

Foram necessárias, de resto, estas guerras civis repetidas, desde 1993, mas sobretudo a de 5 de Junho de 1997 (porque mais global, mais destrutiva, e de dimensões regionais comprovadas[58]), para que alguns daqueles que foram «bem sucedidos» socialmente (ver *infra*), e já tinham mais ou menos cortado com o «recanto» (isto é, com a sua região ou localidade de origem), o redescobrissem e com ele se reconciliassem. Também podemos dizer, efectivamente, com Rémy Bazenguissa-Ganga[59] que a expressão «o Congo subúrbio de Brazzaville»[60] já não corresponde de facto à realidade desde o início das guerras civis sob o presidente Lissouba, particularmente a de 5 de Junho de 1997 e as suas sequelas. Não é só por razões de oportunismo eleitoralista que alguns decidiram vencer o medo da feitiçaria e da inveja, e construir vivendas na sua região, na aldeia das suas origens familiares. A guerra e as destruições materiais, as misérias sociais, mas sobretudo o sentimento repentino

[58] Remeto para o conjunto de contribuições publicadas em Yengo, Patrice (édit.) : *Rupture-Solidarité: Les Congos dans la tourmente.* Paris, Khartala, 2-2000.

[59] Bazenguissa-Ganga, R.: *Les voies du Politique au Congo..., op.cit.*, p. 8, note 2.

[60] Título de um número especial da revista *Politique Africaine* (Paris/Bordeaux, Karthala), nº 31, Outubro de 1988.

de vulnerabilidade da elite urbana, fizeram-nos redescobrir hoje a «alegria da paz da aldeia». Construir na sua região – no seu «recanto» – parece ter-se tornado, a partir de agora, mais do que uma simples moda: constrói-se por segurança, é verdade, devido às incertezas identitárias que a cidade cada vez mais oferece desde o início do longo ciclo de violência político-militar, mas também no âmbito de uma espécie de «redimensionamento» do capital-prestígio, tão necessário doravante no âmbito da competição política pluralista – e não como uma simples faceta do sistema patrimonial.

Quais serão, a curto ou a médio prazo, as consequências deste investimento súbito das elites políticas no seu «recanto»?

Em primeiro lugar há que ver que uma barreira psicológica caiu. O fim do medo da feitiçaria (mas não forçosamente, entenda-se, da crença em si mesma) é uma viragem na evolução das mentalidades locais, mas que se mantém ainda acantonada ao nível da elite modernista. Ora esta última actua, literalmente, como já sublinhámos, sob a pressão de uma necessidade de criar bases políticas mais seguras, assim como lugares mais seguros para a sua simples sobrevivência física, face às incertezas que oferece doravante a cidade como lugar político. A imagem de um Denis Sassou-Nguesso já fora do poder após ter perdido as eleições de 1992, mas desafiando políticamente e militarmente o regime do seu substituto (Pascal Lissouba), a partir da sua terra natal (Oyo), teve um impacto importante nas mentalidades, particularmente entre os «Nortistas»: por um lado, a capital do país perdia, dessa maneira, o monopólio do teatro político, por outro lado a *Ethnic Citizenship* (Mamdani, 2001: 29-30) revalorizava-se ainda mais.

Quererá isto dizer que a identidade étnica já não se vai reconstruir «apenas» a partir da longínqua capital, mas doravante mais na própria província? À primeira vista sim – parece fazer sentido. No entanto, as coisas não parecem assim tão avançadas, e pelo seguinte motivo: esta retomada da identidade étnica a partir da província – do «recanto» - depara logo e desde já com dois obstáculos maiores. O primeiro é constituído pelas divisões que minam, no teatro político citadino, a elite da província, tanto ao nível da aldeia como da região. O segundo tem a ver com os aspectos sociais deste investimento: ele vai gerar um campo de disputas sociais de que a feitiçaria não é senão um aspecto metafísico, sendo o outro o que se reproduz no campo político propriamente dito. Aparecem logo em seguida sinais ostentatórios que, subitamente, se instalam no meio de um mundo rural em geral ainda largamente feito de rusticidade, vivendo até aqui de uma economia maioritariamente de subsistência.

Mas nos casos que observei em Brazzaville, no Norte e em Ponta Negra, as relações intra-étnicas, ainda assim, receberam um golpe, mas em escalões diferentes, em função da hierarquia que ocuparam os protagonistas no campo dos vencidos[61] da guerra civil. Com efeito, foi entre os actores políticos que as divisões assumiram os contornos de uma guerra aberta. Também aí, no entanto, as pressões exercidas sobre os protagonistas destas divisões, por uma outra parte das elites etno-rregionais, fizeram com que tivesse fatalmente lugar um processo de reaproximação e de reconciliação entre «irmãos de recanto». Mas claro que no estádio

[61] É claro que, no plano político e social, o grande vencido foi, evidentemente, o próprio país, com o seu tecido social deteriorado, uma desconfiança doravante sistemática de tudo o que se relacione com processo eleitoral (medo do caos inerente à recusa de uns e de outros se reconhecerem como vencidos e às acusações de trapaça que daí resultam), e o recuo de pelo menos três décadas sobre a sua história. Mas trata-se, bem entendido, mais de uma visão do espírito do que da realidade dos factos militares e sociais: no concreto, houve mesmo vencidos militares e no plano social (os antigos caciques do regime derrubado, excluídos a partir de agora do centro do sistema de prebendas, e a população arruinada pelos combates), e isso independentemente das acomodações que os vencedores tentam forjar para alguns dos seus antigos adversários (cf. *supra*).

actual dos espíritos, trata-se mais da paz dos «bravos» do que da paz dos corações. Atrevo-me mesmo a dizer que se trata de uma «paz da necessidade», face às lutas entre diferentes elites etno-regionais no seio da coligação no poder em torno do presidente Sassou.

Perante estes factos, onde o Estado-nação parece evanescente como marca identitária, será preciso, apesar de tudo, queimar a identidade étnica na fogueira da modernidade, a fim de impor uma cidadania nacional, cívica, e uma visão modernista do Estado-nação? Qual é o lugar do ser étnico neste mundo da «globalização», onde alguns procuram a África em pleno dia com uma lanterna[62], enquanto outros entendem que, pelo contrário, somos todos, tal como somos, irmãos da mesma «aldeia global»?

No estádio actual de deliquescência deste Estado-nação, e do bloqueio notório do processo de construção de uma nação moderna, isso constituiria para todos o fim do Ser e a entrada no Nada (para plagiar aqui Jean-Paul Sartre)! Um Nada tão identitário quanto ontológico.

Pois, numa realidade africana (sub-sahariana, no caso) onde o Estado-nação é, repito-o, o que cada elite no poder entende que deve ser, a identidade mais segura que pode ser oferecida aos cidadãos hipotéticos destas construções elitistas continua a ser a «cidadania étnica», aquilo a que entre nós, no Congo, chamamos afectivamente «o recanto» (*le coin*). E, evidentemente, as etnias, putativas ou não, antigas ou de criação colonial, com a sua identidade geográfica, frequentemente idealizadas e mistificadas até à saciedade, onde se encontra ancorado o nosso «eu» físico. Basta ver como empurraram a manipulação e a mistificação do lugar geográfico desta identidade no Congo, avançando a par do processo democrático em 1991, em plena Conferência Nacional Soberana (na mesma altura em que se falava em reconciliar os Congoleses), para compreender as dificuldades de uma tal mutação para uma identidade cívica e modernista entre os Congoleses.

Regresso à «barbárie», ou tão-somente preguiça intelectual das elites africanas para montar o cavalo da modernidade e de o lançar na «grande estrada» democrática, doravante aberta a todos os que querem avançar com coragem para o futuro?

Não podemos responder a tais questões sem por um lado colocarmos a África no contexto histórico da sua descolonização, e por outro lado, circunscrever o seu papel nos actuais jogos económicos mundiais – os da globalização ou mundialização, precisamente, e da democratização política, entendida esta por alguns como um facto inerente, condição *sine qua non* do desenvolvimento e da prosperidade económicas[63].

No que diz respeito ao primeiro ponto, não se trata de maneira nenhuma de nos limitarmos aqui a apontar um dedo acusador ao colonialismo enquanto tal. Sem querermos de modo algum inocentar um culpado mais do que comprovado daquilo que motiva os males de que sofrem hoje os nossos países, acontece que, no plano da apreciação dos processos em curso, isso não bastaria. Trata-se apenas de relançar o debate sobre as formas e os conteúdos dos Estados que herdaram as antigas colónias. Daí a importância do debate sobre o centralismo estatal ou sobre o federalismo, como formas de integração e de gestão das comunidades humanas e das riquezas nacionais, de repartição das responsabilidades e de respeito pelos particularismos culturais regionais, na construção do Estado-nação. A construção democrática também depende dele – porque a democracia é, acima de tudo, «uma construção histórica,

[62] Veja-se o profundo pessimismo de Chabal, P. et Dalloz, J.-P. (1999, *pass.*), et Peter Schwab, dans: *Africa – A Continent self destructs.* New York: Palgrave, 2001. Leia-se em particular o capítulo V: «Globalisation and Africa», pp. 119-139.

[63] Cf. Teoria desenvolvida, por exemplo, por Seymour Martin Lipset, em: *Political Man: The Social Bases of Politics.* New York: Doubleday, 1960.

produto das lutas e objecto contínuo de ataques e de mutilações»[64]. Essa construção não se faz sobre teorias inconsistentes, mas tendo como base de sustentação, ponto de partida e de chegada ao mesmo tempo, a existência de comunidades concretas, com as suas geografias humanas, os seus particularismos etno-regionais – as suas identidades primeiras (de aldeia, de etnia) –, as suas trajectórias históricas próprias, e o seu enraizamento histórico – que é preciso acomodar num projecto de nação englobante.

Quanto ao segundo ponto, a não ser para quem for de outro planeta, salta aos olhos de qualquer observador da vida politica internacional de hoje em dia, como o sublinha Claude Meillassoux[65], que os processos políticos em África desde a colonização e depois das independências estiveram literalmente submetidos às conjunturas internacionais. Em primeiro lugar a descolonização, seguidamente – ou melhor, na mesma época (para as independências dos anos 1960, maioritárias no conjunto continental) – a Guerra Fria e o seu maniqueísmo ideológico, que os dirigentes africanos usaram com diferentes sucessos, mas sobretudo para alimentar regimes intolerantes e assentes em redes clientelistas alimentadas ideologicamente (quer por um discurso anticomunista, quer por um discurso «socialista»). Há que acrescentar a tudo isto todas as heranças e condicionamentos coloniais sob todas as formas. Além disso, as «transições democráticas» decorrem hoje num contexto de pós-Guerra Fria. Ora este é marcado pela mundialização, onde a soberania dos Estados é mais do que nunca posta em causa face à OMC[66], e onde, graças aos progressos nas técnicas de comunicação, particularmente a Internet, os capitães de grandes consórcios industriais dominam a economia mundial, transpondo todas as fronteiras e pondo em movimento transacções financeiras colossais sem sair dos seus gabinetes.

Na realidade, a questão fundamental não é a da existência de etnias, nem a da sua afirmação identitária. A nação pode ser bem construída sobre estas multiplicidades culturais[67], desde que estas identidades particulares, culturais, se encontrem numa comunidade política comum[68] – a do Estado-nação como entidade aglutinadora, mas não necessariamente diluente, e cuja construção (em todos os seus aspectos: económicos, políticos, culturais) produz identidades políticas[69] como estádio de ultrapassagem das identidades particulares, etnoculturais – mas não provocando forçosamente o seu desaparecimento.

Não é demais insistir no aspecto histórico e sociológico deste processo, para que se compreendam as actuais dificuldades em realizá-lo. Como realça Georges Balandier, antes de «enxertar» o modelo da instituição estatal das Constituições ocidentais em sociedades ainda

---

[64] Meillassoux, Claude: « Fausses identités et démocraties d'avenir », *in* Yengo, Patrice (s/ dir. de) *Identités et démocratie – En Afrique et ailleurs....* Paris, L'Harmattan, 1997, pp. 9-40.

[65] *Id.*, p. 9.

[66] Cf. Ramonet, Ignacio: *Géopolitique du chaos*. Paris : Galilée, 1997, *passim*. Ver igualmente Balandier, Georges: «Entretien», em *l'Express* (Paris), 9/10/2003, pp. 66-69.

[67] Balandier, G.: *Id.*

[68] Cf. Mamdani, Mahmood: *When Victims become Killers...., op. cit.*, p. 23.

[69] Veja-se a sugestão de Mamdani a este respeito, numa abordagem que pretende ir para além do condicionamento, próprio do discurso marxista, do aparecimento destas identidades políticas unicamente na base de identidades de mercado (que desembocam, «por uma autoconsciência, nas identidades políticas no contexto do Estado-nação»): "*If we are to come to analytical grips with the spread of nonrevolutionary political violence, I suggest we recognize that the process of state formation generates political identities that are distinct not only from market base identities but also from cultural identities.*" [Se queremos ter uma postura analítica em relação ao alastramento da violência política não revolucionária, sugiro que reconheçamos que o processo de formação dos Estados gere identidades políticas que são distintas não só das identidades base dos mercados, mas também das identidades culturais]; Ibid., p. 20-21.

predominantemente camponesas, é preciso pensar o processo inscrevendo-o «na continuidade africana»[70]. Catherine Coquery-Vidrovitch já tinha levantado a mesma problemática, a propósito do conceito de *poder*, muito antes de rebentar a vaga das «transições democráticas» actuais:

> *[...] os sistemas políticos africanos resultam da sucessão e sobretudo da imbricação de modelos estatais aos quais nada, a priori, incitava à aproximação: sistema «linhageiro» pré-colonial, jugo coercitivo colonial, Estado-Nação contemporâneo mais ou menos inspirado no modelo democrático ocidental. Qual é a perspectiva de um camponês africano dos nossos dias sobre o Estado-Nação em vias de se constituir e ao qual ele é obrigado a adaptar-se? Em função de que referências culturais, de que reminiscências psicológicas, de que mitos conceptuais de origem, ele compreende e maneja o poder?*[71].

Pelo seu lado, mostrando o funcionamento particular do sistema democrático americano (onde as máquinas eleitorais funcionam à custa de milhões de dólares), e os caminhos concretos que conduzem ao poder supremo nesse país, o antigo presidente tanzaniano, Julius Nyerere, resumia este pondo de vista numa fórmula que misturava o provérbio com o conselho:

> *Se você quer carregar um fardo através de um declive ou de uma montanha, não vai utilizar o mesmo veículo que utilizaria se tivesse que transportar o mesmo fardo pela via férrea ou pela estrada. Tal é o que acontece com a democracia. Os seus mecanismos devem ser estabelecidos em concordância com a natureza do país ao qual é chamada a instaurar-se*[72].

O modelo democrático americano, particular no seu género (com o seu irmão gémeo inglês, mas apresentando diferenças de actuação de longe mais complexas do que este último, uma vez que é republicano e, portanto, despojado do manto monárquico que tem relevância mesmo numa monarquia constitucional como a inglesa), é um elemento referencial no que corresponde bem à particularidade da história desse país. Será ele exportável? Não, respondem hoje alguns meios políticos americanos, que defendem, pelo menos em teoria, aquilo a que chamam «a *Multinational Approach of Democracy*». Assim, no seu Boletim de apresentação, o NDI (National Democratic Institute for International Affairs), ligado como se sabe ao Partido Democrático americano, sustenta por exemplo o seguinte ponto de vista:

> *Esta aproximação multinacional reforça a mensagem segundo a qual não existe um modelo único de democracia, mesmo que alguns princípios de base sejam partilhados por todas as democracias. [...] O NDI não pretende impor soluções, assim como não acredita que um sistema democrático possa ser transplantado de uma país para outro. Pelo contrário, o NDI partilha experiências e oferece uma série de opções que podem permitir aos líderes adaptá-las às práticas e instituições susceptíveis de serem aplicadas ao seu próprio meio político*[73]».

---

[70] *Ibid.*

[71] Coquery-Vidrovitch, Catherine: *Afrique Noire — Permanences et ruptures*. Paris, Payot, 1985, p. 12.

[72] Nyerere, Julius "Foreword", in Museveni, Yoweri K: *What's Africa Problem?* Minneapolis, University of Minnesota Press, 2000, p. iii. (Traduzido pelo autor).

[73] National Democratic Institute for International Affairs (NDI): "*The Work of the National Democratic Institute*. http://www.ndi.org/about/about_pf.asp, 3p. , p.1.

Para uma superpotência que se diz decidida a impor «a» democracia, nem que esta seja imposta por via de mísseis balísticos e de ambiguidades, numa longa prática de sistema onde os interesses económicos alardeados falam sempre mais alto do que as boas intenções humanistas[74], podemos afirmar que este ponto de vista mais não é do que teórico. Tem, no entanto, algum interesse em termos de defesa de um princípio. Ora se certas «transições democráticas» africanas começaram com debates salutares, através das Conferências Nacionais Soberanas (que, infelizmente, não conheceram o mesmo desfecho precisamente onde tiveram lugar[75]), neles foi discutido de tudo em geral, excepto duas coisas: por um lado, o país profundo (foi nitidamente o caso do Congo-Brazzaville), e por outro lado, a questão da natureza e da forma de democracia que se queria instaurar no país. Pelo contrário, muito do que era considerado um «êxito» foi imediatamente desviado, como foi o caso da Conferência Nacional Congolesa, que acabou dando origem, a seguir, a um plágio da Constituição da Quinta República Francesa.

Mais uma vez: preguiça intelectual das elites políticas africanas para pensar o seu continente de outro modo, a fim de evitar reconduzi-lo aos mesmos caminhos de vagabundagem e de aldrabices em matéria de construções políticas globais e de gestão dos homens, das coisas e das instituições? Manifesta falta de imaginação das elites políticas e intelectuais? Ou pura e simplesmente porque, para as elites contestatárias e promotoras destas «Convenções» revolucionárias como a CNS, a questão fundamental não era a do fim proclamado (instaurar A democracia), mas antes aquela outra que vem do dealbar das lutas da independência: o assumir do poder do Estado (que incarnava já nas suas mentalidades e visões do futuro as elites emergentes sob o sistema colonial[76]), e neste caso concreto: substituir a antiga elite predadora por outra, aos comandos do Estado-nação?

Discutiu-se e debateu-se muito. Mas reflectiu-se pouco para além de um regime que se queria derrubar. Resultado: uma interminável ressaca por um lado, mais tarde, e, por outro lado, a adopção de uma nova linguagem política padronizada, «democrática», todavia com práticas de gestão (predadoras) e intolerâncias políticas idênticas, cada vez mais desenfreadas, tendo em atenção a insegurança material e social do ambiente (nunca se sabe quem vai ganhar as próximas eleições!).

Conclusão

Entendamo-nos bem e para concluir: não se trata de pôr em questão a democracia na sua base. Trata-se de evitar eternos exercícios copistas e plágios políticos que fazem com que mais de quatro décadas de independência, para uns, três para outros, ainda continuemos a imitar e a reproduzir os *fac-simile* (frequentemente de muito má qualidade) do que os outros imaginaram como modelo de governo e de gestão das suas comunidades; eles fizeram-no em função das suas realidades socioculturais, em contextos históricos que foram/são *os*

[74] Segundo Steven Hook:"*The US pursuit of global democratization historically has an ambiguous combination of altruistic aspiration and concrete national self interests*" [A busca Americana pela democratização global tem historicamente uma combinação de aspiração altruística e interesses nacionais concretos]. Leia-se o seu artigo: "Inconstent U.S. effort to promote Democracy Abroad", *in* Schraeder, Peter J. (Edit.): *Exporting Democracy – Rhetoric vs. Reality*. Boulder, London, Lynne Rienner Publishers, 2002, pp. 109-128.

[75] V. a obra de Michel Ben Arrous: *Coalition, dispersion – Un moment démocratique en Afrique de l'Ouest « francophone », 1988-1996*. Dakar, CODESRIA, 2003, particularmente pp. 68-75. Ler igualmente o artigo de Christopher Fomunyoh: « Francophone Africa in Flux – Democratization in Fits and Stars », dans *Jornal of Democracy*, John Hopkins University Press, 12:3 (juillet 2001), pp. 37-50.

[76] Cf. Davidson, Basil: *L'Afrique au XXè siècle*. Paris, Editions Jeune Afrique, 1980, *pass.*

deles. Não nos devíamos envolver num tal exercício copista sem primeiro começar por levantar questões essenciais, a primeira das quais é: como fazer como eles sem nos perdermos, salvaguardando as nossas diferenças socioculturais e históricas? E depois, como construir a *nossa* democracia sem que ela seja sinónimo de caos, de guerras civis? Como fazer face à reciclagem inevitável das velhas elites políticas, reconvertidas ao novo credo político, mas instaladas nas mesmas bases predatórias, e que nos reconduzem, no fim de contas, à casa de partida? Como combater, na impossibilidade de o evitar, aquele a que é preciso chamar sistema de partidos-alibi, feito de todas as peças, na confusão das agitações políticas, pelos ex-partidos únicos, como meio de fazer verbo-de-encher político? Como evitar que a democracia, tal como se tenta copiar dos outros, não se transforme numa simples rede de negócios especulativos entre partidos, de que resulta, em certos casos, um novo sistema de «compadrio», um sistema de subcontratação prebendeiro, que permite aos partidos no poder financiar subrepticiamente partidos satélites, e transformar estes em novos parasitas, em detrimento do Estado?

Aqueles cidadãos angolanos que seguiram os debates políticos, durante a segunda fase de transição (1997), talvez não se tenham esquecido daquele líder de um partido da oposição que reclamava com insistência, em plena sessão parlamentar (no tempo em que os debates eram transmitidos em directo na televisão pública), elevadas somas de dinheiro ao Estado (15.000 dólares americanos) para o seu guarda-roupa de parlamentar; ou ainda aquele outro deputado, sempre da oposição, defendendo, numa entrevista a um órgão da imprensa local, os 25.000 dólares americanos que o partido do poder, astuciosamente (atendendo ao que isso representava como compromisso moral), distribuía pelos bolsos de cada deputado todos os fins do ano... E tudo isto ao mesmo tempo que os relatórios das organizações humanitárias e não governamentais davam conta de situações de subnutrição e de profundas carências alimentares afectando milhões de pessoas no resto do país, inclusive às portas da própria capital... Depois de tudo isto, que lições de moral pode qualquer um destes novos pendentes do orçamento estatal angolano dar ao regime de José Eduardo dos Santos, para criticar as prática predatórias que lhe são regularmente imputadas por diversos organismos internacionais, e não dos menores (FMI, Banco Mundial, etc.)? Assim se compreende o cepticismo com que o cidadão angolano «normal» julga a oposição angolana desde então.

Estas questões parecem-me essenciais. De outro modo, cair-se-á nas imitações que engendraram sistemas de tipo soviético ou maoista nos trópicos, que nem sequer foram capazes (independentemente dos condicionalismos económicos e políticos mundiais) de criar bases mínimas de desenvolvimento socio-económico, científico e tecnológico, que o sistema comunista soviético tinha, apesar de tudo – não obstante o que dizem aqueles que só o pintam de negro –, conseguido levar a cabo.

Seja como for, e para além de todas as realidades históricas e sociológicas próprias de cada país e processos políticos, o que interessa é que o contexto internacional actual, marcado pela globalização, levanta o problema da revisão, ou antes de uma nova redifinição[77] a longo prazo de todas estas noções: cidadão nacional, nação, Estado-nação, etc. Tanto mais que se caminha para uma nova forma de cidadania, que já não assentará no primado «nacional»

[77] Hobsbawm, por exemplo, mostra como essas noções têm vindo constantemente a ser reactualizadas desde o século XVIII, tanto na Europa como nos Estados Unidos da América. *In* Hobsbawm, Eric J.: *Nations and Nationalism since 1780 – Programme, Myth, Reality*. New York, Cambridge University Press, Canto Edition, 1991, pp. 14-45.

dos direitos políticos[78]. A construção da União Europeia, apesar dos seus insucessos postos claramente em evidência por ocasião da crise iraquiana da primavera de 2003 e das suas resistências nacionalistas, ou mesmo identitárias, àquilo a que Michel Cahen chama «a vontade por demais uniformizante» de Bruxelas[79], representa um exemplo interessante desta nova definição. Em todo o caso, é sem dúvida um remédio mais durável do que todos os tratados de paz, contra qualquer ameaça de novos conflitos armados inter-europeus como aqueles que devastaram esse continente ao longo dos séculos passados.

Bibliografia

ARROUS, Michel Ben: *Coalition, dispersion – Un moment démocratique en Afrique de l'Ouest «francophone »*, 1988-1996. Dakar, CODESRIA, 2003.

BALANDIER, Georges: « Entretien », in *L'Express* (Paris), du 9 au 15 octobre 2003, pp. 66-69.

BARNETT, Michael: *Eyewitness to a Genocide - The United Nations and Rwanda*. Ithaca/Londres, Cornell University Press, 2002.

BAZENGUISSA-GANGA, Rémy: *Les voies du politique au Congo – Essai de sociologie historique*. Paris, Khartala, 1997.

BÉNOT, Yves: *Idéologies des Indépendances africaines*. Paris, Maspéro, 1972.

BOURGI, Albert: « Passé colonial et évolution des États d'Afrique noire francophone ». In COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, et FOREST, Alain : *Décolonisation et nouvelles dépendances – Modèles et contre-modèles idéologiques et culturels dans le Tiers-Monde*. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1986.

CAHEN, Michel: *Salazarisme, fascisme et colonialisme. Problèmes d'interprétation en sciences sociales, ou le sébastianisme de l'excpetion*. Lisbonne, CESA-ISEG, juin 1997, [2]+22 p, multigr.

CEDRONIO, Marina: *Hannah Arendt : Politique et Histoire – La démocratie en danger*. (Traduction de l'italien par Marilène Raiola). Paris, L'Harmattan, 1994.

CHABAL, Patrick & DALLOZ, Jean-Pascal : *Africa Works – Disorder as Political Instrument*, Oxford & Toronto: James Currey & Indiana University Press, 1999.

COLAS, Dominique: *Citoyenneté et nationalité*. Seconde édition, Paris, Gallimard, 2004.

COMITÉ CENTRAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA: *El Poder Popular*. La Habana, DOR, 1979.

CORREIA, Pezzarat : *A descolonização de Angola – A joía da coroa do Império*. Lisbonne, Inquérito, 1991.

DANIEL, Jean : *Affirmation nationale et village planétaire*. Montréal, Editions FIDES, 1998.

DARBON, Dominique : « De l'ethnie à l'ethnisme ; réflexions autour de quatre sociétés multiraciales : Burundi, Afrique du Sud, Zimbabwe, Nouvelle Calédonie ». In *Afrique Contemporaine* (Paris), 154, février 1990.

DAVIDSON, Basil : *L'Afrique au XXème siècle*. Paris, Editions Jeune Afrique, 1980.

FERREIRA, Luiz Gonzaga: *Quadros de Viagem de um Diplomata. África: Congo/Zaire – Angola*. Lisbonne: Vega, 1999.

FOMUNYOH, Christopher: « Francophone Africa in Flux – Democratization in Fits and Stars. *Journal of Democracy*, 12 :3 (juillet 2001).

FORREST, Joshua B. *Subnationalism in Africa – Ethnicity, Alliances, and Politics*, London: Boulder, Lynne Rienner Publisher.

GNESSAHOU, Mbondo: *Pour le développement de la Likouala*. Pointe-Noire, édition de l'auteur, Imprimerie-Multipress-Congo, 2000, 80 pages.

GOUBERT, Pierre: *The course of French History*. (Traduit par Maarteen Ultee). London/New York, Routledge, 1991.

GOUREVITCH, Philip: *We wish to inform you that we will be killed tomorrow with our Families – Stories from Rwanda*. New York, Picador, 1998.

GUERRA, João Paulo: *Memória das Guerras coloniais*. Lisbonne, Edições Afrontamento, 1994.

---

[78] *Cf.* Hobsbawm, Eric: *The new Century*. Londres, Little-Brown and Company, 1999.

[79] Cahen, Michel: *Ethnicité politique...*, *op. cit.*, p. 28.

GYEKYE, Kwame: *Tradition and Modernity* – Philosophical Reflection on the African Experience. New York, Oxford University Press, 1977.

HOBSBAWM, Eric:

a): *The new Century*. Londres, Little-Brown and Company, 1999.

b): *Nations and Nationalisms since 1780 – Programme, Myth, Reality*. New York, Canto Edition, 1991.

HOOK, Steven: "Inconstent U.S. Efforts to promote Democracy Abroad", in SCHRAEDER, Peter J.: *Exporting Democracy – Rethoric vs. Reality*. Boulder/London, Lynne Rienner Publishers, 2002, p. 109-128.

HUNT, Lynn: *Politics, Culture, and Class in the French Revolution*. Berkeley, University of California Press, édition de 1997.

LECERF, Yves, PARKER, Edouard: *Les dictatures des intelligentsias*. Paris, PUF, 1987.

LIPSET, Seymour Martin: *Political Man: The Social Bases of Politics*. New York, Doubleday, 1960.

LITTLE, Peter D.: *Somalia: Economy without State*. Indianapolis, Indianapolis University Press.

LYNCH, John: *The Spanish-American Revolutions, 1808-1826*. New York, Norton & Company, 1973.

MABEKO-TALI, Jean-Michel :

a) *Dissidências e Poder de Estado – O MPLA perante si próprio* (1962-1977). *Ensaio de História Política*. Luanda, Editorial Nzila, 2001. (2 volumes).

b) "Quelques dessous diplomatiques de l'intervention angolaise dans la guerre de 1997 ». In YENGO, P. : (éd.) : *Ruptures – Les Congo dans la tourmente*. Paris, Karthala, 2000.

c) « La chasse aux Zaïrois ». *Politique Africaine*, numéro 57, mars 1997.

MALAQUIAS, Assis: «Ethnicity and conflict in Angola: prospects for reconciliation». In CILLIER, J., e DIETRICH, C. (ed.): *Angola's war Economy- The role of oil and diamonds*. Pretoria, Institute for Security Studies, 2000, pp. 95-113.

MAMDANI, Mahmood:

a) *Citizenship and Subject- Africa and the Legacy of Colonization*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.

b) *When victims become killers – Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda*. Princeton & Oxford, Princeton University Press, 2000.

MEILLASSOUX, Claude: « Fausses identités et démocraties d'avenir », in YENGO, Patrice (s/dir.): *Identités et démocratie – en Afrique et ailleurs...* Paris, L'Harmattan, 1997.

MESSIANT, Christine:

a) *L'Angola colonial, histoire, société, les prémisses du mouvement nationaliste*. Thèse de doctorat, s./dir. de Georges Balandier. Paris, EHESS, 1983.

b) « À propos des 'Transitions Démocratiques'. Notes comparatives et préalables à l'analyse du cas angolais », in *Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos*. Porto, Universidade do Porto, No. 2,1999.

MPLA (MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA): «*Declaração da Conferência Inter-regional dos militantes sobre Cabinda*». Luzamba, septembre 1974. Polycop.

NDI – NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS: "*The Work of the National Democratic Institute*". http://www.ndi.org, 10/21/2003.

NYERRE, Julius: " Foreword", in MUSEVENI, Yoweri K.: *What' s Africa Problem?*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

OBENGA, Théophile: *L'Histoire sanglante du Congo-Brazzaville* (1959-1997) – *Diagnostique d'une mentalité politique africaine*. Paris, Présence Africaine, 1998

PAULET, Jean-Pierre: *La mondialisation*, 2è édition. Paris: Armand Colin, 2002.

PEPETELA: *Mayombe* (roman). Luanda, UEA, édition de 1980.

PRUNIER, Gérard: *The Rwanda crisis – History of a Genocide*. New York, Columbia University Press, 1997.

RAMONET, Ignacio: *Géopolitique du chaos*. Paris, Galilée, 1997.

REMOND, René: *Introduction à l'histoire de notre temps I . L'Ancien Régime et la Révolution 1750-1815*. Paris, Editions du Seuil, 1974.

SAGAN, Eli: *Citizens&Cannibals – The French Revolution, the Struggle for Modernity, and the Origins of Ideological Terror*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2001.

SCHAMA, Simon: Citizen – *A chronicle of the French Revolution.* New York, Vintage Books,1990.

SCHNAPPER, Dominique (avec la c ollaboration de Bachelier, Christian): *Qu'est-ce que la citoyenneté?.* Paris, Gallimard, 2000.

SYLLA, Lanciné : *Tribalisme et Parti unique en Afrique Noire.* Paris : Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

WAMWERE, Koigi wa: *Negative Ethnicity – From bias to Genocide.* New York, Seven Stories Press, 2003, p. 63.

YENGO, Patrice (éd.): *Rupture-Solidarité : Les Congos dans la tourmente.* Paris : Khartala, 2000.

Capítulo IV

SOCIEDADE CIVIL EM ANGOLA

Apresentação/ Comentário
Benjamim Castello
Textos
Fernando Pacheco
João Paulo N'Ganga
Jorge Eurico
Mónica Rafael Simões
Aline Afonso Pereira
Cristina Salvador
Cristina Rodrigues

APRESENTAÇÃO/COMENTÁRIO

Benjamim Castello
Jubileu 2000 Angola

A sociedade civil é o parente pobre deste país que se chama Angola e isso reflecte-se na qualidade da nossa classe política e do nosso Estado. Não pode haver um estado forte sem uma sociedade civil forte. É a sociedade civil que cria os alicerces de um estado forte. Como é que podemos construir um estado forte se saímos quase todos duma sociedade civil fraca? O governante de hoje é o cidadão comum de ontem. Sendo que este mesmo cidadão comum de ontem saiu de uma sociedade civil fraca, o que podemos esperar dele como governante de hoje ou como estadista de amanhã?

Nós, membros desta sociedade civil apelidada, por ironia de circunstância, de incipiente e/ou embrionária, consideramo-la como a verdadeira escola do exercício não só da cidadania mas também do poder político e económico. O presente capítulo conta com a contribuição valiosa de três autores Angolanos, o que é um bom sinal, e que há muito se vêem debatendo com esta problemática da Sociedade Civil em Angola.

O primeiro texto é-nos apresentado por Fernando Pacheco e nele devo realçar o argumento que defende a ausência de uma cultura democrática, numa sociedade com frágeis instituições públicas e privadas que deste modo não facilitam a manifestação do exercício da cidadania e deixam pouco espaço para a participação efectiva das organizações da sociedade civil na edificação e consolidação duma cultura de democracia, paz e tolerância em Angola. Torna-se notória a falta de espaço para a participação dos jovens que constituem a maioria populacional de Angola no exercício da cidadania. Observa-se igualmente a existência duma classe de elites angolanas conformada e dependente, vivendo na sombra do poder político estabelecido, que persiste em duvidar da existência de organizações da sociedade civil autóctones coerentes, capazes e empreendedoras. Ainda assim, com a abertura política em Angola verificaram-se várias iniciativas das organizações da sociedade civil: a) a prestação de serviços gratuitos às vítimas directas e indirectas do conflito armado; b) a assistência jurídica gratuita aos detidos e presos (AJPD[1] e Mãos Livres[2]); c) a área da promoção da paz através do Movimento *Pro Pace*,

[1] AJPD – Associação Justiça, Paz e Democracia.

[2] Mãos Livres – Organização Não Governamental angolana que trabalha na área dos direitos humanos.

GARP[3] e GAP[4]; d) o movimento em prol da problemática ligada ao HIV/SIDA, materializado na aprovação pelo parlamento angolano da Lei relativa à protecção dos portadores e doentes de HIV/SIDA; e) a participação efectiva na consulta sobre a Lei de terras.

O segundo texto, de Jorge Eurico, realça que depois dos acordos de Bicesse (Maio de 1991) com a lei das associações, surgiram várias iniciativas duma nascente sociedade civil maioritariamente virada para a assistência humanitária. Nesta altura ainda existia um forte receio em abordar as questões relacionadas com direitos humanos, sociais, económicos e ecológicos. A situação foi melhorando desde então, com o progressivo surgimento de organizações ligadas a estas questões, contudo, a transformação de Angola em Estado democrático e de direito ainda não se tornou efectiva devido a vários obstáculos: 1) uma relação pouco clara entre o Estado e certas associações; 2) a inibição ou limitação da participação dos funcionários públicos no exercício da cidadania, fruto de uma auto-censura para salvaguardar o emprego, uma vez que o Estado angolano é a maior entidade empregadora e não existe ainda em Angola um processo transparente e isento para o provimento de lugares na administração pública; 3) a falta de cultura democrática e tolerância política, assim como a existência permanente do Medo que trava o exercício da democracia; 4) o tratamento que o Estado, através das suas instituições, reserva às Organizações da Sociedade Civil - OSCs; 5) a forma como foi conduzido o processo de consulta relativo à Lei de terras; 6) a forma como está a ser conduzido o processo ligado ao projecto da nova Constituição; 7) a ilegitimidade dos órgãos estatais cujos mandatos conferidos pelas eleições de 1992 há muito que já caducaram. Para este autor, as organizações da sociedade civil são as defensoras legítimas da estabilidade constitucional e devem lembrar ao Estado as suas obrigações em matéria jurídica, na prossecução de um quadro legal respeitador dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos

O terceiro texto, de João Paulo N'Ganga, define três grandes períodos do processo de transição política em Angola: 1) o período anterior à independência (1975), coincidindo com a luta de libertação nacional; 2) o período que vai de 1975 aos acordos de Bicesse (1991), que colocou fim à guerra civil pós-independência e que o autor apelidou de "guerra pela legitimidade democrática"; 3) o período da era pós-eleitoral (de 1992 em diante) a que chama de "Reposição da Legalidade jurídico-constitucional". Segundo o autor, a comunicação social no segundo período (de 1975 a 1991) foi caracterizada por um pendor estatal, absolutista e restritivo, com um alcance muito aquém do auditório nacional, concentrando-se sobretudo no litoral. Não se pode falar nesta altura de uma comunicação social pluralista e isenta. No terceiro período autoriza-se o surgimento da imprensa privada que passou a servir de fonte alternativa de informação em relação aos meios de comunicação estatais que permanecem com um carácter propagandista. Pese embora alguma abertura à expressão de opiniões contrárias ao vector oficial e governamental, ainda se verifica em Angola uma grande discrepância entre a Lei e a prática em matéria de liberdade de imprensa. Apesar do que está legislado em Angola em matéria de imprensa, o que existe de facto é uma "licença de expressão" e não uma "liberdade de expressão" ou de imprensa. Em relação à imprensa noutros países Africanos (exceptuando-se o Zimbabwe, que tem regredido fortemente), a comunicação social em Angola é ainda incipiente, concentrando-se na

[3] GARP – Grupo Angolano de Reflexão para Paz. É/foi um grupo informal congregando académicos, religiosos, organizações seculares e denominações religiosas que surgiu depois do agravamento da guerra civil em angola em 1998.

[4] GAP – Grupo Angola para Paz. Grupo informal criado com base na iniciativa de paz do Fonga – Fórum das Organizações Não Governamentais angolanas.

fase de constituição das suas próprias balizas, referências e de um espaço próprio.

O texto de Mónica Rafael realça a importância da sociedade civil na promoção da participação pública e das capacidades para a paz em países que vivem processos de reconstrução pós-guerra como é actualmente o caso de Angola. A autora refere a existência de algumas evoluções positivas a registar no que diz respeito à diminuição da intimidação e repressão e a um aumento da consciência da sociedade civil no que diz respeito à sua potencial influência no processo de tomada de decisão política. Contudo, realça também que a abertura no contacto entre o Estado e a sociedade civil tem que ser mais efectiva e institucionalizada para que se possa traduzir em resultados concretos para além da aparência, para além de "um véu democrático".

Segue-se a contribuição de uma outra autora, Aline Pereira, que traz à discussão a importante questão da inserção da mulher no mercado de trabalho em condições de justiça e igualdade. A autora pretende aferir o impacto do processo de transição económica na condição da mulher e saber até que ponto o Estado deverá actuar com políticas sociais para proteger as mulheres no processo de transição da economia centralizada para a economia de mercado.

Temos depois o texto de Cristina Salvador que desenvolve o seu trabalho em torno da relação entre políticas territoriais (ou a sua inexistência) e o sub/desenvolvimento da sociedade civil. No âmbito da dinâmica das cidades em Angola constata: a) a ausência de soluções políticas urbanas para as áreas periféricas; b) a necessidade das populações que vivem nas áreas urbanas e peri-urbanas em resolverem os seus problemas quotidianos face à demissão do Estado em prestar serviços básicos; c) a dimensão crónica da indústria artesanal de materiais de construção que alimenta os mercados locais. Neste cenário a autora argumenta em favor da necessidade de políticas territoriais públicas que permitam uma maior inclusão das populações marginalizadas na vida social, reforçando o seu posicionamento enquanto cidadãos. Às populações pobres e/ou cidadãos desenraizados por vários motivos, tais como a guerra civil, a falta de emprego no local de origem, a insegurança individual, etc., o Estado deve garantir a segurança do património imobiliário através de legislação que conceda títulos de propriedade sobre as suas casas. É imperioso o surgimento dum ordenamento jurídico-institucional que permita uma gestão transparente e eficiente dos conflitos territoriais entre o sector público e privado, especialmente no que se refere aos marginalizados ou sem direito a títulos de propriedade. Em suma, a participação e inclusão social com um carácter de cidadania para todos, deve assegurar o direito à propriedade de uma casa por parte dos marginalizados e a garantia do seu acesso aos serviços públicos.

A encerrar o capítulo, o texto de Cristina Rodrigues analisa transformações sociais recentes nas cidades angolanas de Luanda e Ondjiva, notando dois aspectos principais a ter em conta: por um lado, a manutenção e o reforço dos grupos e redes sociais baseados nas identidades e nos laços da família e, por outro, a construção de novas solidariedades derivadas de uma estrutura tradicional e recreadas no contexto urbano em décadas recentes, sendo que em ambos os casos as referências urbanas/cosmopolitas tendem a assumir um papel central na formação da diferenciação social, produzindo novas formas de identidade e estatuto social.

O Processo.....251 251 3/31/06 11:39:25 AM

SOCIEDADE CIVIL E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA

Fernando Pacheco
Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente- ADRA, Angola

A minha experiência dos últimos 14 anos tem como foco o campo da intervenção cívica, na tentativa de ajudar a construir uma cidadania responsável para todos os angolanos, particularmente nas esquecidas áreas rurais. Por isso a minha intervenção não passa de um testemunho ou, se quiserem, de uma leitura crítica de um processo social a partir das suas incidências ao nível das comunidades e dos municípios rurais do País. Não venho defender nenhuma tese nem apresentar conclusões ou ideias acabadas, mas levantar pistas e interrogações para novas reflexões e pesquisas. Afinal, o que pretendo é transmitir-vos o ponto da situação das reflexões que na ADRA se vêm fazendo sobre esta questão, fruto da nossa intervenção no terreno ao longo dos últimos anos.

Agrada-me que esta conferência trate da transição para o multipartidarismo e não para a democracia, pois não significam a mesma coisa. No meu entendimento, a transição para o multipartidarismo é um passo – a par de outros – para a construção da democracia.

Em Angola não existe, em termos genéricos, uma cultura democrática e isso está patente no funcionamento dos partidos políticos, do aparelho de Estado e das organizações da sociedade civil. Tal situação é resultado do peso da nossa história: a nossa cultura de raiz não é verdadeiramente democrática; as lideranças dos movimentos de libertação nacional não tinham referências democráticas (nem em Portugal, nem nos países vizinhos, nem nos países do leste europeu onde muitos dos líderes estudaram); vivemos quase todo o século XX sob regimes totalitários, primeiro fascista e depois leninista.

Do que falamos, pois, quando falamos de democracia em Angola? Onde está o conhecimento e o debate sobre os diferentes modelos de democracia, sobre o significado e limitações da democracia representativa, sobre a viabilidade de uma democracia participativa, sobre as novas dinâmicas de participação nas velhas instituições "tradicionais"? O que se conhece sobre exemplos interessantíssimos de participação e moderação do poder autoritário dos chefes locais ou "tradicionais" no Uíje, Kwanza Sul, Benguela e Huambo, onde há recurso ao método eleitoral para

a designação desses chefes com mecanismos de acomodação e partilha de poder dos e com os derrotados? Ou sobre os conselhos (*onjanjo, mbanza, cota*) que agora ganham novo espaço e papel na moderação do poder dos chefes locais? O que se sabe, afinal, sobre a participação e o papel da sociedade civil na construção de uma nova cultura democrática, de tolerância e de paz? Não creio que existam respostas prontas ou positivas para todas estas interrogações.

Por outro lado, a visão e o entendimento sobre a sociedade civil em África não é questão pacífica e podem ser encontradas duas perspectivas quase opostas: por um lado, a da maioria dos estudiosos e consultores europeus e americanos e de algumas ONG internacionais que a ignoram, ou não lhe dão relevância, a consideram extremamente frágil ou a carregam com "aspas"; por outro lado, a que é contraposta por aqueles que têm uma visão endógena, como o ganense Gyimah Boadi, o moçambicano José Negrão e o angolano Nelson Pestana, para citar apenas três exemplos, que, partindo de realidades diferentes e sem negarem a sua reconhecida fragilidade, estão mais preocupados em identificar as suas forças, o seu potencial para a mudança, a sua contribuição para a constituição do espaço público. Nelson Pestana considera, mesmo, que em Angola, a sociedade civil é hoje uma realidade incontestável. Isso, em minha opinião, é resultado de um novo clima político, das liberdades e pluralismo que permitem – apesar de certas restrições – espaço para o desenvolvimento da sociedade civil e da acção de organizações desta, que contribuem de forma decisiva para a criação de uma cultura democrática.

É verdade que numa sociedade tão fustigada pela guerra e por governações totalitárias e autoritárias – incluindo a do passado colonial, é bom, sempre, fazer lembrar –, por pressões e incidências externas (políticas, económicas e de todo o tipo), e sem tecido empresarial com significativo peso na economia e na política, seria muito difícil imaginar uma sociedade civil forte. Todavia, para a fragilização da sociedade civil angolana contribuem vários factores que a ela são externos e que importa ter em linha de conta.

Em primeiro lugar, o peso da história, como diria David Sogge. Em segundo lugar, o peso do petróleo e o seu papel na corrupção e na erosão das elites (que governo vai ceder a pressões dos cidadãos se não precisa deles para as receitas fiscais e para o Orçamento Geral do Estado?). Em terceiro lugar, os meios de comunicação social, que ignoram as realidades e as realizações da sociedade civil e suas organizações, e que não investigam os processos sociais que se desenrolam no País. Em quarto lugar, a maioria dos intelectuais angolanos de maior renome que, com as devidas excepções, não entendem a importância e o novo papel da sociedade civil a nível universal, e desvalorizam a sociedade civil angolana, considerando-a parasita das ajudas externas; que criticam as ONG em geral – como se todas elas fossem iguais – sem reconhecer o contributo de algumas delas para o que de melhor tem acontecido em Angola nos últimos anos; que se afastaram das lutas políticas e sociais que os cidadãos vão protagonizando na sua tentativa de afirmação da cidadania e não compreendem a dimensão dessas lutas.

Finalmente, em quinto lugar, alguns segmentos das esferas internacionais (Governos, Agências, ONG) que impõem as suas agendas (ambiente, género, HIV/SIDA, transparência, boa governação, direitos humanos, democracia, corrupção) sem terem em conta as nossas próprias agendas e, sobretudo, os nossos ritmos, e daí a ideia das resistências que conduzem, em alguns casos, ao bloqueio de iniciativas locais; que não se preocupam com a investigação e com o conhecimento da realidade e veiculam mitos, como, por exemplo, o de que os agricultores familiares só produzem para subsistência e são ignorantes, quando na verdade foram responsáveis no passado pela alimentação e exportação (com excepção do café, algodão

e pouco mais), competindo em termos de produtividade com os agricultores e criadores ditos evoluídos. Contraditoriamente, muitos desses segmentos criticam o Governo por não respeitar a realidade social e a cultura dos angolanos. E chega-se ao ponto de se assistir à forma como algumas ONG estrangeiras privilegiam as agendas dos seus governos e a aliança com eles em detrimento do seu envolvimento com os interesses das organizações que deveriam ser suas "parceiras naturais" em Angola.

O Ganense Gyimah Boadi defende que a sociedade civil é uma indústria em crescimento em África. Em Angola a ideia é claramente exagerada. Mas ouso dizer que constitui seguramente o segmento de maior crescimento e dinamismo desde 1991, quando teve início a transição multipartidária, apesar da guerra que se seguiu. Vejamos alguns dos efeitos da sua acção:

• A sociedade civil contribuiu para que se alcançasse a paz e, de acordo com Nelson Pestana, para uma mudança lenta, mas progressiva, dos modos de produção do político, com o fenómeno do Movimento *Pro Pace* que permitiu a ruptura da bipolarização entre os dois grandes partidos, que caracterizou a cena política angolana praticamente desde 1975;

• A sociedade civil angolana tem tido um papel decisivo na mudança operada em Angola na promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania, principalmente ao nível das comunidades, da educação cívica dos cidadãos, do debate público no seu sentido mais amplo, e particularmente no debate, divulgação e influência do anteprojecto de Lei de Terras, onde teve maior protagonismo que todos os partidos políticos, incluindo o próprio MPLA.

• Os meios de comunicação social (apesar das fragilidades atrás apontadas), a defesa dos direitos das mulheres e de um equilíbrio de género, a construção de uma cultura democrática e de um espaço público com mais qualidade, são alguns outros aspectos, devendo destacar-se a preocupação com o interior do País no âmbito da sua acção, o que não acontece geralmente com outros actores;

• O desenvolvimento de uma massa crítica com relativa independência em relação aos poderes políticos;

• A construção de espaços de diálogo, concertação e planificação conjunta entre as administrações do Estado e os cidadãos a nível dos municípios como uma iniciativa de ONG angolanas, muito criticada inicialmente, e que agora são seguidas por grande parte das ONG estrangeiras que operam a nível das comunidades, o que é determinante para a construção do capital social que pode permitir a influência sobre as políticas públicas.

O poder político em geral e o de Estado em particular, começam a perceber que a sociedade civil é um campo onde é conveniente investir politicamente, e daí a criação de organizações da sociedade civil a eles afectas e de que a criação recente do Gabinete de Apoio à Cidadania e Sociedade Civil do MPLA constitui importante indicador.

Todavia, o aspecto mais importante do protagonismo da sociedade civil resulta no emergente debate sobre o seu papel político e a sua crescente intervenção e influência na vida pública e política. Porque em português não há palavra diferenciada para traduzir os termos ingleses "*policy*" e "*politics*", confunde-se política partidária ligada ao exercício do poder político (*politics*), com política em sentido geral ou política pública (*policy*), que é um termo com significado muito mais amplo. Daí a grande perplexidade em torno do papel político da sociedade civil, que leva muitos políticos (da situação e da oposição) e analistas, a confundirem o direito dos cidadãos a pronunciarem-se sobre as políticas que os políticos definem e que lhes dizem respeito, com o exercício do poder político, tratando-se de duas coisas bem diferentes. Vários factos recentes indicam que, finalmente, começa a ser entendido

o papel político da sociedade civil. A consulta do Presidente da República às organizações da sociedade civil sobre a questão das eleições é um claro indicador.

O que referi anteriormente mostra bem que a sociedade civil angolana vem aumentando o seu protagonismo político e influenciando o modo de produção do político.

É nesse quadro que se situa a acção da ADRA. Tratando-se de uma organização preocupada com o apoio à reconstrução do tecido social nas áreas rurais – as mais afectadas pela guerra – e com os processos de luta contra a exclusão, a ADRA desenvolve projectos nessas áreas cujo denominador comum é exactamente a construção de uma cidadania que comporte uma participação plena dos cidadãos na solução dos seus problemas e na solução dos problemas da Nação, assim como no processo de construção da democracia e na influência sobre as práticas governativas e sobre as políticas públicas.

Não defendo que a sociedade civil seja a chave para a construção da democracia em Angola. O que pretendi mostrar foi que ela está a dar um contributo importante para isso, tal como acontece modernamente em muitos outros países, e que a participação dos cidadãos pode equilibrar de forma definitiva o triângulo da democracia por representar um dos seus vértices, a par dos outros dois que se podem expressar na actuação democrática dos cidadãos (partidos) e na elaboração das leis e seu cumprimento (Estado). É nessa linha de pensamento que grupos diferentes de cidadãos estão a promover a criação de um Fórum Social Angolano, à imagem do que acontece noutras paragens, e de um Observatório Político-Social, que pretende ser um espaço pluralista de debate entre organizações da sociedade civil, partidos políticos e instituições do Estado, enquanto actores fundamentais do processo de construção da democracia, quer na vertente formal (com os partidos), quer na fundamental (com o Estado), quer ainda na substancial (com os cidadãos, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil).

Bibliografia

CARMO, Hermano (1999), *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.

GYMAH-Boadi, E. (2001), "Sociedade Civil e Desenvolvimento Democrático em África", *in Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Fundação Calouste Gulbenkian Lisboa: Publicações D. Quixote.

NEGRÃO, José (2003), *A Propósito das Relações entre as ONG do Norte e a Sociedade Civil Moçambicana*, CES, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Outubro de 2003 (mimeo/apresentado).

PACHECO, Fernando (2001), "Sociedade Civil em Angola", *in Angola Direito, Democracia, Paz e Desenvolvimento*, Conferência Internacional, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda.

PESTANA, Nelson (2002) – *Dinâmicas da Sociedade Civil em Angola, (mimeo)*

SOGGE, David (1997), "O Sector civil", in Sogge, David (ed.) – *Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*, GOM, Amsterdão, (mimeo).

SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), "O Estado Heterogéneo e o Pluralismo Jurídico", in Santos e Trindade (eds.) – *Conflito e Transformação Social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRACIA EM ANGOLA

João Paulo N'Ganga
Jornal Folha 8, Angola

O processo de transição política em Angola poderá ser analisado em três grandes períodos: primeiro, o período anterior à independência, coincidindo com a luta de libertação nacional (1961-1975); segundo, o período que vai de 1975 aos acordos de Bicesse (1991), que colocaram fim à guerra civil do pós-independência; terceiro, o período da era pós-eleitoral (de 1992 em diante).

No que respeita ao papel da comunicação social ao longo destes três períodos, vou-me centrar nos dois últimos, dado que me parecem ser os mais relevantes para o tema aqui abordado e na medida em que para o primeiro período existem algumas obras que tratam essa matéria, que foi também abordada nesta conferência no painel sobre história, cultura e sociedade. Analisando o período de pós-independência na sua primeira fase (que vai da independência aos acordos de Bicesse), direi que se caracterizou basicamente por um pendor estatal, absolutista e manipulador da informação e da sua difusão de acordo com uma orientação propagandista na defesa dos dogmas do regime de partido único. Tal facto devia-se não só ao regime de partido único de orientação marxista-leninista, mas também à situação de guerra civil, com uma forte componente externa em plena "guerra fria", estando o regime aliado ao bloco de Leste e tendo nas suas estruturas vários conselheiros da ex-URSS, do Leste da Europa e de Cuba. Uma outra característica essencial deste período, no que à comunicação social diz respeito, tem a ver com o alcance geográfico extremamente limitado dos órgãos de informação, concentrando-se sobretudo no litoral e estando muito aquém da totalidade do território e do auditório nacional.

Esta situação vigorou até 1991, altura em que os acordos de Bicesse abriram caminho ao cessar-fogo e às primeiras eleições gerais que viriam a ocorrer em Setembro de 1992. Um novo quadro legislativo é aprovado, consagrando os direitos, liberdades e garantias de um regime que se pretendia democrático e multipartidário. De entre esses direitos estava a liberdade de informação e de expressão, a par da liberdade de associação e a aceitação da iniciativa privada. Aproveitando o espaço assim aberto surgem meios de comunicação social privados, essencialmente ao nível da imprensa escrita, mas também ao nível da rádio (ainda que

estes últimos surgissem na dependência directa do partido no poder). A imprensa privada passou a servir de fonte alternativa de informação em relação aos meios de comunicação estatais, que permaneceram com um carácter propagandista.

O espaço de alguma liberdade de expressão que se abriu sofreu quase que de imediato um revés com o reinício do conflito militar logo após as eleições de 1992. Não obstante, uma vez aberto, aquele espaço legal, foram progressivamente surgindo vários jornais privados, lutando para sobreviver num clima que continuava a ser difícil, com muitas limitações à liberdade de expressão, sofrendo de inúmeras pressões, condicionalismos e coerções de toda a ordem.

Segue-se novamente um período de algum desanuviamento na tensão que se verificava no exercício do jornalismo não estatal por altura do acordo de Lusaka (1994), desanuviamento esse que se vai estender até 1998, quando se regressa à guerra civil aberta e declarada. Mais uma vez os órgãos privados de comunicação social vão fazer uma "travessia no deserto da sobrevivência", no meio de acusações de anti-patriotismo sempre que as opiniões e notícias difundidas não se coadunavam com a versão oficial e a perspectiva do partido no poder. Durante todo este tempo os órgãos estatais seguiram firmes na sua velha linha de orientação eminentemente propagandista e manipulada pelo regime.

Chegados a 2002, finda a guerra civil com a morte do líder da UNITA e a assinatura do memorando do Luena em Abril, novas expectativas se abriam para a comunicação social em Angola. Contudo, volvidos mais de dois anos sobre o memorando do Luena a situação pouco ou nada melhorou em termos substanciais e vivemos hoje os mesmos problemas básicos do passado: 1), a difusão da informação continua em geral muito limitada ao litoral (em particular a Luanda); 2), a comunicação social não é plural, continua basicamente nas mãos do Estado. Passarei em seguida à caracterização da situação actual partindo destes dois problemas básicos.

Quanto ao primeiro ponto, temos infelizmente de constatar que o país continua nos dias de hoje a ser basicamente...Luanda, onde se concentra o grosso da distribuição da imprensa (estatal e privada) e onde está sedeada a Rádio Eclésia, cujas ambições de expansão para além da capital continuam a ser coarctadas pelo poder governamental. Um pouco a exemplo do modelo colonial de desenvolvimento, o litoral (*i.e.* Luanda, Benguela e Lubango), encontra-se beneficiado no acesso à informação, em relação ao interior. Para além do mais, dos três grandes meios de comunicação social que se conhecem – a televisão, a rádio e os jornais – os jornais são, do ponto de vista da população, residuais: só para termos uma noção, o único diário que existe no país, o Jornal de Angola, tem uma tiragem de 20 mil exemplares para uma população de 12/13 milhões de pessoas; portanto, se pensarmos que há oito jornais semanários privados, que têm uma tiragem média de 8 a 9 mil exemplares, verificamos quão limitado é o seu alcance. Na prática o que ainda se verifica é a manutenção de um quase-monopólio estatal em termos de produção e controlo dos meios de difusão da informação.

Quanto ao segundo ponto, existe hoje no exterior a percepção errónea de que em Angola a comunicação social é plural, o que de facto não acontece, sendo este um dado muito importante a ter presente quando discutimos a actual situação da comunicação social.

Pese embora se tenha verificado alguma abertura à expressão de opiniões contrárias ao vector oficial e governamental, verificamos ainda hoje em Angola uma grande discrepância entre o que está constitucionalmente definido em termos de liberdade de informação e de expressão e aquilo que se passa na realidade. Independentemente do que está legislado, o que existe de facto é uma "licença de expressão" e não uma "liberdade de expressão" ou

de imprensa; sabendo nós - dos órgãos privados de comunicação social - que essa licença tem uma validade e caducidade, podendo a qualquer momento ser revogada sem qualquer aviso prévio.

Estamos hoje, em termos de comunicação social em Angola, num estado larvar, numa situação onde o objectivo central continua a ser a necessidade de efectivar o direito à liberdade de expressão.

Provavelmente ainda fruto do anterior regime de partido único, que teima em não desaparecer efectivamente, temos uma comunicação social controlada e restringida. De um lado, temos a comunicação social do Estado, género propaganda, dominada pelo maniqueísmo do partido no poder, onde a crítica e a formulação de ideias novas é impedida de forma sub-reptícia ou mesmo de forma clara e por vezes coerciva; de outro lado, temos os órgãos de comunicação privados que procuram não assimilar o discurso oficial do partido-Estado e os dogmas por ele destilados, mas que não raras vezes continuam a ser apelidados de antipatrióticos. De referir ainda, que entre os meios de comunicação estatais e privados existem por vezes alguns vasos comunicantes, que derivam não só das constantes tentativas de ingerência por parte do partido no poder ao nível dos meios privados, como também do limitado número de jornalistas no mercado Angolano. Este facto torna-se por vezes um obstáculo à emancipação dos meios privados.

A acrescer a estes factos, estão outros que igualmente contribuem para que, em relação aos outros países Africanos, a comunicação social em Angola seja ainda incipiente, encontrando-se numa fase de construção das suas próprias balizas e referências, e em busca de um espaço próprio.

Entre esses outros factores, podemos realçar as diferentes perspectivas que os actuais reguladores sociais têm em relação à comunicação social, entre eles, o Estado, o mercado, os partidos políticos da oposição e as organizações da sociedade civil.

O Estado, partido no poder, vê a comunicação social como uma ameaça, sendo que o paradigma maior desta postura é o próprio Presidente da República, que não fala para os órgãos nacionais, contra todos os princípios básicos de vida em sociedade, da organização política Estatal e mesmo do Direito. Encontramo-nos numa situação em que é o mais alto representante do Estado que não respeita a pluralidade, a sã convivência discursiva e interactiva entre os vários actores sociais.

Do lado do mercado, a postura dominante é a de encarar a comunicação social como uma mercadoria, como um negócio e, numa postura neo-liberal simplista, a ideia veiculada no país é a de que quanto maior a concorrência no domínio da comunicação social, maior será o dinamismo do sector. Contudo, aquilo que verificamos é uma realidade diferente e perversa; tal como diz o próprio Justino Pinto de Andrade, co-organizador desta conferência,

> *Normalmente quando assistimos a uma privatização, damo-nos conta que o pretendente beneficiário desse negócio, e que passa a deter e empresa, é um elemento afecto ao partido no poder.*

Deste modo, a privatização por si só não é solução.

No que respeita à sociedade civil, esta vê a comunicação social como uma fonte de alguma liberdade de expressão e de opinião, uma voz à qual precisa de se associar para difundir as suas ideias e para engrossar o grupo dos que clamam por uma sociedade mais plural e justa. Um dado expressivo desta realidade é a relação entre as organizações não

governamentais (ONGs) e a comunicação social privada. Não é por acaso que os jornalistas privados se vão constituindo a nível interno (nacional) como uma fonte prioritária de informação para as ONGs, que procuram aceder aos meandros do sistema político-económico via imprensa privada; sendo que, ao mesmo tempo, os jornais privados servem de veículo de difusão de ideias das ONGs em várias matérias do seu interesse. A título de exemplo, por diversas ocasiões se tem verificado uma espécie de aliança entre jornais privados, ONGs e activistas sociais em matéria de denúncia da violação dos direitos humanos e defesa firme destes princípios e da necessidade da sua protecção para a construção de um sistema democrático.

Por fim, temos a perspectiva dos partidos da oposição em relação à comunicação social, vendo-a claramente como um meio (por vezes único) de difusão do seu discurso e mensagens político-partidárias. Sabendo dos inúmeros obstáculos que enfrentam para aceder aos meios de comunicação estatais, os políticos da oposição apoiam-se fortemente na imprensa privada para se poderem fazer ouvir minimamente junto de algum público (essencialmente citadino e do litoral que tem possibilidade de aceder à imprensa privada).

Estas distintas perspectivas em relação à mesma realidade têm conduzido a uma estratégia de confronto no seio da comunicação social privada, um confronto pelo seu domínio, manipulação e utilização, que em nada contribui para o seu desenvolvimento enquanto factor reforçador da democracia. A comunicação social deverá ser um espaço de interacção de todos os pontos de vista e não um objecto cuja tentativa e posse ou manipulação implique um combate feroz, que por vezes recorre a meios menos legítimos. Vivemos, de facto, numa situação em que a constituição de associações, em que a aprovação de textos legais, em que a aprovação de um novo provedor da comunicação social e de uma alta autoridade para a comunicação social, não resolvem o problema de fundo do país - o facto de o país não viver oficialmente num estado de direito democrático, mas numa situação que na realidade ainda é a de um partido-Estado.

A pergunta que se coloca é a de saber como é que a comunicação social em Angola poderá sobreviver e fazer valer uma voz democrática, estando debaixo da vigência de um partido/Estado? Deixo esta questão em aberto para reflexão e debate. Quero, no entanto, deixar aqui realçadas três ideias pessoais para esse debate.

A primeira vai no sentido de afirmar que, em minha opinião, falta realizar uma discussão alargada, nacional, sobre a comunicação social em Angola, perguntando-nos se o que queremos é uma mercadoria ou um serviço que ajude a construir as bases de uma democracia verdadeiramente plural.

A segunda pretende afirmar a necessidade premente de crescimento do sector da comunicação social em Angola, para que se possa desenvolver uma rede de distribuição e difusão de informação que abranja todo o território nacional, reduzindo desta forma as desigualdades no acesso à informação entre o litoral e o interior. Actualmente, a abrangência geográfica da comunicação social pública e privada é extremamente limitada e circunscrita.

A terceira e última ideia que aqui pretendo deixar, é a da extremamente limitada abrangência social dos órgãos de informação privados, ou seja, temos de ter consciência que a imprensa privada é ainda dirigida a uma elite de pequenos grupos, que vivem nas principais cidades e têm poder aquisitivo para adquirir jornais com preços extremamente elevados para os níveis de vida da maioria da população. Temos de ter consciência da profunda desigualdade económica e social dominante em Angola, onde existe uma elite

que vive de forma opulenta ao lado da maioria da população que se esforça por sobreviver. Esta desigualdade económica, por sua vez, traduz-se numa desigualdade no acesso à educação e formação, onde membros das elites podem pagar instrução privada, enquanto que a maioria da população assiste ao desmoronar do sistema público de ensino, ficando cada vez mais desprovida de meios de ascensão social, presa num ciclo vicioso de pobreza.

Concluindo de forma muito sintética em relação ao tema que aqui tratei – os meios de comunicação social e a democracia em Angola, devemos ter a frontalidade e a honestidade para afirmar que **em Angola não há liberdade de expressão; há uma licença de expressão.** Há uma licença de expressão, e esta licença pode ser retirada a qualquer momento, pode ter uma caducidade apressada. O país vive de licenças várias para que um modelo democrático possa existir *de jure* ainda que não exista *de facto.*

A SOCIEDADE CIVIL E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EM ANGOLA

Jorge Eurico
Associação Justiça, Paz e Democracia –AJPD, Angola

Queria começar por agradecer, em meu nome pessoal e da Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), o convite que nos formularam para participar nesta conferência; e gostaria igualmente de dar os parabéns à Direcção da Universidade Católica de Angola (UCAN), em parceria com a Universidade de Coimbra, por mais esta iniciativa, que é bem significativa do compromisso desta instituição académica com o presente e o futuro do País, bem como com a "cultura de debate" de que, honestamente, nós, angolanos, muito precisamos.

O convite à instituição que aqui represento – a AJPD – tem um importante significado, representando o reconhecimento pelo trabalho que a instituição vem desenvolvendo de há quatro anos a esta parte, contribuindo (dentro das suas possibilidades) para o processo de pacificação e de democratização do país.

Na abordagem do tema que aqui apresento e em cuja estruturação participaram os meus co-associados, ficou descartada qualquer incursão no plano dos conceitos, até porque não seríamos, concerteza, as pessoas mais indicadas para o fazer. Pensámos que seria mais enriquecedor apresentarmos a nossa modesta experiência de intervenção cívica e a nossa percepção do processo democrático ao longo dos últimos quatro anos, focando sobretudo o presente momento que o País vive.

Angola, como todos sabemos, transformou-se formalmente em Estado democrático de direito no ano de 1992, altura em que se realizaram as primeiras eleições multipartidárias. Contudo, não se pode afirmar que só a partir dessa altura é que começou a existir sociedade civil angolana. Na verdade, a sociedade civil enquanto um conjunto de pessoas, grupos, instituições, organizações cívicas, desportivas, humanitárias, e profissionais, independentes do Estado e dos partidos políticos, que tentam influenciar o curso das instituições do Estado, existiu antes daquela data. Pode-se, no entanto – e isto é legítimo! –, questionar a sua capacidade e âmbito de acção, assim como o seu espaço de intervenção!

Com a realização das primeiras eleições multipartidárias – e com a constituição do Estado democrático de direito – abriu-se um espaço enorme à afirmação da acção política em geral, e da sociedade civil em particular. Infelizmente, o retorno à guerra não permitiu que os anseios de uma sociedade pacífica e democrática

baseada no Direito se afirmassem em plenitude, mas nem por isso nos últimos doze anos os cidadãos angolanos, constituídos em partidos políticos, associações cívicas, organizações profissionais, sindicatos, etc, deixaram de agir e afirmar-se no quadro da participação democrática.

Esse é verdadeiramente, quanto a nós, o período embrionário da democracia que gostaríamos de ver erguida em Angola; senão vejamos, é nesse período que assistimos à manifestação do Pe. Konrad, à constituição da Associação Cívica de Angola (ACA), à constituição da Ordem dos Advogados de Angola (OAA), à constituição do Sinprof, ao surgimento de órgãos de imprensa não pública (Comércio Actualidade, Correio da Semana, Imparcial Fax), à acção pública de vários partidos da oposição, ao surgimento das Universidades Privadas, do Amplo Movimento de Cidadãos (AMC), à constituição da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), só para citarmos alguns exemplos.

Contudo, nesse período, contrariamente aos legítimos anseios de muitos cidadãos, e embora se tenha registado alguma abertura para a participação política cívica, a verdade é que não houve uma prática coerente com o ideal democrático e com o Estado de Direito. Por esta razão, não podemos perfilar o lugar-comum que é hoje a afirmação de que Angola é já um Estado democrático e de Direito.

Neste contexto, a sociedade civil angolana – em interacção com vários partidos políticos – tem contribuído para que se mantenha acesa a chama das aspirações de consolidação do Estado democrático. A participação da sociedade civil serviu de freio à tendência regressiva, ditatorial e monolítica, que se pretendia impor no período de guerra, na década de 90. Mais recentemente, isto é, nos últimos cinco anos, a acção da sociedade civil tem-se diversificado na luta pelos Direitos Humanos, pela democratização das instituições e por uma governação transparente; é também neste período que assistimos ao envolvimento da sociedade civil no processo de reforma constitucional e de outros pacotes legislativos de significativo interesse público.

Não tem sido fácil, nem facilitada a acção da sociedade civil, sobretudo quando se tratam de instituições ou pessoas a elas afectas que não se deixam arregimentar ou instrumentalizar pelo Governo ou pelo partido governante, o MPLA, e que se podem facilmente distinguir de outras organizações ditas cívicas, mas que na realidade mantêm uma relação pouco clara (próxima) com o Governo.

Não há uma cultura de interacção saudável entre as instituições do Estado e as associações cívicas, muito menos uma cultura do diálogo, e isso porque muitos altos servidores públicos continuam presos a um regime fechado sobre si mesmo e desconfiado em relação às organizações da sociedade civil.

É verdade que a sociedade civil angolana tem uma génese peculiar – a sua afirmação é grandemente impulsionada pela necessidade de contestação da guerra – o que levou a que fosse (e continua ainda por vezes a ser), maliciosamente associada ou confundida com os partidos políticos da oposição. Cultivou-se uma relação estreita – que de certo modo se justificou (e se justifica), até pela coincidência de interesses – entre grande parte da sociedade civil angolana e os partidos políticos da oposição, relação essa que tem continuado.

Contudo, a tentativa do poder governamental de confundir a sociedade civil com os partidos políticos é, no nosso entender, uma manobra maniqueísta, visando desacreditar a sociedade civil. Nenhuma doutrina política ou jurídica proíbe que os partidos possam interagir com as respectivas sociedades civis na luta pelas causas sociais. O que distingue a sociedade civil é que ela não concorre para o alcance, gestão e manutenção do poder, contrariamente aos

partidos políticos. O que move a sociedade civil, isto sim, é sempre a melhor governação, a melhor resposta aos interesses e anseios das populações.

Além destes factores, que têm obstado a uma relação mais saudável entre a sociedade civil e as instituições do Estado, devemos igualmente referir que falta uma cultura de diálogo institucional com os cidadãos, sendo que os instrumentos jurídicos existentes são extremamente precários no que respeita à participação cívica (ou popular) nos procedimentos dos poderes públicos. Entre os mais recentes exemplos deste facto estão os despejos forçados de populações dos bairros periféricos de Luanda, onde o governo provincial de Luanda (mais recentemente a comissão de gestão) assume sistematicamente uma postura arbitrária e arrogante em relação às populações desalojadas, ignorando procedimentos e mecanismos legais básicos e desrespeitando os direitos dos desalojados. Um outro exemplo está ao nível da Lei de Terras, que sendo um instrumento jurídico do mais elevado interesse público, foi submetido a uma mera consulta pública. Dizemos mera consulta pelo facto de a maior parte dos cidadãos das zonas rurais – apesar do anteprojecto ter sido largamente publicitado no Jornal de Angola, - não terem a possibilidade de contactar juristas, que os pudessem orientar e capacitar para melhor poderem contribuir para o melhoramento daquela lei.

Apesar de ser inquestionável a participação de certas organizações cívicas, não nos satisfazem as alterações daí decorrentes para o projecto de Lei de Terras, e muito menos nos agrada a sua aprovação em forma de Lei no contexto em que nos encontramos, porque entendemos que os órgãos de soberania se encontram vazios de legitimidade política, designadamente a Assembleia Nacional, cujo mandato expirou em 1996. Não se pode considerar democrática a tomada de uma decisão tão importante para a vida da maioria dos cidadãos, sem que estes tenham tido a oportunidade de antes escolherem aqueles que devem decidir por eles (*i.e.* a aprovação de pacotes legislativos de elevada importância para o país deveria aguardar pela eleição do novo parlamento).

Em nossa opinião, para além da questão da legitimidade política dos detentores de cargos políticos, o Estado democrático de direito impõe que a tomada de decisão em questões de relevante interesse público (relacionadas seja com a propriedade da terra, o urbanismo, o meio ambiente, a educação, a cultura, as artes, a saúde ou a justiça), deve estar aberta à participação e intervenção dos cidadãos interessados, nomeadamente aravés das ordens profissionais, dos sindicatos, das associações académicas, cívicas, de moradores, etc.

O mesmo raciocínio fazemos em relação à Constituição. Não estamos contra o processo de reforma constitucional em si, porque ninguém hoje duvida da necessidade de dotarmos o país de uma Constituição moderna, que comporte efectivas garantias de defesa dos direitos dos cidadãos, que seja esclarecedora em relação ao sistema de governo, que permita que a separação dos poderes e o "*check and balance*" entre os diferentes órgãos de soberania seja uma realidade e que seja um estatuto jurídico-político capaz de responder ao presente e ao futuro da democracia que queremos construir. Contudo, não podemos caucionar um processo errático que mais uma vez usurparia o poder constituinte ao povo angolano, não podemos! Alguém acredita minimamente que os actuais deputados angolanos têm legitimidade democrática? Nós não!

Reconhecemos que em 1992, quando os cidadãos elegeram a Assembleia Nacional, outorgaram-lhe competências constituintes, mas ninguém elegeu os deputados para um mandato de doze anos. É evidente que os senhores deputados não foram capazes de realizar muitas das suas competências ao longo destes doze anos (a Constituição foi apenas uma

delas), mas será que isso nos obriga a esperar que terminem com o cumprimento do catálogo das suas competências constitucionais de 1992?

A democracia é um sistema que não se presta a dúvidas quanto ao titular do poder: o povo; a tentação de perpetuarmos o alheamento e a exclusão do povo das grandes questões nacionais deve terminar. A Constituição não pode resultar de um mero pacto entre os supostos iluminados e usufrutuários do poder político, que não têm qualquer legitimidade política.

Não queremos que os deputados abandonem hoje a Assembleia Nacional, nada disto, não somos apologistas do vazio institucional ou legal, somos defensores da estabilidade institucional, mas esta razão não deve resultar na concessão de plenos poderes a quem já não tem a legirtimidade concedida pelo voto dos cidadãos. O trabalho que a Comissão Constitucional desenvolveu é útil e deve ser considerado, mas não tenhamos a insensatez de aprovar uma Constituição nestes termos, porque ela pode ser boa no seu conteúdo, mas há de ser deficitária no que à legitimidade democrática diz respeito.

A reforma constitucional é o exemplo de uma área em que é necessária e crucial a participação da sociedade civil. Mais uma vez faltam mecanismos legais que formatem os procedimentos e acolham a participação da sociedade civil. Por este motivo, também, as vozes da sociedade civil só se têm feito ouvir em Luanda e nalgumas capitais de província com acesso aos meios de comunicação social; o que é preciso é que o processo seja alargado e intensificado a todas as províncias do País e não se fique por Luanda. Na prática isto implica um custo de difusão da informação e organização de mecanismos para que a sociedade civil possa participar por todo o território nacional, contudo, não nos devemos escudar nesse custo para não realizarmos essa obra. É um facto que o país gastou substanciais recursos na guerra, mas não se pode escusar a financiar a democracia com base nesse argumento. A democracia e a Paz são de um valor imenso e é obrigação central do Estado sustentá-los.

Antes de terminar gostaria de aqui abordar algumas ideias que resultam da nossa experiência de trabalho ao nível do sistema judicial.

É sobejamente conhecido que temos um sistema judicial precário e prenhe de deficiências, algumas das quais resultam do anacronismo de grande parte das leis estruturantes da Justiça angolana, nomeadamente, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei do Sistema Unificado de Justiça e a Lei da Prisão Preventiva, só para citar alguns exemplos.

É lamentável verificar que o nosso Ministério da Justiça não foi capaz de reformar, em 10 anos de governação, uma única lei essencial à causa da justiça, sendo igualmente lamentável constatar que a Ordem dos Advogados de Angola (OAA), instituição pela qual temos a maior consideração, muito pouco tenha feito em relação a esta situação. É dramático verificar que os vários Procuradores que foram nomeados por sua Excelência o Presidente da República não se preocuparam em alterar a Lei Orgânica da Procuradoria Geral da República em vigor (ainda comunista e antidemocrática), sendo igualmente dramático constatar que a Assembleia Nacional não se preocupou, em devido tempo, em reformar os instrumentos jurídicos mais importantes para um Estado de Direito. Devemos por fim notar com mágoa que nem o Chefe de Governo, nem os sucessivos Primeiros-Ministros prestaram qualquer atenção ao estado da justiça neste País.

Que democracia e Estado de Direito queremos, com um sistema Judicial tremendamente debilitado? Que independência terão os juízes com os salários miseráveis e falta de condições de trabalho? Que respeito queremos cultivar pela pessoa humana e pelos seus direitos, se os nossos concidadãos são amontoados nas cadeias e nas esquadras policiais,

sem condições de habitabilidade, sem alimentação digna, sem assistência médica e medicamentosa, e ainda por cima sujeitos, muitas vezes, a maus tratos e actos de violência?

Desde a sua constituição, a AJPD tem trabalhado nas cadeias e procurado monitorar o funcionamento dos tribunais, o que significa que teve que interagir com os poderes públicos, nomeadamente a Polícia Nacional, a Procuradoria Geral da República, os Tribunais e a Assembleia Nacional.

Inicialmente foram várias as dificuldades que enfrentámos, desde logo, o facto de o Ministério da Justiça não nos ter passado o Certificado de Registo – omissão ilegal que se estende até à presente data – e o facto de o mesmo Ministério da Justiça e a Procuradoria Geral da República terem tentado publicamente difamar a associação, confundindo-a com um partido político. Mas tivémos também – e continuamos a ter, embora em menor grau – dificuldades de acesso, diálogo e parceria com as instituições do Estado, excepção feita aos deputados da Assembleia Nacional.

A título de exemplo, posso recordar a recusa do Ministério da Justiça, do Ministério do Interior, do Tribunal Supremo e da Procuradoria Geral da República em participarem no seminário sobre a Administração da Justiça que realizámos nesta mesma sala nos dias 11 e 12 de Outubro de 2001 e no qual estiveram presentes a Ordem dos Advogados de Angola, representantes das Nações Unidas, ilustres professores universitários e várias organizações cívicas. É só um de muitos possíveis exemplos de falta de diálogo e abertura em relação à discussão destas questões e ao trabalho da AJPD.

A verdade é que o tempo dissipou as dúvidas que existiam a nosso respeito, acreditamos que ninguém hoje, de boa fé, põe em causa a seriedade do nosso trabalho, a nossa acutilância, a nossa destreza na defesa do respeito pelos Direitos do Homem e por um sistema judicial condigno à altura dos desafios da democracia que queremos.

A sociedade civil angolana tem ela própria evoluído, quer em termos qualitativos, quer em termos quantitativos, e não só em Luanda mas também nas províncias, onde ainda que timidamente se vão alastrando iniciativas de carácter cívico por parte de organizações de natureza e âmbito diversos. Diferentes organizações têm-se coligado e feito parcerias para vários projectos e iniciativas. Temos hoje a Coligação para a Terra, a Coligação para a Transparência e a Coligação para a Reforma Constitucional. É óbvio que a acção e eficácia destas iniciativas está em parte dependente da própria maturação dos seus actores cívicos e, em parte, da abertura que houver da parte do Estado em reconhecer a inevitabilidade e as vantagens da interacção com a sociedade civil e das parcerias público-privadas, no quadro da gestão democrática das instituições públicas.

Da nossa parte, temos procurado interagir quer com os partidos políticos da oposição, quer com o partido governante, o MPLA, e sobretudo com o próprio Governo. A sociedade civil tem o direito de participar politicamente na vida do País, de contribuir, de criticar, de denunciar e de pressionar o Governo ali onde for necessário. Do mesmo modo, o Governo tem o dever de interagir com os cidadãos interessados. O importante é que ergamos uma cultura verdadeiramente democrática e respeitadora do Direito.

Podemos, sem receio de errar, afirmar que a participação da sociedade civil angolana está a ser essencial para o lançamento dos gérmenes necessários para a democracia; está a ser necessária para debelar o acentuado défice de democraticidade que os órgãos de soberania e os partidos políticos comportam.

De facto, não é possível esperar que a consolidação democrática parta de instituições

eivadas de práticas antidemocráticas. É preciso que os partidos políticos correspondam muito mais: não vamos ter um país democrático, se estes, que são por excelência os seus mentores, não cultivarem internamente a democracia.

Temos a firme convicção de que estamos no caminho certo, há uma sociedade civil participativa, mas ela tem que evoluir.

AS DINÂMICAS DA SOCIEDADE CIVIL E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO MULTIPARTIDÁRIA EM ANGOLA[1]

Mónica Rafael Simões
Núcleo de Estudos para a Paz/Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Introdução: a sociedade civil em processos de pós-guerra[2]

A República de Angola foi afectada por quase três décadas de um conflito armado alimentado tanto por actores internos em busca do poder conferido pelo controlo dos recursos naturais do país, como por actores externos, motivados por interesses geoestratégicos e económicos. Com o final da guerra em Abril de 2002,[3] o país encontra-se agora num processo de transição importante, em que tem de enfrentar obstáculos colossais e em que todos os actores envolvidos, incluindo a sociedade civil, têm um papel fundamental a desempenhar para conseguir garantir a consolidação da paz.

Na verdade, o fim de um conflito armado violento de forma alguma garante o fim das tensões ou as bases de uma paz sustentável. As tarefas a serem realizadas uma vez terminados os conflitos apresentam-se frequentemente mais complexas do que o custo de conseguir pôr um fim à situação de confronto. Cessar-fogos frágeis têm que dar lugar a uma estabilidade política, a assistência humanitária deve ser fornecida a todos os sectores da população e a reconstrução tem que ser iniciada a vários níveis. Apesar de todas estas tarefas serem colossais, são também fundamentais para facilitar a transição de países fragmentados para o caminho da paz e do desenvolvimento sustentável e duradouro (Simões, 2002: 24).

[1] Comunicação inscrita nos paineis 'The Complexities of Power and Identity in Contemporary Angola' e 'Multiple Expressions of Power and Identity in Angola' organizados por Nuno Vidal no encontro anual da African Studies Association – *The Power of Expression: language, memory and identity in Africa and the diaspora*, New Orleans, November 11-14, 2004.

[2] Nota da autora: a reflexão aqui apresentada não pretende de forma alguma desenvolver uma análise sobre a complexidade do processo eleitoral angolano nem sobre a problemática da democratização no continente africano. Antes, visa fornecer ao leitor alguns elementos analíticos sobre as necessidades e oportunidades que oferece o contexto actual de reconstrução pós-guerra em Angola e reforçar a importância da participação, inclusão e apropriação pela população local de processos de transição, como o que Angola está a viver. Cabe ainda referir que grande parte da informação contida neste artigo resulta de um processo de consulta, participação e troca de informação com várias organizações e indivíduos da sociedade civil angolana em Luanda, desenvolvido com o Instituto Holandês para a África Austral (NIZA) de Amesterdão, em Dezembro de 2004 e Abril de 2005.

[3] O Memorando de Luena, assinado a 4 de Abril de 2002, marcou o fim do conflito armado em Angola.

Efectivamente, os acordos de paz e os processos de reconstrução pós-guerra oferecem também uma oportunidade única para os países reconstruírem as suas sociedades, sistemas políticos e economias, e para abraçarem reformas fundamentais que tenham estado ausentes no passado. Constituem, além disso, uma oportunidade de redefinir as relações sociais e políticas, com o objectivo último de ultrapassar as causas estruturais que conduziram ao conflito, rompendo assim com o ciclo de violência. Este novo registo engloba reformas políticas e institucionais dirigidas à democratização do país e ao estabelecimento de instituições governativas representativas, que sejam legítimas e capazes de canalizar as tensões sociais para uma forma de resolução pacífica, tornando-se assim possível uma paz sustentável. A reconciliação nacional é um desafio essencial nestes processos, em que se procura ultrapassar as divisões e os ódios do conflito e criar um novo clima de confiança e uma cultura de paz.

A reconstrução pós-guerra e a construção da paz formam então parte de uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazo, em que um dos princípios fundamentais deve ser a utilização dos recursos e capacidades da população local e o respeito de espaços autónomos de participação local, para que seja este actor a definir as suas prioridades e necessidades, com uma voz decisiva sobre os processos em marcha. O processo de capacitação local ou *empowerment* é, consequentemente, a pedra basilar do trabalho de reforço das capacidades de pessoas, comunidades e instituições, de modo a apoiar estes actores a ultrapassar vulnerabilidades e a ganharem um maior controlo sobre as dinâmicas que afectam as suas vidas, aproveitando assim as capacidades para a paz presentes em todas as sociedades (Mary Anderson, 1999: 23).

A participação é, assim, um componente fundamental do desenvolvimento de capacidades locais, entendido como um processo através do qual a população e as comunidades influenciam a dinâmica de tomada de decisões que afectam a sua vida diária e encorajam o diálogo e a comunicação, criando laços que visam enfraquecer as dinâmicas de tensão e de violência.

A sociedade civil é frequentemente identificada como um dos actores fundamentais na promoção da participação pública e das capacidades para a paz em países que vivem processos de reconstrução pós-guerra, e é neste sentido que procuro analisar as dinâmicas da sociedade civil angolana. No entanto, sociedade civil é um conceito com diferentes interpretações, significados e abordagens, dependendo de distintos autores, governos, organizações e agências internacionais. Mary Kaldor (2003: 4) identifica o conceito de sociedade civil como,

> *uma arena de actores sociais que usam um espaço de diálogo aberto como parte das suas relações sociais, no qual gerem questões públicas através da razão e da lei, em vez da violência.*

Uma interpretação moderna e abrangente de sociedade civil pode assim englobar os conceitos e sectores do estado de direito, formas organizadas de vida social e familiar, movimentos sociais e activistas cívicos, instituições de caridade, associações de voluntários, o terceiro sector e grupos baseados em questões de identidade. No entanto, no caso do continente africano suscitam-se várias pistas de reflexão e questionamento deste conceito, tais como: o que é a sociedade civil e como se processa a divisão entre esta e o Estado? Podemos falar da existência de sociedade civil em África? Existe, de facto, uma separação entre Estado e Sociedade? Ou aquilo a que normalmente se chama sociedade civil refere-se simplesmente às organizações que proliferam no âmbito da ajuda às funções do Estado? Autores como Chabal e Daloz (1999) defendem que o conceito de sociedade civil tal como é geralmente entendido é inadequado para ser aplicado a um contexto como o de Angola. Não cabe aqui aprofundar o debate sobre o conceito em questão,

limitando-me a afirmar que, neste artigo, a referência à sociedade civil angolana incide especificamente sobre ONG de âmbito nacional, alguns grupos de base religiosa, movimentos sociais e meios de comunicação social privados.

A construção da paz e a reconciliação radicam também na promoção de redes e organizações sociais que actuem como elementos de estabilidade na sociedade. Determinados actores da sociedade civil (organizações não governamentais – ONG –, redes de direitos humanos e grupos de paz, meios de comunicação social independentes, líderes comunitários ou sindicatos, entre outros) podem desempenhar um papel importante na construção de pontes entre grupos polarizados, promovendo assim o diálogo e a reconciliação. De facto, as ONG têm, em muitos casos, a capacidade de desempenhar um papel crucial na sensibilização pública e na promoção de certos valores, ideias e acções. Num contexto de transição, a capacidade das ONG e da restante sociedade civil de elaborar e disseminar as suas mensagens e prioridades, bem como de transmitir perspectivas diferentes do discurso dominante e as prioridades dos diferentes grupos na sociedade, assume uma importância fundamental. Do mesmo modo, em sociedades que emergem de conflitos, tais como a angolana, a existência de meios de comunicação social independentes, que desenvolvam um jornalismo rigoroso, imparcial e responsável socialmente, pode também desempenhar um papel importante na resolução de conflitos e na reconciliação, funcionando como veículo de opiniões e perspectivas diferentes e apoiando a consolidação da noção de cidadania e de uma vivência democrática.

Em suma, em situações pós-bélicas como a de Angola, a sociedade civil encontra-se frequentemente fragilizada e estruturada de forma deficiente e pode sofrer fortes pressões por parte dos poderes governamentais. Neste sentido, o reforço das suas capacidades é fundamental para que esta possa participar de forma responsável na agenda da reconstrução e no modelo de desenvolvimento nacional. Os meios de comunicação social e as ONG podem reforçar-se mutuamente caso estabeleçam uma relação construtiva: os meios de comunicação social como um canal privilegiado em que as ONG e outros grupos da sociedade civil transmitem as suas exigências e opiniões à população; ao mesmo tempo, as ONG são uma fonte de informação sobre a realidade vivida pela população em muitas áreas onde outros actores, como os meios de comunicação social, não têm acesso. Apresentarei, mais adiante, um olhar sobre a realidade, as dificuldades e as potencialidades destes grupos no contexto da reconstrução angolana.

Breve análise do envolvimento da sociedade civil no processo de transição angolano

Após mais de três anos da assinatura da paz, pode-se afirmar que Angola está num caminho (sem retorno) para a consolidação desta paz, nomeadamente se tomarmos em consideração alguns dos progressos conseguidos, como a desmobilização militar da UNITA e a sua transformação em partido político, a melhoria da crise alimentar e o processo em marcha de retorno de centenas de milhares de refugiados angolanos.

Não obstante, esta oportunidade histórica de deixar para trás quase três décadas de violência armada apresenta ainda numerosos desafios, a que tanto os actores nacionais como a comunidade internacional devem responder de forma decidida.

Durante quase trinta anos, a existência da guerra civil em Angola serviu para justificar a falta de desenvolvimento social e económico, a ausência de serviços públicos e a pobreza extrema em que vive a maior parte da população. Qualquer crítica ao governo era rebatida com o argumento da prioridade de ganhar a guerra e aqueles que as pronunciavam eram

acusados de "fazer o jogo" ou de pertencer à UNITA. Agora, mais de três anos volvidos sobre a assinatura dos acordos de paz, este argumento deixou de ser válido. Com o calar das armas, urge a promoção de um processo de reconciliação real e o cumprimento de uma paz social que confira dignidade às condições de vida dos cidadãos de um país tão rico em petróleo, diamantes e terra fértil. Contudo, as dimensões da corrupção a todos os níveis do aparelho estatal, a opacidade das políticas públicas e o desvio das receitas do petróleo para benefício pessoal continuam a traduzir-se na ausência de investimento num desenvolvimento humano e social da população.

Angola está, de facto, em paz, mas vive uma paz instável, cuja consolidação exigirá uma melhoria real das condições de vida dos angolanos. Existem alguns avanços no processo de democratização, sendo esperadas eleições para o ano de 2006, e a economia parece começar lentamente a reactivar-se, mas as elites governantes recusam-se a perder o controlo absoluto que têm mantido sobre a economia e as receitas do petróleo. Por outro lado, à complexidade da situação política e económica nacional, junta-se a influência que os actores externos têm na perpetuação desta realidade.

É importante ter presente que a guerra terminou há pouco mais de três anos e que muitos processos estão ainda a decorrer. A transição da guerra para a paz e de um regime autoritário para um sistema aberto é um processo complexo, multidimensional e de longo prazo, que coloca grandes desafios e em que a participação da sociedade civil tem uma importância decisiva. A celebração de eleições justas e livres em 2006 é um objectivo evidente, mas existem muitas outras tarefas que podem moldar, e que são condicionadas por este processo.

É, então, relevante mencionar algumas das principais ameaças à reconstrução nacional e consequentemente ao processo eleitoral no país. No final dos 27 anos de confronto armado entre o MPLA e a UNITA, que produziram cerca de 1 milhão de mortos e 500.000 refugiados, existiam em Angola 4,3 milhões de deslocados internos. Num país que tem cerca de 13 milhões de habitantes,[4] estas cifras, aliadas a uma destruição quase total das infra-estruturas físicas do país e do sistema económico e a uma herança de milhões de minas anti-pessoais enterradas em solo angolano, traduzem uma ruptura violenta dos equilíbrios sociais e económicos e requerem um esforço colossal, concertado e de longo prazo para lidar com a reconstrução e a reconciliação nacionais. A situação de crise e emergência humanitária melhorou consideravelmente desde o fim da guerra, apesar de em graus distintos consoante as zonas geográficas, devido ao acesso gradual que as agências humanitárias foram tendo às populações afectadas e ao aumento da produção alimentar. Contudo, e como é comum na maioria das situações de reconstrução pós-bélica, esta melhoria traduziu-se num progressivo abandono, por parte das agências humanitárias e do Governo angolano, das acções de emergência para se começarem a centrar em iniciativas de reabilitação, desenvolvimento e fornecimento de serviços básicos. Cabe, no entanto, recordar que os indicadores sociais continuam a classificar Angola como um dos países em pior situação do mundo em termos de desenvolvimento.[5] Apesar de a produção alimentar ter aumentado de forma considerável e de ter havido uma redução no número de pessoas dependentes da ajuda internacional, ainda existem cerca de 2 milhões de angolanos em situação de insegurança alimentar e de dependência da ajuda internacional, uma ajuda cada vez menor devido às

[4] Estimativas do governo, agências internacionais e sociedade civil, sendo de referir que o último censo nacional foi realizado em 1970.

[5] De facto, no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2004, Angola aparece classificada em 166º, no Índice de Desenvolvimento Humano.

novas prioridades dos doadores. Para além disso, o país enfrenta uma crise sanitária grave e carece ainda de um investimento sério nas áreas da saúde e educação.

Por outro lado, e apesar de as agências das Nações Unidas no terreno calcularem que desde a assinatura dos acordos de paz já regressaram aos seus locais de origem mais de três milhões de deslocados internos e cerca de 320.000 refugiados, o processo de regresso não está ainda completo e os obstáculos que se colocam à sua reintegração são imensos, nomeadamente a ausência de infra-estruturas e serviços básicos e a abundância de minas, que limita extraordinariamente a reactivação da agricultura. O mesmo se passa com a desmobilização e reintegração de antigos combatentes, na medida em que, apesar de desde o final da guerra se terem produzido alguns avanços no processo de desmobilização, o seu alcance real em termos de reintegração continua a ser muito limitado. De facto, os programas de formação existentes para os desmobilizados são insuficientes e são os antigos soldados da UNITA os que enfrentam os maiores problemas, na medida em que na sua maioria são originários de áreas rurais e não tiveram acesso a educação no passado.[6]

A questão do desarmamento da sociedade é outro elemento fundamental desta análise. De facto, a proliferação de armas ligeiras entre a população pode vir a representar uma séria ameaça para a segurança, a estabilidade política e a manutenção da paz. Apesar de o Governo ter dado alguns passos neste âmbito, como a aprovação de uma lei sobre o desarmamento de civis ou a implementação de um programa de recolha de armas, apenas conseguiu recolher cerca de 10% das armas em circulação. Este resultado prende-se sobretudo com a ausência de uma política nacional de desarmamento real, que tome em consideração vários factores complexos. De facto, persiste no país uma enorme desconfiança face às instituições estatais e policiais, o que se transforma num importante entrave à entrega voluntária de armas pela população. Existe no país uma cultura de medo enraizada, principalmente nas províncias mais afastadas da capital e onde existe pouco acesso à informação, e até a população sentir confiança nas instituições responsáveis pela sua protecção e a garantia de que não haverá um retorno à violência, será muito difícil conseguir avanços neste processo. Convém alertar que o medo que a população sente e a sua recusa em entregar as armas estão também relacionados com o facto de grupos de 'Defesa Civil'[7] armados se terem começado a reorganizar, como tem sido denunciado por várias ONG angolanas, que exigem saber de quem dependem estes grupos e quem os arma. Por outro lado, o legado de uma militarização de mentalidades, que tem as suas origens já na década de 60, pode facilmente traduzir-se numa cultura de violência latente que exige um compromisso e políticas sérias para ultrapassar este risco ao processo de reconciliação nacional. Com o aumento da criminalidade e da violência urbana, é ainda mais improvável esperar que os cidadãos, que não confiam nas forças policiais para a sua protecção, desistam de ter armas em sua posse, na medida em que as encaram como o meio mais seguro para a sua protecção pessoal e das suas famílias. Este tema voltou a ganhar um destaque central com as crescentes discussões em redor da realização das próximas eleições, já que o desar-

---

[6] De referir uma situação preocupante que afecta alguns dos ex-combatentes da UNITA, que entregaram as suas armas, mas que esperam ainda pelo processo de reinserção e têm sido sujeitos a incidentes de intolerância e humilhação, como é exemplo a situação vivida em Março de 2005 na província do Cuando Cubango.

[7] Durante a guerra formaram-se milícias armadas conhecidas como 'Defesa Civil' em quase todas as áreas controladas pelo governo, que eram armadas pelas FAA. A participação era virtualmente obrigatória para os jovens e adultos de meia idade do sexo masculino e a recusa em participar era encarada (e castigada) como falta de apoio ao governo (Parsons, 2004: 43).

mamento é encarado pelos partidos da oposição e pelas ONG angolanas como uma pré-condição eleitoral e de sustentabilidade da paz no país.

Adicionalmente, e apesar de avanços recentes em algumas reformas, a falta de independência e imparcialidade, bem como a quase total ausência de confiança por parte da população no sistema judicial, continuam a ser as notas dominantes. Por um lado, o poder judicial está ainda profundamente influenciado pelo (e, em alguns casos, até mesmo refém do) poder político. Por outro lado, as leis e o sistema judicial alcançam apenas uma pequena percentagem de cidadãos: por exemplo, nos 163 municípios do país, apenas existem 13 tribunais municipais. A realidade do acesso à justiça está intimamente relacionada com a situação de direitos humanos do país. Nas províncias, continuam a ocorrer casos bizarros de violação da lei, como são exemplo a realização de julgamentos e veredictos sem a presença dos advogados ou, até mesmo, sem a presença dos próprios arguidos, frequentemente na prisão sem transporte para os levar até ao julgamento. Por outro lado, continuam a existir casos de violação do direito dos cidadãos a manifestarem-se por parte das autoridades, nomeadamente em relação a partidos políticos, sindicatos e movimentos estudantis. O relatório sobre violações de direitos humanos nas Lundas, apresentado em Março de 2005 por Rafael Marques e Rui Falcão de Campos, intitulado "Lundas, as pedras da morte", é um exemplo chocante dos abusos atrozes que se verificam em algumas províncias do país.

Angola continua, além disso, a ser um país com fortes desigualdades e fracturas. O Estado não cobre todo o território: em muitos municípios, comunas e aldeias, este é virtualmente ausente, e as instituições carecem da vontade política ou dos meios para fornecer serviços básicos às populações. Esta realidade justifica, em parte, o enorme fosso que existe entre a população e o Estado e a classe política, agravado pela falta de apropriação dos processos políticos pelos cidadãos. A ausência de uma verdadeira cultura democrática no país é também produto da própria lógica do poder em Angola: o controlo do aparato estatal traduz a apropriação de recursos e o controlo da riqueza, bem como a criação de autocracias predatórias (Roemersma, 2004: 8).

A sociedade civil de Angola é um reflexo de grande parte destes problemas e costuma ser caracterizada como incipiente e relativamente fraca. À semelhança do que acontece em outros processos de pós-conflito, as ONGs angolanas sofrem várias limitações e fragilidades, que resultam de um conjunto de factores[8] As décadas de conflito armado no país justificam o facto de a grande maioria das ONGs nacionais ter nascido num contexto de emergência, o que conduz a que uma parte considerável delas se entenda a si mesma como fornecedoras de serviços e tenha uma visão limitada à implementação de projectos. Entre os principais problemas que condicionam a actuação das ONGs angolanas podemos destacar a falta de meios para actuar e uma quase absoluta dependência de recursos financeiros externos, o que invariavelmente deixa estas organizações totalmente condicionadas às agendas, prioridades e ritmos dos doadores e organizações internacionais, que frequentemente desconhecem ou decidem ignorar as realidades e necessidades dos actores angolanos. A falta de recursos humanos qualificados, uma grande vulnerabilidade a pressões governamentais e um reduzido nível de coordenação entre si e com redes internacionais são dimensões que se somam às dificuldades apresentadas.[9] É, no entanto, necessário destacar que as ONG angolanas têm,

[8] Para uma análise histórica do percurso legal e conceptual das ONG nacionais e internacionais na cena angolana, ver Inge Tvedten (Coord.) (2001), *Angola 2000/2001 - Key Development Issues and the Role of NGOs*, Report 2001: 1, Chr. Michelsen Institute, Norway, 26-47.

[9] Para mais informação ver: Fernando Pacheco, "The Role of Civil Society in the Social Reconstruction of Angola", *in* Inge Tvedten (Org.), *Key Development Issues and Aid in a Context of Peace*, Report R 2002: 8, Chr. Michelsen Institute, Bergen, Norway.

de facto, uma capacidade de coordenação bastante limitada e que algumas delas tendem a confundir o problema sobre o qual se ocupam com as tarefas que desempenham (ou seja, tendem mais facilmente a fazer propaganda das suas acções do que de facto a fornecer testemunho sobre a realidade em que trabalham). Aponta-se além disso a ausência de um real entendimento sobre o seu papel político e responsabilidade na articulação de um discurso crítico destinado a criar correntes de opinião e a gerar mudanças na percepção da realidade.

Mas não só de limitações e obstáculos vivem as organizações da sociedade civil em Angola. Há também que destacar um nível importante e crescente de consciência de cidadania entre as ONG e o facto de algumas se destacarem pela denúncia da corrupção e de abusos de direitos humanos, pela exigência de processos de transparência e de participação pública e pela reclamação ao governo que este assuma o seu papel como garante dos direitos dos cidadãos. Há claramente uma dinâmica vibrante neste meio e várias ONG possuem uma forte credibilidade e potencial para mudança devido ao trabalho que desenvolvem com as comunidades.[10]

Em boa verdade, mais que enunciar as fragilidades e limitações da sociedade civil angolana, interessa-me pôr em relevo a sua capacidade de contribuir para a mudança e de ampliar a arena de participação pública. Para além do importante papel de mobilização que os movimentos cívicos pela paz assumiram durante o conflito,[11] as ONG angolanas têm tido um papel determinante na promoção e defesa dos direitos humanos e na promoção do papel da mulher na sociedade angolana. Por outro lado, o seu envolvimento na construção de capital social ao nível das comunidades do interior do país, nomeadamente através da construção de pontes de comunicação entre as Administrações Municipais do Estado e os cidadãos, bem como na inclusão de espaços de participação e debate tradicionais nos seus projectos de educação cívica, apesar de quase sempre invisível, traduz um contributo extraordinariamente importante para a construção da cidadania nas várias províncias de Angola (Pacheco, 2004).

Um dos elementos mais recentes e positivos a destacar foi o envolvimento da sociedade civil nos debates sobre o projecto de Lei de Terras como um ponto de partida para o acesso ao debate político e possibilidade de influenciar políticas públicas. O debate que se produziu dentro de diversos grupos da sociedade civil e entre estes e os sectores políticos foi real e profundo, para além de ter sido a primeira campanha a alcançar o nível do Parlamento e a permitir contactos directos com estes sectores. Em termos de aprendizagem e de experiência, esta é avaliada como uma iniciativa valiosa em si mesma, o primeiro teste ao poder, influência e capacidade de sensibilização da sociedade civil no pós-guerra, para além de elemento de análise dos instrumentos e mecanismos que esta tem ao seu dispor. Ainda assim, esta abertura no contacto entre o Estado e a sociedade civil tem que ser mais efectiva e institucionalizada e ainda não se traduz em resultados reais, o que coloca o risco da aceitação de processos aparentemente participativos, tais como as discussões que se produziram em torno da estratégia nacional contra a pobreza, não ser mais que um véu democrático do governo, sem um impacto real nos processos de decisão.

Finalmente, cabe sublinhar o papel fundamental que a sociedade civil pode desempenhar

[10] Um dos principais exemplos a que se recorre para demonstrar esta credibilidade e confiança por parte das comunidades é a ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, mas existem várias outras organizações nacionais e locais com um forte trabalho junto das comunidades, nomeadamente nas províncias do Huambo, Bié, Benguela e Lubango.

[11] Como afirma Armindo Miranda (2004: 32), *nos anos finais do conflito, (...) emergiu um movimento cívico crescente, apoiado pelas igrejas e movimentos de inspiração religiosa, a defender que não haveria uma solução militar para o conflito, e que a paz e a reconciliação teriam de ser alcançadas através do diálogo, da identificação das causas do conflito e da identificação de formas viáveis de acomodação.* Nota: tradução da autora.

na promoção da reconciliação nacional e para a qual necessita de um apoio internacional real. Este não é um tema da agenda política e não existe um debate sério a nível do país sobre esta questão. De algum modo, os líderes nacionais parecem não se dar ao trabalho de encarar a realidade de que a paz política entre os antigos dois combatentes não traduz a paz social e a reconciliação da população angolana, que foi sujeita a, e que cometeu, atrocidades inomináveis durante os anos de conflito. O retorno e reintegração de refugiados e deslocados e a desmobilização e reintegração dos antigos soldados nas mesmas comunidades exigem uma atenção e actuação séria, que apenas tem sido visível nas iniciativas de algumas organizações de base religiosa e ONG. É ainda mais preocupante recordar que a maior parte das comunidades de retorno se concentram nas partes leste do interior do país, onde a presença de organizações da sociedade civil e de meios de comunicação social é, na melhor das hipóteses, quase inexistente.

No que diz respeito à realidade dos meios de comunicação social angolanos, os principais órgãos (e os únicos com alcance nacional) são propriedade estatal e monopolizaram até há pouco tempo o mercado informativo, com uma clara tendência para o jornalismo "governamental". No entanto, também já existem órgãos privados e independentes que, apesar da precariedade de recursos humanos e financeiros e das pressões que sofrem por parte do governo, têm dado passos rumo ao pluralismo informativo, permitindo que propostas alternativas e debates a partir da sociedade civil possam ser expressas e ouvidas.[12] As principais deficiências do sector mediático privado em Angola radicam na deficiente formação de muitos jornalistas, no recurso regular ao sensacionalismo e no facto de estes terem uma distribuição centrada basicamente em Luanda, o que traduz uma cobertura prioritária dos assuntos da capital e pouca atenção dedicada às restantes províncias. Há uma necessidade expressa de informação sobre a realidade das outras regiões do país e de que haja um fluxo de informação entre elas: a informação existente é fragmentada e incompleta, o que se traduz numa menor capacidade de pressão e de articulação de exigências conjuntas.

Junto dos meios de comunicação social, falta ainda desenvolver uma consciência colectiva de pertença à sociedade civil e a noção de responsabilidade na educação da população, na disseminação dos seus direitos ou na promoção de reconciliação nacional. Há pouco trabalho de investigação e de análise das causas e consequências dos temas, bem como das grandes questões a nível nacional e das que no plano internacional afectam Angola. Esta realidade é, em grande medida, consequência da falta de recursos económicos e da escassa formação dos profissionais. A falta de acesso a fontes oficiais, a pressão por parte das autoridades e a precariedade do trabalho são elementos adicionais a impedir que o jornalismo angolano alcance o nível de qualidade e exigência necessário. Cabe, no entanto, referir também avanços qualitativos recentes e o trabalho importante que tem sido desenvolvido pelo Sindicato de Jornalistas Angolanos (SJA) na promoção da formação de jornalistas e de melhorias das suas condições profissionais.

3. A dialéctica das eleições em Angola: papel da sociedade civil no processo de mudança de mentalidades

Como defende René Roemersma (2004: 6), a adopção de um sistema formalmente de-

[12] A expansão de meios de comunicação social privados tem promovido um certo grau de abertura junto dos órgãos estatais. De facto, é frequentemente mencionado que foi a iniciativa da Rádio Ecclésia de organizar debates em directo, com grandes índices de audiência, que motivou a decisão da Rádio Nacional (estatal) de começar a organizar debates, com a possibilidade de participação cidadã.

mocrático e a realização de eleições não significam necessariamente estabilidade política e liberdade de expressão nem uma maior participação dos cidadãos ou de todos os grupos sociais ao mesmo nível. Estes factores significam que a celebração de eleições não é em si mesmo uma garantia de estabilidade e de democracia e pode mesmo ser um instrumento para consolidar a exclusão da maioria da população e conferir uma cobertura democrática a determinados grupos que tornará ainda mais difícil futuras mudanças e reformas. Por outro lado, lições internacionais retiradas de eleições em situações de pós-conflito demonstram que a qualidade da democracia melhora quando existe competição e pluralismo na esfera política.

A data prevista para a celebração das próximas eleições gerais em Angola é o próximo ano de 2006, e estas serão as segundas eleições no país desde que este iniciou o caminho para o multipartidarismo e as primeiras desde que a paz foi alcançada.

No entanto, como sublinha Fernando Pacheco (2004: 1), o conceito de democracia em Angola é acima de tudo um conceito novo, devido a razões culturais e históricas, que não permitiram a construção de uma cultura democrática. Nos inícios da década de 90, a democracia foi oferecida aos angolanos como a solução para os problemas do país, o que conduziu simultaneamente à imposição de um certo modelo democrático, o já então hegemónico modelo neoliberal. Nas palavras do mesmo autor:

> *... nós, angolanos, não fomos capazes de contrariar isso e tentar construir um modelo de desenvolvimento mais justo e um modelo de democracia que estivesse mais de acordo com uma sociedade diversificada como a nossa, do ponto de vista étnico-cultural e religioso, onde o processo de construção da Nação não está consolidado.*

Ainda assim, e apesar de parecer claro que estas eleições não conduzirão nem a uma mudança política nem económica do regime angolano, por outro lado, a sua realização é encarada como necessária por uma sociedade desesperada por mudança e pela procura da sua conquista de cidadania e dignidade, que lhes atribui um importante valor simbólico como um marco definitivo da consolidação da paz no país.

Campanhas de educação cívica, com o objectivo de apoiar a participação dos cidadãos na vida das suas comunidades e país, desenvolvendo o seu conhecimento sobre princípios e valores democráticos e o exercício da cidadania, são uma das actividades das principais organizações da sociedade civil angolana. Por outro lado, a educação eleitoral que muitas das ONG angolanas tentam colocar em marcha centra-se sobre a informação que todos os eleitores devem possuir para estarem preparados para as eleições. Visa melhorar a organização de eleições livres, justas e válidas através da expansão de atitudes, comportamentos e conhecimento que podem ajudar a consolidar a democracia, através de informação sobre o papel das instituições envolvidas na organização de eleições, sobre o modo como ter acesso a estas instituições ou a necessidade de aceitar os resultados das eleições.

Neste contexto, várias organizações da sociedade civil acreditam que o processo que conduzirá às eleições pode ser um teste à vontade do governo e da classe política de embarcar num sistema político mais aberto e também uma oportunidade para a própria sociedade civil se identificar como um agente de mudança e para definir o papel que pode jogar no futuro do país.

No entanto, estas organizações têm uma noção clara dos obstáculos e limitações a esta sua visão, nomeadamente no que diz respeito à especificidade do sistema político angolano e à enorme

discrepância que se vive entre as várias províncias do país. Uma dimensão fundamental que tem merecido uma atenção séria no trabalho que as ONG angolanas têm estado a desenvolver é a cultura de medo que se vive no país relativamente à liberdade de expressão e à participação na vida democrática. Uma cultura de medo que não está apenas relacionada com questões de integridade física, mas também, ou principalmente, com o medo de perder privilégios, empregos ou acesso a bens, o que se traduz na ausência de iniciativas e exigências por parte dos cidadãos. Um conceito de medo amplo, equivalente a dependência e que mais que um problema político, traduz uma realidade cultural. Neste sentido, a necessidade de 'despartidarizar' a vida diária e de ultrapassar o enorme abismo de comunicação entre aqueles que detêm o poder e os que a ele estão submetidos é um dos elementos fundamentais para uma mudança real (Roemersma, 2004).

De facto, o tipo de iniciativas e actividades que têm vindo a ser desenvolvidas por vários grupos da sociedade civil angolana relativamente ao processo eleitoral, nomeadamente no que diz respeito a campanhas de educação cívica, mas também de estratégias de partilha de informação e de combate à intolerância política, indica o potencial de mudança e o dinamismo de um actor que tem um papel fundamental a desempenhar na democratização de Angola. Para além do trabalho directo com a população e as comunidades, há uma forte convicção da necessidade de desenvolver estratégias de pressão e de lobby junto de alas menos conservadoras do governo e dos partidos políticos pela tolerância política, pela garantia da liberdade de expressão, de um acesso livre de todos os actores aos meios de comunicação social, para que se realize uma mudança gradual na sociedade angolana. A constituição recente de várias redes compostas por ONG, grupos de base religiosa, autoridades tradicionais e diversos tipos de movimentos sociais com estes objectivos, a promoção da sua coordenação com vista à maximização de resultados, a planificação do alcance das suas actividades a todas as províncias do país e a criação de instrumentos de monitorização das várias etapas do processo eleitoral, são apenas alguns exemplos que traduzem o dinamismo da sociedade civil angolana face ao processo eleitoral.

Ao mesmo tempo, há uma ideia clara sobre quais são as suas principais limitações e dificuldades, nomeadamente em termos de coordenação interna e de alcance nacional efectivo, bem como da capacidade real de participação e influência que poderão ter nas políticas públicas, algo que é encarado como um caminho longo, em que se estão a dar apenas os primeiros passos, um processo no qual se podem desenvolver, reforçar e melhorar políticas e estratégias, mas que dificilmente irá produzir resultados imediatos.

Vários artigos neste volume deixam pouca margem para dúvidas relativamente à possibilidade de as próximas eleições serem um momento de mudança política ou de uma real alternância de poder no país. Deste modo, mais do que um fim em si mesmo, as próximas eleições em Angola são encaradas como um passo no processo de democratização política e no progressivo desenvolvimento do exercício de cidadania, em que os actores da sociedade civil têm a oportunidade de participar na definição de prioridades e na exigência de um conjunto de condições prévias para a democratização nacional.

A reflexão aqui apresentada procurou centrar-se sobre as análises e expectativas de um conjunto de actores nacionais, que tem vindo a procurar desenvolver actividades de sensibilização, mobilização e coordenação com o objectivo último de alargar o espaço de participação pública dos cidadãos angolanos, para que estes possam exercer o seu direito de cidadania sem restrições e para que a sua voz comece a ter eco nas políticas nacionais que influenciam a sua vivência diária.

Bibliografia

ANDERSON, Mary B. (1999), *Do no Harm. How aid can support peace or war*. Boulder: Lynne Rienner Publisher.

CHABAL, Patrick & Jean-Pascal Daloz (1999), "The illusions of civil society" *in Africa works. Disorder as political instrument*. Oxford: Currey, pp. 17-30.

KALDOR, Mary (2003), *Global Civil Society. An Answer to War*. Cambridge: Polity Press, pp. 3-14.

MIRANDA, Armindo (Coord.) (2004), Angola 2003/2004 – *Waiting for Elections*, Report 2004: 11, Chr. Michelsen Institute, Norway.

PACHECO, Fernando, "Cidadania e Reconstrução Pós-Conflito: Caminhos para uma Angola nova", Comunicação apresentada no Seminário '*Peace and Development in Fragile States: new challenges, new answers*', Fundação "La Caixa" e Fundação Ford, Madrid, 21 Outubro 2004.

PACHECO, Fernando, "The Role of Civil Society in the Social Reconstruction of Angola", in Inge Tvedten (Coord.) (2002), *Key Development Issues and Aid in a Context of Peace*, Report 2002: 8, Chr. Michelsen Institute, Norway.

PARSONS, Imogen, "Para além do calar das armas: desmobilização, desarmamento e reintegração em Angola" in Meijer, Guus (ed.) (2004), *Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano*. Londres: Conciliation Resources, Número 15, 40-43.

ROEMERSMA, René, Blanca Diego, Mabel González and Mónica Rafael Simões, "*From Bullets to Ballots: A Country to be Built*", Report prepared for NIZA's Workshop, Luanda, 21 August 2004.

SIMÕES, Mónica Rafael (2002), *A Agenda Perdida da Reconstrução Pós-bélica: O Caso de Timor Leste*. Coimbra: Quarteto Editora, pp. 23-50.

TVEDTEN, Inge (Coord.) (2001), *Angola 2000/2001 - Key Development Issues and the Role of NGOs*, Report 2001: 1, Chr. Michelsen Institute, Norway.

GÉNERO E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA[1]

Aline Afonso Pereira
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE -Lisboa.

Introdução[2]

O processo de integração da economia angolana no mercado global (inicio da transição para o multipartidarismo em Angola, nos anos 90) reforçou a desigualdade de género no mercado de trabalho. A mulher angolana encontra barreiras para se integrar no mercado formal de trabalho, para ascender na carreira, para receber melhores salários, para se qualificar. Apesar das mulheres representarem uma das principais fontes de rendimento dos agregados familiares angolanos, continuam relegadas para posições secundárias no mercado de trabalho, muitas das vezes empurradas para os mercados informais, caracterizados pela extrema insegurança e incerteza e onde lhes esperam condições de vida miseráveis, de luta feroz diária pela subsistência.

A discriminação e a desigualdade de oportunidades além de obstarem ao desenvolvimento da angolana comprometem o desenvolvimento da sociedade como um todo, a nível económico, social e humano, dado o peso da mulher a todos estes níveis. Tal problema tem sido reconhecido por organizações internacionais e doadores, a par das ONG nacionais, que apesar dos esforços e projectos desenvolvidos nesta área não se podem obviamente substituir ao Estado enquanto actor central capaz de delinear uma estratégia nacional de combate ao problema.

Para além dos condicionalismos histórico-culturais normalmente apontados, o presente trabalho centra-se basicamente no argumento de que a actual desigualdade de género no mercado de trabalho em Angola se deve essencialmente a três factores centrais[3]:

1) a migração de grande parte das famílias da área rural

[1] Comunicação inscrita nos paineís 'The Complexities of Power and Identity in Contemporary Angola' e 'Multiple Expressions of Power and Identity in Angola' organizados por Nuno Vidal no encontro anual da African Studies Association – *The Power of Expression: language, memory and identity in Africa and the diaspora*, New Orleans, November 11-14, 2004.

[2] Para a elaboração deste trabalho, além da recolha documental, foram consideradas entrevistas realizadas nos meses de Agosto e Setembro de 2004 em Luanda em estruturas governamentais (nomeadamente o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social - MAPESS, o Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional - INEFOP e o Ministério da Família e Promoção da Mulher - MIINFAMU), em ONGs, fundações e outras organizações da sociedade civil, mediante o seu grau de envolvimento (directo ou indirecto) nas questões de género e mercado de trabalho.

[3] Não cabe no âmbito deste texto a abordagem desenvolvida dos condicionalismos de carácter histórico-cultural, focando-se antes em factores sócio-político-económicos contemporâneos.

para a capital do país devido à guerra civil que, com algumas interrupções, se estendeu desde a independência em 1975 até 2002 (assinatura do memorando de paz do Luena) - a súbita concentração de pessoas nas áreas urbanas gerou uma procura acentuada por trabalho e as mulheres, com fracas qualificações, foram especialmente afectadas;

2) a instabilidade do quadro económico na passagem da Primeira República para a Segunda República, caracterizada pelo processo de transição para o multipartidarismo e economia de mercado - o processo de liberalização económica em Angola (com a passagem de uma economia planificada de tipo Socialista para uma economia de mercado a partir de 1992), implicou transformações que não ficaram restritas à esfera produtiva, influenciando consequentemente a questão de género e mercado de trabalho urbano, tanto na sua dimensão formal como informal;

3) a negligência do governo em relação a políticas públicas que de alguma forma protegessem as mulheres dos efeitos da transição económica e das transformações daí decorrentes para o mercado de trabalho.

Este texto sustenta que as intensas políticas de privatização e de liberalização económica não acautelaram a situação das camadas trabalhadoras em geral e da mulher em particular. Até ao presente momento, as políticas relacionadas com a questão do género têm sido negligenciadas pelo governo angolano, ainda que as mulheres sejam uma das camadas sociais mais afectadas pelo processo de transição para a economia de mercado. Independentemente do quadro de economia liberal que vigora em Angola, e dos esforços desenvolvidos pelas organizações da sociedade civil, o Estado deve desempenhar um papel central, elaborando políticas públicas que favoreçam a inclusão da mulher no mercado de trabalho em condições de justiça e igualdade, sendo que o desenvolvimento económico, social e humano do país como um todo também passa necessariamente pela solução deste problema.

Tendo em conta a argumentação que se irá desenvolver, este texto encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo pretende evidenciar o impacto da guerra civil angolana no mercado de trabalho urbano feminino (principalmente no que se refere à migração da população camponesa para os grandes centros urbanos). O capítulo segundo analisa o impacto do processo de liberalização económica no mercado de trabalho urbano feminino. O terceiro e último capítulo aborda o problema da falta de acções desenvolvidas pelo governo angolano no período de liberalização relacionadas com a inclusão da mulher no mercado de trabalho urbano, tendo quatro eixos preferenciais de análise: 3.1) estruturas institucionais de apoio à mulher; 3.2) participação da mulher angolana nas estruturas centrais e locais do Estado; 3.3) sistema educacional e inserção da mulher no mercado de trabalho; 3.4) o papel exercido pela Sociedade Civil na inclusão da mulher no mercado de trabalho.

I
O impacto da guerra civil no mercado de trabalho urbano

A dinâmica do mercado de trabalho em Angola foi gravemente afectada pela guerra civil que se iniciou meses antes da independência. A guerra trouxe a desestruturação económica e social do país, afectando primeiramente e de sobremaneira as zonas rurais onde até então vivia cerca de 74% da população angolana, sendo que por altura da independência estimava-se que 60% de toda a força de trabalho angolana trabalhava na agricultura[4]. O conflito armado interrompeu as actividades

[4] Ver SOMERVILLE, Keith, *Angola: Politics, Economics and Society*, (London: Frances Pinter, 1986) pp.96-97.

agrícolas[5], levou ao encerramento da maioria do parque industrial[6], à destruição de pontes, estradas, barragens e caminhos-de-ferro[7] e à ruptura progressiva do sistema de saúde e de educação.

De forma progressiva, essencialmente no final dos anos 70 e sobretudo ao longo dos anos 80 (quando os confrontos subiram de intensidade em virtude do maior apoio externo concedido à UNITA pela administração norte americana de Ronald Reagan[8]), as populações rurais foram-se sentido crescentemente atraídas pelas cidades. O cenário de violência - o medo dos massacres, da queima das habitações, das pilhagens, dos raptos e das violações -, fez com que parte significativa desta população abandonasse o interior do país e migrasse para os centros urbanos mais próximos em busca de segurança física e económica.

Este movimento migratório aumentou a procura de emprego nas áreas urbanas. Contudo, apesar de mais seguras as cidades não abundavam em empregos disponíveis, abrindo-se deste modo o caminho ao enorme desenvolvimento do mercado informal, desde o início ocupado essencialmente pelas mulheres[9]. De acordo com a tradição angolana, no campo a responsabilidade de cuidar dos filhos e ajudar no sustento da família é da mulher por meio do cultivo da terra, da busca por água e por lenha. Na cidade a mulher continuou com estas responsabilidades, sendo que uma significativa parte dos homens economicamente activos era absorvida pelas forças armadas[10]. Com níveis muito baixos de escolaridade ou analfabetas, sem disporem de um capital para iniciarem um negócio legal e, por vezes, utilizando-se da experiência adquirida no pequeno comércio agrícola, o mercado informal foi o caminho encontrado pela angolana para sobreviver na cidade e contribuir para o sustento da família.

Chegado o fim do conflito com os acordos de paz de Bicesse (1991) e as primeiras eleições multipartidárias em 1992, existia a enorme esperança dentro e fora do país de que a situação pudesse ser revertida, a produção retomada e a reconstrução iniciada. As expectativas saíram goradas e a guerra civil retomada ainda antes da divulgação oficial dos resultados eleitorais que a UNITA contestou, optando uma vez mais pelo recurso às armas. O renovado conflito atingiu então proporções muito superiores em relação aos 16 anteriores anos de guerra, afectando pela primeira vez de forma directa o centro das cidades e estendendo-se à quase totalidade do território. As zonas rurais foram intensamente minadas, vitimando mulheres e crianças; as mulheres por terem que trabalhar nas lavras e as crianças por acompanharem as mães.[11] Em consequência do aumento da virulência e extensão territorial dos confrontos,

---

[5] Nomeadamente as culturas de sisal, algodão, açúcar, tabaco, frutas e principalmente a cafeicultura que até à independência era uma cultura de peso nas exportações (de 1946 a 1972, o café foi o principal produto de exportação de Angola;. o "ciclo do café" terminou em 1973 quando o petróleo se tornou o primeiro produto de exportação). Para mais informações ver ROQUE, Fátima Moura, *Construir o Futuro em Angola* (Oeiras: Celta, 1997).

[6] Angola tinha uma indústria têxtil e de vestuário bem desenvolvidas.

[7] As vias férreas foram construídas a partir de 1909, em decorrência das determinações da Conferência de Berlim – 1885, para facilitar a ocupação do território angolano, destacando-se o caminho-de-ferro de Luanda-Malange, o caminho-de-ferro de Benguela, o caminho-de-ferro do porto de Moçamedes ao Lubango.

[8] Ver WRIGHT, George, *The Destruction of a Nation, United States' policy toward Angola since 1945* (London: Pluto Press, 1997).

[9] Ver também neste sentido o trabalho de Wilson, J. Zoe, "State Makin, Peacemaking, and the Inscription of Gendered Politics into Peace: Lessons from Angola" in Dyan Mazurana, Angela Raven-Roberts & Jane Parpart, *Gender, Conflict and Peacekeeping* (Oxford: Rowman & Littlefield, 2005), pp. 248-249.

[10] Ver também neste sentido o texto de Jacobson, Ruth, "Gender, War and Peace in Mozambique and Angola", in Dyan Mazurana, Angela Raven-Roberts & Jane Parpart, *Gender, Conflict and Peacekeeping* (Oxford: Rowman & Littlefield, 2005), p. 144.

[11] Sobre o problema das minas em Angola ver entre outros, Relatório da Human Rights Watch, *Still Killing. Landmines in Southern Africa* (New York: Human Rights Watch, 1997).

da insegurança e da instabilidade, o fluxo migratório rumo às cidades aumentou, sendo que à medida que o controlo destas era retomado pelas forças governamentais, as populações encontravam aí não só a segurança física como também a ajuda humanitária fornecida pelas organizações internacionais e absolutamente crucial para a sobrevivência de um cada vez maior número de pessoas da população rural[12]. As cidades mais visadas pelas novas vagas migratórias foram as cidades litorais e em especial a cidade capital – Luanda.

Com o final do conflito militar em 2002 (morte do líder da UNITA e assinatura do memorando de paz), esperava-se que a situação da sobre-população das cidades melhorasse à medida que as populações regressassem às suas zonas de origem. Contudo, tal não aconteceu no imediato e o quadro sofreu inclusive um certo agravamento, porque para além da população camponesa, ainda se vieram juntar aos migrantes, os deslocados de guerra e os desmobilizados, sendo que em Maio de 2002 o número de deslocados ascendia a cerca de 4 milhões de pessoas ou aproximadamente um terço da população total (ainda que nem todos se tenham dirigido para as cidades)[13].

Dado que a infra-estrutura produtiva do país (agrícola e industrial) das zonas rurais permanecia (e permanece) por recuperar[14], a atracção das populações pelas cidades manteve-se, sobretudo porque muitos dos que ao longo dos 27 anos de guerra civil migraram para as cidades, nelas reconstruíram as suas vidas e não estão dispostos a retornar às suas zonas de origem. Actualmente estima-se que cerca de 66% da população angolana vive em áreas urbanas[15].

A limitação das oportunidades de emprego nas áreas urbanas e o aumento da procura de trabalho causado por todas as vagas de migração, continuou a afectar sobretudo e de sobremaneira a camada mais vulnerável no seio do mercado de trabalho – as mulheres[16], que constituem a maioria da população angolana[17] e exercem um importante papel na economia nacional, sendo que cerca de 27% dos agregados familiares angolanos são chefiados por mulheres[18] (na maioria dos casos viúvas da guerra civil e mulheres sem marido[19]), ainda que mais

---

[12] VIDAL, Nuno, *Estratégias de Desenvolvimento Participativo* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa -ISCTE, 1997), Dissertação de Mestrado.

[13] Mais de 1,4 milhões eram deslocados confirmados, registados como beneficiários de programas de ajuda humanitária, dos quais 200.000 eram civis nas áreas de aquartelamento da UNITA; In Relatório das Nações Unidas, *Angola. Os desafios do pós-guerra. Avaliação Conjunta do País* (Pretória: Sistema das Nações Unidas em Angola, 2002) p i.

[14] As minas não detonadas dificultam a recuperação das estradas e o reestabelecimento das actividades comerciais (em 35% do território angolano ainda existem suspeitas da presença de minas); In Relatório das Nações Unidas, *Angola. Os desafios do pós-guerra. Avaliação Conjunta do País*...op.cit. p. 17.

[15] In Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e do Instituto Nacional de Estatística – INE, *MICS Inquérito de indicadores Múltiplos. Avaliando a Situação das Crianças e das Mulheres Angolanas no Início do Milénio. Relatório Analítico.* (Luanda: UNICEF/INE, 2003) p.27

[16] Ver CHAGAS LOPES, Margarida, "A Igualdade de Oportunidades como Estratégia Empresarial" In *Sociedade e Trabalho*, 6 (Lisboa: Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento - DEPP, 1999)

[17] Relatório do UNICEF e do INE, *MICS Inquérito de indicadores Múltiplos*...op.cit. p. 27.

[18] Relatório das Nações Unidas, *Angola. Os desafios do pós-guerra. Avaliação Conjunta do País*...op.cit. p.31.

[19] A participação directa das mulheres angolanas no conflito armado foi extremamente limitada. Algumas mulheres chegaram a integrar as forças armadas, a maioria delas, no entanto, participou assumindo actividades como o cuidado dos feridos, dos deslocados e a produção de alimentos. Ver KEEGAN, John, *Uma história da guerra* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995). Muitas viviam com o exército como "esposas de soldados", voluntária ou forçadamente. As jovens e as mulheres por vezes eram usadas como carregadoras para o exército. Nas áreas de aquartelamento estabelecidas de acordo com o protocolo de Lusaka foram instaladas cerca de 40.000 mulheres e 85.000 crianças nos chamados acampamentos de família; In Relatório da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - *Para uma igualdade entre Homens e Mulheres em Angola. Um Perfil das Relações de Género* (Stockholm: Asdi, 2000).

da metade das mulheres chefes de agregados familiares angolanos sejam analfabetas.

Tal como anteriormente referido, o sector informal constituiu o mercado de eleição das mulheres e em 2002 as mulheres ocupavam já 63,5% deste sector contra apenas 33% no sector formal[20]. As barreiras comummente apontadas à inserção das mulheres no mercado de trabalho são barreiras formais de género (tal como na educação formal e no exército), barreiras combinadas formal/informal, (tais como regulamentações rígidas no que diz respeito à gravidez e acompanhamento da criança), para além de opiniões tendenciosas de género[21].

No sector informal as mulheres não têm nenhum tipo de direitos ou garantias, não contam com qualquer apoio do Estado. Na actividade de comercialização dos mais diversos tipos de produtos, com jornadas diárias de trabalho que chegam a 14 horas[22], tanto as mulheres que vendem a retalho, como as que vendem a grosso[23], estão sujeitas a todo tipo de violências – são perseguidas por ladrões e não raras vezes pela polícia, são discriminadas socialmente devido ao tipo de actividade que exercem, à baixa escolaridade que possuem e ao seu reduzido poder aquisitivo[24].

II
Transição económica e instabilidade acrescida no mercado de trabalho feminino

As eleições de 1992 marcam o início da Segunda República, caracterizada pelo processo de transição de um sistema de economia planificada para um sistema de economia de mercado e multipartidarismo. Contudo, tal como vimos, o processo começou desde logo num contexto adverso - de retorno à guerra civil. Para além da guerra, o processo de transição processou-se de forma pouco coerente, perdido entre resquícios de intervencionismo autoritário e administrativo do governo (ainda em moldes socialistas, mas para servir os interesses clientelistas de toda uma classe política que se manteve no poder com alguma co-optação de opositores) e uma desregulamentação descontrolada do mercado – em muitos aspectos a roçar um "capitalismo selvagem".[25]

Oficialmente, o processo de liberalização da economia angolana não fugiu muito do figurino dominante naquela altura para os países em desenvolvimento (recomendado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional), nomeadamente no que diz respeito à necessidade de diminuir a dimensão e a presença directa do Estado na economia (reduzindo a administração pública e privatizando o sector empresarial do Estado), equilibrar

---

[20] In Relatório da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - *Para uma igualdade entre Homens e Mulheres em Angola. Um Perfil das Relações de Género*...op. cit. p. 21.

[21] In *Relatório de Políticas de Redução da Pobreza, Procurando a Equidade e a Eficiência.* Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -PNUD. (Windhoek: Jonh Meinert, 2000) p. 27.

[22] Mesmo com longas jornadas de trabalho fora de casa, as mulheres continuavam com a responsabilidade pelos trabalhos de casa. Para mais informações ver WINDEN, Bob van der, *A family of the musseque. Survival and development in postwar Angola* (Oxford: WorldView, 1996).

[23] Estas já estabeleceram algumas bases de organização para a comercialização dos seus produtos, no entanto, não conseguem obter uma margem de lucro significativa.

[24] Para uma discussão alargada sobre esta matéria ver DUCADOS, Henda, "Género, Raça e Classe - A Feminização da Pobreza: A Estratificação do Sector Informal Urbano de Luanda" In *I Simpósio Internacional: O Desafio da Diferença. Articulando Género, Raça e Classe* (Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000); edição online no endereço: [www.desafio.ufba.br]

[25] Ver MESSIANT, Christine, 'À propos des "transitions démocratiques", notes comparatives et préables à l'analyse du cas angolais', In Revista *Africana Studia*, 2 (2001), pp.61–95; Ferreira, Manuel Ennes, 'La reconversion économique de la nomenklature pétrolière', in *Politique Africaine*, 57 (1995), pp.11–26.

a balança de pagamentos, controlar a inflação e desvalorizar a moeda. A exemplo de muitos outros países que adoptaram o mesmo figurino, todo o processo de transição foi conduzido sem que o Estado desenvolvesse políticas públicas capazes de proteger os recursos humanos envolvidos nesse processo. Tal facto resultou numa massa de pessoas desapoiadas levadas ao sub-emprego e ao desemprego, já que é no factor trabalho e no domínio do emprego que os reflexos das reestruturações produtivas se fazem sentir de forma mais acentuada[26]. Em 1993 a população desempregada na cidade de Luanda chegou a 24% da População Economicamente Activa - PEA. Desse total, 40,6% correspondia aqueles que "tinham trabalho antes mas ficaram desempregados". As mulheres foram duramente penalizadas neste processo, constituindo 67,6% da massa de desempregados contra 32,4% de homens[27].

No que toca ao objectivo de reequilibrar as contas públicas, os resultados não foram os esperados uma vez que o reinício da guerra (que atingiu proporções superiores às do período anterior) manteve os problemas conjunturais e estruturais do passado: a) continuaram as fortes pressões para a importação de armamento - ainda que as despesas exactas com armamento não sejam até hoje conhecidas, estima-se que ao longo da década de noventa o governo angolano tenha despendido uma média de 35% das receitas do Estado com o sector da defesa e da ordem pública[28]; b) manteve-se a tendência para a importação de mercadorias e serviços - durante a década de 90 representaram em média cerca de 81,2% do Produto Interno Bruto, cifra que expressa bem o processo de substituição da produção interna de bens e serviços ocorridos depois da independência, sendo que neste mesmo período as importações totais suplantaram as exportações totais em cerca de 19%[29]; c) as exportações permaneceram concentradas no sector do petróleo - entre 1995 e 1999, a exportação de petróleo correspondeu em média a cerca de 70% a 89% das receitas do Estado e a cerca de 85% a 92% do total das exportações[30], devendo aqui acrescentar-se que o número de empregos gerados pela actividade petrolífera é extremamente limitado, situando-se na ordem dos 10.000 Angolanos[31].

Num contexto de guerra e de liberalização económica desregrada, a economia entrou em profundo desequilíbrio e descontrolo, tendo-se entrado numa situação de hiper-inflação – 1.837,7% em 1993, 971,87% em 1994, 3.783,98% em 1995 e 1.651,31% em 1996[32] Por outro lado, agravou-se a situação de ruptura da produção agrícola e industrial nacional com índices muito altos de sub-utilização dos factores de produção. Na década de 90, o grau médio de ociosidade da estrutura produtiva che-

---

[26] CERDEIRA *et al* (Coord), "As Novas Modalidades de Emprego" In *Colecção Cadernos de Emprego*, 24 (Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000).

[27] *In Inquérito Sócio-Demográfico e Emprego na cidade de Luanda (Junho – Julho de 1993). Resultados Definitivos. População, Emprego e Desemprego.* INE. (Luanda: INE, 1993). pp. 29-31

[28] Ver *A Crude Awakening: the role of the oil and banking industries in Angola's civil war and the plunder of the state assets, a report by Global Witness* (London: Global Witness, 1999); edição online: [www.oneworld.org/globalwitness/]

[29] ALVES DA ROCHA, Manuel José, *Os Limites do Crescimento Económico em Angola. As Fronteiras entre o Possível e o Desejável.* (Luanda: LAC/Executive Center, 2001). pp. 110-111.

[30] In Relatório da Human Rights Watch, *The Oil Diagnostic in Angola: An Update a Backgrounder* (xxxx 2001). p.1; ver também International Monetary Fund - IMF, *Angola: Recent Economic Development*, IMF Staff Country Report Number 00/111, 2000 pp. 13, 41.

[31] In Relatório do Centro de Estudos e Investigação Científica –CEIC, *Relatório Económico de Angola 2002.* (Luanda: Universidade Católica de Angola, 2003). p. 4.

[32] In Relatório da Southern African Development Community –SADC, *Annual inflation rates fo the SADC member states 1990 – 2002 report* (2002-2003). Table 1; edição online:[www.sadc.int]

gou a cerca de 80% no sector industrial[33] e a cerca de 42% no sector agrícola[34].

Tal como habitual em situações de hiper-inflação num contexto de liberalização descontrolada da economia e paralisia produtiva (exceptuando-se o sector petrolífero), as camadas trabalhadoras assalariadas são as mais prejudicadas, uma vez que são as que menos capacidades detêm para fazer face ao aumento do custo de vida; os salários ajustam-se muito lentamente e os trabalhadores sofrem perdas substanciais de poder de compra[35]. Para além deste problema, surgiu um outro – o desemprego associado aos processos de redimensionamento do sector Estatal, ainda que este não se tenha traduzido por uma redução substancial de emprego.

Se a situação era complicada para os trabalhadores que estavam no mercado formal, era-o muito pior para os trabalhadores do mercado informal, claramente dominado por mulheres, crianças e adolescentes. Este mercado foi o que mais sofreu os efeitos da inflação continuada. O aumento diário dos preços dos produtos aliado às constantes desvalorizações da moeda nacional em relação ao Dólar, dificultava o desenvolvimento do pequeno comércio que as mulheres realizavam nos mercados informais. No período que mediava a compra e a venda dos seus produtos (quase todos provenientes de importação e com preços indexados ao Dólar), a inflação galopante e a desvalorização do Kwanza corroía as suas margens de lucro, a sua capacidade de poupança e reposição do stock de mercadorias a serem vendidas; em tais condições dificilmente se consegue estabelecer um plano de negócio.

Nos finais da década de 90, deu-se nova vaga de liberalização, desta vez ao nível da taxa de juros e da taxa de câmbio[36], tendo-se igualmente introduzido uma nova unidade monetária - o Kwanza -, com o corte de seis zeros na moeda anterior - o Kwanza Reajustado. Contudo, o mercado monetário e o mercado cambial não atingiram os níveis de estabilidade desejados: a dolarização da economia foi acelerada, as taxas de juros dos bancos não reflectiram o real preço do dinheiro, a moeda nacional continuou a depreciar-se, embora tenham ocorrido progressos no controlo da inflação (116,07% em 2001, 105,59% em 2002, 76,57% em 2003, 31,02% em 2004 e com uma estimativa de 15% para 2005), conforme pode ser observado no gráfico 1.

---

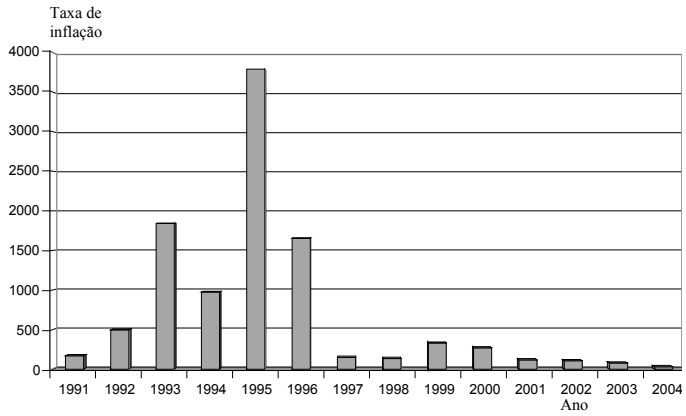
[33] Para um parque industrial com uma idade tecnológica média de 32.7 anos, onde apenas 32% do equipamento existente com esta idade era considerado como de manutenção aceitável. In ALVES DA ROCHA, Manuel José, *Economia e Sociedade em Angola* (Luanda: LAC, 1997). p. 27.

[34] Ibid

[35] LIPSEY, Richard G, *Introdução à Economia Positiva*. (São Paulo: Martins Fontes, 1986). pp. 615-619.

[36] No caso angolano, a política cambial tinha impacto directo na política salarial, com a existência de duas "classes" de trabalhadores, aqueles que recebiam em Kwanzas e os que recebiam em Dólares americanos.

Gráfico 1: Taxa anual de inflação de Angola de 1991 a 2004.



Fonte: criação da autora com base em dados da SADC[37] e do BNA[38].

O controlo da taxa de inflação trouxe um maior grau de previsibilidade e estabilidade negocial, mas beneficiou sobretudo o clima de negócios do grande empresariado oficial interno com os seus parceiros internacionais. Há que ter em atenção que este controlo da inflação se faz por via do controlo cambial, que por sua vez se processa com a injecção estatal massiva de dólares (provenientes das receitas petrolíferas em alta) disponibilizados pelo Estado ao sistema bancário comercial, que por seu turno os disponibiliza de forma selectiva a empresários de acordo com critérios essencialmente políticos, beneficiando os grandes importadores, que deste modo mantêm as suas alargadas margens de lucro. Sem políticas de incentivo e protecção à produção agrícola e industrial nacional o micro-comércio informal continua a sobreviver na dependência dos grandes importadores e na insegurança da ilegalidade, com margens de lucro extremamente reduzidas, sem qualquer capacidade de poupança ou investimento.

Em suma, as diversas vagas de liberalização ao longo da década de noventa acabaram por não resolver os problemas de fundo da economia Angolana[39] e, sobretudo, há que referir que a cada uma delas se seguiu o agravamento das condições do mercado de trabalho, especialmente o informal, aquele que mais afecta as mulheres. De acordo com dados de 2000, do total da população feminina, 27% eram estudantes/aprendizes ou elementos não activos, enquanto 65% delas ocupava o sector informal, significando isto que apenas cerca de 23% das mulheres Angolanas trabalhavam nos sectores formais. A questão da edu-

[37] SADC..*Annual inflation rates for the SADC member states 1990 – 2002*... op. cit. Table 1.

[38] Departamento de Estudos e Estatísticas do Banco Nacional de Angola – BNA. *Evolução Recente da Economia - Dezembro de 2004* (Luanda: BNA, 2005). edição online: [www.bna.ao].

[39] Ver por exemplo, McMILLAN, John, *The main institution in the country is corruption: creating transparency in Angola* (Stanford: Center on Democracy, Development and the Rule of Law, Stanford Institute of International Studies, 2005); ver também World Bank report nº 29036-AO, *Angola public expenditure, management and financial accountability*, 2005; igualmente Relatório do Michelsen Institute, MIRANDA, Arlindo, *Angola 2003/2004, Waiting for Elections* (2004), pp.3-5.

cação permanecia igualmente central ao problema, sendo que entre as mulheres Angolanas, a percentagem daquelas com qualificações educacionais era apenas de 14%, ao mesmo tempo que a percentagem de mulheres sem instrução formal ascendia a 85%[40].

Apesar deste claro efeito nocivo da liberalização ao nível do mercado de trabalho, o governo não desenvolveu políticas concretas que minorassem aquele efeito, tal como veremos no capítulo seguinte.

III
Análise das acções desenvolvidas pelo governo angolano no período de transição.

3.1. Estruturas institucionais de apoio à mulher:

Em Angola a existência de uma estrutura específica para tratar das questões relacionadas à mulher data de antes da independência. Durante a luta armada anti-colonial foi criada a Organização da Mulher Angolana – OMA (1962), com o objectivo de promover o papel das mulheres e dar suporte à campanha nacionalista. A OMA além de promover a angolana no seio do MPLA, promovia pequenas acções de formação, protegia-as nas questões familiares, de saúde e de justiça. Com o processo de transição para o multipartidarismo, a OMA deixou de estar relacionada directamente ao governo e assumiu unicamente o seu estatuto de organização político-partidária do MPLA. Para assumir as funções da OMA ao nível do governo angolano foi criada a Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher – SEPMD[41] (1991) que posteriormente foi transformada no Ministério da Família e Promoção da Mulher - MINFAMU (1997).

Contudo, a existência de uma estrutura governamental específica para tratar das questões relacionadas com a mulher em Angola não significou que o governo tivesse efectivamente priorizado as questões de género. Apesar do constante apoio da comunidade internacional às acções desenvolvidas primeiramente pelo SEPMD e posteriormente pelo MINFAMU, estas actividades têm tido até hoje um alcance bastante limitado no que concerne à alteração da realidade sócio-económico-profissional das mulheres angolanas. A relação da mulher com o mercado de trabalho não é uma área tida como prioritária nas acções do MINFAMU, estando este ministério essencialmente focado em questões de violência familiar (*e.g.* orientação jurídica) e da saúde da mulher (HIV-SIDA, nutrição, cuidados maternos, etc.)[42]. A única referência que existe em relação ao mercado de trabalho diz respeito ao lançamento de um programa de micro-crédito em 2002, voltado principalmente para a área rural (agricultura familiar e criação de gado, artesanato, etc.). Contudo, segundo informações dos próprios responsáveis (uma vez que não existem relatórios de avaliação disponíveis)[43],

---

[40] In Relatório de Políticas de Redução da Pobreza, *Procurando a Equidade e a Eficiência*...op. cit. pp. 27-31. Ver também Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial (1995) e Relatório do PNUD, *Progress Against Poverity in Africa*, (New York: UNDP, 1998)

[41] In Relatório do MINFAMU, *Avaliação das plataformas de Dakar e Beijin. As Mulheres no Ano 2000: Igualdade Entre os Sexos, Desenvolvimento e Paz, Rumo ao Século XX* (Luanda: MINFAMU, 2000).

[42] De referir que embora não existam estatísticas em relação ao número de infectados pelo HIV/SIDA em Angola, sabe-se que pelo menos em Luanda o número de casos aumentou drasticamente entre prostitutas e mulheres grávidas; ver Relatório do Michelsen Institute, MIRANDA, Arlindo, *Angola 2003/2004, Waiting for Elections* ...op. cit.

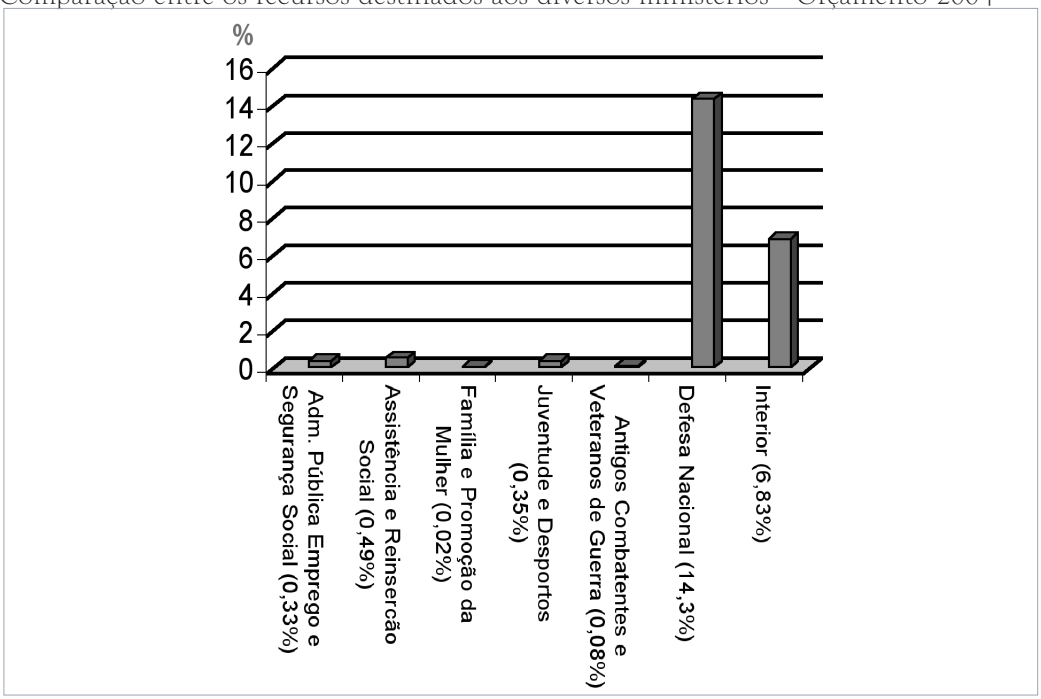
[43] Entrevista com a Direcção Nacional para a Política Familiar, 18 de Agosto de 2003, Luanda.

o impacto do projecto foi bastante exíguo devido principalmente à falta de recursos que impediram a sua total implementação[44].

Para além do mais, uma análise sumária do Orçamento Geral do Estado – OGE, revela claramente que o MINFAMU está no fim das prioridades do governo, sendo de todos os ministérios aquele com a menor dotação orçamental, situando-se nos 0,02%[45]. Outros ministérios que poderiam indirectamente apoiar a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho e a melhoria da sua condição sócio-económico-profissional, como sejam os casos do Ministério da Administração Pública e Segurança Social - MAPESS, ou o Ministério da Assistência e Reinsercão Social – MINARS, encontram-se igualmente no fim da lista das prioridades, contando com exíguas dotações orçamentais de 0,33%, e 0,49% respectivamente (ver gráfico 2)[46].

Gráfico 02:

Comparação entre os recursos destinados aos diversos ministérios – Orçamento 2004



Fonte: Orçamento Geral do Estado da República de Angola (Luanda: Ministério das Finanças; exercício 2004).

[44] O Ministério das Finanças está a anunciar para 2006 um programa de micro-crédito com foco especial para as mulheres e os jovens. O Ministério ainda não deu a conhecer os detalhes deste projecto, métodos e objectivos. Para as poucas informações existentes ver o site:[www.minfin.gv.ao].

[45] *Orçamento Geral do Estado da República de Angola. Exercício 2004.* Ministério das Finanças

[46] Apesar do fim da guerra em 2002, os ministérios de maior dotação orçamental são o Ministério do Interior, com 6,83% e o Ministério da Defesa, com 14,30%; ver *Orçamento Geral do Estado da República de Angola. Exercício 2004.* Ministério das Finanças.

3.2. Participação da mulher angolana nas estruturas centrais e locais do governo

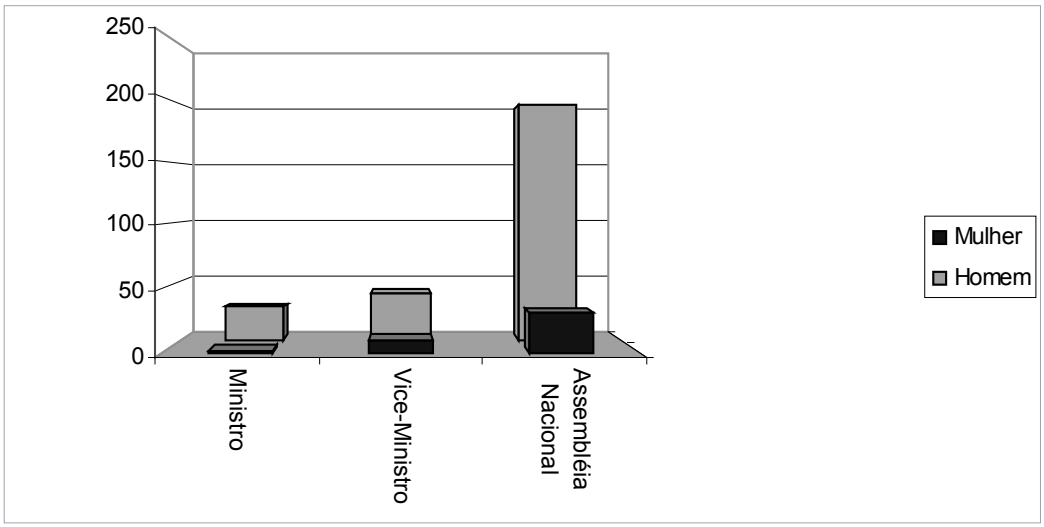
Apesar do Estado angolano ser signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres - CEDIW[47], e da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento[48] (ambos os documentos defendendo a participação da mulher no mercado de trabalho de forma a garantir uma representação equitativa da mulher e do homem no processo de tomada de decisão a todos os níveis), constata-se ainda hoje a reduzida participação feminina nas estruturas do Estado[49], a nível do governo central, do governo local, da Magistratura Pública, da Magistratura Judicial e das Missões Diplomáticas[50].

a) A nível do governo central:

De entre os 30 ministros do governo, as mulheres eram titulares de apenas 2 pastas e dos 50 vice-ministros apenas 10 eram mulheres. Na Assembleia Nacional, do total de 220 deputados, apenas 31 eram mulheres (ressalta-se que, em Angola, das diversas situações aqui analisadas, o único cargo preenchido mediante eleição directa são os da Assembleia Nacional, todos os outros cargos são preenchidos mediante nomeação).

Gráfico 03:

Relação entre a participação de homens e mulheres ao nível do governo central



[47] Assinada em 1979 e ratificada em 1984

[48] Assinada em 1997. (De acordo com o artigo H, parágrafo ii: *nos Estados Membros e nas estruturas da SADC deve garantir-se uma representação equitativa da mulher e do homem no processo de tomada de decisão a todos os níveis, e alcançar, até o ano 2005, a meta dos trinta por cento de mulheres nas estruturas políticas e de tomada de decisão),*

[49] PERISTA, Heloísa e CHAGAS LOPES, Margarida, "Potencialidades e Vulnerabilidades do Emprego de Mulheres" In *Organizações e Trabalho*, 5/6 (Lisboa: DEPP, 1991)

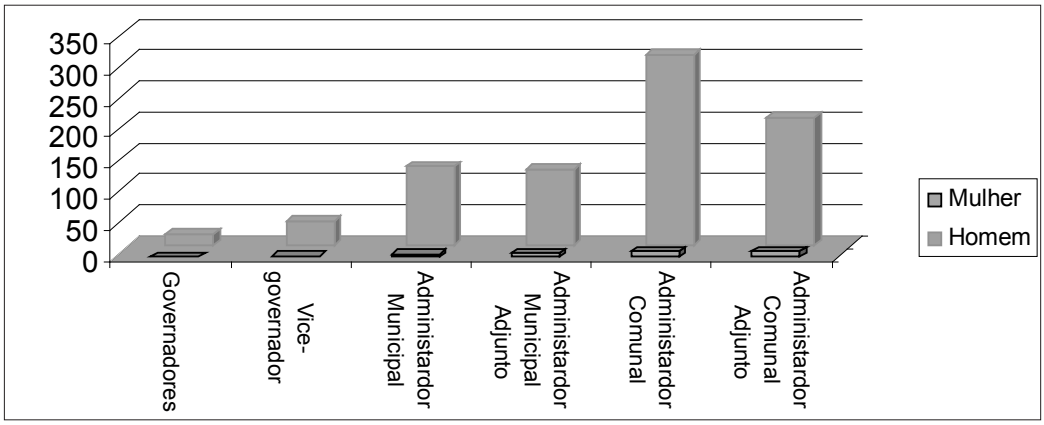
[50] Dados de 2005; palestra proferida por Filomena Delgado, Vice-Ministra da Família e Promoção da Mulher no dia 29 de Novembro de 2005, Hotel Trópico-Luanda, no âmbito da apresentação pública do relatório sobre a situação da população mundial em 2005, *A promessa de igualdade, equidade em matéria de género, saúde reprodutiva e objectivos de desenvolvimento do milénio* (Luanda: Fundo das Nações Unidas para a População - UNFPA, 2005).

b) A nível do governo provincial e local:

De entre os 18 governadores de províncias não havia nenhuma mulher; entre os 41 vice-governadores apenas duas eram mulheres; entre os 131 administradores municipais apenas 5 eram mulheres; entre os 128 administradores municipais adjuntos apenas 6 eram mulheres, entre os 316 administradores comunais apenas 9 eram mulheres, entre os 215 administradores comunais adjuntos somente 9 eram mulheres.

Gráfico 04:

Relação entre a participação de homens e mulheres ao nível do governo provincial e local

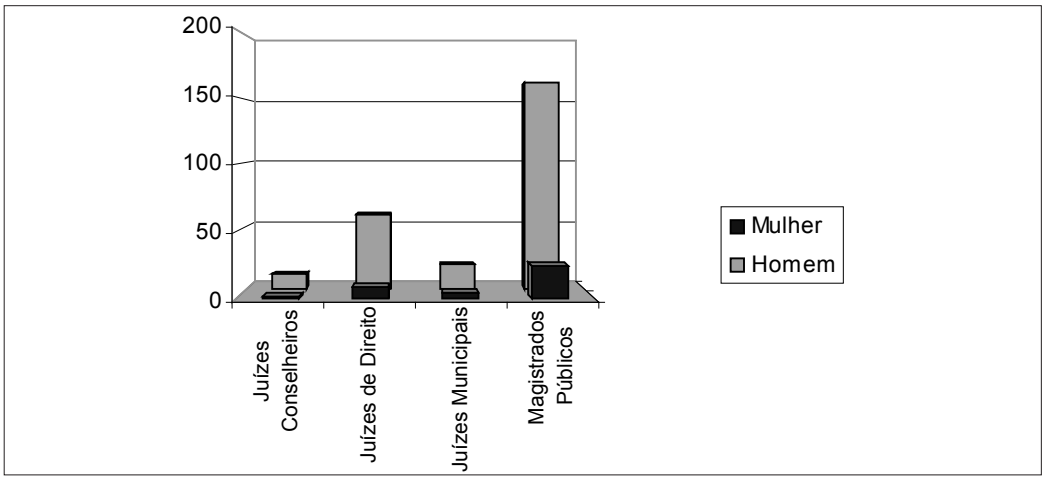


c) A nível da Magistratura Pública:

O cargo de Presidente do Tribunal Supremo era exercido por um homem, o cargo de Presidente do Tribunal de Contas era exercido por um homem; entre os 12 Juízes Conselheiros havia apenas uma mulher; entre os 67 Juízes de Direito apenas 8 eram mulheres; entre os 23 Juízes Municipais apenas 4 eram mulheres; entre os 187 Magistrados Públicos apenas 24 eram mulheres.

Gráfico 04:

Relação entre a participação de homens e mulheres no nível da Magistratura Pública

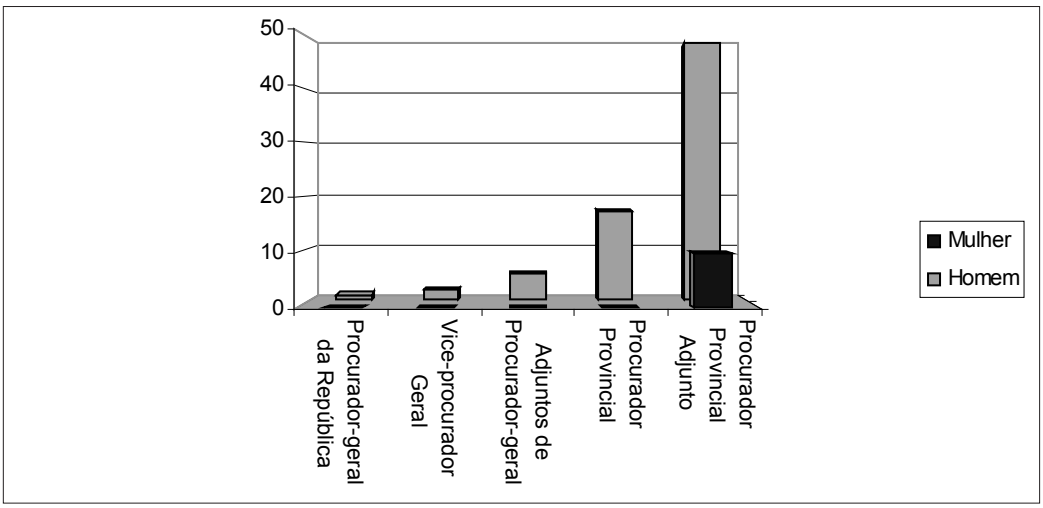


d) A nível da Magistratura Judicial:

O cargo de Procurador-geral da República era exercido por um homem; as duas vagas de Vice Procurador-Geral da República eram ocupadas por homens; as cinco vagas de Adjuntos de Procurador-Geral da República eram ocupadas por homens; os 17 Procuradores Provinciais eram todos homens; de entre os 59 Procuradores Provinciais Adjuntos apenas 10 são mulheres. Em suma, no cômputo de toda a Magistratura Judicial angolana, as mulheres ocupavam apenas 10 cargos e estes na base da pirâmide hierárquica.

Gráfico 05:

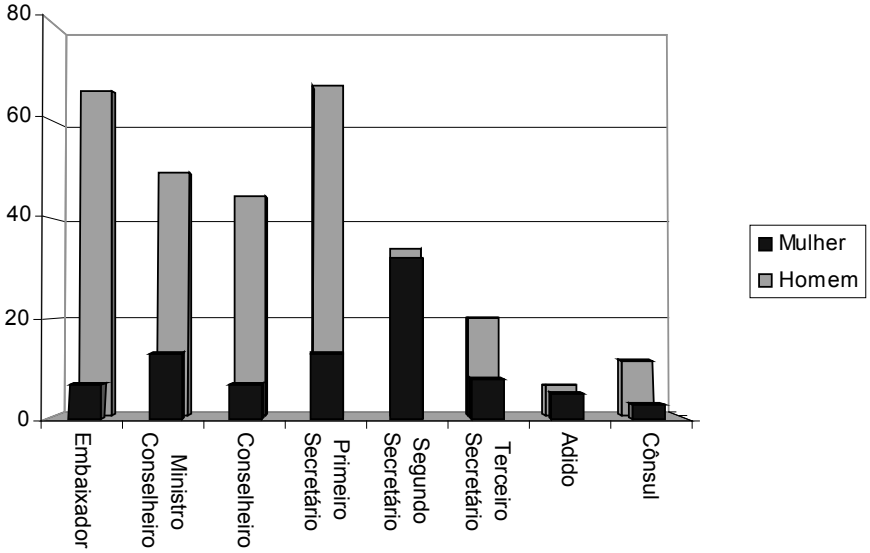
Relação entre a participação de homens e mulheres no nível da Magistratura Judicial



e) A nível das Missões diplomáticas:

Na carreira diplomática o cenário não era diferente dos acima expostos, uma vez que, dos 74 Embaixadores apenas 7 eram mulheres; dos 14 Cônsules apenas 3 eram mulheres; dos 63 Ministros Conselheiros apenas 13 eram mulheres; dos 52 conselheiros apenas 7 eram mulheres; dos 81 Primeiros Secretários apenas 13 eram mulheres, verificando-se uma maior participação de mulheres entre os Segundos Secretários (34 homens e 32 mulheres), sendo que também entre os Adidos se verifica uma maior participação das mulheres (6 homens e 5 mulheres).

Gráfico 06:
Relação entre a participação de homens e mulheres no corpo diplomático



3.3. Sistema educacional e inserção da mulher no mercado de trabalho:

No período pós-independência o governo iniciou várias acções no que se refere à educação. Entre outras medidas, começou por basear o sistema de educação nos princípios da universalidade, livre acesso e igualdade de oportunidades, tornou os primeiros quatro anos de ensino básico obrigatórios para todas as crianças e lançou campanhas de alfabetização de adultos, procurando reverter os níveis de analfabetismo do período colonial (cerca de 85% no início da década de 70).[51]

No entanto, uma conjugação de factores sociais e económicos relacionados com a guerra-civil e com a instabilidade económica acabou por colocar termo aos curtos sucessos da política educacional que se veio progressivamente a degradar até à actualidade, sendo que presentemente o sistema de educação em Angola apresenta um índice de desempenho dos mais baixos do mundo e de África[52]. Regra geral, a qualidade de ensino é muito fraca, sofrendo da deficiente preparação e qualificação do corpo docente, do reduzido tempo lectivo, do estado de degradação generalizada das infra-estruturas escolares, da quase inexistência de manuais e outros materiais escolares e da má nutrição dos alunos, entre

[51] In Relatório das Nações Unidas, Angola. *Os desafios do pós-guerra. Avaliação Conjunta do País*...op.cit. p.26

[52] Em 2001, 44% das crianças não frequentavam os primeiros 4 anos de escolaridade obrigatória e 94% não frequentavam o segundo nível do ensino básico. Além disto, devido à entrada tardia no sistema de ensino, a maioria das crianças não frequentavam a escola na idade apropriada, 91% das crianças de 11 anos ainda frequentavam o primeiro nível do ensino básico (da 1ª a 4ª classes). Este atraso em relação a idade-classe gera uma série de consequências negativas para o sistema de ensino: a) o mesmo curriculum tem que ser leccionado a crianças com idade escolar muito diferentes; b) os alunos estudam em salas superlotadas (em 2001, segundo o Ministério da Educação, cerca de 64 alunos por sala); c) a superlotação das salas de aula dificulta a entrada de novos alunos. *In* Relatório do UNICEF e do INE, *MICS Inquérito de indicadores Múltiplos*. ...op.cit. p. 121-123; no mesmo sentido ver também ALVES DA ROCHA, Manuel José, *Economia e Sociedade em Angola*...op. cit. p. 39.

muitos outros problemas[53]. O governo Angolano disponibiliza actualmente muito poucos recursos para o sector de Educação/formação, e destes a maioria são consumidos por salários e despesas administrativas. Em 2003 os gastos com o sector da educação/formação representaram apenas 6,24% do OGE e deste percentual mais da metade foi gasto com salários e gestão(3,27%), ou seja, apenas 2,97% se traduziu em investimento[54]. Em 2004 a situação sofreu um agravamento, apesar das despesas orçamentais totais terem sido aumentadas para 10,47%, de facto houve uma diminuição do investimento em educação/formação para 2,37%, já que a fatia de recursos afecta aos salários e aos custos de gestão aumentou para os 8,10%[55].

Do lado da formação técnico-profissional pública, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional – INEFOP[56], as acções são igualmente limitadas por falta de recursos; os gastos com o ensino técnico-profissional em 2004 foram na ordem dos 0,36% da verba afecta pelo OGE ao sector de educação[57]. Apesar do governo angolano ser signatário das *Plataformas de Acção de Dakar e Beijing* nenhum dos programas do INEFOP tem qualquer tipo de orientação específica para as mulheres. Do mesmo modo, não se conhecem interacções do MINFAMU com o MAPESS visando a alteração desta situação.

Para além das referidas deficiências e ineficiências que caracterizaram o sistema educacional angolano e que afectaram a generalidade da população em idade escolar, as mulheres enfrentaram obstáculos acrescidos no que toca ao acesso à educação, sendo no interior das famílias preteridas em relação aos rapazes. Dado que a maioria das famílias não tinha condições de enviar todos os filhos para a escola, a prioridade ia para os rapazes enquanto as raparigas eram direccionadas para as actividades domésticas[58]. As raparigas que ainda assim tinham a possibilidade de frequentar a escola enfrentavam outro tipo de obstáculos relacionados com a desigualdade de oportunidades, como sejam os estereótipos de género, a necessidade de conjugar as tarefas escolares com as tarefas domésticas e a necessidade de contribuir para o sustento da família[59]. Como consequência destes factores, a taxa de desistência escolar das raparigas é muito elevada, situando-se na ordem dos 29%[60]. Não serão pois de estranhar os dados de 1997 que apresentavam um acentuado desequilíbrio educacional de

[53] Ibid. p. 40

[54] *Orçamento Geral do Estado da República de Angola. Exercício 2004* ...op. cit.

[55] *Orçamento Geral do Estado da República de Angola. Exercício 2003*. Ministério das Finanças.

[56] Órgão criado em 1998, absorvendo o INAFOP - Instituto Nacional de Formação Profissional, criado em 1992. O INEFOP integra a estrutura do MAPESS e tem sob sua dependência 33 Centros de Emprego, 13 Centros de Formação e 3 Centros de Reabilitação Profissional.

[57] *Orçamento Geral do Estado da República de Angola. Exercício 2004* ...op. cit.

[58] De acordo com o inquérito do INE de 1998 sobre a disposição e a capacidade de pagar pelos serviços sociais básicos, os factores económicos constituíam a razão principal pela qual as crianças não frequentavam a escola. Entre aqueles que nunca tinham frequentado a escola, 32% apontaram como principal razão factores económicos (falta de dinheiro, necessidade de trabalhar, exigência de suborno por parte da escola ou pelo professor). Estes factores também foram referidos como principal razão pelo abandono escolar (53% no 1º ano do ensino básico e 66% no segundo nível). In Relatório das Nações Unidas, *Angola. Os desafios do pós-guerra. Avaliação Conjunta do País*...op.cit. p.31

[59] Os conteúdos, a linguagem usada e as ilustrações dos textos do ensino geral (primário, 2º e 3º níveis de ensino geral) reflectem e reforçam os estereótipos tradicionais de género. Os papéis atribuídos às raparigas são sempre secundários e de carácter meramente reprodutivo; In Relatório do Ministério do Planeamento e do Sistema das Nações Unidas em Angola, *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Relatório MDG/NEPAD* (Luanda: Ministério do planeamento e Sistema das Nações Unidas em Angola, 2003). p. 43.

[60] A nível nacional, 79% dos rapazes que ingressam na 1ª classe atingem a 4ª classe, em contraste com 73% das raparigas. In Relatório do UNICEF e do INE, *MICS Inquérito de indicadores Múltiplos*. op.cit. p. 123; ver igualmente In Relatório do Ministério do Planeamento e do Sistema das Nações Unidas em Angola, *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Relatório MDG/NEPAD*...op. cit. p. 43.

género entre os adultos (maiores de 18 anos), apontando para 43% a percentagem de mulheres que nunca frequentaram a escola, em comparação com 18% dos homens[61]; apenas 18% das mulheres estudaram para além da 4ª classe, em contraste com 37%[62] dos homens.

Em 2001 apenas 54% das mulheres sabiam ler e escrever em contraste com 82% dos homens, o que significa que os homens tinham uma probabilidade 50% maior de serem alfabetizados. No grupo etário mais velho (mais de 65 anos) os homens apresentam uma probabilidade 150% maior de saberem ler e escrever[63].

Para além das questões directamente relacionadas com o mercado de trabalho e a condição sócio-profissional e económica da mulher, a baixa escolaridade influencia fortemente várias outras áreas da vida das angolanas e dos seus agregados familiares com impacto na vida da sociedade como um todo, nomeadamente no que diz respeito à saúde e muito especialmente no que concerne ao HIV-SIDA. Exemplos claros disto são os estudos que em Angola referem que praticamente todas as mulheres que receberam educação secundária e superior ouviram falar de HIV/SIDA (96%), ao passo que entre as mulheres sem nenhum tipo de educação formal apenas 45% conhece o problema; apenas 17% das mulheres entre os 15 e os 49 anos de idade sem educação secundária conhecem três formas de prevenir a transmissão do HIV, sendo esse conhecimento oito vezes mais elevado nas mulheres com educação secundária e superior[64].

Do mesmo modo, a baixa escolaridade está relacionada com o elevado índice de gravidez na adolescência (21% para as mulheres até aos 16 anos e 61% para mulheres entre os 16 e os 19 anos) e de fecundidade (com uma média de 7 crianças nascidas vivas por mulher; um terço das mulheres angolanas já eram mães aos 18 anos, sendo que esta percentagem sobe para os 68% quando se trata de mulheres com 20 anos). É igualmente importante referir que crianças cujas mães são iletradas têm uma probabilidade 60% maior de morrer antes de atingir os cinco anos de idade do que aquelas que são filhas de mães letradas[65].

Da análise apresentada torna-se clara a necessidade premente do desenvolvimento de políticas de género em Angola, muito especialmente ao nível da educação escolar, da qualificação e requalificação profissional. Recuperando o pensamento de Freire que aqui se adequa inteiramente, além de reconhecer que o actual sistema é injusto e excludente, deve-se pugnar pelo resgate da prática educativa como meio para se alterar a realidade[66].

3.4. O papel exercido pela sociedade civil na inclusão da mulher angolana no mercado de trabalho

As organizações da sociedade civil angolana têm vindo a desenvolver de forma mais ou menos insistente, ainda que com uma abrangência limitada, várias acções que visam

---

[61] Relatório da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - *Para uma igualdade entre Homens e Mulheres em Angola. Um Perfil das Relações de Género*...op. cit.p. 40.

[62] Ibid.

[63] In Relatório do UNICEF e do INE, *MICS Inquérito de indicadores Múltiplos*....op.cit. p. 128.

[64] Ibid. p. 107.

[65] Ibid. pp. 14, 25, 118-119.

[66] FREIRE, Paulo, *Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos* (São Paulo: UNESP, 2000).

promover a mulher angolana no mercado de trabalho. Destacam-se investigações e publicações referentes à mulher (apoiadas principalmente pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – Asdi), programas de sensibilização para a necessidade de participação política e social (como os desenvolvidos pela ONG Mulheres, Paz e Desenvolvimento - MPD e pela Fundação Friedrich Hebert Stiftung), programas de micro-crédito (como o desenvolvido pela ONG internacional Development Workshop Angola – DW), apoio ao empreendedorismo (como o desenvolvido pela Federação de Mulheres Empresárias de Angola – FMEA), acções de formação (tal como as desenvolvidas principalmente por organizações político partidárias, como a OMA e a Liga da Mulher Angolana – LIMA), além de outras organizações que também trabalham com a questão da mulher.

O trabalho realizado pelas organizações da sociedade civil tem procurado despertar a consciência pública para a inclusão justa da mulher no mercado de trabalho. Todavia as organizações da sociedade civil queixam-se constantemente da falta de participação do MINFAMU na elaboração dos programas, para além da falta de diálogo e de apoio do governo em geral, facto que condiciona a amplitude e alcance das suas acções.

Ressalta-se que embora as acções das organizações da Sociedade Civil sejam importantes para ajudar à inclusão da mulher no mercado de trabalho, estas não se poderão substituir às acções do Estado, devendo antes complementá-las. Esta ideia foi expressa à autora pela esmagadora maioria das organizações da sociedade civil a trabalharem nesta área, considerando que as acções desenvolvidas pela Sociedade Civil são importantes, mas não suficientes para permitir a completa inclusão da mulher no mercado de trabalho em condições de igualdade e justiça. O Estado não pode desresponsabilizar-se e tem um papel central na elaboração de políticas nesta área e na coordenação estratégica dos diferentes actores envolvidos.

Conclusão

A discriminação das mulheres no mercado de trabalho é um obstáculo acrescido ao desenvolvimento económico, social e humano. As mulheres constituem a maioria da população angolana, são responsáveis pela estruturação do agregado familiar e contribuem fortemente para as receitas da família, tendo pois um peso importante a nível económico e social. Pese embora estes factos, em Angola as políticas públicas voltadas para a questão de género nunca foram uma prioridade. A instabilidade política na passagem da Iª para a IIª República trouxe enormes dificuldades para a integração das mulheres no mercado formal de trabalho (para ascenderem na carreira, para se qualificarem, para serem reconhecidas em termos de justiça e igualdade), ficando sobretudo relegadas para o mercado informal, dominado pela insegurança, precaridade e instabilidade. A discriminação e a desigualdade de oportunidades obstam não só ao desenvolvimento das mulheres, mas sobretudo e fundamentalmente ao desenvolvimento económico, social e humano do país como um todo, não sendo pois de estranhar que o Relatório de Desenvolvimento Humano classifique Angola em 160 num conjunto de 177 países, isto apesar das suas riquezas naturais, tal como é realçado pelo próprio relatório, sendo que no índice de desenvolvimento relacionado com o género, o país aparece classificado em 124 num conjunto de 140[67].

[67] Ver *Human Development Report* (New York: United Nations Development Programme, 2005), pp.125, 222, 302.

Tem por vezes existido uma tendência por parte de um conjunto significativo de actores institucionais envolvidos, em colocarem o ênfase da resolução deste problema nas chamadas organizações da sociedade civil, ainda que co-adjuvadas pelo Estado. Pese embora se deva reconhecer a importância das organizações da sociedade civil e da sua articulação com o Estado, temos de ter a consciência de que 15 anos após o início da transição para a economia de mercado e da chegada em massa das organizações internacionais e da emergência da sociedade civil angolana e mesmo considerando os enormes e meritórios esforços de todos estes actores, o facto é que o problema de fundo continua por resolver. O papel a todos os títulos secundário que o Estado tem assumido nesta matéria terá de ser invertido, cabendo-lhe assumir um maior protagonismo nesta batalha contra a exclusão e discriminação das mulheres no mercado de trabalho e consequentemente na sociedade. Ainda que co-adjuvado pelas organizações da sociedade civil e organizações internacionais será necessário que o Estado assuma a liderança deste processo por serem necessárias políticas públicas que estabeleçam uma estratégia de actuação política nacional nesta matéria e que sirvam de enquadramento, coordenação e galvanização de todos os outros actores para este esforço que, em meu entender, condiciona qualquer projecto de desenvolvimento económico, social e humano da generalidade da sociedade angolana.

O Processo.....298 298 3/31/06 11:40:08 AM

O ESPAÇO DE CADA UM E A CIDADE DE TODOS

Cristina Salvador
Universidade Técnica de Lisboa

Introdução

As transformações urbanas que ocorreram em África, como noutros continentes, na segunda metade do século XX, acumularam problemas sociais que actualmente atingem situações limite nas principais cidades angolanas.

Com efeito, com o crescimento explosivo que se seguiu à época colonial, provocado pela deslocação maciça (que a guerra tornou compulsiva) de populações provenientes de zonas rurais ou de outros países vizinhos, as periferias das cidades cresceram descontroladamente sem que tenha existido o necessário investimento em infra-estruturas urbanas e sociais.

Em Luanda, onde o problema é especialmente agudo, a cidade cresceu aceleradamente ao ritmo do crescimento das desigualdades sócio-territoriais. A população que vive nas periferias ou em zonas de habitação informal, em condições de extrema vulnerabilidade, ultrapassa largamente a população "urbana".

Assim, neste momento de transição política, torna-se urgente reflectir sobre a necessidade de definir políticas territoriais que encarem de frente esta realidade.

Como tem vindo actualmente a ser verificado, a cidade é um sistema global, não havendo soluções estruturais exclusivas, seja para o centro da cidade, seja para as suas periferias. Embora esta comunicação incida a sua reflexão sobre a urgência de urbanização das zonas mais periféricas de habitação informal, temos sempre presente que a transformação dessas áreas terá que ser articulada com toda a cidade, com o seu centro e as suas actividades económicas principais, num cruzamento de lógicas, de esforços e de desejos.

Guerra (2003) refere sobre este assunto que

> *Não há o social por um lado, o território por outro, ou ainda o económico, ou o ambiente, etc. Todas as dimensões do desenvolvimento estão intimamente articuladas e o grande desafio é o entendimento da complexidade sistémica dos problemas e a capacidade de desencadear uma acção integrada pensando a cidade como um todo.*

Procuramos assim, centrar a discussão na necessidade de adopção de políticas urbanas que tenham em conta a dimensão e especificidade das zonas de habitação informal das cidades de Angola, lugares onde as condições de habitabilidade são de enorme vulnerabilidade sócio-ambiental, mas onde também podemos encontrar potencial de transformação através das soluções e inovações urbanas aí sedeadas.

Procuramos, também, reflectir sobre a definição de processos participativos nas acções de planeamento e gestão do território, de forma a articular neste novo período de transição do pós-guerra as formas de provisão habitacional, sobretudo para as populações de menores recursos, com a política fundiária. Esta reflexão tem também como objectivo ser uma achega à discussão da forma como as políticas territoriais podem fortalecer a construção da cidadania.

Situação das periferias

A dimensão do problema habitacional nas cidades Angolanas pode ser avaliada pela enorme extensão dos seus bairros periféricos de ocupação informal, à qual podemos ainda adicionar as habitações arruinadas ou de construção precária nas zonas mais centrais das cidades. Esta situação reflecte a grande carência de habitação para a população de menores recursos e a permanente ausência de uma pronta e clara resposta do Estado.

Um olhar sobre a cidade de Luanda confirma a coexistência de sistemas formais e informais de distribuição e comercialização de terrenos e de casas, onde se misturam a lei do mercado, a lei costumeira e as práticas burocráticas relacionadas com a lei vigente. A predominância de um destes sistemas sobre os outros varia de município para município ou de bairro para bairro, dependendo da antiguidade, da localização geográfica, ou da maior ou menor organização local. Assim, por exemplo, podemos verificar nalguns bairros mais recentes e mais periféricos, a coexistência da instalação de famílias que construíram a sua habitação com o dinheiro recebido no "mercado de chaves"[1], com famílias recém-chegadas que pagaram a elementos da comissão de moradores a "distribuição" de um talhão de terreno pela sua "condição de deslocados", enquanto nalguns bairros mais antigos ainda persiste a lei costumeira que regulariza a subdivisão dos talhões ou novas localizações.

Em todas as cidades o mercado informal de terrenos e de casas é intenso. Nos casos que podemos avaliar em Luanda[2], as variações detectadas nos valores das transacções parecem depender não só da sua centralidade, mais central/mais caro, mas também da relação entre as partes. Redes de solidariedade familiar, religiosas, de vizinhança ou de trabalho são também aí interventivas mas, na generalidade dos casos, tal como se verifica noutras cidades de países em desenvolvimento, o Estado mantém-se alheio a estas transacções[3]. Esse alheamento condena à "ilegalidade" áreas consideráveis das cidades, onde escasseia a capacidade local, individual, familiar ou comunitária, de intervir ao nível da legalização da ocupação (Raposo e Salvador 2003).

---

[1] Movimento de transferência formal ou informal do direito de utilização da habitação, em troca de terreno ou de casa maior mas mais periférica, ou de material de construção ou ainda de dinheiro.

[2] Trabalho de campo realizado em Luanda em 1999 no âmbito do projecto "Urbanização acelerada em Luanda e Maputo", CEsA/ISEG, Lisboa.

[3] A análise do papel do Estado e da Lei nas transformações das cidades de países em desenvolvimento (ver por exemplo, Edésio Fernandes e Ann Varley, 1998) aponta para a ausência generalizada de regulação dos mercados formais e informais de terras e de construção de casas

Dirigindo agora o nosso olhar para os bairros mais periféricos verificamos que a inexistência de cadastro e a imprecisão generalizada do registo de propriedade e da posse, favorece ocupações incontroláveis. Essas ocupações, na maior parte dos casos à margem de qualquer forma de regularização, só aparentemente são em total liberdade, existindo múltiplos constrangimentos sociais resolvidos normalmente caso a caso. É essa casualidade que caracteriza as periferias e que é responsável pelo seu aspecto orgânico e variado.

De uma forma simplificada, podemos afirmar que as questões que mais afectam e condicionam quem habita nestas áreas podem ser incluídas em dois grandes grupos de problemas:

- O direito à habitação e à segurança da sua manutenção.
- O acesso aos serviços básicos e infra-estruturas.

Analisando estes problemas e encarando frontalmente a forma endógena de "fazer a cidade" que aí se observa, podemos avaliar até que ponto estes grandes problemas que nela surgem estão sedeados no seu exterior e são de âmbito puramente administrativo, reflectindo o desinvestimento institucional que põe perigosamente em jogo o futuro das cidades.

Construção nas periferias

Da análise de alguns bairros periféricos de Luanda podemos verificar que não existe um só processo construtivo, mas múltiplos processos interligados ou sobrepostos, dependentes, na maior parte dos casos, do poder económico e negocial dos intervenientes e também da interferência de diferentes redes de solidariedade (Bénard da Costa e Rodrigues 2003). Mas em qualquer dos processos analisados, o papel das instituições e o peso das imposições regulamentares parece praticamente inexistente.

Nas duas últimas décadas assiste-se, nestas áreas, ao aumento considerável da mercantilização do processo de construção da habitação, em parte tornada possível pela maior diversificação do *status* dos moradores. Esta situação provocada pela ânsia de durabilização das casas conduz a um maior recurso às profissões especializadas na sua construção, pedreiros, carpinteiros, serralheiros, que associam o seu trabalho ao do chefe de família, restantes familiares, vizinhos, e amigos. Por outro lado, a crescente especialização representa um considerável agravamento do preço da construção e exige um maior planeamento e faseamento da construção. Como nos foi referido por um morador "*Tive que planear e vou fazendo pouco a pouco para ter uma casa moderna de qualidade*".

Para conseguir dinheiro para a compra de terrenos ou de casas, ou para acorrer à resolução de problemas resultantes da ausência de infra-estruturas básicas, as famílias recorrem à poupança, a trocas, às redes de solidariedade familiares, religiosas ou de trabalho e algumas vezes ao crédito informal ou a empréstimos. A forma como as "obras" nascem e as construções crescem, demonstra como as populações nas periferias conseguem gerir os recursos que em geral são extremamente escassos, e demonstra ainda a existência de projectos de vida que passam inteiramente pela construção ou aquisição de casa própria.

À dimensão gigantesca das periferias e recente durabilização das casas (aumento da sua duração e endurecimento dos materiais, sua maior resistência e menor desgaste) está associada uma produção económica intensa de fabrico e comercialização de elementos de construção e de materiais aplicados, designada por espontânea ou informal e como tal invisível nas estatísticas. Na realidade, na maior parte das economias urbanas dos países africanos, houve nas últimas décadas um atrofiamento da base produtiva industrial (Lopes et al., 2003) e

simultaneamente a explosão da actividade económica informal em todos os sectores.

Está por avaliar a real dimensão da "habitação de produção informal", tanto a de produção mais "artesanal" com aplicação de tecnologias tradicionais adaptadas, como a que incorpora novas tecnologias. Da mesma forma, não tem sido devidamente avaliada a importância na economia familiar dos custos ligados à construção da casa e sua manutenção, nos arrendamentos, vendas ou permutas de terrenos ou habitações.

Embora o processo de construção de uma casa seja lentamente preparado pelas famílias, bloco a bloco (muitas vezes ao longo de muitos anos) e a sua finalização nem sempre chegue a existir, as periferias crescem de uma forma acelerada. O tempo de passagem de uma área livre para densamente ocupada avalia-se frequentemente em poucos meses e uma década é suficiente para o aparecimento de um bairro inteiro.

Por outro lado, não cabendo nas periferias das cidades africanas as noções de espaço público/espaço privado, sendo igualmente difícil distinguir entre espaço livre e espaço ocupado, podemos no entanto afirmar que o espaço não construído, ou intersticial (caminhos, valas, passagens sob viadutos...) é um recurso considerável usado pelas populações: prolongar a casa, improvisar oficinas, enterrar o lixo, montar negócio. Há nestes espaços uma permanente utilização e apropriação que responde com vitalidade à disfuncionalidade da periferia.

A aspiração e a necessidade de acesso aos sistemas e infra-estruturas urbanas, aí praticamente inexistentes, geram sistemas alternativos, na maior parte dos casos engenhosos e precários, mas que de qualquer forma apontam possíveis soluções não convencionais de fazer cidade.

Programas de intervenção em áreas de habitação informal: novas tendências

De acordo com Alain Durand-Lasserve (2002) cerca de 30% a 80% da população urbana das cidades dos países em desenvolvimento vive em habitações informais, casas ocupadas, ou habitações não planeadas, construções precárias, ilegais, etc.

Para este autor, exceptuando alguns países nos quais foram lançados programas de regularização e reabilitação, a situação mantém-se ou tende a piorar, como é o caso da África Sub-Sahariana. Segundo ele, ainda que na maior parte destes países tenha diminuído ao longo dos anos 90 o movimento de ocupação de casas ou terrenos, aumentou o comércio informal e a subdivisão descontrolada dos talhões, sendo que a tendência actual indica que sempre que são tomadas medidas de regularização das actividades informais ligadas à habitação aumentam novamente as ocupações.

Outra tendência igualmente referida é o facto positivo de muitos governos terem posto fim aos desalojamentos forçados devido aos riscos políticos que comportam, ao papel da sociedade civil e às pressões internacionais, embora em muitas cidades aumentem os desalojamentos provocados pelo próprio mercado. Nos diferentes programas de intervenção em áreas de habitação informal, lançados nas últimas décadas pelos governos ou por outras instituições, tem havido alterações na definição de prioridades. Actualmente, de uma maneira geral, a primeira prioridade é o acesso aos serviços básicos e depois a segurança na "posse" da casa, não estando esta "posse" necessariamente ligada à propriedade, mas ao direito de lá permanecer ou transaccionar.

A insegurança na "posse" da casa diminui o investimento das famílias e o interesse na comparticipação no pagamento de infra-estruturas e serviços, existindo uma forte interacção entre a "posse" da casa, a diminuição da pobreza urbana e a exclusão social.

Durand-Lasserve (2002) refere que a experiência tem demonstrado que a segurança na "posse" da casa dificilmente passa pela concessão de títulos de propriedade devido a razões técnicas e económicas e nalguns países por impedimento da legislação sobre os solos, como é o caso de Angola.

As alternativas encontradas para resolver o problema apoiam-se em medidas legais que garantam o direito ao usufruto da casa (pelo menos a longo termo), o registo dos direitos a nível local (envolvendo as comunidades), a descentralização dos procedimentos de regularização e a flexibilização na procura de alternativas ajustadas à diversidade das necessidades. Nalguns casos, a regularização pode passar pela concessão de títulos colectivos ao nível do bairro, levando em conta a existência dos sistemas informais aí sedeados. Este autor alerta, no entanto, para a obrigatoriedade de acompanhar qualquer dos procedimentos encontrados para a regularização, com a provisão de infra-estruturas e serviços básicos, sem o que, o processo de requalificação não terá existência.

Um exemplo recente de intervenção urbana que parece interessante referir é o Programa Favela-Bairro; implantado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, o programa Favela-Bairro[4] parte de uma visão global da cidade e introduz urbanidade em zonas carenciadas, procurando um princípio estruturador para cada bairro.

Embora as intervenções sejam diferentes, de acordo com os problemas de cada favela, o programa tem sempre como estratégia comum que a estruturação do bairro seja feita não só com componentes reais (arruamentos, pontes, edifícios ou infrra-estruturas) como simbólicos e estéticos (recomposição de centralidades, valorização de elementos identificadores do bairro, criação local de postos de orientação urbanística e social, preocupação formal na qualidade de todas as intervenções). Outro aspecto comum nas intervenções do projecto é que, sempre que é necessário providenciar o realojamento, é dado a escolher às famílias receber dinheiro para se instalarem por sua conta onde quiserem ou ocupar alojamentos construídos no bairro para esse efeito. Uma forte ligação à comunidade garante que o projecto seja compreendido e aceite, mantido em funcionamento e conservado.

Conclusão

Actualmente em Angola, a possibilidade de alteração das relações entre Estado e Sociedade Civil poderá permitir a criação dos parâmetros necessários à provisão e redistribuição territorial de recursos e a uma mais adequada gestão de conflitos de interesses entre público/privado ou colectivo/individual, de forma a garantir consensos sobre o que é estruturante e prioritário no ordenamento do território.

Neste sentido, podemos sistematizar alguns desafios que se colocam com carácter prioritário:

• Enfrentar os problemas estruturais existentes nas principais cidades de Angola através do debate de políticas urbanas alternativas e de imediato iniciar processos de gestão participados e adaptados às especificidades locais.

• Abrir as estruturas administrativas à participação pública, à participação de agentes económicos e ao envolvimento de outros parceiros da sociedade civil.

• Apoiar e incentivar os recursos existentes nas áreas de habitação informal, como por exemplo o desenvolvimento de capacidades que possam no futuro satisfazer necessidades

[4] Programa referido por Mário Jáuregui, orientador de um grupo multidisciplinar composto por arquitectos urbanistas, engenheiros de várias especialidades, geógrafos, sociólogos, assistentes sociais, consultores de programação artística e cultural.

básicas locais, através da incorporação de recursos materiais, de *know-how* e de vontades.

• Assegurar o direito à segurança do usufruto da casa, apostando em projectos participados de regulamentação na definição clara da autoridade e competências locais.

• Garantir prioritariamente a provisão de infraestruturas e serviços básicos nas áreas mais carenciadas.

Bibliografia selecionada

BÉNARD DA COSTA, A. ; RODRIGUES, C., 2003 – *Estratégias de sobrevivência e reprodução social de famílias nas periferias de Luanda e Maputo*, Relatório da especialidade nº4 do projecto de pesquisa, "Urbanização acelerada em Luanda e Maputo", CEsA/ISEG, Lisboa.

DURAND-LASSERVE, A., 2002 – *Secure Tenure for Urban Poor*, Draft CNRS- France

FERNANDES, E. ; VARLEY, A. , 1998 – *Illegal Cities, Law and urban change in developing countries*, Zed Books Ltd , London e New York

GUERRA, ISABEL, 2003- " Tensões do Urbanismo Quotidiano" in *Políticas Urbanas. Tendências,estratégias e oportunidades*, pp. 240, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

JAUREGUI, J. M. ARCHITECTS, 2003- *The Favela-Bairro Project* Harvard University, Cambridge, Massachusetts

LOPES, Carlos M. et al. (2003) – *Economia urbana de Luanda e Maputo*, Relatório da especialidade nº6 do projecto de pesquisa, "Urbanização acelerada em Luanda e Maputo", CEsA/ISEG, Lisboa.

RAPOSO, I. ; SALVADOR, C. (2003) – *Habitar nos subúrbios de Luanda e Maputo*, Relatório da especialidade nº5 do projecto de pesquisa, "Urbanização acelerada em Luanda e Maputo", CEsA/ISEG, Lisboa.

DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR ÀS CLASSES SOCIAIS: ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL URBANA EM ANGOLA (LUANDA E ONDJIVA) [1]

Cristina Rodrigues
Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa- CEA-ISCTE, Lisboa

Resumo[2]

A análise das transformações sociais recentes em duas cidades angolanas – Luanda e Ondjiva – coloca em destaque, por um lado, a manutenção e o reforço dos grupos e redes sociais baseados nas identidades e nos laços da família e, por outro, a construção de novas solidariedades derivadas de uma estrutura tradicional e recreadas no contexto urbano em décadas recentes. A solidariedade e a reciprocidade familiar no pós-independência em contexto de paz, em Luanda e Ondjiva, constituem a base das estratégias sociais. Face ao crescimento urbano rápido e à incerteza socioeconómica, as novas formas urbanas de família alargada suportaram os indivíduos de múltiplos modos, como por exemplo, a nível económico, a nível social (constituindo uma referência social fundamental) e a nível de segurança. Em Luanda, este modo de organização gerou uma estrutura social atomizada, moldada por diferentes famílias possuindo uma organização interna vertical, gerando igualmente uma bipolarização do tecido social – famílias da elite e famílias da não-elite – o que, consequentemente, dificultou a delimitação de classes sociais. Em Ondjiva, o tecido social urbano foi completamente desestruturado durante a invasão e a guerra, embora os laços rurais fortes fossem mantidos e a solidariedade da família remanescesse como uma rede básica de sustentação. Entretanto, com a migração gradual mas maciça para a cidade, com o retorno de populações deslocadas e com a chegada de novos migrantes, novas, alargadas e complexas formas de solidariedade e de identidade social emergiram em Ondjiva nos anos recentes. A complexidade crescente, em conjunto com a diminuição da capacidade de sustentar redes de reciprocidade e dependência, tende a conduzir à formação de estratos sociais

[1] Comunicação apresentada no âmbito dos paineis 'The Complexities of Power and Identity in Contemporary Angola' e 'Multiple Expressions of Power and Identity in Angola' organizados por Nuno Vidal no encontro anual da African Studies Association – *The Power of Expression: language, memory and identity in Africa and the diaspora*, New Orleans, November 11-14, 2004.

[2]A pesquisa para este artigo beneficiou do apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (III Quadro Comunitário de Apoio, Programa POCTI).

mais nítidos e é conferida maior importância a novos critérios. Em Luanda e em Ondjiva (em escalas diferentes) a referência urbana – a integração, adopção e prática de estilos de vida urbanos/modernos – a par da consolidação da economia de mercado e da estratificação económica, geram nova diferenciação social e produzem camadas diferentes dentro da população urbana. Em Ondjiva, onde foi preservada uma identidade étnica forte – embora pesadamente afectada pela guerra e pela deslocação – e onde a urbanização é um fenómeno muito recente, as relações rural/urbano são mais intensas e a solidariedade da família constitui um factor fundamental. Em todo o caso, em ambos os centros urbanos, as referências urbanas/cosmopolitas tendem a assumir um papel central na formação da diferenciação social, produzindo novas formas de identidade social e estatutos sociais.

Introdução

A análise integrada de dois contextos urbanos diferentes no mesmo país – Luanda, a cidade capital, e Ondjiva, a capital da província do Cunene – coloca em evidência duas etapas diferentes de processos socio-económicos similares que ocorrem nas cidades angolanas nas últimas décadas. A compreensão destes processos pode contribuir para delimitar as questões principais, as tendências e as condições do crescimento urbano e da recomposição socio-económica dos centros urbanos no contexto do pós-guerra. Por outro lado, pode também ajudar a ultrapassar a análise da crise africana e do crescimento da pobreza urbana enquanto processos exclusivos que têm lugar nas cidades africanas e compreender, consequentemente, os processos socioculturais, as lógicas e as tendências locais da recomposição, numa perspectiva de desenvolvimento. A análise social sobre Angola – e em especial a abordagem política – tem-se centrado até muito recentemente na oposição entre a elite e o resto da população angolana como um todo. As novas análises, baseadas em dados e na pesquisa empírica, dão conta de outras tendências sociais, incluindo a recomposição da sociedade civil ou a construção de novas identidades, permitindo assim um alcance claramente para além da abordagem dualista.

A pesquisa em que este texto se baseia foi realizada em Luanda entre 1999 e 2004, e em Ondjiva em 2004[3]. Centra-se na recomposição social e, em particular, na estratificação social, sendo a última definida como o grau desigual de acesso aos recursos, aos serviços e às oportunidades que geram estratos sociais dispostos hierarquicamente. Trata-se, simultaneamente, de uma categoria económica e social que gera comportamentos diferenciados e relações de poder específicas entre estratos sociais diferentes. Nestes dois centros urbanos, a estratificação social tende a incluir mais gradações do que a sociedade anteriormente caracterizada pelo dualismo, onde somente a elite política/militar representou um grupo social diferenciado e privilegiado[4]. Tende também a recompor-se a sociedade composta por grupos verticalmente organizados – onde as famílias como um grupo social básico e as relações de clientelismo possuem a sua própria estratificação interna – que caracterizam a

[3] A investigação de terreno em Luanda envolveu um inquérito e entrevistas a famílias de bairros periurbanos (11 de Novembro no município do Cazenga, Rocha Pinto no da Maianga e Boa Esperança no Kikolo-Cacuaco) (IL, 1999). Em Ondjiva, o inquérito e as entrevistas foram realizados em todos os 12 bairros da cidade (IO, 2004).

[4] Para G. Balandier (1965), a tripla história (critérios sociais herdados do passado, do período colonial e após a independência) e consequentemente a heterogeneidade das sociedades africanas, contribuiu para a existência de classes sociais inacabadas: a Nação, o Estado e a economia moderna estão ainda em construção, existe um hiato marcado entre o rural e o urbano e a única classe bem estabelecida é a elite governante.

maioria das sociedades da África subsahariana (Cilliers, 2000). A elite angolana contemporânea – uma fusão dos antigos grupos urbanos crioulos e dos novos crioulos que "tiraram proveito das novas formas de acumulação de capital" (Hodges, 2001:262) durante a década de 90 com a liberalização da economia – foi, de certa forma, internamente estratificada em consequência das oportunidades desiguais de investimento, fazendo surgir, na sociedade como um todo, novos estratos sociais. Esta nova estratificação resulta de dois factores principais que assumiram nova importância em Angola: a economia de mercado e as referências cosmopolitas. Ao nível económico, o acesso desigual aos recursos constitui o indicador básico da diferenciação. Ao nível social, as referências urbanas e modernas, os hábitos, e os tipos de consumo, marcam as diferenças sociais e conferem posições sociais desiguais aos indivíduos e aos grupos. Ou seja, processos de cariz marcadamente global exercem uma influência clara sobre a sociedade urbana angolana e possuem o potencial para introduzir mudanças profundas na estrutura social.

A teoria sociológica moderna há muito que rejeita a diferenciação económica como o critério exclusivo de definição de classes. Embora Max Weber forneça uma distinção entre a classe (posição na ordem económica) e o *status* (grupos que partilham um "estilo de vida" comum)[5] e sublinhe que a classe e o *status* podem interagir de formas complexas, a abordagem de Pierre Bourdieu dos diferentes tipos de capital e a proposta de critérios múltiplos de Anthony Giddens para a definição de classe, ajudam a compreender melhor a especificidade dos actuais contextos urbanos africanos, ultrapassando a análise de Georges Balandier sobre o carácter inacabado das classes sociais africanas.

Durante o período colonial em Angola, a referência social central era o Estado colonial e sua organização socio-económica, que representaram um primeiro processo de globalização. Após a independência, as famílias da elite política, por um lado, e as restantes redes familiares, por outro, constituíam as referências sociais para a maioria dos Angolanos. Na Angola actual, o capitalismo e os estilos de vida urbanos colocam-se no núcleo da formação de estratos sociais diferenciados nas cidades, substituindo um período em que a elite política dominou. O grau de integração e adopção de estilos de vida urbanos, em conjunto com a diferenciação com base na riqueza (e também, nas redes familiares/políticas herdadas) geram posicionamentos sociais diferentes. Embora a sociedade se encontre ainda profundamente caracterizada pelas redes atomizadas da solidariedade familiar – que suportaram os indivíduos e grupos durante toda a guerra, a incerteza, o crescimento urbano rápido e a migração – a pressão aplicada sobre estas redes de reciprocidade, pela diminuição real das oportunidades de geração de rendimentos e pelo peso da solidariedade e da reciprocidade familiar, incentivou a substituição destas redes da família por novos tipos de grupos sociais urbanos.

Em Luanda, esta diferenciação urbana encontra-se mais consolidada devido a um processo mais longo de urbanização e, em Ondjiva – embora menos urbanizada – o mesmo critério tende a tornar-se dominante. A urbanidade, tal como é aqui entendida, compreende a integração e a adopção de estilos de vida urbanos/modernos e pode ser analisada através de vários indicadores, nomeadamente o tipo de actividade económica que os indivíduos desenvolvem, os seus tipos de consumo, o tipo de casa em que vivem, a língua que utilizam e o nível de educação formal. Outros estudos realizados em Angola em anos recentes são

[5] O *status* é a base da organização social "tradicional" enquanto que as classes se aplicam às sociedades modernas. O *status* tem um sentido de distinção individual adquirida através da precedência sobre outra pessoa, baseando-se na honra, no exercício de poder e no acesso aos recursos de consumo.

igualmente bastante conclusivos acerca dos indicadores pertinentes de urbanidade: a diferenciação social entre pessoas "da cidade" e pessoas "do mato" é passível de avaliação através da língua, de determinados gestos e cumprimentos, do vestuário ou, por exemplo, dos penteados (Brinkman, 2003). Deve-se adicionar, contudo, que esta distinção entre citadinos e rurais – cristalizada em termos como *matumbos* (ignorantes, rurais) ou *calcinhas* (habitantes de Luanda, referência ao vestuário ocidental) – tem raízes no período colonial, permanecendo activa desde aí. Além disso, outros indicadores como o nível de escolarização, o bairro em que as pessoas habitam, (especialmente em Luanda[6] mas também em Ondjiva), o tipo de casa em si (a existência de uma casa de banho e/ou de uma cozinha interior ou de um local para a cozinha no quintal) e, mais recentemente, o tipo de transporte que as pessoas podem utilizar (e, em estratos superiores, o tipo, marca e o número de veículos que as famílias possuem), constituem indicadores de diferenciação e estratificação social que devem ser considerados na análise de percepções e práticas urbanas.

A cidade capital, onde o crescimento urbano era já significativo durante o período colonial e que se tornou muito rápido após a independência devido à guerra de 30 anos que forçou muita população a para aí migrar, conta agora com cerca de 4 milhões de habitantes (IDR, 2001). A integração em Luanda dos milhões de Angolanos provenientes de outras províncias – um processo relativamente longo mas muito acelerado – implicou a manutenção dos laços familiares, o auto-suporte da família e constituiu a referência principal na construção das identidades sociais. A par de uma estratificação social político-militar – que criou um pequeno grupo de elite – o tecido social urbano, por muitos anos, caracterizou-se pela bipolarização e pela atomização. Em Ondjiva, o contexto é radicalmente diferente. A destruturação urbana profunda, devido à guerra e à invasão militar que conduziram a um esvaziamento completo da cidade, somente foi invertida nos últimos 10 anos através do retorno de centenas de famílias deslocadas e da migração rural. A análise integrada destes dois contextos urbanos diferentes mostra, simultaneamente, os processos urbanos diferenciados que têm ocorrido recentemente em Angola e, também, em que medida tendências comuns se concretizam: os critérios similares de estratificação social – ancorados na integração urbana e na estratificação económica – tornaram-se igualmente importantes em ambos os contextos e a recomposição social pós-guerra tende a basear-se nestas categorias.

Contextos urbanos diferentes

Em ambas as cidades (embora em períodos diferentes), o crescimento rápido e as baixas condições económicas das populações migrantes – acrescidas de uma ausência de planeamento e gestão urbanos eficazes – conduziram à ascensão e à expansão de bairros espontâneos (em Luanda, os *musseques*), onde a auto-construção precária, a inexistência e/ou degradação de infraestruturas e das condições de vida e a pobreza são dominantes.

[6] A correlação espacial aos grupos sociais em Luanda encontra-se bem descrita em alguns estudos recentes. Veja-se, por exemplo, Mingas (2000).

Quadro 1 – *População em Luanda e no Cunene*

	1999	2003	Variação
Província de Luanda	2,534,800 [5]	3,309,500 [4]	23%
Província do Cunene [2]	575,056	731,312	20%
Cidade de Luanda	2,534,800 [5]	3,309,500 [4]	23%
Cidade de Ondjiva	4,796 [3]	28,529[1]	83%

[1] Administração Municipal do Kwanhama;

[2] Governo da Província do Cunene;

[3] Amado (1992) (estimativa);

[4] DIESA/UNDP (2002) (estimativa);

[5] UNDP (1999). Nota: as estimativas da província e da cidade de Luanda são similares porque os dados disponíveis não se encontram desagregados. No entanto, o ritmo de crescimento urbano na capital pode igualar-se ou ser superior ao de Ondjiva.

Em Luanda, grande parte da população migrou para a cidade após a independência (43% - IDR, 2001) e 47% das pessoas chegaram a Luanda após as eleições multipartidárias de 1992 (e a guerra subsequente). Em Ondjiva, a percentagem da população que se instalou na cidade depois da independência é muito baixa (7,5%) e somente após 1992 e até 2001 se registou um retorno maciço (52,4%); entre 2002 e 2004 estes valores são proporcionalmente mais elevados: 29,4% da população urbana de Ondjiva instalou-se na cidade nos últimos dois anos (IO, 2004). De uma forma geral, o crescimento urbano em Luanda pode ser considerado muito rápido, elevado e contínuo desde a independência até à actualidade, enquanto que em Ondjiva o crescimento foi muito lento após 1992 e até 2001, sendo finalmente, a partir de 2002 (após a morte de Savimbi), muito rápido e significativo.

Devido à invasão e guerra entre 1975-1989 em Ondjiva, a maioria da população deixou a cidade. Os dados recentes obtidos em Ondjiva indicam uma percentagem elevada de população que nasceu noutras províncias, em especial na Huíla (em 2001, 66% da população que tinha nascido fora do Cunene era originária da Huíla e, em 2004, esta percentagem diminuiu para 13% - IDR, 2001; IO, 2004). Em Luanda, os refugiados de guerra e os migrantes são provenientes de diversas províncias de Angola, facto evidente na análise das línguas faladas: em 1997, 46,4% da população de Luanda tinha aprendido a falar em português, 18,2% em *kimbundo* e 3,8% em *kikongo* (MICS, 1997). A percentagem do português, em 2001, era mais elevada (IDR 2001): 59,8% dos inquiridos em Luanda tinham aprendido a falar português, 9,6% em *kimbundo*, 8,8% em *umbundo*, 5,3% em *kikongo* e 5,1% em *kwanhama*. Em Ondjiva, em 2001, somente 30,4% de seus habitantes tinham aprendido a falar em português, enquanto que a percentagem daquelas que tinham aprendido *kwanhama* era apenas ligeiramente mais baixa – 28,2% (IDR, 2001).

Ao contrário de Luanda, a maioria da população activa em Ondjiva (68,9%) encontra-se inserida no sector formal (IO, 2004). Em Luanda, somente 17% da população possui um emprego no sector público enquanto que 24,5% se insere no sector privado (formal e informal incluídos) (IDR, 2001). Deve-se referir, contudo, que as oportunidades de emprego formal, mais baixas em Luanda, são mais uma consequência da sobrepopulação do que de um menor número de postos no sector formal.

Quadro 2 – *Tipo de casa em Ondjiva e Luanda (%)*

Tipo de casa	Ondjiva	Luanda
Casa de tijolo	1.7	4.8
Casa tradicional	83.4	14.1
Apartamento	0.0	5.1
Anexo	2.5	15.4
Cubata	4.4	4.4
Casa convencional	7.2	54.9
Outras	0.9	1.3

Fonte: IDR (2001)

A concentração elevada da população gera também alternativas diferentes no que diz respeito à habitação. Enquanto que em Luanda o crescimento rápido força a construção de casas do tipo convencional (feita geralmente de blocos de cimento e de telhados de chapa), em Ondjiva a percentagem mais elevada de migração resultante do êxodo rural faz com que a construção de casas do tipo tradicional seja dominante.

De facto, a casa tradicional em Ondjiva mantém a organização tradicional – um conjunto de módulos de diferentes usos, separados, entre eles a latrina e a cozinha, estes últimos indicadores amplamente utilizados não só na análise dos níveis de pobreza dos agregados mas também dos graus de urbanização – enquanto que em Luanda, embora a maioria de famílias que vivem em casas convencionais não possua recursos ou não tenha acesso à rede de esgotos e de água, é sempre referida como prioridade a edificação e integração de uma cozinha e/ou uma casa de banho na casa principal (IL, 1999).

Quadro 3 – *Níveis de escolaridade em Ondjiva e Luanda (%)*

	Luanda	Ondjiva
1º Nível (4 anos)	13.2	35.8
2º Nível (6 anos)	21.2	16.9
3º Nível (9 anos)	27.1	7.1
12 anos	24.1	1.4
Superior	3.1	0.4
Nenhum	11.3	37.8
Total	100.0	99.4

Fonte: IO (2004); IL (1999)

Um outro factor de diferenciação, relacionado também com a permanência mais longa da população migrante em Luanda, diz respeito ao nível de instrução que aqui é mais elevado. A população de Ondjiva possui níveis de instrução médios muito baixos: 49% frequentaram durante 4 ou menos anos o ensino formal e somente 20% completaram 6 anos de escolaridade (IO, 2004).

As causas da migração para os centros urbanos são diferentes em Luanda e em Ondjiva. Em Luanda, a migração tem como principais causas a repulsão das populações de outras províncias devido à guerra (41,8%, IDR, 2001) ou para se juntarem aos parentes estabelecidos

na capital (40,7%) e, também, a atracção que a cidade continua a exercer em termos de oportunidades. Em Ondjiva, o retorno da população deslocada e a chegada de novos emigrantes atraídos pelo comércio transfronteiriço Angola/Namíbia, a par da reconstrução das estruturas administrativas e governamentais na cidade, constituem as causas principais do crescimento urbano.

Os efeitos mais notórios desta concentração populacional da população – em especial em Luanda – são a densificação, crescimento e expansão dos musseques, bem como a degradação geral das condições de vida da população, revelada no agravamento dos níveis de pobreza[7]. Em termos económicos, a par das mudanças relativamente radicais quanto aos sistemas económicos, a concentração da população em Luanda – em conjugação com a redução das possibilidades de geração de rendimentos – estimulou o crescimento e expansão das actividades no sector informal. Em Ondjiva, por seu turno, a intensificação do comércio transfronteiriço e as oportunidades que ele gera, conduziram também – em conjunto com a ausência de uma economia formal dinâmica – ao crescimento de actividades económicas informais.

As referências que dominam três períodos distintos da história recente de Angola são algo diferentes mas misturam-se e fundem-se ao longo dos anos. A referência da sociedade colonial era o modelo europeu, urbano e modernizante, introduzido pela colonização portuguesa. O período subsequente da independência permitiu a ascensão de uma pequena elite apoiada nas redes políticas e militares, enquanto as restantes famílias desenvolveram e reforçaram as redes e lógicas da família alargada com o objectivo de fazer face à transformação socio-económica. O período recente, com a reorientação económica para o mercado, enfatizou a importância da riqueza para a estratificação social e, ao mesmo tempo, os modelos modernos urbanos revitalizaram-se e tornaram-se mais preponderantes[8].

O estabelecimento dos portugueses representou, em termos gerais, a introdução e disseminação do modelo ocidental e da modernidade, sendo o seu efeito na sociedade angolana de graus e níveis diversos, assumindo formas diferentes a tempos diferentes. Apesar de tal diversidade, este período é caracterizado essencialmente pela geração e consolidação de grupos sociais de acordo com as suas relações com a estrutura colonial – em especial ao nível urbano – mesmo que muitas características sociais tradicionais herdadas tenham permanecido activas[9]. Neste sentido, nas últimas décadas do período colonial era já possível descrever a sociedade de Luanda como composta por três camadas distintas: europeus, africanos e os africanos integrados no sistema europeu[10]. Ao nível económico e em especial ao nível do trabalho e das relações laborais[11], assim como no que diz respeito

[7] Esta tendência, embora já ganhando forma após o período colonial em Luanda (Amaral, 1983; Amado, 1992) tornou-se mais acentuada em décadas recentes.

[8] Em todos estes períodos, as referências anteriores não foram substituídas imediata ou radicalmente. Muitas referências da fase colonial ou do pós-independência foram recuperadas, transformadas ou mantêm-se com vigor, de acordo com uma visão de permanências e rupturas. Não obstante, as mudanças no grau de importância são bastante visíveis e contribuem para a reformulação de um novo cenário social.

[9] Mesmo tendo-se verificado alguma resistência cultural no século XVIII, ela não foi suficientemente forte para impedir a alienação cultural dos grupos dominantes que acabaram por partilhar a divisão internacional do trabalho da economia mundial europeia.

[10] Africanos aculturados que detêm posições como funcionários ou no exército, *pumbeiros* (que realizam o comércio com o *hinterland*), trabalhadores agrícolas, artesãos, mecânicos (Venâncio, 1996:51).

[11] Através da análise da transição do trabalho escravo para o trabalho livre (1854) e, mais tarde, com o trabalho contratado obrigatório (1928), é possível verificar que existia uma intenção clara de transformar determinados tipos de relações sociais (em especial aquelas que afectam a gestão e os rendimentos dos colonizadores). Um estudo realizado acerca das possibilidades de contratualização e de desenvolvimento formal da força de trabalho nos anos 60 e 70 indica que para um total de 703.707

a determinadas estruturas sociais como a família[12], a influência do novo modelo social tornou-se evidente nos centros urbanos mais desenvolvidos. Durante todos estes anos de penetração e consolidação do modelo colonial, as estruturas sociais começaram a ganhar a forma característica que dominaria durante séculos e até à independência. No final deste período, a organização social baseada no trabalho assalariado predomina em meio urbano, em especial em Luanda, e a integração na economia capitalista constitui a base de definição geral de estatutos sociais, associada à integração de estilos de vida urbanos. A categorização, por parte da administração colonial, dos angolanos em "civilizados", "assimilados" e "indígenas" consolidou-se[13] (Messiant, 1989), o que estabeleceu e reforçou o estatuto social de um conjunto específico de elites.

Em Ondjiva, este processo foi relativamente diferente. A última batalha para conquistar Pereira D'Eça[14] ocorreu no século XX – em 1915 – e a penetração colonial subsequente resultou lenta e fraca. Nas regiões "esquecidas" do sul do país, o sistema colonial não parece ter produzido um grupo significativo de africanos integrados no modelo colonial como ocorreu noutros centros urbanos angolanos (Quadro 4).

Quadro 4 – *População do Baixo Cunene*

		Nativos	**Mistos**	**Europeus**	**Total**
1947	Homens	31.450	72	98	31.625
	Mulheres	36.727	61	49	36.837
	Total	68.177	138	147	68.462
1957	Homens	46.984	118	167	47.269
	Mulheres	58.019	98	111	58.228
	Total	105.003	216	278	105.497

Fonte: Neto(1963)

A região de Cunene foi então menos exposta à influência branca no que diz respeito à adopção da língua portuguesa (Monteiro, 1994:117) mas não completamente arredada do processo de assimilação, já que em determinados aspectos da vida diária (como o vestuário, por exemplo, ou a religião; Monteiro, 1994:118, 230) registaram-se mudanças consideráveis, influenciando os estilos de vida das pessoas da região.

A definição de grupos sociais em Luanda e Ondjiva no período pós-independência é também muito diferenciada. As transformações causadas pela guerra conduziram ao aparecimento de elites

trabalhadores "indígenas", 387.215 eram empregados por conta própria, 192.523 trabalhavam para um empregador e que, consequentemente, 124.750 poderiam ser recrutados como assalariados (Matos, 1944).

[12] Em contexto urbano, as circunstâncias espaciais, económicas e culturais impostas pela vida na cidade, exercem pressões (de graus diferentes) sobre a solidariedade da família extensa tradicional, sobre o número filhos dos casais, sobre o tipo de alianças matrimoniais, entre outras.

[13] *O assimilado era o africano desenraizado que tinha cortado a sua ligação cultural à sociedade africana original, com o objectivo de adquirir e dominar hábitos e usos europeus* (Jorge, 1998:55). "Civilizado" corresponde à população de origem europeia (com algumas subdivisões criadas com base no lugar de nascimento, metrópole ou colónia) e "indígena" ao angolano que não "alcança" o estatuto de assimilado.

[14] Nome da pequena vila da então região do Baixo Cunene, parte da província da Huíla até 1971.

ligadas às estruturas políticas e militares um pouco por todo o país, mas concentradas em Luanda[15]. Em Ondjiva, a invasão sul-africana entre 1975 e 1989, esvaziou a cidade durante um longo período de tempo e as estruturas políticas e militares locais foram deslocadas para a província da Huíla, de onde era suposto governarem a província do Cunene. Em conjunto com o adoptado sistema económico centralizado, a diferenciação de classes baseou-se então na distinção de uma elite muito pequena em relação a todo o angolano restante. Na ausência de uma estratificação social variada e devido à dificuldade do acesso aos recursos deste grupo de elite, as famílias revitalizaram os modelos organizacionais tradicionais, baseados na solidariedade, na reciprocidade e nos laços familiares. Perante a incerteza e a insegurança económicas e sociais, a família transformou-se numa das redes sociais mais importantes, capaz de mitigar os riscos associados à transformação económica radical, à mudança social, à guerra e à migração. Esta revitalização da família ocorreu não somente na já sobrepovoada cidade de Luanda mas também entre os migrantes e deslocados do Cunene. Assim, em cidades pequenas e na cidade capital, onde as famílias enfrentam situações de insegurança, a solidariedade e as redes tradicionais da família são simultaneamente recompostas, recreadas e reactivadas, mantendo até à actualidade um papel importante em meio urbano. A um nível mais vasto, esta atomização da solidariedade e da reciprocidade condicionou o desenvolvimento de uma estratificação social mais abrangente e permitiu a manutenção de uma sociedade bipolarizada – uma elite de famílias baseadas no poder político e militar e o resto da população que, por sua vez, se organiza em torno de redes familiares.

A solidariedade e a reciprocidade como dinâmicas sociais de base

Durante muitos anos após a independência, a solidariedade e a reciprocidade, baseadas no relacionamento pessoal e na confiança, representaram a estratégia social e económica básica para lidar com a transformação rápida e com a insegurança. Em Ondjiva, os laços rural/urbano, a solidariedade entre as populações deslocadas e a solidariedade familiar permitiram que milhares de angolanos refugiados noutras áreas superassem as condições inerentes a este tipo de migração, a pobreza e a incerteza. Em Luanda, os efeitos da migração e da concentração urbana, bem como a capacidade de fazer face ao crescimento acelerado da população da capital – e, consequentemente à diminuição de oportunidades económicas – tornaram a solidariedade familiar uma estratégia vital, mesmo introduzindo a urbanização rápida e as mudanças socio-económicas, com novas redes recompostas de solidariedade urbana. Esta "reinvenção da ordem", mais intensa em centros urbanos, implicou a criação de novas formas de solidariedade, de trocas, de arranjos e interdependências, de molde a lidar com a mudança socio-económica rápida e, também, de forma a compensar a falência do Estado (Trefon, 2004:22). A integração de parentes em Luanda, por exemplo, seguiu – de uma maneira geral – um modelo de edificação de anexos nos terrenos pertencentes a uma família já estabelecida, seguida da introdução dos familiares em actividades económicas (no comércio[16] ou noutras que exigem um processo de aprendizagem mais longo, como a mecânica ou a carpintaria), providenciando-se o acesso dos parentes às estruturas administrativas e/ou às autoridades locais de forma a encontrar um terreno ou local de

[15] Por vezes denominadas de *nomenklatura* devido à ideologia socialista seguida pelo governo angolano após a independência e durante a guerra-fria (Ferreira, 1995).

[16] Em especial nas actividades comerciais do sector informal, que requerem o conhecimento específico do mercado, do investimento, das redes informais e pessoais de apoio.

habitação para si próprios. Em Ondjiva, o retorno recente e/ou a migração com origem rural dos parentes para a cidade assentam neste mesmo tipo de suporte familiar e a reciprocidade intensa rural/urbana impulsiona a recreação de redes alargadas de solidariedade, permitindo o acesso diversificado de um grupo ampliado aos bens agrícolas e industriais.

A solidariedade e a reciprocidade da família são asseguradas por um grupo de pessoas, relacionadas por aliança e/ou consanguinidade, grupo este que pode também incluir membros cuja relação de parentesco é atribuída voluntariamente. Estes grupos desenvolvem uma estratégia baseada simultaneamente numa concentração dos recursos – no grupo, redistribuídos pelos membros – e numa dispersão das formas de obtenção de recursos: a combinação de actividades económicas formais e informais, a combinação de actividades em diferentes áreas, a dispersão de membros da família por todo um conjunto diversificado de actividades geradoras de rendimento.

A um outro nível, é no seio deste grupo que os indivíduos desenvolvem e definem os estatutos sociais mais importantes e investem no reconhecimento social, estando estes relacionados com a capacidade de gerar e controlar recursos e reciprocidades. Aqueles, dentro do grupo da família, que podem fornecer recursos importantes, adquirem uma importância social muitas vezes proporcional; as suas opiniões são respeitadas e requisitadas mais frequentemente; as decisões que tomam são mais frequentemente consideradas apropriadas. Naturalmente isto pode – e em muitos casos ocorre – gerar situações ambíguas e dissonantes. A senioridade, um valor africano tradicional, pode ser ameaçada por membros mais novos, bem sucedidos das famílias. As mulheres integradas na economia informal, que quase sempre fornecem maiores recursos à rede, podem ver o seu estatuto aumentado, conduzindo a uma inversão de papéis tradicionais relativos ao género. Neste último caso, algumas estratégias podem contribuir para conter a tendência entrópica: quando um elemento masculino providencia uma renda regular, é afirmado que é dever de uma mulher "dobrar" ou "triplicar", na economia informal, esse rendimento, mantendo-se, assim, o papel masculino, dominante. Mas em muitos casos, estas reformulações relativas ao género e aos papéis das diversas gerações, concorrem para o aumento do número de agregados dirigidos por mulheres ou para uma recentralização do poder e dominação social de um membro júnior.

Consequentemente, a família adquire um valor central para indivíduos, mais importante do que qualquer outra referência social. Embora novas redes de solidariedade surjam em meio urbano – em especial em Luanda, onde a urbanização é um processo mais longo – é a rede baseada na pertença familiar que suporta reciprocidades e trocas de maior importância, sendo também aquela que fornece as bases para a definição de estatutos sociais individuais. Os laços de solidariedade familiar são a base das actividades de reprodução social do grupo e, no que diz respeito às estratégias de desenvolvimento, de promoção social da família (Dei, 1992:187)[17]. Para sobreviver e reproduzir-se socialmente, as famílias seguem – reinterpretando e reformulando – as regras da solidariedade rural, que consistem em múltiplas formas não-institucionalizadas de segurança social (Dei, 1992:193), representando, ao mesmo tempo, um factor importante de integração nas novas realidades urbanas porque representam redes de segurança livremente escolhidas (Locoh, 1993:220).

Em centros urbanos como Luanda, a solidariedade manteve a família como o grupo social de referência. Em Ondjiva, as famílias deslocadas reinventaram e mantiveram igualmente a

[17] Ver Rodrigues, 2004.

reciprocidade familiar de forma a lidar com a incerteza, durante os processos de migração e integração em contextos sociais diferentes. Embora outras redes sociais tivessem emergido em novas situações urbanas – como as relações de vizinhança, identidades religiosas ou grupos de interesses económicos comuns – a sua importância não substituiu completamente o apoio fundamental da família e da reciprocidade familiar[18]. A maior ou menor importância atribuída às redes extra-familiares de solidariedade relacionam-se com a precariedade e com o questionamento das solidariedades de tipo comunitário, num clima de contradições e tensões crescentes que caracteriza a realidade africana contemporânea. A propagação e o estabelecimento rápidos do capitalismo deixam os mais pobres sem protecção que, a fim de lidarem com estas transformações, mantêm os tipos de solidariedades comunitárias, adaptando-as aos novos contextos (Marie, 1998:81), antes de poderem forjar instrumentos de solidariedade militante do tipo colectivo[19].

As novas redes urbanas, para além da família, são consideradas suplementares, activadas em circunstâncias específicas como a obtenção de pequenos créditos, o fornecimento de pequenos serviços, o recrutamento preferencial ou a cooperação numa rede económica. Mas também com respeito a estas redes, o endurecimento das condições económicas e a redução da possibilidade de gerar e de obter recursos, condicionam a solidariedade urbana e deixam os citadinos com "*nada que sobre para ajudar*" os outros (Robson & Roque, 2002). O empobrecimento generalizado gera pressões para a manutenção de modelos informais de solidariedades micro-sociais (Marie, 1998:102), que raramente se estendem para além do sistema familiar. Uma das excepções, raras, a este facto é a manutenção e o reforço de cerimónias tradicionais como os *kombas*[20], onde "*a contribuição com as prestações monetárias (ou mesmo bens ou serviços) para as famílias dos defuntos atravessa as fronteiras da rede de parentesco*" (Robson&Roque, 2002:107). No entanto, mesmo esta solidariedade pode ser colocada em causa, reduzindo-se as contribuições, reduzindo-se o número de participantes nas cerimónias, como acontece em muitos casos. Como noutros contextos urbanos africanos, os constrangimentos materiais e financeiros parecem exercer pressão sobre a solidariedade, o seu altruísmo implícito conduzindo a formas mais pragmáticas de troca e à reciprocidade (Trefon, 2004:22)[21].

O carácter atomizado das redes de solidariedade da família e o alcance limitado da solidariedade extra-familiar não geraram – e podem mesmo ter contribuído para a contenção – uma estratificação social de tipo horizontal de alcance macro-sociológico. Embora os estatutos sociais dos membros das famílias sejam diferentes no interior do grupo, dependendo da capacidade dos indivíduos em manter e alimentar relações de reciprocidade, o tecido social urbano em Angola permaneceu bipolarizado em termos de estratificação geral, composto pela muito reduzida elite político-militar e por outras famílias a ela não pertencentes. Isto criou uma estratificação social de famílias – e não de indivíduos, já que a estratificação social africana é marcadamente do tipo colectivo (Wallerstein & Smith, 1992)[22].

---

[18] Esta preponderância da solidariedade da família, conjugada com a maior importância atribuída à religião partilhada, é mencionada também noutras pesquisas (Robson & Roque, 2002:101) assim como a menor importância atribuída às relações de vizinhança.

[19] Caixas de solidariedade, sociedades de auxílio mútuo, uniões, partidos.

[20] Cerimónias funerárias de oito dias que implicam uma reunião colectiva na casa da família enlutada.

[21] Ver a referência ao trabalho e à discussão de Villiers acerca de solidariedade/reciprocidade.

[22] *A unidade operacional apropriada para analisar a forma como as pessoas se encaixam na 'força de trabalho' não é o indivíduo mas sim o agregado (...), que é a unidade social que permite aos indivíduos colocar em conjunto os rendimentos provenientes de múltiplas fontes, a*

Urbanização rápida, mudança económica e referências urbanas

Em Luanda, o grupo extra-elite política mais importante, cuja identidade social é mais visível e cujos laços de reciprocidade são mais intensos, inclui famílias de origem *bakongo*. Embora já importante antes da independência (Messiant, 1989), os migrantes que se estabeleceram em Luanda após a independência, provenientes do Norte de Angola (Uíge, Zaire) e/ou retornados (*regressados*) do antigo Zaire (República Democrática do Congo), recompuseram redes sociais, mantiveram uma identidade cultural específica[23] e podem mesmo ser considerados – entre os migrantes – o único grupo que não abandonou sua língua original[24]. Este grupo mais alargado, de carácter étnico, possui uma maior capacidade de gerir as redes de solidariedade e reciprocidade, ligadas ao comércio (que integra uma vasta área geográfica, incluindo a República Democrática do Congo) e – embora com menor peso na actualidade – às actividades relacionadas com a exploração e comércio de diamantes[25]. Na análise recente (Hodges, 2001), este grupo corresponde a uma elite da economia paralela/informal e ainda a uma orientação politico-ideológica específica (Brinkman, 2003). Este grupo, de carácter étnico constitui, contudo, uma excepção. O fenómeno de esbatimento das identidades étnicas ocorre também noutras cidades africanas: os colectivos sociais globais – grupos étnicos, tribos, clãs, linhagens – tendem a ser eliminados enquanto entidades sociais, embora as lógicas e as redes possam ser mantidas sob a forma de redes parciais de solidariedade ou como referências simbólicas partilhadas (Marie, 1998). Melhor que eliminada, a identidade étnica é passível de gerar redes resilientes, simultânea ou alternadamente – mas sempre nas situações em que se revela mais útil – recuperadas, com o propósito de ampliar as redes de solidariedade a que as pessoas pertencem (Trefon, 2004:30).

Deve ser referido, relativamente a este grupo, que a origem étnica, combinada com a manutenção de uma identidade reforçada pela partilha de uma mesma língua e de hábitos ancestrais, constitui um elemento básico no estabelecimento e reforço das solidariedades, identidade esta visível na categorização frequente (e, muitas vezes de sentido pejorativo) de *zairenses*. Esta classificação demonstra a coesão e a intensidade das redes comerciais preferenciais e dinâmicas. A constituição de uma identidade de base étnica parece, no entanto, ter sido reactivada apenas entre a população do Norte. No bairro Boa Esperança em Luanda, por exemplo, onde uma proporção significativa da população de origem *umbundo* (do planalto central) se encontra concentrada, existe uma "*ausência de solidariedade entre vizinhos e a relutância para participar em actividades de interesse colectivo*" (Robson&Roque, 2002:128). Esta relutância é justificada frequentemente pela repressão e controlo exercidos sobre este grupo específico, dadas as suas ligações à Unita.

Devido à sua natureza étnica, a identidade do Norte não se transformou numa referência social generalizada. A revitalização de referências urbanas/modernas, difundidas na sociedade angolana, é uma tendência global que ganha forma recentemente, mais intensamente nos centros urbanos – onde mais de metade da população se encontra concentrada – e, em especial, em Luanda, onde constitui um fenómeno mais rápido e acentuado. As referências urbanas/

---

fim de assegurar a sua reprodução individual e o seu bem estar (Wallerstein & Smith, 1992:13)

[23] Ver Brinkman (2003).

[24] *Kikongo*, originalmente; mas muitos dos que emigraram para o antigo Zaire também adoptaram o *lingala* e, por vezes, o francês.

[25] Ver, por exemplo, o trabalho de De Boeck.

modernas revelam-se nos hábitos, na língua e no tipo de consumos; implicam uma preferência para a integração no sector formal e o investimento na educação formal. As famílias e os indivíduos mais cedo integrados nas cidades, possuindo qualificações educacionais formais mais elevadas e um emprego formal, tendem a ser incluídas num estrato social diferenciado da elite mas, não obstante, frequentemente relacionado com ela. Este grupo abrangente inclui os antigos assimilados, os comerciantes e artesãos antigos, os assalariados e os funcionários públicos, bem como outros relacionados com as estruturas administrativas e com o partido político no poder: sobas, elementos das administrações municipais, comissões de moradores e organizações políticas (OMA, JMPLA, sindicatos). Pode-se considerar que estas famílias (ou pelo menos a maioria dos seus membros) se estabeleceram na capital antes dos anos 80 e o seu maior grau de integração nas estruturas mencionadas revela a importância que este factor assume como um elemento de identidade e estatuto social. Em Ondjiva, as famílias urbanas antigas – em especial os funcionários públicos – estabelecidas noutras cidades angolanas[26] (ou na Namíbia) durante a invasão e a guerra, que tiveram acesso à educação formal e à vivência urbana, foram as primeiras a retornar à cidade no início dos anos 90, integrando-se em estruturas da administração pública. Assim, a recomposição social urbana, baseada em referências urbanas/modernas, constituiu um fenómeno relativamente rápido em Luanda, onde se tornou mais visível no início dos anos 90. Em Ondjiva, apenas nos últimos 10 anos, quando a re-população maciça se iniciou, é que estas mudanças se começaram a fazer sentir.

Embora os estilos de vida modernos e urbanos em si não possam ser considerados elementos categorizantes, que estabeleçam uma estratificação individual e de grupo rígida, eles representam "pistas e sinais" que permitem identificar pertenças sociais e identidades específicas. A ideia repetidamente propagada nos mais diversos círculos e entre os citadinos é que a migração e a inserção em meio urbano implicam a assimilação de novas práticas e valores urbanos, diferentes daqueles de origem rural. Esta premissa revela-se na adopção rápida da língua portuguesa, utilizada pelas pessoas de origens diversas; na adopção de novos hábitos de consumo; na formação e crescimento de novos grupos religiosos e culturais. *Os filhos, nascidos aqui na cidade, já não sabem falar a língua tradicional. Compreendem-na mas respondem em português*; além disso, muitos *não querem comer kisaca, preferem arroz* ou revelam preferência por outros produtos importados.

As cidades em África têm sido, desde a sua origem, pontos de um contacto entre duas sociedades desconhecidas uma da outra: uma, caracterizada pelo individualismo que valoriza a propriedade material e outra, que atribui prioridade ao espírito comunitário, ao peso da tradição, à solidariedade da linhagem, do clã, do grupo étnico. Este contacto fez nascer uma civilização de natureza ambígua, mantendo aspectos e princípios ancestrais e tradicionais, articulando-os com e no seio de novas maneiras de viver. Sob a óptica da abordagem continuista, as lógicas mistas, mestiças, constituem então uma característica dominante. As cidades africanas desempenham o papel de interface entre o nacional e o estrangeiro e é aí que se constroem novas formas de relação com o espaço-mundo (Mbembe, 2000).

As cidades africanas propagam as referências que emanam do contexto rural e que são reformuladas de forma específica (Dozon, 1981:389). O processo de urbanização e recomposição social implica uma longa duração no tempo e a simultaneidade das permanências e rupturas. A urbanização implica, simultaneamente, um movimento no sentido da adopção de novos

[26] A população deslocada do Cunene estabeleceu-se na cidade de Lubango, em Castanheira de Pêra – uma pequena vila perto do Lubango – ou noutras cidades.

modelos sociais e culturais, de uma forma geral mais próximos dos modelos ocidentais e influenciado pelo fenómeno da globalização. A "modernidade" que estes novos modelos transportam pode ser definida como referindo-se às "*instituições e formas de comportamento estabelecidos primeiramente na Europa pós-feudal, mas que no século XX se tornaram cada vez mais mundiais no seu impacto*" (Giddens, 1991). As dimensões da modernidade, assentam na industrialização e no capitalismo – implicando mercados competitivos e mercantilização da força de trabalho – e produzem formas sociais distintas (Giddens, 1991). Assim definida, a modernidade é essencialmente uma ordem pós-tradicional[27].

Dessa forma, as transformações que as tendências globalizadoras estimulam em África tornaram-se mais visíveis em contextos urbanos. Em todo o caso, como resultado do entrelaçar de eventos e relações sociais do sistema global com contextos locais, é frequentemente possível perceber a criação de sínteses originais e intermédias. A cidade africana é um espaço de novas sociabilidades onde é construída uma sociedade civil – inexistente até aos tempos mais recentes – com relativa autonomia do Estado[28] (em alguns contextos mais do que noutros), onde se desenvolvem actividades informais relativamente independentes do controlo do Estado (mesmo que relacionadas na prática ao sector moderno e ao Estado) e onde emerge uma vida associativa motivada por outros tipos de solidariedades, diferentes das comunitárias (associações de crédito, associações de vizinhança, associações de pais, sindicatos, partidos políticos); onde novas formas de consumo são criadas; onde as religiões de adesão-conversão do tipo individual crescem; onde o despertar democrático e a aspiração a novas formas de solidariedade são visíveis, nomeadamente através da denúncia das formas clientelistas do político (Marie, 1998). As transformações ocorrem a diversos níveis: económico, social, cultural, religioso, político. Ao nível social, as principais transformações incluem a estratificação social, que tende a definir grupos sociais mais alargados e estruturados hierarquicamente e implica processos conducentes a um maior individualismo. A modernidade, através do reforço do mercado, dos processos de urbanização, da introdução do Estado e da contratualização formal, gera mudanças em termos dos grupos e dos indivíduos. Estas transformações, em Angola, têm sido contrariadas e contidas pela funcionalidade das solidariedades comunitárias e pelo domínio das solidariedades socio-políticas de tipo clientelista. Com a degradação destas solidariedades e a mudança das referências sociais, o indivíduo emerge como actor social e as classes sociais estruturam-se com base nos novos padrões – capacidade económica e integração/estilos de vida urbanos – influenciando realidades urbanas diferentes.

---

[27] "*A modernidade manifesta-se através da industrialização, da urbanização, do desenvolvimento da economia de mercado, do desenvolvimento das classes sociais, da competição de mercado e social, da ascensão do Estado burocrático, do domínio da racionalidade científica sobre a simbólica, do domínio da razão universal sobre o conhecimento local, do domínio das identidades funcionais sobre as ontológicas, do domínio da temporalidade cumulativa da história quente sobre a temporalidade mítica da história fria*" (Marie, 1998).

[28] "*Nas cidades [africanas] cresce e já se encontra em movimento uma sociedade civil urbana, para a qual contribuíram as condições precárias de existência e funcionamento de um Estado-providência africano do tipo clientelista, cuja falência é atribuída à incapacidade de alimentar a redistribuição que o legitima*"(Marie, 1998). Se esta proposição pode ser verdadeira para a maioria dos países africanos, em Angola este tipo de consolidação da sociedade civil não é um facto de expansão ampla, embora a capacidade redistributiva presente – e pós-guerra – do Estado possa ser igualmente posta em causa.

Estratos sociais em recomposição

Devido a estes processos urbanos de transformação, novas classes sociais baseadas em recursos económicos começam a emergir em Luanda, enquanto que em Ondjiva uma tendência mais lenta mas igualmente clara e marcada pode ser observada. Não obstante, a transformação é feita de compromissos e combinações que concorrem para uma realidade urbana mista e sincrética. A urbanidade, entendida como o grau de assimilação de práticas e racionalidades urbanas, é definida pelos próprios actores; "*nós que já nos habituámos à cidade, já não vamos conseguir viver no mato porque lá não há nada*". A assimilação de novas práticas e valores urbanos não é, contudo, um fenómeno completo nas sociedades africanas, nem mesmo em meio urbano. Em Angola é possível encontrar uma mistura de situações que entrecruzam elementos "modernos" e "tradicionais" em várias áreas. Estas soluções de compromisso, no entanto, não são apenas o resultado dos constrangimentos, em algumas áreas, para aceder às estruturas modernas/urbanas – a educação, a segurança social, as infra-estruturas – evidenciando antes que a transformação implica a articulação da tradição com a modernidade. O grau desigual de acesso às estruturas urbanas, de transformação dos hábitos e de inserção urbana, cria diferenciações entre indivíduos e grupos. Estas diferenças tornam-se evidentes na análise das actividades económicas, da estrutura e organização da família, da religião, da educação, da habitação. É possível ainda adicionar a estes, outros indicadores, mais visíveis – mas de mais difícil definição – como o vestuário e a moda (Dorier-Aprill, 1998:67), os lugares onde são feitas as refeições (Dorier-Aprill, 1998:73), o divertimento urbano (Dorier-Aprill, 1998:76), a transformação nas relações de género, entre outros. Ou pode também ser desenvolvida através da análise da moda, dos ritos funerários, da elegância, do desporto, da música, da sexualidade, dos modelos matrimoniais (Mbembe, 2000). Em Angola, os tipos de consumo diferenciados mais visíveis na actualidade relacionam-se com a habitação – em que bairro vivem as pessoas e que tipo de casa possuem – ,com o tipo de transporte que podem utilizar, com o vestuário, o tipo de locais onde se podem abastecer e o tipo de lazer a que têm acesso.

Um dos aspectos mais importantes, relacionado com os estilos de vida urbanos, diz respeito à utilização generalizada da língua portuguesa. A língua portuguesa tende a dominar e a representar não só um elemento de diferenciação social mas também um indicador do nível de urbanidade dos indivíduos. As línguas nacionais tendem a ser substituídas pelo português nas cidades e as crianças aí nascidas aprendem a falar o português. O uso do português em Luanda constitui um dos indicadores mais claros do fenómeno de inserção urbana de populações de origens muito diversificadas[29] e o uso desta língua veicular permite uma comunicação entre estas populações e entre a população e a administração. Como mencionado relativamente ao período antes da independência, a generalização da língua portuguesa reflecte uma certa "ocidentalização" (Monteiro, 1973:331) e também o grau de integração urbana nos diferentes estratos sociais (Mingas, 2000). Mesmo em Ondjiva, onde a língua *kwanhama* é dominante (*cf. supra*), partilhada pela população do Cunene e do Norte da Namíbia, a língua portuguesa domina ao nível administrativo e permite o contacto com as instituições centrais e nacionais.

Além da língua portuguesa, o tipo de actividades económicas a que os indivíduos têm acesso é também um indicador social de graus diferentes de integração urbana. O trabalho

[29] Veja-se igualmente indicação de que o *umbundo* é a língua característica do meio rural (MICS, 1997:29).

formal – no sector privado ou na administração pública – representa uma referência não somente para os migrantes rurais que procuram melhores oportunidades de vida, mas também para a população urbana que encara as actividades informais como parte das estratégias de sobrevivência dos indivíduos menos integrados ao nível urbano e que possuem qualificações escolares mais baixas; "*ele não arranjou trabalho ainda; fica só a fazer negócio*". Mesmo sendo o trabalho no sector formal raro – quer em Luanda quer em Ondjiva, por razões diferentes – e absorvendo o sector informal uma grande parte da população economicamente activa[30], o trabalho assalariado formal permaneceu uma das referências da integração urbana desde o período colonial, atravessando o período da economia centralizada, e situa-se no centro da adoptada orientação para a economia de mercado (Rodrigues, 2004).

Uma nota deve ser adicionada à referência ao trabalho formal: embora as actividades formais possam não permitir o acesso aos recursos e/ou a uma remuneração capaz de suportar indivíduos e famílias, e o recurso à pluriactividade e ao *pooling* dos recursos dentro da família seja essencial para a maioria da população[31], o prestígio social associado a um trabalho formal e à possibilidade de integração em redes socio-económicas mais alargadas não devem ser subestimados; na verdade, o trabalho assalariado representa uma referência central na construção dos estatutos sociais modernos e urbanos.

Um dos factores que mostra que o emprego no sector formal se encontra no centro dos conjuntos de expectativas e aspirações dos indivíduos, é o facto de as redes e reciprocidades serem a forma mais comum de aceder ao emprego formal. A mobilização das redes sociais (que exige um investimento substancial de esforços), com o objectivo de ter acesso a trabalhos com um baixo nível de salários, que normalmente geram rendimentos mais baixos do que as actividades informais, é visível nas formas de recrutamento: os empregos são conseguidos através da consulta a amigos (43,2%), das visitas às empresas (32,4%) ou da consulta de familiares (16,3%) (IDR, 2001)[32]. O emprego formal, restrito e de baixo salário, possui um interesse social, constituindo uma forma de estratificação social dos indivíduos e representando uma maior integração urbana e a possibilidade de ter acesso às estruturas modernas/urbanas.

Uma outra variável a ser considerada na análise da urbanidade diz respeito à educação. É em contexto urbano que tradicionalmente uma maior parte das infra-estruturas escolares se encontra localizada e é também aqui que o acesso de um número mais elevado de indivíduos ao sistema de educação se encontra mais facilitado. De facto, a instituição escolar e o acesso a um estatuto social mais favorável através da instrução formal, representam não somente uma tendência urbana global mas encontram-se também no núcleo das racionalidades respeitantes à urbanidade, herdadas do sistema colonial ou mais tarde reforçadas. A educação formal, colocada no centro das estratégias da reprodução, demonstra a deslocação dos

---

[30] De acordo com um inquérito nacional (IDR) realizado em 2001 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), apenas 27,2% da população possui um emprego no sector formal e os trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados representam 60% dos detentores de uma profissão ou de um ofício. Entre aqueles incluídos no sector formal, 51,1% são trabalhadores de produção em indústrias extractivas ou transformadoras, carpinteiros, electricistas, mecânicos, condutores de automóveis, táxi ou autocarro; 28,6% detêm profissões científicas, técnicas, artísticas ou similares; 6,1% são funcionários administrativos e similares e 4,7% são empregados comerciais ou comerciantes. O sector comercial absorve 23,4% daqueles que possuem uma ocupação, a administração pública 10% e os empresários/empregadores representam 3,5% do total.

[31] Esta multiplicidade e combinações variadas, resultam de e representam os fundamentos das estratégias de sobrevivência e reprodução social das famílias. Estas estratégias implicam uma dispersão das formas de geração de rendimentos, ao mesmo tempo que implicam uma concentração de recursos no grupo familiar (Rodrigues, 2004).

[32] Ver também Rodrigues, 2004.

mecanismos de ascensão social e da reprodução do espaço da família para as estruturas produzidas e fomentadas pelos Estados modernos e pelo modo de vida ocidental (Bourdieu, 1994). Embora esta reorientação em Angola seja (ou fosse) ainda incipiente ou incompleta, constituiu uma tendência importante nos últimos anos do período colonial (Monteiro, 1973) e é hoje em dia uma das referências por que os investimentos das famílias são guiados. Apesar de em décadas recentes a possibilidade de aceder a graus de instrução mais elevados (ou o acesso à escola, de todo) permaneça dependente de circunstâncias tangíveis – como a degradação geral do sistema de ensino (a nível infraestrutural e dos recursos humanos), aliada a uma sobrecarga crescente das instituições devido à migração maciça – esta incapacidade de muitas famílias de possibilitar o acesso a todos os seus membros à educação não eliminou a valorização e a importância em termos sociais da escola e da educação formal.

O acesso ao emprego no sector formal encontra-se, na maioria das vezes, dependente do nível educacional. Mas o investimento na educação é também condicionado pelos recursos económicos das famílias, o que tende a contribuir para a existência de um conjunto cada vez mais diferenciado de famílias e de indivíduos com diferentes graus de oportunidades dentro do sistema escolar. Após a independência, o acesso à educação encontrava-se aberto à população em geral mas, nas décadas recentes, devido ao crescimento da população e à degradação das infraestruturas educacionais, em conjunto com o aumento de pagamentos "extraordinários" que as famílias têm que suportar no sistema escolar formal[33], conduziram a um aumento das despesas das famílias com a educação e, consequentemente, a uma selecção dos estudantes e do número de estudantes nas famílias, baseada na capacidade económica.

A capacidade económica transformou-se também numa questão mais clara no que diz respeito à estratificação, no campo do acesso diferenciado aos bens de consumo. Um dos indicadores mais importantes da diferenciação social diz respeito às condições de habitação e à localização da habitação. Em Luanda, a diferença entre os bairros centrais – bem como os bairros mais novos e modernos, como Luanda Sul – e os bairros periurbanos, tornou-se mais evidente. Em Ondjiva, esta mesma distribuição espacial das famílias de estratos socio-económicos diferentes também se tornou mais clara: os bairros centrais (Pioneiro Zeca, Bangula) são habitados por famílias mais urbanas e mais ricas. O tipo de construção, os materiais utilizados e as comodidades incluídas nas casas, revelam diversos níveis de rendimento[34]. O tipo de lugares onde as famílias se podem abastecer – mercados informais, lojas modernas – o tipo de produtos a que têm acesso, o meio de transporte que utilizam, o vestuário e o tipo de lazeres, entre outros, representam um conjunto diversificado de recursos que podem ser obtidos a níveis diferentes e através de combinações diversas.

Os recursos materiais modernos bem como os estilos de vida constituem, portanto, premissas de diferenciação social, condicionadas pela capacidade económica e moldadas por referências urbanas/modernas. Em Angola, a diferenciação social assentava, até muito recentemente, na oposição dual entre a elite e o restante da população. A introdução e/ou reforço de outros indicadores socio-económicos como a capacidade económica, o estilo de

---

[33] Estes pagamentos informais (contribuições para professores; contribuições para material escolar, folhas de exame, entre outras) encontram-se bastante generalizados na maioria de escolas em Angola.

[34] Note-se, no entanto, que tanto em Luanda como em Ondjiva, muitas das habitações existentes localizadas em bairros centrais, foram atribuídas a famílias ligadas ao Estado ou a funcionários públicos (ou, no caso de Luanda, foram ocupadas por famílias periurbanas logo após a independência) e que, consequentemente *o tipo de casa [em Angola] onde a família vive não é suficiente para explicar a pobreza* (GMCVP, 1998:12).

vida urbano, a educação e o acesso às redes da economia formal, introduziram na sociedade angolana diferenciações entre estratos, classes médias e suas subdivisões e tornaram a mobilidade social numa dinâmica mais efectiva.

Mudanças na família e a contracção da solidariedade

A solidariedade e a reciprocidade familiares constituem questões centrais da organização e dinâmica social angolanas. Como referido, as redes da família e o apoio mútuo tiveram um papel fundamental nos processos acelerados de urbanização e transformação socio-económica que ocorreram em Angola desde a independência. O modelo familiar apto para gerir esta solidariedade tradicional é o da família alargada, um compromisso entre a família extensa e o modelo nuclear, mais adaptado ao contexto urbano.

A tendência para a constituição nuclear das famílias foi identificada como um dos modelos que as famílias urbanas angolanas tendiam a adoptar nos últimos anos do período colonial (Monteiro, 1973). A composição da unidade doméstica em si, em contextos urbanos africanos, revela a tendência para a adopção de modelos nucleares de agregado[35], com um mínimo de membros do grupo extenso, mas não exclui a manutenção de relações próximas com o grupo alargado. Se no modelo da família extensa, as redes de solidariedade incluem todos os membros da família, no modelo alargado regista-se antes uma constituição voluntária de um grupo solidário, baseada nos laços de parentesco, que incorpora ou integra membros de diferentes graus. As famílias nucleares são aquelas compostas pelos pais (ou um dos progenitores) e os filhos; as famílias extensas são aquelas onde os laços de parentesco são extensivos e incluem diversos agregados num espaço territorial comum (normalmente vasto); a família alargada não inclui necessariamente todos os consanguíneos ou membros relacionados por afinidade, mas antes aqueles cuja cooptação (sob os termos do parentesco) é realizada através do estabelecimento de relações de solidariedade, da entreajuda e da cooperação a diversos níveis. Assim, a solidariedade da família alargada não implica a partilha de um espaço residencial comum.

A maioria de famílias de Luanda e de Ondjiva incluem diversos membros numa rede de cooperação que se estende para além da unidade residencial (mas que pode, em alguns casos, corresponder a uma única casa). Outras, por outro lado, tendem a reduzir o número dos membros incluídos na rede de reciprocidades, devido ao peso acrescido que esta solidariedade se pode tornar num ambiente socio-económico em mudança[36]. Embora em ambas as cidades a inclusão de um vasto número de parentes nestas redes de reciprocidade seja ainda dominante, o endurecimento das condições socio-económicas e, consequentemente, a diminuição da capacidade de alimentar o sistema de reciprocidades, pode conduzir muitas famílias a conter os seus grupos de solidariedade. A questão é saber se este facto implica a "verticalização" dos grupos (avós, pais, filhos) ou se a "horizontalização" (primos, padrinhos, etc.) prevalece (Trefon, 2004:23)[37].

---

[35] Note-se que agregado reporta à coabitação enquanto que a noção de família inclui a rede de solidariedades e reciprocidades estabelecida, independentemente do local de residência dos membros.

[36] Isto não se aplica à redução do número das crianças entre casais urbanos porque "*a maternidade revela-se, numa gama muito generalizada de circunstâncias, a única via para uma mulher, mesmo nos dias de hoje, aceder ao pleno estatuto de entidade social*" (Carvalho, 1997:143).

[37] Veja-se a referência ao trabalho de De Herdt.

Com a deslocação das referências sociais da família para estratos sociais mais abrangentes, a nova dinâmica social parece tender a substituir a importância da família nas questões da reciprocidade e da construção de estatutos. O crescimento do individualismo e as possibilidades de mobilidade social individual geradas pela modernização, pelo capitalismo e pelas novas referências sociais, tende a construir uma nova sociedade em que os valores e as referências ideológicas são agora mais urbanas e cosmopolitas, em consequência de um processo em curso de globalização. É, no entanto, o hibridismo que caracteriza os processos sociais de transformação que torna de mais difícil definição as premissas que são mais vigorosas na actualidade: a solidariedade familiar e as suas lógicas são ainda uma característica dominante enquanto que, ao mesmo tempo, as novas referências começam a ganhar preponderância.

Conclusões

A estruturação social não se realiza através do posicionamento individual relativo. A aquisição dos estatutos está sujeita à integração numa rede familiar cuja dinâmica e capacidade de gerir reciprocidades e solidariedades (a estratégia base da reprodução social) permite aos indivíduos adquirir posições num determinado grupo social. Internamente, os membros das famílias constroem também o seu estatuto social através da mesma demonstração de capacidades de suportar a reciprocidade da família (concentração de recursos variados e sua distribuição). Ainda preponderantes, os grupos baseados nas redes familiares estruturam toda a sociedade, criando uma realidade social atomizada, sendo cada um destes grupos vertical e autonomamente organizado.

Em contexto urbano, no entanto – e ao mesmo tempo – emergem novas redes sociais, a capacidade económica torna-se crucial na definição de estratos sociais bem como a integração e utilização de referências urbanas modernas. Embora a sociedade urbana angolana seja caracterizada pela mistura dos elementos urbanos e rurais de origens diferentes, articulados com diferentes práticas e lógicas económicas, religiosas, sociais e políticas, é possível prever que num contexto de economia de mercado crescente, de exigências no sentido da democratização e da globalização, as estruturas sociais tendam a adaptar e a adoptar os modelos de estratificação social baseados em premissas económicas, educacionais e de *status*, e as principais referências que se destacam deste conjunto são a modernidade e os estilos de vida urbanos. A natureza cosmopolita de longa data de Luanda introduziu mudanças rápidas e profundas nos estilos de vida dos citadinos, mas em cidades menores e mais periféricas como Ondjiva – onde a guerra e a deslocação forçada, bem como a colonização tardia, adiaram a urbanização – as referências modernas e urbanas emergem igualmente.

Dadas estas tendências de recomposição social, muitas questões necessitam de ser exploradas mais profundamente com vista a melhor compreender fenómenos sociais recentes. Uma delas é a conversão do capital social das elites em recursos capitalistas e as implicações políticas que esta conversão pode gerar no que diz respeito ao processo angolano de democratização. Outra, é a recomposição das relações rural/urbano, as novas relações que emergem e as influências recíprocas remodeladas pela intensificação das trocas sociais e económicas. Finalmente, torna-se necessário explorar as implicações que estes processos de estratificação social têm em termos do desenvolvimento e redução da pobreza.

Bibliografia

AMADO, F. et al. (1992) "A Urbanização e Desurbanização em Angola", *Cadernos de População e Desenvolvimento*, vol.1 (1): 57-91

AMARAL, I. (1983) "Luanda e os seus Muceques: problemas de geografia urbana", *Finisterra*, 18 (36): 293-325

BOURDIEU, P. (1994) "Stratégies de Reproduction et Modes de Domination", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 105, Paris: Seuil

BRINKMAN, I. (2003) "War and Identity in Angola: two case studies", *Lusotopie*: 195-221

CARVALHO, R. D. (1997) *A Câmara, a Escrita e a Coisa Dita: fitas, textos e palestras*, Luanda: INALD

CILLIERS, J. (2000) "Resource Wars – a new type of insurgency", in: Cilliers, J. & Dietrich, C. (ed.) *Angola's War economy: the role of oil and diamonds*, Pretoria: Institute for Security Studies

DEI, G.J.S. (1992) "A Ghanaian Town Revisited: changes and continuities in local adaptative strategies", *African Affairs*, 362: 95-120

DORIER-Appril, E. et al. (dir.) (1998) *Vivre à Brazzaville: modernité et crise au quotidien*, Paris: Karthala

FERREIRA, M. E. (1995) "La reconversion économique de la nomenklature pétrolière", *Politique Africaine*, 57: 11-26

GIDDENS, A. (1991) *Modernity and Self-Identity: self and society in the Late Modern Age*, Cambridge: Polity Press; edição portuguesa: 1997.

GMCVP-INE (1998) *Nota da Pobreza*, Luanda: INE

HODGES, T. (2001) *Angola: from afro-stalinism to petro-diamond capitalism*, Bloomington: Indiana University Press

IDR – *Índice de Despesas e Receitas dos Agregados* (2001), Luanda: INE

IL (1999) *Inquérito de Luanda*, Lisboa: CEsA – ISEG – UTL

IO (2004) *Inquérito de Ondjiva*, Governo da Província do Kunene

JORGE, M. (1998) *Para Compreender Angola*, Lisboa: Dom Quixote

LOCOH, T. (1993) "Formes Modernes et Traditionnelles de Solidarité", in: Chasteland, J.-C. et al. (dir.) *Politiques de Développement et Croissance Démographique Rapide en Afrique, Actes de la Conférence Internationale "Développement et Croissance Rapide: regards sur l'avenir de l'Afrique"*, INED: Congrès et Colloques, 13: 215-234

MATOS, N. (1944) *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol.II, Lisboa, Ed. Marítimo-Colonial, Lda.

MARIE, A. (1998) *L'Afrique des Individus: itinéraires citadins dans l'Afrique contemporaine* (Abidjan, Bamako, Dakar, Niamey), Paris: Karthala

MBEMBE, A. (2000) "Récompositions Sociales", comunicação apresentada na conferência internacional "*África na Viragem do Século*", Lisboa: ISCTE, 20-23 Setembro

MESSIANT, C. (1989) "Luanda, 1945-1961: colonisés, société coloniale et engagement nationaliste", in Cahen, M. (dir.), («Vilas et «Cidades») *Bourgs et villes en Afrique Lusophone*, Paris, L'Harmattan : 125-199.

MICS – *Multiple Indicator Cluster Survey* (1997), Luanda: INE – UNICEF

MINGAS, A. (2000) *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Luanda*, Luanda: Chá de Caxinde

MONTEIRO, R. L. (1994) *Os Ambós de Angola antes da independência*, 1. ed., Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

MONTEIRO, R. L. (1973) *A Família nos Musseques de Luanda: subsídios para o seu estudo*, Luanda: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola

NETO, J. P. (1963) *O baixo Cunene: subsídios para o seu desenvolvimento*, Junta de Investigação do Ultramar, Estudos de ciências políticas e sociais, nº 68

ROBSON, P. & Roque, S. (2002) "*Aqui na Cidade Nada Sobra para Ajudar". Buscando a Solidariedade e a Acção Colectiva em Bairros Periurbanos de Angola*, DW: Occasional Papers, 3

RODRIGUES, C. (2004) *Trabalho Assalariado e Estratégias de Sobrevivência e Reprodução de Famílias em Luanda*, tese de Doutoramento, ISCTE – Lisboa

TREFON, T. (dir.) (2004) *Ordre et Désordre à Kinshasa: réponses populaires à la faillite de l'État*, Paris: Karthala

VENÂNCIO, J. (1996) *A Economia de Luanda e Hinterland no Século XVII: um estudo de sociologia histórica*, Lisboa: Editorial Estampa

WALLERSTEIN, I. & Smith, J. (1992) "Household as an Institution of the World Economy", in: Smith, J. & Wallerstein, I. (eds.) *Creating and Transforming Households: the constraints of the world economy*, Cambridge: Cambridge University Press & Editions de la Maison de l'Homme: 3-25

Capítulo V

ANGOLA E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

Apresentação/ Comentário
Gerald J. Bender
Textos
Paulo Jorge
Arvind Ganesan
Manuel Paulo

APRESENTAÇÃO/COMENTÁRIO

Gerald J. Bender
University of Southern California

Na apresentação deste capítulo sobre Angola e a Comunidade Internacional, devo começar por referir que em muitos aspectos Angola chegou longe desde a sua independência, tendo completado dois anos de participação enquanto membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e gozando actualmente de boas relações diplomáticas com quase todos os países do mundo.

Este capítulo tem a sorte de contar com a participação de Paulo Jorge, sendo que ninguém mais do que ele estará familiarizado com as práticas diplomáticas e os avanços que se têm verificado depois da independência em 1975; o nosso conferencista Manuel Paulo contribuirá também para nos esclarecer acerca da história da política externa Angolana.

Por outro lado, temos de referir algumas decepções durante este mesmo período da independência até hoje, especialmente ao nível da economia. Naturalmente que durante a prolongada guerra civil não existiam muitos países interessados em investir em sectores outros que não o petróleo e os diamantes, contudo, volvidos três anos depois do fim do conflito o quadro não se alterou de forma radical. Alguns, como Arvind Ganesan que participa neste capítulo, argumentam que tal facto se deve à falta de transparência na economia Angolana. Muitos investidores estão na expectativa para verem se Angola consegue chegar a entendimento com o Fundo Monetário Internacional.

Em determinados períodos prevalece um considerável optimismo no sentido de se acreditar que um acordo com o Fundo será alcançado, mas logo em seguida se instala o pessimismo de que Angola e o FMI nunca chegarão a entendimento. Uma outra ramificação da incapacidade de ambos se entenderem está no adiamento da infame conferência de doadores, esperada há mais de dois anos. Muitos doadores querem ver um acordo com o FMI e mais transparência, antes de garantirem centenas de milhões de dólares para a reconstrução de Angola.

A diplomacia Angolana ainda é, em grande parte, conduzida a partir do gabinete presidencial e não do Ministério das Relações Exteriores, facto que tem muitas repercussões, nem sempre positivas, e que limitaram o alcance das actividades diplomáticas no exterior e inibiram o investimento externo no país.

A presença da comunidade internacional tem crescido fortemente numa área em particular – as Organizações Não Governamentais/

ONGs. Há quase exactamente duas décadas atrás eu cheguei a Angola com acesso a vários milhões de dólares gerados pelo concerto *We Are the World*. As minhas instruções eram no sentido de que o dinheiro deveria ser canalizado através de ONGs, mas não consegui encontrar nem somente uma. Não só as ONGs não existiam, como também era difícil encontrar Angolanos capazes de entender o conceito de uma organização não governamental. Hoje a situação alterou-se significativamente. De facto, alguns argumentam inclusive que talvez existam hoje demasiadas ONGs.

ANGOLA E A COMUNIDADE INTERNACIONAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Paulo Jorge
Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA

Permitam-me, antes de mais, saudar a iniciativa da Universidade Católica de Angola através da sua Faculdade de Economia e a Universidade de Coimbra, pela realização deste Colóquio sobre o "*Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*".

Apesar de me ter sido solicitado titular a comunicação como entendesse, achei sugestivo o tema do 1º painel: "Angola e a Comunidade Internacional: Passado, Presente e Futuro" e neste âmbito, tentarei dar, ainda que modesta, uma contribuição sobre a relação de Angola com a Comunidade Internacional.

Angola alcança 30 anos de independência como País livre e soberano e, por isso, gostaria de recordar alguns factos históricos.

A história de Angola e da sua Luta de Libertação é marcada pelo surgimento dos Movimentos de Libertação Nacional, o MPLA, a UPNA (mais tarde FNLA) e a UNITA.

No período de 1961 a 1974, período que ficou conhecido na história de Angola como a 1ª Luta de Libertação Nacional, o MPLA, a FNLA e a UNITA foram, cada um de acordo com as suas estratégias de política externa, situando-se dentro dos Blocos existentes no mundo, tentando influenciar diversos países e povos sobre a real situação de Angola.

Sem receio de errar, o MPLA foi de facto o mais legítimo dos Movimentos de Libertação de Angola tendo chegado a 1974 como o mais reconhecido e verdadeiro representante do Povo Angolano.

Os Acordos de Alvor, assinados entre o Governo Português e os Movimentos de Libertação Nacional, a 15 de Janeiro de 1975, definiram o dia 11 de Novembro do mesmo ano como a data prevista para a proclamação da Independência Nacional.

Entre 31 de Janeiro de 1975 (data da tomada de posse do Governo de Transição) e o 11 de Novembro de 1975, o País viveu uma intensa guerra civil, como consequência da dupla invasão de forças militares sul-africanas e zairenses e é de referir que nessa altura a Comunidade Internacional não se interessou pelo dossier Angola. O ano de 1975 representou o início da maior confrontação entre os Blocos Ocidental e Socialista, liderados pelos EUA e a então União Soviética. Neste ano, assiste-se

à derrota americana no Vietname e, talvez por isso, o conflito interno angolano não interessou a ninguém.

No entanto, os três Movimentos de Libertação, através das suas estratégias político-diplomáticas, encontraram os seus aliados disponíveis a fornecer homens e equipamentos militares. O MPLA solicita o apoio militar cubano, soviético, jugoslavo, etc., a FNLA recorre ao apoio dos mercenários americanos e zairenses, e a UNITA ao apoio das Forças Armadas do regime do *apartheid*.

Essa luta interna foi ganha pelo MPLA que proclamou a Independência Nacional, tendo o Dr. Agostinho Neto assumido o cargo de Chefe de Estado, o que foi determinante para o reconhecimento internacional da República Popular de Angola e a consequente adesão à OUA, ao Movimento dos Países Não Alinhados e à ONU no decurso do ano de 1976, como membro de pleno direito.

Culmina assim, a 1ª fase da relação de Angola com a Comunidade Internacional.

2ª Fase da Relação de Angola com a Comunidade Internacional

O facto de Angola ascender à independência com uma guerra civil em gradual via de extinção, e a Comunidade Internacional ter logo reconhecido o governo de Agostinho Neto, pensou-se que com o término da guerra o País viria a ter uma relação diferente com a Comunidade Internacional.

Mas acontece que o período de 1976-1985 viria a ser determinado pela eleição do Presidente Ronald Reagan pelo Partido Republicano. Nesse período, agudizam-se as confrontações e a corrida armamentista entre as duas super-potências (os EUA e a União Soviética). Por outro lado, estas duas super-potências vão influenciar ou dinamizar (embora de formas diferentes ou mesmo antagónicas) através de actores nacionais ou estrangeiros, o surgimento de conflitos internos em vários países da África, Ásia e América.

Angola é então novamente desestabilizada pelas forças armadas do regime do *apartheid* com o apoio dos EUA, que financiaram o ressurgimento da UNITA com vários grupos e acções terroristas nos principais pontos estratégicos do território nacional, luta essa que termina, temporariamente, com a assinatura dos Acordos de Bicesse em Maio de 1991. O apoio determinante à UNITA é dado com a revogação da "Emenda Clark", em 1985, após insistentes *démarches* da Administração Reagan.

A prioridade da política externa angolana eram os países socialistas da Europa, da Ásia e da América Latina, os países progressistas de África e do chamado Terceiro Mundo.

Em relação ao Continente Africano, Angola age em conformidade com os princípios da Carta da OUA, nomeadamente apoiando a necessidade de libertação dos povos do Zimbabwe (cuja independência se dá em 1980), da Namíbia (independente em 1990) e apoiando a abolição do *apartheid* na África do Sul (regime abolido em 1994).

No período de 1976-1991, Angola volta a viver uma intensa guerra civil que, por um lado, é de facto um conflito interno, mas por outro lado, essa guerra tem a ver com o apoio dado à luta da SWAPO e do ANC, na Namíbia e na África do Sul respectivamente.

Apesar do governo Angolano tentar manter relações políticas e diplomáticas com os seus vizinhos - República Popular do Congo, República do Zaïre e República da Zâmbia -, alguns desses governos desempenharam um papel importante na desestabilização interna de Angola, permitindo à UNITA estabelecer bases ou corredores de aprovisionamento de material de guerra e logística.

Apesar do presidente Agostinho Neto ter defendido, junto do então Secretário- Geral da ONU, Kurt Waldheim, a necessidade de uma zona desmilitarizada entre Angola e a Namíbia, ela infelizmente não foi estabelecida e isto contribuiu para uma permanente desestabilização da fronteira Sul.

No período da guerra civil, que foi decorrendo de 1975 a 1991, as relações de Angola com a Comunidade Internacional foram intensas, especialmente com as Nações Unidas, Cuba, União Soviética, Comunidade Económica Europeia e com a Organização de Unidade Africana, tendo também ocorrido, ainda que espaçados, encontros com Subsecretários de Estado para os Assuntos Africanos dos EUA, na tentativa de resolução da questão da independência da Namíbia e da retirada das tropas cubanas de Angola, no quadro do chamado "Engajamento Construtivo".

Apesar da retirada de cerca de quarenta e cinco mil cubanos de Angola e de se assinarem os Acordos de Paz de Bicesse (facto que contribuiu para a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo em Angola), a Comunidade Internacional e particularmente as Nações Unidas, cometeram o erro de enviar tropas de monitorização do processo que não eram (mas que deveriam ter sido) Forças de Manutenção da Paz, o que significou que a ONU não quis investir seriamente na resolução do conflito angolano, tendo depois sido necessários mais dez anos de guerra civil, após as eleições, para que o país alcançasse uma paz definitiva.

A 3ª Fase da Relação de Angola com a Comunidade Internacional

Angola, até 1992, tinha relações políticas ou diplomáticas com todos os Países do mundo, excepto com os EUA.

O facto das primeiras eleições multipartidárias terem sido consideradas livres e justas pela Representante do Secretário Geral da ONU, a Senhora Margaret Anstee, e da UNITA não ter aceite a derrota eleitoral e ter recomeçado a guerra civil, foi determinante para que o Presidente Bill Clinton, então recém eleito, declarasse o reconhecimento do Governo de Angola pelos EUA, a 19 de Maio de 1993.

Angola começa a ser gradualmente reconhecida e respeitada pela Comunidade Internacional devido a ter, por si própria, encontrado a fórmula para a resolução do seu conflito interno. Por outro lado, o país foi participando activamente na resolução do conflito da República Popular do Congo e da República Democrática do Congo, RDC, o que permitiu equilibrar a concentração de forças na África Central e Austral. Paralelamente, tem vindo a desempenhar um papel importante na estabilidade política dos países dos Grandes Lagos, particularmente da RDC, do Ruanda e do Burundi.

O ano de 2003 foi decisivo para a diplomacia angolana no seu relacionamento com a Comunidade Internacional. A eleição, por um período de 2 anos, como Membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a priorização da discussão dos conflitos em África, fundamentalmente na Guiné-Bissau e na Costa do Marfim, constituem posicionamentos de particular relevância.

A Presidência da SADC pelo Engenheiro José Eduardo dos Santos durante o ano de 2003, contribuiu para a reforma das suas instituições, dando os necessários passos para a construção de uma sólida organização de integração regional e debatendo os problemas mais graves que afectam a África Austral, nomeadamente a SIDA e a pobreza. A eleição do deputado França Van-Dunen como vice-presidente do Parlamento Africano, constitui igualmente uma referência.

Actualmente, as relações internacionais modernas têm em conta vários elementos estruturantes da sociedade internacional, tais como o equilíbrio internacional de poderes, o Direito Internacional, a Concertação Multilateral, a Diplomacia Permanente, a Promoção da Economia de Mercado, assim como a Segurança Colectiva, a Auto-determinação dos Povos e a globalização da Política Internacional.

O futuro das relações de Angola com a Comunidade Internacional deverá ser visto no âmbito do reforço das relações políticas e diplomáticas e na dinamização da diplomacia económica, a qual permitirá a Angola dar a conhecer os seus esforços internos que se estão a realizar no quadro do desenvolvimento económico e social e as oportunidades de negócio para o Estado, para as empresas multinacionais e outros parceiros que serão fundamentais para o desenvolvimento sustentável de Angola.

Uma acção mais dinâmica da diplomacia angolana ao nível das Organizações Internacionais e Regionais, o reforço das relações de cooperação bilateral ou multilateral com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa –CPLP–, com a União Europeia e com os demais Estados, muito particularmente com aqueles que influenciam a política internacional, poderá contribuir para um melhor posicionamento de Angola no concerto das nações e para um desenvolvimento económico e social que corresponda às justas e legítimas aspirações do Povo angolano.

ANGOLA: UMA ANÁLISE DOS ESFORÇOS GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DA TRANSPARÊNCIA E GESTÃO DAS RECEITAS DERIVADAS DO PETRÓLEO[1]

Arvind Ganesan
Human Rights Watch, Washington DC

A minha apresentação começa por introduzir a questão de Angola no contexto mais vasto dos programas da *Human Rights Watch*, com especial referência ao Programa de Negócios e Direitos Humanos (*Business and Human Rights*).

A *Human Rights Watch* (HRW), actualmente a maior organização de direitos humanos com base nos E.U.A., nasceu em 1978 com a criação da sua divisão da Europa e Ásia Central (conhecida posteriormente como *Helsinki Watch*) e inclui hoje também divisões dedicadas a África, às Américas, à Ásia e ao Médio Oriente/Norte de África. Inclui, ainda, três divisões temáticas sobre armas, direitos das crianças e direitos das mulheres, bem como quatro programas especiais sobre liberdade académica, sobre HIV/SIDA e direitos humanos, sobre os Estados Unidos e sobre negócios e direitos humanos.

O programa sobre negócios e direitos humanos tem vários componentes. Trabalha sobre direitos laborais no mundo e tem relatórios publicados sobre países como a Índia, México, Equador, E.U.A. e Egipto. Está também para ser publicado um relatório sobre direitos laborais em El Salvador. O programa começou recentemente a analisar acordos comerciais e os passos necessários para que estes acordos assegurem o respeito pelos direitos dos trabalhadores, sem que no entanto esses direitos se tornem num meio para o proteccionismo. Tem, além disso, produzido relatórios sobre instituições multilaterais, tais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Uma das principais áreas de trabalho deste programa incide sobre as indústrias extractivas, devido ao impacto enorme que os rendimentos gerados por estas indústrias podem ter sobre o desenvolvimento social, económico e político dos Estados. Esta indústria tem uma influência significativa sobre as políticas de outros governos, devido à sua importância estratégica. A nível local, os projectos são frequentemente encarados como estratégicos e requerem altos níveis de segurança, particularmente

[1] Traduzido do Inglês por Mónica Rafael.

em áreas instáveis. Em casos em que os governos ou forças privadas tenham uma história de abusos ou desenvolvam um padrão de abusos, o risco de estes se verificarem ao nível da segurança é elevado. Não nos limitamos simplesmente a observar as forças de segurança que protegem pessoas e infra-estruturas, mas também analisamos o papel de grupos rebeldes e os seus ataques, raptos e outros actos cometidos contra civis, incluindo trabalhadores petrolíferos. Até ao momento, produzimos relatórios sobre Angola, Birmânia, Colômbia, Kazaquistão, Nigéria e Sudão, embora trabalhemos sobre outros países, do Cáucaso, Ásia Central e África Ocidental. Relativamente às empresas, produzimos relatórios sobre a maioria, se não mesmo a totalidade, das principais empresas petrolíferas, bem como sobre entidades independentes e estatais.

Receitas

A gestão das receitas é talvez um dos temas mais importantes na área de negócios e direitos humanos. Segue-se uma breve descrição das implicações da gestão de receitas nos direitos humanos, bem como a discussão de alguns dos passos possíveis que podem conduzir a melhores condições no campo dos direitos humanos.

O ponto de partida para esta discussão é compreender a relação entre controlo económico e responsabilidade política. Em muitos casos, as receitas do petróleo criam a "economia de enclave", em que o governo é o recipiente directo desta actividade económica e não está sujeito a impostos domésticos nem depende de actividades económicas diversificadas para funcionar. O mesmo é verdade para uma perspectiva política. Um governo não democrático, que não seja politicamente responsável perante a sua população, apenas se consegue reforçar politicamente se exercer também o controlo económico. Tal consolidação do controlo económico e político é um desincentivo para a democratização e pode gerar hostilidade para com a transparência e a responsabilização.

Um indicador chave de que um governo está a agir de uma forma que enfraquece os direitos humanos é a relação entre o mau uso de receitas (devido à má gestão ou corrupção) e a resposta de um governo a um escrutínio realizado a essa mesma utilização das receitas por terceiros, sejam eles a imprensa, os partidos políticos, a sociedade civil, as instituições internacionais ou outros governos. Angola é um exemplo desta situação.

Angola

Angola tem recebido uma considerável atenção durante os últimos anos devido ao seu pobre registo de governação, à sua riqueza petrolífera, à sua pobreza devastadora e às dificuldades que a população tem suportado devido à recém terminada guerra civil de décadas com a UNITA e à continuação da guerra em Cabinda.

As receitas de petróleo são a principal fonte de rendimento do governo angolano. De acordo com o FMI, entre 1995 e 2002, as receitas do petróleo representaram aproximadamente 70 a 89% das receitas governamentais e 92% das exportações. Em 2000, quando foi anunciado o Diagnóstico do Petróleo, este constituía 89% das receitas governamentais, ou seja, mais de 4 biliões de dólares norte americanos. Em 2001, o petróleo traduzia 81% das receitas do governo, e estima-se que essa cifra tenha rondado os 75% em 2002.[2]

[2] International Monetary Fund (IMF), "*Angola: Staff Report for the 2002 Article IV Consultation*," 18 Março 2002, p. 32.

A produção de petróleo pode crescer consideravelmente à medida que surjam os novos blocos petrolíferos *offshore*. Com uma população de aproximadamente 13 milhões de pessoas, Angola possui riquezas naturais que lhe permitem tornar-se num modelo de desenvolvimento. No entanto, a opacidade das receitas e gastos do governo angolano tem gerado preocupação entre as instituições financeiras multilaterais, organizações não governamentais, empresas e governos, bem como dentro da própria Angola, sobre a imensa má gestão dessas receitas. Apresentámos muitos destes problemas em detalhe no nosso relatório "*Some Transparency, No Accontability*", publicado em Janeiro de 2004. Apresento, em seguida, algumas das nossas conclusões principais.

O nível de má gestão é extremamente preocupante. Discrepâncias "inexplicáveis" entre 1997 e 2002 somam um total de cerca de 4.2 biliões de dólares americanos, uma média anual de 703 milhões de dólares, equivalentes a cerca de 9,25% do PIB. Por exemplo, em comparação, se a mesma cifra fosse aplicada aos E.U.A, ascenderia ao montante de 966 biliões; e no Reino Unido, onde o PIB é de aproximadamente 900 biliões, equivaleria a uma discrepância de cerca de 83 biliões, anualmente. Independentemente do tamanho da economia em questão, uma tão elevada discrepância teria claramente e em qualquer país um impacto negativo sobre a sua capacidade de reforçar as suas instituições, seja um sistema judicial independente ou investimentos na saúde, ou outras actividades necessárias para melhorar o respeito pelos direitos humanos.

Alguns passos foram dados para melhorar a transparência quando o governo e o FMI iniciaram um acordo em 2000. Esse acordo incluía um estudo, conhecido como o Diagnóstico do Petróleo, para monitorizar as receitas de petróleo, de forma a determinar a quantidade depositada no banco central e a criar um modelo para o governo poder monitorizar com exactidão essas receitas. Lamentavelmente, o acordo com FMI não conduziu a um programa formal devido ao fracasso do governo angolano em implementar várias das medidas apresentadas e aos desacordos surgidos entre as duas partes. Não obstante, o Diagnóstico do Petróleo continuou.

Neste contexto, acreditamos que a divulgação pública dos dados relativos à quantidade e à utilização das receitas petrolíferas é fundamental para introduzir melhorias na situação dos direitos humanos. Em termos específicos, alguns dos passos deveriam incluir:

- Tornar públicos os relatórios do Diagnóstico de Petróleo, existentes e futuros.
- Fornecer uma análise detalhada e regular das despesas governamentais, particularmente as que envolvem o petróleo e a dívida financiada pelo petróleo.
- Realizar e publicar auditorias públicas ao Banco Central e à Sonangol.
- O FMI deveria continuar a exigir estas medidas para a transparência antes de iniciar um programa de apoio.
- Publicar registos financeiros rigorosos e certificáveis dos gastos, em particular dos gastos sociais e dos gastos com as instituições que podem proteger os direitos humanos.

O Impacto sobre a Pobreza

É de importância fundamental para o governo continuar a cumprir com as suas obrigações. A publicação de todos os relatórios do Diagnóstico do Petróleo, a auditoria à Sonangol e o fornecimento de um registo financeiro rigoroso da dívida financiada pelo petróleo assumem um carácter crítico. Acima de tudo, deve existir muito mais transparência e rigor nos gastos. Como já foi referido anteriormente, os angolanos sofreram enormemente devido

à deficiente atribuição e gestão de fundos públicos. É necessário rever as prioridades das despesas em favor de necessidades essenciais: habitação, saúde e educação. No entanto, sem um registo financeiro rigoroso das despesas, sem monitorização pública e sem uma responsabilização significativa, isto pode não acontecer.

A falta de transparência e a má gestão tiveram um impacto extremamente negativo sobre o bem-estar da população do país. Tal como previamente referido, Angola é um dos países mais pobres do mundo. Aproximadamente 70% dos angolanos vivem numa situação de pobreza e o país encontra-se no 164º lugar da lista de 175 países que integram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2003, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).[3] Mas o que é particularmente preocupante é que a classificação do IDH de 2003 foi a mais baixa de Angola em vários anos, isto apesar de a produção e as receitas de petróleo terem aumentado e de a guerra com a UNITA ter terminado. Em 2002, a classificação do IDH tinha situado o país na 161ª posição num conjunto de 173 países;[4] em 2001, o IDH de Angola colocava-a em 146º no conjunto de 162 países,[5] e tanto em 1999 como em 2000, classificou-se em 160º num total de 170 países[6]

A importância desta reclassificação não pode ser subestimada. Como já anteriormente referido, entre 1997 e 2002, desapareceram cerca de 4.2 biliões de dólares. Durante o mesmo período, o total de gastos sociais do governo foi de cerca de 3.6 biliões de dólares – cerca de 600 milhões de dólares a menos do que o total de dinheiro desaparecido. Cerca de um milhão de angolanos dependem da assistência internacional como seu único meio de sobrevivência. No total, cerca de 3.7 milhões de angolanos dependem de algum tipo de assistência internacional. No entanto, os 4.2 biliões de dólares que desapareceram são apenas 55 milhões de dólares a menos do que o total gasto pelo governo, as Nações Unidas e a maior parte das agências internacionais humanitárias para responder às dramáticas necessidades humanitárias do país. Apesar de serem claramente necessários mais fundos para responder às necessidades da população, o montante total gasto em necessidades sociais e humanitárias corresponde grosseiramente à quantia desaparecida.

A situação actual

O governo deu um conjunto de passos positivos para melhorar a transparência durante o último ano. Autorizou a publicação do Relatório do FMI e do seu Apêndice Estatístico de 2003 - *IMF Staff Report and Statistical Appendix*. Ainda que não se deva sobrevalorizar a publicação de relatórios elaborados por *Staff* (funcionários), esta atitude do governo Angolano constitui um passo positivo. A maioria dos países publica este tipo de relatórios numa base rotineira e, de facto, a sua não publicação constitui a excepção, e não a regra. A sua não publicação pode ser um indicador de que estes contêm algo que o governo não quer que seja do conhecimento público. Angola em 2002, Guiné Equatorial e Uzbequistão são exemplos recentes de governos que não permitiram a publicação, sabendo-se que nenhum destes países é um modelo de boa governação.

[3] UNDP, *Human Development Report 2003* (New York: Oxford University Press, 2003), Annex III: Human Development Indicators.

[4] UNDP, *Human Development Report 2002* (New York: Oxford University Press, 2002), Annex I: Human Development Indicators.

[5] UNDP, *Human Development Report 2001* (New York: Oxford University Press, 2001), Human Development Indicators.

[6] UNDP, *Human Development Report 2000* (New York: Oxford University Press, 2000), Human Development Indicators; UNDP, *Human Development Report 1999* (New York:Oxford University Press, 1999), Human Development Indicators.

O governo também tornou público o sumário executivo do primeiro Relatório de Diagnóstico do Petróleo, que detalha um nível impressionante de má gestão em 2000. Existem diferentes registos acerca das quantias recebidas pelo governo em diversos departamentos e por vezes dentro do mesmo departamento governamental. O governo não explica estas discrepâncias nem a razão pela qual os diferentes departamentos não as conseguem conciliar. Tratam-se de centenas de milhões de dólares em receitas que não podem deste modo ser conciliadas e de mais de 2 biliões de dólares que não foram depositados no banco central. É um dado importante sobre a forma deficiente como o governo geriu as receitas do petróleo. Depois, publicou o último relatório de diagnóstico de petróleo em Maio de 2004, que detalha muitas recomendações que podem ajudar o próprio governo, que tem um calendário interno para implementar estas recomendações. No entanto, não autorizou a publicação dos outros seis relatórios de Diagnóstico de Petróleo, nem a totalidade do primeiro, apenas o sumário executivo. Pensamos que seria importante publicar esses relatórios bem como um calendário de acções para melhorar ainda mais a transparência.

Um outro passo importante foi o anúncio do pagamento de bónus feito pela Chevron-Texaco para ampliar os seus direitos ao Bloco 0. O governo fez esta declaração em Maio de 2004, durante uma visita presidencial a Washington. O pagamento é de cerca de 300 milhões de dólares, dos quais 80 milhões são um pagamento de "bónus social". Apesar da divulgação do pagamento ser um aspecto muito positivo e de ser a primeira vez que acontece relativamente a uma quantia desta ordem, é de importância fundamental para o governo que explique a forma como planeia gastar essa verba.

A Sonangol afirmou que está a conduzir uma auditoria interna. É de importância crítica para a empresa e para o governo explicar os termos de referência da auditoria e, finalmente, torná-la pública.

Por último, o governo deveria publicar as auditorias do banco central relativas aos anos de 2000, 2001 e 2002.

Os passos dados pelo governo são todos muito positivos e importantes, mas muito mais permanece ainda por fazer. Terá de publicar de forma consistente auditorias, registos financeiros da dívida, receitas de petróleo e gastos, de forma a assegurar o máximo de transparência. Talvez o mais importante seja a necessidade da sociedade angolana exercer um escrutínio constante sobre a forma como o governo utiliza os fundos. Este é um passo fundamental, e decisivo, para o processo de transição de Angola.

A POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA ENTRE 1975 E 2002

Manuel Paulo
Middlesex Business School, London

Introdução

Este texto debruça-se sobre as vitórias diplomáticas alcançadas pelo governo angolano na arena internacional, de 2002 até à presente data, sem contudo deixar de referir alguns aspectos menos positivos, tais como o facto de Angola não ter conseguido ainda persuadir a comunidade internacional a organizar uma conferência de doadores para a reconstrução do país depois de vinte e sete anos de guerra civil. Este objectivo vem sendo perseguido sem sucesso desde Abril de 2002. Isto depois de Angola ter sido eleita para membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (cargo ocupado de Janeiro de 2002 a Dezembro de 2004) e tendo presidido à Comunidade de Desenvolvimento para África Austral-SADC (de Setembro de 2002 a Setembro de 2003).

Este texto procura identificar os princípios que guiaram a política externa angolana nos períodos compreendidos entre 1975 e 1992, e posteriormente, entre 1992 e 2002. No primeiro destes dois períodos a política externa foi essencialmente baseada na solidariedade com os movimentos de libertação nacional um pouco por todo o mundo, mas especialmente em África; no segundo período, a política externa baseou-se no impedimento da expansão da UNITA na arena internacional. Analisarei o modo como estes dois períodos, que caracterizaram a politica externa angolana entre 1975 e 2002, comprometeram a capacidade do país de mobilizar recursos para a sua reconstrução no pós-guerra. Termino com uma referência à necessidade de reestruturação de alguns aspectos da estrutura diplomática Angolana para que o governo angolano possa alcançar os seus objectivos no sistema internacional.

A Política Externa Angolana de 1975 a 1992

Angola alcançou a sua independência através de apoios internacionais importantes que vieram de diversos países. A partir de então, a sua politica externa foi conduzida com base no objectivo de assegurar a integridade do seu território. Isto deveu-se ao facto de logo após a independência o país ter mergulhado numa guerra

civil e ter servido de campo de batalha ao conflito ideológico entre os Estados Unidos da América/EUA e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/URSS – conflito que ameaçava a existência do país como Estado soberano. Ao nível da política externa, o método encontrado pelo governo angolano durante esse período, foi o de criar um ambiente regional favorável de forma a garantir a sua integridade territorial através da solidariedade para com os movimentos de libertação nacionais em países vizinhos.

> *A política externa angolana desde a independência foi formulada primeiramente em resposta às várias pressões domésticas e internacionais que ameaçavam a sua existência. O objectivo básico desta politica externa, era de aumentar a abilidade do regime em ganhar a guerra civil, que começou na altura da independencia*[1].

O objectivo principal do governo angolano, de 1975 a 1992, era o de salvaguardar a sua soberania.

> *Por outras palvras, o apoio a favor da libertação zimbabweana, namibiana e sulafricana era uma tentativa directa de influenciar o ambiente regional para Angola, apoiando revoluções e mudanças em países vizinhos que demonstravam alguma hostilidade ou intenção em apoiar ou dar refúgio à UNITA e à FNLA. A esperança era a de que estes países, uma vez libertados, dessem todo o apoio necessário, militar, económico e diplomático, para ajudar o MPLA a resolver a sua situação doméstica.*[2]

Em suma, o governo angolano achou que a única maneira de criar um Estado viável e independente era basear a sua política externa na solidariedade para com os movimentos nacionalistas vizinhos, apoiados até à sua ascensão ao poder. Foi, pois, a solidariedade nestes termos, que caracterizou a política externa angolana entre 1975 e 1992.

Vivia-se então num sistema internacional bi-polar que fazia de Angola um dos palcos quentes de batalha da guerra-fria entre os EUA e a ex-URSS. Na medida em que nessa altura um dos objectivos primários da política externa americana era o de impedir a expansão do Comunismo no Mundo e dado que Angola era um país com orientação Marxista, os Estados Unidos apoiavam a UNITA com o objectivo de inverter a orientação política do país.

> *A combinação do ambiente doméstico e internacional limitou as opções da política externa angolana durante os anos setenta e oitenta. Com as mudanças a nível internacional e regional, com o final da guerra-fria e a queda do regime do Apartheid na África do Sul, esperava-se uma melhoria no ambiente da política externa angolana. Angola tentou tirar dividendos deste favorável ambiente regional e internacional, redireccionando a sua política externa com o objectivo de aumentar a possibilidade do regime de alcançar a paz para Angola.*[3]

Tendo em conta o objectivo primordial da política externa angolana no período em análise (1975-1992), poderíamos considerar a estratégia diplomática utilizada como um

[1] Malaquias. A. "Angola's Foreign Policy since Independence: The Search for Domestic Security", in *African Security Review*, Vol. nº3, 2000, pg 34. (traduzido pelo autor).

[2] Ibid, pg 35.

[3] Ibid, pg. 38.

sucesso, dado que o governo angolano conseguiu garantir a integridade territorial do país (isto apesar de um custo elevado em termos de vidas humanas e destruição de infraestruturas económicas e sociais tão necessárias ao país).

Contudo, se considerarmos a lógica inerente a tal estratégia de política externa – segundo a qual a segurança interna angolana estava ligada à ascensão ao poder nos países vizinhos de movimentos de libertação nacional a que o MPLA deu apoio incondicional – o resultado terá de ser considerado um fracasso, uma vez que a guerra civil prosseguiu mesmo depois de assegurado o objectivo de ter em países vizinhos regimes com fortes ligações ao MPLA.

A Política Externa Angolana de 1992 a 2002

Durante os ciclos de guerra e paz que caracterizaram Angola entre 1992 e 2002, o governo angolano adoptou uma nova política externa dirigida para o objectivo de conter a UNITA, não só a nível continental, mas também a nível global. Entre 1992 e 2002, a estratégia diplomática angolana consistiu em angariar apoio internacional para o objectivo de combater a ala militarista da UNITA, conseguindo levar as Nações Unidas a introduzirem uma série de sanções contra a UNITA, nomeadamente: a proibição de aquisição de equipamento militar e produtos petrolíferos, o bloqueio de viagens ao exterior do país para os seus membros, o encerramento dos seus escritórios no exterior, restrições a deslocações aéreas e marítimas para as zonas por si controladas, congelamento das suas contas bancárias e proibição da exportação directa ou indirecta de diamantes ilegalmente extraídos em Angola.[4] Segundo membros com elevadas responsabilidades na UNITA, foram estas sanções que contribuíram para a sua derrota militar na última fase da guerra.

Recorrendo a uma nova estratégia diplomática, o governo angolano conseguiu alcançar o objectivo pretendido, no entanto, esta nova estratégia acabou por impedir que a diplomacia angolana assegurasse o básico em diplomacia: gerir a imagem internacional do país num período em que ONGs como a *Global Witness* e a *Human Rights Watch* (que trabalham na área de transparência e boa governação) produziam relatórios acusando o governo angolano de corrupção e má gestão das receitas do petróleo. O facto de durante este período a diplomacia angolana nada ter feito a favor da gestão da imagem do país, acabou por afectar a actual capacidade de Angola em mobilizar recursos para a sua reconstrução. Isto porque até hoje a campanha levada a cabo por aquelas ONGs conseguiu alcançar os objectivos desejados, ou seja, a mobilização da opinião pública dos seus países e do Ocidente em geral, para que estas impelissem as suas respectivas classes políticas a ponderarem com muitas reservas qualquer tipo de ajuda a Angola.

Ao limitar-se a procurar isolar a UNITA no exterior do país, a diplomacia angolana foi impotente para gerir a imagem externa de Angola, explicando-se deste modo o défice gritante de informação disponível para a comunidade internacional ao nível do desempenho do governo - tendo-se recentemente registado, segundo o governo, alguns passos no sentido da boa governação e transparência, mas que em qualquer caso não encontraram a necessária divulgação no exterior do país.

---

[4] Ver resoluções do Conselho de Seguranca das Nações Unidas que condenam a UNITA entre 1993 e 1999: nº 864, 1127 e 1173.

Desafios Actuais para a Diplomacia Angolana

Angola tem hoje que procurar recuperar dos prejuízos causados à sua imagem no Ocidente pelos relatórios da *Global Witness* e da *Human Rigths Watch*. Perante os problemas, denúncias e acusações constantes nestes relatórios, governos e cidadãos ocidentais perderam a confiança nas autoridades angolanas. Tendo em conta as respectivas opiniões públicas, os governos ocidentais estão reticentes em ajudar Angola no seu processo de reconstrução. Mantendo-se aquela imagem internacional e o impasse nas negociações do acordo com o FMI, cidadãos ocidentais, cujos impostos formam o erário público donde saem os fundos para a ajuda ao desenvolvimento, não vêem com bons olhos o apoio dos seus governos ao processo de reconstrução do país. Cabe à diplomacia angolana reverter este cenário, contudo, nota-se uma certa falta de estratégia diplomática por parte de Angola para enfrentar o problema.

A mudança de estratégia diplomática não só é necessária para melhorar a imagem do governo Angolano, dando a conhecer os passos que o governo afirma estar a dar no sentido da boa governação e da transparência, mas também para fazer jus às novas responsabilidades de Angola no seio da comunidade internacional, nomeadamente com a sua eleição para o cargo de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU e a presidência que rotativamente assumiu na SADC. Este contexto seria o ideal para o país aproveitar para promover os seus interesses, muito especialmente no que concerne à realização da conferência de doadores. O esforço diplomático anteriormente desenvolvido para limitar as acções da UNITA no exterior não deveria diminuir em magnitude ou intensidade, devendo ser agora (em situação de paz) reorientado para mobilizar os recursos necessários para a reconstrução do país.

Angola deveria olhar para os estrangeiros que residem no seu território como exemplo vivo dos laços que essas pessoas mantêm com os seus respectivos países e da importância que representam para a defesa dos interesses políticos e económicos dos seus governos; mantendo uma relação estreita com os seus representantes diplomáticos e tendo sempre presentes os interesses gerais e estratégicos dos seus países; os seus salários e lucros são repatriados e reinvestidos nos países de origem e não em Angola.

A política externa não se leva a cabo só por diplomatas e por este motivo é que Angola devia engajar a sua diáspora nos países doadores no grande objectivo estratégico de angariar fundos para a sua reconstrução, em particular para a conferência de doadores. Neste sentido, a diplomacia angolana deveria criar ligações fortes com as comunidades angolanas no estrangeiro, ultrapassando a anterior mentalidade de guerra que no passado serviu de barreira entre as missões diplomáticas angolanas e a comunidade angolana residente, que abandonou Angola por motivos diversos, mas que estaria disposta a participar do objectivo da reconstrução nacional.

Estrutura Diplomática Angolana: possibilidades de melhoria da sua eficiência e eficácia

Partindo de uma análise, ainda que breve, da estrutura dos órgãos governamentais que decidem a política externa angolana, temos uma melhor compreensão da capacidade dos mesmos em promoverem os interesses de Angola, podendo-se desde logo verificar alguns aspectos que poderiam ser significativamente melhorados, nomeadamente ao nível da informação e da pesquisa.

Como em muitos países, o Ministério das Relações Exteriores de Angola é o órgão governamental incumbido com a tarefa de formular e gerir a política externa do país, incorporando interesses de todas as vertentes governamentais e da sociedade em geral. Depois de se identificar o interesse nacional e os seus objectivos, cabe ao ministério a tarefa de os alcançar no sistema internacional, utilizando todos os instrumentos possíveis em diversas áreas, desde a área económica, à política e militar. Para que se tenha uma actuação coerente, a informação é crucial e, neste sentido, verifica-se a necessidade de criar algumas estruturas ao nível das direcções do ministério, como sejam as posições de *Desk Officer*[5]. A criação destas posições, por um lado, ajudaria o ministério na verificação da autenticidade das informações enviadas pelos seus respectivos diplomatas, e por outro lado, levaria o ministério a ter uma ideia real da situação no mundo e a encorajar os diplomatas a trabalharem com mais rigor e especificidade – factores a meu ver essenciais à estrutura diplomática angolana.

A pesquisa constitui uma outra área de grande importância para uma melhor formulação da política externa angolana. Actualmente, a tarefa de formar diplomatas angolanos cabe ao Instituto de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, contudo, esta tarefa deveria caber às Universidades, sendo o Instituto muito mais útil caso fosse transformado num centro de pesquisa de apoio à diplomacia angolana, podendo assim dedicar-se ao estudo departamental e contínuo das diversas regiões do globo (*e.g.* departamento para África, Europa, Américas, Segurança Internacional e Direito Internacional), criando uma base de informação actualizada que pudesse fundamentar o poder de decisão ao nível da política externa.

Estas duas áreas interligadas e articuladas – informação e pesquisa – iriam não só enriquecer as bases que permitiriam a tomada de decisões fundamentadas por parte dos decisores responsáveis pela política externa, como também aprofundar os conhecimentos dos diplomatas angolanos antes da partida para as suas respectivas missões no exterior. Para além disto, a diversificação de fontes de informação para a diplomacia angolana poderia passar ainda pelo recurso a consultas com entidades e indivíduos (*e.g.* ONG e empresas privadas) com conhecimento aprofundado do país onde os diplomatas vão servir pela primeira vez. Esta fonte mais "prática" e complementar de informação, traria um valor acrescentado ao conhecimento dos diplomatas, e que por vezes tanta falta faz.

Concluindo, tendo a política externa angolana alcançado o seu objectivo primeiro – a paz –, tem agora que reorientar a sua estratégia para além dos conceitos que dominaram o período de 1975 a 2002. Com a paz é urgente formular uma política externa virada para o objectivo da reconstrução nacional, que seja bem fundamentada em termos de informação e pesquisa, que seja inclusiva e que defenda os interesses do Estado Angolano acima dos interesses individuais. Angola é um país com ambições regionais, que necessita de melhorar a sua imagem internacional; neste sentido terá de apostar numa diplomacia eficaz mas também eficiente.

---

[5] Tratar-se-iam de pessoas que trabalhariam com um ou mais paises a partir de Angola, com o objectivo de diversificar as fontes de informação não só para o ministério, mas também para outros órgãos governamentais.

Capítulo VI

CONSTITUIÇÃO, ORDENAMENTO POLITICO-ADMINISTRATIVO E FUTURAS ELEIÇÕES GERAIS

Apresentação/Comentário

Carlos Feijó

Textos

Bornito de Sousa
Abel Chivukuvuku
Luís do Nascimento
Lindo Bernardo Tito

APRESENTAÇÃO/COMENTÁRIO

Carlos Feijó
Universidade Católica de Angola.

Foi-me solicitado um breve enquadramento ao capítulo intitulado "Constituição, ordenamento político-administrativo e futuras eleições gerais".

Em meu entender, os textos que se seguem suscitam-nos duas notas: em primeiro lugar, a questão central que se coloca a propósito do binómio Constituição versus eleições gerais é a distribuição horizontal, vertical e territorial do poder em Angola; em segundo lugar, temos o trinómio Constituição - eleições - estabilidade política em Angola.

Na verdade, a discussão sobre a relação entre a Constituição e as próximas eleições insere-se entre os muitos "anseios" e "receios" do próximo pleito eleitoral; por um lado, o anseio de se verem realizadas eleições tão rapidamente quanto possível; por outro o receio do *day after*, ou seja, de como será o dia a seguir às eleições.

O anseio de eleições, mais do que outra iniciativa jurídico-política, é espelhado por Abel Chivukuvuko quando no texto que aqui nos apresenta considera,

> *"não ser legítimo o contínuo protelamento da realização das eleições ou o seu condicionamento à aprovação de um novo quadro jurídico-legal."*

O receio do dia a seguir às eleições é justificável pelo passado recente de guerra pós-eleitoral e que ainda pode estar presente em muitas mentes. É bem o exemplo desse receio o que diz Bornito de Sousa no seu texto:

> *"A constituição é um instrumento fundamental para balizar o processo de consolidação da democracia em Angola (...) as eleições são importantes, necessárias e urgentes mas devem ser realizadas num quadro político, democrático e institucional mais amplo que tome em consideração as amargas experiências do passado, o carácter fundamental da constituição e (...) a previsibilidade do período pós-eleitoral".*

Um breve balanço desse tipo de receios e anseios permite-me dizer que não é por acaso que os textos que se seguem, ao abordarem a realização ou não das próximas eleições com base

no actual ou "novo" texto constitucional, limitam-se a tratar da distribuição do poder entre os vários órgãos de soberania, incluindo a descentralização territorial. E digo que não é por acaso por duas ordens de razões: em primeiro lugar, como será o dia a seguir às eleições está relacionado com o problema do exercício do poder; em segundo lugar, o exercício do poder tem de estar fundado no texto constitucional.

Como dizem os constitucionalistas "*a Constituição confere legitimidade a uma ordem política e dá legitimação aos respectivos titulares do poder político*". É neste sentido que se fala da Constituição como estatuto jurídico do político.

Ora, se a Constituição é o estatuto jurídico do político, no caso angolano este elemento político não pode deixar de ter em conta que o processo de legitimação do poder político não deve ser encarado como um fim em si mesmo, mas como um elemento entre muitos a ter em conta. Um deles é a pacificação de Angola, que também deve ser incorporado na ideia e nos valores a acolher pelo texto constitucional.

Na minha perspectiva, hoje a Constituição não é apenas a lei fundamental do Estado. Ela é também, a lei fundamental da sociedade e, nessa medida, tem uma importante função de unidade e reconciliação social. Julgo que não dar importância a um texto constitucional com a inerente função integradora pode tornar perfunctórios os outros processos políticos.

Acredito que uma visão mais ampla e integradora dos processos de competição politica e de pacificação de Angola é, no plano jurídico -politico, a mais conveniente. E isto mesmo que, como irá acontecer, as eleições sejam realizadas ao abrigo do actual texto e se deixe para mais tarde a aprovação de uma nova Constituição. O mais importante é que, apesar da separação temporal dos processos eleitorais e constituintes, não fique prejudicada a ideia de interligação entre os processos de legitimidade da ordem politica e legitimação dos respectivos titulares e a reconciliação nacional entre os angolanos.

Isso quer dizer que o processo de transição politica e democrática é bem mais amplo do que, por um lado, a mera realização de eleições e, por outro, a pacificação nacional. Ambos devem encontrar na constituição os seus limites e fundamentos máximos.

ELEIÇÕES E ESTABILIDADE

Introdução

Bornito de Sousa
Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA

Começo por agradecer o convite gentilmente formulado pelo Prof. Nuno Vidal, da Universidade de Coimbra, para participar do colóquio e procurar situar o sentido da minha comunicação no meio de uma temática que no presente painel encerra perspectivas políticas e académicas. Considerando ter sido convidado na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, situar-me-ei essencialmente na primeira perspectiva.

Eleições e estabilidade

Muita tinta se tem feito correr sobre a questão da elaboração da Constituição antes ou depois da realização das próximas eleições gerais em Angola. Independentemente do que possa parecer à primeira vista, não se trata de um assunto meramente cronológico.

A este respeito, duas posições têm estado em confronto:

De um lado, a UNITA e alguns Partidos da oposição parlamentar a defenderem, agora, a prioridade das eleições sobre a aprovação da futura ou "nova" Constituição de Angola, num gesto de total subalternização da Lei Fundamental.

Do outro, o MPLA e outros Partidos que consideram de capital importância a aprovação da Constituição como o instrumento fundamental para balizar todo o processo de consolidação da democracia em Angola, de que as eleições são apenas uma componente, sem que isso prejudique a urgência relativa da sua realização.

Estes consideram, assim, que as eleições são importantes, necessárias e urgentes, mas que devem ser inseridas num quadro político, democrático e institucional mais amplo que tome em consideração as amargas experiências do passado recente, o carácter fundamental da Constituição e o interesse nacional de segurança, tranquilidade e previsibilidade do período pós-eleitoral.

O percurso recente do processo constituinte

A Lei Constitucional de Setembro de 1992 [1] é o resultado de um acordo multipartidário e estabelece o seu próprio carácter

[1] Lei nº. 23/92, de 16 de Setembro aprovada pela então Assembleia do Povo.

transitório[2], atribuindo poderes constituintes à Assembleia Nacional. Não os tendo exercido mais cedo devido ao conflito pós-eleitoral resultante da rejeição da aceitação dos resultados eleitorais pela UNITA, a Assembleia Nacional aprova, por maioria qualificada de 2/3, a Lei nº. 18/96, de 14 de Novembro na qual fixa um prazo de 4 anos para a realização das eleições, bem como as correspondentes "*condições militares, políticas, de segurança e materiais*".

A aprovação da "futura Constituição da República de Angola" figura entre os requisitos de preparação das eleições, a par da alteração da lei eleitoral, do censo da população e da realização de novo registo eleitoral.

Aliás, o princípio da elaboração da "nova" Constituição, além de expressamente contido na actual Lei Constitucional vinha já sendo sucessivamente reafirmado nos Acordos de Bicesse e de Lusaka.

Para o efeito, a Assembleia Nacional aprova a Lei nº. 1/98, de 20 de Fevereiro, através da qual se organiza para exercer efectivamente os seus poderes constituintes e elaborar a futura Constituição, propondo-se funcionar em Plenária e em Comissão tendo, para esse efeito, criado uma Comissão Constitucional integrada por 44 deputados.

Um período inicial de cerca de um ano é consagrado à preparação e à apresentação de ante-projectos de Constituição pelos Partidos com assento parlamentar, tendo-o feito o MPLA, a UNITA[3], a FNLA, o PRS, o PLD, o PSD, a FDA, o PNDA e o PDP/ANA[4].

Depois de considerar as alternativas para passar dos ante-projectos para a elaboração do texto da futura Constituição, a Comissão Constitucional opta por aprovar, em primeiro lugar, um conjunto de princípios estruturantes e por remeter a sua redacção a técnicos e especialistas.

Um total de vinte e sete princípios é aprovado mas ficam, no essencial, quatro questões por clarificar, nomeadamente:

1. A chefia do Governo: pelo Presidente ou pelo Primeiro-Ministro?

2. Os escalões territoriais das Autarquias e a forma de provimento do cargo de Governador de Província - por eleição ou por nomeação?

3. O número de câmaras do Parlamento.

4. A extensão da iniciativa legislativa aos cidadãos.

Entretanto, a paz efectiva só vem a acontecer seis anos depois da aprovação da Lei 18/96 ou seja, no ano 2002, após a morte do então líder da UNITA, Jonas Savimbi.

A visão pragmática e de estabilidade institucional da direcção da UNITA, posterior a Fevereiro de 2002[5], permite um acordo constitucional com o MPLA sobre as quatro questões pendentes e o avanço dos trabalhos da Comissão Constitucional que, num curto prazo, apurou o resultado do concurso público sobre os símbolos nacionais e teve concluído o ante-projecto da futura Constituição, elaborado por um grupo integrando especialistas indicados por todos os Partidos representados na Comissão Constitucional.

Até essa altura eram evidentes as hesitações de vários deputados da UNITA e de alguns dos partidos a respeito da elaboração da Constituição, oscilando entre a esperança da

---

[2] Cfr. artº. 14º. da Lei nº.23/92, de 16 de Setembro.

[3] A UNITA acaba por apresentar dois ante-projectos de Constituição por razões circunstanciais, sendo o segundo entregue pela direcção da então denominada UNITA-Renovada.

[4] A FpD apresenta igualmente um ante-projecto de Constituição que não é aceite formalmente em virtude desse partido integrar uma Coligação que, tendo legitimidade para o efeito, deveria tê-lo apresentado. De qualquer modo, no decurso dos trabalhos, a Comissão Constitucional recebeu igualmente e tomou nota de contribuições de várias outras organizações e de cidadãos.

[5] Sob a liderança de Paulo Lukamba "Gato".

tomada do poder por vias não constitucionais e a defesa da inutilidade da aprovação da Constituição antes do "regresso" dos que ainda lutavam nas "matas", o que atrasou de sobremaneira os trabalhos da Comissão Constitucional.

O Congresso da UNITA de 2003 vem dotar esse Partido de uma nova direcção[6], facto que se reflecte igualmente nos trabalhos de elaboração da Constituição como a seguir se refere.

Com efeito, a direcção da UNITA eleita nesse Congresso defende inicialmente (Agosto de 2003) a prévia elaboração de um "Pacto de regime" e a aprovação de um "Pacote legislativo de suporte às eleições" encabeçado pela aprovação da "Nova Constituição"[7], chegando a apresentar ao Presidente da República uma proposta de calendário que prevê a preparação das eleições num prazo de cerca de 24 meses.

Contudo, em Maio de 2004, passa a defender uma posição inversa, privilegiando o factor cronológico e remetendo a definição das questões nacionais fundamentais para depois das eleições.

Por outro lado, e a coberto de outros partidos da oposição parlamentar e extra-parlamentar, a UNITA denuncia, de facto, os compromissos constitucionais assumidos com o MPLA sob o falso pretexto de que os mesmos não terão sido incorporados no ante-projecto de Constituição.

Na verdade, as referidas questões constam do ante-projecto datado de Janeiro de 2004, elaborado por uma equipa que integra técnicos indicados pela própria UNITA, como segue[8]:

1. Chefia do Governo: nº. 1 do artº. 147º., al. a) do artº. 159º (**art. 160. e 162**) e artº. 230º (**233**.) e seguintes.
2. Número de Câmaras do Parlamento e Conselho Nacional para os Assuntos Locais: artºs. 181º (art. **182**.) e 227º (**art. 228**.).
3. Iniciativa legislativa dos cidadãos: adenda ao artº. 220º (**art. 221**).
4. Provimento do cargo de Governador de Província: artº. 262º (**art. 265**.).

A criação de uma crise institucional artificial com o abandono da Comissão Constitucional e a fuga ao debate no seio dos órgãos do Estado passa a ser a arma da UNITA e de alguns partidos da oposição para tentarem impor as suas intenções em termos de calendário e de tarefas eleitorais. Nessa perspectiva, a UNITA recusa publicamente uma reunião proposta pelo MPLA, acusando-o de pretender substituir-se ao Presidente da República.

Contudo, o argumento da fixação de um período para a preparação das eleições cai entretanto por terra, com a indicação pelo Conselho da República da data de Setembro de 2006 para a realização das eleições.

O mesmo aconteceu em relação ao argumento da suposta falta de consultas pelo Presidente da República, as quais decorrem.

A elaboração do calendário de preparação e de realização das eleições que na consideração do Presidente da República deveria ter lugar no quadro da Assembleia Nacional, com base nas propostas apresentadas pelos dois maiores partidos parlamentares, é rejeitada pela UNITA e partidos com quem faz parceria nesta "cruzada", sem contudo apresentarem alternativas credíveis.

---

[6] Liderada por Isaías Samakuva.

[7] Cfr. Resolução de 24 de Agosto de 2003, do Comité Permanente da Comissão Política da UNITA, sobre a data das eleições legislativas e presidenciais.

[8] Para facilidade de localização, indicam-se entre parêntesis e itálico, os novos artigos correspondentes, tal como constantes do ante-projecto de Constituição publicado a 22 de Agosto de 2004 em separata do *Jornal de Angola*.

O Processo.....353 353 3/31/06 11:40:52 AM

Por sua vez, a exigência de nomeação imediata de um Conselho Nacional Eleitoral (CNE) é contrariada pelo carácter circunstancial da Lei Eleitoral de 1992, pelo gigantismo que a sua constituição à luz daquela lei acarretaria[9] e pela aceitação da apresentação de novas propostas de legislação eleitoral até 30 de Setembro do corrente ano de 2004, que configurarão seguramente um CNE independente e de composição reduzida.

O argumento de que a conclusão da "nova" Constituição atrasa a realização das próximas eleições é tão incorrecto como tentar fazer acreditar que realizar eleições com a actual Lei Constitucional (revista) é mais célere, quanto mais não seja porque há tarefas legislativas, logísticas e técnicas incontornáveis.

Do mesmo modo, o questionamento da legitimidade da Assembleia Nacional para aprovar a futura Constituição transmite-se de igual forma para a legitimidade de alterar, na perspectiva eleitoral, a própria Lei Constitucional. Ou seja, como pode questionar-se a legitimidade da Assembleia Nacional para aprovar uma "nova" Constituição e, logo a seguir, defender-se que tem legitimidade para alterar a actual Lei Constitucional?

Antes pelo contrário, rever a actual Lei Constitucional, embora constitua um exercício limitado, exigiria certamente um esforço de debate e negociação mais penoso e demorado do que completar o limar das arestas do ante-projecto de Constituição já produzido.

De igual modo, não é verdadeira qualquer suposta incompatibilidade da deliberação adoptada a 26 de Julho de 2004 pela Conferência dos líderes dos Grupos Parlamentares com a conclusão da "nova" Constituição.

Em primeiro lugar, porque o regime eleitoral da actual Lei Constitucional não é alterado no ante-projecto da futura Constituição. É, aliás, com esse fundamento que o MPLA preparou já as suas propostas.

Em segundo lugar, porque contrariamente ao que alguns partidos tornaram público, a referida deliberação não afasta em momento algum a conclusão dos trabalhos de elaboração da "nova" Constituição.

O que o documento na altura distribuído pelo Presidente da Assembleia Nacional aos líderes dos Grupos Parlamentares refere textualmente é o seguinte:

Pacote Legislativo no quadro da preparação das eleições

Além do projecto de Constituição actualmente em discussão a nível da Comissão Constitucional, o pacote legislativo a preparar no quadro das futuras eleições e a apreciar oportunamente pela Assembleia Nacional, compreende os seguintes diplomas:

1. *Projecto de Lei Eleitoral*
2. *Projecto de Lei do Recenseamento Eleitoral*
3. *Projecto de Lei da Nacionalidade*
4. *Projecto de Lei dos Partidos Políticos*
5. *Projecto de Lei do Financiamento dos Partidos Políticos*
6. *Projecto de Lei do Direito de Antena e de Resposta e Réplica dos Partidos Políticos*
7. *Projecto de Lei de Observação Internacional*

Note-se que alguns dos projectos acima enumerados, carecerão apenas de revisão ou actualização.

[9] Um Conselho Nacional Eleitoral criado à luz da lei eleitoral de 1992 integraria os representantes de cerca de 150 partidos e mais os representantes dos candidatos às eleições presidênciais e acabaria por ter mais membros que a própria Assembleia Nacional.

De salientar, apenas a título informativo, que por proposta do MPLA, o "Projecto de Lei de Observação Internacional" foi corrigido para "Projecto de Lei de Observação Eleitoral" para incluir os Observadores de organizações nacionais. Por outro lado, o PRS propôs a inclusão na lista, de um "Código de conduta dos Partidos políticos" que prefiro designar de "Código de Conduta Eleitoral" para incluir todos os actores que tenham alguma intervenção directa no processo eleitoral.

O que divide agora os partidos parlamentares?

Até aqui foi dada ênfase às diferentes perspectivas sobre a organização das eleições. O que divide então os Partidos com assento parlamentar a respeito do ante-projecto da futura Constituição? Por outras palavras, porque não se termina a elaboração da "nova" Constituição?

O argumento da suposta ilegitimidade da Assembleia Nacional para o fazer já foi atrás abordado, além de que é muito improvável que os Partidos representados na actual Assembleia Nacional venham a ter em conjunto uma representação minoritária nas próximas eleições, caso o Parlamento opte por desistir do exercício do poder constituinte, colocando-o à disposição dos deputados que vierem a ser eleitos no próximo pleito.

Quanto ao texto do ante-projecto de Constituição, apenas o MPLA reagiu formalmente ao requerimento de apresentação de propostas sobre o referido documento.

A apresentação das propostas pelos restantes Partidos representados na Comissão Constitucional permitiria resolver em relativamente pouco tempo as eventuais diferenças de pontos de vista sobre o ante-projecto, particularmente se houvesse vontade política dos dois Partidos com maior representação parlamentar.

Poder-se-ia mesmo (caso não se tivesse registado o abandono da Comissão Constitucional que já fez perder tanto e tão precioso tempo) ter concluído o Projecto da Constituição antes da aprovação dos projectos das restantes leis definidoras do quadro eleitoral[10].

Ao que tudo indica, o maior Partido da oposição parece estar a preferir a via do boicote institucional e a embarcar (ou a encabeçar?) no coro dos partidos que preferem a abordagem através da imprensa e a "resistência civil", ao diálogo e debate sérios, civilizados e construtivos de uma questão tão sublime como é, para qualquer País democrático e para os cidadãos, uma Constituição.

Pelo que se ouve através da imprensa, tudo indica que a UNITA e alguns outros Partidos parecem pretender alterar o figurino constante no ante-projecto de Constituição, nomeadamente retirando a chefia do Governo do Presidente da República e passando-a para o Primeiro-Ministro, referindo o ante-projecto apresentado como consagrando um Sistema de Governo Presidencial.

Na realidade, o ante-projecto de Constituição de Janeiro de 2004[11], podendo embora merecer alguns ajustamentos, é o que mais fielmente reflecte o Acordo de Alvalade entre o MPLA e a UNITA e o que menos se afasta do texto da actual Lei Constitucional, conjugado com o Acórdão do Tribunal Supremo de 21 de Dezembro de 1998 que clarifica a questão da Chefia do Governo a favor do Presidente da República.

Em ambos os casos, o Presidente da República é já, à luz do actual ordenamento jurídico-constitucional, o Chefe do Governo.

---

[10] Em Outubro de 2003, havíamos prognosticado completar a Constituição a tempo de a aprovar formal e solenemente a 11 de Novembro de 2004, caso os trabalhos da Comissão Constitucional tivessem retomado durante o segundo trimestre.

[11] Uma versão completa, integrando as duas Adendas produzidas, é tornada pública em Agosto de 2004.

A este respeito diz também o Dr. Raul Araújo[12]:

O Governo é (já hoje) de iniciativa presidencial, pois, na sua formação, o Presidente da República não está vinculado, sequer, aos resultados eleitorais[13]

De qualquer modo, o ante-projecto de Constituição é ainda um documento técnico que serve de base para o debate e aprovação como um Projecto da Comissão Constitucional, o qual será depois submetido a amplo debate entre os cidadãos e sectores da sociedade.

Evitar a bicefalia do executivo

Sobre este assunto, é importante referir que durante as negociações bilaterais constitucionais, foi dominante a opinião de que no quadro do Sistema de Governo dever-se-ia evitar a bicefalia do Executivo, ou seja, um governo dirigido concorrentemente pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro, conforme o modelo francês.

Nessa perspectiva, pelo menos três figurinos podem ser estruturados:

1. Presidente da República simultaneamente Chefe de Estado e Chefe do Governo mesmo coexistindo com um Primeiro-Ministro, Vice-Presidente[14] ou figura afim. Este é o figurino predominante na região SADC.

2. Primeiro-Ministro resultante da maioria parlamentar como Chefe de Governo, sendo então o Presidente da República eleito por sufrágio universal indirecto (pelo Parlamento).

3. Modelo sul-africano[15]: O Parlamento elege de entre os deputados aquele que vai exercer o cargo de Chefe de Estado (Presidente da República) e Chefe do Governo, o qual por sua vez nomeia um Vice-Presidente. Sendo eleito pelo Parlamento e podendo ser demitido por moção de censura, o Presidente sul-africano é tecnicamente também um Primeiro-Ministro ou, melhor, reúnem-se numa única entidade os cargos de Chefe de Estado, Chefe do Governo e Primeiro-Ministro, evitando assim a bicefalia do Executivo.

Que Sistema de Governo propõe a UNITA?

O "Projecto constitucional da UNITA" apresentado em 1990 preconiza um poder executivo bicéfalo com um Presidente "detentor exclusivo do poder executivo" coexistindo, contraditoriamente, com um Primeiro-Ministro nomeado tendo em conta o resultado eleitoral[16].

O primeiro "Projecto de Constituição da UNITA" apresentado em 1999 parece apontar para um Sistema Parlamentar. Não estabelece claramente quem chefia o Governo, prevendo entretanto um Primeiro-Ministro indicado com base no resultado das eleições que "coordena o Governo e preside o Conselho de Ministros"[17].

O Projecto apresentado pouco tempo depois pela então denominada "UNITA-Renovada"

[12] In "*Revista nº. 2 da Faculdade de Direito da UAN*, pág.55".

[13] A nota é nossa.

[14] O "modelo constitucional sul-africano" inclui um Vice-Presidente designado por nomeação.

[15] Rautenbach e Malherbe denominam este modelo de *parliamentary executive* onde o Presidente sul-africano apesar de eleito pelo Parlamento é também o Chefe de Estado e um verdadeiro Presidente executivo. (Cfr. Constitutional Law, p. 204)

[16] Cfr. artºs. 42º e 58º. do referido Projecto.

[17] Cfr. artºs. 156º e 158º do Projecto.

parece reproduzir o figurino da actual Lei Constitucional (um Presidente aparentemente também Chefe do Governo), com a "agravante" de prever a nomeação do Primeiro-Ministro com base nos resultados eleitorais[18], o que prefigura um modelo extremo de bicefalia executiva.

A confirmarem-se alguns sinais nesse sentido, a actual liderança da UNITA parece inclinada para o retorno a um Sistema Parlamentar ou um Sistema Semi-presidencial com pendor parlamentar, afastando-se dos compromissos assumidos.

Curioso é que todas estas opções se afastam radicalmente do pensamento do seu antigo líder, Jonas Savimbi, que foi um defensor militante do Sistema Presidencial, o que pode ser verificado pelas seguintes passagens de uma entrevista dada ao jornalista do Togo, Atsuté Kokouvi Agbobli[19]:

> "*(...) fiéis a uma das primeiras leis das sociedades humanas, segundo a qual toda a organização é dirigida por um só chefe, os Estados africanos não poder dar-se ao luxo, nestes tempos de crise, de se deixar paralisar por um bicefalismo conflitual. O sistema democrático, baseado no princípio maioritário de governo, se exprime quer através do regime parlamentar como do regime presidencial. Tanto num como noutro, o poder executivo exercido quer pelo Chefe de Estado ou pelo Chefe de Governo e controlado pelo Parlamento, actua igual e eficazmente sob a autoridade de um só homem. O regime semi-presidencial ou semi-parlamentar, cuja aplicação coloca sérios problemas em França (...) não se adapta aos países africanos. (...) Todos eles abraçaram um regime que estabelece à cabeça do Estado a autoridade de um único chefe, o que é conforme às práticas políticas da África tradicional em que o chefe reina e governa assistido por conselheiros. Assim, salvo raras excepções (...) a África inteira vive hoje sob o regime presidencial. E é porque os africanos não concebem um chefe que reine sem governar que o regime parlamentar encontra imensas dificuldades de se adaptar ao nosso continente. (...)*
>
> *As populações africanas vêem no Chefe de Estado a autoridade suprema. Elas não têm o hábito de ver um chefe meramente decorativo. (...) eu vejo o Chefe de Estado, eleito por sufrágio universal, no centro da própria vida nacional. Não se trata de um ditador ou de um tirano (...) Eu o vejo como um edificador de um Estado moderno (...) Eu o vejo a agir como homem de Estado cujas realizações são chamadas a perdurar.*
>
> *(...) Ora, tal como se apresenta, a Constituição angolana é problemática na medida em que não exclui o surgimento de um conflito de competência entre o presidente que assegura a continuidade do Estado e o governo que determina a política da nação*"[20].

Sistemas de governo: teoria e prática.

Os recentes pronunciamentos no sentido de se diabolizar um dado sistema de governo em proveito de outro ou outros, demonstram um afastamento da realidade entre a teoria e a prática do seu funcionamento.

Na verdade, cada sistema de governo foi criado em circunstâncias específicas e, fruto da evolução das sociedade e do Direito Constitucional e ciências afins, não sendo mera teoria ver

---

[18] Cfr. artºs. 229º., 234º. e 247º. Do Projecto.

[19] Publicada no livro intitulado *Jonas Savimbi. Combats pour l'Afrique et la democratie*, p.191-193 (1997).

[20] A tradução do original em língua francesa é da nossa responsabilidade.

hoje um dado sistema de governo a funcionar na prática diferentemente do formato inicial.

Veja-se o caso do sistema presidencial norte-americano que funciona, na prática, como o sistema de gabinete britânico quando o Partido a que pertence o Presidente tiver a maioria nas duas câmaras do Congresso.

Ou o sistema parlamentar britânico, em que não existe efectiva separação de poderes, pelo menos entre o legislativo e o executivo, e que devido ao papel proeminente e de liderança do Primeiro-Ministro, Michael Foley e Graham Allen apelidam de presidencial (*The british presidency*)[21].

Ou ainda o sistema semi-presidencial francês que pode flectir para um pendor presidencial, umas vezes, ou parlamentar, outras, consoante a concordância ou a diferença entre as cores políticas do Presidente e do Primeiro-Ministro.

Já atrás se referiu o modelo adoptado pela Constituição da África do Sul e que não se apega estritamente aos padrões clássicos dos sistemas de governo.

Daí que, no caso de Angola, não deve haver complexos em debater frontalmente e definir um figurino constitucional que melhor possa servir os interesses de organização e do funcionamento adequado do Estado e da sociedade, de que os modelos clássicos devem ser meras referências e não padrões a copiar com régua e esquadro.

Que soluções?

A alternativa à aprovação da Constituição é adiar a definição do quadro institucional e da reconstrução e desenvolvimento e delegar essa responsabilidade exclusivamente aos "vencedores" ou então remeter-se o País a continuadas e infinitas negociações depois das eleições.

Dito de outra forma, é transferir o funcionamento do País como uma "comissão conjunta" para depois das eleições quando, pelo contrário, o período pós-eleitoral deveria ser dedicado à resolução dos problemas da reconstrução e do desenvolvimento do País, potenciando as oportunidades de comparticipação dos cidadãos no benefício da riqueza nacional.

Não se aprovando a "nova" Constituição, poder-se-iam criar situações anómalas como a que resultaria, por exemplo, da eleição de um Presidente e um Parlamento cujas competências, a definir pela futura Constituição, eram ainda desconhecidas.

Iriam também transferir-se para depois das eleições, as incertezas e eventuais desconfianças da parte dos próprios cidadãos nacionais, dos potenciais investidores e da comunidade internacional quanto ao futuro político e ao índice de risco económico de Angola.

Haverá eventualmente quem tenha interesse nisso. Quem tenha interesse em manter a inércia, a incerteza e a insegurança sobre o futuro de Angola... Esse alguém não é seguramente o MPLA.

Conclusão

1. A questão de fundo não é pois meramente cronológica. Se fosse, até se poderiam organizar eleições mesmo já amanhã. Mas a questão de fundo é a seguinte: estabelecemos primeiro as regras (entenda-se "Constituição") e depois vamos ao jogo ou, pelo contrário, começamos primeiro o jogo (entenda-se "eleições") e só depois definimos as regras? A primeira opção parece evidentemente mais sensata, pelas garantias que dá de estabilidade e segurança a todos os actores políticos, económicos e sociais, ao povo em geral e em especial à juventude,

[21] Cfr. "*The British presidency*", de Michael Foley e "*The last Prime Minister*", de Graham Allen.

quanto ao futuro pós-eleitoral.

2. A organização adequada do processo eleitoral e a aprovação consensual de uma Constituição e de uma plataforma nacional sobre as linhas fundamentais da reconstrução e do desenvolvimento de Angola, permitem estabelecer o quadro de garantias pós-eleitorais para os cidadãos, para a oposição política e para o futuro governo. De facto, se existem planos em que se mostra vital buscar consensos nacionais, estes são, em primeiro lugar, o jurídico-constitucional e o das garantias político-institucionais, económicas e sociais.

3. O ante-projecto de Constituição tem bastantes virtudes e é merecedor da continuação da sua elaboração com a contribuição de todos os cidadãos e organizações, com destaque para a responsabilidade acrescida dos partidos com assento parlamentar.

4. A aprovação da "nova" Constituição é perfeitamente compatível com a elaboração da legislação eleitoral e com a realização das eleições dentro do prazo apontado pelo Conselho da República de 2 de Julho de 2004.

5. Os argumentos da UNITA e dos demais partidos que o apoiam não têm sido coerentes nem lógicos. Com efeito, não é inocente que se exijam pré-condições para um eventual retorno aos trabalhos da Comissão Constitucional, condições que deixam já de ser necessárias caso se abandone o actual processo constituinte e se enverede, em seu lugar, pela alteração da actual Lei Constitucional e pelas demais leis sobre a organização das eleições. É suspeito que se diga que não há tempo para completar a nova Constituição mas já há tempo para negociar e rever a actual Lei Constitucional, ou que se diga que o pacote de leis eleitorais não pode esperar pela conclusão da futura Constituição mas parecem já ter garantias que uma revisão da actual Lei Constitucional poderia terminar em apenas algumas horas. Tudo isto apenas confirma que o boicote contra as instituições e os trabalhos da Comissão Constitucional é deliberado e de duvidosa fé.

6. Enfim, é importante lembrarmo-nos que a pressa nem sempre é a melhor maneira de se chegar mais cedo e em melhor estado. Já em 1992 a UNITA exigia eleições em apenas 6 meses e é conhecido o funesto resultado. E na conhecida fábula popular, não foi a previsível lebre quem chegou primeiro à meta...

7. Importa concluir, com a brevidade possível, a aprovação das opções constitucionais e legislativas relacionadas com a organização adequada das eleições e das demais tarefas de consolidação da democracia e do Estado de Direito em Angola.

8. O MPLA vai, entretanto, continuar aberto ao diálogo e ao debate institucional sobre as questões relacionadas com a Constituição, as eleições e o futuro da democracia em Angola e sobre o assunto continuará a apresentar iniciativas concretas que tornará oportunamente públicas.

A RELAÇÃO ENTRE O PROCESSO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL E A REALIZAÇÃO DAS SEGUNDAS ELEIÇÕES GERAIS EM ANGOLA

Abel Chivukuvuku
União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA

Acharam por bem os organizadores deste evento propor-me um tema que domina a actualidade política do nosso país e de natureza polémica. Por varias razões, e muitas delas simplesmente circunstanciais, a questão do *linkage* ou não *linkage* (relativo à necessidade de aprovação da nova Constituição para a efectiva e necessária realização das eleições gerais em Angola, tão ansiadas e há muito aguardadas por todos os angolanos, mas ainda sem data concreta para a sua realização) transformou-se nas últimas semanas na questão que polariza o debate político nacional. Nesse debate registam-se as mais díspares e antagónicas posições, normais e saudáveis em sociedades de assumida prática plural. Aqui, neste nosso berço, a suspensão, pelos partidos da oposição, da participação nos trabalhos da Comissão Constitucional da Assembleia Nacional, é vista por alguns sectores do regime como se constituísse um golpe constitucional. Vozes mais exacerbadas até aludiram a uma pretensa falta de sentido de Estado, ou mesmo de tratar-se de uma tentativa para inviabilizar o normal e regular funcionamento das instituições do Estado.

Outros ainda aventaram a absurda hipótese de se estar perante uma estratégia da oposição, destinada a levar o País para um novo conflito militar, hoje irreversivelmente ultrapassado e que todos pretendemos esquecer.

Considero, pessoalmente, ter havido um exagero propositado na avaliação do impacto que a suspensão dos trabalhos da Comissão Constitucional tem na vida nacional. Esse exagero, de forma nenhuma inocente, decorre da mentalidade arcaica do sistema, sustentada na dita teoria da conspiração, a qual busca justificar todo o mal que ocorre no País como derivando de acções que visam subverter as instituições do Estado. Esta teoria da conspiração, permanentemente declarada, decorre da lógica da manipulação apregoada por alguns que se consideram detentores da verdade absoluta e os únicos e legítimos representantes do povo, resistindo no entanto a submeterem-se ao teste dessa legitimidade.

É minha convicção que em nenhuma circunstância deverá haver receio do debate de ideias, de ideais, de visões diferentes e mesmo de opções e programas defendidos pelos partidos

políticos para a sua actuação estratégica ou meramente táctica. É deste debate que se quer profundo e extensivo, que devem resultar os possíveis consensos e as melhores opções para o país, numa constante busca de concertação entre as forças políticas.

A melhor maneira de se chegar a uma boa ideia é partir de várias ideias.

Feito este breve comentário introdutório, gostaria de estabelecer as premissas que considero essenciais, as quais devem em meu entender balizar e servir de referência obrigatória ao nosso debate. Pela natureza dos participes a este evento, devo abster-me de ocupar tempo com definições teóricas e académicas sobre constituições e eleições, a fim de podermos valorizar e racionalizar o tempo à nossa disposição, para apresentar e rebater argumentos e teses.

Primeira Premissa – A República de Angola tem uma Lei Constitucional vigente desde 1975, emendada em 1991, 1992 e 1996, a qual tem servido de quadro jurídico normativo para a vida nacional desde a nossa independência. Essa constituição permitiu a realização das eleições gerais de 1992 e tem servido de esteio para o dito regular funcionamento das instituições da República. Essa constituição não é de modo algum perfeita, como nenhuma outra o será. Podemos, portanto, afirmar de forma categórica e insuspeita que não existe um vazio constitucional em Angola.

Segunda Premissa – Existem fundamentos históricos, políticos, jurídicos e legais, que estão na base do actual processo de elaboração da futura Constituição de Angola.

Os fundamentos de ordem histórica e politica decorrem do modelo e contexto prevalecente em 1975, de total exclusão política, e que gerou a matriz original da actual Constituição. Foi também resultado da concertação efectuada em 1992, no âmbito das reuniões bipartidárias e multipartidárias, as quais remeteram para a Assembleia Nacional a ser eleita em Setembro de 1992, a legitimidade e a tarefa de efectuar a elaboração da Constituição de Angola nos quatro anos previstos para o seu mandato.

Os fundamentos de ordem jurídico-legal estão incorporados no protocolo de Lusaka, que remeteu à Assembleia Nacional o princípio nele firmado de aprovar os novos Símbolos Nacionais que decorrem da Lei 18 de 1996, que estabeleceu e tipificou as condições prévias para a realização das eleições, e da Lei 1 de 1998, que criou a comissão constitucional.

O actual processo constitucional já decorre há 7 anos. Os indicadores quanto ao provável produto final não são, em minha opinião, animadores. Como já referi, não há constituições perfeitas e este actual *draft* constitucional também não o poderá ser. O nosso País ficou marcado por um passado histórico caracterizado pelos efeitos de um regime totalitário que vigorou de 1975 a 1991, seguido de um regime autoritário que vigorou de 1992 a 2001 e, presentemente, por um regime que busca ganhar credenciais democráticas.

Para um país com este quadro histórico, considero não ser de nenhum modo aconselhável a opção por normas constitucionais que pretendem concentrar o poder numa só instituição do Estado. Se aprovarmos uma constituição com este cariz, estaremos a criar as condições propícias para um exercício autoritário do poder, sempre que personalidades sem as devidas e assumidas convicções democráticas tivessem a prerrogativa de exercer o cargo de Presidente da República.

Terceira Premissa – A revisão constitucional de 1991 institucionalizou em Angola o regime democrático multi-partidário e de Direito. A opção pela democracia devia significar que Angola adoptava definitivamente e sem reservas os postulados de um Estado democrático

consubstanciados nos seguintes factores: a garantia e o efectivo usufruto da cidadania, das liberdades e deveres fundamentais; a assumpção e a garantia efectiva do pluralismo político; a concreta implementação do primado da lei; a realização de eleições gerais e periódicas para os vários cargos públicos determinados por lei.

Por razões várias, de carácter essencialmente endógeno, o balanço do período que vai de 1992 a 2004, demonstra que os atributos de uma democracia efectiva nem sempre foram paradigmas aplicados convincentemente. De entre estes, o factor mais relevante e que de uma forma geral concorreu para a estagnação do processo democrático angolano, sobressai claramente – o conflito armado do qual somos quase todos aqui presentes, felizes sobreviventes. No entanto, as dificuldades que o nosso processo democrático tem atravessado, resultam também de outro factor endógeno, o qual ressalta da incerteza da existência de reais credenciais e convicções democráticas por parte dos essenciais actores políticos nacionais. Ao analisarmos a história dos países africanos a Sul do Sahara, fica demonstrado que à excepção do Senegal, da Gambia, do Botswana e das ilhas Maurícias, todos os restantes países tiveram, pelo menos na fase inicial, processos de democratização impulsionados pela pressão interna e pelo contexto geo-estratégico internacional decorrente do desmoronamento do muro de Berlim.

Na realidade, temos de admitir que estes processos não foram gerados por convicções verdadeiramente democráticas. Angola não fugiu, infelizmente, a esta regra. Os mesmos actores dos regimes ditatoriais reciclaram-se e metamorfosearam-se repentinamente, num exercício que mais visou a manutenção do poder e nunca o objectivo de profundas e efectivas reformas democráticas. Vestiu-se a roupagem democrática e não se atingiu a substância democrática. De tempos em tempos os antigos instintos retornam e sobressaem práticas de pendor monolítico.

Quarta e Última Premissa – Em regimes democráticos, e é essa a pretensão de Angola, a realização de eleições periódicas, regulares, livres e justas não carece de prévio e longo debate. Elas são assumidas e aceites como um facto normal, desejado e participado. Neste âmbito permitam-me que cite Walter Lipmam, o qual considera

> *[...] o primeiro princípio de um Estado civilizado, é de que o poder só pode ser legitimamente exercido quando deriva da livre aceitação dos dirigidos, e expressa através de um contrato social subscrito em eleições.*

É do conhecimento geral que o poder presidencial é exercido em Angola há mais de 20 anos sem nunca ter sido efectivamente legitimado em eleições e sendo no entanto considerado legal. O actual poder legislativo é exercido em Angola há 12 anos quando foi apenas legitimado para 4 anos e é igualmente considerado legal. Essa ambivalência na dicotomia entre legalidade e legitimidade ocorre em simultâneo ao acalorado debate sobre quando e como serão realizadas as eleições.

Se tivermos como base de raciocínio as premissas atrás referidas, chegaremos a rápida e simples conclusão de serem igualmente legítimas tanto as pretensões que vão no sentido de realizarmos as próximas eleições com base no actual texto constitucional (mediante a actualização da legislação ordinária pertinente), como o serão também as pretensões que vão no sentido da aprovação prévia de um novo texto constitucional que também exigirá a actualização da legislação eleitoral.

Falta, no entanto, um sério diálogo político que clarifique imediatamente a opção a seguir. A solução para esta questão não faz parte do mandato da Comissão Constitucional e até pode ser contraproducente a reactivação dos seus trabalhos sem que, primeiro, esta incerteza seja ultrapassada. O diálogo político deve ser inter-partidário e com a efectiva participação de organizações da sociedade civil de reconhecida e inquestionável reputação, para que a decisão final reflicta a vontade do maior segmento possível dos actores políticos, económicos, sociais e profissionais do nosso País.

Considero não ser legítimo o contínuo protelamento da realização das eleições ou o seu condicionamento à aprovação de um novo quadro jurídico-legal. Esse contínuo protelamento da realização das eleições gerais redundará num maior desfasamento e desconexão entre as instituições públicas e os cidadãos, assim como na reiterada inconstitucionalidade. Podemos e devemos buscar consensos sobre a data para a realização das próximas eleições e sobre a base legal para a sua execução. No entanto, defendemos que esse debate deve ser rapidamente conduzido e concluído.

Considero, também, que para além do debate sobre a realização das eleições é importante que os angolanos possam desenhar, por largo consenso, um futuro quadro e contexto políticos, que ofereçam a todo o cidadão em geral e aos actores proeminentes da sociedade em particular, as garantias totais nas transições e alternâncias politicas que se pretendem pacificas, harmoniosas e tranquilas. Talvez seja a inexistência deste quadro de garantia e harmonia consensual que esteja na base das hesitações e do protelamento do desafio eleitoral.

A garantia de um futuro tranquilo na previsibilidade dos fenómenos políticos e humanos é um factor fundamental para a estabilidade política e humana. Somos humanos e '*ipso facto*' seres racionais e emocionais. Que não sejam as emoções a sobreporem-se à Razão, mas também não haverá Razão se essa não tiver em conta a realidade humana.

O destino de Angola e de cada um de nós depende dos nossos actos individuais e colectivos. Podemos e temos o potencial humano para construirmos um Estado efectivamente democrático no qual o primado da lei seja uma prática concreta. Podemos e temos, como Povo, a capacidade de construir um Estado que pode colocar todo o seu potencial em recursos naturais ao serviço da reconstrução económica do país, numa perspectiva que coloque a condição social do cidadão no centro da nossa vontade de realizar.

É meu desejo que deixemos de ser um país que hesita em tornar-se efectivamente democrático e onde perdure a lei do mais forte. Espero que deixemos de ser um país potencialmente rico, povoado maioritariamente por cidadãos pobres, sedimentado em assimetrias crescentes entre o litoral e o interior e caminhemos rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Espero ansiosamente que deixe de pairar sobre nós a caracterização e o estigma de termos um regime político assente no clientelismo, no compadrio e na corrupção. Acredito sinceramente neste sonho de realizar o nosso destino de real convivência e prática democráticas e bem-estar social. De o realizarmos nós próprios e no nosso tempo.

A CONSTITUIÇÃO E A LEGITIMIDADE DA SUA REVISÃO

Luís do Nascimento
Frente para a Democracia - FpD, Angola

Uma sociedade onde não esteja assegurada a garantia dos direitos nem esteja estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição[1].

É de acordo com esta citação que me atrevo a afirmar que foi com a Lei Constitucional de 1991 – Lei nº 12/91, de 6 de Maio, que Angola passou a ter efectivamente uma Constituição, dado que foi a primeira a ser aprovada por um órgão representativo (pelo menos formalmente) – a Assembleia do Povo – e não pelo Comité Central do Partido Único, sendo igualmente a primeira a consagrar o princípio da separação dos poderes e a protecção dos Direitos Humanos.

Gostaria ainda de realçar que a referida Lei inaugurou a transição da "ditadura democrática revolucionária" para a democracia pluralista, reconhecendo os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e consagrando os princípios basilares da economia de mercado.

A Lei nº 23/92, de 16 de Setembro (Lei que aprova a Lei de Revisão Constitucional, produto do compromisso/transacção constitucional que envolveu os signatários do Acordo de Paz e subsidiariamente os partidos políticos civis, sobre a elaboração e aprovação da futura Constituição de Angola) no seu preâmbulo, parece explicar como o legislador achou por bem fazer a revisão em dois momentos: o primeiro, estabelecendo os fundamentos do Contrato Social (a actual lei estabelece limites de revisão, transformando a Constituinte do pós-eleições não em Constituinte original, mas em derivada); o segundo, aperfeiçoando o quadro constitucional e institucional democrático a ser realizado não pela Assembleia do Povo, que somente gozava de "relativa" legitimidade de transição, mas pela nova Assembleia Nacional, esta sim, detentora de uma legitimidade democrática "absoluta".

O vertido nos § 4.º e a 1.ª parte do § 5.º da Lei Nº 23/92, parecem-me configurar o primeiro momento, enquanto a 2.ª parte do § 5.º, o segundo.

Com efeito, no § 4.º pode-se ler que,

---

[1] Art.o 16.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de Agosto de 1789.

*afigura-se imprescindível a imediata realização de uma revisão da Lei Constitucional como previsto (*decerto pelo compromisso[2]*) virada essencialmente para a classificação do sistema político, separação de funções e interdependência dos órgãos de soberania, bem como para a explicitação do estatuto e garantias da Constituição, em conformidade com os princípios já consagrados de edificação em Angola de um Estado Democrático de Direito.*

Concluindo-se na 1.ª parte do § 5.º ser,

indispensável à estabilidade do país, à consolidação da paz e da democracia que os órgãos de soberania da Nação, especificamente os surgidos das eleições gerais de Setembro de 1992, disponham de uma Lei Fundamental clara no que se refere aos contornos essenciais do sistema político, às competências dos órgãos de soberania da Nação, à organização e funcionamento do Estado,

enquanto a 2ª parte do § 5º diz expressamente que tal revisão vigorará,

até que o futuro órgão legislativo decida e concretize o exercício das suas competências de revisão constitucional e aprovação da Constituição da República de Angola.

Convém, no entanto, questionar se a expressão "*até que o futuro órgão legislativo decida e concretize o exercício das suas competências de revisão constitucional e aprovação da Constituição da República de Angola*", permite que a futura Constituição possa ser elaborada e aprovada exclusivamente pela Assembleia Nacional eleita em 1992.

Parece-me sinceramente que não. É certo que a actual Lei Constitucional deu ênfase ao pendor constituinte (derivado) da Assembleia Nacional saída das eleições de 1992, sendo esta, de resto, a primeira e principal competência do órgão legislativo (cfr. Art. 88º, alínea a. da Lei Constitucional), ao enumerar como uma das competências da Assembleia Nacional "*o alterar a actual Lei Constitucional e aprovar a Constituição da República*". Tal facto não significa, no entanto, que a Assembleia Nacional tenha sido eleita como Constituinte original, da mesma forma que por exemplo a Assembleia dos Estados Gerais, reunida em Versailles a 5 de Maio de 1789, proclamou a Assembleia Nacional e a 20 de Junho do mesmo ano, esta considerou-se convocada para fixar a Constituição do reino.

Se a Assembleia Nacional fosse eleita como Constituinte original, o legislador angolano teria estabelecido um prazo para que a representação nacional fosse escolhida depois de cumprida a Constituinte, isto é, depois da Assembleia Nacional elaborar a Lei Fundamental e, se assim fosse, a maioria resultante das eleições de 1992 não serviria para constituir Governo como aconteceu.

Ora, o legislador Angolano – a Assembleia do Povo e também os partidos da época – ao inscreverem na Lei Constitucional o princípio da legitimidade democrática assente no sufrágio universal, igual, directo, secreto e periódico e ao determiná-lo temporalmente de 4 em 4 anos, quis de uma forma inequívoca sublinhar que o compromisso assumido (político e/ou Constitucional) era para ser cumprido entre 1992 e 1996.

Acontece, porém, como já há muito vimos dizendo, que a passagem do regime do partido único ao regime do multipartidarismo, ou utilizando os conceitos empregues

[2] Nota do autor.

pelo Prof. António Carlos Bacelar de Vasconcelos, a transição do constitucionalismo mitigado para o Constitucionalismo precário, não deu lugar a uma verdadeira transição da "ditadura democrática revolucionária" à democracia pluralista.

Isto porque com o retomar da guerra, depois da crise eleitoral de 1992, o processo de transição para a democracia (que o partido do governo foi obrigado a consentir em consequência da crise no seu sistema de dominação e que levou à assinatura dos acordos de Paz em 1991) foi imediatamente suspenso. Apenas se foram guardando as aparências naquilo que não incomodando o poder servia a sua legitimação exterior, isto é, junto à Comunidade Internacional. O regime autocrático passa, pois, a fazer a política da cenoura e do pau. Por um lado, impede o processo de democratização, dando sinais claros de "retorno" à ditadura pura e dura, por outro, usa e abusa da chamada legitimidade democrática do "vencedor das eleições", procurando confundir a democracia com a simples ditadura da maioria. No essencial, o regime de partido único não mudou, mas as transformações formais (eleições de 1992, parlamento, governo de maioria parlamentar, Lei Constitucional formalmente democrática, etc.) são aproveitadas como instrumento legitimador da ordem democrática ditatorial.

A consequência dessa marcha-atrás e do empenho do Presidente da República em restaurar o seu poder pessoal que havia sido abalado pelo processo de transição, foi não apenas o impedir do livre jogo parlamentar e o desvalorizar da democracia, mas sobretudo banalizar a própria Assembleia Nacional, bloqueando toda e qualquer Constituinte. Assim, foi esgotada a legislatura da Assembleia Nacional sem que ela tenha decidido e concretizado "*o exercício das suas competências de revisão constitucional e aprovação da Constituição da República de Angola*".

É no sentido de suprir a ilegitimidade da Assembleia Nacional, que a mesma, pela Lei nº 18/96 de 14 de Novembro, aprova a revisão Constitucional de 1996. Esta Lei de Revisão define o prazo da convocação das próximas eleições legislativas "*num período não inferior a dois anos* (1998) *nem superior a quatro anos*" (2000), sendo este período considerado necessário pelo órgão legislativo para que os poderes públicos criassem "*as condições militares, políticas, de segurança e materiais previstas na Lei Constitucional e demais legislação vigente na República de Angola*" e para que então as eleições legislativas se realizassem (art.1º, nºs 1 e 2 da referida Lei).

De realçar que de entre as condições jurídicas a criar durante o referido lapso de tempo, figuravam a aprovação da futura Constituição da República de Angola e a alteração da Lei Eleitoral.

Sem cuidar de apurar da validade ou invalidade desta Lei de Revisão da Lei Constitucional (com uma duração de 4 anos e considerando que as alterações à Lei Constitucional têm de respeitar a periodicidade do sufrágio - art. 159.º, alínea e. da LC), o certo é que a legislatura administrativa também se esgotou sem que a futura Constituição da República fosse elaborada e aprovada.

Ao contrário do que aconteceu em 1996, em 2000, a Assembleia Nacional já nem sequer se preocupou em "*prevenir*" a inconstitucionalidade resultante da caducidade dos mandatos dos "*titulares electivos dos órgãos de soberania*". De resto, a actual Assembleia Nacional acaba de cumprir a sua 3ª legislatura, num mandato de 12 sessões legislativas, sem cumprir a primeira e principal competência deste órgão legislativo – a aprovação da Constituição.

Por tudo o que foi dito, parece impor-se a questão de se verificar se a Assembleia Nacional tem ou não legitimidade para elaborar e aprovar a futura Constituição da República de Angola.

Relativamente a este assunto já anteriormente defendi que a Assembleia Nacional na sua actual composição padece de grave défice de legitimidade democrática e, como tal, não tem legitimidade para aprovar a nova Constituição porque a legitimidade em democracia não é perene, perpétua ou eterna. Apenas as ditas legitimidades revolucionárias e ditatoriais são eternas. Assim sendo, a

Assembleia Nacional na sua actual composição é a todos os títulos ilegítima[3].

Este é, de resto, o próprio entendimento da Assembleia Nacional, que na Lei de Revisão Constitucional de 1996 (da prorrogação dos mandatos dos deputados), fala do seu carácter de excepcionalidade. Aliás, basta ser minimamente atento para o facto do mandato dos deputados ser de 4 anos, isto é, inscrito num determinado período, para se perceber que a legitimidade se esgota, uma vez esgotado o tempo de mandato. Aliás, é assim em Direito Civil com as procurações e não poderia ser de maneira diferente em Direito Público.

É este, aliás, o ensinamento dos Professores Gomes Canotilho e Vital Moreira, ao explicarem que, dizer-se que os sufrágios são periódicos em democracia significa que,

> *os mandatos obtidos pelos sufrágios não são vitalícios, nem por tempo indeterminado, mas sim por períodos certos, antecipadamente conhecidos, marcados pela Constituição ou pela lei, salvo encurtamento* (mas não alongamento[4]), *nos casos previstos na Constituição ou na Lei, em virtude de dissolução ou de destituição*[5].

Por seu turno, Nelson Pestana, sobre o mesmo assunto (o de verificar se a Assembleia Nacional tem ainda legitimidade para elaborar e aprovar a futura Constituição de Angola), afirma que,

> *A actual Assembleia Nacional in fine não é a mesma que aquela que saiu do pleito eleitoral de Setembro de 1992, pela simples razão que há uma mudança no fundamento do poder. Não reconhecer uma evidência tão gritante, como é o grave défice de legitimidade democrática da actual Assembleia Nacional, com base no argumento de que a continuidade do poder é a fonte de legitimidade, não revela do saber jurídico, mas de motivações políticas que denotam um certo fundamentalismo. Significa dizer que o poder tem sempre razão, é sempre legítimo e todos os seus actos são legais, pelo simples facto de serem actos de poder. O poder é assim a sua própria fonte de legitimidade, constitui-se no seu próprio limite e nada que lhe seja exterior pode opor-se-lhe. Não será isto um equivalente da teoria do partido de vanguarda como primus à própria ordem política?*[6].

Já o Professor Pedro Carlos de Vasconcelos, opinando igualmente sobre a legitimidade ou não do actual órgão legislativo para aprovar a futura Constituição, questiona-se nos seguintes termos:

> *Se concluirmos que a Assembleia Nacional tem uma legitimidade diminuída para exercer as suas atribuições de governo, constitucionalmente definidas, não será um paradoxo reconhecer-lhe atribuições constituintes, isto é, poderes para ampliar a própria lei que a investe nos seus actuais poderes? Por outras palavras, como podemos afirmar que a Assembleia Nacional que não pode o menos, pode o mais, ou que a debilitação dos seus 'poderes*

---

[3] Artigo de opinião publicado no semanário AGORA em 23 de Agosto de 2003 e intitulado *"A ilegitimidade da Assembleia Nacional requer legislativas em 2004"*,

[4] Nota do autor

[5] *Constituição da República Portuguesa* anotada, 2ª edição revista e ampliada, 1º volume, página 101, art. 10.º, III.

[6] Artigo de opinião no Semanário AGORA, 6 de Setembro de 2003, sob título "A Assembleia Nacional não tem legitimidade para votar a revisão".

*constituídos' não é incompatível com o reconhecimento dos seus 'poderes constituintes'?. [...] (*A Lei Constitucional em vigor reconhece que*) a soberania reside no povo e será porventura excessivo pretender que o exclusivo da representação democrática resida em órgãos de soberania cujos representantes foram eleitos há quase doze anos para um mandato cujos prazos originários foram largamente ultrapassados, escolhidos em eleições condicionadas por acordos de paz que não foram cumpridos, para o desempenho de funções substancialmente alteradas por procedimentos que formalmente se poderão considerar constitucionais*"[7].

Olivier Duhamel, constitucionalista francês, diz no seu livro "*Les Democracies – regimes, histoire, exigences*" que,

o constitucionalista democrata defende necessariamente a adopção da Constituição pelo Povo, o único titular do poder Constituinte desde que não o tenha expressamente delegado,

para logo a seguir acrescentar que,

toda modificação essencial da Constituição deveria ser consentida pela Comunidade política.

Isto é, nenhuma modificação constitucional essencial deveria ter lugar sem um recurso ao titular primeiro do poder Constituinte. Nelson Pestana, corroborando desta posição do constitucionalista francês, recorda que,

É a nossa própria Constituição que define o povo angolano como único detentor da soberania nacional e já é tempo de não se confundir a soberania nacional com a soberania parlamentar[8].

E, perante a interdição da Constituição aos referendos constitucionais, Nelson Pestana defende que,

A maneira de ver cumprida esta ideia de recurso ao Povo, passa não só por uma ampla participação da sociedade civil no debate constitucional, mas também pela renovação dos mandatos dos deputados nacionais que vão votar pelo corpo político a revisão constitucional. (...) Por isto, se não considerarmos a triste ideia de um processo constituinte que dura há já 12 anos, nada pode ser mais subversivo do pensamento constitucionalista angolano de 1992 do que esta ideia de que uma Assembleia Nacional em grave défice de legitimidade democrática possa ser chamada a aprovar uma nova Constituição[9].

---

[7] Ibid.

[8] Discurso proferido na conferência subordinada ao tema *Entre os factos e o direito: dimensões constituintes na transição política Angolana*, realizada em Luanda a 9 de Junho de 2004, promovida pela Coligação Constitucional, AJPD, NCC.

[9] Ibid.

ANGOLA E OS DESAFIOS DA DESCENTRALIZAÇÃO

Lindo Bernardo Tito
Partido de Renovação Social -PRS, Angola

Agradeço antes de mais o convite para participar no evento e no volume que agora é publicado sobre *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola.*

Trago aqui a debate um tema bastante apaixonante e permanentemente actual; falo-vos dos "Desafios da Descentralização do Poder em Angola". Considero premente a sua abordagem porque contribui para o reconhecimento da nossa existência, para o rebuscar da "alma" perdida, da dignidade vilipendiada e para construir a nação na diversidade, perpetuando a nossa essência. Noutras palavras, trata-se de abrir o caminho para corrigir o passado e construir o futuro de um país ao serviço de todos.

Inicialmente tinha pensado partilhar com esta magnífica plateia o tema que está em voga – a suspensão da oposição nos trabalhos da Comissão Constitucional – contudo, optei pelo tema "Angola e os desafios da descentralização", que para além de ser actual é também uma base de reflexão para a construção da democracia angolana e da nação angolana, permanentemente adiadas.

Neste momento crucial em que procuramos incessantemente "redescobrir Angola" temos que ser arrojados em ideias e propostas, que deverão inviabilizar a aculturação e ajudar-nos a instituir um Estado moderno, mas assente na nossa realidade. É neste sentido que procuramos aqui abordar o fenómeno da descentralização em Angola, apoiado numa perspectiva política aliada à democracia, à coabitação harmoniosa dos povos de Angola e ao desenvolvimento social equilibrado das regiões.

Existe unanimidade na ideia de que a descentralização do poder de decisão é condição básica para a efectivação das políticas sociais. Acredita-se que com a descentralização a afectação de recursos é mais eficiente e o controlo da sua aplicação se faz de maneira mais explícita e ampla, permitindo a intervenção não somente das instituições do Estado, mas também dos cidadãos (de forma directa ou indirecta). Ou seja, um dos justificativos avançados para a implementação de estratégias de descentralização política é o aperfeiçoamento democrático e o favorecimento do desenvolvimento social.

Assim, a descentralização tem registado dimensões e efeitos peculiares em cada país onde o contexto político e histórico é o factor decisivo entre condicionantes de sucesso. Quero com isto dizer que os países para além de buscarem modelos universais da descentralização

não podem perder de vista a base de formação dos seus Estados.

Em Angola, inegavelmente, as nações primárias são os pilares da formação do actual Estado, tal como os municípios na Europa. Esta base do nosso Estado não pode ser ignorada nos estudos ou estratégias de descentralização sob pena de construirmos um castelo de areia. Temos de ter coragem de reconhecer quem somos, para erguermos um país onde cada cidadão se sinta parte de um todo.

Quando este reconhecimento vem ao debate, vozes há que levianamente e para desvirtuar a pertinência do tema, recorrem ao epíteto tribalista ou regionalista. Esta visão redutora afasta a possibilidade de, nesta fase da transição, poderem ser exploradas as várias formas de descentralização do nosso Estado que efectivamente representem a vontade multi-nacional.

São as tribos que sustentam a nossa existência. Sem nos referirmos ao que somos estamos a hipotecar o nosso destino. Daí que é incontornável a abordagem que aqui apresentamos.

O dicionário da língua portuguesa contemporânea elaborado pelo Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Academia das Ciências de Lisboa, conceptualiza a tribo como,

> *um grupo étnico unido pela língua, pelas tradições, pelos costumes, vivendo em comunidade, sob a autoridade de um chefe.*

Este significado, comparado com o conceito moderno de Estado, possui de forma óbvia os três elementos do Estado: população, território e poder. Podemos assim de certa forma dizer, que uma tribo contém os génes do Estado-Nação.

Os estudos que são elaborados sobre a problemática da descentralização em Angola baseiam-se no municipalismo típico Europeu, mais concretamente no modelo em vigor em Portugal. Os herdeiros da colonização entendem que a descentralização e a desconcentração administrativa e financeira são a única solução para Angola, ignorando os nossos Estados pré-coloniais e socorrendo-se do período de 1961 a 1975, altura em que vigorou o municipalismo no nosso país, produto da antiga metrópole.

O sistema municipalista em Angola não foi aplicado na mesma proporção em todo o espaço territorial e em todas as unidades territoriais. Mesmo nas circunscrições onde foi possível a sua implementação, sofreu várias restrições consubstanciadas na estratégia política da potência colonizadora. Importa recordar que as políticas de subjugação assentavam, por um lado, na limitação das liberdades individuais tal como as conhecemos hoje e, por outro lado, na apropriação dos recursos financeiros e naturais. O sistema político instituído era então condicionado por aqueles interesses.

Para os actuais cultores do municipalismo em Angola, o mero reconhecimento dos chefes tradicionais no plano jurídico, com poderes residuais, é suficiente para garantir a sua continuidade. Esta opção torna-se insustentável quando é colocada perante a questão do espaço territorial de exercício destes poderes, uma vez que esse espaço territorial não é coincidente com as circunscrições administrativas delimitadas pelo poder estatal. Ou seja, os poderes a serem exercidos pelos chefes tradicionais estão limitados nos marcos da divisão administrativa legal, quando na realidade são exercidos de acordo com as afinidades étnicas que estão para além da jurisdição dos limites da divisão administrativa estatal.

Na realidade, o que as novas autoridades pretendem é seguir os seus antecessores coloniais, com uma ligeira alteração na forma de reconhecimento das instituições tradicionais. Não pretendemos aqui defender o regime monárquico, que pessoalmente condeno e de que sou inimigo confesso. Não queremos aqui deixar de reconhecer o valor dos municípios,

que é inegável e com vários exemplos na história universal. Pretendemos, sim, demonstrar que as opções de organização político-administrativa não se podem reduzir a uma única opção, sob pena de adoptarmos realidades adversas à nossa.

No quadro da elaboração da nova constituição, a problemática da descentralização foi, a par do sistema de governo, a mais controversa. Dos 11 projectos de Constituição apresentados à Comissão Constitucional pelos partidos políticos com assento parlamentar, os três projectos dos três partidos com maior representação parlamentar – MPLA, UNITA, PRS – contêm opções completamente diferentes. Os restantes oito projectos tendem, consoante os casos, para se aproximarem dos projectos dos três partidos mais representados na Assembleia Nacional. Cada um dos projectos de descentralização reflecte a visão política dos respectivos partidos sobre o país, ou seja, os partidos procuraram consagrar nos seus projectos a sua visão do país real.

O projecto do MPLA consagra a forma do Estado unitário, baseado no princípio da autonomia dos órgãos do poder local e da desconcentração e descentralização administrativas; a organização do poder local compreende as autarquias locais, o poder tradicional, bem como outras formas da participação dos cidadãos; as autarquias locais circunscrevem-se aos municípios e comunas; o poder central exerce fortes poderes de tutela (legalidade, mérito e controlo); a implementação das autarquias far-se-á gradualmente.

Nota-se, de forma óbvia, que neste projecto a opção política é a de privilegiar a descentralização administrativa com uma autonomia semi-plena para os municípios. Quer isto dizer que os municípios estão submetidos a várias formas de controlo administrativo, como de legalidade e de mérito. Assim, ao poder central compete apreciar os actos dos municípios quanto à legalidade e ao seu mérito, ou seja, as decisões dos municípios são avaliadas pela conveniência, oportunidade e exactidão do ponto de vista administrativo, técnico e financeiro. Os actos dos municípios dependem do poder da tutela, no caso, exercido pelo governador da província.

A UNITA optou, igualmente, por um Estado unitário regionalizado com autonomia política para seis regiões. Às regiões são conferidos poderes mais amplos do que os dos municípios, mas mais restritos do que os do Estado, tendo poder regulamentar próprio e participando nos planos de desenvolvimento económico e social de âmbito nacional, como sejam o ordenamento do território, a educação, a cultura e o património histórico, o desporto e os tempos livres, entre outros.

As regiões para a UNITA equiparam-se sem dúvida às autarquias supra-municipais que estão no intervalo da divisão administrativa dos poderes do governo central e dos municípios.

O PRS, terceira força política de Angola com seis deputados eleitos, sendo fiel ao seu programa político sufragado nas eleições de noventa e dois, optou por um Estado Federal com seis Estados Federados, coincidindo aqui com as seis regiões do projecto da UNITA, mas residindo a diferença na designação das respectivas unidades territoriais.

Para o PRS a soberania nacional é exercida pelo Estado Federal, que "desfruta" de um poder supremo, isto é, sem igual no plano interno; goza do direito de fazer a guerra (*jus beli*), do direito de receber e enviar agentes diplomáticos, do direito de celebrar contratos internacionais, do direito de emissão da moeda e do direito de intervenção nos Estados Federados, entre outros de menor relevo.

Aos Estados Federados são reservadas competências concorrentes, tais como o desenvolvimento económico e social, o direito dos rendimentos dos recursos naturais, a educação e

ensino, a saúde e apoio às actividades produtivas, entre outras competências.

Esta breve apresentação sobre as opções políticas e jurídicas adoptadas pelos partidos com maior representação parlamentar, permite retirar duas observações.

A primeira é a de que existem ainda, no seio de parte da classe política angolana, desejos insaciáveis de servir-se do poder estadual e não servir o interesse do povo. Procurar defender uma descentralização simulada é, sem sombra de dúvidas, pensar nos benefícios do exercício do poder. Em África, infelizmente, os líderes pensam que a concentração de poderes é sinónimo de hegemonia e prestígio pessoal.

A segunda é aquela que fundada no realismo histórico, adaptando o modernismo a ela, procura dar poderes amplos às unidades territoriais (regiões, Estados Federados), na visão de que o país real será aquilo que cada unidade territorial for. Acabar com poderes excessivos de que Luanda dispõe, acabaria, por um lado, com uso indevido dos recursos públicos em proveito dos que detém o poder político, e por outro lado, asseguraria a realização local dentro da sua especificidade.

No contexto actual, insistir na centralização ou na falaciosa descentralização é adiar o desenvolvimento e frustrar as vontades dos angolanos. Não devemos ter medo de perder poderes a favor das províncias, das regiões ou dos Estados Federados, quando está em causa a satisfação da vontade suprema. A oportunidade que esta opção abre para modernizar o nosso país não deve ser desperdiçada, sob pena de se arcar com o ónus da história num futuro breve.

Devemos aproveitar este momento sublime da nossa história para discutirmos o país real, para ergue-lo dos escombros da longa guerra inútil e sem entrincheirar nas cores partidárias.